

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 1

DOSSIÊ – PENSAR A CIDADE (NO BRASIL): ESPAÇOS E TEMPOS

Apresentação: quando espaços e tempos revelam cidades	1
Fraya Frehse e Julia G. O'Donnell	
A reinvenção da cidade na selva	11
José de Souza Martins	
Descompassos de uma etnografia: sobre os passados presentes de um bairro	35
Graça Índias Cordeiro	
Urban phenomena in São Paulo's Nineteenth and Twentieth Centuries: appropriating local spatio-temporalities	55
Sebastian Dorsch	
Léxicos urbanos e arenas públicas: tempos e espaços no Centro de Fortaleza	71
Irllys Alencar F. Barreira	
Vocação deambulatória e convivência com deserdados: caminhadas de Lima Barreto pelo centro do Rio de Janeiro	91
Heitor Frúgoli Jr. e Márcio Macedo	
Brasília <i>classificada</i> : novos espaços de classe média na capital federal	113
Cristina Patriota de Moura e Vinicius Prado Januzzi	
Urbanidades invisíveis	135
Carlos Fortuna	
Epistemologia da laje	153
Bianca Freire-Medeiros e Leo Name	

ARTIGOS

- Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil 173
Fabio Maleronka Ferron e Maria Arminda do Nascimento Arruda
- Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional 195
Flavio Carvalhaes e Carlos Antônio Costa Ribeiro
- Revisitando la elección de Allende en 1970: lo que revelan encuestas aplicadas en la época 235
Oscar Mac-Clure e Manuel Antonio Garretón
- Governo, ditadura e ciências sociais: o caso português 263
Frederico Ágoas
- A zona cinza: ordem criminosa e autodefesa armada no México 277
Antonio Fuentes Díaz
- Entre o cinema e a serigrafia: para uma biografia sociológica de Andy Warhol 301
Nicholas Rauschenberg

ENTREVISTA

- Constitutional sociology and corporations: a conversation with Gunther Teubner 323
Por Ricardo Valenzuela Gascón

RESENHAS

- Walter Benjamin. *Ensaio sobre Brecht* 335
Fabio Mascaro Querido
- Victor M. Rios. *Human targets: schools, police, and the criminalization of Latino youth* 339
Herbert Rodrigues

Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 1

DOSSIER – REFLECTIONS UPON THE CITY (IN BRAZIL): SPACES AND TIMES	
Presentation: when spaces and times disclose cities	1
Fraya Frehse and Julia G. O'Donnell	
The city's reinvention in the jungle	11
José de Souza Martins	
An ethnography mismatch: the presence of pasts in a neighborhood	35
Graça Índias Cordeiro	
Urban phenomena in São Paulo's Nineteenth and Twentieth Centuries: appropriating local spatio-temporalities	55
Sebastian Dorsch	
Urban lexicon and public arenas: observing times and spaces in the city center of Fortaleza	71
Irllys Alencar F. Barreira	
Walking vocation and familiarity with the poor: Lima Barreto's walks through Rio de Janeiro's downtown	91
Heitor Frúgoli Jr. and Márcio Macedo	
Classified Brasília: new spaces of middle classes in the federal capital of Brazil	113
Cristina Patriota de Moura and Vinicius Prado Januzzi	
Invisible urbanities	135
Carlos Fortuna	
Epistemology of the favela rooftop	153
Bianca Freire-Medeiros and Leo Name	

ARTICLES

- Culture and politics: the creation of the Ministry of Culture in Brazil's transition to democracy 173
Fabio Maleronka Ferron and Maria Arminda do Nascimento Arruda
- Horizontal opportunities in access to higher education in Brazil: socioeconomic status, gender and race in a context of educational expansion 195
Flavio Carvalhaes and Carlos Antônio Costa Ribeiro
- Revisiting Allende's election in 1970: what surveys performed at the time reveal 235
Oscar Mac-Clure and Manuel Antonio Garretón
- Government, dictatorship and the social sciences: the Portuguese case 263
Frederico Ágoas
- The gray zone: criminal order and armed self-defense in Mexico 277
Antonio Fuentes Díaz
- Between the cinema and the serigraphy: toward a sociological biography of Andy Warhol 301
Nicholas Rauschenberg

INTERVIEWS

- Constitutional sociology and corporations: a conversation with Gunther Teubner 323
By Ricardo Valenzuela Gascón

REVIEWS

- Walter Benjamin. *Ensaio sobre Brecht* 335
Fabio Mascaro Querido
- Victor M. Rios. *Human targets: schools, police, and the criminalization of Latino youth* 339
Herbert Rodrigues



Apresentação

Quando espaços e tempos revelam cidades

Fraya Frehse*

<http://orcid.org/0000-0002-9501-5584>

Julia G. O'Donnell**

<http://orcid.org/0000-0003-2174-8440>

Não são novos os investimentos das ciências sociais, sobretudo da sociologia e da antropologia, na produção de um olhar analítico sobre as cidades. Desde, pelo menos, os trabalhos da assim chamada Escola de Chicago, nos primeiros anos do século xx, o fenômeno urbano vem abrigando variadas propostas de sistematização teórica e metodológica, num esforço contínuo de produção de análises e modelos explicativos. O acúmulo de trabalhos sobre as dimensões social e/ou cultural de estruturas e processos sociais ligados ao crescimento ou encolhimento dessas formas específicas de povoamento humano que são as chamadas cidades, nos quatro cantos do mundo, nos permite afirmar sem pestanejar, neste fim de segunda década do século XXI, tratar-se de um campo de estudos plenamente consolidado em torno de diferentes autores e linhas de pensamento. Temas como moradia, sociabilidade, violência, pobreza e mobilidade são hoje amplamente trabalhados dentro do grande campo dos estudos urbanos, que constituem uma relativamente indefinida, porque ampla e diversificada, área de conhecimento em permanente diálogo e renovação.

Em particular no Brasil, a força do estudo das cidades na sociologia e na antropologia vem acompanhada do enfoque privilegiado do campo em grandes eixos temáticos relativos à vida *na* cidade, conforme uma de nós pôde constatar no âm-

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

bito de uma revisão bibliográfica abrangente de como o espaço urbano no Brasil foi conceitualmente abordado por cientistas sociais com o auxílio de definições de cidade publicizadas como “sociológicas” entre 1998 e 2008 (Frehse e Leite, 2010). Para os fins deste Dossiê interessa que, no bojo dessa tendência, as disciplinas acabam por abrir, muitas vezes, mão de fazer a própria cidade um objeto de conhecimento. Tal esforço comum a autores pioneiros como Georg Simmel ([1903] 2013) e Max Weber ([1920] 2004) condensou muitos dos aspectos que permearam suas próprias reflexões sobre a modernidade europeia. Pouco mais tarde, sob a liderança de Robert Park (ver, em especial, Park, 1967), pesquisadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago retomaram aquelas indagações em prol de uma explanação mais sistemática do fenômeno urbano, acrescida de um forte componente empírico. Afinal, como explicar o que chamamos “cidade”? E como chegar a respostas a tal questão por meio de pesquisa científica?

Este Dossiê nasce do reconhecimento de que tais perguntas se mantêm atuais não apenas para um conjunto variegado de cientistas sociais no Brasil interessados em pensar o espaço urbano no país (Frehse e Leite, 2010, pp. 211-218), mas também para pesquisadores estrangeiros dispostos a subverter uma certa divisão internacional do trabalho intelectual. Segundo essa lógica, contextos acadêmicos como o latino-americano têm sido impelidos, também no campo dos estudos urbanos, a prover conhecimento empírico, mas não tanto teórico ou metodológico (Frehse, 2012, p. 104; Fortuna, 2012, p. 138). Se as razões para isso são variadas e em si motivos de debate (Frehse, 2012, *passim*), inclusive porque o fenômeno ocorre também em outros campos do conhecimento nas ciências sociais (ver, entre outros, Connell, 2007; Boatca *et al.*, 2010; Costa, 2010), nossa intenção aqui é fomentar o debate crítico sobre as limitações e potencialidades conceituais da sociologia e da antropologia na articulação entre empiria e teoria por referência a características sociais e/ou culturais do fenômeno urbano, sobretudo mas não exclusivamente no Brasil, também mas não somente na atualidade.

Mas como realizar tal empreendimento nos limites de um dossiê como este, sendo o problema, em princípio, receptivo a todo e qualquer recorte de natureza metodológica? Sugerimos aos autores um diálogo direto, de um lado, com uma tendência internacional recente das ciências sociais sobre a cidade: o enfoque investigativo sobre a dimensão espacial das práticas sociais, que frequentemente tem adentrado os estudos urbanos internacionais sob o rótulo de *spatial turn* (ver, entre outros, Döring e Thielmann, 2008; Löw, 2013). De outro lado, nossas próprias trajetórias de pesquisadoras nas áreas de antropologia e sociologia históricas (ver, em especial, Frehse, 2005, 2011; O’Donnell, 2008, 2013) não nos deixam esquecer que espaço, como conjunto de relações entre seres humanos e bens (i)materiais na lógica da

simultaneidade, é indissociável de tempo, que remete a tais vínculos na lógica da sucessão (ver, entre outros, Lefebvre, [1974] 2000, p. 87). De fato, preconizamos a atenção analítica simultânea ao espaço e ao tempo como via metodológica primordial de explanação conceitual do fenômeno urbano em diferentes momentos históricos. E foi ao enfrentamento analítico das duas categorias que incentivamos os autores cujas contribuições integram este Dossiê.

Tal ênfase vai ao encontro de tradições teóricas já consolidadas internacionalmente na reflexão sobre o espaço, em particular aquelas de Michel Foucault ([1967] 2013) e de Henri Lefebvre ([1985] 2013), e que têm assumido um protagonismo notável no âmbito e na esteira justamente do *spatial turn* (Frehse, 2013). De fato, mais recentemente, representantes de uma vertente da sociologia alemã dedicada a explorar o caráter socialmente relacional do espaço, no âmbito de uma renovada sociologia fenomenológica do espaço, têm se dedicado a conceituar a interferência da historicidade biográfica (Weidenhaus, 2015) ou da temporalidade subjetiva (Steets, 2015) no modo como o espaço é socialmente gerado – “produzido”, “construído”, “constituído” (os termos variam em dependência das respectivas perspectivas metodológicas). São tendências que, por vias teóricas e empíricas absolutamente outras, fazem par com uma preocupação empírica e teórica muito antiga do pensamento social brasileiro: como explicar o vigor presente de estruturas sociais historicamente muito antigas no processo de urbanização vigente no país a partir do século XIX?¹ E o tema permanece em certas ciências sociais brasileiras da atualidade. Basta ter em conta abordagens que enfocam a realidade social passível de ser desvendada no Brasil urbano com base, por exemplo, em representações sobre o espaço e o tempo (DaMatta, [1985] 1997); ou em lefebvrianas “datas históricas” que impregnam espacialmente as relações sociais e as regras de interação social em lugares como subúrbios, fronteiras, ruas (ver, entre outros, Martins, 1992, 1997; Frehse, 2011, 2017).

Marcado por esse destaque metodológico a categorias espaciais e temporais como vias de apreensão conceitual do fenômeno urbano no passado ou no presente, este Dossiê dialoga de modo criativo com duas tendências recentes das ciências sociais nacionais devotadas ao estudo de características sociais e/ou culturais das cidades. A primeira congrega estudos que, partindo da empiria urbana, a transcendem, buscando explicar em termos conceituais características sociais e/ou culturais nos respectivos momentos temporais a que se referem os dados empíricos (Frehse e Leite, 2010, pp. 211-218). São empenhos por estudar *nas* cidades para interpretar o que a vida social e/ou cultural empiricamente apreensível ali revela conceitualmente sobre *a* cidade.

1. Para a bibliografia relativa, por exemplo, à urbanização de São Paulo em fins do século XIX, ver Frehse (2005); para o Rio de Janeiro, ver O'Donnell 2013.

Ao privilegiarmos exercícios intelectuais baseados em articulações diretas entre empiria e teoria, pretendemos recuperar, ademais, a nosso modo a preocupação central de um grupo de trabalho que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) abrigou por seis anos (entre 2007 e 2012), e cujas raízes remontam a reuniões nacionais e sul-americanas de antropologia que, pontilhando a década de 2000, contaram com a nossa participação ativa². Com efeito, boa parte das contribuições aqui reunidas foram forjadas no âmbito de discussões travadas em dois grupos de trabalho e um seminário temático que coordenamos nos encontros anuais da Anpocs de 2014, 2015 e 2016³. Nas ocasiões, imprimimos justamente a preocupação metodológica com as categorias de espaço e de tempo a uma reflexão de natureza essencialmente conceitual sobre o fenômeno urbano que já vinha sendo conduzida por esse grupo mais abrangente havia alguns anos. De fato, a segunda tendência do debate nacional ao qual o nosso Dossiê faz face se refere a uma dupla chave investigativa que tem permeado as reflexões de tal grupo desde o seu início, e que se evidencia de modo privilegiado nas publicações daí resultantes (Frúgoli Jr. *et al.*, 2006; Frúgoli Jr. e Gomes, 2010; Frehse e Leite, 2010; Moura, 2013). É a busca, de um lado, por compreender social e/ou culturalmente o fenômeno urbano; de outro lado, pelos modos como as ciências sociais têm investigado empiricamente a cidade/o urbano em termos socioculturais, o que se traduz, necessariamente, numa atenção especial a metodologias qualitativas de pesquisa. Em suma, a importância tanto da teoria *quanto* do método, quando interessa *a* cidade.

Já nos três grupos de trabalho dos quais resultou o presente Dossiê, a retomada dessa então jovem “tradição” se deu de modo original. Propusemos tais encontros por reconhecer que, graças aos eventos científicos prévios e a suas consequentes publicações, o grupo avançara sobremaneira no plano da reflexão metodológica,

2. Trata-se dos grupos ou seminários de trabalho (respectivamente, GTs e STs) intitulados respectivamente “Cidades, representações e experiência social” (GT na Reunião Brasileira de Antropologia de 2002, coordenado por Fernanda A. Peixoto e Heitor Frúgoli Jr.), “As múltiplas faces da cidade e do urbano” (GT na Reunião Brasileira de Antropologia de 2004, coordenado por Luciana T. de Andrade e Heitor Frúgoli Jr.), “As cidades e seus lugares” (GT na Reunião Brasileira de Antropologia de 2006, coordenado por Fraya Frehse e Rogerio P. Leite), “Cidades no mundo contemporâneo: caminhos e tensões entre o social e o cultural” (GT na Reunión de Antropología del Mercosur de 2007, coordenado por Mônica B. Lacarriue e Laura G. Gomes), “Cidades: perspectivas e interlocuções nas ciências sociais” (ST no Encontro Anual da Anpocs de 2007, coordenado por Heitor Frúgoli Jr. e Laura G. Gomes), “A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto” (GT nos encontros anuais da Anpocs em 2008 e 2009, coordenado por Heitor Frúgoli Jr. e Laura G. Gomes), “Cidades: dimensões, escalas e composições” (ST no encontro anual da Anpocs de 2010, coordenado por Cristina Patriota de Moura e Mariana Cavalcanti), “Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição” (GT nos encontros anuais da Anpocs de 2011 e de 2012, coordenado por Cristina Patriota de Moura e Mariana Cavalcanti).
3. Em suas duas edições, o GT teve como título “De cidades à cidade no Brasil: Tempos e/ou espaços”, e o ST foi intitulado “Pensar a cidade no Brasil: limitações, potencialidades e perspectivas”.

com destaque para avaliações das potencialidades da prática etnográfica na relativização de dicotomias “clássicas” mobilizadas pelas ciências sociais para conceituar a cidade/o urbano – em particular centro-periferia, mas também rural-urbano –, além de espaços historicamente referenciais no debate, como rua e bairro. Partindo dessa constatação, acreditávamos ter sido chegada a hora de voltar a olhar para o objetivo inicial do grupo de trabalho na Anpocs de 2007, a fim de avaliar as potencialidades *conceituais* contidas na reflexão metodológica já acumulada no ínterim, com vistas a ampliar a compreensão teórica do fenômeno urbano em particular no Brasil.

À luz de nossos próprios interesses prévios por espaço e tempo, e seu diálogo com certo debate internacional recente nas ciências sociais, além do próprio pensamento social brasileiro, nada melhor do que propor, nos grupos de trabalho, a sua articulação metodológica em prol de exercícios conceituais relativos à cidade no país. Já para os fins deste Dossiê, julgamos que o repertório reflexivo anterior, tributário sobretudo da sociologia e da antropologia brasileiras (respectivamente os trabalhos de Martins, Barreira e Freire-Medeiros, e de Frúgoli Jr., Macedo, Patriota de Moura e Januzzi), além da geografia nacional (Name), poderia ser enriquecido se complementado por olhares estrangeiros que, todos conhecedores da realidade urbana brasileira, se voltassem, a partir respectivamente da antropologia (Cordeiro), da sociologia (Fortuna) e de uma historiografia explicitamente devotada ao estudo de “práticas espaciais e temporais” (Dorsch), para o problema teórico da cidade (no Brasil) que tempos e espaços revelam.

Foi o que os autores aqui reunidos realizaram cada um a seu modo, com base em diálogos teóricos específicos – respectivamente com o Lefebvre pensador do urbano (Martins), da produção do espaço (Dorsch) e da ritmanálise (Barreira); com o Michel Agier do “fazer a cidade” (Frúgoli Jr. e Macedo, e Patriota de Moura e Januzzi); com o Bernard Lepetit das temporalidades urbanas (Cordeiro); enfim, com o Michel de Certeau do espaço praticado (Fortuna) e a Ananya Roy do urbanismo subalterno (Freire-Medeiros e Name). Essa variedade toda também se expressa nos cenários espaciais e temporais de referência empírica, que acabam por compor, em conjunto, uma geografia e uma cronologia insuspeitada. As páginas que seguem unem a São Paulo de fins do século XIX e das primeiras décadas do XX (Dorsch) a “toda e qualquer” cidade, “desnacionalizada”, nos tempos que correm (Fortuna), passando, respectivamente, pela Rio de Janeiro de Lima Barreto, no início do século XX; por crisálidas inventivas de cidade na Amazônia dos anos de 1970 e 1980 (Martins); pelo bairro lisboeta da Bica na década de 1990 e aqueles de classe média na Brasília das décadas de 2000 e 2010; enfim, pelos lugares públicos do centro de Fortaleza nos anos de 2010 (Barreira) e pela laje que encima tantas moradias nas favelas (cariocas) até hoje (Freire-Medeiros e Name).

Em meio a tanta diversidade teórica, espacial e temporal, o que há de comum é justamente a preocupação em conceituar as respectivas cidades com base em categorias espaciais e temporais. Sob esse prisma surgem mesmo combinações inesperadas. Há quem, por ângulos teóricos e metodológicos diversos, se preocupe com a presença de tempos variados no espaço – e o que de tais (des)encontros resulta, em termos de realidade social passível ou não de ser chamada de urbana. A cidade que assim se revela emerge ou das contradições de tempos históricos (Martins) ou da combinação dos tempos passados que se consegue/quer, estrategicamente, relembrar (Cordeiro).

Uma segunda tendência que atravessa este Dossiê é o enfoque analítico mais ou menos sistemático e explícito respectivamente em práticas e representações espaciais e temporais (Dorsch e Barreira), em busca do fenômeno urbano que elas revelam. Espaço e tempo evidenciam, assim, ser também poderosas mediações interpretativas do que significa conhecer cientificamente e intervir politicamente em uma cidade.

Já uma terceira e última vertente de natureza metodológica congrega textos que exploram em termos analíticos a multiplicidade de espaços que se apresentam ao olhar interpretativo em momentos históricos diversos, mas todos contemplados a partir da seara temporal da vida cotidiana. A perspectiva traz para o primeiro plano a variedade de lugares urbanos prenes de simbolismo que resultam, respectivamente, de interações sociais em meio ao ir e vir pelas ruas e meios públicos de transporte (Frúgoli Jr. e Macedo); de processos de intervenção material e subjetivação em bairros (Patriota de Moura e Januzzi); de práticas informais nas ruas (Fortuna); dos múltiplos usos da laje em favelas (Freire-Medeiros).

O que importa para os propósitos deste Dossiê é justamente que dessas diferentes formas de pensar fundadas nos eixos metodológicos de espaço e tempo emergem apontamentos de natureza conceitual que permitem avançar em reflexões sobre a cidade – em particular no Brasil – como objeto de conhecimento sociológico e antropológico. Já distantes da ambição totalizante de autores que, nos primórdios das ciências sociais, buscavam desvendar “a cidade” ou “o urbano”, os autores aqui reunidos nos sugerem caminhos empíricos e diálogos teóricos a partir dos muitos espaços e tempos que compõem a vida urbana. Daí resulta, de um lado, um investimento coletivo no questionamento de dicotomias de natureza conceitual que marcam a história do campo dos estudos urbanos em geral, e que assumem características peculiares no Brasil, tais como rural/urbano, centro/periferia, público/privado, casa/rua, morro/asfalto, atraso/modernidade. De outro lado, tensionam-se categorias metodologicamente centrais à pesquisa qualitativa atual em meio urbano – novamente, em especial no Brasil –, tais como fronteiras, fluxos, materialidade, informalidade.

Empreendendo diferentes entrelaçamentos entre espaço e tempo, os oito artigos que compõem este Dossiê convergem, assim, no exercício de pensar conceitualmente

sobre o fenômeno urbano por meio de um instigante panorama reflexivo. A materialidade da laje de uma favela carioca, as ruas e praças de São Paulo, do centro de Fortaleza ou da cidade sem pátria, mas também as invenções de cidades amazônicas ou de bairros inteiros nos revelam as muitas possibilidades de se definir espacialmente o urbano. Tais perspectivas se potencializam ainda mais se consideramos que, movendo-nos entre o tempo histórico, o tempo da memória e o tempo efêmero do cotidiano, somos apresentados às muitas camadas temporais que constituem as cidades e são, da mesma forma, constituídas por elas.

Acreditamos, por tudo isso, que mais do que contribuições específicas sobre os temas apresentados, ou sobre as múltiplas possibilidades de realização de pesquisa qualitativa em ambiente urbano, este Dossiê oferece uma atualização *sui generis* do debate mais amplo sobre a cidade como categoria analítica, como instrumento heurístico e objeto de conhecimento das ciências sociais. Esperamos que o leitor encontre aqui um estímulo simultaneamente espacial e temporal para aprimorar-se nessa discussão. Mas sempre lembrando que esta se renova e amplia *pari passu* com o desenvolvimento justamente de trabalhos empíricos nas cidades que estejam dispostos a investir conceitualmente naquilo que, assim, se revela *sobre* elas.

Referências Bibliográficas

- BOATCA, Manuela *et al.* (2010), *Decolonising European sociology*. Londres, Routledge.
- CONNELL, Raewyn. (2007), *Southern theory*. Cambridge, Polity.
- COSTA, Sérgio. (2010), “Teoria por adição”. In: MARTINS, Heloisa H. T. de S. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo, Anpocs, pp. 25-51.
- DAMATTA, Roberto ([1985] 1997), *A casa & a rua*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DÖRING, Jörg & THIELMANN, Tristan. (2008), *Spatial turn*. Bielefeld, Transcript.
- FORTUNA, Carlos. (2012), “In praise of other views: the world of cities and the social sciences”. *Iberoamericana*, Berlim, 12 (45): 137-153.
- FOUCAULT, Michel ([1967] 2013), “De espaços outros”. Tradução de A. C. A. Nasser; Revisão Técnica de F. Frehse. *Estudos Avançados*, São Paulo, 27 (79): 113-122. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300008&lng=en&nrm=iso.
- FREHSE, Fraya. (2005), *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo, Edusp.
- FREHSE, Fraya. (2011), *Ô da Rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- FREHSE, Fraya. (2012), “A recent sociological utopia of urban space in Brazil”. *Iberoamericana*, 12 (45): 103-117.

- FREHSE, Fraya. (2013), “O espaço na vida social: uma introdução”. *Estudos Avançados*, 27 (79): 69-74. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300006&lng=en&nrm=iso.
- FREHSE, Fraya. (2017), “Relational space through historically relational time: in the bodies of São Paulo’s pedestrians”. *Current Sociology Monograph*, 65 (4): 511-532.
- FREHSE, Fraya & LEITE, Rogério Proença. (2010), “Espaço urbano no Brasil”. In: MARTINS, Heloisa H. T. de S. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo, Anpocs, pp. 203-251.
- FRÚGOLI JR., Heitor *et al.* (2006), *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Editora PucMinas.
- FRÚGOLI JR., Heitor & GOMES, Laura Graziela. (2010), “Apresentação”. *Antropolítica*, 28: 11-18 (dossiê “Cidade, teoria, etnografia”).
- LEFEBVRE, Henri. ([1974] 2000), *La production de l'espace*. Paris, Anthropos.
- LEFEBVRE, Henri. ([1985] 2013). “Prefácio: A produção do espaço”. Tradução de A. C. A. Nasser; Revisão Técnica de F. Frehse. *Estudos Avançados*, 27 (79): 123-132. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300009&lng=en&nrm=iso.
- Löw, Martina. (2013), “O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço”. Tradução de R. Domschke e F. Frehse. *Tempo Social*, 25 (2): 17-34. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000200002&lng=en&nrm=iso.
- MARTINS, José de Souza. (1994), *O poder do atraso*. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, José de Souza. (2011), *A política do Brasil lumpen e místico*. São Paulo, Contexto.
- MOURA, Cristina P. de. (2013). “Apresentação: O urbano e suas múltiplas dimensões”. *Anuário Antropológico*, 2013 (2): 9-15.
- O'DONNELL, Julia G. (2008), *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro, Zahar.
- O'DONNELL, Julia G. (2013), *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PARK, Robert E. *et al.* ([1925] 1967), *The city*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press, pp. 47-62.
- STEETS, Silke. (2015), *Der sinnhafte Aufbau der gebauten Welt*. Frankfurt a. M., Suhrkamp.
- SIMMEL, Georg. ([1903] 2013), “As grandes cidades e a vida do espírito”. Tradução de L. Waizbort. In: BOTELHO, André (org.). *Sociologia: Essencial*. São Paulo, Penguin/Companhia das Letras, pp. 311-329.
- WEBER, Max. ([1921] 2004), *Economia e sociedade* [“A cidade do Ocidente”], vol. 2. Tradução de R. Barbosa & K. Elsbete Barbosa. Revisão técnica de G. Cohn. Brasília/São Paulo, Editora UnB/Imprensa Oficial, pp. 408-445.
- WEIDENHAUS, Gunter. (2015), *Soziale Raumzeit*. Frankfurt a. M., Suhrkamp.

Texto apresentado em 21/12/2018 e aprovado em 7/1/2019 .

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.153111

FRAYA FREHSE é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Espaço e do Tempo. E-mail: fraya@usp.br.

JULIA G. O'DONNELL é professora do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma instituição. E-mail: juliagodonnell@gmail.com.



A reinvenção da cidade na selva

José de Souza Martins*

<https://orcid.org/0000-0001-8747-1937>

Neste ensaio, trato resumidamente do processo de surgimento das novas cidades amazônicas, nos anos de 1970 e 1980, com base em extensa pesquisa de campo, na região definida na época como Amazônia Legal, que delimitava o território que poderia ser beneficiado pelos chamados incentivos fiscais do governo federal. Nesse período, novas cidades estavam nascendo no marco novo de um projeto de ocupação dos chamados espaços vazios, que não o eram, posto em prática pelo Estado brasileiro. Em boa parte envolvendo um novo padrão de sobreposição da frente de expansão pela frente pioneira, que eu havia observado em trabalho anterior¹. Formas de ocupação territorial que envolvem temporalidades históricas que, no geral, sucedem-se, mas que podem coexistir, a que correspondem modos de vida peculiares e desencontrados, dotados de espacialidades concebidas e vividas a partir de lógicas não só diferentes, mas sobretudo opostas. Na superposição escondem um conflito violento entre os agentes das funções sociais da terra de trabalho e os agentes das funções econômicas da terra de negócio. Neste caso, a terra como renda territorial e como versão fundiária da reprodução ampliada do capital.

A proposta deste Dossiê trata de questões teóricas relativas às cidades constituídas e ao urbano já definido como tal, com problemas próprios de realidades sociais dessa ordem. Porém, no Brasil, aquele período foi o da expansão da fronteira interna, a

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Sobre a distinção sociológica entre frente de expansão e frente pioneira, que aqui adoto, ver Martins (1975).

maior do mundo, sobre territórios ocupados ou por povos indígenas ou por populações rústicas encurraladas entre territórios ainda de populações tribais e territórios já ocupados por empresas agropecuárias. Três mundos sociais completamente diversos e em conflito. Nestes dois últimos, as novas aglomerações amazônicas, não urbanas e urbanas, povoados rústicos com poucas funções urbanas meramente complementares e cidades.

Nesse sentido, de certo modo, este trabalho é um contraponto à proposta original do dossiê, pois trata do nascimento de cidades baseado na indefinição de uma nova territorialidade, diferente da que marcou, historicamente, o nascimento das cidades no Brasil. A pesquisa cobriu, portanto, do extremo leste ao extremo oeste da Amazônia, num cenário em que a circunstância completamente nova da relação homem-natureza impôs aos novos habitantes a invenção da nova cidade da última fronteira do mundo. Reação que é a referência de fundo da interpretação dialética, tanto a de Marx quanto a de Lefebvre.

Do mesmo modo, impôs a penosa descoberta do peculiar e diferente da natureza a ser “amansada”, palavra que ouvi em vários pontos da região. Houve desapontamentos e desilusões decorrentes de uma natureza desconhecida, não só nas cidades, mas também no campo, na agricultura e na pecuária. A inundação da cidade planejada da Nova Marabá, no Pará, pela cheia do rio Itacaiúnas, foi um desses episódios. Outro foi o do desmoronamento do bosque que separava a área comercial da área residencial da cidade de Nova Ariquemes, em Rondônia. A faixa fina de solo não suportou a mata nativa quando o entorno de sua sustentação foi abatido para abertura das ruas e construção de casas e edifícios. Na pecuária, a devastação da floresta para a abertura da Fazenda Suyá-Missú, no Mato Grosso, e formação das pastagens, expôs um terreno arenoso, o pasto mirrado e sua ocupação pelo gado limitado a índices de baixa ocupação. A natureza convulsionada foi a mediação da historicidade no nascimento da cidade na selva, nesse período.

Embora alguns aspectos da sociologia de Henri Lefebvre aplicada ao tema da cidade, do espaço e do urbano, sobretudo de seu método, sejam aplicáveis a um tema assim singularíssimo, há outros aspectos do tema que nunca foram considerados em perspectiva lefebvriana nem em perspectiva marxiana. Em Lefebvre, as contradições que propõem a cidade como o *locus* da historicidade contemporânea e a própria natureza como natureza-segunda, a nova natureza gerada pelo desenvolvimento capitalista e urbano, são contradições propriamente urbanas, a cidade como cadinho das tensões do repetitivo e do inovador, do possível.

Sem exagerar no que poderia ser considerado o “recorte amazônico” da questão, como se fosse um “mundo em si”, na Amazônia as condições da historicidade, naquele período, propuseram-se como condições sociais e políticas da margem da

sociedade capitalista, de uma sociedade inacabada, se a considerarmos a partir do pressuposto metodológico da totalização em curso. Isso porque as contradições que alcançam a Amazônia são externas, estão em outro lugar, são-lhe determinações mediadoras cujo eixo está situado na reprodução ampliada do capital, e não no território virginal de um mundo que apenas nasce. É que ela nasce nos vazios do mundo já nascido, já determinado historicamente.

A terra, na qualidade de renda territorial capitalizada, e não como mera natureza, define suas novas funções históricas a partir do centro dinâmico do capitalismo e da reprodução ampliada do capital, funções que ela não tinha na fase pré-moderna das sociedades tribais e das frentes de expansão residuais. É onde está o núcleo dinâmico da dimensão especulativa do capitalismo brasileiro, que se nutre, quanto a isso, e nesse momento, menos da exploração do trabalho e muito mais da grilagem de terras e do planejamento estatal do uso das terras devolutas, ainda que já possuídas por posseiros, pequenos extrativistas e pequenos agricultores. A ocupação da Amazônia nos anos de 1970 e 1980 é a ocupação determinada por uma poderosa variante irracional e especulativa da acumulação do capital.

As novas cidades que nasceram na Amazônia, no período aqui indicado, não foram estruturadas com base na conflitividade própria da cidade lefebvriana, mas sim com base no entorno dominante, o dos pressupostos do caráter especulativo da renda fundiária como fundamento de um urbano gestado de fora para dentro. Menos porque fosse outra realidade e outra sociedade, diferente da industrialização socialmente transformadora, pressuposta por Lefebvre para pensar a cidade, e sim porque diferente da Europa de referência do desenvolvimento capitalista. O capitalismo brasileiro se constituiu através de um poderoso consórcio histórico entre terra e capital. Na Europa, a questão fundiária foi constituída pela função irracional da renda da terra pré-capitalista no desenvolvimento do capital, o capital como superação e inimigo histórico da renda territorial. Aqui, a renda da terra como sucedâneo da acumulação primitiva de capital, como reserva de valor e, em boa parte, fonte originária do capital.

A Amazônia dos anos de 1970 e 1980, tornou-se o último e dramático episódio dessa singularização do capitalismo. Portanto, as cidades da selva nasceram dominadas por essa poderosa mediação, a outra e oposta ponta do desenvolvimento das cidades, a datação do retrógrado, sem a qual não pode ele ser compreendido sociologicamente. Aí, sim, o recurso a Lefebvre é essencial, no campo metodológico: numa situação social que contém um “a mais” e diferente em relação à análise lefebvriana das cidades. Formaram-se as cidades, mas não se constituiu o propriamente urbano.

E, ainda assim, com subdatações, como veremos aqui, no que se distinguem as cidades da Amazônia Ocidental e as da Amazônia Oriental. Entre Ariquemes, em

Rondônia, e São Pedro da Água Branca, na Pré-Amazônia Maranhense, há uma distância sociológica maior do que entre São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, e Recife, São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre. Na Amazônia, as determinações sociais e históricas antiurbanas da formação das cidades, no período, definem fatores singulares para a compreensão sociológica das cidades da região. E, também, para ampliar o alcance da teoria lefebvriana da cidade e do urbano.

É nesse sentido que o cenário típico da Amazônia, na época, o do conflito entre terra e capital, entre rentismo e capitalismo, encerra dois diferentes possíveis, o de um e o de outro. A luta pela terra, na Amazônia, trazia consigo o anticapitalismo do uso comunitário da terra como bem comum e uma organização social baseada em códigos de relacionamento social dele derivados. Nos dois tipos de cidade, que menciono mais adiante, a cidade planejada e urbana, de feitio claramente capitalista, e a cidade evoluída do povoado e dos valores tradicionais e comunitários, dois caminhos de desenvolvimento urbano se propuseram e dois possíveis se apresentaram. Portanto, alternativas de historicidade opostas e cidades de funções históricas também opostas. Opostas porque uma marcada pela determinação da renda fundiária, a terra de negócio, como determinação constitutiva. Outra, porque apoiada numa concepção tradicional e comunitária do direito à terra de trabalho e, portanto, relativamente liberta da determinação social da renda da terra. Expressões de conduta social de populações socializadas em tradições diferentes e contrárias. Na primeira, as tensões e contradições do presente. Na segunda, as tensões são entre passado e presente, entre o tradicional e o moderno, o ontem que convive marginalmente com o atual.

Vista da perspectiva do Brasil capitalista e contemporâneo, a frente de expansão foi a representada pela espontânea ocupação de territórios, até então de perambulação razoavelmente demarcada de tribos indígenas (Ribeiro, 1970), pelas populações residuais ou excluídas das áreas já ocupadas ou pela pecuária ou pela grande agricultura de exportação. “Empurradas” para o norte e para o oeste, por sua vez pressionaram as populações indígenas a avançarem na direção da cabeceira dos rios e a se refugiarem cada vez mais no interior do país. Ainda é possível encontrar tribos indígenas, não raro remanescentes de grupos de outras regiões, cujo deslocamento revela que viveram no litoral do Brasil na época da Conquista, fugitivas das expedições de caça ao índio. E, mais tarde, de sua redução e até de seu extermínio para “limpar” áreas buscadas pela grande lavoura.

Também os posseiros, na Amazônia muitos deles antigos seringueiros sem função em decorrência da ruína da economia da borracha a partir de 1910, foram sendo empurrados pela frente pioneira que se expandia em busca de terras novas para a pecuária e a agricultura comercial de grande escala.

De vários modos, a fronteira tem sido o lugar da fuga e do refúgio para as populações que neste país continental descobriram-se sem território e sem terras, a multidão dos sem lugar. A forma de habitação e de convivência conhecida como cidade não fazia nem faz parte da cultura dessas populações de situações espacialmente temporárias e transitórias. Quando muito, têm elas no povoado rústico e espontâneo uma forma de agrupamento prenunciadora do que se pode chamar de urbano. Dominada, ainda, por técnicas, modos de vida e mentalidades que pertencem ao mundo pré-capitalista. Não é raro ver-se nesse território do limite, mesmo em povoados que rapidamente se transformaram em grandes cidades, pessoas desenvolvendo atividades artesanais sofisticadas, do remotamente período inaugural da indústria. Vi isso em Santa Teresinha e em Porto Alegre do Norte, no estado do Mato Grosso.

No Brasil, historicamente, essa privação de lugar tem tido a função de gerar uma superpopulação relativa de mão de obra sobrando. Mas essa política de produção de excedentes populacionais só tem sentido quando, na outra ponta do processo econômico, estão surgindo atividades carentes de mão de obra. Já nos anos de 1970, quando a política contemporânea de ocupação do território amazônico se robustece, também nessa outra ponta, cada vez mais, os excedentes populacionais cresceram em decorrência de transformações tecnológicas substitutivas de mão de obra. Não tem sido ele polo de atração e de inclusão produtiva desses excedentes, das populações sobrando geradas pelo modelo de desenvolvimento econômico que passou a regular a sociedade brasileira a partir do golpe de Estado de 1964.

As cidades amazônicas dessa nova onda de alargamento da fronteira econômica já nascem, portanto, num cenário antiurbano de problemas sociais. O fato de que essa fronteira seja marcada pelo renascimento do trabalho escravo na abertura de novas fazendas e de que, em várias de suas cidades, os linchamentos ocorram com frequência, não confirma tratar-se de cidades no sentido histórico, como lugares de emancipação dos seres humanos com relação ao retardamento pré-moderno do modo de vida.

Por outro lado, a cidade não foi nem é característica da frente de expansão. Quando muito, aqui e ali, por longo tempo, houve algumas concentrações urbanas muito dispersas, mero entrepostos, de funções comerciais simples. A frente de expansão é, sobretudo, um lugar de baixa vitalidade econômica, na qual, quando há cidade, é ela reduzida a funções urbanas mínimas e incompletas. Caso dos vários povoados aqui citados.

Já a frente pioneira tem sido a forma da ocupação territorial economicamente organizada, seja por empresas agrícolas, seja pela agricultura familiar e comercial. A cidade tem sido seu polo aglutinador, político, econômico, social e religioso. A frente pioneira tem sido entre nós, historicamente, disseminadora de cidades. A ideologia do pioneiro é a do plantador de cidades, como define Deffontaines (Deffontaines, 2004).

No período em que eu fazia na região amazônica extensa pesquisa sobre os conflitos de fronteira, nos anos de 1970 e 1980 (Martins, 2014), a frente pioneira definiu a dinâmica da expansão territorial do capital e incorporou, transformando, áreas da frente de expansão, reduziu e confinou os territórios indígenas e ampliou a violência mediada pela lógica da renda da terra e do mercado. Sob a aparência de uma expansão da economia propriamente capitalista, a disseminação das novas cidades se deu como momento de um enredo conflitivo. Diferente do que é próprio da cidade, aqui não tem ela assumido plenamente a forma social positiva de disseminação e articulação dos meios de emancipação e humanização do homem nos novos territórios. Os fatores de emancipação humana colidem diariamente com os fatores e motivos de sua negação.

Têm sido elas também, e contraditoriamente, instrumentos de combate contra a resistência à espacialidade de um modelo peculiar de desenvolvimento econômico que abrange devastação ambiental e degradação social. Longe do que historicamente aconteceu em outros países, em que a cidade foi meio de civilidade, na Amazônia, a cidade foi e tem sido meio também de sua negação. Não é casual que, com frequência, ocorram episódios de barbárie nesse urbano mutilado.

Lembro aqui dois episódios envolvendo violento conflito entre colonos da frente pioneira e populações indígenas do estado de Rondônia, numa área já nucleada por cidades nascentes. De um lado, o caso da recíproca paixão de um adolescente da tribo Paíter, Oréia, e Orminda, também adolescente, filha de colonos capixabas então recém-chegados. Uma história shakespeariana na selva, em 1976. Como os pais da moça proibissem o namoro, Oréia a raptou e a levou para sua aldeia. Os colonos se organizaram, resgataram-na e os pais a deportaram de volta para seu estado de origem. Oréia entrou em profunda depressão, o que levou seu grupo de idade a atacar os colonos e a matar vários deles. Em resposta, os colonos contra-atacaram, mataram Oréia e o esquartejaram. Outro episódio foi o do sequestro de um adolescente, filho de colonos, pelos índios Uru-éu-uau-uau. A família do sequestrado e os assentados nas terras da região se organizaram e atacaram a tribo, em busca do jovem raptado. Nunca foi encontrado.

Conflitos característicos da frente de expansão que, no entanto, se manifestaram, também, na peculiar frente pioneira de Rondônia. Forçada pelas políticas territoriais e econômicas do governo militar, essa frente pioneira se antecipou à fase histórica do que até então havia sido característico de um processo compassado e lento de ocupação do território do país: o da frente de expansão.

No entanto, o que é próprio da frente de expansão não desapareceu completamente com a dinâmica mais intensa da frente pioneira, como esses casos mostram. Temporalidades, modos de vida e mentalidades historicamente desconhecidos e

diversamente datados não revestiram as cidades amazônicas, nessa fase, das características do que tende a ser propriamente o urbano, linear, unitemporal e racional. Índices de desconstrutividades sociologicamente explicativas são, de vários modos, por suas determinações históricas, o peculiar da cidade brasileira. Mesmo em São Paulo, esses desencontros estão fortemente presentes. O que, na perspectiva lefebvriana, pode constituir a referência empírica de uma possibilidade metodológica para nossa sociologia urbana.

Concebida a frente de expansão a partir do seu elemento constitutivo, a ausência da renda territorial convencional, da terra em si como equivalente de mercadoria, o povoamento baseado na concepção da terra de livre ocupação, sua personagem característica é a do posseiro. Algo que muito deve ao regime sesmarial, no período colonial, em que a posse útil precedia e validava o pedido de reconhecimento oficial do direito de uso. Poderemos, então, compreender que a fronteira, no período desta pesquisa, foi lugar de um grande cenário de conflito entre frente de expansão e frente pioneira. O que encerrou e encerra uma disputa sobre a própria concepção de ser humano, como ouvi de um menino claramente mestiço, em São Félix do Araguaia, à margem do rio. Interpelei-o porque ria de um índio karajá, que passava, cabisbaixo. Perguntei-lhe por que fazia aquilo, pois o índio era gente como ele e eu. Muito surpreso, respondeu-me que ele não era igual ao índio. O índio era gentio e ele era cristão. Linguagem da época colonial e da caça ao índio, em que só por meio do batismo católico o índio era reconhecido como gente.

Mesmo que a frente pioneira se baseie em princípios legais e tenha a sustentação das instituições, a frente de expansão tem se baseado na concepção paralela e alternativa de que a terra é de quem a ocupa e nela trabalha.

Encontrei, nessas áreas, não o dono da terra, o proprietário, mas o “dono do lugar”, o primeiro a ocupá-lo, a pessoa que amansou a terra, tornou-a cultivável, habitável e lugar de convivência e coexistência, o fundamento do urbano. A ele os que vêm depois “devem” pedir licença para ocupá-la *também*. É ele senhor de um senhorio moral, o fundador de um lugar. Não lhe cabe nem a retribuição do pagamento nem a da prestação de serviços. Cabe-lhe apenas o respeito da precedência, não raro o conselheiro da forma de ocupação e uso da terra. Em alguns desses lugares, uma autoridade difusa, não raro personificada pelo “dono do lugar”, estabelece o lugar ou lugares do banho coletivo diário, que separa lugar das mulheres e lugar dos homens, ou horário de umas e outros. Tudo sujeito a controle rigoroso e a punição severa em caso de transgressão, de que alguém decida, às escondidas, espiar o banho das mulheres.

Se na frente pioneira a compra da terra-mercadoria é a fonte da sua legalidade, na frente de expansão o trabalho que “amansa a terra” é que legitima sua posse. Essas duas concepções de direito têm persistido em nossa questão territorial. É sua diferença

que regula a dinâmica e a forma que a ocupação de dada região acaba assumindo, o que interfere diretamente no tipo de evolução dos aglomerados populacionais, eventualmente sob a forma de cidade.

A frente de expansão não se manteve estagnada. Por via indireta, ela acabou alcançada pelos estímulos econômicos à expansão territorial do capital, preservando características de uma relação pré-moderna com a terra. Ainda que com limitações, a frente de expansão tendeu a se tornar, quando não alcançada pelo processo de modernização próprio da frente pioneira, cenário de uma espécie de capitalismo residual, limitado e incompleto, de desenvolvimento lento. Pode-se ver isso comparando localidades distantes entre si, surgidas na mesma época, na década de 1970, como cidades da frente de expansão e cidades da frente pioneira. É o caso de Santa Teresinha, no norte do Mato Grosso, e Ariquemes, em Rondônia.

Nesse período, na frente de expansão, houve tanto a disseminação de aglomerados espontâneos, os chamados povoados, por populações excedentes de áreas de ocupação tradicional, ou de áreas de antigos e decadentes seringais ou atraídas pela perspectiva do desenvolvimento econômico futuro, decorrente do deslocamento da frente pioneira na retaguarda. No geral, localidades sem edificações e obras próprias do que em nossa cultura se define como urbano: a escola e a igreja. Não obstante, muitos desses povoados, nos últimos trinta anos, tenham se tornado sede de municípios.

Alguns dos que conheci nos estados de Pará, Mato Grosso, no Maranhão tinham, em compensação, como equipamentos propriamente urbanos, ao menos um prostíbulo, um número grande de botecos, basicamente de venda de cachaça, e não pequeno número de “farmácias”, verdadeiros botequins de remédios (ver Anexo: Ensaio visual). Eram os estabelecimentos públicos desses lugares, botecos e farmácias definindo o centro e o puteiro definindo a periferia. Eventualmente, “escolas” improvisadas em ranchos erguidos pela própria população, professores por ela pagos com o fornecimento da alimentação e do rancho da moradia.

Foi a minha pesquisa, solitária, parcialmente financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que cobriu da Pré-Amazônia maranhense ao Pará, ao Mato Grosso, a Goiás, a Rondônia, ao Acre². Para a compreensão que do assunto aqui proponho, polarizo dois grupos de experiências sociais opostas na gestação das cidades e do modo de vida urbano no cenário peculiar da suposta terra de ninguém. De um lado, a formação de cidades na Amazônia Oriental (maranhense, paraense, mato-grossense e goiana), e de outro, a formação de cidades na Amazônia Ocidental (rondoniana e acreana). Como tendências esquemáticas, entre as duas Amazônias desenhou-se uma linha nítida de separação territorial, dois modos de

2. Os principais resultados da pesquisa estão apresentados em Martins (2014).

vida, dois modos de morar em grupo e de pensar (ver as legendas das fotografias no Anexo).

Num extremo, a formação espontânea, a partir do aparecimento de pequenos povoados, decorrente da ocupação da terra por migrantes oriundos, em grande parte, do semiárido do Nordeste. Ocupantes de terras que supunham devolutas, as chamadas terras livres, fora da espacialidade mediadora da renda territorial. Lugares como Ribeirão Cascalheira, Santa Teresinha e São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, foram daqueles de mais intenso ativismo das pastorais sociais da Igreja Católica. Foi-o com base num imaginário que valorizava a pessoa e a comunidade, em boa parte inspirado nas ideias do personalismo de Emmanuel Mounier (1964), fundador da revista católica *Esprit*. Ação que foi uma das bases da formulação e difusão da Teologia da Libertação entre nós. De vários modos, imaginários anticapitalistas.

Santa Teresinha, no norte do estado e à beira do rio Araguaia, era um povoado antigo, em boa parte resultante do trabalho missionário católico, quase encravado em território indígena. Próxima, ficava a última aldeia dos índios tapirapé, quase exterminados pelos índios kayapó. Tensão que testemunhei. Numa manhã, da época de minha estada em Santa Teresinha, chegou a correr o boato de que um grupo de índios kayapó fora visto dirigindo-se à aldeia tapirapé para atacá-la. Passariam pelo povoado. O que gerou um dia inteiro de apreensão nos moradores. Lugar de um cotidiano de temores ainda dos tempos coloniais.

Localidade que foi cenário de uma disputa violenta entre duas concepções do urbano, nos anos de 1970. O povoado era um característico aglomerado da frente de expansão, quando a política de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) levou à abertura de grandes fazendas de gado na região, uma delas, a Fazenda chamada Codeara (Companhia do Desenvolvimento do Araguaia), propriedade de um grande banco brasileiro.

Região povoada desde 1910-1915, paróquia desde 1964, o povoado foi objeto, por parte da empresa que se tornara formalmente proprietária da terra já ocupada, de uma tentativa de sobrepor-lhe um traçado urbano moderno. Os moradores, que eram posseiros, poderiam comprar da fazenda os lotes do novo desenho urbano, desse modo regularizando e legalizando em seu nome a propriedade do respectivo terreno. Em 2 de março de 1972, homens da fazenda tentaram derrubar a unidade de saúde mantida pela Igreja e construída pela população local para redesenhar o povoado como futura cidade. Houve reação armada dos moradores, o que culminou no reconhecimento do povoado tal qual era e no do direito de sua população às terras ocupadas.

Com o tempo, Santa Teresinha foi elevada a município, ganhou autonomia e acabou atraindo comerciantes. Foi, provavelmente, o mais significativo confronto entre

duas concepções do urbano nessa fase de disputa de territorialidades na Amazônia. Com Lefebvre (1974), poderíamos defini-las como a do vivido e a do concebido, a do espontâneo e a do planejado. Diferente da teoria, entre o concebido e o vivido não havia mera relação de tensão, mero desenvolvimento desigual. Não eram níveis do urbano, mas urbanos opostos, um mais e outro menos urbano, projetos alternativos de vida em comum.

Encontrei, mesmo no âmbito da Amazônia Ocidental da década de 1970, uma variante muito significativa de potenciais cidades originadas da ocupação espontânea da terra. Na orientação esquemática que estou adotando para compreender diferenças na concepção de cidade na região, é ela um exemplo singular dos efeitos urbanos do imaginário e da criatividade de uma sociabilidade de população de frente de expansão. Não muito longe de Rio Branco, capital do Acre, visitei uma ocupação que não hesitaria em definir como fundadora de cidade, pois se tratava de uma verdadeira cidade paralela à capital, improvisada às pressas, em extenso terreno baldio destinado pelo governo federal à implantação de um conjunto habitacional.

Tratava-se de mata atravessada por um caminho que levava a uma região de habitação dispersa. Uma prostituta, que atravessava o lugar todas as noites, para retornar a sua casa, foi ali assassinada. Era uma senhora conhecida de todos e por todos respeitada. Em diferentes pontos da Amazônia, em alguns dos quais fiz entrevistas com prostitutas, a prostituição é reconhecida como profissão de pessoas pobres, que não têm outro meio para sustentar a família. Com naturalidade, crianças que entrevistei em diferentes lugares, na pergunta sobre a o trabalho de cada membro da família, disseram que tal irmã “trabalhava de meretriz”.

Uma multidão se formou ao redor do corpo, muitos comentando a violência e a injustiça daquele ato contra uma mulher vitimada pela pobreza. Mal o corpo foi removido pela polícia, a mata foi derrubada pelos moradores pobres da região. Num papel de embrulho, alguns desenharam, a lápis, o plano de uma cidade. No próprio local vi essa planta, que me foi mostrada por alguns dos que participaram da invasão. O exato lugar em que o corpo da vítima fora encontrado se tornou o centro de dois riscos em cruz e, portanto, o centro da cidade assim imaginada. A partir desses dois riscos, foram desenhados ruas transversais e lotes (Martins, 1998).

Por ocasião de minha visita, o terreno já estava quase todo demarcado. Os primeiros barracos começavam a ser construídos. Houve abusos de alguns ocupantes, especialmente dos que não participaram da comoção pela morte da mulher. Foi o caso da invasão de lotes já “outorgados” a participantes do movimento, e o caso dos que demarcaram mais de um lote com a intenção de vendê-los. Sobretudo, foi o caso dos que fizeram demarcação própria de lote em desacordo com a planta da localidade feita em comum pelos envolvidos no movimento.

O caso dessa ocupação tem algumas indicações muito significativas de *direito à terra urbana*, com o explícito veto à renda territorial, isto é, à concepção mercantil de terra para negociar e não para morar. O valor de uso da terra contraposto e oposto ao seu potencial e suposto valor de troca. A mais significativa é a do direito à ocupação da terra pelos pobres em decorrência de ter sido ela “sacralizada” pelo sangue da vítima pobre, o sacrifício, a morte sacrificial como fonte de direito, esse sangue como tributo sagrado.

O desenho do aglomerado, modelado pela cruz de referência do traçado “urbano” e centralizado pelo exato local do derramamento de sangue inocente, confirma a natureza religiosa do imaginário de invenção dessa “cidade”. Não se trata apenas de desenho, mas de fonte do direito e da forma e figuração de sua realização. Portanto, uma anticidade ou uma pré-cidade, e não mera ocupação individual da terra de moradia, porque ato coletivo. Mas celebração religiosa, invenção religiosa da cidade e invenção de uma religião da cidade. O todo como sujeito de invenção urbana.

Essa ocorrência encarta uma concepção tradicionalista de cidade e de ocupação da terra urbana no interior de uma região que estava toda ela destinada à agricultura moderna e à cidade moderna, caso dos estados de Rondônia e do Acre, e que não obstante viveu vários episódios de dissidência em relação ao tipo de ocupação territorial que o regime militar havia concebido para aquela área.

No extremo do modelo, na Amazônia Ocidental, o território foi sendo ocupado por migrantes do Sul do Brasil e da região do Contestado, do Espírito Santo e Minas Gerais. Eram as cidades planejadas, que expressavam não só modernas concepções do urbano, mas também a intervenção do Estado do regime autoritário e sua lógica ordenadora do espaço, a da integração do território na espacialidade mediatizada pela renda territorial. Lugares como Ariquemes, em Rondônia. Naquela região, a possibilidade de um adensamento propriamente urbano veio precedida pela destinação agrícola planejada dos projetos de colonização oficial. A cidade já era parte do grande projeto de expansão da fronteira agrícola.

De fato, em poucos anos Ariquemes se tornaria uma cidade de porte médio, com a infraestrutura de uma cidade moderna. Rapidamente se tornou município. Visitei o lugar na fase da derrubada da mata e da construção dos primeiros barracões de madeira para habitação e casas de comércio. Estive lá em 1975, quando a localidade ainda era uma povoação de casas de madeira, construídas sobre o esboço do que a cidade deveria ser. Mesmo assim, à frente de um barracão de madeira, apertado entre restos de troncos de árvores, uma placa anunciava “Xerox e benzedeira”, a combinação de um elemento da mentalidade moderna e urbana com outro elemento de mentalidade tradicional e rústica. Um bom indício da pós-modernidade na floresta secular, uma modernidade de sobreposições e atropelamentos históricos. Visitei-a

alguns anos depois, em 1982, para uma palestra, quando já se tornara cidade moderna e consolidada. Era nela impossível reconhecer o grande acampamento de sete anos antes. Nenhuma marca sobrara da transição de um momento a outro, como se a cidade tivesse brotado no meio da selva.

A nova Ariquemes foi implantada nas proximidades de um posto telegráfico que o general Cândido Rondon estabeleceu na floresta, quando estendia a linha do telégrafo pelo interior do Mato Grosso e do Território do Guaporé, entre 1907 e 1915. Cidade planejada, a dos anos de 1970, para ser uma cidade grande, com largas vias de circulação, nítida separação entre a área comercial e de serviços e a área propriamente residencial. Era e é em tudo a negação da histórica concepção de cidade que nos vem desde o período colonial.

Cada uma dessas concepções de cidade produziu desenhos urbanos diferentes e diferentes mediações no modo de interagir de seus habitantes. De um lado, quanto aos povoados que se tornaram cidades, o desenho interativo informado por uma concepção prática da relação com a natureza. É o caso de Santa Teresinha, no Mato Grosso, e, num primeiro momento, o caso de São Pedro da Água Branca, no Maranhão. De outro lado, o desenho informado por uma visão técnica e, ao mesmo tempo, fantasiosa com a natureza, o que melhor se expressou na proposta de Ariquemes, em Rondônia.

No primeiro grupo, povoados erguidos por populações originadas da roça e dirigidas para a roça. No segundo, a cidade como oposição em relação à roça, como diferenciação e recusa da centralidade do rural, o próprio campo como extensão do urbano.

Naquele momento, na Amazônia Ocidental, a cidade era afirmação positiva de um querer propriamente urbano, uma diferenciação evolutiva e racional da roça, uma sociedade diferenciada pelo urbano como polo extremo de uma modalidade de desenvolvimento econômico. Já na Amazônia Oriental, a cidade era meramente residual de um querer comunitário e não urbano. Mais configuração da resistência do antiurbano do que afirmação do urbano. Mais aglomerado espontâneo, desdobramento de uma opção preferencial pela vida agrícola e pelo comunitarismo de aldeia.

O confronto entre essas duas concepções polares de formação de cidades é documental. Expressa um dos aspectos pouquíssimo estudados do que foi o grande conflito social no processo de ocupação da Amazônia nos anos de 1970. Por trás de duas concepções de cidade estava também o conflito entre uma sociedade socialmente determinada pelo trabalho e uma sociedade socialmente determinada pela mercadoria. Essas tipificações são meramente metodológicas e ressaltam apenas as determinações decisivas na constituição e afirmação da mentalidade social.

O que sugere que na Amazônia Ocidental as novas cidades tiveram, desde o início, o urbano como pressuposto de sua estrutura. E que na Amazônia Oriental o urbano

não esteve nas premissas da ocupação da terra e da formação dos povoados, com uma variante do maior interesse. No Maranhão as populações rurais não gostam de viver esparsas pelo campo, com moradia na própria roça. Preferem viver juntas, em povoados, cultivam ainda o que foi o começo das vilas brasileiras nos séculos XVI e XVII. Ainda assim, esses povoados não são cidades nem deixam de ser germens de cidades historicamente singulares.

Essa dupla e diversa característica de base das condições de surgimento das novas cidades amazônicas no período aqui considerado, na expansão da fronteira, não deixa de se ligar a processos de contraurbanização. Refiro-me à decadência de cidades na trilha de passagem da onda demográfica que se move em direção ao interior do país. Na época de minha pesquisa, era essa a situação da cidade de Pedro Afonso, na confluência do rio do Sono com o rio Tocantins, no então estado de Goiás.

Cheguei lá em 1979 partindo de Fortaleza, passando por Juazeiro do Norte, para seguir o caminho dos romeiros do Padre Cícero em direção à Amazônia. Saíam do Nordeste seco em busca das Bandeiras Verdes, animados por uma profecia atribuída ao Padim Ciço, difundida através de antigo folheto de cordel (para detalhes, ver Vieira, 2001, 2012). Procurei o folheto em vários lugares. Em 1977, fui à biblioteca da Casa de Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro, que tem uma grande coleção de “romances”. Conversei com especialistas. Encontrei pelo sertão pessoas que me diziam ter tido em mãos, muitos anos antes, o famoso cordel. No Mato Grosso, encontrei um velho que dizia ter uma cópia manuscrita das profecias. Foi buscá-la para que eu a visse. Guardara-a por dentro da carneira do chapéu. O suor e o tempo transformaram o papel numa pasta. Em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, em meados dos anos de 1970, conheci uma senhora que cantou para mim um bendito da Bandeira Verde, mas ela não tinha o folheto.

Pedro Afonso só se consolidaria como cidade após o desmembramento do norte do estado de Goiás, o território que veio a ser o estado de Tocantins, e após a fundação de sua capital, Palmas, em 1989, situada no interior da nova frente pioneira, foi então que ganhou a característica de cidade. No tempo da pesquisa era pouco mais do que um povoado, com sinais evidentes de decadência. Fora em grande parte um lugar de passagem e um entreposto para as populações que, durante o Estado Novo (1937-1945), se deslocaram do Nordeste para a Amazônia. Pedro Afonso tornou-se o ponto de passagem dos romeiros do Padre Cícero na travessia do rio Tocantins em direção à Amazônia.

Num encontro que tive com romeiros que buscavam as Bandeiras Verdes, em Santa Teresinha, no norte do Mato Grosso, contaram-me que ali onde estavam agora não era o lugar da Bandeira Verde – chegaram e acamparam. Começaram a abrir a mata para fundar um povoado, mas foram reprimidos pela Polícia Militar em virtu-

de de ação do homem que alegava ser dono daquelas terras. Foram presos. De fato, conversei com eles minutos depois de saírem da cadeia. Os sinais próprios do lugar da profecia não se apresentaram. Estavam de partida, sempre em direção ao Oeste, ao por do sol, como ocorria com os participantes de outros movimentos do gênero.

Esse movimento revestiu de uma mística milenarista os deslocamentos dos participantes da versão popular da chamada Marcha para o Oeste. Nesse sentido, povoados surgiam para serem abandonados, ou mesmo cidades como Pedro Afonso, reduzidas ao temporário das passagens e dos passantes.

Uma mulher idosa, que entrevistei, durante a pesquisa, num povoado da margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, vinda com todos os seus acompanhantes do sertão do Ceará, contou-me que migrava porque tivera um sonho. No meio de uma neblina, apareceu-lhe o Padre Cícero, que mandou reunisse o povo e saísse à procura das Bandeiras Verdes, que atravessasse o grande rio. Foi o que fez. Reuniu parentes e vizinhos e iniciou a caminhada. Passou por Pedro Afonso, atravessou o estado do Tocantins, mas logo viu que não era ali. Seguiu adiante e atravessou o outro grande rio, o Araguaia, onde a encontrei. Ela e sua gente tornaram-se posseiros do que entendiam ser terra livre. Mas não estava segura de que fosse ali o lugar da promessa, já disposta a reiniciar a caminhada.

O caso de Pedro Afonso dá sentido à polarização de opostos da Amazônia Oriental e da Amazônia Ocidental, quanto à diversidade das formas urbanas. Muitos povoados e localidades nascidos na lógica da frente de expansão, ao contrário dos da frente pioneira, nasceram como lugares transitórios e temporários para uma população que estava de passagem. Não eram lugares para ficar, os chegantes já estavam de partida. Nesse sentido, não é bom tipificar as novas cidades amazônicas do período aqui considerado. Não são tipos de cidade. Mas, ao lado de verdadeiras cidades, as edificadas para a durabilidade, apoiadas em instituições urbanas e numa mentalidade cidadina, surgiram numerosas localidades destinadas a tornarem-se cidades mortas, como outras tantas que tem havido no Nordeste, no próprio Norte e mesmo no Sudeste.

Referências Bibliográficas

- DEFFONTAINES, Pierre. ([1938] 2004), “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”. Trad. O. Valverde. *Revista Científica Cidades*, 1 (1): 119-146.
- IANNI, Octavio. (1978), *A luta pela terra*. Petrópolis, Vozes.
- LEFEBVRE, Henri. (1974), *La production de l'espace*. Paris, Anthropos.
- MARTINS, José de Souza. (1975), *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira.
- MARTINS, José de Souza Martins. (1998), “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade Brasileira”. In: NOVAIS, Fernando A. & SCHWARCZ, Lillian Moritz (orgs.), *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 4, pp. 659-726.
- MARTINS, José de Souza. (2014), *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2 ed. São Paulo, Contexto.
- MONBEIG, Pierre. (1984), *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. A. França e R. E. A. e Silva. São Paulo, Hucitec.
- MOUNIER, Emmanuel. (1964), *O personalismo*. Trad. João Bénard da Costa. São Paulo, Duas Cidades.
- RIBEIRO, Darcy. (1970), *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. (2001), *À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental*. Campinas, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. (2012), “Território em movimento: comunidades camponesas da Amazônia Oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do Padre Cícero)”. *Revista Pós Ciências Sociais*, 9 (18).

Anexo: Ensaio visual

Nascimento de povoados e cidades na Amazônia Oriental e na Ocidental nos anos de 1970

Fotografias de José de Souza Martins



Figura 1: Aldeia tapirapé, margem do rio Tapirapé, norte do Mato Grosso (1976)



Figura 2: Pedro Afonso, no Estado de Goiás, atual Tocantins, na região da confluência do rio do Sono com o rio Tocantins, na fase da decadência (1979)



Figura 3: Povoamento espontâneo na frente de expansão do Maranhão. Povoado de São Pedro da Água Branca, na Pré-Amazônia Maranhense (1975)



Figura 4: Rua e moradores do povoado de São Pedro da Água Branca, nos primeiros dias (1975)

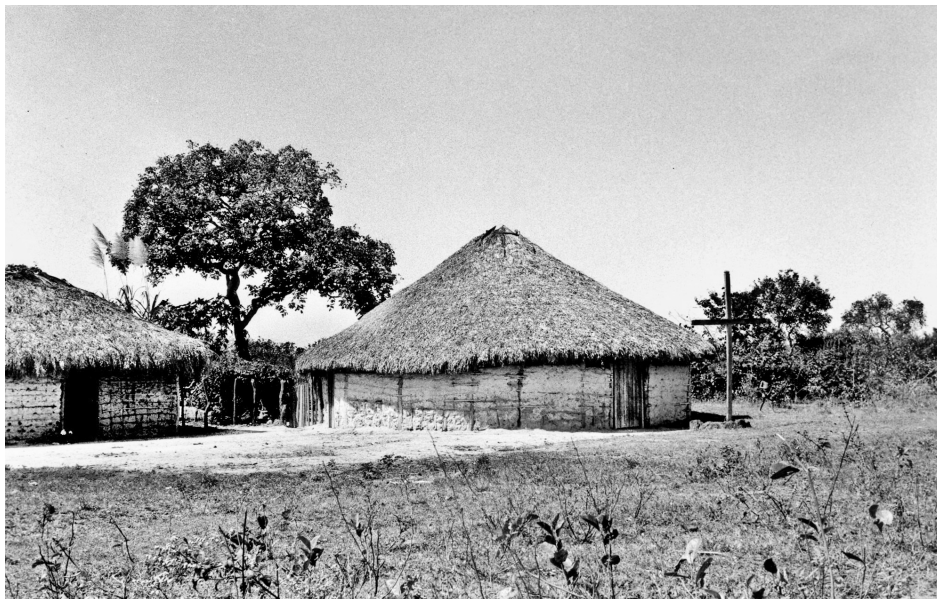


Figura 5: Igreja de estilo românico em pau a pique. Porto Alegre do Norte (MT), região dos rios Tapirapé e Araguaia, ainda um povoado de povoamento espontâneo na frente de expansão (1980)

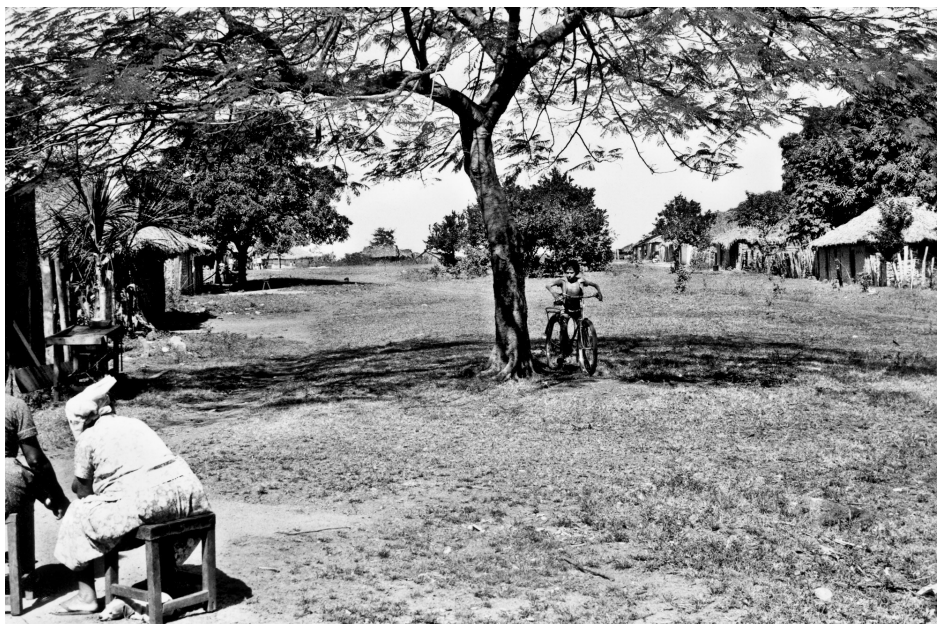


Figura 6: Praça rústica no povoado de Porto Alegre do Norte, Mato Grosso, casas de pau a pique e sapé (1980)

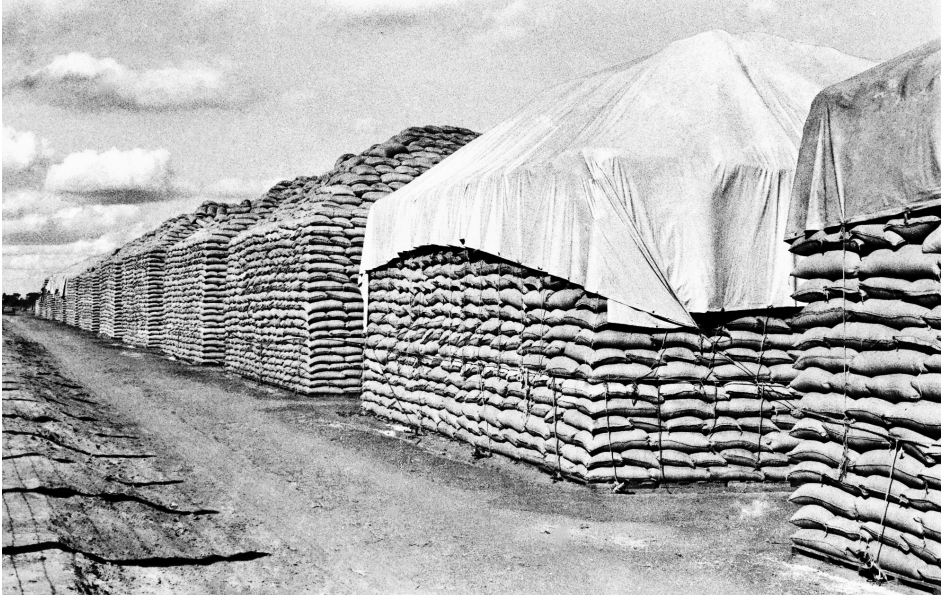


Figura 7: Armazenamento de arroz dos colonos da nascente cidade de Canarana, projeto particular de colonização na frente pioneira do norte do Mato Grosso (1980)



Figura 8: Cidade nascente à margem esquerda do rio Araguaia, norte do Mato Grosso (1977)



Figura 9: São Félix do Araguaia, norte do Mato Grosso, casas de alvenaria e sapé, cidade situada na sobreposição da frente pioneira com a frente de expansão (1976)



Figura 10: Altamira, cidade da frente pioneira do Estado do Pará, à margem do rio Xingu, atravessada pela rodovia Transamazônica (1985)



Figura 11: Avenida que separa o bairro comercial do bairro residencial, através da selva remanescente em Nova Ariquemes, cidade nascente na frente pioneira de Rondônia (1977), a pouca distância do antigo posto telegráfico erguido pela Comissão Rondon



Figura 12: Cidade nascente na selva, na frente pioneira de Rondônia (1977). Casas de madeira e telha



Figura 13: Cinema na selva, à beira de um povoado nascente na frente pioneira da região do rio Jaru, em Rondônia, à beira da rodovia Cuiabá-Porto Velho, em construção (1977)



Figura 14: Escola na selva, construída e mantida por povoadores espontâneos da frente de expansão de Rondônia (1977)

Resumo

A invenção da cidade na selva

Sintetizo minha pesquisa sobre a fronteira nos anos de 1970 e 1980, quando do violento movimento de ocupação da Amazônia Legal. Cobriu da Pré-Amazônia maranhense ao Pará, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Acre. Polarizo dois grupos de experiências sociais opostas na geração das cidades e do modo de vida urbano no cenário peculiar. Num extremo, a formação espontânea, a partir de pequenos povoados, decorrente da livre ocupação da terra por migrantes oriundos, em grande parte, do semiárido do Nordeste. No outro extremo, o território ocupado por migrantes do Sul e da região do Contestado do Espírito Santo e Minas Gerais, as cidades planejadas, que expressavam modernas concepções do urbano, na intervenção do Estado ditatorial e sua lógica ordenadora.

Palavras-chave: Fronteira; Frente de expansão; Frente pioneira; Tensões sociais.

Abstract

The city's reinvention in the jungle

I sum up my research about the border during the 1970s and 1980s, when the Brazilian so-called Legal Amazon was violently occupied. The investigation ranged from the federal state of Maranhão Pre-Amazon to the states of Pará, Mato Grosso, Goiás, Rondônia and Acre. I polarize two groups of opposite social experiences in the framework of the generation of cities and of an urban way of life in this peculiar setting. At one extreme the spontaneous formation, which stemmed from little settlements and the free occupation of land by migrants mostly arriving from the semi-arid region of the Northeast. At another extreme the planned cities, i.e. the territory occupied by migrants arriving from the South and from the Espírito Santo and Minas Gerais region of Contestado. These cities expressed modern conceptions of the urban in the framework of interventions by the dictatorial state, with its ordering logic.

Keywords: Border; Front of expansion; Pioneer front; Social tensions.

Texto recebido em 18/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.151225

JOSÉ DE SOUZA MARTINS é professor titular aposentado de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Fellow de Trinity Hall e Professor da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge (1993-1994), Professor visitante da Universidade da Flórida (1983) e Professor visitante da Universidade de Lisboa (2000). Pesquisador Emérito do CNPq (2019). E-mail: jose38@uol.com.br.



Descompassos de uma etnografia

Sobre os passados presentes de um bairro

Graça Índias Cordeiro*
<https://orcid.org/0000-0002-2442-8867>

Pensar as cidades como lugares feitos de apropriações, usos, experiências e histórias dos que nelas vivem, que vão impregnando de memórias e significados os espaços que as constituem, ajuda-nos a compreender o que as distingue umas das outras nas suas identidades particulares (Chen *et al.*, 2013, p. 7). Olhadas de dentro, a partir da escala próxima que permite a identificação dos seus mais pequenos territórios de apego e de pertença, as cidades tornam-se mais humanas e tangíveis, sobretudo quando se dão a ver em certos lugares que revelam pontos de confluência entre o espaço social e os tempos individuais e coletivos que os habitam. Entender o modo como o fluxo contínuo da história se “enraíza” territorialmente nas cidades, estabelecendo ligações, por vezes improváveis, entre o passado e o futuro em torno de projetos identitários, significa assumir a noção de historicidade como um “processo temporal complexo feito de uma pluralidade de tempos descompassados” (Lepetit, 2001, pp. 138). São esses tempos descompassados e o modo como eles se organizam numa narrativa identitária em torno da construção de um ‘lugar na cidade’ que inspiraram a reflexão que se segue, retomando alguns dados de uma pesquisa realizada nos anos 1990 sobre o processo de construção social e cultural de um bairro “popular” e “histórico” da cidade de Lisboa (Cordeiro, 1996).

Um dos aspetos analisados nessa pesquisa prendia-se com o modo como certas representações do passado referenciadas a um pequeno território urbano central eram

* Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal.

usadas por alguns dos seus habitantes como forma de afirmação de uma “identidade de bairro”, alimentando e reproduzindo sentimentos de pertença e de apego a um lugar sentido como único. A surpreendente elasticidade e flexibilidade da própria representação territorial do bairro situacionalmente definida, entre o núcleo mais pequeno polarizado pelas escadinhas íngrimes da Calçada da Bica Grande (Bica de Baixo) e uma noção mais abrangente de Bica, englobando várias ruas do bairro, revelava formas de articulação entre diferentes escalas temporais, invocadas através de lembranças do passado, e a produção socio-espacial das fronteiras do bairro marcadas por tais lembranças. Contudo, a relação entre as categorias temporais e espaciais usadas ou, para dizer de outro modo, entre o modo como diferentes temporalidades se articulavam com certas unidades territoriais de referência para a afirmação identitária deste lugar, não foram exploradas nessa pesquisa. As várias versões e representações do passado que eu encontrei no meu terreno, às quais eu acrescentei informação histórica mais “objetiva” e “factual”, com base em uma pesquisa de arquivo, apenas me ajudaram a enquadrar e contextualizar o presente etnográfico sem ter aprofundado a sua análise crítica. Tais versões do passado eram parte integrante da imagem desse bairro “tradicional”, “típico”, “popular”, fundamentando a sua identidade própria num permanente diálogo com o imaginário de Lisboa. De forma algo intuitiva, eu apenas interpretava as fontes orais e escritas que ia descobrindo, tanto as do meu terreno etnográfico como as que encontrava nos arquivos, tentando compor o enquadramento histórico necessário à (re)construção monográfica de um dos “bairros populares” mais representativos de Lisboa. A expressão de Paul Connerton (1993, p. 4) de que “as nossas experiências do presente dependem, em grande medida, do conhecimento que temos do passado e de que as nossas imagens do passado servem, normalmente para legitimar a ordem social presente” foi, nessa época, uma das fontes de inspiração para a minha pesquisa. Muito embora essa dimensão não tivesse sido suficientemente aprofundada, ela foi central na minha pesquisa etnográfica: entender como aquela microssociedade que eu recortara como unidade de observação compreendia e representava o seu passado e qual o papel que esse passado tinha na ligação do bairro à cidade de que fazia parte.

Proponho-me, pois, neste texto, revisitar essa pesquisa de forma crítica e reflexiva, através da análise de dois episódios, ou “histórias” que então ficaram na “sombra” e que mostram, de forma exemplar, de que modo o passado, através da manipulação de diferentes tipos de memória locais e da pesquisa histórica, é criativamente usado e integrado em projetos de identidade locais. A dimensão histórica dessa etnografia realizada há mais de trinta anos – fazendo, também, parte da memória biográfica da autora destas linhas – remete para o significado que o tempo passado tinha para a comunidade, revelando, por um lado, a presença de “historicidades discrepantes”

(Stewart, 2016, p. 83) e, por outro, a interferência do investigador na construção das representações do passado. A relação complexa entre tais percepções culturais do passado (Stewart, 2016), os diferentes tipos de memória em ação (Bloch, 1998) e a construção de tradições locais urbanas constitui, pois, o desafio desta breve reflexão.

Contextualizando: o pequeno bairro da Bica e as festas de Lisboa

Um dos primeiros passos dessa pesquisa urbana foi a definição do recorte espacial e temporal a partir do cruzamento de fontes de natureza diversa, reconhecendo que as formas da experiência urbana devem ser olhadas como “nós de temporalidade plural onde o passado sedimentado nas formas é sempre colocado no presente das práticas” (Salgueiro, 2001, p. 20) e que “tal como a escala espacial, a escala cronológica é um dos elementos determinantes para a interpretação de um fenômeno” (Lepetit e Pumain, 1993, p. 122). O recorte empírico foi, assim, delimitado em torno da área mais central do pequeníssimo bairro da Bica, composto por meia dúzia de ruas apertadas encravadas numa colina, como forma de conseguir agarrar o fluxo do presente-passado-futuro.

A Bica é um bairro que se situa numa das partes mais antigas da cidade, próxima do rio que banha a cidade, o Tejo. É um bairro encravado num declive, composto por prédios envelhecidos que testemunham um tipo de arquitetura corrente e popular, com um passado socioprofissional ainda recente de atividades industriais, portuárias e de serviços pouco qualificados. Ainda hoje, a intensa sociabilidade de rua é reveladora de níveis elevados de interconhecimento pessoal, baseado em redes familiares e de vizinhança densas que se dão a conhecer sobretudo, nos meses de Verão e, principalmente, ao longo do mês de junho que traz a festa para a rua, durante o período das Festas da Cidade.

Efetivamente, devido à sua participação anual nestas Festas dos Santos Populares, a Bica é considerada um dos bairros mais “populares” e “típicos” de Lisboa. Essas festas, que se iniciam antes do dia de Santo António (13 de junho) e terminam logo após o São Pedro (29 de junho) são, ainda hoje, uma das peças-chave na manutenção de uma imagem de Lisboa “popular e tradicional”, baseada num conjunto de bairros antigos, humildes, mas cheios de orgulho “bairrista” (Cordeiro, 2003), ideia esta iniciada e desenvolvida fortemente durante o regime totalitário do Estado Novo português (1933-1974). Os “arraiais populares” que enfeitam e fazem a festa noturna nas ruas dos mais importantes bairros da Lisboa antiga e as “marchas populares dos bairros” que desfilam pela artéria mais nobre da cidade, a Avenida da Liberdade, na noite de 11 de junho, véspera do dia de Santo António, são as duas principais componentes destas festas populares. Ainda hoje é bem verdade que “se

perguntarmos a qualquer lisboeta quais são os bairros populares de Lisboa, a resposta esclarecerá que são aqueles que organizam as marchas populares dos bairros...” (Cordeiro, 2001a, p. 128).

Essas marchas são organizadas para competirem no concurso anual das Marchas Populares dos Bairros, organizado e financiado pela Câmara Municipal de Lisboa. Cada bairro participante escolhe um tema que desenvolve através dos seus arcos enfeitados, canções (marchas), trajes e coreografias musicadas e dançadas. As narrativas e figuras escolhidas representam os seus territórios próprios, manifestando, assim, uma identidade única que os distingue entre si. Como refere António Firmino da Costa (1991, p. 61), a exibição das marchas dos bairros em tempos e em espaços próprios, constitui um ritual que “resulta num poderoso mecanismo de produção de identidades”. Elas não apenas contribuem para a fixação, ao longo das décadas, da denominação de cada um desses bairros – que não têm qualquer existência administrativa ou legal – como também se têm constituído como referências congregadoras de sociabilidades colaborativas polarizadas pelas associações culturais e desportivas que as organizam em colaboração com o governo municipal, criando e recriando uma ideia de comunidade urbana enraizada no respectivo bairro que lhes dá o nome. Desde os anos de 1930, o concurso das marchas dos bairros conta com a participação ativa de cerca de vinte associações locais, uma por cada bairro participante no concurso, constituindo-se como um imenso espaço performativo em que uma imagem histórica de Lisboa é apresentada, através da atuação dos “seus tipos populares”, que fazem parte das narrativas e histórias locais.

Os “tipos populares”, figuras típicas da história dessa cidade, remontam, na sua maioria, às antigas profissões de rua mais visíveis em finais do século XIX, quando a capital teve o seu momento de grande crescimento populacional. No imaginário lisboeta, esses “tipos populares” fazem uma espécie de “condensado temático” da cidade, pois conjugam nas suas figuras estereotipadas, a diversidade regional e profissional de uma cidade histórica, em que as várias épocas se misturam numa narrativa folclórica com aquelas que são as características ambientais e naturais dessa cidade, também símbolos da sua identidade única.

O passado mais próximo: o aguadeiro como tradição local (1ª história)

A água, tanto a do rio Tejo que banha a cidade, como a das fontes, das bicas e chafarizes tem sido um desses temas fortes que circula de formas variadas nas figuras que ajudam a compor a *performance* e narrativa de cada marcha. A varina (vendedora de rua de peixe, oriunda da região de Ovar), o pescador, a lavadeira e, claro, o aguadeiro são alguns exemplos (Cordeiro, 1997, 2001b).

Através da sua participação nas festas populares de Lisboa, o bairro da Bica tem-se afirmado como um dos bairros “com mais tradições bairristas”, partilhando um conjunto de características comuns com todos os bairros lisboetas semelhantes, mas, afirmando, igualmente, um conjunto de traços próprios, que o distinguem de outros. É na Marcha que anualmente vai a concurso, que esse bairro, tal como todos os outros que participam, se esmera em apurar a sua originalidade em torno do tema e das figuras que cada um dos 24 pares de marchantes exhibe nas suas marchas cantadas e dançadas, afirmando uma ligação umbilical ao lugar de referência: a Bica (Figura 1).



Figura 1: A Marcha da Bica de 1992 (© Graça I. Cordeiro)

O aguadeiro, o antigo vendedor ambulante responsável pela distribuição domiciliária da água, recolhida nas fontes e chafarizes da cidade no tempo em que ainda não havia água canalizada, tem sido a referência mais estável e permanente da Marcha da Bica desde o início da sua participação no concurso, em 1952, cerca de vinte anos mais tarde que a maior parte dos outros bairros que ainda hoje participam. Escrevia-se no *Diário Popular* de 12 de junho de 1955: “A marcha propriamente dita é formada por pares de regateiras e de aguadeiros [...] de calças azuis com listas brancas bem ajustadas à perna, colete castanho sobre a camisa creme, bonés de pala brilhante e sapatos de biqueira quadrada e conduzindo barris de água...”. (N/a, 1955). Ou, cerca de quarenta anos mais tarde, no programa editado pela Câmara Municipal de Lisboa,

em 1992: “É sob o signo da água que a Bica vai entrar nas marchas...” (Cordeiro, 1997, p. 280), como sugere a Figura 2.



Figura 2: “Aguadeiros” na Marcha da Bica de 1992 (© Graça I. Cordeiro)

Quando a Marcha da Bica entrou pela primeira vez no concurso, já todas as marchas haviam distribuído entre si os “tipos profissionais ou populares” mais icônicos do imaginário histórico lisboeta: as varinas e pescadores já estavam cativos para o bairro da Madragoa, bairro sempre associado às vagas migratórias dessa cidade litoral do país; os fadistas (cantadores de fado) e as “severas”¹ eram da Mouraria, bairro associado às origens do fado; os marinheiros, de Alcântara, bairro industrial e portuário; os “salaios”, camponeses do *hinterland* lisboeta, de Benfica, então bairro suburbano. Tal como cada um desses “tipos profissionais”, que se tinham disseminado pela Lisboa oitocentista, também os aguadeiros, maioritariamente imigrantes da Galiza, província do norte da Espanha vizinha, tinham se apropriado do transporte e venda da água na capital, a ponto de aguadeiro e galego serem praticamente sinônimos, circulando pela cidade, habitando-a talvez de forma mais dispersa ou concentrada, não o sabemos. O que sabemos é que o Bairro da Bica se apropriou com grande sucesso dessa figura e que desde a década de 1950 ela se colou aos seus destinos.

Efetivamente, logo na sua primeira apresentação, em 1952, a Marcha da Bica foi vencedora: “A Bica chegou, foi vista e venceu”, anunciava o *Diário Popular* de 24

1. Referência a Maria Severa (1820-1846), uma das cantadeiras mais emblemáticas da história do fado lisboeta.

de junho de 1952 (N/a, 1952). Essa primeira entrada foi triunfal, tendo ganhado o primeiro prêmio, e essa vitória se repetiu nos dois anos subsequentes de concurso, 1955 e 1958². Momentos de triunfo, em que a euforia então vivida continuava a ser recordada com grande emoção no início dos anos 1990, e isso tanto pelos ex-marchantes, que entraram na marcha na década de 1950, tendo vivido intensos momentos de emoção, como pelos jovens marchantes e organizadores da marcha na década de 1990, filhos, sobrinhos e afilhados dos “mais de dez casamentos que se fizeram nessas primeiras marchas”, como todos repetiam, narrando a história da sua marcha de eleição.

As várias narrativas sobre a pequena “história” da marcha, ouvidas durante o meu trabalho de campo, com mais ou menos pormenores, situavam-se sempre nessa década áurea de 1950, em que se realizaram as três primeiras atuações ganhadoras. As recordações emocionadas desses momentos de protagonismo, assim como das “saídas” em *tournée* que levaram os marchantes a viajar pelo país, são inseparáveis das memórias da encenação dos aguadeiros e vendedeiras, “tipos profissionais” considerados os mais típicos do bairro. Muito embora nesse período de 1950 fosse muito improvável ainda existir algum aguadeiro em atividade na cidade de Lisboa, por já terem desaparecido, cheguei a ouvir evocações da memória de aguadeiros a trabalhar e viver na Bica, com o objetivo de justificar a associação entre esse “tipo profissional” ou popular e o bairro cuja designação remete para as bicas, fontes e chafarizes que ali teriam existido em grande número.

Contudo, tal versão no passado profissional da Bica não se coadunava com o que, na década de 1990, eu apurei através de uma pesquisa de arquivo sobre o “fundo socioprofissional dos mais antigos habitantes da Bica”³, em muitos casos parentes antepassados dos habitantes nos anos 1990. Desde o início do século xx e durante décadas, a profissão de “marítimo” (marinheiro) aparecia de forma esmagadora entre a população masculina do bairro. Essa “descoberta” foi partilhada com JG, um dos meus interlocutores privilegiados no bairro, que nesse momento estava particularmente envolvido na produção da marcha da Bica que ganhara o concurso cerca de dois anos antes. A escolha dos temas, dos fatos dos marchantes, das músicas, levou-o a pesquisar livros antigos em alfarrabistas como fontes de inspiração para a inovação necessária, anual, nos temas da marcha. Quando o artigo sobre a minha

2. O concurso não se realizou em 1953, 1954, 1956 e 1957.

3. Simultaneamente ao trabalho de campo, fiz uma pesquisa de arquivo sobre os registos de batismo e nascimento dos habitantes dessas ruas centrais do bairro entre 1860 e 1970, com o objetivo de encontrar elementos de caracterização histórica e demográfica do mesmo bairro que me ajudassem a construir a minha própria versão do passado da Bica, nomeadamente no que se referia à sua base socioprofissional ao longo do século xx.

pesquisa histórica saiu no número da revista *Ler História* (Cordeiro, 1994), ofereci-lhe uma separata. Tal artigo sustentava uma visão da Bica como um bairro com um fundo marítimo entranhado na sua organização social e cultural, e terminava com o seguinte parágrafo:

O fundo marítimo da Bica, como de outros bairros ribeirinhos, no duplo aspeto de uma população composta de migrantes oriundos de regiões litorais do país, profissionalmente empenhadas em atividades marítimas, embora não seja diretamente recriado no tema da sua marcha anual – embora noutras marchas o seja – tem constituído um dos temas mais recorrentes na afirmação cultural da cidade de Lisboa ao longo do tempo. Analisar culturalmente uma cidade a partir de um dos seus bairros mais “característicos”, conjugando as duas vertentes – uma mais sociológica, outra mais antropológica – constitui-se aqui como um desafio futuro, onde a clássica distinção entre pesquisas “macro” e “micro” não parece fazer sentido. A dimensão cultural microscópica de um bairro como a Bica, que se afirma em torno de certos símbolos comuns a toda uma nação que neles se reconhece, só é compreensível como síntese de uma produção interna e externa, numa permanente dinâmica de criação cultural que o vai construindo como bairro sempre típico, herdeiro e recriador de antigas tradições, que se constrói como microcosmos de uma Lisboa, capital de um *país de marinheiros* (Cordeiro, 1994, p. 141).

Confesso que foi com imensa surpresa e desconforto que me dei conta, na primavera de 1995 – já após a finalização do meu trabalho de campo, e durante o período da redação da tese –, de que a Marcha da Bica mudara o seu tema e figura de referência, o aguadeiro, substituindo-o pelo marítimo ou marinheiro. Adequou tal figura a essa “vocalização marítima” considerada pelo meu amigo e informante JG como mais respeitadora do rigor e da factualidade histórica da realidade socioprofissional do bairro⁴.

Não posso deixar de me lembrar do incômodo generalizado da maioria dos marchantes, para quem essa mudança era incompreensível. Nesse ano, parte dos homens marcharam contrariados por terem de adaptar o seu andar à representação de uma nova figura. Ensaivavam novos movimentos, eles que estavam tão habituados a uma forma de gingar o corpo em sintonia com a bilha ou o barril de água que levavam ao ombro. Vozes discordantes e, até, revoltadas, manifestaram a sua incompreensão pelo abandono daquela que acreditavam ser uma das tradições mais genuínas do bairro antes conhecido pela boa água as suas bicas, chafarizes e fontes. Uma das frases

4. É relevante mencionar que os regulamentos do concurso das Marchas Populares dos Bairros sempre tem valorizado o “rigor histórico” como um dos critérios para as pontuações.

mais trocadas entre os marchantes, amigos e familiares durante os ensaios diários da marcha, nesse ano, foi a de que “na Bica não há marinheiros, sempre houve foi aguadeiros...”. Escusado será dizer que a Marcha da Bica teve, nesse ano, talvez a sua pior pontuação e que, no ano seguinte, 1996, voltou, aliviada, à representação do aguadeiro, considerada mais tradicional, tendo recriado novamente a narrativa em torno dessa figura. O que não deixava de ser verdade, pois são eles que fazem parte da memória autobiográfica de quem participou das primeiras marchas dos anos 1950, em que todo o protagonismo e visibilidade pública da Bica se produziu a partir das atuações dessas figuras que a colocaram no pódio dos bairros de Lisboa.

O passado mais distante: o mito de origem do bairro (2ª história)

Um dos elementos que distinguem a Bica de outros bairros de Lisboa, que a tornam única, é o seu relevo acentuado – uma topografia encravada que faz do bairro uma espécie de anfiteatro que dá lugar, todos os meses de junho, a um dos arraiais mais castiços com efeitos cênicos surpreendentes. O encravamento topográfico e urbanístico desse bairro é, sem dúvida alguma, um dos seus traços distintivos. O seu território ocupa um vale entalado entre dois altos – Chagas e Santa Catarina – cujas colinas descem de forma tão íngreme em direção ao vale da Bica que as ruas são maioritariamente talhadas em forma de degraus. O bairro quase que se esconde, afundado ao longo desse vale inclinado.

A sua rua mais densamente povoada, conhecida como as Escadinhas da Bica, é uma longa e íngreme calçada perpendicular que desemboca, na sua parte baixa, na Rua de São Paulo, via de circulação urbana já exterior ao bairro (Figura 3).

É neste ponto em que a Calçada da Bica Grande, as Escadinhas, como localmente é conhecida, entronca com a Rua de São Paulo em que, anualmente, no início do mês de junho, surge um arco assinalando a “entrada” do bairro e saudando os forasteiros. A reportagem publicada na edição do dia 12 de junho de 1948 de um jornal vespertino refere que na entrada da Calçada da Bica Grande existia um arco vistoso, muito bem engalanado, a convidar quem passasse com a seguinte frase: “Esta festa é para todos. A Bica saúda todos os bairros” (N/a, 1948). Um dos relatos ouvidos durante o meu ‘terreno na Bica’, no início dos anos de 1990, foi que, em “tempos passados”, teria havido um portão de ferro nessa ligação das Escadinhas à Rua de São Paulo, que se fechava de noite defendendo os habitantes do bairro. Embora não tivesse conseguido datar tais “tempos passados”, ou “dantes”, o fato parecia verosímil, sobretudo depois de eu ter descoberto, nas paredes laterais dos edifícios setecentistas que fazem esquina com a referida Rua de São Paulo, parafusos de possíveis dobradiças e uma reentrância nas paredes onde poderia ter estado encaixado o possível portão. Esse



Figura 3: Calçada da Bica Grande, s.d. (© Arquivo Municipal de Lisboa | Fotográfico)

vestígio material parecia comprovar a facticidade de uma história contada localmente e situada num tempo anterior a qualquer memória individual. É precisamente nessa espécie de entrada no bairro que, uma vez por ano, a Marcha da Bica se despede da sua comunidade, ao som de uma marcha emotivamente cantada por todos em coro, minutos antes de sair para o desfile na Avenida da Liberdade, que é o momento mais importante da qualificação para o concurso.

Mas a história que localmente mais circulava no bairro da Bica durante o meu trabalho de campo, e que me foi contada em várias versões, referia-se ao momento da “criação do bairro”, situado temporalmente em “tempos passados”, ou “dantes”, sem referência exata de período, século, ou data – muito embora as descrições desse momento fundador fossem bem realistas sobre o momento em que uma derrocada, um terremoto ou um desabamento de terras teria levado os habitantes daquela zona, antes elevada, a fugirem e perderem as suas casas engolidas pelo afundamento das terras. Tudo se passara muito rápido, durante a noite, e só não tinham morrido mais habitantes porque, como anotei em meu diário de campo em outubro de 1991, “um homem que andava a acender os candeeiros desatou a gritar para que todos fugissem que as terras estavam a desabar... e assim nasceu a Bica” (Cordeiro, 1997, p. 83).

Primeiro entendido por mim como “mito de origem”, encontrei mais tarde esse relato em obras de referência sobre a história da cidade de Lisboa, numa versão muito parecida à que circulava pelo bairro (Castilho, 1954, p. 327; 1981, pp. 129-130). Nessas obras eram referidas as fontes históricas que permitiam datar o momento do desabamento de terras de forma rigorosa, como tendo acontecido na madrugada do dia 22 de julho de 1597, e foi assim que citei na minha tese de doutoramento finalizada em 1996 (Cordeiro, 1997, p. 84). Antes da apresentação final da tese, como sempre fazia com os textos publicados sobre essa minha pesquisa, fiz circular o *draft* entre os pouquíssimos “informantes” ou, mais correto, interlocutores privilegiados que tinham disponibilidade para ler e compreender os meus escritos académicos. À luz dessa leitura um deles, o já mencionado JG, o meu interlocutor privilegiado, um filho do bairro, licenciado em economia e que trabalhava no ramo editorial, sempre dedicado a todo o tipo de atividades em benefício da “sua Bica”, e que, nesse momento, desempenhava funções como assessor do vereador da cultura da Câmara Municipal de Lisboa, começou desde logo a organizar as comemorações dos 400 anos do nascimento do bairro da Bica para o ano seguinte, 1997, tomando como base a referência de Júlio Castilho ao ano de 1597, momento do aluimento de terras situadas no futuro bairro da Bica.

Tais comemorações incluíram o lançamento de uma monografia antropológica sobre o bairro (a minha tese de doutoramento), cuja edição recebeu um inesperado e generoso apoio, embora já estivesse em curso na prestigiada coleção de antropologia,

Portugal de Perto, coordenada por Joaquim Pais de Brito na editora Dom Quixote. Os cerca de mil exemplares do livro comprados pela Câmara Municipal de Lisboa, correspondentes a um terço da tiragem total, incluíram uma folha inicial, assinada pelo vereador da Cultura, assinalando a efeméride.

Tempos e espaços de identidade

Revisitar alguns dos episódios de uma pesquisa passada, dando-lhes o estatuto de “histórias” que já fazem parte do próprio passado de uma pesquisa que atualizo no momento em que escrevo estas linhas, tem como objetivo analisar como diferentes passados resgatados durante uma pesquisa etnográfica e histórica se articulam entre si de forma eminentemente situacional, e de acordo com as finalidades para a quais são invocados e convocados.

Começando pela primeira história: naquela altura eu acreditava que as memórias em torno da figura do aguadeiro, para sempre associadas ao sucesso da marcha da Bica, sobrepunham-se e, de certo modo, apagavam outras memórias relacionadas com a preponderância de atividades marítimas, portuárias e piscatórias, masculinas, sobretudo durante a primeira metade do século XX⁵. Uma das razões para a presença viva daquela memória decorria da emoção com que elas surgiam, associadas a momentos cruciais na vida pessoal e familiar dos seus intervenientes, tal como o início dos namoros dos seus então jovens marchantes durante esses momentos festivos. Mas havia outra razão, mais estratégica, para a sedimentação do aguadeiro como personagem chave na narrativa do passado popular de Lisboa: era ele que prendia umbilicalmente o pequeníssimo território da Bica à identidade da cidade através dessa figura, uma entre várias distribuídas pelos vários bairros. Por outras palavras, através do aguadeiro e sua narrativa, a Bica entrou definitivamente na narrativa histórica, folclorizada, da cidade-mãe.

Uma outra história aparece dentro dessa mesma primeira história: aquela que eu descobrira sobre o passado socioprofissional do bairro e que contrariava, pensava eu, essa outra versão, desenterrando um passado esquecido no bairro. No entanto, essa outra ‘minha’ narrativa histórica acabou por entrar, de forma inesperada, no circuito das narrativas possíveis, por ter sido acolhida por um dos “fazedores” da marcha, particularmente atento à facticidade histórica do passado do bairro e ao impacto que tal descoberta teria nos membros do júri do concurso das marchas – embora menos atento aos impactos negativos que tal alteração teve entre os marchantes e os outros

5. De acordo com a análise de Registos de Baptismo e Nascimento entre 1886 e 1960, essa profissão aparece com mais intensidade entre 1886 e 1926 (Cordeiro, 1997, p. 150).

habitantes. Só mais tarde percebi que, afinal, não se tratava de duas versões alternativas em disputa. A memória do passado socioprofissional do bairro continuava a existir bem viva no bairro e, inclusive, havia uma presença considerável de marítimos reformados ainda a viver naquelas ruas, e com quem, aliás, acabei por interagir.

Na realidade, ambas as representações profissionais do passado pareciam conviver entre si de forma pacífica, embora fossem invocadas em momentos diferentes: o passado povoado de aguadeiros era fortemente invocado em junho, no tempo das festas que davam protagonismo aos bairros populares de Lisboa, como imagem de marca desse pequeno território que se dava a conhecer para fora através das suas bicas e chafarizes, enquanto o passado marítimo do bairro era lembrado entre os habitantes como um assunto interno que não valia a pena ser publicitado para fora. Tratava-se de dois passados que não se tocavam por pertencerem, também, a tempos diferentes, não apenas no sentido cronológico do termo, mas por se tornarem presentes em momentos diferentes do ciclo anual: o “passado dos aguadeiros” surgia no tempo concentrado das festas de Verão, que afirmava a identidade de lugar em torno da associação “Bica + aguadeiro”, enquanto o “passado dos marinheiros”, tal como outras narrativas históricas, surgia em momentos de um quotidiano mais “diluído” ao longo do ano.

Hoje posso compreender melhor por que razão a história demográfica, que eu tentara fazer com base em uma pesquisa de arquivo caracterizando profissionalmente a população do bairro entre 1886 e 1960, não interessava para a afirmação da identidade do bairro perante a cidade, por ser uma história partilhada com outros bairros. Não era essa a história que interessava para ser contada à investigadora que, todos sabiam, andava a escrever um livro sobre a Bica. A história que interessava era, afinal, a que destacava o bairro de todos os outros bairros trazendo a figura do aguadeiro para o primeiro plano, era a que distinguia a Bica dos outros bairros e dava força ao seu nome no contexto de um sistema de significados partilhado por todos os bairros “populares”, “tradicionais”, “históricos” de Lisboa. Ao escolher o aguadeiro como figura icônica que representa o bairro, a Bica fazia – e faz, até hoje – jus ao seu nome e ganhava um dos lugares mais centrais nas narrativas históricas que alimentam o imaginário e a identidade de Lisboa.

A marcha de cada bairro deve, pois, apresentar uma figura icônica que represente e distinga esse bairro, estabelecendo uma ligação irrefutável entre o passado da história da cidade e o território particular de cada bairro. Os marinheiros já eram a figura cativa do bairro de Alcântara, onde se situa um dos cais mais importantes da cidade, com seus pontos de atracagem de navios de grande porte; as “ovarinas”, ou “varinas”, vendedoras de rua de peixe, oriundas da região de Ovar, que registram uma bem conhecida fixação concentrada no bairro da Madragoa, continuam, ainda

hoje, a ser a profissão típica deste bairro que delas se apropriou. É claro que tanto marinheiros como varinas estavam disseminados por todos esses bairros antigos situados à beira-rio – Alfama, Bairro Alto, Bica, Alcântara –, fazendo, por isso, parte de um passado partilhado, que, porém, não serve para essa recriação folclórica do seu passado.

Um dos aspetos mais curiosos do processo de fixação de algumas dessas designações profissionais e regionais, sempre associadas entre si, é o fato de umas terem perdurado no tempo enquanto outras caíram no esquecimento. Por exemplo, *varinos*, *frieleiras*, *tramariotas*, *algarvios*⁶ foram algumas das categorias que identificavam migrantes de regiões litorais do país e que caíram no esquecimento (Cordeiro, 1994, p. 138). Tais designações simplificaram-se em torno do termo “varina”, que passou a ser o ícone ‘oficial’ congregador de uma imagem da venda ambulante, de rua. A simplificação em torno de um único termo fez cair no esquecimento, por exemplo, o *algarvio*, um dos imigrantes oriundos do Algarve, a sul do país, que terá povoado o bairro da Bica no início do século XX (Cordeiro, 1997, pp. 131-149), dando lugar à figura da “varina” oriunda do Norte, que tanto contribuiu para uma das definições patrimoniais mais emblemáticas da cidade de Lisboa. De modo semelhante à varina, o aguadeiro-galego tornou-se uma figura icônica do imaginário da cidade de Lisboa, objeto de várias reconstruções folclóricas ao longo do século XX, uma das quais é, sem dúvida, a sua incorporação na marcha de um dos bairros “populares” de Lisboa.

A segunda história revela um outro tipo de estratégia identitária, valorizando o enraizamento físico original de um bairro na topografia acidentada de uma cidade como Lisboa. Assim, faz todo o sentido afirmar que a narrativa identitária do bairro da Bica se construiu com base numa escolha dos seus passados estrategicamente orientados para a afirmação de um território único na cidade. A originalidade do microterritório do bairro da Bica, tanto no âmbito topográfico, devidamente sustentado pela história da sua fundação (2ª história), como no da água, que dantes corria nas suas várias bicas (1ª história), é afirmada através de combinações estratégicas de “uma diversidade dos tempos sociais urbanos” ordenando-se numa “pluralidade das formas de articulação no presente, no passado e no futuro” (Lepetit, 2001, p. 242). Seguindo a linha de pensamento desse historiador francês, uma das formas de reconhecer a importância dos horizontes temporais dos atores da história, através da determinação das escalas cronológicas pertinentes, passa, também, pela reconstituição de “categorias temporais autóctones” (*Idem, ibidem*).

Embora não esteja nas intenções deste curto texto, mais exploratório do que conclusivo, avançar na identificação de categorias temporais autóctones, não posso

6. Em itálico designações antigas que caíram em desuso.

deixar de referir que as diferentes temporalidades com que lidei ao longo deste estudo e que tentei, aqui, exemplificar por meio de duas curtas “histórias”, coexistem entre si de forma articulada com o sentido estratégico da afirmação de uma identidade territorial em diálogo com a cidade. Às duas formas de temporalidade localmente evocadas – um tempo de memória mais autobiográfica (Bloch, 2012) que evoca, sob forma verbal, ritual ou outra, um passado pessoal vivido de forma emocional, referido a períodos de tempo inferiores a sessenta anos e um tempo de memória histórica –, pode acrescentar-se essa outra forma de temporalidade introduzida pela investigadora, próxima de uma história acadêmica, um tempo de “arquivo”, com escalas cronológicas fixas, tempo este que, inesperadamente, foi usado e incorporado na “pequena história” local em permanente construção.

O que ambas as histórias marcam são dois dos momentos cruciais na produção da narrativa da identidade desse território: a sua origem, a partir da evocação de um acontecimento geológico que fez nascer uma rua-anfiteatro que, só por si, garante o sucesso dos seus arraiais festivos, e a apropriação de uma figura profissional emblemática da cidade, fazendo-a depender do próprio nome do bairro. O uso de um passado histórico ou mítico “E assim nasceu a Bica...” narra, afinal, um fato original, que se acredita que aconteceu apenas nesse território, reforçando e sendo reforçado pela narrativa que dá força à figura, igualmente mítica – o aguadeiro – que teria povoado o bairro...

Finalizando: a etnografia, entre as histórias e as memórias

A presente reflexão sobre os entrelaçamentos do passado no presente de um território urbano particular, o bairro da Bica, baseou-se na análise de duas narrativas do passado, um mais distante e outro mais recente. Tais histórias ajudam a perceber o modo como diferentes “tempos sociais urbanos” se organizam estrategicamente para a produção de uma identidade territorial urbana, num encaixe de escalas, entre a rua e a cidade. Por outro lado, mostrou como a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais e, também, como esse processo é dinâmico e envolve “um debate constante entre a criação, a preservação, a erradicação e a consensualização de memórias” (Peralta, 2007, p. 15). É crucial olhar a memória individual como um “espaço interpretativo, resistindo frequentemente às convenções estabelecidas e/ou reinventando novas convenções [...] resultado da intersecção de histórias pessoais e sociais” (*Idem*, p. 19) sabendo, no entanto, que “a construção do passado, embora assentando sempre em quadros de significação e em contextos culturais específicos, não deixa também de estar moldada pelas experiências emocionais e pelas expectativas pessoais de cada indivíduo” (*Idem, ibidem*). O que não apenas leva à contex-

tualização crítica do sentido quase metafórico de “memória coletiva” como *locus* de ancoragem da identidade de grupo, assegurando a sua continuidade (Halbwachs, 1925; Peralta, 2007, p. 6)⁷, como, ainda, sublinha a dimensão situacional, afetiva e emocional da memória. Tais dimensões se relacionam com o lado implícito da memória, tornando os seus conteúdos nem sempre verbalizáveis em narrativas orais ou escritas. Como referia Lévi-Strauss (1962), citado por Stewart (2016, p. 88) a história não é estruturada pela cronologia, como muitos acreditam, mas sim pelo mito e pelo investimento afetivo. Tal como o mito e o ritual, a história, nos seus vários suportes orais, escritos, artísticos, ou outros, deve ser estudada como uma forma de cultura expressiva, adotada em situações sociais concretas nas comunidades de que faz parte, considerando, por um lado, a coexistência⁸ de múltiplas temporalidades presentes em qualquer sociedade, e, por outro, os usos instrumentais e políticos das suas versões (Hirsch e Stewart, 2005).

O modo como certos tipos de memória participam na construção de “percepções culturais do passado” através de relações complexas com a “factualidade histórica” e, também, com certo tipo de rituais e performances que “ensinam” o passado (Stewart, 2016) contribuem para o processo de construção de tradições locais urbanas. Particularmente interessante é a noção de historicidade entendida como um fluxo “em que as versões do passado e do futuro (de pessoas, coletivos ou coisas) assumem uma forma presente relativamente a acontecimentos, necessidades políticas, formais culturais disponíveis e disposições emocionais”⁹ (Hirsch e Stewart, 2005, p. 262). Tal noção abre caminho para se analisar o modo como, no presente, as pessoas atribuem um sentido ao passado antecipando o futuro, e como há sempre diferentes maneiras de construir este passado, dependendo dos usos políticos e ideológicos, das formas de comunicação em uso e das situações sociais em que as pessoas estão envolvidas (*Idem*, p. 268). O modo como as sociedades compreendem e representam o passado, tanto na sua dimensão cultural mais substantiva (*Idem, ibidem*) como nas escalas cronológicas que usam, tanto em termos narrativos como em eventos/performances, revelam a coexistência entre diferentes noções de temporalidade (Stewart, 2016, p. 84; Frehse, 2001) ou formas de representar (e medir) o tempo.

Finalmente, e contra tudo o que seria de se esperar, o que o cruzamento de fontes históricas usadas nessa pesquisa me revelou foi, não apenas a surpreendente elasticidade de escalas cronológicas locais, como, ainda, a minha involuntária participação

7. Sabendo que a sua dimensão psicológica tem sido insuficientemente estudada do lado das ciências sociais, ignorando muitos dos avanços dos estudos sobre memória (Tulving, 2002; Bloch, 1998, cap. 8; 2012).

8. *Coevalness* (Stewart, 2016).

9. “where versions of the past and future (of persons, collectives or things) assume present form in relation to events, political needs, available cultural forms and emotional dispositions”.

na construção de uma historicidade local, tanto através da datação rigorosa do momento do nascimento do bairro 400 anos antes, com base na referência de uma fonte histórica, como na retificação de uma narrativa histórica relativa ao passado sociodemográfico do bairro. Os impactos dessa participação involuntária foram distintos e revelaram claramente que muito embora a pesquisa histórica realizada durante o processo etnográfico surja, normalmente, como exterior ao “pensamento local sobre o passado”, (Stewart, 2016, p. 81) tal pode não acontecer. Na verdade, o papel do etnógrafo (ou da etnógrafa, no caso) é sempre mais participante do que se imagina, assumindo uma parte ativa, por vezes involuntária, no processo de construção das narrativas identitárias das comunidades em estudo. Lembrar o papel central que o investigador participante, etnógrafo curioso pelo passado e coletor de memórias, tem, em termos do impacto nas comunidades que estuda, é fundamental, como é fundamental perceber que tais interferências são incorporadas no fluxo da historicidade das comunidades em estudo, sobretudo quando elas participam ativamente na produção da identidade própria dos territórios urbanos que são centrais na história cultural e no imaginário das urbes a que pertencem.

Um dos problemas mais desafiantes, apenas levantado neste texto, prende-se com a relação entre a memória individual de todos os implicados no processo etnográfico, nesse *continuum* entre memória autobiográfica e memória histórica (Bloch, 1998), e a construção de tradições orais localmente partilhadas pelas comunidades. Tem aqui um papel central o lugar que certos indivíduos particulares desempenham nesse processo, funcionando como porta-vozes, líderes ou, apenas mediadores involuntários que acabam por contribuir para as versões a escolher na construção de tradições locais (Agier, 2001). Essa questão, que fica em aberto, deixa no ar a possibilidade das chamadas tradições locais urbanas poderem ser olhadas como pontos de ligação entre vários tipos de memórias, como marcas de um fluxo de temporalidades que perpassa o tempo presente (Stewart, 2016) das nossas cidades. Nesse sentido, as cidades devem ser olhadas, mais do que nunca, como “pontos de convergência de enfoques multidisciplinares” (Salgueiro, 2001, p. 16) capazes de congregar, adicionalmente, todos esses outros saberes e conhecimentos que extravasam a organização disciplinar da ciência.

Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel. (2001), "Distúrbios identitários em tempos de globalização". *Mana*, 7 (2): 7-33.
- BLOCH, Maurice. (1998), *How we think they think: anthropological approaches to cognition, memory, and literacy*. Boulder/Colorado/Oxford, Westview Press.
- BLOCH, Maurice, (2012), *Anthropology and the Cognitive Challenge*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CASTILHO, Júlio de. (1954), *Lisboa antiga: o bairro Alto*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTILHO, Júlio de. (1981), *A Ribeira de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa
- CHEN, Xiangming; ORUM, Anthony M. & PAULSEN, Krista E. (2013), *Introduction to cities. how place and space shape human experience*. Chichester/West Sussex, John Wiley & Sons.
- CONNERTON, Paul. (1993), *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Celta.
- CORDEIRO, Graça Índias. (1994), "A construção social de um bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica através dos seus registos de baptismo e nascimento (1886-1970)". *Ler História*, Lisboa, 26: 125-149.
- CORDEIRO, Graça Índias. (1996), *Um bairro no coração da cidade: sobre a construção social de um bairro típico de Lisboa*. Tese de doutorado em antropologia social. Lisboa, ISCTE.
- CORDEIRO, Graça Índias. (1997), *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa, Dom Quixote.
- CORDEIRO, Graça Índias. (2001a), "Territórios e identidade: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa". *Estudos Históricos*, 28: 125-142.
- CORDEIRO, Graça Índias. (2001b), "Trabalho e Profissões no imaginário de uma cidade: sobre os tipos populares de Lisboa". *Etnográfica*, 5 (1): 7-24.
- CORDEIRO, Graça Índias. (2003), "Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca". *Sociologia*, 13: 185-199.
- COSTA, António Firmino. (1991), "O ritual das marchas populares nas festas de Lisboa". In: *Festas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, pp. 56-65.
- FREHSE, F. (2001), "Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história". *Tempo Social*, 13 (2), 169-184.
- HALBWACHS, Maurice. (1925), *Les cadres sociaux de la memoire*. Paris, PUF.
- HIRSCH, Eric & STEWART, Charles. (2005), "Introduction: ethnographies of historicity". *History and Anthropology*, 16 (3): 261-274.
- LEPETIT, Bernard. (2001) *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro, São Paulo, Edusp.
- LEPETIT, Bernard & PUMAIN, Denise. (1993), *Temporalités Urbaines*. Paris, Anthropos.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1962), *La pensee sauvage*. Paris, Plon.
- N/A (Não assinado). (1948), "Sem Título". *Diário Popular*, Lisboa, 12.06.1948.
- N/A. (1952), "Sem título". *Diário Popular*, Lisboa, 24.06.1952.

- N/A. (1955), “Sem título”. *Diário Popular*, Lisboa, 12.06.1955.
- PERALTA, Elsa. (2007), “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica”. *Arquivos da Memória*, 2 (nova série): 4-23.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. (2001), “Apresentação”. In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro, São Paulo, Edusp, pp. 11-29.
- STEWART, Charles. (2016), “Historicity and anthropology”. *Annual Review of Anthropology*, 45: 79-94.
- TULVING, Endel. (2002), “Episodic memory: from mind to brain”. *Annual Review of Psychology*, 53: 1-25.

Resumo

Descompassos de uma etnografia: sobre os passados presentes de um bairro

Com o objetivo de discutir a relação entre etnografia, história e memória, especificamente no que se refere ao modo como o ‘passado’ é percebido, representado e usado no presente, projetando-se no futuro, o artigo reflete criticamente sobre uma pesquisa realizada nos anos 1990 sobre um bairro histórico e “popular” de Lisboa. O modo como diferentes tipos de temporalidades e de memórias são estrategicamente evocadas sob a forma de “mito de origem” ou de “marcha popular”, contribuindo para a definição de um pequeno território “tradicional” urbano, e o papel ativo que o processo etnográfico desempenha nesse processo são alguns dos pontos analisados. Palavras-chave: Historicidade; Memória; Etnografia; Bairro; Lisboa.

Abstract

An ethnography mismatch: the presence of pasts in a neighborhood

In order to discuss the relationship between ethnography, history and memory, specifically with regard to how the ‘past’ is perceived, represented and used in the present, projecting itself in the future, the article reflects critically on a research carried out in the 1990s on a historic and “popular” neighborhood of Lisbon. The way in which different temporalities and memories are strategically evoked in the form of “myth of origin” or “performance”, contributing to the definition of a small “traditional” urban territory and the active role that the ethnographic process plays in this process are some of the points analyzed.

Keywords: Historicity; Memory; Ethnography; Neighborhood; Lisbon.

Texto recebido em 19/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.151263

GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO é professora de antropologia urbana e pesquisa de terreno no Departamento de Métodos de Pesquisa Social e pesquisadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Atualmente, coordena o programa de Doutorado em Estudos Urbanos, grau conjunto do ISCTE-IUL e Universidade Nova de Lisboa.



Urban phenomena in São Paulo's nineteenth and twentieth centuries

Appropriating local spatio-temporalities

Sebastian Dorsch*

<https://orcid.org/0000-0001-6228-801X>

In the outline of this special issue the editors asked for empirical studies concerning time(s) and/or space(s) in cities with the intention of enriching conceptual debates about social and cultural characteristics of “urban phenomenon (in Brazil)”. What does that mean – the “urban phenomenon”? The thesis of this article is that we understand it as a specific spatio-temporal relation between an urban space and its inhabitants. The common definitions of cities revolve around spatial dimensions in the sense that a city is a specifically ordered space produced by and for humans. But how do we account for time in this perspective? Does it make sense to include the temporal dimension? This question leads to more epistemological questions within debates in social and cultural studies that have notably come to the fore in recent years by means of the so-called “spatial turn”¹. Recently one of the editors of this special issue, Fraya Frehse, concluded that “the historicity of these social phenomena and its role in the social construction/constitution of space remain conceptually underexplored” (Frehse, 2017, p. 513). Taking this, the following study starts from the assumption that temporal and spatial dimensions are intrinsically connected and will be as such analysed as spatio-temporalities.

* University of Erfurt, Erfurt, German.

1. In the early 1990s, the reassessment of Lefebvre's *La production de l'espace* (1974) by Edward Soja (1989), along with the English translation by Donald Nicholson-Smith in 1991, triggered a fundamental reconceptualization of space in nearly all the disciplines of cultural studies and social sciences. Following this, *La production de l'espace* became an emblem of the so-called spatial turn; for further references, see Dorsch (2013).

For my spatio-temporal analysis of the urban I will utilize in this text the term “appropriation” developed by the French philosopher-sociologist-urbanist Henri Lefebvre (1901-1991) in his epochal work *La production de l'espace* (1974). As will be shown, appropriation can be understood as a spatio-temporal practice *par excellence*. The aim here is to look closely at the interrelations between the inhabitants with “their” city of São Paulo, and how they produced the “urban phenomenon” in which this special issue is interested by appropriating space and time, or spatio-temporalities. By doing this many of the linear-progressive histories told so far in urban historiography will be challenged. And, as we will see, Latin America, and especially São Paulo, is highly interesting for the questions about the history of the “urban phenomenon” in the (Western) world. Thus, on a more abstract-conceptual level we will have a short look at urban histories of the Spanish and Portuguese Americas, and then focus on methodology and, more concretely, São Paulo in the nineteenth and twentieth centuries.

Urban histories of the Spanish and Portuguese Americas

The foundation of new cities in the so-called New World of the Americas by the Iberians from the end of fifteenth century onwards has been ignored in the mainstream of (Western) urban history, not to mention the rich pre-European urban history in these areas. For the Castilian – in contrast to the Portuguese crown, to be treated later on – one has to sketch the foundation of new cities as the central spatial technique for the conquest of the area later called Spanish America². They translated Castilian and Islamic approaches deriving from the *Reconquista* of the Iberian Peninsula and applied them to the spatial situation in the New World: they founded cities via so-called *capitulaciones* as nuclei for dominating their surroundings and as centres of their colonial aims. Many of these cities were built on locally known central points. This means that on the same places where the former “indigenous” rulers had established their urban centres within extensive dominions like the Inca (Cuzco, Quito), the Mexica (with the Triple Alliance, involving the cities of Tenochtitlán, Texcoco and Tlacopán in the area of today's Mexico City) or less known the Purhépecha in Western Mexico (Pátzcuaro, Tzintzuntzan), and so forth. Best known is today how highly impressed Hernán Cortes and his followers were in November 1519 when they saw the cities in the valley of México³. As such the new foundations of cities in the Americas are best

2. For a detailed overview on this topic, see Pietschmann (2017).

3. See the classic description in Díaz de Castillo ([1632] 2003).

described as acts of appropriating established ruling practices from both sides of the Atlantic Ocean.

The colonializing aims of the Castilians are represented in an ostensive way in the planning and construction of the new cities. The Spanish established model cities had a central place (Plaza de Armas) where all important civil and ecclesiastical institutions were spatially merged. From this centre, a centripetal and rectangular grid spread into the surroundings and the urban spaces remained most often without walls – the last unthinkable in sixteenth and seventeenth century Europe. Many cities were founded in the sixteenth century, not all, but many following this model, as mandated by laws, finally assembled in the *ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias* (Spanish laws concerning discoveries, pacifications, and settlements among the Indians) published in 1573 under Philipp II (Kagan, 2011). The Renaissance urbanistic discourse of “ordered space” (Whitfield, 2005, p. 17) and perspective is reflected very clearly in the *planos fundacionales*. It entailed well ordered, linearized cities within an un-sketched (because unknown?, uninteresting?) environment. As a further example, you can find this model in the Plano Fundacional de San Juan de la Frontera (today Argentina) from 1562 (Kagan, 2011, p. 46).

Recently, Horst Pietschmann has argued convincingly against a common Eurocentric interpretation that these Castilian city-foundations were, in the best sense, pure European claims for establishing order. He underlined that the great majority of land-use and even of cities remained for a long time in the hand of *indígenas* (Pietschmann, 2017). Nevertheless, or maybe better because of this, from an European perspective the New World can be best described as a laboratory for urban design – as did for example Spanish American cartographer Barbara Mundy (1996) –, and the relation between Spanish urban and other spaces as spaces where coloniality was (re)produced. These cities and their maps, like the *planos fundacionales*, reflect the Spanish desire to represent and implement an idealized if not utopian order onto the New World. Richard Kagan called cities “perhaps the most potent and powerful symbol of Spain’s imperial order” (Kagan, 2011, p. 49). As such they can be interpreted as well-ordered models with the European intent to bring order into the unknown world “out there”. Despite many forms of entanglement between the indigenous and the Spanish in the cities – in the following centuries many studies stated a growing *mestizaje* –, the cities kept their status as European-oriented centres within an unknown American environment. In the wars and conflicts which ended during the 1810s and 1820s in the independence of Spanish American states from Spain, these conflicts and the confrontation between (Spanish) cities and other spaces became crucial. Eric van Young entitled a corresponding article “Islands in

the storm: quiet cities and violent countrysides in the Mexican independence era" (Van Young, 1988)⁴. And still in the 1840s, the Argentine writer-statesman Domingo Faustino Sarmiento described in his extremely influential novel *Civilización i barbarie* ([1845] 1986) the confrontation between the "civilized" urbanized spaces and the "barbarian", not yet "civilized" countryside. In the nineteenth and twentieth centuries Mexico's *indios* and *campesinos* became synonyms for being backward and in the dominant progressive narratives, the non-urban became the non- or even the anti-modern (Schmidt, 2007). The urban people metaphorically built up the formerly unrealized city walls.

Contrasting the Spanish-Castilian model of city-planning in the Americas, historians have pointed to Brazilian cities and highlighted their "planless growth" (Curtis, 2000, p. 476), which led to chaotic, polycentric settlements with winding and narrow streets⁵. Even if new studies have insisted that this dichotomy has been exaggerated, and that, especially in the late colonial epoch, Portuguese city-planning converged with the Spanish, Brazilian urban street life remained as a sphere of the poor, or – as the anthropologist Fraya Frehse (2011) concretized – a sphere of manual labourer. As not only Gilberto Freyre pointed out in his famous historical essay on the *casa-grande* and the *senzala* (translated into English as *The masters and the slaves*), in Brazil "there was formed a society agrarian in structure" (Freyre, [1933] 1946, p. 3), and Brazilian cities far into the nineteenth century were defined by the absence of elite urban life – the elites stayed in their country houses – and by a relatively strict distinction between the private and the public. As told by an old Brazilian adage, wealthy women had the possibility to go down the street only three times in their lives: for baptism, for their wedding and for their own funeral.

Beginning with the capital Rio de Janeiro after the relocation of the Portuguese royal court with many thousand people – many of them wealthy – in 1808, and with the following reconstruction of Rio into a "tropical Versailles" (Schultz, 2001), Brazilian cities started to attract urban (elite) life. Like in Spanish America, the countryside became discursively the backward antithesis of the civilized cities in which the elites and even women from high society "could" now appropriate urban street life (Freyre, [1936] 1963, cap. 1, 2, 5, 6; Lauderdale Graham, [1988] 2006, pp. 50-54; Curtis, 2000, pp. 479-480; Beattie, 1996; Haußer, 2009). Euclides da Cunha ([1902] 2001) described this in 1902 in his widespread account of a military expedition against rebels in the hinterland "*sertões*" (translated as *Rebellion in the backlands*).

4. See Dorsch (2010) for a concrete example regarding the Mexican region Michoacán in the era of Atlantic Revolution.

5. For a classic study concerning the dichotomous interpretation, see Holanda ([1936] 1969).

São Paulo, founded in 1554, had a special position within a Brazil whose cities were harbours on the Atlantic Ocean. Instead, until the end of seventeenth century it was the only urban area away from the coast, oriented to the hinterland, established by the Jesuits for their proselytising missions. From São Paulo, the *boca de Sertão* (the border of the hinterland called *sertão*), many of the *bandeirantes* started their excursions and exploration of gold and other precious metals up to the Amazon valley and in order to conduct expeditions to catch runaway slaves. During the gold and diamond rush in the northern neighbouring region of Minas Gerais in the eighteenth century, the city (since 1711) of São Paulo developed as a trading outpost. After the Brazilian declaration of independence from Portugal in 1822, an own advanced school for jurisprudence (1827) was established in the city, but until the 1860s São Paulo continued to be a small and remote city with about 20,000 to 30,000 inhabitants.

Moreover, and like in other Brazilian cities, in São Paulo the street remained a space for poor manual labourers. Travelers in the first half of nineteenth century confirmed this character when reporting that during their stay in São Paulo, except for religious festivities, they did not see women and only few wealthy men on the street (Frehse, 2011, pp. 82-85). Even males from wealthier parts of society tried to avoid the street. Many law students living here from 1828 described the streets as a “negative and extraordinary experience [*experiência negativa e excepcional*]” (*Idem*, p. 109). Studying contemporaneous photography and diaries, Frehse stated and confirmed the described “geography of honor” (Beattie, 1996, p. 440), well into the 1860s.

European and North American travelogues, journals and memoirs by former inhabitants, and newspaper articles and street photographs from before the official abolition of African slavery (1888) indicate in various ways that during the daytime the city’s downtown streets and squares almost exclusively harboured the regular permanence of pedestrians involved in manual labour (street-vending, loitering, begging, animal husbandry, prostitution) and/or in sociability connections that evolved mainly among poor (freed) slaves or freemen in this context [...] men and women of high social standing only left their homes on exceptional and ceremonial occasions, such as festivals and religious processions or to visit relatives (Frehse, 2017, pp. 524-525).

Following these contemporaneous reports, street life remained not only poor, but also rural. On every corner one meet *caipiras*, meaning villagers, in many backyards one could see chickens, in the streets, carriages led by cattle for supplying the city with milk, and so forth. In the direct neighbourhood of the city centre the *várzea*

do Carmo, the meadows of the Tamanduateí river close to the Carmelite convent, remained a wild area often flooded by the river until it was channelled in the beginning of twentieth century and used for washing.

Henri Lefebvre and appropriation

What happened in this period to the “urban phenomenon”? What role may the analysis of space(s) and/or time(s), proposed by the editors of this special issue, play on a conceptual level? For answering these questions, I will use the conception of appropriation established by Henri Lefebvre. Why? Recently, Frehse has argued that “Lefebvre is a ground-breaking historically-relational time-spatial sociologist” (Frehse, 2017, p. 517), and that he developed intriguing propositions for intertwined relational spaces and times with a focus not only on the “cognitive level” (*Idem*, p. 516), but including lived everyday experience. While Lefebvre’s ideas have had particular impact in critical urban research, social geography, sociology, politics and literary studies, until recently “his reception among historians has [...] been relatively muted, which, however, is gradually beginning to change” (Rau, forthcoming)⁶.

The most commonly discussed concept within Lefebvre’s production of space is the interlinked space triad, consisting of *espace perçu* as experienced, perceived, and used space; of *espace conçu* as thought, planned, and conceived space, or the “representation of space”; and, finally, of *espace vécu* as lived space, or the “spaces of representation” (Lefebvre, [1974] 2012, pp. 48-49)⁷. Appropriation is – as shown elsewhere – an essential part of this threefold model (Dorsch, 2018).

Having this in mind, and while Frehse focused in the previously mentioned article on body-concepts and their non-verbal and verbal interactions, I will use Lefebvre’s conception of appropriation as an “under-conceptualized element of his ideas concerning space” (Dorsch, 2018, p. 77). With the above stated thesis that the “urban phenomenon” can be understood in a more complex manner when looking at spatial *and* temporal perspectives, the concept of appropriation as “spatio-temporal practice *par excellence*” seems to be promising.

Firstly, Lefebvre defined appropriation as a practice of modifying “natural space [...] in order to serve the needs and possibilities of a group” (Lefebvre, [1974] 2012, p. 165). This means appropriation is bound to natural space as “the origin, and the original model, of the social process – perhaps the basis of all ‘originality’” (*Idem*,

6. For an interdisciplinary project on Lefebvre, see Bauer e Fischer (2018).

7. See also Rau (forthcoming, pp. 47-52).

p. 30). In cases in which the group does not modify “the natural”, Lefebvre talks about “reappropriation” (*Idem*, p. 168). But, in a broader sense, he combined both subtypes and contrasted them sharply against domination as a practice of corruption and denaturalization⁸. Dominated space, in contrast to appropriated space, is not lived in harmony with nature but mediated/alienated by technologies (*Idem*, p. 165). As one can see, the term “nature” is used in a romantic way which has to be discussed later on. Appropriation thus is a spatio-temporal dynamic between actors and their space(s) – a dynamic that besides space(s) “implies time (or times)” (*Idem*, p. 356)⁹. In this respect, the argument of “doing” time and space, of doing time-space becomes important.

Lefebvre continues: “The supreme good is time-space; this is what ensures the survival of being, the energy that being contains and has at its disposal” (*Idem*, p. 350) But as a “supreme good” time-space was, and is, seriously under attack in modernity. Lefebvre characterized modernity by the (modern) Western state as the institution which developed in cooperation with capitalist markets’ dominant/dominated spaces. As “impersonal pseudo-subject[s]” (*Idem*, p. 51), states tried to functionalize spaces and to replace subjectively lived, appropriated time-space by abstract, exchangeable, quantifiable, and timeless spaces: “The state crushes time [...] and imposes itself as the stable centre” (*Idem*, p. 23). The so-called *pax estatica* becomes an ideal form of domination, a form which is intrinsically linked with “the mode of production of things in space” (*Idem*, p. 410), a mode of interchangeability where abstract quantity superimposes itself upon concretely lived quality and where nature is/will be destroyed.

It is exactly this moment in which urban life becomes – following Lefebvre – crucial. For him the cities are the places where the revolutionary project of “the mode of production of space” (*Idem*, p. 410), “the desire to ‘do’ something, and hence to ‘create’” (*Idem*, p. 393) could replace the tranquilizing “mode of production of things in space”. Inhabitants of cities could appropriate urban space as a so-called “second nature: the city, urban life, and social energetics” (*Idem*, p. 368).

8. Following this, appropriation *stricto sensu* is bound to the original purpose, to natural space and to creative practices. In a broader sense, Lefebvre called practices appropriative also in cases which he labelled here as diversion, which “is in itself merely appropriation, not creation – a reappropriation” (Lefebvre, [1974] 2012, p. 168). Lefebvre defined natural space as “the origin, and the original model, of the social process – perhaps the basis of all ‘originality’” (*Idem*, p. 30). For more details, see Dorsch (2018, especially pp. 78-91).
9. In this respect Lefebvre introduced the concept of rhythm which “embodies its own law, its own regularity, which derives from space – from its own space – and from a relationship between space and time” (Lefebvre, [1974] 2012, p. 206), it possesses an own time-space.

Concluding this methodological section, there remains a question: how did the inhabitants of São Paulo in the turn from the nineteenth to twentieth centuries appropriate the above outlined spatio-temporal situation?

Appropriating spatio-temporalities in São Paulo at the turn of the twentieth century

Therefore, in the next section of this article, firstly I will use the described Lefebvrian ideas for quickly analysing aspects of São Paulo's spatial history in the decades around 1900. For further and deeper readings and for a more complex critique on linear explanations which dominated a long time São Paulo's historiography, I would like to refer the reader to the cited works, not at least to those by Frehse (2005; 2011). Finally, I will take a critical look at the potential of Lefebvre's appropriation-conception for the conceptual debates about spatio-temporal characteristics of the "urban phenomenon in Brazil".

In the last third of nineteenth century, the often-described coffee boom, resulting in a massive immigration from Europe and Northern parts of Brazil, as well as the widening of the scope to other Atlantic regions, in many areas of life the former Jesuit settlement had turned into a prospering metropolis within a very short period of time¹⁰. Through 1900, the number of inhabitants increased tenfold, up to a quarter of a million, and within only thirty years from then São Paulo, already an industrial centre, reached the status of megacity with a million inhabitants. After the end of the centralized Brazilian Empire in 1889, which had been orientated towards the capital, the rival port city Rio de Janeiro, São Paulo claimed political and economic supremacy. It was said: *São Paulo não pode parar* ("São Paulo never can stop"). Self-confidently, Paulistanos (the city's inhabitants), put the Latin slogan *Non ducor, duco* ("I am not led, I lead") on their coat of arms in 1917 (Love, 1980, p. 3). Many of the leading politicians and economic leaders of the First Republic (1889-1930) were settled in São Paulo – in the countryside but increasingly also in the capital. The political system of *Primeira República* was popularly known as *café com leite* (coffee with milk), indicating the leading position of coffee production in São Paulo along with its neighbour, the milk-producing state of Minas Gerais¹¹.

Especially from the 1870s onwards immigrants arriving from nearly all parts of Europe, but especially from its south (Italy, Spain, Portugal), as well as former and runaway slaves leaving the sugar plantations in the northern parts of Brazil, migrated

10. For further information and literature, see Dorsch (2014).

11. See also Dorsch e Wagner (2007), Odalia e Caldeira (2010a; 2010b) and Frehse (2011).

not only to the coffee producing rural areas in the north and west of the state of São Paulo. In burgeoning numbers, they turned now to the city of São Paulo.

Even if there were no linear ways, many of these new Paulistanos from different social contexts, appropriated the streets in different manners compared to the dominant traditional forms of avoiding the urban public sphere. Many historical studies have described and analysed this complex change practised by the new Paulistanos, but also by those living there since longer time. For various reasons, an increasing number of people now spent a lot of time in the streets. Fraya Frehse described the “destiny” of historically “old”, (Goffmanian) ceremonial rules of civility in the *novas ruas*, new streets (Frehse, 2011, pp. 531, 567). More people had their workplaces in the streets, they drove through the streets as small merchants selling and buying commodities, washing in the rivers, cooking on the streets (Pinto, 1994). Many did not have a fixed workplace or a long-term residence, while others lived in dwellings closely connected to the streets. The urban historian Maria Inez Pinto has analysed “habits of nomadism” (Pinto, 1994, p. 151). And, besides the emergence of a new quality of the street as a workplace, Paulistanos also introduced new forms of enlivening the public sphere, as sports in the parks or going for a walk through the streets. Especially in the date of 1888, in which slavery was legally abolished was emphasised: “the streets and squares becoming public places, i.e. socially signified as being of legally unrestricted access at any hour as of 1888” (Frehse, 2017, p. 525).

Even migrants owing properties – the nuclei of future middle classes – used the public sphere in a different manner. Many founded stores in their houses, opening them to the streets. The formerly very strict distinction between the private and public spheres came under pressure. According to contemporary witnesses, local clients became used to going for shopping all day long, so that restrictions of shop hours came to appear as inadequate and old-fashioned. Even in 1874, the chief of the local police department proclaimed the end of these restrictions “imported” from other Brazilian cities: the daily practices of the inhabitants of São Paulo were different¹². At the end of nineteenth century, many old buildings in the city centre were renovated in order to establish shops, to be able to provide items for sale in newly established show windows, for many others constructions the accessibility was improved by changing front windows by doors¹³. The limits between private and public vanished.

12. See, for example “Ofício do Chefe de Polícia à Câmara”, in *Papéis avulsos*, 1874, v. 5, manuscrito, quoted in Bastos (1996, pp. 35; 84).

13. Cf. Arquivo Histórico Municipal do São Paulo, Fundo PMSP – Caixas Directoria de obras e viação (DOV), Obras particulares and Fundo CMSP/INTDM/PMSP, Série: Assuntos Diversos (Alvará-Licença – Ambulantes e Estabelecimentos Comerciais).

Now, especially since the end of the century it has become possible to observe even women from the higher classes appropriating the streets (Frehse, 2011, pp. 339-347; 419-530). Following Pinto, the different groups of immigrants created different “new spaces of cultural and collective life” (Pinto, 1994, p. 27). Sênia Bastos has concluded that the former concept of São Paulo as a “small static town” (Bastos, 1996, p. 95) collapsed. In her authoritative study examining the street life of São Paulo, Frehse maintained that the street as a public space now became historically possible to many more social groups (Frehse, 2011, pp. 179-186; 430-445): “passers-by became the new protagonists of the regular to-and-from in São Paulo’s central streets and squares” (Frehse, 2017, p. 525).

Many leading figures in politics and society appropriated these everyday practices in the street and the corresponding international recognition as “Yankee City of Brazil”¹⁴, and transformed it into a new concept of São Paulo. Continuing the “idea of the pioneering spirit of São Paulo” into the present and especially into the future, thereby counting on the enormous economic prosperity in the region, São Paulo was supposed to appear as “the engine of progress that would lead the country into a modern future” (Brefe, 2005, p. 190). Many disputes in this period sought to naturalize this claim for spatio-temporal supremacy (Weinstein, 2015). For example, in his sociological study *Raça de gigantes* (1926), Alfredo Ellis Junior argued that “the *Paulistano* highland is a region that is predestined for success and prosperity” (Ellis Júnior, 1926, p. 362).

Even if this was only a short look at the various activities of different social groups appropriating São Paulo, I would like to highlight different potential and critical aspects of the appropriation-concept as proposed by Henri Lefebvre.

Reassessing the potential for, and critics of appropriating for urban studies

One of the main potentials one can argue for is that this concept guides one’s perspective to the practices and to the appropriating actors. Thus, the ideas concerning the production of space – acknowledged as fundamental for the so-called “spatial turn” – become concretely applicable. The criticized space as container-space vanishes and it becomes methodologically clear that space is historically produced, which means appropriated by actors, as well as distinct images of concrete spaces, for example that of São Paulo as the progressive Yankee City. It also becomes apparent that container-spaces are constructions made by acts of appropriation “in order to

14. As indicated by an anonymous in the *New York Times* in 1900. In 1913 we find a similar statement in the *New York Times* (Reyes, 1913).

serve the needs and possibilities of a group” (Lefebvre, [1974] 2012, p. 165). In this sense it is more convenient to speak about “containered” spaces.

This focus on appropriation does not allow us to make proclamations about structures or linear processes – but it clarifies that structures, processes, etc. are statements made by (interested) observers, be they contemporaneous or retrospective as well as we historians. Historical work can thus be described in a broader sense as an act of appropriation¹⁵. In this sense, historians and other interested people in the end of nineteenth century (as well as some up to the present days) appropriated details of São Paulo’s spatial history for building up the image of São Paulo as “locomotive of progress”.

As argued elsewhere, I see especially three critical aspects in Lefebvre’s concept (Dorsch, 2018). Firstly, it implies romanticised and essentializing ideas of “Nature”, natural space, etc. It does not fit into the concept of socially produced space. For whom it is natural? Who defines space as natural? Looking at São Paulo: was the space the Portuguese encountered in the sixteenth century natural, was it the space the new migrants in the nineteenth and twentieth centuries came across? Is the urban “second nature” natural – or is it not appropriated and maybe naturalized? Secondly, looking at the dichotomy established by Lefebvre between appropriation and domination gives the impression that this is mainly a question of one’s own perspective. While appropriation means nature and lived space-time, the second term is connected to interchangeability, in which abstract quantity superimposes itself over concretely lived quality and in which nature is/will be destroyed. But what happens when we put nature into perspective and thus “destroy” this Archimedean point? Is appropriation what the new immigrants did to the streets of São Paulo at the turn from the nineteenth to the twentieth centuries? Could it be a form of domination over the old (natural?) traditions? Or is it the formation of a *pax estatica* via the advancement of state institutions? And thirdly, why do we talk almost exclusively about *social* acts of appropriation, almost ignoring the individual? Would it not be more applicable (and less ideological) to speak about different, sometimes controversial individual, in addition to the social, acts of appropriation?

Having pointed to the potential and the critics (and their potential) of the Lefebvrian concept of appropriation, the advantages of a spatio-temporal analysis of the “urban phenomenon” should become clear. With it we can analyse if, how and which people made the city of São Paulo into their own space, which conflicts

15. Lefebvre called the appropriation of the past an act of revivification: “current work, including brain work” that “takes up the results of the past and revivifies them” (Lefebvre, [1974] 2012, p. 349). Recently, the German historian Achim Landwehr called this practice “chronoferece”, a practice interconnecting present and absent times (Landwehr, 2016).

came along with their appropriation practices, and how, not to mention by whom, this image of an “urban” city was built up. In this moment the mentioned Lefebvrian space triad (the spatial practices, the representation of space and the spaces of representation) becomes virulent. Even if it is superfluous to say, it should be underlined that, of course, appropriating does not mean generally acting voluntarily. We have to look very closely into the concrete situations. Then we can observe the power relations between different actors and how they were condensed in (urban) space, for example in architecture (in the construction of morally clean and linear streets) or in laws regulating the forms of enlivening the city. It becomes clear how historically unstable and differentiated urban space(s) has/have been, and which spatio-temporal stabilization-attempts (for example linear narratives of progress or of state-building) were introduced and by whom.

The urban phenomenon means “no longer-static/dynamic” (Bastos), “progressive and future-orientated” (Brefe) or “mobilized-nomadic” (Pinto). One could get the impression that these interpretations are following certain Western progressive modernist claims for a modern(ized) city. The question of whether we can appropriate these interpretations, and with them a certain image of São Paulo as usable for our investigation, or if we have to decipher them as “ideologist” in the sense of aiming at a previously given result (here progress), is a matter of our decision-making and of evaluating methodological quality. Making this clear, the studies advanced by Frehse with Lefebvre’s ideas in mind questioning the progressive narrative are of very high value: there are no linear developments from the traditional to the modern but very different actors and temporally complex manners of appropriating the space.

In the end, the question is this: can we trust the arguments of the authors we read? And, thus appropriation becomes a tool that hints not only at (past) objects of investigation, but also at us as decision-makers. Moreover, it implicates us as agents of knowledge today, indicating our own place in a web of signifying and power-reflection.

References

- BASTOS, Sênia. (1996), *Na Paulicéia por conta própria, 1870-1886*. São Paulo, dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BAUER, Jenny & FISCHER, Robert (orgs.). (2018), *Perspectives on Henri Lefebvre: theory, practices and (re)readings*. Berlin, De Gruyter.
- BEATTIE, Peter M. (1996), “The house, the street, and the barracks: reform and honorable masculine social space in Brazil, 1864-1945”. *Hispanic American Historical Review*, 76 (3): 439-473.

- BREFE, Ana Claudia Fonseca. (2005), *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo, Museu Paulista/Editora da Unesp.
- CUNHA, Euclides da. ([1902] 2001), *Os sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- CURTIS, James R. (2000), "Praças, place, and public life in urban Brazil". *Geographical Review*, 90 (4): 475-492.
- DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. ([1632] 2003), *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. Madrid, Dastin.
- DORSCH, Sebastian. (2010), *Verfassungskultur in Michoacán (Mexiko): Ringen um Ordnung und Souveränität im Zeitalter der Atlantischen Revolutionen*. Köln/Weimar/Wien, Böhlau.
- DORSCH, Sebastian. (2013), "Space/time practices and the production of space and time: an introduction". *Historical Social Research*, 38 (3): 7-21.
- DORSCH, Sebastian. (2014), "Os paulistanos, 'ianques do sul', e a 'doença moderna', a neurastenia, nas primeiras décadas do século XX". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 21 (1): 169-180.
- DORSCH, Sebastian. (2018), "Rereading Henri Lefebvres 'La production de l'espace': appropriation, nature, and time-space in São Paulo spatial history in the turn from the 19th to the 20th century". In: BAUER, Jenny & FISCHER, Robert (orgs.). *Perspectives on Henri Lefebvre: theory, practices and (re)readings*. Berlin, De Gruyter, pp. 77-94.
- DORSCH, Sebastian & WAGNER, Michael. (2007), "Gezähmter Dschungel – industrialisierte Agrarwirtschaft – romantisierter Landloser: die Mystifizierung des Ländlichen in der deagrariserten Gesellschaft Brasiliens". *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen, 33 (4): 546-574.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. (1926), *Raça de gigantes: a civilização no planalto paulista: estudo da evolução racial anthroposocial e psicológica do paulista dos séculos XVI, XVII, e XIX, e das mesologias física e social do planalto paulista*. São Paulo, Helios.
- FREHSE, Fraya. (2005), *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo, Edusp.
- FREHSE, Fraya. (2011), *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- FREHSE, Fraya. (2017), "Relational space through historically relational time: in the bodies of São Paulo's pedestrians". *Current Sociology*, 65 (4): 511-532.
- FREYRE, Gilberto. ([1933] 1946), *The masters and the slaves: a study in the development of Brazilian civilization*. New York, Knopf.
- FREYRE, Gilberto. ([1936] 1963), *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcho rural no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- HAUßER, Christian. (2009), *Auf dem Weg der Zivilisation: Geschichte und Konzepte gesellschaftlicher Entwicklung in Brasilien (1808-1871)*. Stuttgart, Franz Steiner.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. ([1936] 1969), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- KAGAN, Richard. (2011), "Projecting order". In: DYM, Jordana & OFFEN, Karl (orgs.). *Mapping Latin America: a cartographic reader*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 46-50.

- LANDWEHR, Achim. (2016), *Die anwesende Abwesenheit der Geschichte: Essay zur Geschichtstheorie*. Frankfurt, S. Fischer.
- LAUDERDALE GRAHAM, Sandra. ([1988] 2006), *House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Austin, University of Texas Press.
- LEFEBVRE, Henri. ([1974] 2012), *The production of space*. Oxford, Blackwell.
- LOVE, Joseph L. (1980), *São Paulo in the Brazilian federation: 1889-1937*. Stanford, Stanford University Press.
- MUNDY, Barbara E. (1996), *The mapping of New Spain: indigenous cartography and the maps of the relaciones geográficas*. Chicago, University of Chicago Press.
- ODALIA, Nilo & CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). (2010a), *História do Estado de São Paulo*. V. 1: *Colônia e império*. São Paulo, Editora da Unesp/Arquivo Público do Estado/Imprensa Oficial.
- ODALIA, Nilo & CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). (2010b), *História do Estado de São Paulo*. V. 2: *República*. São Paulo, Editora da Unesp/Arquivo Público do Estado/Imprensa Oficial.
- PIETSCHMANN, Horst. (2017), "De la Andalucía Bajomedieval, vía Islas del Mar Océano, a América fundando ciudades y villas". In: DUVE, Thomas (org.). *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Madrid, Dykinson, v. 1, pp. 291-312.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. (1994), *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo, Edusp.
- RAU, Susanne. (forthcoming), *History, space and place*. New York, Routledge.
- REYES, Rafael. (1913), "Reyes in Sao Paulo, among the 'Yankees of Brazil'". *New York Times*, 3/8.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. ([1845]1986), *Facundo: civilización y barbarie*. Barcelona, Planeta.
- SCHMIDT, Peer. (2007), "Die Erfindung des Campesino: die Deagrarisierung im Mexiko des 20. Jahrhunderts". *Geschichte und Gesellschaft*, 33 (4): 515-545.
- SCHULTZ, Kirsten. (2001), *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York, Routledge.
- SOJA, Edward. (1989), *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London, Verso.
- VAN YOUNG, Eric (1988), "Islands in the storm: quiet cities and violent countrysides in the Mexican independence era". *Past & Present*, 118 (1): 130-155.
- WEINSTEIN, Barbara. (2015), *The color of modernity. São Paulo and the making of race and nation in Brazil*. Durham, Duke University Press.
- WHITFIELD, Peter. (2005), *Cities of the world: a history in maps*. London, British Library.
- "YANKEE CITY of Brazil: Sao Paulo, so-called for its surprising push and activity". (1900). *New York Times*, 23/12.

Abstract

Urban phenomena in São Paulo's nineteenth and twentieth centuries: appropriating local spatio-temporalities

The article seeks to investigate urban phenomena in São Paulo's 19th and 20th centuries by utilizing Henri Lefebvre's concept of appropriation. Thus, I focus on the relations between urban space(s) and its inhabitants, and the analysis of the city – usually perceived as space – becomes a spatio-temporal and relational analysis regarding dynamic practices, conflicts, etc. understood as urban phenomena. How did the inhabitants appropriate São Paulo? May we state special forms by comparing it to other Latin American cities of former times? How did the migrants arriving at the end of 19th century change old forms of living in the city? I conclude with remarks and critics on the potential of using the concept of appropriation in urban studies.

Keywords: São Paulo; Appropriation; Henri Lefebvre; Spatio-temporalities; Urban studies.

Resumo

Fenômenos urbanos na São Paulo dos séculos XIX e XX: apropriando-se de espaçotemporalidades locais

O artigo investiga fenômenos urbanos na São Paulo dos séculos XIX e XX lançando mão do conceito de apropriação de Henri Lefebvre. Assim, enfoco as relações entre espaço(s) urbano(s) e seus habitantes, e a análise da cidade – usualmente percebida como espaço – se torna análise espaçotemporal e relacional de práticas, conflitos etc. dinâmicos, entendidos como fenômenos urbanos. Como os habitantes se apropriaram de São Paulo? É possível aferir formas especiais via comparação com outras cidades latino-americanas de tempos mais antigos? Como os (i)migrantes chegados no final do século XIX modificaram formas antigas de se viver na cidade? Concluo com observações e críticas à potencialidade de se usar o conceito de apropriação nos estudos urbanos. Palavras-chave: São Paulo; Apropriação; Henri Lefebvre; Espaçotemporalidades; Estudos urbanos.

Texto recebido em 18/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.151232

SEBASTIAN DORSCH é doutor em história e professor assistente da Faculdade de Filosofia da Universidade de Erfurt, na Alemanha.



Léxicos urbanos e arenas públicas

Tempos e espaços no Centro de Fortaleza

Irllys Alencar F. Barreira*
<https://orcid.org/0000-0002-3964-946X>

Lugares paradigmáticos da cidade condensam narrativas temporais e espaciais convocando estudos empíricos em diálogo com a teoria. O centro de Fortaleza¹ oferece aporte empírico para a questão, constituindo-se em uma área exemplar de acionamento de reformas e intervenções, feitas em diversos momentos. Tais intervenções vêm acompanhadas de discursos de preservação do patrimônio, classificações e busca de organização do chamado espaço público e, também, de representações provenientes de moradores e frequentadores idosos que associam, de forma comparativa, o passado e o presente do local, hoje considerado sem a dinâmica e o reconhecimento social e político de outrora².

Propostas e projetos vêm surgindo nas últimas décadas, conforme será explorado mais adiante, acionando antigas e novas representações para pensar o centro com perspectivas de disciplinamento baseadas na preservação de áreas e estabelecimentos considerados históricos³.

* Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

1. Embora a referência empírica deste artigo seja o centro de Fortaleza, algumas das reflexões aqui expostas são tratadas em outros contextos espaciais, sob a perspectiva do patrimônio e modos de lidar com os vazios urbanos (Rubino, 2009; Meneguello, 2009).
2. É notória a presença de idosos em praças de maior adensamento comercial, destacando-se a renomada Praça do Ferreira, sobretudo durante o dia.
3. Ver o projeto de pesquisa intitulado “Etnografias urbanas: rede, conflitos e lugares”, em que foram explorados discursos e intervenções com subsídios da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no período 2012/2014.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o artigo encaminha-se na direção de perceber a cidade em suas expressões e vivências heterogêneas, em sentido contrário à concepção de espaço urbano indiviso e estático que se forma independente de representações e práticas de usuários⁴. Utilizo-me também dos artefatos perceptivos da metodologia de Henri Lefebvre (1992), tendo em conta o significado, a sazonalidade do centro de Fortaleza e sua variação de ritmo ao longo dos dias da semana e no caminhar de sua história. As linguagens presentes no senso comum, na concepção de urbanistas e nos projetos de intervenção são também metodologicamente significativas para o registro de percepções temporais e espaciais. Entre as instituições e projetos que tomaram o centro de Fortaleza como alvo importante, embasando o tema das classificações e discursos sobre a cidade, destacamos: os Fóruns Adolfo Herbster e Viva Centro e os planos “Pacto por Fortaleza” e “Fortaleza 2040”⁵. Trata-se de orientações de participação e intervenção elaboradas desde 1980 e enfatizadas no período 2010-2015 que condensam narrativas espaciais e temporais. Apontam modos de orquestrar a cidade, tomando o centro como um dos espaços paradigmáticos que refletem as marcas da cidade ao longo da sua história. Os fóruns e planos são convergentes, configurando-se o “Pacto por Fortaleza” e o “Fortaleza 2040” como propostas ousadas para pensar a cidade de forma abrangente e não restrita a um tempo de mandato municipal.

O centro e seu movimento: sob o olhar da ritmanálise

Na perspectiva de recuperar aspectos criativos da experiência urbana por meio de pesquisas, recorro ao pensamento de Lefebvre (1992) que analisa a cidade tomando como metáfora o ritmo das ações que se apresentam no corpo, nos ciclos da natureza, nas ciências sociais e exatas, na música e na poesia, associando-se tanto ao repetitivo quanto ao descontínuo e inovador. A ritmanálise, concedendo prioridade ao sen-

4. A importância dos usuários como praticantes do espaço urbano encontra-se formulada em Certeau (2003).

5. O Fórum Viva Centro constitui um espaço de discussão estimulado pela Câmara Municipal de Fortaleza que congrega entidades em torno do debate sobre a área, articulando empresários, associações da sociedade civil, representantes da mesma Câmara, representantes de regionais e empresários, desde 2011. Já o Fórum Adolfo Herbster foi organizado pela Superintendência de Planejamento do Município, em 1980, com apoio do governo do estado, abrindo espaço para interlocução e debate entre gestores urbanos, representantes da sociedade civil e profissionais da área do urbanismo. O nome “Adolfo Herbster” homenageia o engenheiro que elaborou, em 1859, a planta da cidade de Fortaleza que serviu de referência a reformas urbanas. Os fóruns são permanentes e os planos resultam na formação de documentos abrangentes que pretendem não se ater a gestões específicas de governos. Distinguindo-se dos plurianuais que são restritos a mandatos, os planos “Pacto por Fortaleza” e “Fortaleza 2040” se propuseram a pensar um planejamento para a cidade a longo prazo.

sível, permite registrar, em observações de pesquisa, os vários movimentos, lentos ou fortes, as tensões e sociabilidades que permeiam as relações sociais cotidianas na cidade. O ritmanalista escuta rumores e silêncios e cuida de evitar as interpretações apressadas, na medida em que é um pesquisador sensível a mudanças e situações que se processam em tempos e espaços diferenciados. Nessa percepção ele buscará, na concepção criativa de Lefebvre (1992, p. 35), “escutar” uma casa, uma rua, uma cidade, uma praça ou mercado, identificando sinais de variação tal como um auditor que escuta uma sinfonia. O ritmanalista transformaria a presença em presente, aproximando-se da poesia e registrando a temporalidade urbana materializada por jovens, turistas, carros e objetos, sinalizando interações e alternâncias de silêncio ou barulho, com movimentos policêntricos ou sinfônicos.

O vocábulo “centro” contém uma historicidade evidenciada no *Dicionário Aurélio*⁶, que o define, entre outras formulações, como um lugar onde habitualmente eram estabelecidos certos negócios. Trata-se de concepção evocadora de uma marcação indiciária do aglomerado urbano que condensou, em sua origem e desenvolvimento, funções relevantes referentes a trocas comerciais e políticas sumarizadas na caracterização de Max Weber (1979, p. 70) sobre a cidade como um estabelecimento de mercado. De fato, o centro da maioria das cidades foi historicamente um ponto de nucleação de atividades comerciais e administrativas, até o momento em que a expansão urbana criou “novos centros”, diversificando os usuários, estratificando o consumo e acionando os descompassos da unidade e diversidade a serem disciplinados e problematizados nas várias instâncias de poder.

Na lógica desse processo, o centro de Fortaleza congregava, até meados de 1950, atividades comerciais, de lazer, residenciais e político-administrativas. Constituía o local onde moradores iam resolver negócios e fazer compras, sendo usual sua identificação com a “cidade”⁷. Era comum o emprego da expressão “vou à cidade”, utilizada na capital cearense para referir-se ao deslocamento até o centro, demonstrando o fato de que esse era um “lugar” em sentido oposto ao “não lugar” conceituado por Augé (1994). O centro era então detentor de uma história de valorização que tinha um significado preciso para os usuários. Representava um sítio para andar, observar vitrines de lojas exclusivas, frequentar casas comerciais e observar hotéis e cafés que fizeram nome na história do consumo, em uma cidade caracterizada por fortes raízes mercantis. O centro de Fortaleza identificava-se também com o sentido de “rua”, expressando uma sociabilidade peculiar, marcada pela diversidade de usos e

6. Ver <<https://dicionariodoaurelio.com/centro>>, acesso em 1.3.2018.

7. As palavras “centro” e “cidade” possuíam uma homologia no discurso nativo. Do ponto de vista espacial, o centro faz limite com os bairros Joaquim Távora, Aldeota e Praia de Iracema.

temporalidades, acenando com possibilidades variadas de transitar pela parte mais importante e significativa da cidade⁸.

Confundia-se também o centro com uma espécie de espaço público no sentido atribuído por Jürgen Habermas (1984), sendo lá que as notícias circulavam: na boca de literatos, políticos, jornalistas ou intelectuais que mantinham pontos de frequência em bares, farmácias ou cafés. Era quando o centro fazia jus à sua nomenclatura, aglutinando não só atividades utilitárias, mas múltiplas formas de sociabilidade, incluindo o circuito de opiniões. O cronista Marciano Lopes assim se reporta ao centro na Fortaleza dos anos 1945: “Pequenina e tranquila, com seus duzentos mil habitantes, Fortaleza era singela, com seus poucos bairros que dependiam do Centro para praticamente tudo, pois nenhum bairro possuía, ainda, vida própria a exemplo de agora. Tirando as mercearias ou cinemas, nuns poucos, tudo o mais estava localizado no Centro: lojas, bancos, correio, farmácias, mercearias finas.” (Lopes, 2011, p.88)

A criação de *shoppings centers*, desde 1970, e a diversificação de atividades comerciais e administrativas em variados bairros formalizaram o processo policêntrico que já vinha ocorrendo, configurando divisões espaciais e simbólicas entre as zonas leste e a oeste da capital cearense, segundo critérios hierárquicos de moradia e oferta de serviços⁹. Um primeiro deslocamento de moradores do centro ocorreu para áreas adjacentes, a exemplo do bairro Jacarecanga. Posteriormente, a busca por moradias mais afastadas do denominado “barulho do comércio”¹⁰ e mais condizentes com um então relativamente novo padrão de habitação¹¹ ensejou a criação de outros núcleos comerciais a servirem de apoio ao consumo: expandiu-se, portanto, um comércio com distinções evidentes de classe.

Práticas reminiscentes de usos tradicionais do centro ainda se mantêm com vigor. Trata-se de venda de mercadorias mais baratas¹². Ademais, são oferecidos serviços de conserto de eletrodomésticos, tornando o local um reduto patrimonial de ofertas voltadas, preferencialmente, para o consumo de classes populares. O deslocamento e a repartição de atividades no centro não impediram que ele continuasse a ser, ao longo do tempo, um lugar paradigmático de atribuição de sentidos, sejam relaciona-

8. A temporalidade das ruas permite observar mudanças e práticas cotidianas. Sobre a temporalidade característica das ruas de São Paulo durante a segunda metade do século XIX ver Frehse (2005).

9. Ver Lustosa (2009, pp.179-191).

10. Expressão nativa utilizada por moradores da cidade para se referir ao complexo de atividades que estariam fora das expectativas de tranquilidade associada à moradia.

11. O modelo de habitação, instaurado nos anos de 1960, supunha moradias amplas, com muros altos e jardins. Em Fortaleza, o padrão de habitação foi e continua sendo símbolo de *status*.

12. Durante o curso de sociologia urbana que ministrei no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, em 2013 (2º semestre), alunos registraram, em pesquisa feita no centro, trocas comerciais de baixo custo, envolvendo eletrodomésticos, roupas, calçados, livros didáticos etc.

dos com o prestígio perdido, sejam associados à busca de dinamização e consequente necessidade de intervenção dos poderes públicos.

As caminhadas ao centro expostas a seguir – inspiradas na proposta de observação concebida por Lefebvre – apresentam ritmos, movimentos e tensões que abarcam um circuito de temporalidades com características de mudança e permanência.

O ritmo descompassado do centro

As visitas ao centro¹³, realizadas pela autora no primeiro semestre de 2015, tiveram como objetivo verificar atividades e movimentos específicos, comparando ritmos e usos no início e final de semana. A começar pelo mercado, local onde a partir das 11 horas da manhã de sábado, costuma não haver estacionamento em seu entorno, é evidente a presença efervescente de um comércio passível de ser caracterizado como popular. Feiras nas vizinhanças do mercado, na Praça José de Alencar, nas imediações da Praça do Ferreira e Praça da Estação costumam materializar o encontro entre habitantes de municípios próximos e moradores da capital, que para lá se encaminham com intuito de fazer compras, especialmente nos finais de semana.

O primeiro impacto de quem chega ao centro no sábado, contesta a ideia de “esvaziamento” – palavra até hoje presente em muitos discursos e projetos mencionados mais adiante neste artigo que apontam a “desvitalização” da área e consequente necessidade de intervenção¹⁴. Um grande corredor de vendas que costuma ocupar praças, becos e calçadas mostra, ao contrário, uma dinamicidade que desafia as fronteiras da legalidade tanto no que se refere ao uso do espaço como às vendas. Barraqueiros e consumidores realizam intensa troca de mercadorias, destacando-se a presença marcante de populares que vão ao centro em busca de produtos mais baratos – a “feira ao ar livre”, que dribla os impostos, viabilizando vendas com preço mais baixo. A disputa por mercadorias de baixo custo, especialmente roupas e calçados, inicia-se às 4 horas, momento no qual a oferta de achados é mais abundante, com vestidos que parecem, segundo expressão nativa, “comprados em boutiques caras da Aldeota”¹⁵.

Do ponto de vista arquitetônico, o centro comporta lugares de patrimonialização, com intervenções que vêm buscando combinar relíquias de construções do início do

13. Participou das visitas ao centro, Igor Monteiro Silva, bolsista de pós-doutorado, pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

14. Uma “revista” resultante do plano “Fortaleza 2040” apresenta a seguinte avaliação do centro: “A cadeia de espaços públicos no Centro é insuficiente para a densidade de uso humano durante a jornada diária, sendo deserta no período noturno. Tal desequilíbrio tem como resultado a queda do coeficiente de uso final, causando economia de prejuízos e queda da *vitalidade* final da zona urbana” (Parente e Assouka, 2015, p. 52, grifo meu).

15. Trata-se de um bairro de classe média alta.



Figura 1: Feira na Praça José de Alencar, 2018 (© Igor Monteiro Silva)



Figura 2: Praça do Ferreira, 2018 (© Igor Monteiro Silva)

século passado, com o movimento de modernização de prédios de fachadas variadas. Na circunstância em que o centro era local de convergência de funções comerciais e políticas, edifícios em torno de três andares representavam um primeiro momento de expansão dessas atividades. Atualmente, em precárias condições de preservação, eles convivem, na qualidade de edificações classificadas como patrimoniais, que recebem subvenção dos poderes públicos, com outras designadas como “decadentes”, à espera de vendas ou outras ações de salvaguarda.

O centro apresenta também uma espécie de morfologia temporal e espacial. Durante os dias da semana, o espaço comercial segue rotinas, sendo o sábado animado por músicas e frequentadores de barracas que se postam ao longo da praça diante do Teatro José de Alencar (Figura 1), ou aproveitam a folga para descanso em grandes bancos na Praça do Ferreira (Figura 2).

O comércio nas calçadas, em contraste com as lojas, agrega um público específico, com apoios de animação musical e alimentação. Compõe uma espécie de circuito em pequena escala no sentido de José Guilherme Magnani (2002), pondo, em espaços contíguos, vendas do comércio legal e ilegal, reunindo visitantes, turistas e frequentadores de classes populares¹⁶. Outros locais de menor prestígio, como cinemas pornô e bares com frequência de prostituição feminina e masculina, exemplificam a diversidade de sociabilidades noturnas e diurnas.

O “velho centro”, com suas histórias, apresenta-se na voz de cantores através de violões e conjuntos regionais. O bar na calçada acolhe frequências diversas, transbordando as fronteiras que separavam os “de fora” e os “de dentro”, os que pedem esmola, os que vendem, os que bebem, os que cantam e os que se encontram, conferindo um momento efêmero de encontro entre desiguais. O estabelecimento Raimundo dos Queijos corresponde a um reduto de sociabilidade, sinalizando costumes e formas de estar típicas de um passado mais provinciano.

Não tão longe dali, a pastelaria Leão do Sul¹⁷ constitui também ponto tradicional de consumo, notabilizado pela frequência de moradores e turistas. Nesse conjunto arquitetônico, museus e espaços que abrigam atividades culturais representam potencialidades para tornar o local atrativo, sobretudo para jovens. A recomposição dos valores locais por meio de atividades e eventos como o chamado Natal da Luz, o Carnaval de Blocos e apresentações musicais no Cine Teatro São Luiz exemplificam possibilidades de usar o centro em sua diversidade e temporalidade múltiplas.

16. Sobre as articulações entre o ilegal e legal na cidade, ver Telles (2010).

17. Localizada na Praça do Ferreira, a pastelaria é reconhecida por moradores da cidade como a mais tradicional e típica, com oitenta anos de existência, hoje fazendo parte de roteiros turísticos.

As observações sobre o centro encontram-se articuladas com a ideia de cidade que o contém, sendo o local a metonímia de uma conjunção de tensões entre passado e presente, contradições entre usos e propostas de reforma. Quando Lefebvre (1992) refere-se à escuta de uma rua, na perspectiva já referida da ritmanálise, está nos falando da compreensão dos ritmos, diversidades e processos que estão postos de forma paradigmática no centro. Nele, temporalidades se avizinham, tensões e apropriações espaciais de classe emergem, lembrando os dilemas da convivência coletiva. O centro de Fortaleza tornou-se, assim, a partitura desafinada em busca de orquestração. Essa breve descrição permite situar o leitor na reflexão sobre evocações espaciais e temporais que tomam o centro da cidade como referência, apresentando-se em propostas de projetos de intervenção.

Evocações temporais: falas que miram o passado e o futuro

Há circunstâncias históricas nas quais determinadas situações urbanas conotam o sentido de uma pauta de percepções e classificações, contribuindo para conformar o que Christian Topalov (2002) denominou léxico urbano¹⁸. Utilizando a terminologia do autor, recupero a percepção de que os léxicos urbanos adquirem realce em conjunturas e contextos, aglutinando um elenco de questões postas no cômputo das “prioridades”.

Os fóruns de discussão e os projetos caracterizados pela exposição de um elenco de questões consideradas prioritárias em Fortaleza incluem o centro como espaço problemático e carente de soluções. No âmbito dessas reflexões emerge um léxico urbano presente em falas, documentos e projetos, e organizado em torno de evocações temporais e espaciais.

As evocações temporais referem-se ao passado e ao futuro da cidade, estando permeadas pela temática da “requalificação”, “revitalização”, contendo referências sobre como pensar o futuro da cidade. As atribuições espaciais comportam os temas do “vazio” e da “mistura”, os quais são arrolados de forma direta ou indireta nas diferentes falas provenientes de lugares vários de enunciação. Essas evocações de fato encontram-se articuladas, mas mencionadas de forma separada, tendo em vista a organização dos argumentos.

O centro de Fortaleza viveu diferentes momentos de intervenção. A reforma da Praça do Ferreira, principal ícone da cidade¹⁹, ocorrida em 1991, baseava-se na

18. Este consiste em se pensar a cidade com base em divisões e classificações, sendo as palavras formas de objetivação da diversidade espacial (Topalov, 2002, p. 1).

19. A praça constitui um marco histórico e patrimonial da cidade. O nome origina-se do Boticário Ferreira, presidente da Câmara da cidade em 1871. O local foi objeto de várias reformas e abrigou cafés, lojas e hotéis em seu entorno.

tentativa de manter a “história do local”. O projeto urbanístico levou em consideração a recuperação de antigos monumentos e prédios, valorizando também espaços emergentes de sociabilidade. O Plano Diretor de 1992 considerava a importância de operações especiais para o centro, sendo a cidade percebida pelos poderes públicos como metrópole com “vocação para o turismo”²⁰. Emergiam, nesse contexto, recomendações de regulação de atividades e preservação da “memória” da cidade, acompanhadas de tentativas de identificação de bens patrimoniais e busca de dinamização de atividades culturais.

Posteriormente, o argumento da “revitalização” justificou-se em vários projetos de reforma urbana pela necessidade de intervenção associada ao princípio da vigilância, tendo em vista a existência da violência, a depredação de antigos prédios e todas as práticas que apontavam o considerado uso indevido de áreas. O sentido de “revitalização” supôs, também, a possibilidade de considerar o centro da cidade como área por excelência significativa de um passado dotado de dignidade e historicidade. O vocábulo não é específico da capital cearense, considerando que as expressões “reviver”, “revitalizar”, “resgatar” e outras alusões à necessidade de dinamizar espaços urbanos passam, nas últimas décadas, a integrar o léxico de metrópoles contemporâneas, a exemplo de São Luís, Salvador e Recife²¹.

Os fóruns especiais de discussão sobre a cidade e as formas propositivas mais recentes, baseadas em planejamentos estratégicos, fazem eclodir discursos que buscam acionar vivências do passado e presente, articuladas ao futuro da cidade. Trata-se de situações significativas que tornam visíveis discursos de porta-vozes e usuários, dando realce ao que é geralmente designado por intelectuais e operadores do espaço urbano como “problemas de uma cidade que se transforma em uma metrópole” (Dantas, 2009, pp. 187-227).

Há, portanto, um sentido de articulação nas percepções e intervenções que acompanham os fóruns, debates e planejamentos estratégicos participativos. Outras cidades brasileiras também apresentam situações exemplares. Maria Stella Bresciani (2004), analisando projeto estético em São Paulo no período 1850-1950, verifica que a palavra “melhoramento” constitui um senso comum, uma metáfora que permite articular diferentes significados e uma figuração presente em intervenções concretas. São concepções que se deslocam constantemente, acompanhando experiências estéticas e afetivas que contribuem para a construção de um ideal de cidade moderna.

20. Formulação presente na fala de gestores preocupados em definir estratégias de investimento para o Estado, sendo enfatizada desde o governo estadual de Tasso Jereissati (que integra o PSDB), sobretudo no período 1995-1998.

21. Ver Vasconcellos e Mello (2006, pp. 53-65).

De fato, as propostas de atuação não estão separadas de concepções sobre a cidade, advindas de diferentes interlocutores que formam uma espécie de campo da intervenção urbana composto por representantes do governo, arquitetos, usuários e intelectuais especialistas. A chamada “decadência do centro” – comprovada pelos usos efetivados em espaços anunciados nos discursos – foi considerada desde o Fórum Adolf Herbster (1994) por meio de alguns sinais: perda de habitabilidade, presença de “marginais”, prostituição e “desorganização” das atividades de comércio. A transferência de funções que abrigavam os postos de poder local para outras localidades, tais como o Palácio do Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, concorria, segundo vários pronunciamentos de representantes da sociedade civil, para tornar o centro “abandonado”, em oposição a outras zonas da cidade que estavam em processo mais efervescente de expansão.

O “Pacto por Fortaleza”²², envolvendo ações e estratégias para pensar a cidade, propôs, inicialmente, realizar diagnóstico com o objetivo de criar subsídios para planos de ação urbana, pensando no processo de expansão da cidade para os próximos vinte anos. Sob a iniciativa da Câmara Municipal, através do presidente Salmito Filho (PDT), realizou encontros em locais paradigmáticos de Fortaleza, sendo o centro discutido sob várias perspectivas, dentre as quais se incluíam o comércio e a requalificação de praças e edifícios históricos. Segundo os idealizadores do plano, liderado pelo presidente da Câmara Municipal, o projeto anunciado no documento *Pacto por Fortaleza, a cidade que queremos até 2020* “surgiu da necessidade de apontar ao Poder Executivo os principais problemas da cidade, estando o centro incluído entre as expectativas da sociedade em relação aos investimentos que seriam destinados para o bairro” (Salmito Filho, 2015, p. 1).

A perspectiva de pensar a cidade em longo prazo foi retomada pelo executivo municipal no plano “Fortaleza 2040”, implementado em 2015, tendo em conta o envolvimento direto não só da Câmara de Vereadores, mas da Prefeitura e do governo do Estado. Buscava ampliar e consolidar sentidos de uma projeção urbanística de articulação entre o centro e demais bairros da cidade, sob coordenação e liderança do Instituto de planejamento de Fortaleza - Iplanfor. Para tanto, foi constituída uma equipe interdisciplinar responsável por subprojetos, que teve como missão assegurar complementaridades e convergências de produção, articuladas em torno de um princípio de planejamento para o conjunto da cidade. Além das razões

22. O plano efetivado em 2010 contou com apoio da Câmara Municipal de Fortaleza, sendo subvencionado pelo Banco do Nordeste do Brasil, com investigações executadas por pesquisadores especialistas das áreas de arquitetura, sociologia e geografia da Universidade Federal do Ceará. O plano foi desenvolvido pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), com apoio da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

urbanistas, critérios econômicos foram justificados para as intervenções previstas no espaço urbano²³.

Sob o signo do “planejamento estratégico”, as intervenções e proposições sobre a cidade incluem a fala dos arquitetos e consultas à população por meio de mecanismos de participação, envolvendo comprometimento de representantes governamentais. No âmbito do plano “Fortaleza 2040”, foram recomendadas intervenções ainda em estudo, considerando os custos financeiros e as possibilidades de regulação especial no prazo de décadas²⁴.

Pensar Fortaleza em um horizonte não próximo – delineando um cenário futuro, segundo análise das condições efetivas de mudança e controle no âmbito social, econômico, político e urbanístico – tornou-se o pano de fundo do qual vêm emergindo formulações de intervenção. A concepção de uma temporalidade que atravessaria gestões municipais retoma as características de planejamento urbano, observando a cidade em sua totalidade pelo desafio mais complexo de articular atualmente as diversidades de uso do espaço. Os debates e planos comprovam a recorrência de questões que cada vez mais assumem a condição de arenas públicas.

Ressalte-se que a retomada das discussões sobre a necessidade de intervenção no centro da cidade tem acontecido nos âmbitos municipal e estadual. A realização de audiências públicas sobre o tema do centro e a criação da Secretaria Extrordinária do Centro (Sece), desde 2005, evidenciam o momento no qual o local passa a fazer parte das estratégias de intervenção e planejamento da cidade²⁵, instituindo um tipo de expressão da esfera pública.

A concepção de uma intervenção planejada encontra um de seus suportes na perspectiva de incrementar o uso da cidade pelos turistas, questão presente em discursos que chamam atenção para a necessidade de valorizar outros espaços alternativos às praias. Eles seriam também balizadores de liames entre as antigas e novas formas de praticar o espaço.

23. Segundo Ricardo Pereira Sales, representante da Secretaria Regional do Centro de Fortaleza, durante reunião realizada em 8 de abril de 2015, no âmbito da proposta “Fortaleza 2040”, o local comporta 17% da economia e 45% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

24. Conforme o plano urbanístico, o centro deverá receber, sem data ainda indefinida, o corredor da Esplanada Administrativa Municipal que se estenderá da praia – nas proximidades da antiga área portuária – até a Praça José de Alencar. Nesse percurso está prevista a construção de prédios para uso misto nos locais em que hoje há galpões e lojas, além da transferência das sedes do poder público municipal para esse trecho do centro. A estimativa é que até 2020 algumas dessas intervenções tenham início.

25. Ver, a esse respeito, Vasconcelos (2008).

Os fóruns como arenas públicas e a difusão de léxicos urbanos

As arenas públicas tornam as falas sobre a cidade expressivas, formando um conjunto de questões urgentes a serem tratadas no curto, médio e longo prazo. Uma reflexão sobre o tema da espacialidade e temporalidade, tendo por referência o centro da cidade, não pode deixar de considerar a existência desse campo de discursos e ações envolvendo arquitetos, gestores, jornalistas, intelectuais e políticos, que vêm mobilizando ações e diferentes rituais coletivos de apresentação, incluindo materiais escritos em forma de cadernos e folhetos.

Os fóruns constituem, assim, ocasiões simultâneas de articulação dos poderes públicos com um campo de saberes especializados bem como momentos de denúncia de setores populares convocados a participar dos planos²⁶. Constituem ainda, na perspectiva de denúncia pública elaborada por Boltanski (1990), oportunidades de condensação de problemáticas urbanas que fundamentam documentos, antecipando demandas dirigidas aos poderes públicos em gestões municipais posteriores. O discurso dos profissionais do urbanismo (intelectuais e arquitetos) não ocupantes de cargos públicos assumem, na maioria das vezes, uma formulação argutiva, sendo os representantes de categorias populares espécies de porta-vozes autorizados da denúncia. Há, nesse contexto, um conjunto complexo de enunciações acusatórias, justificadoras e propositivas.

Os vários encontros e debates anteriormente mencionados apontam para um tipo de arena pública na qual diversos atores são convocados a intervir, acrescentando momentos de “escuta da população” formalizados e intensificados desde o “Pacto por Fortaleza”, sendo retomados com maior vigor no plano “Fortaleza 2040”. Ressalta-se, nesse último, o uso de metodologia baseada no planejamento estratégico, que prevê as sugestões de participantes de entidades populares manifestas na composição dos interlocutores e porta-vozes. A ampliação dessa “escuta” – nem sempre abrangente, pois efetivada de forma breve, em consonância com as propostas de construção do que é denominado por cenário no âmbito do planejamento estratégico – inclui a presença de representantes de órgãos públicos, empresas, entidades civis, organizações populares, professores e estudantes universitários que legitimam as fases de construção dos projetos.

26. As reuniões envolvendo segmentos populares organizados constituem oportunidades de exposição de demandas. Em reunião já referida, realizada em abril de 2015 na Câmara de Dirigentes Lojistas e abordando a temática do centro da cidade, uma das lideranças pertencentes à Associação de Moradores do Centro afirmou o seguinte: “Quero abolir a palavra ‘revitalização’ porque nós adoramos o centro, não vamos sair daqui. Os programas têm que pensar nos moradores”.

Atribuições espaciais: as misturas e os vazios

O centro de Fortaleza caracteriza-se pela mescla de funções, suscitando o tema da “mistura” presente em discursos do senso comum: “o centro é muito misturado”, ou o “centro está abandonado ou esvaziado”²⁷. A mudança de ritmos durante a semana, em contraste com o esvaziamento do domingo, e a peculiaridade da frequência de classe traduzem a existência de temporalidades articuladas. Se havia marcas do passado, o presente do comércio legal e ilegal e a “vitalidade” do antes – agora transformada em patrimônio – suscitam muitas questões para se pensar sobre a acomodação e a convivência de camadas temporais e espaciais. As propostas de intervenção e os discursos justificadores constituem a busca por “dar liga” a esses diferentes momentos.

As falas referentes à desordem e à “mistura” não omitem as vantagens competitivas do centro, considerado o terceiro local de geração de renda do Estado – motivo, portanto, de necessidade de intervenção²⁸. As “misturas” ocorrentes no centro foram também percebidas em vários discursos como entraves à preservação do patrimônio, sendo o comércio ambulante acusado de responsável pela ocupação indevida de espaços. A preservação do patrimônio foi tema tratado no quarto encontro do Fórum Viva Centro, em 2011, incluindo reformas e construção de memorial, além de restauros. A tensão entre usos atuais e conservação patrimonial foi assim expressa, no referido evento, por Luíza Perdigão, representante da Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (Sercefor): “Não devemos ter a visão de engessar, pois nada é imutável, as reformas são necessárias”. A fala buscava ajustar as tensões provenientes da necessidade de articular passado e presente na definição de usos do espaço.

O comércio ilegal – incluindo ambulantes – vem provocando grandes polêmicas, a exemplo da operação designada “Linha Vermelha”, que visa tirar ambulantes da calçada de prédios históricos ou tombados²⁹, fazendo vir à tona a perspectiva da disciplina nos usos do espaço, considerada questão de ordem pública.

As discussões sobre o centro remetem a sentidos de espaço público que estão subjacentes aos projetos apresentados, fazendo emergir questões ligadas ao passado,

27. As expressões são difundidas no senso comum e em documentos. A revista *Fortaleza 2040*, na seção denominada “Indícios de uma zona urbana em declínio”, aponta o seguinte: “Espaços construídos e espaços desertos e *sem vida* durante a noite; herança cultural edificada sem serventia e em estado de *abandono*; *vazio de vida* de vizinhança permanente em suas praças e parques” (Parente e Assouka, 2015, p. 49).

28. O local de comércio informal chamado popularmente de shopping Chão, que começa às 5 horas da manhã do sábado e termina segunda-feira no mesmo horário, consagrou-se, não obstante sua ilegalidade, como local de fluxo intenso de troca de mercadorias e fonte de geração de renda.

29. Informações sobre essa questão podem ser encontradas no *site* do jornal *O Povo*: <<http://opovo.com.br>>; acesso em 10.4.2017.

presente e futuro da cidade. Uma mirada mais ampla na problemática, embasada em outros contextos históricos, pode ajudar no aprofundamento do tema.

No livro intitulado *O declínio do espaço público: Tirantias da intimidade*, Richard Sennett (1999) afirma que é no ambiente citadino de trocas múltiplas que se explicitam nitidamente as regras de convivência coletiva. O estranhamento diante do desconhecido aciona regras de convivência, gestos de cortesia e rituais que, antes de serem exclusivas de um encontro entre “iguais”, promovem a proximidade com os diferentes.

A retração progressiva do espaço público discutida pelo autor corresponde a um predomínio da intimidade sobre as ações coletivas que pontuam a prática da maioria dos moradores urbanos nas últimas décadas do século XX. O centro, como suposto lugar de emergência de um público urbano, pode ser o exemplo dessa formulação.

No rumo da percepção de espaços públicos na cidade, as ideias desenvolvidas por Jane Jacobs (2011) são também importantes e lembram as formas de vitalidade pautadas justamente na diversidade, em oposição à perspectiva homogenizadora e disciplinada que alguns delineamentos parecem conter.

Analisando os processos de planejamento urbano instituídos desde a modernidade, constata a autora que as cidades não se submetem a uma lógica prevista de crescimento. Ao contrário, são um imenso laboratório de ensaio e erro, fracasso e sucesso, em termos de seu movimento cotidiano. O imaginário perfeito da cidade parece distanciar-se de uma realidade de práticas plena de contradições nos usos diversificados da vida urbana. Em defesa da manutenção da vitalidade, por meio do incentivo de usos do espaço público, a autora critica o iderário do planejamento construído, sobretudo no período pós-guerra, baseado em segregação e discriminação de usos, que, ao contrário da intenção dos idealizadores, torna as ruas inseguras porque permeadas de vazios.

A rua, palco por excelência da diversidade, deveria estar preparada para lidar com estranhos por meio de uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas. Nesse contexto de interatividade, o olhar de frequentadores constituiria, na visão da autora, o sentido dessa regulação, não baseada em território separado, mas na noção de rua, com suas possibilidades de partilha. A maioria das “personagens de rua”, isto é, indivíduos que cuidam de lojas ou bares e são pessoas públicas, está estabelecida em locais públicos estratégicos, funcionando como figuras capazes de observar as ruas. As janelas de residências, o pequeno comércio, as formas diferenciadas de sociabilidade e os controles usuais feitos por moradores promovem uma espécie de “regulação cotidiana que o planejamento utópico não consegue alcançar”, segundo as palavras da autora (Jacobs, 2011, p. 161).

As cidades necessitariam, portanto, de uma diversidade de usos mais complexa e densa, capaz de produzir sustentação econômica e social. Os componentes dessa he-

terogeneidade podem variar, mas se complementam. Os geradores dessa diversidade são as pequenas empresas e serviços, pois “onde quer que existam locais cheios de vida e atraentes nas cidades os pequenos são muito mais numerosos que os grandes” (Jacobs, 2011, p. 161). Assim, bares, lojas, drogarias e docerias desempenham papel importante de dinamicidade e incremento da diversidade. Em síntese, as cidades monótonas contêm o germe de sua destruição, mas as vivas, diversificadas e intensas contêm a semente de sua regeneração.

É evidente que Jacobs está se referindo a cidades não tão marcadas pela exclusão e desigualdade social como Fortaleza ao longo de sua história³⁰. No entanto, a conservação das diferenças sugerida pela autora reforça o poder de reconfiguração baseado na variabilidade de usos. Tendo-se em conta essa reflexão de Jacobs, é possível mencionar linguagens presentes nos registros empíricos sobre Fortaleza que se reportam aos “vazios” e “misturas” como parte de um léxico urbano instituído não só para o centro mas para o conjunto da cidade. São comuns as evocações aos “vazios” e “misturas” em metrópoles cujas mutações implicam a proliferação de áreas de comércio e lazer descentralizadas e a consequente valorização e desvalorização simbólica de segmentos do espaço urbano, em consonância com o peso do capital imobiliário.

O uso de drogas, comércio ilegal e prostituição em Fortaleza são mencionados como sinais de decadência, pondo o centro como o espaço fronteiro de liminaridades, apontando, assim, para o teor negativo de classificações que remetem ao tema da “mistura”. O vocábulo “mistura” tem raízes na conformação de um espaço segregado e no próprio modo como os habitantes da capital cearense frequentam o espaço público. Os moradores de Fortaleza conhecem esse termo nativo que exprime formas de classificação baseadas na experiência desigual de inserção dos usuários na cidade. A “mistura” não se refere apenas ao complexo de atividades, mas, sobretudo, ao modo como os indivíduos se apropriam de espaços e instituem regras de evitação. A frequência se torna um termômetro de distinção de classe, com ritualizações de pertencimentos e exclusões. A convivência, em uma mesma localidade, de estratos sociais diferentes acaba por afastar a presença das classes média e alta, ambas com a baliza de conferir “dignidade” aos espaços frequentados.

É a frequência difusa de usuários que questiona a reprodução de espaços atrativos, sugerindo a presença do “perigo” ou da “insegurança”, tal como se passou no bairro Praia de Iracema, cuja circulação periódica da classe média, após a criação do Centro Dragão do mar, em 1999, assegurou, por uma temporada de ao menos cinco anos, o prestígio e a estabilidade do local³¹. A frequência mais homogênea de classe

30. Sobre as desigualdades sociais presentes em Fortaleza, sobretudo após a seca de 1915, ver Ponte (1993).

31. Com relação ao bairro Praia de Iracema, ver Barreira (2007, pp. 163-180).

e a identificação de comportamentos passam a ser o parâmetro de comprovação da vitalidade e a certeza de estabilidade dos espaços citadinos. Tudo se passa como se a cidade agregasse nichos de homogeneidade, criando situações liminares em diferenças que nem sempre dialogam entre si.

Não seria exagerado afirmar que a “mistura” de classes funciona também como alerta ao sentido de “degradação” percebida pelo comparecimento, em determinado local, de um público indefinido. A sociabilidade considerada adequada à reputação espacial funciona com base em uma linguagem de moralização que se opera entre “iguais”. A mistura se opõe ao lugar seletivo, o que não oferece perigo de presenças consideradas “indesejáveis”.

Referir-se a um lugar “misturado” quer dizer que ele deve ser evitado, pois submete os presentes a uma situação de perda de identificação de códigos de conduta e reconhecimento: mal-estar e medo diante do supostamente inferior³², também justificado no sentimento de insegurança. A retração das classes média e alta no centro de Fortaleza é também sintoma de um processo de evitação das “misturas” que se materializa no uso restrito de transportes coletivos por esses segmentos sociais.

Por essa razão, investimentos culturais de comensalidade e eventos públicos específicos, como shows e apresentações musicais, têm a intenção de reconstruir um novo mapa de prestígio, atraindo moradores pertencentes a outros estratos sociais.

A título de exemplo, a proposta de requalificação feita no Passeio Público de Fortaleza, em 2007, constituiu uma das obras que incorporou novos usos associados a sentidos de preservação, enquadrando-se no conjunto de medidas de restauro da área do centro histórico (Lopes, 2013)³³. O Passeio Público³⁴ é considerado uma experiência bem-sucedida de intervenção, não obstante apresentar tensões na busca de disciplinar os usos considerados indevidos. O Passeio era interpretado por moradores e poderes públicos, no período anterior à reforma, como espaço “abandonado” ou vítima de estigma por conta da presença de prostitutas. O projeto de intervenção dos poderes públicos incluiu a construção de quiosques, com venda de comidas típicas, organizou guias de turismo e sediou eventos artísticos para crianças, além de outras atividades recreativas visando atrair a classe média.

32. Trata-se de registro da linguagem corriqueira comprovada empiricamente nos usos do espaço na cidade. Sobre estratificação espacial no centro de Fortaleza, exemplificada na Praça dos Mártires (Passeio Público), ver Lopes (2013).

33. Trata-se de local classificado como histórico, por servir de palco de fuzilamento de confederados, além de ter sido ocupado no século passado por elites urbanas.

34. Os passeios públicos brasileiros, inspirados no modelo da cidade do Rio de Janeiro, faziam parte de muitos programas urbanos solicitados em fins do século XVIII, sendo expressão de sofisticação da incipiente vida urbana (Castro, 2006, p. 219).

A “mistura” associa-se ao tema da diversidade, relacionando-se com os processos de crescimento de cidades. Análises sobre metrópoles de grande porte como São Paulo também vinculam o tema da diversidade urbana com o da segregação, implicando forte estratificação espacial, que é revelada na existência de periferias, em 1980. (Kowarick, 2009). As periferias em Fortaleza nem sempre estão demarcadas em fronteiras espaciais rígidas, tendo em vista a proximidade de moradias entre classes distintas, reforçando os cuidados e controles da “mistura”. Associada ao termo “degradação”, a ideia de “mistura” integra um léxico acusatório que supõe também ausência de controle e disciplina por parte das instituições responsáveis pela política urbana. Revela também uma visão que vai de encontro à própria noção de espaço público, percebido conceitualmente como múltiplo e diversificado.

Para além de intervenções de natureza institucional, projeções que exigem investimentos de ordem pessoal reforçam sentidos coletivos de uso do espaço público. A matéria difundida no jornal *O Povo* de 14 de setembro de 2015 sintetiza algumas das iniciativas que vêm reforçando a busca de construção de elos dos moradores com a cidade. O projeto “WALK – Caminha” estimula as pessoas a reconhecerem a cidade caminhando a pé, incentivadas por placas que indicam caminhos e distâncias. Na Praça do Ferreira, placas espalhadas em pontos considerados históricos (por exemplo “até o sobrado José Lourenço³⁵ são quatro minutos”) incentivam a prática de andar a pé e reconhecer a cidade, transitada principalmente por carros. A ideia de ocupar as ruas reforça o sentido público já referido por Jane Jacobs, que, embora não tenha se baseado diretamente na formulação de Lefebvre, propõe um desenho urbano capaz de levar em conta uma diversidade reguladora baseada em tempos, ritmos e espaços diferenciados.

Diz Lefebvre (1992, p. 35) que o ritmanalista seria um personagem enigmático, nem puramente sociólogo, antropólogo ou psicólogo, que se serviria das matérias de seu conhecimento para escutar palavras, barulhos e sons, observando as atitudes humanas dentro de uma temporalidade e espacialidade condensadas. Saberria assim, eu acrescentaria, captar os diferentes ritmos e as representações de espaço e tempo, como propostas de renovação e incorporação de políticas na vinculação entre planejamento e práticas cotidianas de moradores.

35. Trata-se de prédio tombado pelo estado do Ceará, construído na segunda metade do século XIX que serviu de residência ao médico José Lourenço de Castro Silva.

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Marc. (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.
- BARREIRA, Irllys. (2003), “Linguagens do passado e patrimônio”. *Revista USP*, 58: 213-224, jun.-ago.
- BARREIRA, Irllys. (2007), “Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro”. *Análise Social*, 182 (42): 163-180, mar.-maio.
- BEZERRA, Roselane Gomes (2009). *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”*. Fortaleza, Edições Leo.
- BOLTANSKI, Luc. (1990), *L’ amour et la justice comme compétences*. Paris, Éditions Métailié.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. (2004), “Améliorer la ville (São Paulo 1850-1950)”. In: TOPALOV, Christian. *Les divisions de la ville*. Paris, Unesco/Maison des Sciences de l’Homme, pp. 169-192.
- CALDEIRA, Tereza Pires. (2008), *Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- CASTRO, Celso. (2006), *Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Certeau, Michel de. (2003), *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Rio de Janeiro, Vozes, vol. 2.
- DANTAS, Eustógio. (2009), “O centro de Fortaleza na contemporaneidade”. In: DANTAS, Eustógio; LUSTOSA, Clélia & BORZACCIELLO, José (orgs.). *De cidade a metrópole: transformações urbanas em Fortaleza*. Fortaleza, Edições UFC, pp. 187-227.
- FÓRUM ADOLFO HERBSTER. (1994), “Pensando o futuro do coração de Fortaleza” [folder]. Fortaleza, Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- FREHSE, Fraya. (2005). *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo, Edusp.
- HABERMAS, Jürgen. (1984), *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- JACOBS, Jane. (2011), *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes.
- KOWARICK, Lucio. (2009), *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Editora 34.
- LEFEBVRE, Henri. (1992), *Éléments de rythmanalyse, introduction à la connaissance des rythmes*. Paris, Éditions Syllepse.
- LOPES, Francisco Williams Ribeiro. (2013), *A “requalificação” do patrimônio: intervenções, estratégias e práticas na Praça dos Mártires (passeio público) de Fortaleza*. Fortaleza, dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.
- LOPES, Marciano. (2011), *Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40*. Fortaleza, Armazém da Cultura.
- LUSTOSA, Clélia. (2009). “Desigualdade socioespacial e vulnerabilidade na região metropolitana de Fortaleza”. In: PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. (org.), *Como anda Fortaleza*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/Letra Capital, pp. 179- 191.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. (2002), “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 49 (17): 11-29.
- MENEGUELLO, Cristina. (2009), “Espaços e vazios urbanos”. In: FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogério (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina, pp. 127-135.
- PARENTE, Lia & ASSOUKA, Adhemar. (2015), *Fortaleza 2040*, 4.
- PONTE, Sebastião Rogério. (1993), *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha.
- RUBINO, Silvana. (2009), “Enobrecimento Urbano”. In: FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogério Leite (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina, pp. 25-40.
- SALMITO FILHO, João. (2015), *Pacto por Fortaleza: a cidade que queremos até 2020*. Fortaleza, Câmara Municipal de Fortaleza.
- SENNETT, Richard. (1999), *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TELLES, Vera da Silva. (2010), *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- TOPALOV, Christian. (2002), *Les divisions de la ville*. Paris, Unesco/ Maison des Sciences de l’Homme.
- VASCONCELOS, Lelia Mendes de & MELLO, Maria Cristina Fernandes. (2006), “Re: atrás de, depois de...”. In: VARGAS, Heliana Comin *et al.* (orgs.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, Manole, pp. 53-65.
- VASCONCELOS, Leonardo Costa de. (2008), *Um centro para uma cidade pós-moderna: a requalificação do centro histórico de Fortaleza*. Fortaleza, dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.
- WEBER, Max. (1979), “Conceito e categorias da cidade”. In: VELHO, Guilherme Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 69-89.

Resumo

Léxicos urbanos e arenas públicas: observando tempos e espaços no Centro de Fortaleza

O presente artigo referencia-se nas classificações, representações e propostas de intervenção urbana como matéria relevante para o registro da cidade como prática e linguagem. O centro de Fortaleza oferece aporte empírico para a questão por constituir local exemplar de acionamento de classificações, reformas e intervenções feitas em diversos momentos. Basendo-se nos aportes metodológicos da ritmoanálise, sugeridos por Henri Lefebvre, a pesquisa registra os vários movimentos, lentos ou fortes, que permeiam as relações sociais cotidianas no centro. Inclui as percepções e classificações de atores e porta-vozes que contribuem para conformar um léxico urbano acionado, sobretudo através de arenas públicas que adquirem realce em determinadas conjunturas.

Palavras-chave: Tempo; Espaço; Léxicos urbanos; Cidade.

Abstract

Urban lexicon and public arenas: Observing times and spaces in the city center of Fortaleza

This article refers to classifications, representations and proposals of urban intervention as relevant subjects for analyzing the city as both practice and language. The central area of the city of Fortaleza, in Brazil, provides the empirical support for this issue, being an exemplary site to activate classifications, reforms and interventions made at different times. Based on the methodological contribution of rhythm analysis, by Henri Lefebvre, the research records the various movements, both slow and intense, that permeate everyday social relations in the city center. These include the perceptions and classifications of the actors and spokespersons who contribute to compose an urban lexicon, activated particularly through public arenas, which may be further enhanced under certain social conjunctures.

Keywords: Time; Space; Urban lexicon; City.

Texto recebido em 19/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.151260

IRLYS ALENCAR F. BARREIRA é professora titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq. E-mail: irllys.firmo@gmail.com.



Vocação deambulatória e convivência com deserdados

Caminhadas de Lima Barreto pelo centro do Rio de Janeiro

Heitor Frúgoli Jr.*

<https://orcid.org/0000-0002-9075-891X>

Márcio Macedo**

<https://orcid.org/0000-0001-9168-3481>

Lima Barreto, escritor inusitado

Este artigo dialoga com a proposta desse Dossiê de se pensar, sob um prisma conceitual e empírico, a cidade brasileira através de cotejos específicos entre as dimensões do tempo e do espaço. Nesse sentido, o desafio consiste, através de uma incursão no passado, com certa atitude etnográfica, em reconstituir aspectos antropologicamente relevantes de vivências cidadinas de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1921). Com base em referências da antropologia urbana¹, lançaremos um olhar atento às relações entre os cidadãos e destes com os espaços urbanos, a partir daquilo que emerge em escritos do autor em questão². Nesse âmbito, também abordaremos aspectos decorrentes das discriminações sociais e raciais sofridas por Lima Barreto, com ênfase na forma como emergiram em determinadas interações na vida urbana. Sua vida e obra, já bastante estudadas, têm sido alvo de abordagens intensificadas nos últimos anos, dado que exprimem dimensões e dramas de longa data na vida nacional, com forte repercussão no presente³, e este artigo busca contribuir à luz dos referenciais já delineados.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

1. Sem percorrer um vasto campo, ver principalmente Arantes (2000), Frúgoli Jr. (2007) e Agier (2011).
2. “A literatura de Lima Barreto se distribui por seis gêneros: romance, sátira, conto, crônica, epistolografia e memórias” (Sevcenko, [1983] 2003, p. 194).
3. Não há espaço aqui para reconstituir a forte repercussão de Lima Barreto na realidade brasileira con-

Isso suscita uma circunscrição inicial concisa sobre Lima Barreto, sem a intenção de um quadro totalizante, com aspectos que serão parcialmente retomados ao longo do texto: trata-se de um escritor, jornalista, cronista e ensaísta que se assumia como negro, à época classificado sobretudo como “mulato”, tendo sofrido uma série de discriminações ao longo de toda a vida. Sua trajetória expressa singularidades ligadas à sua condição de negro (ou mulato), pobre e suburbano, que todavia se tornou funcionário público e intelectual, tendo adquirido uma forte erudição, com a criação de uma pequena biblioteca particular, com centenas de obras⁴. Foi um crítico radical do Estado, da Primeira República, das elites, dos arrivismos, dos protecionismos, das reformas urbanas modernizantes, mas também de diversos hábitos e práticas populares, embora em sua obra sejam assinaláveis os personagens dessas classes populares. O reconhecimento desejado de sua obra literária, assinalada por certo estilo crítico sem concessões, não lhe ocorreu em vida, incluindo a frustração pela impossibilidade de pertencer à Academia Brasileira de Letras⁵. Por fim, ele sofria de alcoolismo, o que acarretou gradativos problemas de saúde e sucessivas internações, culminando em sua morte precoce, aos 41 anos⁶.

Lima Barreto residiu num subúrbio do Rio de Janeiro e ao longo da vida realizou trajetos cotidianos ao centro da cidade, sendo que tanto aspectos dos subúrbios quanto da área central carioca foram abordados em seus escritos. Seus textos sobre o Rio da época, presentes num conjunto heterogêneo de produções, reconstituíam cenas significativas da vida urbana, o que transparece sobretudo em suas crônicas; seus escritos eram em geral atravessados por uma ironia advinda da dor⁷, dados os dilemas e dramas enfrentados pelo próprio autor – aqui brevemente apresentados.

Dado que a cidade constitui um tema fundamental, o artigo principia a partir do contexto histórico do Rio de Janeiro do início do século XX, vislumbrado nas obras de Lima Barreto e nas similaridades e diferenças do autor em relação a outros escritores contemporâneos, na forma de abordar as transformações pelas quais a cidade passava e no modo de fazer literatura. Em um segundo momento, passa-se a uma sucinta revisão de estudos sobre cronistas que retrataram a vida urbana carioca

temporânea; cabe apenas lembrar que o autor foi o homenageado da 15ª Festa Literária Internacional de Paraty, a chamada Flip (2017). Não é fortuito que o autor e seus escritos constem da abertura de *Brasil: uma biografia* (Schwarcz e Starling, 2015, pp. 13-15).

4. Seu pai também foi funcionário público, mas perdeu o emprego por motivos políticos e depois enlouqueceu, tendo falecido um pouco depois do próprio Lima Barreto.
5. Essa temática é de forte atualidade também para mulheres negras, se pensarmos na candidatura frustrada da escritora Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras em agosto de 2018.
6. Múltiplas referências foram utilizadas neste parágrafo, com destaque para Francisco de Assis Barbosa ([1952] 1975), Needell (1993), Resende ([1993] 2016), Schwarcz (2017) e Sevcenko ([1983] 2003).
7. Ver, a respeito, Resende ([1993] 2016, pp. 84 e 134).

no período da Primeira República, como João do Rio (Paulo Barreto, 1881-1921), aliada a comparações com a produção de Lima Barreto. Nesse aspecto, as crônicas de Barreto revelam uma descrição perspicaz do cotidiano da cidade a partir de espaços e práticas, que colocam em evidência uma população pouco retratada em obras literárias da época. Nessa parte, pode-se atentar ao modo como aspectos urbanos assinaláveis emergem das deambulações e interações do autor. Por fim, o texto busca refazer trajetos cotidianamente realizados por Lima Barreto no centro da cidade, além das relações estabelecidas por ele nesses espaços, incluindo o olhar de amigos sobre o próprio escritor, buscando recuperar percursos regulares, imersos numa sociabilidade predominantemente masculina, na qual o autor cerrava solidariedade com figuras comuns frequentadoras de bares. Vale ressaltar nosso diálogo com a ideia do caminhar como uma prática do espaço, a partir da qual se podem compreender aspectos urbanos que escapam a uma visão apenas panorâmica (Certeau, [1980] 2014, pp. 157-177). Em outras palavras, alinhamo-nos ao argumento de que “o conhecimento da cidade é, portanto, um conhecimento produzido pelos percursos” (Silva, 2009, p. 174).

O Rio de Janeiro da época e especificidades da obra de Lima Barreto

A cidade do Rio de Janeiro do *fin de siècle* já foi, evidentemente, abordada por um conjunto abrangente de estudos, dado ter sido a capital do país e, assim, condensado diversos fenômenos políticos assinaláveis da chamada Primeira República. A localidade foi alvo de diversas reformas urbanas, decorrentes de intervenções modernizantes durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), inspiradas nos bulevares parisienses do Barão de Haussmann, que todavia se concentraram na criação da avenida Central (atual Rio Branco). Isso levou à demolição de aproximadamente setecentos imóveis, que abrigavam uma população pobre e proletária, ali residente em cortiços e estalagens, muitos dos quais trabalhavam no pequeno comércio e em oficinas artesanais (Benchimol, 1982, p. 13). Tal processo foi identificado popularmente como “bota-abaixo”, sobretudo pelas vítimas de tal arrasamento, sem falar da perspectiva sanitaria e moralizante articulada a tais reformas (Marins, 1998, p. 145). A avenida Central, inaugurada em 1904, passou a concentrar construções grandiosas, como o Theatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes, o Palácio Monroe, além de hotéis, sedes de empresas etc., vindo a ser o novo espaço da elegância burguesa, da moda, da pretensa concretização do bordão “o Rio civiliza-se” (Sevcenko, [1983] 2003, pp. 43-58).

Nas abordagens sobre a cidade desse período, de um modo esquemático, articulam-se: (a) o contexto político nacional (na sua capital federal); (b) a paisagem

urbana – com especial destaque à rua do Ouvidor, espécie de representação metonímica da capital rumo à modernidade, com sua concentração de cafés, livrarias, sedes de jornais, boutiques, salões (Walty, 2014, p. 41), sobretudo durante o Império, antes da sua substituição como referência de modernidade pela já referida avenida Central; (c) o modo como essas dimensões (políticas e urbanas) foram sintetizadas pelos escritores cariocas mais proeminentes, em geral analisadas posteriormente em conjuntos comparativos, a partir do que se ressaltam as diferentes trajetórias, posições políticas e obras literárias.

Numa exposição concisa, pode-se dizer que tais enfoques ganharam densidade através do estudo referencial de Nicolau Sevcenko ([1983] 2003), ao assumir a “literatura como missão”, frente ao conjunto de desafios e tensões sociais da época, com atenção especial a Lima Barreto (*Idem*, pp. 189-234), num contraponto a Euclides da Cunha (*Idem*, pp. 153-188). As obras de ambos, marcadas por antinomias, aproximavam-se quanto a uma formação positivista comum, à crença num humanitarismo cosmopolita e a uma espécie de nacionalismo intelectual (*Idem*, pp. 140-144), algo presente, dentre outros aspectos – e para o que interessa mais diretamente ao presente texto –, nas críticas do primeiro “ao cosmopolitismo e ao esnobismo arrivista da rua do Ouvidor” (*Idem*, p. 145). Para Sevcenko ([1983] 2003, p. 234), “Durante todo esse mergulho vertiginoso na sombra da miséria, da insegurança, da abominação social, Lima Barreto deixou seus colegas de boemia e academia pelos companheiros de bar ou de desfortuna”⁸. Pôde “ver o centro da cidade embelezar-se durante suas idas e vindas para o subúrbio [...]. Assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado. Sentiu a repressão e o isolamento dos insociáveis como vítima”.

Ainda segundo Sevcenko (*Idem*, p. 190), perscrutava-se, em Lima Barreto, o “anseio de revelar em seus textos um retrato maciço e condensado do presente, carregado do máximo de registros e notações dos vários níveis em que o saber do seu tempo permitia captar e compreender o real [...]. Com esse método contundente, o autor podia transmitir direta e rapidamente aos seus leitores a sua concepção e o seu sentimento relativo aos eventos que o circundavam” (*Idem*, p. 191). De fato, “tudo concorre para compor um imenso mosaico, rude e turbulento, que despoja a *Belle époque* de seus atavios de opulência e frivolidade” (*Idem, ibidem*).

Pode-se assim delinear um panorama próximo ao que Jeffrey Needell (1993) denominou “*Belle époque* tropical”, ao tomar o Rio como “capital do século XIX brasileiro”, com os desdobramentos das reformas urbanas, das instituições formais da elite e a ascensão do fetichismo de consumo, e cujo cotejo, por parte da literatura da época, passaria por autores como Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho

8. Voltaremos a isso adiante.

Neto e Paulo Barreto – pseudônimo de João do Rio (1881-1921) –, até chegar a Euclides da Cunha e Lima Barreto. Sobre o último, Needell (*Idem*, p. 256), sob certa inspiração de Sevcenko (*Idem*, pp. 224-249), lembra que

[...] mesmo com as oportunidades mencionadas, que permitiram a seus pais, ambos mulattos, casar, fundar uma família, dar uma educação ao filho, e assistir à sua entrada na escola secundária [...] o fardo do racismo afinal levou Lima Barreto à ruína. Impedido de se formar pelos preconceitos de um professor, teve a sorte de conseguir uma colocação “decente” como pequeno burocrata ministerial. Para Lima Barreto, o emprego era uma espécie de morte mental lenta. A grandeza literária tornou-se sua obsessão particular, sua única esperança de vingança em uma sociedade cujas pretensões eurófilas, racismo e preconceitos de classe ele assimilava e sofria diariamente (*Idem*, p. 256).

Maria Alice Rezende de Carvalho (1994), por sua vez, ao tratar da construção intelectual do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX, chama atenção para a constatação de um processo inédito de transformações urbanas, o questionamento de determinada noção oficial de progresso, certa proximidade ou identificação de intelectuais “sem lugar” com os excluídos, dos quais, entretanto, não nasceria uma alternativa social consistente (Carvalho, 1994, pp. 41-42). Numa comparação de Lima Barreto com a visão cética e pessimista de Machado de Assis e com a observação das ruas assinalada por certa desilusão estética de João do Rio, a autora vê em nosso autor uma obra “centrada na denúncia do que considerava a decadência moral e intelectual dos ‘falsos’ modernos, transparente na competição desenfreada, no arrivismo reinante, no conflito bestial entre homens sem a marca da solidariedade” (*Idem*, p. 38).

No campo das relações multifacetadas da produção literária com os acontecimentos políticos e urbanos relevantes desse período, Ivete Lara Camargos Walty (2014, pp. 41-42, 72-85) pondera como, em meio a escritos sobre a rua do Ouvidor por autores como José de Alencar, Olavo Bilac, Machado de Assis e João do Rio e Lima Barreto, o último é “uma voz dissonante”: ele “explode o *continuum* da história da cidade moderna no Brasil, denunciando que a rua asfaltada esconde a diferença, camufla as rupturas, escamoteia a diversidade, afastando tudo aquilo que impede sua uniformidade” (Walty, 2014, p. 83).

Olhares das crônicas sobre a vida urbana carioca da Primeira República

É também relevante dialogar pontualmente com trabalhos que auxiliam na contextualização deste artigo, mas que seguem caminhos um pouco distintos de nosso enfoque antropológico prioritário. O primeiro deles é o estudo de Julia O’Donnell

(2008), que toma o escritor, cronista e jornalista João do Rio como uma espécie de pioneiro na observação de múltiplos fenômenos sobre os quais escrevia, sobretudo nas ruas, antecipando-se certa dimensão etnográfica, *avant la lettre*, do autor. João do Rio – que era mulato, gordo, homossexual e se caracterizava como *dândi e flâneur*⁹ – desenvolveu, a seu modo, outro olhar profundamente crítico ao Rio da *Belle époque*:

Completamente voltada para os olhos da rua, sua figura e sua observação tinham com o universo do público uma relação de intimidade quase simbiótica, uma vez que a rua assumia para ele o papel de referência, eixo de convivalidade e centro do cosmopolitismo inescapável. O ambiente urbano era, para João do Rio, uma inevitabilidade existencial. E nessa entrega aos olhos e às almas das ruas (que ele afirma existem)¹⁰ o cronista teve sua própria imagem maculada pelas ambiguidades e paradoxos que a cidade guardava (O'Donnell, 2008, p. 51).

Sob esse prisma, os escritos de João do Rio ocorreriam sob uma forma primordialmente dialógica: “ao invés de defender sua posição de forma linear e assertiva, ele vale-se de sua observação participante para inscrever sua opinião num plano dialógico que deixa clara a *negociação da realidade* que a convivência entre vários universos socioculturais num mesmo espaço físico impunha” (*Idem*, pp. 98-99). Tais observações e os escritos decorrentes levariam, assim, a certa superação específica da “dicotomia entre desprezo e adesão institucional que marcavam a relação de muitos dos pensadores de seu tempo sobre os ícones do ‘progresso’” (*Idem*, p. 167).

Ainda que Lima Barreto possa estar dentre os escritores que, *a priori*, repudiariam diversas marcas modernas da época, tais como veiculadas pelas elites dominantes, ou seja, cujo olhar se distanciaria parcialmente daquele lançado por seu contemporâneo João do Rio – mais nuançado e afeito às surpresas e descobertas de quem se propõe à *flânerie* –, vale a pena aprofundar tal questão.

Numa linha próxima à de O'Donnell (2008), embora sob outras argumentações, Jorge P. Santiago (2008) defende que também Lima Barreto teria produzido uma espécie de protoantropologia da cidade¹¹, ao tomar as ruas numa “perspectiva estética singular” (Santiago, 2008, p. 28), buscando abordá-las como “produto de construções negociadas entre atores sociais”, mesmo que “móvel e complexa, como um espaço

9. Lima Barreto teve várias desavenças com João do Rio (Schwarcz, 2017, pp. 223-225), cuja figura despertava troças do autor: “O escritor [L. Barreto], que assumia papel tão significativo na denúncia do racismo vigente no país, não parecia se comover muito com outras minorias que também sofriam preconceito e exclusão social” (Schwarcz, 2017, p. 225).

10. Isso é explícito no título *A alma encantadora das ruas* (Rio, [1909] 1997).

11. “A literatura de Lima Barreto é efetivamente outra forma de acesso à antropologia histórica da cidade do Rio” (Santiago, 2008, p. 71).

que escapa às definições rígidas, como uma realidade que se remodela à medida que acreditamos apreendê-la” (*Idem*, p. 30). O escritor, portanto, teria partilhado com a antropologia (antes da sua existência ampliada) “a intenção de apreender a cidade através daquilo que vivem os cidadãos” (*Idem*, p. 58), o que ganharia corpo e expressão no conjunto múltiplo e heteróclito de suas obras, sobretudo quanto a um olhar fortemente impregnado pelas margens da cidade (*Idem*, pp. 71-85).

É importante aprofundar esse aspecto, no espaço deste artigo, através do detalhamento de certas crônicas de Lima Barreto que constituiriam “a faceta mais pública de sua produção” (*Idem*, p. 84). A princípio, poder-se-iam tomar as crônicas como um gênero que registra aspectos da vida cotidiana, em diálogo com as reportagens da época, sem abordar aqui suas dimensões ficcionais intrínsecas¹². Isso nos remete, como detalha Beatriz Resende (2017, pp. 17-21), a aspectos de sua conhecida “mania deambulatória” ou “perambulatória”, explicitada por ele próprio: “Sou andarilho de vocação”, tendo “gosto de estar em lugares em que as cenas variem e venham a se representar, às vezes, algumas imprevistas” (Barreto, [1922] 2017, p. 216)¹³.

Tal circulação constante se relaciona, a princípio, com a própria cotidianidade de seus trajetos entre a residência no subúrbio, no bairro de Todos os Santos – em meio a lugares populares e precários, embora com paisagens heterogêneas, que delineiam suas origens e memórias –, e a área central carioca, incluindo os espaços tidos como símbolos do moderno, como as já citadas rua do Ouvidor e a sucedânea avenida Central, cuja morfologia e cenas de usos são sistematicamente criticadas por suas crônicas (Walty, 2014, pp. 72-85; Resende, 2017, pp. 17-21). Mas tais trajetos se desdobram em outras andanças, por exemplo aos fins de semana.

Um exemplo significativo da observação de Lima Barreto, em que se destaca um olhar arguto – embora não decorrente de interações explícitas – pode ser visto em “O trem de subúrbios” (Barreto, [1921b] 2017, pp. 227-232)¹⁴. Leem-se descrições detalhadas dos vagões de segunda e primeira classe que denotam uma visão irônica dos “magnatas suburbanos”: “a presunção, o pedantismo, a arrogância e o desdém em que olhavam as minhas roupas desfiadas e verdoengas, sacudiam-me os nervos e davam-

12. “Os aspectos literários das crônicas de Lima Barreto atravessam, cortam e recortam essa argumentação pelo uso da ironia, pela utilização da linguagem que recusa o ornamental mas não deixa de assumir peculiaridades que fornecem estilo, pela introdução de elementos ficcionais e recursos narrativos” (Resende, [1993] 2016, p. 84).

13. Acrescenta ele em outro momento: “O isolamento faz-me mal à alma e ao pensamento. Mergulho no barulho dos outros, deixo de pensar em mim e nas fantasmagorias que eu mesmo criei para o meu padecer. A embriaguez que a multidão traz é a melhor e a mais inofensiva de todas que se tem até agora inventado” (Barreto, [2/1920] 2017, p. 117).

14. Para uma ampla contextualização desse tema, ver. Schwarcz (2017, pp. 162-187).

-me ânimos de revolta” (*Idem*, p. 228)¹⁵. Tal autoimportância (são em geral pequenos funcionários, que se destacam de um enorme contingente de desempregados, mas incultos, cujas posições teriam advindo de protecionismos), todavia, se dissolveria em meio ao anonimato da cidade: “Chegam na rua do Ouvidor, e desaparecem” (*Idem*, p. 229). Uma atenção especial é dada às diferentes frequências do trem ao longo do dia. *Entre 9h30 e 10h30*: “cupins de secretarias e escritórios” (*Ibidem*); *ao longo do dia*: moças e rapazes, os últimos sem profissão consistente, cuja esperança de alguma ascensão social reside num casamento de conveniência (*Idem*, pp. 229-230); *nas primeiras horas da tarde*: novas ações de tais “namorados profissionais” em vagões mais esvaziados, além de conversas esparsas sobre o “execrável *football*” (*Idem*, p. 230); *mais à tarde*: “se misturam burocratas, militares, ‘almofadinhas’, meninas de Normal e da Música, tudo de cambulhada, ficando a fisionomia do trem muito confusa” (*Idem*, p. 231), cuja cena se conclui com nova crítica moral a cavalheiros que, mesmo com fortes dores nos calos, cedem seus lugares a duas jovens galantes (*Idem*, pp. 231-232).

Como pondera Lilia Moritz Schwarcz,

[...] se Lima ia virando um personagem da cidade, era durante o trajeto percorrido todos os dias – da rua Boa Vista, no subúrbio de Todos os Santos, até a Secretaria da Guerra, que ficava na praça da República, e vice-versa – que o escritor encontrava tempo para observar os passageiros, a arquitetura dos vários bairros e estações de trem, os tipos, os vizinhos, a “aristocracia suburbana”, os funcionários públicos como ele, os estudantes, os “humilhados”, os operários, as senhoras, as moças (2017, p. 163).

É importante frisar, como bem lembra Hélio Raymundo Silva, um princípio etnográfico de que ver é observar uma cena da qual fazemos parte: “Todo etnógrafo só pode estar em uma cena alterada pela sua presença” (2009, pp. 179-180). Embora aspire a certa invisibilidade, o *flâneur*, mesmo que anônimo, pode também ser alvo de observação (e interpelação) por outrem (Arantes, 2000, p. 128). Tais aspectos por vezes se explicitam nas crônicas de Lima Barreto. Em “Feiras e mafuás” (Barreto, [1921a] 2017), o autor inicia com reminiscências da infância, sobre barraquinhas das festas religiosas de junho no Campo de Santana, cujas jogatinas e sorteios de aves de galinheiro eram tolerados pelo poder público, mas criticados pelos jornais, tendo sido abolidos pela República – ocasião essa de Barreto manifestar certa simpatia pela Monarquia (*Idem*, pp. 149-150). São então apresentados dois mafuás¹⁶

15. Entrever-se-ia em passagens como essa um racismo não explicitado de suburbanos para com o mulato Lima Barreto?

16. Lima Barreto arrisca ao termo uma etimologia: “*ma foi*”, minha fé, numa corruptela do francês ([1921a] 2017, p. 151).

nos subúrbios (nos bairros do Méier e do Engenho de Dentro), com rica descrição dessa “suburbana folgança domingueira” (*Idem*, p. 152): o público vindo de outros subúrbios, mas também do Leme ou de Ipanema (*Idem*, p. 154); as vestimentas femininas e masculinas (onde dominavam, respectivamente, o branco e o cinza); o tipo de comércio: “há leitões, há carneiros, há galinhas, há cabritos, há chapéus, há bengalas; mas a barraca mais procurada é aquela em que se extraem frascos de perfumes” (*Idem*, p. 152); a possibilidade de que os carregadores de aves fossem expulsos pelos condutores dos bondes na volta à casa, e ainda tomados depois, nas ruas, como ladrões de galinheiros, por policiais (*Idem*, p. 153). Embora as feiras livres fossem regidas por certo princípio socialista (*Idem, ibidem*), o autor pondera que o vendedor da feira em geral não pagava impostos, e temos então certa dimensão interativa, não despida de asperezas (*Idem*, pp. 153-154). Ao comprar um quilo de açúcar numa feira das vizinhanças, ele recebe o pacote e então pergunta se não havia uma balança, sendo a resposta (irônica): “Para quê? Isto aqui não é feira livre? É livre!”. Mesmo aceitando tal argumento, ele ainda indaga sobre a origem do açúcar, e a resposta é sintomática: “Não sei... Isto é: é de Pernambuco ou de Campos. Por quê?” (*Idem*, pp. 153-154). Mais à frente, ele avista uma barraca com “sapatinhos de criança, toalhas de crochê, toucas, rendas de bilros, etc.” (*Idem*, p. 154), algumas que ele imagina terem vindo de São Paulo ou mesmo de Bruxelas. Apesar da aparência bruta do mercador, o autor enceta um diálogo no mínimo descuidado: “É o senhor mesmo quem faz essas lindas coisas de moça prendada? – Que pergunta! Não; é minha mulher!” (*Idem*, pp. 152-154).

Ainda que os episódios como esses, narrados em tais crônicas, não esgotem, como abordaremos a seguir, as dimensões interativas de Lima Barreto, inseparáveis do seu extenso caminhar pela cidade, poder-se-ia conjecturar que algumas interações citadinas com desconhecidos, destituídas de certo traquejo social, talvez não contassem com a mesma perspicácia que se flagra em João do Rio, baseando-se muito mais em olhares críticos *a priori*, impregnados das próprias vivências pessoais¹⁷. De toda forma, e restringindo-nos a suas crônicas, e a partir de uma crítica à ideia de um flâneur que apenas observa, não há dúvida de que emerge, como mostra Resende (2017; [1993] 2016), um quadro urbano potente e multifacetado sobre o Rio de Janeiro, suas cenas suburbanas, feiras, bailes, residências, o centro da cidade, suas ruas,

17. As observações aprofundadas de João do Rio sobre as religiões afro-brasileiras (1906) eram sofisticadas e de amplo reconhecimento (O'Donnell, 2008, pp. 103-111), ao contrário dos preconceitos de Lima Barreto, que entendia (e criticava) os batuques como reminiscências de um longo sistema escravocrata (Schwarcz, 2010, p. 37). Pode-se considerar, de toda forma, que, mesmo empenhado na denúncia do racismo e da desigualdade, nesse caso o escritor se vinculava sobretudo a certo ideário de civilização eurocêntrica.

avenidas, parques, esquinas, demolições, enchentes, carnavais, livrarias, bibliotecas, bares, cafés, bondes, trens e estações.

Pode-se fechar esta parte com uma síntese sobre as especificidades da observação apurada de Lima Barreto, ligada a suas origens e forjada durante suas locomoções cotidianas entre os subúrbios e o centro da cidade do Rio de Janeiro, com base em um estudo antropológico recente e abrangente sobre o autor:

[...] quando Lima fala dessas populações o afeto que ele guarda não distingue os personagens urbanos dos suburbanos. No entanto, se a cidade do Rio será palco de tantos romances e contos de época, é bem mais raro achar quem eleja moradores dos subúrbios como heróis da narrativa; miseráveis como protagonistas; “negros”, “mestiços” e “pardos” como personagens centrais. É esse universo extenso que o autor vai construindo por meio de seus romances, crônicas e contos. Um Rio de Janeiro alargado é seu posto de observação, e os subúrbios, seu ambiente privilegiado de inspiração. Região e espaço são marcas fundamentais de tal literatura. Não há subúrbio sem centro, e vice-versa (Schwarcz, 2017, p. 187).

Trajetos e relações de Lima Barreto com os mais “chegados”, no centro do Rio

Ainda que tenhamos apontado certos traços por vezes limitantes das interações do autor quanto a um conhecimento mais aprofundado sobre determinados sujeitos das cenas cariocas, o próprio Lima Barreto concebe-se como alguém bastante sociável: “Passo, das vinte e quatro horas do dia, mais de catorze na rua, conversando com pessoas de todas as condições e classes” (Barreto, “O destino da literatura” *apud* Schwarcz, 2017, p. 187).

Mas talvez se possa afirmar, em diálogo com o que já foi tratado aqui, que tal sociabilidade se manifestava de forma mais inequívoca quando da reconstituição de certos trajetos reiterativos do autor pelo centro do Rio, à luz sobretudo de memórias daqueles mais próximos a ele, que integravam círculos de relação, durante a frequência a determinados bares e cafés, além de livrarias, embora alguns fossem parceiros do serviço público, revistas ou jornais. Fragmentos dessa reconstituição já estão presentes na primeira biografia sobre Lima Barreto, de Francisco de Assis Barbosa ([1952] 1975), com depoimentos de pessoas próximas, como Antonio Noronha dos Santos, Márcio Tibúrcio Gomes Carneiro e Mário Galvão¹⁸. Na direção contrária do

18. O primeiro, jornalista, escritor e amigo do escritor (Schwarcz, 2017, p. 194 e 503); o segundo, estudante de Direito e também integrante, tal como Noronha dos Santos, da revista *Floreal* (Schwarcz, 2017, p. 196); o terceiro, amanuense e jornalista, conheceu-o no Colégio Paula Freitas (Schwarcz, 2017, p. 553): Lima Barreto inclusive dedicou o livro *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* a Noronha dos Santos (Schwarcz, 2017, p. 608).

estigma decorrente do alcoolismo, eles buscavam frisar as qualidades relacionais do escritor: “na roda em que estivesse, Lima Barreto não permitiria jamais que a conversa descambasse para a pornografia. Da sua boca, mesmo nas horas de bebedeira, nunca ninguém ouviu uma palavra de baixo calão” (Barbosa, [1952] 1975, p. 219).

Barbosa também extrai, de uma crônica de José Nava de 12 de junho de 1949¹⁹, um depoimento de Aldo Borgatti, amigo de Lima, cujo teor é de interesse:

Não me lembro de pessoa mais descuidada e só o vejo com os sapatos cambotas, palheta suja, roupa azul marinho muito manchada e duas placas de suor e poeira nas costas. Vinha do Ministério da Guerra à tarde e parava em nossa roda, formada no bar vizinho da Casa Heim, na rua da Assembleia. Bebericávamos e palestrávamos. [...] Nunca o vi bêbado, mas sempre tomado. Não perdia o propósito. Voltava e continuávamos a bebericar. Depois íamos à Estrada de Ferro, numa verdadeira procissão de Passos²⁰ pelas tascas do caminho. Na estação ainda emborcávamos uma cervejota e ele nos largava para tomar o trem. Conhecia todo o mundo e aquela gente toda que ia passando o cumprimentava. Às vezes ia embora em companhia de uns tipos parecidíssimos com os da trinca do Cassi (personagem de *Clara dos Anjos*), malandros e capadócios; outras, com gente humilde, mas correta e boa – guardas, carteiros, mata-mosquitos, pequenos funcionários. Este pessoal está todo de personagem nos seus livros (*Idem*, p. 220)²¹.

Avançemos no tempo: entre maio e junho de 1970, o escritor João Antônio (1937-1996), que abordou de forma profunda e inovadora o universo da marginalidade de ruas paulistanas e foi grande admirador de Lima Barreto – sua obra (e vida) dialoga com múltiplos aspectos dos escritos barretianos (Prado, 1999) –, teve encontros, no Sanatório da Muda da Tijuca, com Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, professor, jornalista e ex-diretor político do *Diário de Notícias*²². Nóbrega da Cunha, já idoso, lhe narrou seu convívio com Barreto a partir de 1916, o que ensejou a João Antônio a reconstituição de um roteiro por bares urbanos e suburbanos frequentados pelo escritor (Antônio, 1977, p. 17; 1997, p. 486). Isso, por sua vez, levou à publicação de *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto* (Antônio, 1977), em que, basicamente, Lima Barreto se torna um personagem de João Antônio (Prado, 1999).

19. Adiantamos aqui que se trata de uma abordagem já tratada por Antonio Arnoni Prado (1999).

20. Trata-se de menção às celebrações organizadas pela Irmandade dos Passos.

21. Em outro trecho, Barbosa ([1952] 1975, p. 271) reconstitui vivências de Barreto no subúrbio, elaboradas a partir dos seus próprios escritos: “O botequim era seu clube [...]. Em torno do escritor, formava-se quase sempre uma roda de conhecidos, gente simples, que ia conversar com ele simplesmente pelo prazer de conversar ou pedir-lhe conselhos [...]. Todos o estimavam. Tratavam-no com simpatia e respeito”.

22. Segundo Duarte (2013, p. 7), Nóbrega da Cunha conviveu com intelectuais como Monteiro Lobato e Emílio de Menezes.

É impossível, neste artigo, uma análise sistemática da trajetória de João Antônio e da estrutura de tal livro, abordados detidamente por Antonio Arnoni Prado (1999). Em tal publicação, basicamente se intercalam trechos do depoimento de Nóbrega da Cunha com passagens de diversos escritos de Lima Barreto, sob procedimentos como que cinematográficos por parte de João Antônio (1977, p. 17): “não há aqui uma palavra minha. Como um montador de cinema, tesoura em punho, dei ritmo e respiração ao trabalho alheio. Participei, se muito, na linguagem da versão final do depoimento”²³.

Bem sabemos, pela antropologia (sobretudo a pós-moderna), que a reconstituição de um outro nunca exclui algum aspecto autoral, mesmo quando se procura atenuar (ou pretender excluir) a própria autoria. Há inclusive análises que, no campo das letras, buscam frisar a estrutura pós-moderna do já mencionado romance de João Antônio (1977). É o caso de Bruno Marques Duarte, que, nesse itinerário arqui-poético de Lima Barreto pelo Rio, aponta procedimentos de reprodução mimética de períodos históricos, a ficcionalização de personagens, comentários do narrador sobre o processo de criação e a presença constante da intertextualidade (Duarte, 2013, pp. 9 e 14-15).

Todavia, revela-se factível, com todos os desafios concernentes quanto a graus de ficcionalidade, a reconstituição espacial de certos percursos regulares de Lima Barreto pelo centro do Rio e de interações ali estabelecidas, a partir da própria narrativa de Nóbrega da Silva, adicionada às já mencionadas falas de outros “chegados” ao escritor – e presentes em Barbosa ([1952] 1975), incorporadas por João Antônio (1977), analisadas por Prado (1999) e parcialmente detalhadas em Duarte (2013, pp. 9-11) e também no estudo de Camila Marcelina Pasqual sobre a leitura de Lima Barreto por João Antônio, quanto a um certo roteiro da boemia (Pasqual, 2016, pp. 162-164). Em tais percursos por bares e cafés do centro do Rio, no mínimo verossímeis, revelam-se dimensões relacionais assinaláveis tanto sobre o escritor, como sobre a cidade.

A definição de Lima Barreto fornecida por Nóbrega da Cunha é digna de nota. Afirma ele que “visto em qualquer lugar, ou sentado ou em pé ou passando no meio do grupo, ninguém veria em Lima um homem fora do comum. Era mesmo, à primeira vista, o tipo do mulato comum brasileiro, de situação modesta e, deveria presumir-se senão um inculto, um indivíduo de instrução elementar” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 70). A passagem dá elementos que possibilitam entender como a raça delimitava e ainda delimita no Brasil um marcador de diferenças

23. Nóbrega da Cunha é apresentado como “caduco, maníaco e esclerosado” (Antônio, 1977, p. 17), mas isso constitui uma condição de estigma que, de certa forma, também poderia ser atribuída tanto a João Antônio, como ao próprio Lima Barreto (após suas primeiras internações).

(Simões; França; Macedo, 2010), que pressupõe noções de desigualdade inerentes a brancos e negros, sendo que os últimos são subalternizados, numa lógica que anula a individualidade, classificando a todos como inferiores. Todos veriam primeiro o “mulato” e somente depois o “Lima Barreto”.

Segundo Nóbrega da Cunha, o início do roteiro de Lima Barreto, depois de entregar sua colaboração à revista *Careta*, se dava num pequeno bar da rua Sachet (entre a Sete de Setembro e a Ouvidor), em cujo prédio havia uma livraria também frequentada por ele; no local, onde também se vendiam refrescos e sorvetes, nosso autor só tomava parati (aguardente de cana), numa convivência, em geral entre as 15 horas e as 17 horas, com a chamada “roda do Cavalcanti” – devido à presença de Coelho Cavalcanti, jornalista e advogado, bastante conhecido e mais idoso –, frequentada também pelo poeta Moacir de Almeida, o caricaturista Jordano da Mata, o jornalista e poeta Emílio de Menezes, Rubens Trinas, Bastos Tigre, Raul Pederneiras, Álvaro Moreyra, Luiz Peixoto e (apressados) estudantes de Direito. Somente os mais velhos tomavam bebidas alcoólicas; não havia frequentadoras femininas; os temas ali discutidos – política, literatura, direito, biologia, filosofia, teosofia – tanto enriqueciam os conhecimentos adquiridos por Lima Barreto, quanto faziam parte do repertório de suas falas, que encantavam os ouvintes (Antônio, 1977, pp. 21-24, 27-30; Duarte, 2013, p. 9; Pasqual, 2016, p. 162).

A partir dali, Lima Barreto seguia rumo à estação de trem (que ia até Todos os Santos, e de lá, de bonde, o escritor ia para Inhaúma), ao contrário de outros da “roda do Cavalcanti”, cuja maioria residia em bairros acessíveis por bondes ou mesmo em Niterói (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 30). A caminho da estação, o autor “passava pela esquina da rua do Ouvidor, seguindo pela Miguel Couto e rua do Rosário, indo até o largo de São Francisco. No Beco do Rosário, Lima Barreto fazia uma parada mais prolongada, para encontrar companheiros habituais desse roteiro. Nesse Beco, havia pequenos bares propícios para reuniões de amigos” (Pasqual, 2016, pp. 162-163, com base no depoimento de Nóbrega da Cunha). Por vezes, entrava na Livraria Garnier, que ficava nessa esquina, embaixo da sede do *Jornal do Commercio*; passava na Livraria Alves, na rua do Ouvidor, para deixar ou receber algum recado; parava vez ou outra no largo São Francisco, ambiente de *meetings* políticos, para ouvir o orador, caso fosse bom (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 31).

Numa “série de pequenos bares de duas portas” do Beco do Rosário, ele passava a se relacionar, nitidamente, com suburbanos: “Modestos, alguns funcionários públicos, que vegetavam nas frisas mais baixas das carreiras burocráticas por insuficiência de instrução, embora não de inteligência” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 35). Ali, “eram uns cinco ou seis que esperavam Lima Barreto para tomarem a talagada e formarem a roda [...]. Não se pode dizer que fossem vagabundos, eram

criaturas perdidas no mundo” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 39)²⁴. Depois de alguma interação – “assuntos comuns, alguma piada, algum comentário sobre matéria literária” –, seguiam para outros bares: rua dos Andradas, Buenos Aires e Conceição (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 35). Na rua da Conceição, num bar também modesto, com três ou quatro amigos, “tomava uma talagada de parati, coisa barata, uns quinhentos réis” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 47).

Dali, nosso autor ainda passava por um bar na rua José Maurício, onde permanecia por pouco tempo, seguindo para outro, próximo à Estação Dom Pedro II, com três portas e quatro mesas, bastante frequentado (já ao fim da tarde, por volta das 18 horas), onde em geral revia companheiros que trabalhavam na Central do Brasil ou no Ministério da Guerra, mas por onde também passavam pequenos funcionários, pobres, anônimos: “Era um típico ponto de encontros no Rio de Janeiro de 1916” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 48). Ali, Lima Barreto “completava a sua bebericagem” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, p. 50), antes de tomar o trem²⁵.

Ao contrário de Da Rocha, escriturário e poeta, que também passava por tal bar, mas nunca saía da medida, e que, chefe de família, se recolhia cedo (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, pp. 50-51), o retorno do escritor não era imediato:

Vivia na Zona Norte e ia todos os dias para casa, embora chegasse de madrugada. Nunca chegava antes das duas ou três da madrugada e, às vezes, ao raiar do dia. Acordava-se ali por volta dos compromissos que tinha. Às vezes, foi visto antes do almoço, antes do meio-dia, na cidade. Da casa ao centro, a sua condução era o bonde Inhaúma-Todos os Santos, vinte minutos, e de Todos os Santos à Pedro II, trinta minutos. Os trens eram a óleo diesel. Em seu roteiro de andanças, dificilmente passava da Zona Centro do Rio (*Idem*, p. 51-52).

Nesse ponto, podem-se retomar aspectos da fala de amigos de Lima Barreto, presentes em Barbosa ([1952] 1975, pp. 220-221) e na conclusão do artigo de Prado (1999, pp. 164-165), ligados a certa ética de Lima Barreto nesse âmbito de relações masculinas, populares e ligadas ao consumo de álcool: ele não “saía da linha”, mantinha certo equilíbrio, não gritava, não brigava, pagava a bebida dos mais pobres, era generoso, sensato. Havia toda uma dimensão de melancolia e sofrimento em tal hábito.

24. Havia um, “conhecido pelo apelido que o próprio Lima lhe aplicou – Huberto, o Pavoroso [...] rapaz magro, longilíneo, moreno-branco, que não havia passado da instrução primária, não tivera convívio social [...] raramente conseguia emitir um juízo plausível [...]. E, no entanto, era um bom rapaz. Rapaz de chorar diante da miséria de um desconhecido [...]. Vivia um drama de família [...]. Ele vivia de pequenas dádivas dos amigos, entre os quais, o mais constante, isto é, o mais procurado, era Lima” (Nóbrega da Cunha *in* Antônio, 1977, pp. 39-40).

25. Há menções a interações de Lima Barreto em bares de outras regiões do Rio, adicionais ao itinerário aqui abordado, que não serão tratadas.

Guardadas as devidas proporções, estaríamos diante de trajetos por bares marcados por uma sociabilidade predominantemente masculina – e também popular, à exceção da citada “roda do Cavalcanti” – cujas interações incluem o consumo praticamente obrigatório de bebidas alcoólicas, com certas regras de reciprocidade, temas (e tabus) recorrentes e certo grau de jocosidade, que pode por vezes resultar em conflitos pessoais (Machado da Silva, [1969] 2016)²⁶. Nesse *ethos*, uma regra básica e incontornável consistiria em saber beber, embora com forte estigmatização daquele que se embriaga, já que assim abandona certa ética recíproca da sociabilidade, pois em geral não se responsabiliza pelo que diz ou faz (*Idem*, p. 54). As falas já citadas indicam que Lima Barreto soube se relacionar dentro de tal ética.

Sabemos também, por meio de Georg Simmel ([1917] 2006), que uma das condições básicas de sociabilidade reside na suspensão temporária de diferenças de várias ordens em determinadas interações. Os amigos e colegas de Lima Barreto apontam-lhe tal qualidade quando frisam que ele não rechaçava (e até cultivava, ao pagar-lhes a bebida) todo um rol de relações com um séquito de suburbanos, “desclassificados”, que por vezes mal se expressavam, algo nítido em boa parte do trajeto já reconstituído, em termos interativos.

O seguinte trecho de Nóbrega da Cunha sintetiza aspectos assinaláveis: “Jamais foi visto beber a crédito. Nas rodas, ou os amigos pagavam a rodada ou ele pagava. E, sobretudo nos maiores grupos de paus-d’água, era sempre Lima Barreto quem pagava, pois os beverrões eram prontos e ficavam aguardando o escritor, exatamente para lhe beliscar algumas doses” (*in* Antônio, 1977, p. 54). Assim, a maioria dos bares do centro frequentados por Lima Barreto constituíam espaços de uma sociabilidade boêmia, pobre e rudimentarmente intelectualizada. Lima Barreto, uma figura literária relativamente pouco reconhecida no universo das letras naquela época, exercia nesses ambientes uma referência de sofisticação e integridade, a despeito de sua pobreza, em interações com pessoas que mantinham com ele relações de proximidade, com certa regularidade.

O ponto forte de um olhar elogioso sobre fundamentos éticos de Lima Barreto passa pelo episódio que fecha o artigo de Prado (1999, pp. 164-165), com base na narrativa já citada de Borgatti (Barbosa, [1952] 1975, pp. 220-221), razoavelmente conhecida dentre os estudiosos do escritor. Certa feita, numa roda de amigos que bebiam na já mencionada Casa Heim, um “almofadinha” intrometido e desavisado, desconfortável com a presença de um mulato “mal vestido e enxovalhado”, passou a

26. Supomos aqui um caráter durável de tal forma de sociabilidade, já que Machado da Silva se refere a observações ao final dos anos de 1960, de toda forma não distantes do depoimento de N. da Cunha a J. Antônio.

desdenhar dos presentes, e foi alvo de indiretas jocosas de Lima Barreto, para alegria dos boêmios. Enfurecido, tal pessoa “atirou um copo na cara do Lima, abrindo um talho na sobrancelha direita, bem acima do olho” (Borgatti *apud* Barbosa, [1952] 1975, p. 220). Com todos estarecidos e a chegada de um policial que poderia prender o agressor por tal ato infame, Lima Barreto explicou “ao investigador que escorregara e caíra com o copo, ferindo-se daquele modo”. E se retirou, limpando o rosto com um guardanapo, enquanto alguns o seguiam e outros pagavam a conta (Prado, 1999, pp. 164-165; Barbosa, [1952] 1975, pp. 220-221). Maior nobreza de espírito não poderia haver, mesmo que tal episódio possa estar revestido de alguma ficcionalidade.

Não se trata, obviamente, de idealizar tal consumo regular de álcool, dada sua intensidade²⁷. Tais depoimentos não abarcam fases de agravamento do alcoolismo de Lima Barreto, nem as várias doenças decorrentes do mesmo, as sucessivas internações hospitalares, as crises de delírio alcoólico, a aposentadoria por invalidez, os períodos de maior reclusão doméstica²⁸. Mas isso não invalida tudo o que diz respeito a uma sobriedade melancólica de Lima Barreto, quando da sua convivência com amigos, “chegados”, deserdados e até desconhecidos, bastante evidente nos trajetos interativos pelo Rio, aqui reconstituídos.

Breves conclusões

Como vimos, haveria múltiplas formas de se estabelecerem relações entre Lima Barreto e a cidade do Rio de Janeiro, dado o caráter multifacetado da vida e das obras do autor – que têm passado por significativas atualizações –, bem como os diversos recortes possíveis de se abordar o tema da cidade, sobretudo uma metrópole com a densidade histórica do Rio de Janeiro.

Examinamos concisamente como Lima Barreto participou – ainda que de forma marginalizada, por conta de sua condição social e racial²⁹ – de um conjunto de escritores que forjou intelectualmente uma série de representações críticas sobre as transformações urbanas em andamento na Rio de Janeiro da época, bem como de projetos de nação e mesmo de horizontes da condição humana.

27. Em conformidade com a cronologia de Schwarcz (2017, p. 607), segue um trecho de seu diário, de abril de 1914: “Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver cotidiano, e bebo. Uma bebedeira puxa a outra, e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! Despeço-me de um por um dos meus sonhos”.

28. Em 4 de novembro de 1918, “[Lima] Fratura uma clavícula durante uma bebedeira. Encontrado pelo amigo Noronha Santos numa rua de Todos os Santos, é levado para o Hospital Central do Exército, no centro da cidade. Permanecerá dois meses internado” (Schwarcz, 2017, p. 608).

29. Poderíamos mesmo encarar Lima Barreto como uma espécie de precursor dos(as) chamados(as) escritores(as) das periferias, como ressaltado ultimamente numa série de eventos, inclusive a Flip de 2017.

Em tais obras ressaltam-se as crônicas, gênero específico que permite abordagens contundentes da vida urbana cotidiana, com circulação efêmera mas espalhada pelos jornais da época. Através delas, escritos que guardavam entrelaçamentos com seus contos e romances, Lima Barreto obteve maior visibilidade.

Buscamos analisar crônicas e trajetórias de Lima Barreto pelo Rio de Janeiro a fim de explorar antropologicamente a cidade do ponto de vista da sociabilidade das classes populares, mapeando práticas de masculinidade vigentes em espaços como bares, cafés e livrarias, bem como a manifestação de dinâmicas que reproduziam o preconceito em relação a negros e pobres. Mas as crônicas em si também possibilitam abordagens antropológicas quanto aos diversos sentidos nelas contidos, seja quanto à produção de Lima Barreto e aos mundos sociais por ele reconstituídos, seja no cotejo com obras de outros escritores, como no caso de João do Rio – que possuiria, por assim dizer, um olhar talvez mais etnográfico e menos apriorístico sobre o real. Nossa ênfase sucinta voltou-se a algumas crônicas como reveladoras de dimensões de interação e de observação do autor em situações urbanas específicas.

Por fim, este texto valeu-se de olhares de outrem sobre o próprio Lima Barreto, principalmente daqueles que conviviam com ele com certa regularidade, para, em diálogo com trechos de obras do próprio autor, reconstituir perambulações por certos espaços da cidade do Rio de Janeiro. O intuito foi revelar temporalidades, espacialidades e sociabilidades populares da capital brasileira no início do século XX. A cidade, nessa parte mais substancial do texto, torna-se um espaço concreto de caminhadas, interações, trocas, partilhas.

Lima Barreto produziu uma literatura que colocava no centro personagens negras, mestiças e pobres, que não eram tão retratadas por outros autores à época. Além disso, sua solidariedade com essa população estava evidente na própria maneira de circular e interagir pelos espaços urbanos.

Sua frequência e experiência em bares e livrarias do centro da cidade apontam para aspectos de um *ethos* partilhado nesses espaços, delineados por formas específicas de beber, de se portar, do que discutir e de como pagar pela bebida, e que evidenciam o cotidiano de um estilo de vida boêmia. Mas tal frequência e experiência também indicam a ideia de que, nesses percursos, Lima Barreto se movia de espaços de encontro (no centro do Rio de Janeiro) – onde, de certa forma, se elaboravam dimensões da opinião pública, com alguma densidade de intelectuais, em que ele era uma referência de sofisticação e integridade –, para outros bares (em direção à estação) – de caráter mais popular, em que cultivava relações com suburbanos, pobres, deserdados, remediados, para os quais, sob outro prisma, ele constituía uma espécie de modelo. As mudanças na composição social e racial, com inflexões em certas dinâmicas de sociabilidade, são assinaláveis nesse caminhar pelas ruas centrais cariocas.

De toda forma, diversas marcas raciais e signos de pobreza acompanhavam tanto Lima Barreto como diversas pessoas que com ele frequentavam tais bares. Nóbrega da Cunha, como vimos, foi um dos que sinalizaram algo nesse sentido ao afirmar que, num primeiro olhar, Lima Barreto passaria despercebido como um mulato inculto. Aspecto sintomático de como a raça se antecipa às pessoas, e que informa um drama enfrentado ao longo de sua vida, cujos escritos e vivências registradas nos deixam um precioso conhecimento.

Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel. (2011), *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Terceiro Nome.
- ANTÔNIO, João. (1977), *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ANTÔNIO, João (1997), “Lima Barreto aqui e lá fora”. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica. Antonio Houaiss e Carmen L. Negreiros (coords.). Madri/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Lima/Guatemala/San José de Costa Rica/Santiago de Chile, ALLCA XX, pp. 485-488.
- ARANTES, Antonio Augusto. (2000), *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo, Editora da Unicamp/Imprensa Oficial.
- BARBOSA, Francisco de Assis. ([1952] 1975), *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 5 ed. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Instituto Nacional do Livro.
- BARRETO, Lima ([1920] 2017), “Sobre o carnaval” [2/1920]. In: RESENDE, Beatriz. (org.). *Lima Barreto: cronista do Rio*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Autêntica/FBN, pp. 117-122.
- BARRETO, Lima ([1921a] 2017), “Feiras e mafuás” [28/7/1921]. In: RESENDE, Beatriz (org.), *Lima Barreto: cronista do Rio*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Autêntica/FBN, pp. 149-155.
- BARRETO, Lima ([1921b] 2017), “O trem de subúrbios” [21/12/1921]. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Lima Barreto: Cronista do Rio*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Autêntica/FBN, pp. 227-232.
- BARRETO, Lima ([1922] 2017), “Será sempre assim?” [7/1/1922]. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Lima Barreto: Cronista do Rio*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Autêntica/FBN, pp. 216-219.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. (1982), “O Rio de Janeiro na época de Lima Barreto”. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, pp. 11-24 (Catálogo da Exposição).
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. (1994), *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, 7Letras.
- CERTEAU, Michel de. ([1980], 2014), “Caminhadas pela cidade”. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis, Vozes, pp. 157-177.

- DUARTE, Bruno Marques. (2013), “*Calvário e porres do pingente Afonso Henrique de Lima Barreto*, de João Antonio e o novo romance histórico brasileiro”. *Revista de Letras*, Curitiba: 17 (15), 1-16.
- FRÚGOLI JR., Heitor. (2007), *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. ([1969] 2016), “O significado do botequim”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro, Mórula, pp. 48-69.
- MARINS, Paulo César Garcez. (1998), “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil*, n. 3: *República: da Belle époque à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 131-214.
- NAVA, José. (12/6/1949), “Recordações do escritor Afonso Henriques”, *Folha de Minas*, Belo Horizonte.
- NEEDELL, Jeffrey. (1993), *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras.
- O'DONNELL, Julia. (2008), *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- PASQUAL, Camila Marcelina. (2016), “Lima Barreto: um pingente entre a literatura e a realidade”. *Caderno de Letras*, Pelotas: 27, 155-166, jul.-dez.
- PRADO, Antonio Arnoni. (1999), “Lima Barreto personagem de João Antônio”. *Remate de Males*, Campinas: 19, 147-167.
- RESENDE, Beatriz. ([1993] 2016), *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Belo Horizonte, Autêntica.
- RESENDE, Beatriz (org.). (2017), *Lima Barreto: cronista do Rio*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Autêntica/FBN.
- RIO, João do. (1906), *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro, Garnier.
- RIO, João do. (1997 [1909]), *A alma encantadora das ruas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTIAGO, Jorge P. (2008), “A obra literária de Lima Barreto, uma protoantropologia da cidade”. In: JUNQUEIRA, Ivan et al. *Ensaios premiados: a obra de Lima Barreto (2º Concurso Internacional de Monografias)*. Brasília, Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, pp. 19-85.
- SCHWARCZ, Lília Moritz & STARLING, Heloisa Murgel. (2015), *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. (2010), “Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil República”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 15-54.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (2017), *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEVCENKO, Nicolau. ([1983] 2003), *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras.

- SILVA, Hélio Raymundo. (2009), "A situação etnográfica: andar e ver". *Horizontes Antropológicos*, 32: 171-188.
- SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins & MACEDO, Márcio. (2010), "Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo". *Cadernos Pagu*, 35: 37-78.
- SIMMEL, Georg. (2006), "A sociabilidade". In: *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 59-82.
- WALTY, Ivete Lara Camargos. (2014), *A rua da literatura e a literatura da rua*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

Resumo

Vocação deambulatória e convivência com deserdados: caminhadas de Lima Barreto pelo centro do Rio de Janeiro

Através de uma incursão no passado numa perspectiva etnográfica, pretende-se reconstituir aspectos antropológicamente relevantes das vivências do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1921) na cidade do Rio de Janeiro. Lançaremos um olhar atento às relações entre os citadinos e destes com os espaços urbanos, com base naquilo que emerge das crônicas do autor em questão. Nesse âmbito, também abordaremos aspectos decorrentes das discriminações sociais e raciais sofridas por Lima Barreto, com ênfase na forma como ocorreram em interações na vida urbana.

Palavras-chave: Lima Barreto; Rio de Janeiro; Crônicas; Caminhadas; Racismo.

Abstract

Walking vocation and familiarity with the poor: Lima Barreto's walks through Rio de Janeiro's downtown

Through an incursion into the past from an ethnographic perspective, our goal is to reconstitute anthropologically relevant aspects of the experiences of the writer Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1921) in the city of Rio de Janeiro. We will take a close look at the relations between city dwellers and at these between city dwellers and urban spaces, taking into account what emerges from the chronicles of this author. In this context, we will also address issues arising from the social and racial discrimination suffered by Lima Barreto, with emphasis on how they occurred in interactions in urban life.

Keywords: Lima Barreto; Rio de Janeiro; Chronicles; Walks; Racism.

Texto recebido em 19/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.151253

HEITOR FRÚGOLI JR. é docente do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP e coordenador do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (Geac-USP). E-mail: hfrugoli@uol.com.br.

MÁRCIO MACEDO é docente do Departamento de Gestão Pública (GEP) da Eaesp-FGV e doutorando em sociologia da New School for Social Research. E-mail: marcio.macedo@fgv.br.



Brasília *classificada*

Novos espaços de classe média na capital federal¹

Cristina Patriota de Moura*

<https://orcid.org/0000-0001-6771-9501>

Vinicius Prado Januzzi*

<https://orcid.org/0000-0002-8579-6508>

Introdução

Este artigo tem como proposta pensar aspectos do “fazer-cidade” (Agier, 2015) a partir do estabelecimento de áreas residenciais destinadas a membros das camadas médias em Brasília que, ao serem estabelecidas, transformam os espaços que ocupam no sentido de torná-los *classificados*, ou seja, identificados como territórios cujos direitos de ali viver estão vinculados a uma classe social específica. Dialogamos, assim, com a proposta do dossiê no sentido de pensar transformações no espaço ao longo do tempo, em processo que institui também temporalidades modernas ao instituir e consolidar a capital do Brasil.

Nos casos discutidos, identificamos processos que procuram estabelecer determinadas configurações residenciais – superquadras e condomínios – como espaços territorializados de classe média. Argumentamos que esses processos, para além das áreas onde realizamos pesquisas etnográficas, vêm ocorrendo no sentido mais amplo

* Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

1. Somos gratos às contribuições das colegas do Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas), bem como dos estudantes do curso de Antropologia Urbana por nós ministrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2018, principalmente ao mestrando Awamirim Tupinambá, habitante do Santuário dos Pajés. Agradecemos também aos participantes do Seminário Temático “Pensar a cidade no Brasil: limitações, potencialidades e perspectivas”, coordenado pelas professoras Fraya Frehse (USP) e Júlia O’Donell (UFRJ) e realizado durante o 40º Encontro Anual da Anpocs (2016), no qual apresentamos a primeira versão deste texto.

com a cidade de Brasília, a começar pelo Plano Piloto, idealizado originalmente para abrigar os trabalhadores assalariados da burocracia federal.

Iniciamos com uma discussão acerca da história do Plano Piloto para, em seguida, pensar com base em duas experiências de trabalho de campo antropológico vividas em anos recentes, notadamente nos condomínios horizontais estabelecidos desde o final do século XX na área do chamado Grande Colorado e no recém-inaugurado Setor Noroeste, cuja construção foi possibilitada a partir do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), aprovado em 2009. O argumento central é que a atual capital brasileira vem se caracterizando, cada vez mais, pela condição de classe de seus moradores, em diálogo com o conceito de *especialização da classe* proposto por Li Zhang (2010) para caracterizar espaços destinados à nova classe média urbana no sudoeste da China².

No viés sociológico e antropológico, estudos vêm procurando entender diferentes experiências, valores e significados atribuídos pela multiplicidade de sujeitos que vivem no Distrito Federal e se organizam em termos de atividade no mundo do trabalho, de relações de parentesco, de origem regional, de circuitos de lazer, de adesões políticas e de tensões de classe, raça e gênero, bem como de processos de configuração identitária (Borges, 2003; Lasevitz, 2008; Cassemiro, 2012; Patriota de Moura e Vasconcelos, 2012; Santarém, 2013; Saraiva, 2014, 2017)³.

2. O entendimento de “classe social” do qual partimos é uma conjunção de nível educacional, ocupação profissional e nível de renda, dando continuidade à linhagem weberiana, cujo foco está mais na estratificação social do que no conflito dado pela oposição de classe dominante e dominada, que seguiria a escola marxista. Do ponto de vista antropológico/etnográfico, Gilberto Velho (1994, 1997) criticou a ideia de homogeneidade de classe e, enfatizando a heterogeneidade de estilos de vida e visões de mundo, propôs utilizar a noção de “camadas médias urbanas” em seus trabalhos com residentes da Zona Sul do Rio de Janeiro. Embora reconheçamos a heterogeneidade de valores entre os membros das camadas médias, o foco na *classe* está relacionado com motivações em um mercado de consumo e produção de territórios que adquirem características simbólicas pelo perfil socioeconômico compartilhado por seus moradores. Assim, quando falamos de pessoas, em geral, as caracterizamos como membros das “camadas médias”, mas, ao falarmos dos espaços, os qualificamos como destinados e *classificados* como espaços de “classe média”. Para além da heterogeneidade de visões de mundo e estilos de vida, também identificamos semelhanças entre a posição estrutural da “classe média” no Brasil e na China, contexto no qual Li Zhang propõe o conceito de especialização de classe. Em ambos os países, a maioria estatística da população se enquadra abaixo da “classe média” e, portanto, a identidade da mesma adquire contornos de elite, ainda que assalariada e não detentora dos meios de produção. Assim, a “classe média” no Brasil, como na China, distingue-se em termos de status da maior parte do “povo”. Essa situação é muito diferente do caso de países europeus e dos Estados Unidos, onde o termo “classe média” tem o sentido de retratar a média (*average*) da sociedade e está relacionado com concepções de igualdade e democracia (Zhang, 2010)
3. Em relação a Brasília, do ponto de vista do urbanismo, encontramos defesas e ataques ao modelo de planejamento cuja ênfase está na singularidade da cidade-avião com suas escalas, superquadras, áreas verdes e monumentos. Essa cidade autoral, assinada por indivíduos específicos (como Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Athos Bulcão, Roberto Burle Marx) e reconhecida como patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desde 1987, é

Propor em particular uma “antropologia da cidade” em Brasília implica, necessariamente, dialogar com múltiplas narrativas acerca da cidade-obra, cidade-produto, cidade-processo e cidade-ambiente em um campo discursivo em que a cidade é sempre objetivada, escalonada, projetada e mensurada. Ao contrário das cidades naturalizadas produzidas pelos “semeadores” descritos por Sérgio Buarque de Holanda (1982), ou construídas como produto “espontâneo” do familismo patriarcal descrito por Gilberto Freyre (1990), ou mesmo contrariamente à cidade abarcada pela lógica da “casa”, problematizada por Roberto DaMatta (1991), Brasília está sempre desconfortavelmente consciente de sua artificialidade e, por isso mesmo, sujeita a avaliações e escrutínios constantes. Para além de um “ambiente de intervenção” (Patriota de Moura, 2013), Brasília guarda a marca de sua origem recente como intervenção em si mesma. Talvez justamente por isso seja tão interessante pensar o “fazer-cidade” (Agier, 2015) em Brasília como movimento contínuo de composição (Patriota de Moura, 2012) em que se sobrepõem projetos de diferentes intensidades e alcances.

Tanto os condomínios horizontais da região do Grande Colorado⁴ quanto as superquadras do Setor Noroeste configuram novas áreas residenciais ocupadas por membros da chamada classe média brasileira, composta em grande parte por sujeitos com curso superior completo e empregos estáveis conquistados por meio de concurso público. No caso da expansão em forma de condomínios, os trabalhos de Cristina Patriota de Moura (2010a, 2010b, 2012, 2013) já evidenciaram o acoplamento de narrativas acerca de trajetórias pessoais e familiares a discursos públicos em torno da figura do “pioneiro” e do “candango”, em que a conquista de um pedaço de terra na capital para construir uma casa opera como elemento de participação (no sentido dado por Lucien Lévy-Bruhl) entre o pessoal e o urbano. Já no que tange ao Setor Noroeste, a valorização do “céu de Brasília” e do acesso aos recursos do Plano Piloto figuram como elementos que se destacam nas narrativas de proprietários de apartamentos situados nas mais novas superquadras.

Em meio a conquistas de parcelas de chão e céu por parte de sujeitos que se estabelecem como componentes de uma classe média brasileira, outros lutam para sobreviver

ao mesmo tempo avaliada em sua singularidade criativa e funcionalidade racionalista, conjugando o binômio obra/produto proposto por Lefebvre (2011) de maneira a problematizar o “direito à cidade” em uma configuração social nacional cujos índices de desigualdade chegam a desafiar os limites de qualquer perspectiva democrática. Outra aproximação frequentemente trilhada em debates acadêmicos é a da geografia regional, na qual a Brasília-metrópole, conforme problematizada nos escritos de Aldo Paviani e seus colaboradores (Paviani *et al.*, 2010), configura-se para além das fronteiras do quadrado delimitado pelo Distrito Federal, inclui conurbações com municípios goianos e evidencia processos “tipicamente brasileiros” de precariedade e má distribuição de renda e recursos.

4. O Grande Colorado se constitui a partir do desmembramento da Fazenda Paranoazinho e se localiza entre Sobradinho e o chamado Plano Piloto, na porção norte do território do Distrito Federal.

coletiva ou individualmente, de maneiras mais ou menos evidentes e sonoras, sob o mesmo firmamento e sobre pedaços de chão localizados nas mesmas coordenadas espaciais. Firmamento e chão se transformam, porém, em outras terras e paisagens, ao serem capturados por urbanidades que, argumentamos, dependem de processos de classificação do espaço atrelados a possibilidades de espacialização da classe média autorrepresentada como destinatária legítima da capital do Brasil.

Dividimos nossa discussão em quatro seções. Na primeira parte, fazemos uma breve recapitulação de trabalhos que analisaram a ocupação do Plano Piloto como espaço crescentemente destinado às camadas médias, com valores e prioridades atrelados às suas “condições de classe” (Bourdieu, 2013). Em uma segunda seção, retomamos as pesquisas feitas e orientadas por Patriota de Moura (2010 e 2013) acerca da expansão urbana em forma de condomínios horizontais no Distrito Federal e seus significados até o momento da aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) em 2009⁵. Na terceira parte, tratamos particularmente do Setor Noroeste, cuja construção foi autorizada a partir do PDOT de 2009, em consonância com o plano “Brasília Revisitada”, trazendo apontamentos de pesquisa etnográfica realizada entre 2014 e 2016 no bairro (Januzzi, 2016).

Argumentamos, por fim, que Brasília é atravessada por processos de *classificação do espaço* que configuram maneiras de apropriação do chão abaixo e do céu acima das moradias. Esses processos, a partir da percepção de segmentos de camadas médias, privilegiam o discurso da conquista pelo mérito de lugares que dão acesso à terra e ao céu da capital, em formulações simbólicas que *classificam* novos espaços, territorializando-os e tornando-os tangíveis e negociáveis em uma economia de mercado, ao passo que apagam e fazem esquecer formas de vida pré-existentes nas mesmas localidades, ao criarem noções de “vazios” a serem conquistados e contemplados (Figura 1).

5. Tais condomínios contam, em sua maioria, com “irregularidades” em diversos níveis, desde a ocupação ilegal de terras pertencentes à União (governo federal) a parcelamentos irregulares de glebas rurais pertencentes a pessoas físicas e loteamentos sem plano de urbanização.



Figura 1: Fotografia feita em maio de 2018 de dentro de um automóvel, em área que faz parte do entroncamento central da capital. O texto que estampa a lateral de um dos viadutos é uma intervenção presente há meses. Céu, concreto e automóveis dão suporte ao individualismo espacializado na distância entre os corpos (© Patriota de Moura)

A cidade modernista e a praticidade individualista no Plano Piloto

Desde os primeiros anos da construção da nova capital, evidenciou-se a contradição fundamental entre o projeto urbanístico com inspirações igualitárias e a falta de provisão de local de moradia para os operários que empenharam seus corpos no serviço braçal da grande obra. Já na primeira década, a etnografia de David Epstein (1973) evidenciava a contradição entre o “plano” do Plano Piloto e a “realidade” dos acampamentos, vilas e “invasões” com construções precárias. A saga dos chamados candangos, excluídos dos planos de assentamento do urbanismo das superquadras e mansões dos setores de habitação individual, oferece elementos simbólicos importantes para pensar as contradições de Brasília (Ribeiro, 2008; Béu, 2013).

James Holston, em seu livro *A cidade modernista* (1993), evidencia contradições na própria execução do projeto nas áreas residenciais das superquadras. Por um lado, o urbanista Lucio Costa anunciara que o filho do ministro estudaria na mesma escola que o filho do motorista, em uma convivência ineditamente demo-

crática para a experiência social brasileira. Ambas as famílias (a do ministro e a de seu motorista) habitariam a mesma superquadra, ainda que em apartamentos de tamanhos diferentes, e a possibilidade de ascensão social pela educação estaria assegurada pelo plano educacional de Anísio Teixeira, que daria oportunidades de formação igual a ambos os “filhos” desde o jardim de infância até a universidade⁶. Entretanto, para além do perfil “burocrático” dos moradores da nova capital, as próprias plantas dos apartamentos das superquadras traziam, por exemplo, dependências para empregadas domésticas, tidas como remanescentes das “senzalas” de nosso passado escravocrata.

Holston demonstra como o Plano Piloto se tornou, ao longo das duas primeiras décadas de sua ocupação, cada vez mais o local de moradia dos escalões superiores do serviço público, enquanto servidores “subalternos” tais quais motoristas, garçons, contínuos e copeiras, ainda que concursados e estáveis no serviço público, foram sendo empurrados para loteamentos nas cidades-satélites. Assim, mesmo com a predominância de imóveis funcionais, as chamadas Asas do avião-Brasília passaram a abrigar não somente membros da burocracia, mas cidadãos escolarizados, com rendas relativamente elevadas e funções qualificadas, cujos filhos estudavam em escolas particulares. Brasília acabou por se tornar a cidade com maior renda *per capita* do país, uma verdadeira “ilha da fantasia”. Essa nova configuração do Plano Piloto seria decorrente da inserção do Distrito Federal em processos mais amplos de desigualdade social em nível nacional, bem como de expropriações urbanas conduzidas por agentes imobiliários estatais e privados que decidiriam *quem* deveria ficar em determinadas porções do território.

Nas décadas de 1980 e 1990, temos dois trabalhos que indicam elementos de uma “mentalidade” atrelada à condição de classe dos moradores do Plano Piloto: a tese de Themis Quesado de Magalhães (e o artigo com Lia Zanotta Machado, 1985) e o livro de Brasilmar Ferreira Nunes, *Brasília, a fantasia corporificada* (2004). Esses trabalhos apontam para ideais individualistas atrelados à valorização do estudo e da meritocracia entre os habitantes do Plano Piloto, bem como valores como a praticidade e racionalidade. Brasília seria valorizada por seus habitantes de classe média não pela estética ou sociabilidade induzida por uma morfologia espacial, mas por proporcionar boas condições para a realização de projetos de ascensão social individuais e familiares (com foco na família nuclear). O *espaço* aparece, preferencialmente,

6. Holston aponta que se, por um lado, motorista e ministro ocupavam posições de subordinação e comando respectivamente, ambos eram funcionários públicos e, portanto, membros de um estamento burocrático para o qual a cidade fora pensada. Assim, ainda que o motorista desempenhasse uma função subalterna, ele seria membro de um segmento seletivo de trabalhadores vinculados ao aparato burocrático, diferentemente dos trabalhadores migrantes da construção civil, por exemplo.

como meio de acesso e suporte para o crescimento em suas carreiras, estabelecimento de núcleos familiares e aquisição de propriedades⁷.

Condomínios e os interstícios das camadas médias em expansão

Pensar em habitação para camadas médias em Brasília exige que levemos em conta a história da cidade em diversas de suas dimensões. Muito já foi dito a respeito do caráter utópico da construção da cidade e das motivações dos migrantes que vieram habitar a capital federal com elementos messiânicos em seu simbolismo. Inicialmente, havia uma clara divisão entre aqueles *para quem* a cidade fora projetada – os funcionários públicos – e *aqueles que tornaram a cidade possível*, mas que não deveriam permanecer no Plano Piloto – principalmente pequenos comerciantes e trabalhadores braçais.

Entre a última década do século xx e a primeira do presente milênio, houve acelerado crescimento da área urbana do Distrito Federal. Surgiram áreas residenciais para a população de baixa renda, em grande parte de migração recente, novas “cidades” para segmentos menos abastados de classe média, como Águas Claras, e uma profusão de loteamentos irregulares ocupados por meio de autoconstrução por sujeitos de diferentes estratos sociais. Esses loteamentos, em grande parte murados e designados como “condomínios”, marcaram um processo percebido como “crescimento desordenado”, em oposição ao ordenamento da cidade planejada.

A pesquisa coordenada por Patriota de Moura acerca da proliferação de condomínios horizontais no Distrito Federal⁸ envolveu diversos trabalhos de orientandos, realizados em interação com moradores de diferentes regiões administrativas de Brasília, principalmente na região do Grande Colorado, Ceilândia e Vicente Pires (Patriota de Moura, 2010 e 2012; Almeida, 2011; Patriota de Moura e Vasconcelos, 2012; Cassemiro, 2012). As entrevistas e incursões etnográficas realizadas identificaram a construção da casa própria como um valor que, nas narrativas, se acoplava à invocação da figura do “pioneiro”, com suas lutas para conquistar o direito a um lugar na “nova capital”. Pessoas de diferentes classes sociais, moradoras de loteamentos irregulares, justificavam a construção de suas casas como forma de participar de uma cidade em elaboração, onde as edificações “ordenadas” do Plano Piloto não ofereciam

7. “O espaço urbano tem, assim, a conotação de instrumentalidade. É percebido como o conjunto de equipamentos que propiciem o desenvolvimento individual e que estejam disponíveis ao núcleo familiar, para que esse possa gerir seus próprios fins – a qualificação de seus membros” (Machado e Magalhães, 1985, p. 295).

8. Trata-se do projeto “Os condomínios horizontais no DF e a proliferação global de áreas residenciais mudadas”, que contou com financiamento da FAP-DF em 2009.



Figura 2: Propaganda de agência imobiliária em maio de 2009, anunciando casas em regiões com “condomínios”. A ponte que aparece na fotografia, abaixo da frase “Realizando Sonhos”, é a que leva do chamado eixo monumental ao Lago Sul, área de mansões prevista no projeto original de Lucio Costa. Em destaque o céu, tanto na fotografia publicitária quanto na da autora. Na parte inferior da imagem, construções “desordenadas” em via externa a condomínios na região do Grande Colorado, com estabelecimentos comerciais (© Patriota de Moura)

mais novas oportunidades por conta das restrições ao adensamento colocadas pela patrimonialização⁹ (Figura 2)

As casas em condomínios com diferentes graus de informalidade forneciam, à época, opções para construção de mansões em áreas passíveis de apropriação nos moldes de distinção desejados por novos segmentos de classe média. Assim, grande parte das narrativas ouvidas pela equipe de pesquisa destacavam processos de ascensão social por mérito (principalmente relacionado com a escolarização e aprovação em concurso público) de famílias nuclearizadas saídas das cidades satélites ou de outros estados brasileiros. Em ambos os casos, sujeitos se concebiam como pioneiros e passavam a constituir mais vínculos de participação com Brasília ao adquirir terras e construir casas com materiais nobres o mais próximo possível ao Plano Piloto, morando em condomínios que se distanciavam do estigma da “cidade-satélite” ou “invasão” por se aproximarem geograficamente do Plano Piloto e esteticamente das mansões do Lago Sul¹⁰ (Figura 3).

9. As irregularidades eram de diversas ordens: desde dúvidas sobre a titularidade de terras até o parcelamento em unidades menores do que as autorizadas em área rural (dois hectares no Distrito Federal), fechamento não-autorizado com muro perimetral e “urbanização” sem plano aprovado ou relatório de impacto ambiental.

10. A proximidade à região central de Brasília se dá, principalmente, em comparação com a localização de cidades-satélites como Sobradinho, Taguatinga e Gama, por exemplo, que ficam a mais de vinte



Figura 3: Casa dentro de condomínio em processo de regularização, na região do Grande Colorado, em junho de 2009 (© Patriota de Moura)

Para além das irregularidades de ações privadas “desordenadas”, apontadas como possivelmente deletérias à obra-prima do urbanismo protegida pelos defensores do plano de Lucio Costa, as ações ordenadoras do Estado também deixaram suas vítimas, apagadas por camadas da terraplanagem governamental.

O principal interlocutor de uma das pesquisadoras da equipe, por exemplo, demonstra isso de forma emblemática. “Seu Chiquinho” tinha documentação de posse de terreno adjacente ao muro perimetral do condomínio Bela Vista, situado na região do Grande Colorado, entre o final da Asa Norte do Plano Piloto e a região administrativa de Sobradinho. Morava na área havia trinta anos e vira o terreno se transformar de grande fazenda “aberta” em loteamento de chácaras de final de semana e, mais recentemente, em condomínio fechado com guaritas e terrenos com gramados frontais e muros de vidro temperado ao redor das casas unifamiliares. Trabalhava como jardineiro no condomínio que vira surgir. Chegara a possuir dois terrenos dentro do mesmo condomínio e os vendera por não conseguir pagar as taxas de manutenção. Continuava morando ao lado, em sua “chacrinha” e se locomovendo pela região em sua bicicleta, cuidando das plantas das áreas comuns e fazendo serviços esporádicos nas casas dos moradores de classe média que deixavam suas residências durante o dia para trabalhar em diferentes órgãos da burocracia federal. No dia 23 de julho de 2009, seu Chiquinho decidiu sair de casa para dar um de seus tão comuns passeios. Nesse dia a sorte não estava do seu lado. A DF 150 estava e ainda está em

quilômetros do Plano Piloto. A maioria dos condomínios foi construída em áreas de zoneamento rural que deveriam formar, como previa o planejamento modernista, o “cinturão verde” ao redor do Plano Piloto, seja a partir de áreas de preservação ambiental ou de abastecimento de produtos agrícolas.

obras. Seu Chiquinho foi atingido por um caminhão em uma das curvas da estrada, o impacto foi forte e faleceu na hora (Almeida, 2011, p. 19).

A urbanização da estrada DF 150, que leva do Plano Piloto ao Grande Colorado (ainda em andamento em 2018), apagou a vida de Seu Chiquinho e, com ela, seu testemunho corporificado das transformações que subjazem ao estabelecimento de novos espaços ocupados pelas camadas médias brasilienses. A sequência de transformações que dividiram e fecharam as terras da fazenda Paranoazinho, até hoje alvo de contestações entre herdeiros de antigos fazendeiros e a Secretaria do Patrimônio da União, impossibilitaram a sobrevivência daquele “baiano pioneiro” que trocou o cavalo pela bicicleta e a roça plantada pelos gramados e garagens do condomínio, de onde carros de luxo entram e saem todos os dias¹¹. A nova escala da rodovia “desordenadamente” construída arrebatou seu deslocamento, sem direito a esperança de socorro.

Setor Noroeste: processos de mudança, de luta e de invisibilização

O conceito de “superquadra” como extensão residencial aberta ao público, em contraposição ao de “condomínio” como área fechada e privativa, foi inovador e revelou-se válido e civilizado.
(COSTA, 1985 *apud* Ferreira e Gorovitz, 2009, capa)

No texto *Brasília revisitada*, Lucio Costa (1987) defende, a fim de solucionar questões urbanísticas que julgava cruciais para o bom “desenvolvimento” da capital, novas regiões de ocupação no território do Distrito Federal. Uma delas seria um novo bairro Oeste Norte, com superquadras destinadas a “responder uma demanda” por habitação por parte de camadas médias da população brasiliense. Somada a mais algumas localidades, essa região supriria o déficit habitacional no território distrital. Entre outras questões a serem resolvidas estavam também o adensamento populacional, considerado irregular e não uniforme, e o crescimento não controlado da região – em termos de população e de espaços construídos. Contra isso, o arquiteto afirma que “a Brasília não interessa ser grande metrópole” (Costa, 1987, p. 13). Se à capital federal não competia entrar no rol dos grandes aglomerados urbanos brasileiros, competia cumprir o propósito urbanístico original de ocupação territorial. Se Brasília deveria

11. A alegação de que tal condomínio estaria nas terras anteriormente pertencentes à fazenda Paranoazinho foi do próprio Seu Chiquinho, valendo-se de sua memória de uso e ocupação das terras. Há, no entanto, contendas legais em relação à propriedade das terras e, apesar de a maior parte da região do Grande Colorado se situar em terras privadas hoje atribuídas aos herdeiros da fazenda, o condomínio Bela Vista, já regularizado, situava-se em terras anteriormente pertencentes à União (ainda que ocupadas pela fazenda), como ficou estabelecido judicialmente.

expandir-se em sua dimensão residencial, deveria fazê-lo via “superquadras”, estas retratadas como índice de civilização no discurso de Costa (1957, 1987).

Em 2009, foi aprovado um novo PDOT para o espaço urbano do Distrito Federal. Dos novos espaços aprovados para construção, entretanto, o que mais se destacou foi o chamado Setor Noroeste, pela abrangência territorial, pela clientela a quem atendia e, mais ainda, por onde seria instalado. É importante notar que o Noroeste não somente foi aprovado pelo PDOT, como o próprio plano foi proposto, em grande medida, para permitir a construção daquele bairro.

Com a aprovação do plano diretor, o novo setor de superquadras passou a ser formalmente incluído na Região Administrativa do Plano Piloto. Isto é, não se tratou somente da proximidade geográfica e simbólica do novo bairro, mas de sua inclusão *oficial* como parte das Asas de Brasília, tendo como referência-base o documento *Brasília Revisitada*, assinado por Lucio Costa (1987)¹². Uma cidade moderna e agora *ecológica*, em consonância com o passado e com o futuro que se pretendia para o Distrito Federal. Uma revisitação dos aspectos tidos como positivos de Brasília, acrescida de atualizações feitas para contemplar preocupações de um novo tempo¹³.

Ao contrário do que pretendiam os documentos e propagavam muitos dos idealizadores do PDOT, a região onde seria construído o novo bairro, a oeste da Asa Norte e ao norte do Eixo Monumental, não era um espaço vazio. Habitavam aquele ambiente¹⁴, há muito tempo, diferentes povos indígenas¹⁵. Fulni-Ô, Tuxá, Guajajara, Pankararu e Kariri estão congregados em torno do que denominam Santuário dos Pajés, configurado cosmologicamente como nóculo de trajetórias e caminhos entrelaçados, articuladores de vivos e mortos em passagens, pela topografia, de significados compartilhados, e pelas coordenadas estreladas do céu noturno, singrado por espíritos de antepassados indígenas.

Embora em nenhum mapa do PDOT o Santuário estivesse presente, marcando-se a região como “limpa” para a construção, e o mesmo não figurasse como preocupação

12. O documento foi instrumento de inúmeras intervenções desde sua publicação. Serviu como suporte legitimador do processo de transformação da área central de Brasília em patrimônio mundial [Decreto nº 10.829/1987 – do Governo do Distrito Federal (GDF) e da Portaria nº 314/1992 – do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)] e, uma década e meia à frente, como uma das justificativas para a necessidade da construção do Setor Noroeste.

13. Outros documentos se somaram ao propósito de tornar a área onde se situaria o Noroeste uma região habitável, como o Manual Verde (Distrito Federal, 2009) e mesmo os croquis originais do projeto da capital federal (Costa, 1957).

14. Beneficiamo-nos, aqui, da “perspectiva habitante” (*dwelling perspective*) de Tim Ingold (2011), quando este distingue entre noções homogêneas de espaço e ambientes vividos (*environments*), constituídos como emaranhados (*meshwork*) de relações entre seres (humanos ou não), que, ao se movimentarem, estabelecem seus próprios percursos (*wayfaring*).

15. Há indícios de ocupação por mais de quatro décadas, como destaca, por exemplo, Brayner (2013).

governamental em nível distrital, o fato é que havia um ambiente vivo e significado passível de demarcação como terra indígena (TI). Quando, logo após a aprovação do Plano Diretor, vieram as máquinas, engenheiros e pedreiros para a edificação de estacas, blocos e ruas, havia um obstáculo: o Santuário dos Pajés e a comunidade indígena a ele vinculada. Formou-se, então, o movimento conhecido como “Santuário não se move”, composto por lideranças e membros da comunidade residente na área, indígenas com vínculos com a comunidade por rotas de diferentes alcances, nas articulações entre aldeias em outras terras e a capital federal e entre estudantes universitários e membros de diferentes coletivos de ação política.

O movimento de resistência à construção do Setor Noroeste já foi estudado academicamente (Brayner, 2013; Penhavel, 2013; Crevels, 2014). Importa, para esta discussão, que o Setor Noroeste não foi (nem está sendo) construído em espaço vazio, mas em torno da e sobre a TI. Nas palavras de uma senhora indígena com quem Januzzi (2016) conversou, “esses monstros estão crescendo sobre nós”.

Em 2012, do ponto de vista dos proprietários de apartamentos na área, “chegaram” os “primeiros” moradores do Setor Noroeste. Naquele momento, começaram a ser aprovadas as primeiras licenças de ocupação dos prédios. Famílias que haviam comprado apartamentos desde o início da construção do bairro, quando ainda somente havia “ideias na planta” (como diziam os corretores), passaram a ocupar suas novas moradias. Daí até 2014, quando Vinicius Januzzi (2016) iniciou sua pesquisa de campo, encaminharam-se 10 mil pessoas em direção ao novo espaço “aberto” pelo PDOT¹⁶ (Figura 4).



Figura 4: Blocos de apartamentos no Setor Noroeste em 2016: seis pavimentos, assentados sobre pilotis, como no modelo original de superquadras (© Januzzi)

16. Esse número foi fornecido pelos membros da Associação de Moradores do Noroeste (Amonor). Até a redação deste artigo, em agosto de 2018, os números beiravam os 15 mil, em estimativa dada pela própria Associação.

Foi para esse bairro atravessado por discursos governamentais, projetos individuais e familiares (Velho, 1994) e por interesses do mercado imobiliário que se mudaram os Montenegro¹⁷. Seu grupo doméstico é formado por quatro pessoas: o casal Rose e Marcos, funcionários públicos de alto escalão, e seus dois filhos homens, estudantes universitários. Januzzi foi recebido por todos numa noite de junho de 2015. Estavam instalados no Edifício Côte D’Azur, instalado na SQNW 111, quadra em que já estão, em 2018, construídos os blocos que abrigam o crescente comércio da região.

Quando chegou à capital, ainda nos anos de 1990, o casal já tinha seus dois filhos. Instalaram-se na Asa Norte, na 316, em um apartamento maior que o atual, mas “mais velho e menos completo”. Por lá viveram ininterruptamente até 2013, antes de se deslocarem um pouco mais ao norte e a oeste do Plano Piloto, no Noroeste. Decidiram mudar-se por vários motivos, sendo o principal o “conforto”. Um apartamento no Setor Noroeste despontou como peça fundamental nessa engrenagem de projetos de escalada que tinham para suas vidas. Não se tratou só do apartamento “completo e bem equipado”; os Montenegro queriam mais espaço. O prédio em que moravam tem cobertura de uso coletivo, salas próprias para lazer, vagas privativas para até três carros, espaço *gourmet* para realização de festas, sala de cinema para todos os moradores, além de pilotis mais amplo e ventilado.

Em determinado momento da conversa com o casal e seus filhos, Rose apontou para a janela do quarto dos filhos e pediu que o pesquisador a acompanhasse. Do Setor Noroeste “dá pra ver tudo, aqui é um lugar privilegiado, perto de tudo, mas bem mais acessível”. Disse “olha esse céu e vê se isso aqui não é uma maravilha?!”. Continuando o diálogo, Rose afirmou que “o Noroeste já é uma realidade pra gente e pra cidade”. Em tom provocativo, à época, o pesquisador perguntou ao casal se aquela “realidade” também era válida para os indígenas do Santuário. A resposta foi negativa. Os indígenas, se estavam ali antes do bairro, se tinham a área como terra deles, deveriam permanecer onde estavam, buscando-se o consenso necessário para isso, com diálogo pacífico entre as partes: “Com paciência e conversa, resolve-se tudo”.

Processos de classificação do espaço

Na crítica de Holston (1993) à capital modernista, elenca-se como fator primordial para a segregação espacial em Brasília o simples, mas nem sempre óbvio, fato de que a cidade estava sendo inaugurada em um país de desigualdades gritantes. Somente pela ação estatal ou por conjunções entre essa e outros agentes (capital imobiliário, imprensa

17. Os nomes foram alterados com o intuito de preservar relativamente o anonimato dos anfitriões em campo (Januzzi, 2016).

etc.), Brasília – ou antes, seu centro administrativo e urbano, o Plano Piloto – iria se manter como capital do funcionalismo público. Assim, desde a inauguração, passando pelas primeiras décadas de ocupação, o Plano se manteve como *espaço* marcado mais pelo *status* e menos pela *classe*.

Diante do crescimento populacional da capital e do fato de a estrutura de emprego ser marcada pela presença maciça do funcionalismo público, o Plano Piloto e seus arredores foram se tornando, para além do espaço em que os burocratas moravam, um espaço destinado àqueles que tinham mais condições econômicas para arcar com as exigências de um mercado imobiliário inflacionado. Nosso principal argumento neste artigo é que cada vez mais, Brasília foi sendo atravessada pela perspectiva de classe, não somente em seu sentido econômico, embora este seja o principal, mas também em seus aspectos simbólicos.

Na obra *In search of paradise* (2010), a antropóloga Li Zhang analisa novas moradias e novos estilos de vida em Kunming, metrópole chinesa com cerca de 3 milhões de habitantes. Seu foco está nos novos complexos de moradia habitados por pessoas de classe média. Com o conceito de espacialização da classe, presente na obra, o intuito de Zhang é unir as perspectivas da cultura e da economia relativas ao espaço. A ocupação de determinada área é feita, segundo mostra em sua etnografia, por pessoas detentoras de um conjunto de posses suficientemente necessário para a aquisição de parcelas daquele espaço, e que pretendem compartilhar estilos de vida configurados em um crescente mercado de consumo. Trata-se de uma “nova” classe média que se define, em larga medida, pela própria espacialização em áreas “novas”, disponíveis no mercado imobiliário (Figura 5).

Na área do Setor Noroeste, antes ocupada por indígenas e por pessoas sem residência fixa ou moradia própria, os novos moradores chegam para configurar um território previsto e vendido para ser habitado, no mínimo, por membros de estratos médios. Em diálogo com a narrativa de Zhang, consideramos que tanto o Setor Noroeste quanto os condomínios horizontais da região do Grande Colorado podem ser entendidos pela ótica da espacialização de classe. Pelas idiosincrasias que apresentam, entretanto, falamos de *classificação do espaço*. Por essa noção, entendemos os processos de intervenção e subjetivação de determinado meio que envolvem significações e agências de múltiplas ordens (Figura 6).

Aproveitando-nos ainda do duplo sentido da palavra “classificar”, afirmamos que espaços em disputa são classificados porque imbuídos de novas qualidades (ecológicas, urbanas, administrativas, arquitetônicas etc.), mas, sobretudo, porque são identificados com segmentos de classe específicos. Quando um novo grupo de pessoas aporta naquele espaço “vazio” por meio da lógica do mercado imobiliário para torná-lo seu, particularizando-o, distingue-o dos demais e o *classifica*. As qua-

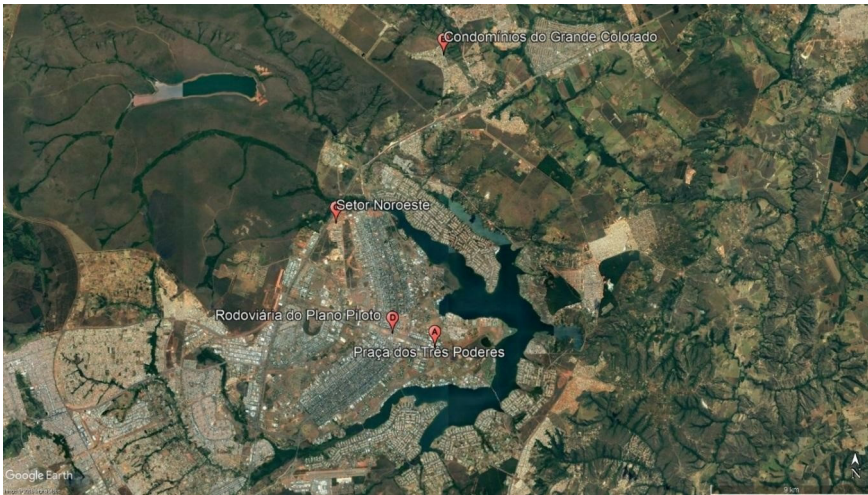


Figura 5: Imagem de satélite com o “avião” do Plano Piloto ao centro e, marcados na parte superior, o Setor Noroeste e os condomínios do Grande Colorado. Fonte: Google Earth, 22 de maio de 2018



Figura 6: Folheto publicitário do Setor Noroeste em maio de 2018. Estão retratadas as superquadras das Asas Sul e Norte, a Universidade de Brasília e o Congresso Nacional, com exclusão de diversas outras áreas construídas. Disponível em <http://www.paulo-pop.com/perfectt-noroeste-cobertura-duplex-de-3-quartos-nosetor-noroeste-brasilia-df_i-282.html> [link “Imagens”; última figura]; acesso em 24.5. 2018

lidades com as quais se identificam (sejam elas já incorporadas ou almeçadas por meio de projetos) se tornam características atribuídas àquele espaço, assim como as qualidades daquele espaço são incorporadas ao seu conjunto de valores de vida. No caso de Brasília, vale ressaltar, para além da questão da terra, tem-se a inclusão do céu como espaço de apropriação simbólica.

Lucio Costa tomou o céu como um dos pilares da composição artística da capital modernista. “A cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda”, afirma (1987, p. 10). Em complemento a esse título, já houve quem propusesse, inclusive, que o céu ganhasse uma insígnia patrimonial própria (Paranhos e Pinheiro, 2014)¹⁸. A experiência de estar sob o céu e apropriar-se deste, contudo, é mediada por onde se está, como se está e com quem se está. Isso se deu por decisões tomadas ao longo das trajetórias desses mesmos moradores, invocadas em suas narrativas para justificarem o mérito de terem chegado e permanecerem onde estão. A expansão das novas superquadras, com seus blocos sustentados em pilotis elevados, situa os que ascendem à condição de moradores de lugares de maior acesso à abóbada celeste “civilizada” (Costa, 1987) pelo projeto modernista, ao passo que dinâmicas de segregação revelam outros significados ou, antes, novos horizontes. Para dar asas aos sonhos de alguns, outros indivíduos e grupos são simbólica e fisicamente expropriados de suas possibilidades de existência como habitantes de ambientes cuidadosamente estabelecidos, ao longo do tempo, por processos de entrelaçamento em relações humanas, espirituais e ecológicas.

O condomínio que substituiu a fazenda Paranoazinho, onde viveu Seu Chiquinho, também se situa em lugar privilegiado em relação ao horizonte do Planalto Central. O terreno elevado em que se localiza é avistado, ainda hoje, desde o Santuário dos Pajés, com importante significado cosmológico para as movimentações de espíritos ancestrais por entre as estrelas, nos termos daqueles que habitam a TI. Estabelecido na região mais alta do Distrito Federal, o condomínio beira também a reserva biológica da Contagem e, portanto, fornece perspectivas privilegiadas de onde é possível apreciar a paisagem, como indica o nome Bela Vista. Não se trata, no entanto, de espaço civilizado pela configuração da superquadra, mas produzido, ao longo do tempo, por múltiplos processos de apropriação e mercantilização, e servindo a interesses de diferentes agentes que disputam espaços e procuram classificá-los segundo molduras, qualidades e propósitos particulares. Apesar da bela vista, a relevância maior encontrada nas falas dos moradores estava no chão, afinal ocupado

18. A reportagem (Paranhos e Pinheiro, 2014) do *Correio Braziliense* em que o arquiteto Carlos Fernando Delphim defende a proposta está disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf,42423_5/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-na-cidade.shtml>; acesso em 16.1.2016.

pelas casas de suas famílias, com quintais e muros de vidro, delimitadas coletivamente pelo muro perimetral do condomínio, com guarita e cancelas de acesso controlado.

O caso de Seu Chiquinho é emblemático de forma diferente, mas análoga, ao dos indígenas do Santuário dos Pajés: em ambos os casos há tentativas de eliminar traços que contradigam a imagem desejada para a área residencial destinada à classe média escolarizada, motorizada e quase sempre branca à qual foi destinada a capital federal.

O processo de classificação do espaço não é, certamente, homogêneo. No Setor Noroeste, a transformação é mais rápida, violenta e evidente, fornecendo moradias a outra sorte de agentes, em sua maioria com melhores condições financeiras e com estabilidade em seus empregos. A particularização do céu é também algo peculiar aos moradores do Setor Noroeste e de outras regiões do Distrito Federal, não aparecendo ou não assumindo destaque nos discursos relacionados com os condomínios, em que a propriedade da terra é um processo que envolve contestações e diferentes etapas de ações de regularização.

Conclusão

Retornemos às circunstâncias políticas da morte de Seu Chiquinho e da invisibilização dos povos indígenas do Santuário dos Pajés. Seu Chiquinho morava na região onde se instalou o condomínio Bela Vista antes mesmo daquela se tornar uma oportunidade para a especulação imobiliária. Quando o condomínio começou a ser erguido, tornou-se um de seus funcionários e até dono de terreno dentro do condomínio, o que não se sustentou por muito tempo em razão das taxas condominiais, com as quais seus rendimentos eram incompatíveis. Incorporado parcialmente à vida no Bela Vista, Seu Chiquinho teve que se manter sempre à margem, morando ao lado, naquele que fora seu ambiente de subsistência por tantos anos. Morreu numa de suas muitas andanças pela região, em uma rodovia construída com o intuito de permitir o rápido acesso dos novos moradores do Grande Colorado ao Plano Piloto. Para além da marginalização territorial, verifica-se outra, tão perversa quanto aquela, de matizes simbólicas e políticas, quando seu corpo se torna estatística e sua vida mais uma perda e esquecida pela oficialidade da ocupação urbana no Distrito Federal.

Com o Santuário, o processo de invisibilização é também violento, mas de outro modo. Seja pelo caráter *coletivo* da reivindicação territorial ou pelo mínimo constitucional dedicado aos direitos dos povos indígenas, os habitantes da área do Santuário são considerados, ainda que marginalmente, sujeitos cujas ações políticas podem ser entendidas como legítimas. Esses direitos não são reconhecidos por parte do capital imobiliário e empresas construtoras ou por alguns dos moradores do novo bairro de superquadras, cujos objetivos são criar o “vazio” para “ocupar”, mas sim por instâncias

governamentais, movimentos de luta pela terra ou movimentos estudantis. Sua luta é transmutada, não raro, naquela que é abarcada por outras pessoas e coletivos contra os “monstros” que ali estão se instalando (Januzzi, 2016)

Pode-se dizer, então, que a *classificação do espaço* envolve múltiplas camadas de significado e agência. Em questão entram, diacrônica e sincronicamente, indivíduos, famílias, valores, recursos, organizações e associações. Alguns, como os povos indígenas e os trabalhadores braçais, são frequentemente tratados como cartas fora do baralho e transformados em “vazios”, embora essa situação seja também circunstancial e não se possa afirmar com toda a certeza que, uma vez fora, sempre estarão excluídos da disputa engendrada com os processos de classificação. Se Brasília está sendo *cotidianamente* cada vez mais *classificada*, a permanência do Santuário até o momento, com boas perspectivas de demarcação definitiva¹⁹, poderá fazer com que, ainda que em pequena escala, algumas “retas” do cartesianismo urbano modernista se “curvem” a poderes que transcendem o espaço homogeneizado destinado à classe média, como indica a esperança no mote do movimento pela regularização da TI: “As retas se curvam e o Santuário dos Pajés não se move!”

19. Ainda que a terra indígena a ser demarcada seja bem menor do que o ambiente vivido e percorrido pelos índios antes da construção do Setor Noroeste.

Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel. (2015), “Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro”. *Mana*, 21, (3): 483-498.
- ALMEIDA, Ranna. (2011), *Os sentidos da casa: dinâmicas entre histórias de vida e mercado imobiliário em um condomínio horizontal*. Monografia de bacharelado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- BÉU, Edson. (2013), *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília, Editora UnB.
- BORGES, Antonádia. (2003), *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro, Relume Damará.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre, Zouk.
- BRAYNER, Thais Nogueira. (2013), *É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés, Brasília/DF*. Dissertação de mestrado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- CASSEMIRO, Bruno Cesar Medeiros. (2012), *Urbanidades e Ruralidades em Brasília: história da transformação de Vicente Pires – DF: chácaras, condomínios e cidade*. Monografia de bacharelado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- CIAM. *Carta de Atenas*. (1933), Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>, acesso em 19. 2. 2016.
- COSTA, Lucio. (1957), “O relatório do Plano Piloto de Brasília” [edição em várias línguas]. *Módulo*, 8: 10-25.
- COSTA, Lucio. (1987), *Brasília revisitada*. In: Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 - GDF e da Portaria nº 314/1992 – Iphan.
- CREVELS, Christian Ferreira. (2014), *A semente pesada nas terras da discórdia: o Santuário dos Pajés e o signo móvel*. Monografia de bacharelado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- DAMATTA, Roberto. (1991), “Espaço: Casa, a rua e outro mundo: o caso do Brasil”. In: DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- DISTRITO FEDERAL. *Decreto N° 10.829 de 14 de Outubro de 1987*, relativo à regulamentação da preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf> [out. 2015].
- DISTRITO FEDERAL. *Lei Complementar n. 803, de 25 abril de 2009*. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sedhab.df.gov.br/images/pdot/leis/leicomplementar-803-25-04-2009.pdf>> [fev. 2016].

- DISTRITO FEDERAL. Terracap. (2009), *Manual Verde do Setor Noroeste*. Disponível em: <<http://www.terracap.df.gov.br/internet/arquivos/0044103478.pdf>> [jul. 2015].
- EPSTEIN, David. (1973), *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley, University of California Press.
- FERREIRA, Marcílio Mendes & GOROVITZ, Matheus. (2009), *A invenção da superquadra*. Brasília, Iphan/Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
- FREYRE, Gilberto. (1990), *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro, Record.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (1982), *Raízes do Brasil*. São Paulo, José Olympio.
- HOLSTON, James. (1993), *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- INGOLD, Tim. (2011), "Against Space: place, movement, knowledge". In: INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*, pp. 145-155.
- JANUZZI, Vinicius Prado. (2016), *O céu e a terra: o Setor Noroeste e seus primeiros moradores*. Dissertação de mestrado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- LASEVITZ, Rafael. (2008), *O jogo das cadeiras: o aqui fora e o lá dentro no pontão do Lago Sul*. Monografia de bacharelado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- LEFEBVRE, Henri. (2011), *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro.
- MACHADO, Lia Zanotta & MAGALHÃES, Themis Quezado de. (1985), "Imagens do espaço: imagens da vida". In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo/Brasília, Projeto Editores Associados/CNPq, pp. 191-214.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. (2004), *Brasília, a fantasia corporificada*. Brasília, Paralelo 15.
- PARANHOS, Thaís & PINHEIRO, Roberta. (2014), "Proposta de 'tombamento' do céu de Brasília ganha força e adeptos na cidade". *Correio Braziliense*, 23/4. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/23/interna_cidadesdf,424235/proposta-de-tombamento-do-ceu-de-brasilia-ganha-forca-e-adeptos-nacidade.shtml>. [fev. 2016].
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (2010), "Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas". *Anuário Antropológico*, 32 (2): 209-232.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (2010a), "Condomínios horizontais no DF: elementos e composições". *Revista Antropolítica*, 29: 47-68.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (2010b), "'Condomínios' no DF: clubes, favelas ou cidades?" In: PAVIANI, Aldo; BARRETO, Frederico; FERREIRA, Ignez; CIDADE, Lúcia & JATOBÁ, Sérgio. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília, Editora UnB, pp. 281-306.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (2012), *Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia*. Brasília, Letras Livres/Editora Universidade de Brasília.

- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (2013), "O urbano e suas múltiplas dimensões". *Anuário Antropológico*, 38 (2): 9-15.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina & VASCONCELOS, Larissa. (2012), "Trajetos, Trajetórias e 'motilidade' na Universidade de Brasília". *Antropolítica*, 32: 87-112.
- PAVIANI, Aldo *et al.* (org.). (2010), *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília, Editora UnB.
- PENHAVAL, Pedro Felix do Carmo. (2013), *Urbanização por expropriação: o caso do Setor Noroeste (Brasília-DF)*. Dissertação de mestrado em sociologia. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2008), *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília, Editora UnB.
- SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. (2013), *A Cidade Brasília (DF): conflitos sociais e espaciais significados na raça*. Dissertação de mestrado em antropologia. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- SARAIVA, Leila. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SARAIVA, Leila. (1997), *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SARAIVA, Leila. (2014), *Nem vítima nem algoz: mulheres de bicicleta em Brasília*. Monografia de bacharelado em antropologia social. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- SARAIVA, Leila. (2017), *Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- VELHO, Gilberto. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- VELHO, Gilberto. (1997), *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ZHANG, Li. (2010), *In search of paradise: middle-class living in a Chinese metropolis*. Londres, Cornell University Press.

Resumo

Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal

Este artigo tem como proposta pensar aspectos do “fazer-cidade” (Agier, 2015) a partir do estabelecimento de áreas residenciais destinadas a membros das camadas médias em Brasília. Iniciamos com uma discussão acerca da história de proposição e ocupação residencial do Plano Piloto para em seguida pensar com base em duas experiências de trabalho de campo antropológico vividas em anos recentes, notadamente nos condomínios horizontais estabelecidos no início do presente século e no recém-inaugurado Setor Noroeste, cuja construção foi possibilitada pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial aprovado em 2009. O argumento central é que, em seu processo de consolidação e expansão, a “nova capital” brasileira vem se caracterizando, cada vez mais, pela condição de classe de seus moradores, em processo que denominamos de classificação do espaço. Palavras-chave: Brasília; Classificação do espaço; Expansão urbana; Classe média.

Abstract

Classified Brasília: new spaces of middle classes in the federal capital of Brazil

This article aims to consider aspects of “city making” (Agier, 2015) from the establishment of residential areas for members of the middle strata in Brasília. We begin with a discussion about the history of proposition and residential occupation of the Pilot Plan and discuss two experiences of anthropological fieldwork carried out in recent years, notably in the horizontal condominiums established at the beginning of this century and in the recently settled Northwest Sector, whose constructions were made possible by the Territorial Master Plan approved in 2009. The central argument is that, in its consolidation and expansion process, the “new capital” of Brazil has been increasingly characterized by the class condition of its inhabitants, in a process that we call classification of space.

Keywords: Brasília; Classification of space; Urban expansion; Middle class.

Texto recebido em 19/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.151261

CRISTINA PATRIOTA DE MOURA é professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. E-mail: patriotademoura@gmail.com.

VINICIUS PRADO JANUZZI é doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. E-mail: vpjanuzzi@gmail.com.



Urbanidades invisíveis

Carlos Fortuna*

<https://orcid.org/0000-0002-3102-3710>

Mas “embaixo”, a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, Wandersmänner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo.

MICHEL DE CERTEAU (1994, p. 159).

Abertura ou A esperança da sociologia das cidades

Permito-me iniciar, com essa inspiradora referência de De Certeau, essas reflexões sobre aquilo que as cidades planejadas escondem ou não querem ver. A visibilidade tem limiares, além dos quais nada mais se consegue ver. É uma cegueira cognitiva a que estou a referir. Aquela que se revela limitada e curta em função dos critérios usados para captar e ver o que está e deve ser exposto. O lado epistemológico dessa cegueira quero tratá-lo a partir das cidades e daquilo que a formalidade dos seus planos e desenhos não capta, em resultado do que é a ampla discrepância existente entre a cidade concebida e desenhada e a cidade praticada e vivida que aqueles planos e desenhos fazem crescer sem parar.

A questão não é nova. Henri Lefebvre, há exatamente cinquenta anos, abriu um campo crítico de reflexão sobre a condição urbana através do célebre *O direito*

* Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

à cidade, e não mais deixou de a abordar em seus escritos. Para o propósito desta abordagem epistemológica da cegueira, o tratamento lefebvriano da representação (Lefebvre, 1980) é o que mais nos interessa. O representado, para Lefebvre, é a marca de uma presença ou existência ausente e, desse modo, presença da cidade e dos espaços urbanos representados no plano arquitetônico e urbanístico, não sendo nem a cidade empiricamente vivida nem os espaços reais e socialmente experimentados que alimentam a reflexão sociológica sobre o urbano. Na linguagem de Fraya Frehse, essa tentativa de revelar e questionar o que não foi empiricamente experimentado é o mister corrente da sociologia e, mais que isso, constitui mesmo os “lugares da esperança da sociologia” (Frehse, 2017, p. 44).

Que esperança da sociologia é esta? É a de valorizar e tornar visíveis as práticas dos “praticantes ordinários da cidade” de Certeau, que é o mesmo que colocar a cidade dentro dos planos formais do seu desenvolvimento urbanístico. É essa tarefa monumental que continua a abrir o campo da reflexão sociológica sobre a cidade, mesmo que não seja uma questão nova. Nessas linhas pretendo, eu também, modestamente, entregar-me a essa incontornável esperança da sociologia.

Essa não será apenas uma esperança de melhoria e aprofundamento da visão da sociologia sobre a cidade, os seus tempos e os seus espaços, já que esse afinamento epistemológico diz respeito também à generalidade das ciências sociais e das humanidades. É uma esperança teórica e política e, nesse sentido, uma esperança universal de diálogo e ajustamento dentro e entre visões disciplinares distintas que abrange, portanto, as leituras particularísticas da cidade e do urbano. Entre essas visões, presinto a necessidade primordial de *desnacionalizar* as leituras correntes sobre a cidade e o urbano e superar os constrangimentos impostos pela sua interpretação nacional. É a complexidade das espacialidades e das temporalidades de um urbano que se move de acordo com geografias e ritmos insuspeitos até há pouco, que condiciona as práticas sociais que têm lugar nas cidades e que configuram aquela esperança de um entendimento interpretativo transversal e globalizante da cidade. À sua maneira, todas e cada uma das cidades de hoje pouco mais são do que experiências políticas e manifestações socioculturais em torno de uma tendência urbana geral que supera a soma das suas partes, embora se possa expressar e ser compartilhada de forma singular. É nessa visão que este texto procura dialogar com o tópico geral deste dossiê que deseja “pensar” a cidade, os seus “tempos” e os seus “espaços”, ... no Brasil ou fora dele.

No recente *Construir e habitar*, Richard Sennett (2018), a partir de uma dupla condição de urbanista e sociólogo praticante, coloca-se perante o hiato existente entre *fazer* e *viver* a cidade. A “esperança” de Sennett é a de contribuir para uma cidade entendida como sistema aberto, em que valores diversos de sociedade, cultura, religião, etnia e ambiente coabitem em mútuo respeito. Essa é a sua pretendida *open*

city, ainda por construir. A primeira interrogação que se coloca é a de saber por que razão, em pleno século XXI, de posse de tanto e tão variado saber sobre o que é uma cidade “aberta” e justa, continuamos sem conseguir construí-la. Susan Fainstein interrogou-se sobre isso e concluiu que a cidade justa continua sendo uma miragem por motivos políticos e ausência de democracia nas decisões (Fainstein, 2010). Sennett oferece uma hipótese mais complexa e fixa-se na incoerência dos planos de cidade, a qual decorre da ausência e desconsideração dos modos informais de habitar e viver a cidade, no juízo tecnocrático dos seus “fazedores” profissionais: arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, engenheiros.

Na minha interpretação, a centralidade dada à dimensão dos espaços da cidade faz perder de vista os lugares de que a cidade é feita. Os lugares são geografias sociais próprias, que assumem formas diversas e que, principalmente, são revestidas por significados, valores e linguagens atribuídos por quem e como as apropria e usa. Esses lugares da cidade são espacialidades sensíveis que, retornando a Lefebvre, alojam teatralizações inconscientes e espontâneas, como sejam “ligações e obstáculos, jogos de reflexos, de devoluções, de espelhos, de ecos” (Lefebvre, 1991, p. 210). Todos esses são elementos intangíveis, espontâneos, irrepetíveis e inscritos na informalidade do cotidiano da cidade. Numa palavra, elementos epistemologicamente tornados “invisíveis”. Como inscrevê-los na formalidade institucional do plano e das políticas da regulação da cidade? Se estão além “dos limiares da visibilidade” cognitiva, não se deixam captar e nem a sua energia pode ser planejada como integrante da cidade futura. Mas, como anunciado, se considero ser cognitiva a cegueira que desejo abordar aqui, a solução estará em procurar trazer alguma subterraneidade urbana até o plano da visibilidade, e não o contrário, ou seja, insistir em desenhar mais e mais cidade sem gente dentro e invisibilizada. A esperança sociológica deste texto resume-se ao modesto esforço de contribuir para que possamos ter mais cidade transparente e menos cegueira urbanística e arquitetônica.

O que a cidade esconde e mostra ao mesmo tempo

No decurso filmico de *Die StraÙe*, o filme mudo produzido em 1923 por Karl Grune¹, um sujeito de classe média, de meia idade e ar sisudo, sai intempestivamente de casa, atraído por um imaginário de aventura, incluindo a aventura sexual, que a rua promete através do movimento das sombras dos passantes que a janela entreaberta deixa projetar no teto da sala. Uma vez na rua, o sujeito aproxima-se, insinuante, da atraente jovem com quem trocara um breve e malicioso olhar. Nesse instante, a jovem

1. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=f-s_aQKkt24>; acesso em 28.1.2018.

transfigura-se em ameaçadora caveira e, de um momento para o outro, o ambiente urbano que prometera sensualidade e prazer revela-se aterrador e causa pânico. O homem refreia os seus instintos e retira-se, cedendo perante a surpreendente realidade plástica e distópica que o momento ostenta.

Desde os seus primórdios, o uso social das tecnologias da imagem, a fotografia ou o filme, tratou de sinalizar o que era marca indelével da moderna condição urbana. Os cenários de sedução, medo e conflitualidade, por um lado, assim como as descrições dos avanços prodigiosos da tecnologia urbanizada, por outro, eram testemunhados com avidez por plateias interessadas na narrativa que tudo mostrava. Os relatos mais sombrios da precariedade e da miséria urbanas eram, grosso modo, remetidos à literatura e ao teatro.

As primeiras cenas do filme de Karl Grune mostram o chamado da cidade – que impele o sujeito para a rua –, ao mesmo tempo que desafiam a pensar que algo de temeroso existe para lá do imediatamente representado na cena urbana. Seja através do tratamento de subjetividades e sentimentos pessoais ou de paisagens e comportamentos inusitados, ou da própria materialidade das coisas, a cidade é percebida como cenário em contínua mudança, sujeita às mais variadas oscilações e dispositivos que tanto revelam como encobrem (Pechman, 2014).

Hoje, em tempos de manifesta iconocracia, impera o reino da superficialização do revelado, e, mesmo quando as imagens mergulham no domínio mais reservado e íntimo da condição humana, elas acabam por o banalizar à força de tanto o trazer à vista. A rua como expressão material da superfície urbana não expõe todos os sinais que conduzem e controlam os seus modos de uso e apropriação, pelo que são frequentes os seus “contra-usos” (Leite, 2004). Uma compreensão integral da rua requer uma reflexão aturada que as ciências sociais e as humanidades têm explorado para tornar acessível o que permanece escondido, ou no máximo entendido na sua superficialidade, ou seja, no plano de uma apreciação distraída e errônea².

No domínio das artes, por paradoxal que possa parecer, encontramos múltiplas formas de revelar escondendo, dimensões insuspeitas da materialidade das coisas urbanas e de visões outras do social. Por exemplo, Christo Javacheff e Jeanne Claude cobriram lugares singulares e construções únicas da arquitetura monumental ocidental, como o *Reichstag* berlinense ou a *Pont Neuf* em Paris, que *mostraram* a

2. Um outro nível de revelação do invisível urbano que não seguirei aqui é a descida às profundezas subterrâneas da cidade. É esse o intersticial relato que Bruno Latour e Émilie Hermant oferecem de Paris vista debaixo do chão. É ali, nos subterrâneos não visíveis e escondidos da cidade, que se articula o grande complexo de infraestruturas, mecanismos e equipamentos que, segundo os autores, é preciso conhecer, “se queremos compreender o que, um dia após outro, assegura o conjunto da vida urbana” (Latour e Hemant, 1998, p. 90).

milhares de turistas apreciadores desta técnica do *embrulho*³. Em 1952, no campo da música, John Cage *tocou* a sua célebre e surpreendente composição *4' 33'* e inverteu desse modo o sentido da produção e da apreciação estética da música. Em Portugal, o cineasta João César Monteiro *apresentou*, no ano de 2000, uma “Branca de Neve” que ele conduz ao paroxismo da *performance* filmica, ao recobrir e não deixar ver as imagens, e ao mostrar apenas as cenas da sonoridade dos diálogos dos invisibilizados atores.

A atual tirania da visualidade permite abrir à nossa exploração o que chamarei de domínio de negatividade, inspirado na abordagem da ética social do filósofo Avishai Margali (1996). A ideia de negatividade refere-se à tomada de consciência política de que a aceitação indiscutida da normatividade e das regras instituídas de funcionamento e controle da vida social – e, por extensão, da vida urbana – não decorre da experiência empírica de justiça social, mas da percepção das graves expressões de injustiça. Do mesmo modo, ela também não resulta da prática de distribuição equitativa de recursos, mas das mais acentuadas expressões de desigualdade no acesso a esses recursos, como não decorre da felicidade e bem-estar, mas do sofrimento e da humilhação (Margali, 1996).

Assim, apelar a uma política de negatividade da cidade é insistir numa visão da cidade a partir do outro lado. Que outro lado? O lado subalternizado e desclassificado das periferias socioculturais e espaciais que o poder dos centros urbanos estipula e esconde. Tal remete ao que Boaventura de Sousa Santos designa por “sociologia das ausências”, cujo objetivo primeiro é “revelar a diversidade e multiplicidade práticas sociais”, mormente as práticas sociais subalternizadas, de forma a se alcançar “uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes” (Santos, 2010, p. 107). As narrativas identitárias que os sujeitos dessas periferias urbanas produzem, no confronto com os seus Outros antropológicos, juntam-se a outras descrições, em resultado do que, no seu conjunto, as narrativas disponíveis podem gerar dispositivos de qualificação da própria condição de vida de tais sujeitos da realidade urbana e alterar a sua própria ação. Esse envolvimento pessoal ativo – *emplotment*, como diria Paul Ricoeur (Ricoeur, 1991) – na imagem

3. Christo Javacheff (1935-) e Jeanne-Claude (1935-2009) são um casal de artistas dedicados à arte ambiental, com inúmeros e aclamados trabalhos de recriação das paisagens urbanas, por todo o mundo. A técnica que usavam então era baseada no “embrulho” de edifícios e equipamentos urbanos, o que tornava a sua arte profundamente efêmera. Os artistas vangloriavam-se com o fato de as suas criações artísticas não terem existência além do tempo da sua exposição (disponível em <<http://christojeanne-claude.net/>>; acesso em 28.7.2018). Nesta sequência, veja-se a problematização da relação dos humanos com os materiais da cidade oferecida recentemente por Amin e Thrift (2017).

de si próprio constitui, a todos os títulos, uma ação de autocapacitação de sujeitos excluídos e desapossados, ação com enorme potencial para a reconstrução da consciência negativa da sua condição.

Não são apenas as políticas dirigidas de cima para baixo que recorrem ao expediente de invisibilização. Por um lado, a invisibilização dos espaços pode ser causada, indiretamente, pelo atual aceleracionismo, que pressupõe a circulação rápida dos cidadãos comuns pelos territórios e espaços públicos do centro, e induz à invisibilização desses territórios submetidos a rápidas idas e vindas que ou não favorecem os contatos entre desconhecidos ou tornam-nos espúrios e socialmente inconsequentes. Por outro lado, são inúmeros os indivíduos e grupos que tornam estrategicamente invisível a sua existência social a coberto da informalidade cotidiana da cidade, e conseguem, desse modo, escapar ao controle social e policial (Aubert e Haroche, 2011). Esse recurso é usado tanto por cidadãos vulneráveis, comerciantes pobres ou imigrantes indocumentados, como é também estratégia de fuga a encargos fiscais e ação clandestina. Nessa sequência, são vários os estudos que mostram como a informalidade urbana constitui um ambiente propício a formas diversas de insurgência e contestação política contando com o apoio discreto de vizinhos pobres (Roy, 2009; Simone, 2011).

Em busca da negatividade urbana

O encontro e a abertura sociocultural, racial e religiosa da cidade são uma pré-condição para a concretização de uma idealizada *open city*. Não basta, em meu entender, a copresença física dos corpos e o encontro ou a conversa ocasional em espaço público. É importante pensar sobre o conteúdo dessa conversa, o que nos transporta para o domínio da educação, da expressão linguística e da disposição para a ação comunicativa das pessoas. Esse encontro não é do estilo da abordagem defraudada que o sujeito sisudo do filme de Karl Grune forçava com a jovem transeunte na rua da cidade. Essa era uma ação unipessoal, desigual e codificada a que a jovem se furtou, reconfigurando-se ela própria em personagem agressiva e ameaçadora. O encontro sociocultural aberto a que me refiro [trans]decorre supostamente em ambiente público das ruas e praças das cidades e megacidades – “a rua é a morada do coletivo”, dizia Walter Benjamin (2009, p. 958) – e expressa-se através da interação de pessoas de condição social equivalente caucionada pelo espaço partilhado. Uma oralidade de tipo convivial, quase desaparecida das relações do cotidiano, permite uma comunicação interpessoal que apenas o imaginário do medo evita que se possa tornar expressão banal do cotidiano.

Será possível planejar ou preservar essa cidade através da negatividade e da autocapacitação dos mais frágeis, e é possível incluir no plano de cidade a informalidade

do cotidiano social? Abordo a questão de um ângulo especial, dizendo que o que parece claro é que os “fazedores” de cidades – arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, engenheiros e decisores políticos – podem evitar continuar a trabalhar no sentido do fechamento, da exclusão e da marginalização socioespacial. Em vez disso, quero admitir que possam adotar uma atitude reflexiva e crítica, e atuar em busca de práticas alternativas que vão ao encontro do que a formalidade dos seus planos de cidade continuam a invisibilizar, por cegueira cognitiva⁴.

São várias e de natureza diversa as dificuldades para que essa esperança da sociologia urbana possa concretizar-se. A primeira dificuldade é o fato de, como se deixou já implícito (Tonkiss, 2013, p. 96), a informalidade manter uma relação complexa com a (in)visibilidade. Na economia urbana, a informalidade remete diretamente, embora sem fundamento que permita generalizações, ao ilícito e ao clandestino, criando à partida um obstáculo à sua aceitação. No plano da política, o informal da vida urbana surge muitas vezes conectado com as máfias organizadas em redor de redes de distribuição comercial ou domínio de pontos de venda (“*shoppings* populares”) e atuando por ação compulsiva, extorsão e parasitismo empresarial.

O que mais alimenta essa informalidade e poderá estar ao alcance de uma nova atitude dos “fazedores” de cidade é, primeiro, a incontável densificação das periferias da cidade e, em segundo lugar, o ritmo acelerado do crescimento da população urbana. A densificação das margens da cidade tem um modo especial de funcionamento relacionado diretamente com o uso do espaço e a infraestruturação dos acessos ao centro da cidade. Neste atual momento da história urbana, a solução para esse problema não parece ser – nem ninguém a considera como tal – a de eliminar as zonas suburbanizadas e as periferias, mas antes a de as dotar de condições e equipamentos materiais eficientes, assim como assegurar os meios de transporte e de ligação com o centro urbano.

Quanto à questão da veloz concentração urbana, ela está diretamente relacionada com os desequilíbrios estruturais e políticos que lesam a condição de vida e os direitos da grande parte da população, desde logo os mais vulneráveis e os recém-chegados. A velocidade desse crescimento – medido de acordo com o número de pessoas que

4. Por vezes, a vontade de não querer ver a absoluta precariedade e o total desrespeito pela dignidade humana conduz a que as autoridades não atuem na solução de graves problemas nas periferias das cidades. O antropólogo paquistanês Arjun Appadurai assinala como nos bairros pobres de muitas megacidades a falta absoluta de infraestruturas conduz ao que designa “política de merda” (“*shit politics*”), para significar a necessidade de urinar ou defecar em lugares públicos, nem sempre resguardados (Appadurai, 2002, p. 37). Em informação pessoal, a socióloga Sujata Patel deu-me conta do conhecimento geral sobre as horas de maior ocorrência dos estupros de mulheres nas periferias da cidade indiana de Pune serem as horas matinais, quando elas têm de satisfazer as necessidades fisiológicas em campo aberto, dada a ausência de banheiro no interior das casas.

chegam à cidade a cada hora – é mais acentuada nas megacidades pós-coloniais da África e da Ásia e sobrepuja largamente a cadência da vida vivida nas suas congêneres do Norte global (Fortuna, 2016). Noutro lugar mostrei que o ritmo desigual desse crescimento revela a existência de um metropolitanismo tripartido, coincidente com as três gerações de metrópoles – as “velhas”, as “novas” e as “novíssimas” (*Idem*). São as últimas e mais recentes, entre as quais se contam cidades como Lagos, Daca, Mumbai ou Jacarta, as que crescem ao ritmo alucinante de entre 39 a 50 pessoas em média, a cada hora que passa (*Idem*). São manifestas as condições desiguais de sustentabilidade sociocultural (equipamentos sociais), política (universalidade de direitos) e infraestrutural (habitação, saúde e transportes) que enfrentam essas novíssimas metrópoles, em consequência de políticas liberais de investimento seletivo e restritivo e da inexistência, omissão ou retração de políticas sociais estatais que conduz a zonas de absoluta destituição, a que Loïc Wacquant chama de “hiperguetos” (Wacquant, 2008). Poderemos esperar dos “fazedores” de cidades uma ação que possa contrariar essa pernicioso e desigual velocidade da metropolização do mundo? A resposta é técnica e política. Pela qualidade e a durabilidade dos equipamentos, a capacidade residencial e as condições do seu uso social, podemos esperar que sejam os técnicos a encontrar as soluções mais adequadas. Pela erradicação das origens do constante êxodo para a cidade – fomes, guerras, desertificação e desastres ambientais – e a sua densificação devem responder os políticos e decisores.

A normalidade urbana

Para reconfigurar esta análise é preciso trazer a ideia de negatividade a outras condições gerais da urbanidade contemporânea, e buscar nela as alternativas possíveis para contrariar os efeitos da aceleração do tempo e da cenarização dos espaços da cidade sobre as condições de vida. Ana Fernandes, num curto e instigante texto (Fernandes, 2006), aborda essa questão do lado do que chama o “rompimento” da cidade com a cadência humana do tempo e da “promessa” de se poder pensar o espaço e a materialidade da cidade de acordo com os melhores anseios e expectativas dos cidadãos.

Está em causa resguardar a biografia sociopolítica dos lugares, das ruas e praças da cidade, conferindo-lhes uma relevância socio-histórica e cultural que as liberte da análise imediatista de projetos de modernização e promoção/competição internacional das cidades, em que é determinante o papel de arquitetos, planejadores e urbanistas. Ações de gentrificação e de turistificação dos centros das cidades, ao lado da construção desenfreada de condomínios fechados e outros enclaves urbanos, estão a distorcer a ecologia da cidade, sob o lema da modernização e da segurança, ou do

“limpo e seguro” (Minton, 2009). É muito duvidosa a utilidade social retirada da inclusão das cidades nos esquemas comparativos dos *rankings* internacionais, para os quais esses processos de modernização são essenciais ao darem por garantidas as infraestruturas urbanas, como sistemas de transportes, de fornecimento de energia, ou redes de hotéis, de consumo e de outros serviços. O *hardware* urbano só tem sentido se as cidades investirem no seu *software*, que é a diversidade estrutural e funcional dos espaços públicos das cidades e dos seus bairros e periferias. A meu ver, esses outros espaços introduzem um salutar efeito de diversidade cultural que escapa à lógica da comparação internacional, mas é central para o chamado espírito dos lugares. Como sugere Massimo Cacciari (2010), a noção clássica de cidade compacta e total está a recuar perante o reconhecimento de “cidades-território”, ou seja, perante a afirmação de parcelas e fragmentos de cidade suportados por uma “geografia de acontecimentos” e uma cultura do lugar que nem sempre integram os planos de ação urbanística e administrativa. Um olhar mais próximo a essas parcelas da cidade esclarece por que o discurso urbano está a passar por grande convulsão com o surgimento de noções como cidade-território, pós-cidade, ou *Ur*-distritos, que assinalam modos emergentes de relacionamento dos sujeitos com os espaços urbanos.

Nesse particular, Sharon Zukin fala de uma cidade *autêntica* em risco de “perder a alma” por via da muito moderna “cultura do *cappuccino*” (Zukin, 2010). Por seu lado, Ray Oldenburg valoriza a preservação e o encontro dos “bons e belos lugares” de lazer e consumo da cidade (Oldenburg, 1989). Lyn Lofland sublinha o sentimento de conforto e reconhecimento contido no território “paroquial” situado algures entre o público e o privado da cidade (Lofland, 1998). Não se trata apenas de ensaiar uma nova retórica em defesa de velhas espacialidades e lugares, porque todas as propostas se estribam em avaliação séria dos limites da modernização neoliberal das cidades, procurando, pela política de negatividade, denunciar os seus efeitos e promover alternativas.

Essas possibilidades discursivas novas não alteram a hegemonia dos estudos urbanos ocidentais, com a versão norte-americana à cabeça, seguida da influência britânica, cujos limites são sobejamente conhecidos por conduzirem a um entendimento “inapropriado” do fenómeno urbano global (Watson, 2006).

Retomemos Richard Sennett e a sua inquietação acerca do possível desenho de uma cidade capaz de incorporar a informalidade prática do dia a dia. O grande objetivo é o respeito pelas várias modalidades de relacionamento das pessoas umas com as outras e com os espaços e os seus diversos modos de apropriação, uso e contra-uso. Uma dose variável de informalidade nas relações sociais, económicas e comerciais está presente como traço profundo da vida urbana tanto nas cidades do mundo em desenvolvimento, como nas cidades dos países do Norte global. Em muitos casos, a

conservação dessa informalidade resulta do afastamento dos contextos cerimoniais do poder, o mesmo é dizer situações de não-poder. Noutros casos, a sua manutenção resulta da inoperância ou mesmo ausência das políticas estatais, substituídas por políticas do possível e por “expedientes” individuais ou de grupo, mas também por assinalável espírito de solidariedade entre vizinhos.

Esses ambientes e territórios onde grassam alternativas à formalidade da lei e da tradição não são ambientes ou territórios de caos, ainda que sejam variados os relatos de insegurança e violência que por vezes suportam. São ambientes ajustados ao funcionamento de espaços comuns, de economias locais desestruturadas, de transportes ineficientes e de vidas familiares tumultuosas. São imagens invertidas do que sucede nas cidades *sobreplanejadas*, como sejam Singapura ou Abu Dhabi, entre muitas outras, em que é manifesta a pesada regulação administrativa, estatal e policial, com as suas extensões ao campo do urbanismo e da atividade econômica. Ao contrário dessa regulação formal da urbanidade, em cidades “normais”⁵ do Sul ou do Norte globais, muitas dessas lógicas surgem articuladas com regras comuns ditadas pela banalidade dos acontecimentos de cotidianos pobres. Seja no que respeita à flexível residência, à multifuncionalidade dos edifícios consoante seja dia ou noite, à atividade comercial e à enorme criatividade, aos transportes caros e raros, ou aos modos de vestir, de comer, de comunicar, o formal e o informal encontram-se lado a lado e repartem entre si, recombinação-os, os procedimentos e as escolhas das pessoas que circulam nas sempre repletas ruas e praças dessas cidades “normais”. Com essa variedade de situações e práticas, o tecido urbano converte-se em heterotopia, com os seus múltiplos significados e também as suas múltiplas atividades, desde brincadeiras e divertimentos até o ato simples de estar parado ou às práticas de consumo e de negócios correntes.

Na urbanidade “porosa” que resulta dessa combinação de estilos e comportamentos formais e informais, a fazer reverberar o retrato fenomenológico que Walter Benjamin e Asja Lacin (1978, p. 166) oferecem da complexa cidade de Nápoles, desenvolvem-se inúmeras práticas de criatividade comercial, regidas por lógicas de sobrevivência e de enfrentamento da carência material. Associadas ao fato de os seus executantes serem, em geral, muito jovens, essa criatividade periférica escapa ou é deliberadamente ignorada pelas reflexões hegemônicas da criatividade urbana, contidas em manuais e discussões acadêmicas acerca das cidades inteligentes e criativas que valorizam a ação de quadros técnicos que se movem no campo da

5. Recorro ao conceito de “cidade normal”, por vezes também enunciado como “cidade ordinária”, avançado por reconhecidos analistas do universo urbano pós-colonial. Sobre os usos dessas formulações vejam-se, por exemplo, Amin e Graham (1997), Bishop, Phillips e Yeo (2003), Robinson (2006) e Hall (2012).

moderna tecnologia e da comunicação moderna (Florida, 2002; Carta, 2007; Townsend, 2014)⁶.

Deyan Sudjic (2017) justifica a permanência dessa criatividade urbana de periferia por ela prometer trazer os pobres à condição de menos pobres. Apesar de se tratar de pura e infinita precariedade, é preferível, de acordo com Sudjic, vender brinquedos feitos na China na rua do que procurar viver da subsistência agrícola no Sudão do Sul (Sudjic, 2017). As situações são incomensuráveis, mas a alegoria serve para mostrar a total falta de expectativas de vida fora das cidades. Talvez isso se deva a uma capacidade de apropriação do espaço urbano que é manifestamente mais “autônoma” do que qualquer tentativa semelhante em contextos não-urbanos. Na cidade, é possível ocupar física e simbolicamente diversos espaços e curto-circuitar as políticas de regulação estatal através da informalidade e da liberdade dos seus usos. É um exercício de refundação prática dos espaços, feita de acordo com as necessidades das pessoas e não com os objetivos originais e as lógicas dos planos dos arquitetos e urbanistas. Mesmo quando as atividades que ali decorrem têm uma natureza igual às atividades alojadas em lugares semelhantes do centro consolidado da cidade – engraxates, biscateiros, recolectores de cartão ou vendedores de água imprópria, venda de todos os tipos de bens lícitos e ilícitos –, a diferença está na autonomia pessoal para refundar os seus significados, alterando também a qualidade física e as configurações sociais do entorno.

Essa cidade informal tem uma lógica espacial própria e não surpreende o seu aproveitamento por classes médias e médias baixas, que concretizam estratégias menos lícitas ligados à propriedade privada com fins de residência própria ou de especulação.

Essa criatividade alternativa é um ativo a ter em conta na justa representação da *open city*, exatamente como é a presença física das pessoas na rua normal das cidades “normais”. Apesar da recatada intercomunicação das pessoas entre si, aqui os corpos se cruzam, tocam-se, relacionam-se numa colorida e desconcertante dinâmica que faz lembrar o bailado urbano que Jane Jacobs (2000) tanto admirava. Ao mesmo tempo, essa copresença em espaço público supera, pelo número dos seus executantes e a sua maior amplitude espacial, o imaginário de Jacobs acerca dos *sidewalks* da sua querida Hudson Street (Jacobs, 2000, pp. 39-65). Na ausência de planejamento dessa plural copresença que tipifica muitas áreas urbanas de países em desenvolvimento, as regras de convivência pública são tácitas, o encontro com

6. Jeremy Seabrook, um jornalista britânico *engagé*, oferece inquietantes relatos dessa luta pela sobrevivência ensaiada diariamente por jovens pobres em grandes metrópoles de países em desenvolvimento (Seabrook, 1996, 2007).

a diversidade é assumido com facilidade e a ética da urbanidade experimenta-se e flui sem esforço.

Limitar o aceleracionismo urbano

Muitos planos de cidade não conseguem inscrever o significado dessas interações das pessoas com os espaços desenhados. É por isso que perguntar sobre se se pode planejar a informalidade da vida urbana tem por detrás um não-dito que é o convite a *desaprender* a cidade formal, juntando-lhe os significados próprios dos fragmentos não convencionais da urbanidade. Parto do princípio de que esses fragmentos só podem ser detectados no percurso lento pela cidade. O aceleracionismo atual convida não ao conhecimento dos lugares que fazem a cidade no seu todo, mas antes à sua incompreensão. Essa cidade veloz clama por autopistas e outras vias rápidas que facilitam chegar num instante a todos os pontos ou atravessá-la de um lado ao outro sem parar. A velocidade distrai e torna as paisagens sociais da cidade invisíveis. Em clara contravenção com isso, o arqueólogo e antropólogo francês André Leroi-Gourhan escreveu um dia que a cultura humana começa pelos pés e pelo caminhar, no que teria o acordo do “homem lento” de Milton Santos (Leroi-Gourhan, 1964). Caminhar na cidade de hoje é um anacronismo, quando as cidades são desenhadas para a rápida deslocação dos corpos sempre em direção a um ponto pré-determinado. Caminhar e parar, ao invés, são modos de penetrar lentamente o interior dos lugares onde se forjam criativas aproximações e interações sociais (Fortuna, 2018). As cidades modernas que favorecem o cidadão automobilizado preocupam-se muito pouco com esses atos imprevistos de parar, sentar-se ou andar de bicicleta. Parado, o sujeito é vulnerável; para sentar-se precisa pagar, nas esplanadas privadas que invadem o espaço público; usar a bicicleta é correr risco de atropelamento.

As coisas estão a mudar devagar e, por certo, pela iniciativa e insistência tenaz de alguns “fazedores” progressistas de cidade. O campo das ciclovias e da pedonalização de ruas comerciais nos centros das cidades é talvez o que tem obtido mais alargados consensos urbanísticos e políticos quanto ao rearranjo “ambiental” dos espaços urbanos⁷.

7. Um breve relance por programas de circulação urbana de pedestres e ciclistas mostra uma enorme adesão por todo o mundo. No que respeita, em particular, à situação de muitas cidades da América Latina, encontram-se alguns programas com inventivas designações, tratando assim de buscar alguma informalidade, a começar pela intervenção no conhecido “Minhocão” de São Paulo, que é um dos raros projetos construídos em altura, seguido do programa “En los zapatos del peatón” de Medellín, o “Pasos e Pedales” na Cidade da Guatemala, o “Ciclocreovias” em Santiago do Chile ou o “Muévete en Bici” da Cidade de México. Na sua generalidade, esses programas encerram o tráfego de automóvel durante o fim de semana ou ao domingo, para permitir o uso não-motorizado do espaço. Para uma visão geral

O High Line Park novaiorquino é certamente uma das grandes exceções à impiedosa marginalização do pedestre e do seu ritmo lento. Elizabeth Diller, arquiteta responsável pela nova passagem elevada para pedestres da baixa de Manhattan, que converteu um trajeto ferroviário desativado, em que, todavia, os ciclistas não são autorizados, elogia as qualidades do projeto afirmando que

[...] lá não se pode fazer muita coisa, exceto sentar e andar [...] podemos andar continuamente dois quilômetros e meio sem parar. [...] Dali, as pessoas veem coisas não oficiais, que não era suposto verem. Chaminés, lados de edifícios, parques de estacionamento, aquilo que não é o postal típico de Nova Iorque. São segredos, às vezes parece que é o subconsciente de Nova Iorque que está lá (Diller, 2018, p. 6).

A virtude social da lentidão reside em permitir aos sujeitos demorarem-se na negatividade do social urbano que a velocidade suprime. Na lentidão da caminhada é possível ver a cidade do avesso, ver as “coisas não oficiais [...] que não era suposto ver”, como explica a arquiteta entrevistada. O seu discurso é otimista porque oferece e qualifica o presente urbano, e projeta um futuro a partir do lado imprevisto e informal da grande cidade. O aceleracionismo moderno não autoriza pensar os lugares nem o “espírito” de convivência e solidariedade que os envolve. São precisos espaços que contrariem a velocidade do cotidiano urbano e que, assim, evitem que agravemos os tempos de perda de memória e de esperança que nos inícios a cidade tanto prometeu.

Esse futuro será um futuro de cidades complexas, de espaços urbanos e práticas sociais que não se deixam ler com facilidade. Não são necessárias leituras simples nem espaços transparentes, como são os espaços da gentrificação e dos condomínios fechados. À sua maneira, cada um desses cria isolamento e (auto)exclusão, embora à superfície prometa *glamour*, modernização e segurança. Por mais belas e perfeitas que possam ser as soluções arquitetônicas da gentrificação e dos condomínios fechados, em geral revelam-se ineficientes do ponto de vista do ordenamento urbanístico e danosas socialmente. Talvez tenhamos de enfrentar o desafio político do invisibilizado e do informal e tentar incorporar ambos nos planos formais de cidade e assegurar, assim, mais democraticidade ao nosso futuro urbano. Os planos de cidade dos arquitetos e urbanistas têm de reaprender com as cotidianidades igualmente difíceis de decifrar porque aparentemente irrepitíveis. São precisas rugosidades espaciais semelhantes às dificuldades da vida vivida no seu cotidiano e não leituras simplistas desses espaços.

destes programas, consultar <<https://en.wikipedia.org/wiki/Ciclov%C3%ADa>>; acesso em 10.10.2017.

Coda

Ao escrever estas palavras vem-me à memória uma breve história contada pelo filósofo francês Valdimir Jankélévitch no seu livrinho *L'irréversible et la nostalgie* (Jankélévitch, 1974, pp. 52-53). De acordo com a sua narrativa, consta que, em 1851, Liev Tolstoï, então com apenas 23 anos de idade, lançou-se na escrita da *História do dia de ontem*, o que seria a sua primeira obra literária. O trabalho, porém, ficou inacabado porque, afinal, iria tratar de uma matéria monstruosa que não seria possível captar, dada a variedade e complexidade dos incontáveis detalhes de tantas ocorrências mínimas. Por isso, a maior parte dos acontecimentos de ontem seriam irrepetíveis e não comprováveis empiricamente, o que terá colocado Tolstoï perante a dificuldade insuperável de relatar as últimas 24 horas. O emaranhado difícil dos irrepetíveis eventos de ontem impedia a sua serena interpretação. Rendido a tal dificuldade, Tolstoï deixou inacabada o que seria a sua *História do dia de ontem*.

A falência do projeto ficou a dever-se, segundo Jankélévitch, ao convencimento de Tolstoï de que os acontecimentos de ontem são irrepetíveis e não demonstráveis. Mas, na verdade, a irreversibilidade não diz respeito a acontecimentos solenes e formais. São antes os acontecimentos insignificantes e informais que são realmente irrepetíveis. São esses acontecimentos leves e banais, os que realmente se renovam a cada dia. São esses que importa trazer para dentro dos desenhos formais de cidade, de modo a ensaiar alternativas de vida urbana que levem a sério o que parece insignificante por ter sido deliberadamente invisibilizado. Os “fazedores” da cidade do futuro não podem, como Tolstoï, desistir da sua obra, também difícil e complexa. Devem, isso sim, juntar-se à “esperança da sociologia” das cidades.

Referências Bibliográficas

- AMIN, Ash & GRAHAM, Stephen. (1997), "The ordinary city". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22 (4): 411-429.
- AMIN, Ash & THRIFT, Nigel. (2017), *Seeing like a city*. Londres, Polity.
- APPADURAI, Arjun. (2002), "Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics". *Public Culture*, 14(1): 1-47.
- AUBERT, Nicole & HAROCHE, Claudine (orgs.). (2011), *Les tyrannies de la visibilité. Être visible pour exister?* Paris, Éditions Sésame.
- BENJAMIN, Walter. (2009), *Passagens*. Org. Willi Bolle. Belo Horizonte/São Paulo, UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- BENJAMIN, Walter & LACIS, Asja. (1978), "Naples". In: BENJAMIN, Walter. *Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings*. Org. Peter Demetz. Nova York/Londres, Harcourt Brace Jovanovich, pp. 163-173.
- BISHOP, Ryan, PHILLIPS, John & YEO, Wey Wey (orgs.). (2003), *Postcolonial urbanism: Southeastern Asian cities and global processes*. Londres/Nova York, Routledge.
- CACCIARI, Massimo. (2010), *La ciudad*. Barcelona, Gustavo Gili.
- CARTA, Maurizio. (2007), *Creative city: dynamics, innovations and actions*. Barcelona, LIST.
- DE CERTEAU, Michel. (1994), "Caminhadas pela Cidade". In: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: *Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes. pp. 157-177.
- DILLER, Elizabeth. (2018), "Contra o statu quo em arquitetura". *Ípsilon*, 9 mar., pp. 4-9 (entrevista a Isabel Salema).
- FAINSTEIN, Susan. (2010), *The just city*. Ithaca, Cornell University Press.
- FERNANDES, Ana. (2006), "Cidades e cultura: Rompimento e promessa". In: JEUDY, Henri-Pierre & JACQUES, Paola Berenstein (orgs.), *Corpos e cenários urbanos*. Salvador, EDUFBA, pp. 51-64.
- FLORIDA, Richard. (2002), *The rise of the creative class*. Nova York, Basic Books.
- FORTUNA, Carlos. (2016), "Velhas, novas e novíssimas narrativas do mundo urbano". In: AMARO, António; GARRIDO, Álvaro & NUNES, João (orgs.), *Interdisciplinidade e universidade*. Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 95-109.
- FORTUNA, Carlos. (2018), "Caminhar urbano e vivências imprevistas". *Revista Brasileira de Sociologia*, 13 (6): 136-154.
- FREHSE, Fraya. (2017), "Da cidade ao corpo e vice-versa: Tempos e espaços". Concurso de Livre-Docência. São Paulo, USP. (mimeo).
- HALL, Suzanne. (2012), *City, street and citizen. The measure of the ordinary*. Londres/Nova York, Routledge.
- JACOBS, Jane. (2000), *The death and life of great American cities*. Londres, Pimlico.
- JANKÉLÉVITCH, Valdimir. (1974), *L'irréversible et la nostalgie*. Paris, Flammarion.

- LATOUR, Bruno & HERMANT, Emilie. (1998), *Paris ville invisible*. Paris, La Découverte.
- LEFEBVRE, Henri. (1980), *La présence et l'absence*. Paris, Casterman.
- LEFEBVRE, Henri. (1991), *The production of space*. Oxford, Blackwell.
- LEITE, Rogerio Proença. (2004), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas/Aracaju, Editora da Unicamp/Editora da UFS.
- LEROI-GOURHAN, André. (1964), *Le geste et la parole*. Paris, Bibliothèque Albin Michel, 2 vols.
- LOFLAND, Lyn. (1998), *The public realm: exploring the city's quintessential social territory*. Nova York, Aldine de Gruyter.
- MARGALI, Avishai. (1996), *The decent society*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
- MINTON, Anna. (2009), *Ground control: Fear and happiness in the twenty-first century city*. Londres, Penguin Books.
- OLDENBURG, Ray. (1989), *The great good place*. Cambridge, Da Capo Press.
- PECHMAN, Robert. (2014), "Desconstruindo a cidade. Cenários para a nova literatura urbana". In: KUSTER, Eliana & PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 89-102.
- RICOEUR, Paul. (1991), *Temps et récit*. Paris, Seuil, 3 vols.
- ROBINSON, Jennifer. (2006), *Ordinary cities: between modernity and development*. Londres/ Nova York, Routledge.
- ROY, Ananya. (2009), "Strangely familiar: planning and the worlds of insurgence and informality". *Planning Theory*, 1 (8): 1-11.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2010), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto, Afrontamento.
- SEABROOK, Jeremy. (1996), *The cities of the south: Scenes from a developing world*. Londres, Verso.
- SEABROOK, Jeremy. (2007), *Cities*. Ann Arbor, Pluto Press.
- SENNETT, Richard. (2008), *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro, Record.
- SIMONE, Abdou Maliq. (2011), "The surfacing of urban life". *City*, 3-4 (15): 355-64.
- SUDJIC, Deyan. (2017), *The language of cities*. Milton Keynes, Penguin Books.
- TONKISS, Fran. (2013), *Cities by design: the social life of urban form*. Cambridge, Polity.
- TOWNSEND, Anthony M. (2014), *Smart cities: big data, civic hackers, and the quest for a new utopia*. Nova York, Norton.
- WACQUANT, Loïc. (2008), *As duas faces do gueto*. São Paulo, Boitempo.
- WATSON, Sophie. (2006), *City publics: the (dis)enchantments of urban encounters*. Londres, Routledge.
- ZUKIN, Sharon. (2010), *Naked city: the death and life of authentic urban places*. Oxford, Oxford University Press.

Resumo*Urbanidades invisíveis*

Apesar da apregoada visibilidade da cidade, a condição urbana encontra-se sujeita a níveis diferenciados de transparência. Muitas situações de invisibilidade e encobrimentos referem-se à informalidade do cotidiano, em especial nas margens e periferias da urbanidade. Ensaístico, o presente texto questiona a responsabilidade dos “fazedores” de cidade – arquitetos, urbanistas e decisores – no desprezo pelo lado informal de muitos espaços urbanos e da sua vida social. Há como planejar o informal da cidade? A possibilidade de uma cidade justa e aberta está condicionada, portanto, pela disponibilidade desses atores para uma abordagem mais próxima da realidade complexa que a sociologia e as ciências sociais vêm há muito a revelar e a tornar visível. Palavras-chave: Cidade; Invisibilidade; Informalidade urbana; Aceleracionismo urbano.

Abstract*Invisible urbanities*

Despite the supposed visibility of the city, the urban condition remains submitted to different levels of transparency and blindness. Many invisibilities of the city refer to the informality of daily life, especially in the margins and peripheries of urbanity. Essayist in style, the text questions the responsibility of city “makers” – architects, urbanists and administrators - in this contempt for the informal side of many urban spaces and its social life. Can we plan the city’s informality? A possible open city is conditioned by the availability of these actors to a closer approach to a complex reality that sociology and the social sciences have long been revealing and making visible. Keywords: City; Invisibility; Urban informality; Urban accelerationism.

Texto recebido em 19/10/2018 e aprovado em 7/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.151257

CARLOS FORTUNA é sociólogo. Ph.D pela State University of New York (Binghamton). Professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador no Centro de Estudos Sociais. E-mail: cfortuna@fe.uc.pt

Epistemologia da laje¹

Bianca Freire-Medeiros*

<https://orcid.org/0000-0003-3121-7897>

Leo Name**

<https://orcid.org/0000-0002-1963-1094>

Abrindo o armário, subindo [n]a laje

O título deste ensaio faz uma referência óbvia a *Epistemology of the closet*, de Eve Kosofsky Sedgwick, obra que representa um ponto de inflexão decisivo na teoria *queer* (Sedgwick, [1993] 2007; [1990] 2008). A metáfora espacial do “armário”, relacionada à ocultação/revelação da homossexualidade, é situada na grade analítica de Sedgwick como um dispositivo de regulação da vida de gays, lésbicas e bissexuais, permitindo discutir o que ela chama de “cadeia metonímica de binarismos” (Sedgwick, 2008, p. 32). Por um lado, público/privado, privacidade/exposição e conhecimento/ignorância são pares que se justapõem nas geografias de sujeitos que são tratados como inferiores porque seus desejos não se enquadram na “elasticidade mortífera da presunção heterossexista” (Sedgwick, [1993] 2007, p. 22)². Por outro, a falsa oposição homossexual/heterossexual, que encontra no armário a expressão da homofobia, influencia outros pares sobre os quais a cultura ocidental se assenta:

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

1. Agradecemos aos arquitetos e professores Marcos Britto e Liebert Rodrigues pelas sugestões a uma versão preliminar deste ensaio. E às pessoas da Rocinha que, ao longo dos anos, nos receberam em suas lajes, direcionamos nosso reconhecimento e gratidão.
2. Para uma análise geográfica do trabalho de Sedgwick e uma discussão sobre a materialidade do “armário” nos espaços urbanos contemporâneos, em distintas escalas, ver Brown (2000), Name e Freitez Carrillo (2019).

masculino/feminino, maioria/minoria, natural/artificial, saúde/doença, mesmo/diferente.

“Epistemologia” pode ser entendida como toda e qualquer noção, conceito ou ideia que, de forma deliberada ou não, designa o que conta como conhecimento válido (Santos e Meneses, 2009). Mas não apenas: epistemologia está relacionada, como observa a filósofa panamenha Linda Martín Alcoff, com a “forma como o conhecimento *deve* ser produzido, a quem *deve* ser autorizado” e “como a presunção de credibilidade *deve* ser distribuída” (Martín Alcoff, [2011] 2016, p. 133). Não cabe, nos limites deste ensaio, enveredar pelo debate sobre a divisão internacional do trabalho intelectual – até porque muitos já o fizeram com a devida competência (Alatas, 2006; Connell, 2007). De todo modo, vale pontuar aquilo que uma breve observação dos rastros produzidos pela mobilidade das ideias³ – aqui entendidas não apenas como pensamento científico propriamente dito, mas incluindo também as pré-noções, os estereótipos e o *implicit bias* que o informam –, permite reter: a cartografia geopolítica de produção, circulação e legitimação do conhecimento, acadêmico ou não, é um retrato das muitas desigualdades que informam as agendas e cânones da produção científica.

Diante dessas e de outras tantas desigualdades estruturais, Sedgwick designa o conjunto de sentidos emanados do ato de se fazer conhecer – isto é, de se assumir, “sair do armário” – como uma epistemologia transgressiva. Contra o regime de conhecimento que torna público ou camufla o que é simultaneamente íntimo e político, elevam-se contradições, censuras e desautorizações acionadas por uma rede de saberes, poderes e discursos (jurídicos, científicos, jornalísticos ou do senso comum).

Como bem sabemos, vem de longa data a articulação entre a rede de saberes, poderes e discursos que, multiplicada em ramificações que se estendem para dentro e muito além da academia, encontra nas assim chamadas megacidades do Sul Global seu território privilegiado de intervenção e fabulação. Em “Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism”, Ananya Roy (2011) recupera alguns desses “itine-

3. A noção de mobilidade, tal qual formulada pela chamada Escola de Lancaster, atravessa este ensaio. Ainda que não caiba aqui uma apreciação extensiva do paradigma por ela proposto, vale sublinhar duas premissas que o informam: a) no mundo globalizado, ao aumento das mobilidades – de corpos, capitais, coisas, ideias e imagens – corresponde um incremento nos sistemas de imobilidade que as viabilizam; b) as mobilidades não podem ser pensadas ou descritas sem que sejam considerados os *ancoradouros*, i.e., os aportes espaciais, infraestruturais ou institucionais necessários à sua realização (Hannam *et al.*, 2006). O paradigma das mobilidades problematiza, assim, tanto as abordagens ditas sedentárias, quanto as que defendem o nomadismo e reduzem a mobilidade a puro devir. Tomar as mobilidades como campo analítico e abordá-las de forma sistêmica significa, portanto: tratar o movimento como constitutivo do funcionamento das instituições e práticas sociais; entender que os sistemas de mobilidade respondem a configurações culturais específicas e a regimes de poder que definem o que e quem pode – ou não – circular. Para um panorama introdutório sobre o paradigma das mobilidades, ver Freire-Medeiros *et al.* (2018).

rários de reconhecimento” da forma urbana *slum* que, segundo a autora, carrega o pesado fardo de representar, numa perversidade metonímica, todo e qualquer território associado à pobreza. Na esteira de suas reflexões anteriores, voltadas para o desenho de uma nova “geografia da teoria” em que o Ocidente é epistemológica e metodologicamente deslocado, Roy nos convida a descentrar a lente euro-americana da teoria urbana. Sob essa lente hegemônica, utilizada tanto pelas teorias (neo) desenvolvimentistas quanto pelo urbanismo subalterno, territórios “de ricos” e “de pobres” aparecem como lugares díspares, capturados em um jogo especular que os define como avessos um do outro. Quer demonizadas como espaços da falta e da barbárie, quer celebradas como *loci* do que o mercado chama de empreendedorismo de raiz ou do que De Soto exalta como “zonas emancipatórias” (De Soto, 2000, p. 32), as *slums/townships*/favelas acabam encapsuladas na retórica do dualismo. Para desestabilizar tais compreensões reducionistas, Roy revisita quatro “conceitos emergentes” – periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos –, que “juntos apresentam a possibilidade de uma valência diferente da teoria do Sul” (Roy, 2011, p. 225).

Neste ensaio, sem maiores pretensões analíticas ou rigores formais, deixamo-nos inspirar pelos efeitos reflexivos que o armário produz em *Epistemology of the closet*, assim como pela intervenção crítica nas epistemologias do “urbanismo subalterno” que o trabalho de Roy articula. Na intenção de somar outros dispositivos analíticos ao “armário” e aos “conceitos emergentes”, além de estimulados pela proposta deste dossiê de enfrentar não só empírica, mas também conceitualmente, os aspectos do fenômeno urbano brasileiro, rascunhamos os primeiros traços do que poderá vir a ser uma epistemologia da laje.

Da laje e suas definições instáveis

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio* (Holanda, 2009, *online*), “laje” é palavra de origem desconhecida que significa “obra contínua de concreto armado, a qual constitui sobrado, teto de um compartimento, ou piso”. Se a definição dá conta dos aspectos técnicos, nem de longe consegue abarcar a pluralidade de usos que a laje permite e a diversidade de valores nela investidos, no contexto das favelas de altíssima densidade populacional.

Nas favelas verticalizadas da zona sul carioca, mas não apenas, é nas lajes que as crianças brincam, as famílias fazem churrasco e comemoram as grandes datas, moças e rapazes relaxam e tomam sol – não por acaso há tantas piscininhas de plástico e chuveiros nelas instalados. As lajes cumprem, igualmente, funções mais pragmáticas: abrigam as caixas d’água que tingem de azul a visão aérea da favela (Figura 1), costumam-



Figura 1: As lajes e seus usos mais pragmáticos I: tomadas por caixas de água (Bianca Freire-Medeiros; Fonte: acervo pessoal)



Figura 2: As lajes e seus usos mais pragmáticos II: varal instalado em edificação da favela (Bianca Freire-Medeiros; Fonte: acervo pessoal)

-se em intermináveis varais (Figura 2), funcionam como jardins suspensos e espaços para a criação de pequenos animais – cachorros, galinhas, passarinhos, coelhos, patos.

As lajes servem, ainda, para guardar tudo que não é imediatamente útil, mas que não se quer jogar fora – tudo que não cabe dentro de casa. Eventualmente, podem funcionar como palcos para músicos e artistas amadores, ou para festas e bailes, assim como suas paredes podem se transmutar em superfícies para projeção de filmes.

A laje, portanto, está longe de ser apenas um teto ou um piso, como quer o dicionário. Tampouco pode ser confundida com um terraço ou a cobertura dos prédios de elite que, via de regra, são projetados para funções mais permanentes e pré-definidas. A laje constitui um espaço que, desde sua construção, é entendido como provisório, em mutação e de usos múltiplos (Klintowitz, 2008). No contexto da favela, ela é patrimônio altamente valorizado e símbolo de status, lugar de lazer e privilégio invejado (Silva e Barbosa, 2005).

Evidentemente, como pontua Licia Valladares (2005), as favelas são muitas, heterogêneas e alheias aos dogmas que insistem na sua redução. Apesar dessa pluralidade, a favela que tem pregnância nos imaginários sobre as megacidades do Sul Global é aquela de uma paisagem-tipo específica: densas edificações, sempre precárias, erguidas em encostas íngremes; algumas vezes localizadas entre o mar e a floresta, mas sempre incrustadas em meio ao seu suposto contraponto, a “cidade formal” (Freire-Medeiros, 2013, *passim*; Freire-Medeiros e Name, 2015, *passim*; Name e Freire-Medeiros, 2017, *passim*). Capturada nessa geografia da imaginação, a laje pode ser convertida em um mirante turístico de onde o “gringo” registra, câmera em punho, o espetáculo da iniquidade social (Freire-Medeiros, 2009a).

As contagens oficiais estimam que há, apenas nas áreas urbanas do globo, por volta de 1 bilhão de pessoas vivendo em condições inadequadas de habitação. Na América Latina e no Caribe, 30% dos habitantes vivem em “assentamentos informais”. A informalidade, porém, não é exclusiva a esses territórios que o Estado rotula como “espaços de exceção” (ONU, 2005; Menega, 2009, *passim*; Moassab, 2013, p. 6; Name, 2016, p. 1). O que se tem, com base em uma sinonímia construída entre pobreza/informalidade/ilegalidade, é uma “valorização das informalidades de elite e a criminalização de informalidades subalternas” (Roy, 2011, p. 224)⁴. A grandeza dos números e a falta de precisão classificatória não impedem, porém, que categorias interpretativas, as quais organizam tempos e espaços da cidade em oposição a tempos e espaços da favela, permaneçam como norte para tantos pesquisadores.

4. Para uma análise de fôlego dos princípios e historicidades que, no caso brasileiro, possibilitam as equivalências semânticas entre pobreza, informalidade, ilegalidade e criminalidade, o trabalho de Vera da Silva Telles é uma referência incontornável. Ver, em especial, Telles (2010, 2013).

“Num território onde as zonas de exceção proliferam”, indaga Ananya Roy, “o que é então a cidade?” (Roy, 2011, p. 224). A laje, empírica e conceitualmente, permite pelo menos dois deslocamentos epistêmicos que, desestabilizando o dualismo favela *versus* cidade, ajudam-nos senão a responder, ao menos a enfrentar a pergunta de Roy. O primeiro deslocamento epistêmico, que abordamos na seção a seguir, é fruto da observação das mobilidades de pessoas, imagens e mercadorias – com suas interrupções e entraves – que convergem para a favela e dela se projetam em múltiplas direções, realizada desde longa data por uma de nós (Freire-Medeiros, 2009a, 2009b e 2013). Essa observação empírica, que se desenrolou no contexto da pesquisa sobre a conversão da pobreza em atração turística, partiu da premissa de que a mobilidade é um recurso cuja distribuição desigual reflete, reforça ou desestabiliza as estruturas e hierarquias de raça, gênero, classe, nacionalidade, entre outras (Hannam *et al.*, 2006; Sheller e Urry, 2006; Urry, 2007). Aqui, tomamos a laje como um *ancoradouro*, nos termos de Mimi Sheller e John Urry (ver nota de rodapé número 3), de onde avistamos circuitos de mobilidade que permitem reconfigurar o que está sintetizado, em certa tradição do pensamento social brasileiro, no par antinômico privado/público. O fio condutor desse exercício reflexivo é oferecido pelo ensaio “A casa, a rua e o outro mundo”, de Roberto DaMatta ([1985] 1991), cujo pioneirismo e influência o tornam especialmente caro ao debate sobre os tempos e os espaços das cidades brasileiras (Frehse, 2013).

Uma vez confrontados com as mobilidades e imobilidades que a laje permite apreender, somos levados a pensá-la como elemento central de um *projeto* no sentido empregado pelo *designer* Alfredo Gutiérrez Borrero (2015a, 2015b) e o antropólogo Arturo Escobar (2016) – *diseño*, nos originais em espanhol. Fruto das reflexões que um de nós vem desenvolvendo sobre a geopolítica do conhecimento em arquitetura, urbanismo e paisagismo (Name, 2012, 2016; Name e Moassab, 2014; Name e Freitez Carrillo, 2018; ver também: Mignolo, 2002; Farrés Delgado, 2014), esse segundo deslocamento, de que tratamos na terceira seção, provoca tensionamentos em outros dualismos direcionados às construções – e que pode ser sintetizado na oposição entre arquiteturas de especialistas e de não especialistas. A partir daí, torna-se possível embaralhar tanto os limites entre público e privado, global e local, quanto colocar à prova outros dualismos, próprios da modernidade euro e androcêntrica de que falam não apenas Sedgwick e Roy, mas também James Morris Blaut (1993), Immanuel Wallerstein (1997), Enrique Dussel ([2000] 2005, [1977] 2011), Aníbal Quijano ([2000] 2005) e María Lugones (2008, [2010] 2016): formal e informal, legal e ilegal, regular e irregular, moderno e tradicional.

Encerramos com breves considerações sobre a pertinência de uma “epistemologia da laje” que, ao lançar foco sobre formas de habitar não hegemônicas, seja capaz de

borrar a própria oposição entre cidade e favela. Menos que uma conclusão, trata-se de um convite a pensarmos estratégias epistêmicas de revelação dos limites da racionalidade técnico-instrumental diante das mobilidades, impermanências e justaposições dos espaços urbanos e dos usos que os constituem.

Da laje e suas mobilidades: público e privado, local e global em movimento

DaMatta defende a existência de duas lógicas complementares e opostas a nos estruturar e definir como nação. Em uma ponta, o código da casa – fundado na família e na lealdade, sempre avesso à mudança e à história, espaço da *pessoa* por excelência. Na outra, o código da rua – espaço do *indivíduo* aberto ao mercado e à história linear, regido por leis universais. A esses dois códigos se soma um terceiro, que o antropólogo designa sob a rubrica de “outro mundo”, ao qual caberia a síntese provisória dos outros dois – fusão que se constrói por meio da renúncia ritualizada das contradições e injustiças *desse* mundo (de Sousa, 2000).

O modelo de cognição de DaMatta nos é particularmente sugestivo porque se funda num encadeamento entre relações sociais e lugares, entre *esfera* pública e *espaço* público. Afinal, é com base em um modelo tripartido de moralidades inscritas em espaços – ou de espaços investidos de moralidade –, que o antropólogo acredita ser capaz de realizar uma interpretação correta do Brasil, cujo “segredo jaz na possibilidade de estudar aquilo que está entre as coisas” (DaMatta, [1985] 1991, p. 23). As oposições, aparentemente irreduzíveis, revelariam sua interdependência na observação dos conectivos e das conjunções. Daí a sugestão do autor de que observemos com a devida atenção o que ele chama de subespaços – praças, quintais, portos, janelas, varandas – em que a comunicação entre a casa e a rua torna-se possível, obrigatória ou desejável. Apesar de a laje estar ausente da lista do antropólogo, vale experimentá-la aqui como um “subespaço peculiar” (DaMatta, [1985] 1991, p. 26). Vejamos.

O acesso à laje geralmente se dá por meio de escadas que começam no nível da rua e são externas à casa propriamente dita. Uma regra não escrita, porém bastante respeitada, prevê que não se deve subir por essas escadas e chegar à laje de alguém sem o devido convite ou autorização. Nesse sentido, estamos falando de um espaço privado, dos limites da “casa” nos termos de DaMatta. Por outro lado, apesar de esse acesso físico limitado ao nível da rua reforçar seu *status* privado, as lajes estão, tanto física quanto visualmente, conectadas com o exterior, com o espaço público (Figura 3).

Em muitas favelas, é no alto das lajes onde se consegue o melhor sinal *wireless*. Não raro, pequeníssimos cômodos são construídos em um dos cantos da laje exclusivamente com o intuito de abrigar uma mesa, uma cadeira e o computador. O mesmo



Figura 3: Varal e antena de tevê por satélite sobre laje (Bianca Freire-Medeiros; Fonte: acervo pessoal)

vale, obviamente, para outros suportes midiáticos, como a televisão – a proliferação de antenas de satélite sobre lajes de favelas não indica outra coisa (Figura 3).

Outro tipo de mobilidade que a laje permite é propriamente físico e nos parece ainda mais interessante para repensarmos o modelo “casa & rua”, que nos propõe DaMatta, e nos aproximarmos da “cadeia metonímica de binarismos” de Sedgwick. Como se sabe, as dimensões das ruas nas favelas, na maioria dos casos, fogem a qualquer especificação razoável. Além de estreitas, as ruas possuem trechos muito escorregadios e íngremes; em outros, seu fluxo é interrompido por escadarias. Torna-se inviável, portanto, transportar objetos de maior volume – uma geladeira ou um sofá, por exemplo. Para contornar esse sério e cotidiano problema de mobilidade, os moradores criam caminhos alternativos por cima das casas – ou seja, sobre e por entre as lajes, são criadas “ruas suspensas” as quais prescindem de um traçado prévio ou de qualquer lógica que não seja a do mais puro pragmatismo. Quando percorridas assim, as lajes são casa ou rua, privadas ou públicas?

As lajes transformam-se, ainda com mais frequência, nos extremos de pontes invisíveis e precárias quando as crianças – sobretudo os meninos – perseguem suas pipas pulando com rapidez entre lajes não necessariamente contíguas. No entanto, como bem sabemos, nem toda perseguição na favela é lúdica: aquela que envolve bandidos e polícia transmuta as lajes em perigosas vias de escape. É do alto da laje

que os traficantes dos bandos armados observam e controlam o fluxo de pessoas e mercadorias que entram e saem do território que julgam seu.

Ruas suspensas, pontes e rotas de fuga: se em um nível individual as lajes são espaço privado – casa –, seu uso coletivo, móvel e variado as transforma em área de circulação pública, ou seja, rua. Nesse sentido, as lajes nos fazem atentar para o fato de que espaços públicos precisam ser compreendidos não apenas em relação aos diferentes domínios públicos do Estado e suas subdivisões, mas também como “espaço público urbano”, nos termos tão bem formulados por Isaac Joseph (1993): espaço de comunicação, circulação e de mobilidade. Isso não significa ignorar que o uso das lajes está referido, via de regra, à noção de propriedade privada e que nem sempre a laje estabelece ou provê uma relação positiva com a mobilidade, a acessibilidade e o movimento. Quando falamos em *público* aqui, referimo-nos a uma noção de acessibilidade que se coaduna com a noção de mobilidade, porque é da garantia de uma circulação ampla de pessoas, produtos e ideias de que estamos falando.

Há ainda outra função que, desde o início dos anos de 1990, as lajes passaram a acumular e que decorre da popularidade da favela no mercado turístico internacional. Como mencionado acima, em algumas favelas do Rio de Janeiro atuam operadoras de turismo que, durante os passeios, inserem alguma laje no percurso e a transformam em um mirante informal. É ali que guias reproduzem seu texto explicativo sobre a favela e a sociedade brasileira, respondem eventuais perguntas e incentivam os turistas a tirar o maior número possível de fotografias (Freire-Medeiros, 2009a e Figura 4). Com a paisagem do mar de casas de tijolos e vergalhões aparentes a seus pés, visitantes podem confrontar as casas mal alinhadas da favela com seu entorno de edifícios, no mais das vezes, ostensivamente luxuosos. Se, num plano ideal, as lajes poderiam funcionar como palco de encontros face a face entre turistas e locais, na prática elas funcionam como palco de encontros entre turistas e imagens genéricas, previamente acumuladas e muitas vezes descontextualizadas, de alta reprodutibilidade e circulação, que os gringos trazem em suas bagagens. A despeito dessas narrativas redutoras, dos clichês que pretendem aprisioná-la, a potência desestabilizadora da laje segue presente também na favela turística: já não é a nação que explica a favela ou a cidade, mas é o contínuo favela-cidade que, visto do alto da laje, dá materialidade à profunda iniquidade que nos define, no imaginário internacional, como nação. Assim é que a laje permite aos estrangeiros não menos que o deciframento do que acreditam ser o Brasil!

Voltando, então, ao ensaio de DaMatta, poderíamos dizer que, na comunicação que estabelece entre global e local, a laje não evoca um “outro mundo”, não faz negação do presente com suas mazelas e sofrimentos. A laje é um mirante deste mundo de fluxos transnacionais, de contradições em aberto, de fraturas, sem síntese ou ontologias.



Figura 4: Turista em laje fotografando a paisagem da favela (Bianca Freire-Medeiros; Fonte: acervo pessoal)

Nesse sentido, a laje, como ponto de observação e ponte de conexão de diferentes escalas, exige um reposicionamento epistêmico das nossas formas de abordagem analítica e intervenção construtiva não apenas da favela, mas também da cidade e das contradições que as constituem. É desse reposicionamento que tratamos a seguir.

Da laje como projeto: especialistas e não especialistas em disputa

A laje é um elemento construtivo do que, em muito da literatura e discurso de especialistas, costuma-se chamar de assentamentos irregulares, invasões ou aglomerados subnormais. Entendidos na chave da ausência de planejamento ou racionalidade, esses territórios tornam-se um problema a ser resolvido (Bueno, 2000; Compans, 2003, 2007; Maricato, 2003; Cardoso, 2007). Pensar epistemologicamente sobre a laje, porém, convida a desconfiar da aceitação tácita de que autoconstruções são obras do acaso. E nos incita a refletir, por um lado, sobre a validade dos conhecimentos relacionados à arquitetura nas favelas, que, feita por “leigos”, é usualmente desconsiderada como projeto; e, por outro, sobre a limitação dos conhecimentos especialistas responsáveis por essa inferiorização.

Escobar (2016) e Gutierrez Borrero (2015a, 2015b), intelectuais colombianos alinhados aos escritos decoloniais (Lander, [2000] 2005; Mignolo e Escobar, 2010),

investem em desconstruir a noção de *projeto*⁵. Debatendo a multidimensionalidade do termo, eles indagam quem está autorizado a projetar, o que se projeta, por que, para quem e para quê. Escobar nos informa que a modernidade-colonialidade foi e tem sido um “projeto de eliminação” (Escobar, 2016, p. 29), a partir do qual sucederam-se efeitos ontológicos: objetos, estruturas, políticas, sistemas expertos, discursos e narrativas em prol da produção social da não existência de alguns. E ainda que todos os grupos humanos projetem, lembra-nos Borrero, somente o projeto de cunho industrial, desenhado em uma linguagem gráfica específica e um tanto hermética, é compreendido como técnico, neutro e universal – apesar de priorizar linguagens e gosto euro-americanos, atender a interesses de elites branco-burguesas e não respeitar os limites naturais do planeta.

O projeto de edificações oferece-nos um caso exemplar das hierarquias e dos binarismos que estão sendo discutidos aqui. Qualquer edificação depende, no processo de construção, do trabalho manual, uma vez que não há processos completamente automatizados que garantam a sua produção final. Isso não impede que, no contexto do que escolas e profissionais de arquitetura e urbanismo designam como *projeto*, o trabalho considerado autoral e artístico seja somente aquele feito no escritório de arquitetura, sobrevalorizado em relação ao trabalho físico e operário do canteiro de obras (Ferro, [1976] 2006) – uma divisão de tarefas inúmeras vezes marcada por classe e raça.

O projeto de arquitetura é concepção que congela o tempo e secciona o espaço por meio de representações visuais estáticas. Seus desenhos técnicos criam pontos de vista hierárquicos, heterônomos e demiúrgicos, uma linguagem gráfica hermética, feita por e destinada a especialistas. Tais desenhos eliminam a fruição própria da experiência da arquitetura e da cidade e, além disso, concebem-na como objetos cujo funcionamento é predefinido em projeto. Nessa lógica hierárquica, são apontados como leigos – operários cujos saberes são considerados inferiores, porque de não especialistas – os que fazem a execução manual, leve e precisa de revestimentos e acabamentos numa obra que, por sua vez, cumpre a função de fazer sumir, junto com tijolos, cimentos, vigas, vergalhões e conduítes: em outras palavras, todo tipo de marcas de seu próprio trabalho ou autoria (Ferro, [1976] 2006; Arantes, 2012). Por outro lado, são esses ou outros ditos leigos os que normalmente fazem modificações, adaptações e acréscimos exigidos pelo tempo e pelo uso cotidiano dos espaços: os

5. A palavra *diseño*, presente nos originais, não possui fácil tradução para o português. Como *design*, em inglês, *diseño* designa escopo amplo de atividades – planejar, organizar, propor, desenhar (quando necessário) –, normalmente para fins utilitários e relacionadas a um objeto que se materializa no futuro. *Desenho*, em português, embora também possua sentidos subjetivos, diz respeito à representação gráfica, equivale a *dibujo*. Por isso, optamos pela tradução de *diseño* como *projeto*.

chamados puxadinhos, característicos da autoconstrução e necessários à existência de cada grupo que habita cada edificação.

A teorização em arquitetura e urbanismo é conduzida pela percepção visual, escamoteando os sistemas taxonômicos por trás de análises morfológicas que se declaram *neutras* por apenas *apreenderem o real* (Carmona *et al.*, 2012; Gehl e Svarre, 2013; Britto, 2016). Nesse sentido, Leo Name e Andréia Moassab (2014), seguindo a epistemologia decolonial, apontam que sistemas construtivos, morfologias e tipologias modernas são hegemônicos porque foram geo-historicamente impostos conjuntamente à destruição de sítios urbanos, extinção ou ressignificação de concepções espaço-temporais autóctones e obliteração de outros saberes tectônicos e estéticos (Mignolo, [1995] 2010, p. 219-313). Além disso, a “imagem” e a “boa forma” da cidade (Lynch, [1960] 1997; [1981] 2007) são idealizadas com base na experiência de grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. Assim, ao terem sido tomadas como universais, formas e tipologias euro-americanas tornaram-se móveis – porque exportáveis – e difundiram-se particularmente nas cidades latino-americanas, subalternizando as especificidades de cada lugar (Martínez Espinal, [1989] 2013, p. 59; Britto, 2018, *passim*).

É por isso que as favelas e suas autoconstruções inúmeras vezes são apresentadas não somente como ameaça social e ambiental, mas também estética e construtiva: feias, sujas, mal construídas, insalubres, inseguras e ilegais, o lugar do ócio e da marginalidade à espera de melhorias e reestruturações e/ou controle e supressão (Abreu, 1997; Sevcenko, 1998; Novaes, 2014; Rodrigues, 2016). A laje, nesse contexto, não é percebida como elemento de um projeto que lhe atribui um espectro quase infinito de papéis: espaço de congregação e socialização, para usufruto do tempo do não trabalho. Ignora-se também a sabedoria de quem constrói a laje mirando necessidades do presente e do futuro, como base para uma nova residência a ser ocupada por outras pessoas da família, para ampliações futuras ou para uso no mercado imobiliário: afinal, como ressalta Valladares (2005), lajes são vendidas e alugadas como se fossem um lote regular. Por fim, a laje é resultado de um trabalho que se deixa *visível*: tijolos aparentes e vergalhões expostos, às vezes sinalizados e protegidos por garrafas pet, acenam que novos pavimentos ainda estão por vir (Figura 5).

Gilberto Velho (1994) sugere que todos e quaisquer projetos necessariamente reúnem processos, escolhas e articulações levados a cabo por indivíduos ou coletivos, cujos mundos sociais de pertença podem ser díspares e até mesmo antagônicos. Na favela, como no restante da cidade, projetos individuais ou coletivos sempre interagem com outros projetos, o que, nas palavras do autor, institui um “campo de possibilidades” (Velho, 1994, p. 28): sempre aberto, em que a convivência é por vezes tensa, fazendo com que determinados projetos modifiquem outros projetos



Figura 5: A laje é um elemento mutável, potencialmente em expansão. Vergalhões e tijolos aparentes não escondem o trabalho de quem a construiu (Bianca Freire-Medeiros; Fonte: acervo pessoal)

(Koury, 2015). Um projeto com base em um saber construtivo de não-especialistas, a laje é tanto elemento de (auto)construções quanto – e principalmente – fruto de arranjos e negociações.

A laje como projeto deixa como lição epistemológica a potência de paisagens e arquiteturas ancoradas no porvir, continuamente produzidas por iniciativas ao mesmo tempo individuais e coletivas. Nesse sentido, a laje nos faz perceber que as favelas, como já argumentado por Paola Jacques (2001) e Laura Bueno (2013), têm uma estética própria: não porque são essencialmente criativas ou porque estão ontologicamente em oposição à cidade formal. Afeita à fragmentação e, sobretudo, ao movimento e à transformação incessante, a “estética da favela” que a laje expõe de forma incontornável, corta verticalmente o tecido urbano, encontra-se de maneira menos ou mais explícita por toda a cidade e é acionada diferencialmente por atores nos vários degraus da escala social.

Para não concluir

De *Epistemology of the closet* pode-se apreender que o “armário” descreve relações de saber e poder que respondem à incoerência de se nomear, explicar e definir a pessoa homossexual em contraposição hierárquica a uma outra invenção, a pessoa

heterossexual (Sedgwick, 2007, p. 41-42). O armário conjuga elementos fixos e móveis: sua materialidade permite guardar o que se quer longe da vista, mas esse aprisionamento é sempre instável. O armário, portanto, é mobilizado por Sedgwick como um operador analítico que permite, graças à sua potência discursiva, realizar “mapeamentos mais amplos do segredo e da revelação, do privado e do público, que eram e são criticamente problemáticos para as estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo” (Sedgwick, 2007, p. 23). A metáfora, portanto, diz respeito a discursos e performatividades que estão entre o dentro e o fora, o móvel e o imóvel, o privado e o público.

De uma laje cuja materialidade serve de cobertura ou piso de uma edificação, erguendo-se a seu lado uma outra, que a complementa ou afronta, derivam mobilidades, alternâncias de uso e possibilidades de expansão de uma ou várias edificações. Porque sempre provisórias e resultantes da convivência de diferentes vontades, as lajes compõem uma paisagem que articula tanto o privado como o bem comum. As complexidades que aqui lhes atribuímos são resultado do acúmulo e compartilhamento, em diferentes espaços e ao longo do tempo, de conhecimento popular. Não há conhecimento, pois, sem atores, práticas e interações sociais atravessados por contextos culturais referidos a realidades geo-históricas e políticas distintas.

Outras epistemologias, sugere Gutierrez Borrero (2015b), poderiam ativar, em suas palavras, *diseños del Sur* (Gutierrez Borrero, 2015b, p. 120) que observem, descrevam, legitimem, acionem e valorizem conhecimentos e práticas menos utilitaristas e mais relacionais. Entendemos a laje, assim, como um projeto, ou melhor, um *diseño del Sur*, que resiste à imposição de racionalidades técnico-científicas moderno-coloniais que operam na chave da universalidade e que, por consequência, se pretendem produtoras e detentoras de todo conhecimento possível. Não à toa, a laje é largamente ignorada nas escolas de arquitetura e pouco analisada no vasto campo dos estudos sobre a favela.

Uma epistemologia da laje revela os problemas na prática de arquitetas e arquitetos, cujos projetos de edifícios ou cidades seguem predeterminando usos e atividades: projeta-se uma casa como se projeta uma ferramenta, uma vestimenta ou uma joia, tomando-os como imutáveis, ignorando necessárias transformações do espaço ao longo do tempo. Uma cegueira epistêmica que impede que demandas culturalmente informadas e singularizadas sejam atendidas por arranjos espaciais mais interessantes e complexos.

Assim como na crítica de Ananya Roy ao urbanismo subalterno, não foi nossa intenção, neste esboço de epistemologia da laje, fazer uma apologia da precariedade. As lajes que acionam fruição, lazer e contemplação também demandam, para sua construção, orçamentos, capacidades e tempo que muitas vezes não se tem. De cima

da laje é possível mirar, ainda, as incoerências e dualismos de enunciados, explicações e definições da favela em contraposição à cidade. Afinal, ainda que ao longo deste ensaio tenhamos delineado impermanências, mutabilidades e justaposições entre tempo e espaço, público e privado, como processos ligados à laje e à favela, não seriam elas, também, características próprias das cidades brasileiras, que conjugam formalidade e informalidade, regularidade e irregularidade, o legal e o ilegal, o dito universal e o apontado como vernacular?

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. (1997), *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iplanrio.
- ALATAS, Syed Farid. (2006), “Academic dependency and the global division of labour in the Social Sciences”. *Current Sociology*, 51 (5): 599-613.
- ARANTES, Pedro Fiori. (2012), *Arquitetura na era digital-financeira*. São Paulo, Editora 34.
- BLAUT, James Morris. (1993), *The colonizer’s model of the world*. New York/London, Guilford Press.
- BRITTO, Marcos Vinicius Bohmer. (2016), *O lugar como estratégia de projeto: análise da relação entre espaço e lugar em Puerto Madero*. Porto Alegre, dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BRITTO, Marcos Vinicius Bohmer. (2018), *A boa forma da não cidade latino-americana: repensando a forma urbana através de uma perspectiva decolonial*. Projeto de tese [mimeo.]. Salvador, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.
- BROWN, Michael. P. (2000), *Closet space*. London/New York, Routledge.
- BUENO, Laura Machado Mello. (2000), *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. São Paulo. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- BUENO, Laura Machado Mello. (2013), “Favela: uma questão também de estética”. *Oculum Ensaios*, 1: 25-48.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. (2007), “Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas”. *Cadernos Metrópole*, 17: 219-240.
- CARMONA, Matthew *et al.* (2012), *Public places-Urban spaces*. Londres, Routledge.
- COMPANS, Rose. (2003), “A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro”. *Revista Rio de Janeiro*, 9: 41-53.
- COMPANS, Rose. (2007), “A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1 (9): 83-99.
- CONNELL, Raewyn. (2007). *Southern theory*. Cambridge, Polity.

- DAMATTA, Roberto. ([1985] 1991), “Espaço – Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil”. In: DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- DE SOTO, Hernando. (2000), *The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else?* New York, Basic Books.
- DUSSEL, Enrique. ([2000] 2005), “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires, Clacso, pp. 55-70.
- DUSSEL, Enrique. ([1977] 2011), *Filosofía de la liberación*. México, FCE.
- ESCOBAR, Arturo. (2016), *Autonomía y diseño*. Popayán, Sello Editorial.
- FARRÉS DELGADO, Yasser. (2014), *Críticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio: hacia una territorialización de ambientes humanos en Cuba*. Granada, tesis de doctorado, Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Universidad de Granada.
- FERRO, Sérgio. ([1976] 2006). “O canteiro e o desenho”. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo, Cosac Naify.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. (2009a), *Gringo na Laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro, FGV.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. (2009b), “The favela and its touristic transits”. *Geoforum*, 4 (40): 580-588.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. (2013), *Touring poverty*. London, Routledge.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca *et al.* (2018), “Por uma teoria social *on the move*”. *Tempo Social*, 30 (2): 1-16.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca & NAME, Leo. (2015), “‘Peace, love & fun’: an aerial cable car and the traveling favela”. In: CIDELL, Julie & PRYTHERCH, David (orgs.). *Transport, mobility, and the production of urban space*. Nova York/Londres, Routledge, pp. 263-280.
- FREHSE, Fraya. (2013), “A rua no Brasil em questão (etnográfica)”. *Anuário Antropológico*, 2012-II: 99-129.
- GEHL, Jan & SVARRE, Birgitte. (2013), *How to study public life*. Washington D.C., Island Press.
- GUTIÉRREZ BORRERO, Alfredo. (2015a), “El Sur del diseño y el diseño del Sur”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & CUNHA, Teresa. *Actas Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado.
- GUTIÉRREZ BORRERO, Alfredo. (2015b), “Resurgimientos: sures como diseños y diseños otros”. *Nómadas*, 43: 113-129.
- HANNAM, Kevin *et al.* (2006), “Editorial: mobilities, immobilities and moorings”. *Mobilities*, 1 (1): 1-22.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. (2009), *Dicionário Aurélio*. Salvador, Positivo.
- JACQUES, Paola Berenstein. (2001), *Estética da ginga*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

- JOSEPH, Isaac. (1993), "L'espace public comme lieu de l'action". *Annales de la Recherche Urbaine*, 1 (57): 211-217.
- KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti. (2008), *A (re)invenção da praça: a experiência da Rocinha e suas fronteiras*. Campinas, dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2015), "Gilberto Velho e a antropologia das emoções no Brasil". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 41 (14): 22-37.
- LANDER, Edgardo (org.). ([2000] 2005), *A colonialidade do saber*. Buenos Aires, Clacso.
- LYNCH, Kevin. ([1960] 1997), *A imagem da cidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- LYNCH, Kevin. ([1981] 2007), *A boa forma da cidade*. Lisboa, Edições 70.
- LUGONES, María. (2008), "Colonialidad y género". *Tabula Rasa*, 9: 73-101
- LUGONES, María. ([2010] 2016), "Hacia un feminismo descolonial". *La Manzana de la Discordia*, 6 (2): 105-117.
- MARICATO, Ermínia. (2003), "Metrópole, legislação e desigualdade". *Estudos avançados*, 48 (17): 151-166.
- MARTÍN ALCOFF, Linda. ([2011] 2016). "Uma epistemologia para a próxima revolução". *Sociedade e Estado*, 1 (31): 129-143.
- MARTÍNEZ ESPINAL, Harold. ([1989] 2013). "El taller de diseño en la cultura y el espacio latinoamericano". In: MARTÍNEZ ESPINAL, Harold. *Habitabilidad terrestre y diseño*. Santiago de Cali, Programa Editorial Universidad Del Valle, pp. 51-63.
- MENEGA, Elizete. (2009), "Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais". In: *Encarte Clacso: Cadernos da América Latina*. Cochabamba, Clacso.
- MIGNOLO, Walter. D. ([1995] 2010), *The darker side of the Renaissance*. Michigan, University of the Michigan Press.
- MIGNOLO, Walter. D. (2002), "The geopolitics of knowledge and the colonial difference". *The South Atlantic Quarterly*, 1 (101): 57-96.
- MIGNOLO, Walter. D. & ESCOBAR, Arturo (orgs.). (2010), *Globalization and the decolonial option*. Londres, Routledge.
- MOASSAB, Andréia. (2013), "Por um ensino insurgente fincado no seu tempo/espaço: o projeto pedagógico do CAU Unila, a América Latina e o século XXI". In: Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo, 31, *Cadernos de Resumos*. Goiânia, ABEA, pp. 70 - 87.
- NAME, Leo. (2012), "Das redes às ruas: notas sobre novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público". In: RHEINGANTZ, P.A. & PEDRO, R. (orgs.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro, Proarq, pp. 199-221.
- NAME, Leo. (2016), "Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar". In: Encontro Nacional

- de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 13, *Anais*. Salvador, pp. 1-12.
- NAME, Leo & FREIRE-MEDEIROS, Bianca. (2017), “Teleféricos na paisagem da ‘favela’ latino-americana: mobilidades e colonialidades”. *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 11: 263-282, junho.
- NAME, Leo & FREITEZ CARRILLO, Oswaldo Francisco. (2019), “Cartografias alternativas decoloniais: gênero, sexualidades e espaços em uma universidade em área transfronteiriça”. *Arquitextos*, (no prelo).
- NAME, Leo & MOASSAB, Andréia. (2014), “Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos”. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 12, *Anais*. Vitória.
- NOVAES, André Reyes. (2014). “Favelas and the divided city: mapping silences and calculations in Rio de Janeiro’s journalistic cartography”. *Social & Cultural Geography*, 2 (15): 201-225.
- ONU. (2005), “Press Briefing by Special Rapporteur Right to Adequate Housing”. Disponível em <<https://www.un.org/press/en/2005/kotharibrf050511.doc.htm>>, acesso em 5.7.2018.
- ORTIZ, Renato. (1991), *Cultura e modernidade*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1994), *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- QUIJANO, Aníbal. ([2000] 2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires, Clacso, pp. 227-278.
- RODRIGUES, Liebert. (2016), “Os mapas jornalísticos sobre as Unidades de Polícia Pacificadora como representação visual do favelismo”. *Espaço e Cultura*, 39: 179-204.
- ROY, Ananya. (2011), “Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2 (35), 223-238.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula. (2009), “Introdução”. In: SANTOS, B.S. & MENESES, M.P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, CES, pp. 9-19.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. ([1993] 2007), “A epistemologia do armário”. *Cadernos Pagu*, 28: 19-54.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. ([1990] 2008), *Epistemology of the closet*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- SEVCENKO, N. (1998), “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: SEVCENKO, N. & NOVAIS, F. A. (orgs.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 3, pp. 513-619.
- SHELLER, Mimi & URRY, John. (2006), “The new mobilities paradigm”. *Environment and Planning A*, 2 (38): 207-226.
- SILVA, Jailson & BARBOSA, Jorge Luiz. (2005), *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro, Senac-Rio.
- SOUSA, Jessé de. (2000), “A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mis-

- térios ou sistematizando nossos autoenganos?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 45 (16): 47-67.
- SZERSZYNSKI, Bronislaw & URRY, John. (2002), “Cultures of cosmopolitanism”. *The Sociological Review*, 4 (50): 461-481.
- SZERSZYNSKI, Bronislaw & URRY, John. (2006), “Visuality, mobility and the cosmopolitan: inhabiting the world from afar”. *The British Journal of Sociology*, 1 (57): 113-131.
- TELLES, Vera da Silva. (2010), *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argumentvm.
- TELLES, Vera da Silva. (2013), “Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas”. *Contemporânea, Revista de Sociologia da UFscar*, 3 (2): 359-373.
- URRY, John. (2007), *Mobilities*. Cambridge, Polity.
- VALLADARES, Lícia do Prado. (2005), *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, FGV.
- VELHO, Gilberto. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (1997), “Eurocentrism and its avatars: The dilemmas of social science”. *Sociological Bulletin*, 1 (46): 21-39.

Resumo

Epistemologia da laje

Inspirado pelos efeitos reflexivos que o *armário* produz em *Epistemology of the closet*, de Eve Sedgwick, e pelas críticas feitas por Ananya Roy às teorizações que se voltam ao deciframento das chamadas megacidades do Sul Global, este ensaio propõe uma epistemologia da laje. Com base no referente “favela carioca”, a hipótese sugerida é de que a laje, empírica e conceitualmente, permite deslocamentos epistêmicos que desestabilizam dualismos seculares: favela *versus* cidade formal, espaço privado *versus* espaço público, legal *versus* ilegal, universal *versus* vernacular.

Palavras-chave: Favela; Urbanismo; Projeto arquitetônico; Teoria decolonial; Paradigma das mobilidades.

Abstract

Epistemology of the favela rooftop

This essay departs from a dialogue with Eve Sedgwick’s *Epistemology of the closet* and Ananya Roy’s criticism of the theorizations aimed at deciphering the megacities of the Global South, proposing an “epistemology of the *laje* (favela rooftop)”. Having the “Rio de Janeiro favela” as its main reference, the hypothesis is that the *laje*, both in empirical and conceptual terms, destabilizes long-stand dualities: favela *versus* formal city, private space *versus* public space, legal *versus* illegal, universal *versus* vernacular.

Keywords: Favela; Urbanism; Architect project; Decolonial theory; Mobilities paradigm.

Texto recebido em 19/10/2018 e aprovado em 07/11/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.151262

BIANCA FREIRE-MEDEIROS é professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, onde coordena o UrbanData-Brasil: Banco de dados sobre o Brasil urbano (LAPS/Centro de Estudos da Metrópole). E-mail: freiremed@hotmail.com.

LEO NAME é professor do Centro Interdisciplinar de Território, Arquitetura e Design e do Programa de Pós-graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, onde é o Líder do ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa cadastrado no CNPq. E-mail: leonardo.name@unila.edu.br.



Cultura e política

A criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil

Fabio Maleronka Ferron*

<https://orcid.org/0000-0002-3838-8974>

Maria Arminda do Nascimento Arruda*

<https://orcid.org/0000-0002-1609-6743>

A questão da Cultura na redemocratização

A intenção de criar um ministério específico para o setor da cultura, independente da Educação, intensificou-se a partir dos primeiros anos da década de 1980, no bojo do processo de democratização do Brasil. Com a expectativa do fim de mudança do regime militar, o clima de transição abria horizontes e perspectivas para que partidos políticos, artistas, intelectuais e gestores da atividade cultural buscassem novos espaços de interlocução por meio do campo da cultura¹. Aos poucos, crescia a mobilização desses atores no âmbito dos estados e municípios. Diante das oportunidades institucionais que caracterizam o período que antecede o final da ditadura, particularmente a partir de 1982, com as primeiras eleições diretas para os governos estaduais, mudanças nas políticas regionais propiciaram a criação de secretarias de Cultura, bem como de organizações voltadas a discussões de propostas e defesa de novas ideias nessa área.

Os debates em torno das questões culturais intensificam-se durante a Campanha das Diretas Já (1984), particularmente em razão do clima geral de “otimismo” do período. A campanha das *Diretas Já* tornou-se um movimento aglutinador de inúmeras

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. A criação de novos partidos após 1980, como o PT, PDT e PTB, além do PMDB e PDS, herdeiros, respectivamente, do espólio político e eleitoral do MDB e da Arena, representou uma mudança no desenrolar da dinâmica política brasileira, dando início a novas disputas entre as forças partidárias.

demandas democratizantes, inclusive ampliando a ideia da incorporação do direito à cultura. Ela contou com a participação de diferentes atores, entre eles, intelectuais e artistas que, direcionados por interesses circunscritos ou de grupos específicos, possuíam capacidade de articulação e interferência no jogo político nacional.

Entretanto, como aponta Ridenti, em um período anterior, que corresponde à chamada “abertura” do regime militar promovida durante o governo Geisel (1974-1978), a nova ordem da ditadura soube dar lugar aos intelectuais e artistas de oposição (Ridenti, 2012, p. 4). Ainda que a ditadura exercesse um acirrado controle social por meio do aparelho do Estado durante o governo Geisel, intensificou-se a circulação de discussões políticas e culturais entre intelectuais e artistas. Nesse período, também tomou forma no Movimento Democrático Brasileiro (MDB)² o movimento pela anistia aos presos políticos, no qual se engajaram muitos artistas e intelectuais. Da mesma forma, os partidos que se formaram após 1980, e que assumiram uma dimensão nacional, integraram em suas discussões questões voltadas às áreas da comunicação e cultura.

Antecedentes institucionais

O primeiro estado a criar uma pasta específica para a cultura foi São Paulo. A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo foi criada em 16 de março de 1979, por meio do Decreto n. 13.426, assinado pelo governador Paulo Salim Maluf³. Foi, portanto, um ato discricionário do governador, sem tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo, nem participação da sociedade civil. A Secretaria da Cultura de São Paulo foi precariamente estruturada, a partir de improvisações para dotá-la de quadro pessoal efetivo e de provisões orçamentárias (São Paulo, 2015). Outros estados seguiram o mesmo caminho, criando suas secretarias de Cultura separadas das de Educação, como foi o caso do estado do Paraná⁴. Embora fossem pioneiras, as motivações que as orientaram foram diversas. O governador do Paraná, Ney Braga, foi reconhecido como tendo desenvolvido uma gestão exitosa no campo da cultura quando foi ministro da Educação, durante o governo Geisel. O caso de São Paulo é mais obscuro, e tudo indica que o decreto que instituiu a Secretaria de Cultura

2. O MDB consistia no único partido de oposição ao governo militar. Com o fim do bipartidarismo ele passou a constituir o PMDB.

3. No dia 1º de setembro de 1978, Maluf foi eleito governador de São Paulo pelo Colégio Eleitoral paulista, tendo como vice José Maria Marin. Tomou posse em 15 de março de 1979, concomitantemente com o início do mandato presidencial do general João Baptista Figueiredo.

4. Em 18 de junho de 1979, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Sece, Lei n. 7169, assinada pelo então governador Ney Braga.

atendia aos interesses de ampliação da influência política e de resposta a demandas por cargos durante o governo Paulo Maluf.

Independentemente, era visível que ocorria um redirecionamento das ações do poder público estadual no campo cultural, possibilitando a criação de canais mais diretos de interlocução dos governos estaduais com a área. Em Minas Gerais, Tancredo Neves, ao eleger-se governador, nomeou, em 1983, José Aparecido de Oliveira para a recém-criada Secretaria de Cultura de Minas Gerais. Nas eleições para o Congresso Nacional em 1982, Oliveira havia se candidatado a deputado federal na legenda do PMDB. Eleito com mais de 137 mil votos, foi o segundo mais votado da legenda e o quarto em todo o estado. Empossado na Câmara em fevereiro de 1983, no mês seguinte, foi convidado pelo novo governador de Minas a ocupar a pasta da Cultura do estado. No Rio de Janeiro, em março de 1982, seguindo o mesmo movimento, Darcy Ribeiro foi lançado candidato a vice-governador pelo PDT, na chapa vitoriosa encabeçada por Leonel Brizola. Empossado como vice, acumulou no novo governo o cargo de secretário estadual de Ciência e Cultura.

A criação de secretarias de Cultura em estados e municípios da federação possibilitou uma articulação entre secretários e gestores da área, resultando no Fórum Nacional de Secretários de Cultura, que ocorreu em Curitiba em 1983. Poerner (2000) conta que José Aparecido, logo após tomar posse como secretário de Cultura de Minas Gerais em 15 de março de 1983, convidou os secretários estaduais Fernando Ghignone (PR), João Pacheco Chaves (SP) e Darcy Ribeiro (RJ) para um encontro em Ouro Preto, em junho daquele ano, com a presença do senador Afonso Arinos de Melo Franco e do então embaixador da França no Brasil, Robert Richard, uma vez que o ministério da Cultura francês era uma pasta de prestígio e ocupada por Jack Lang, uma personalidade conhecida e arrojada nos meios intelectuais. Conforme Poerner, a intenção de José Aparecido era possibilitar a criação de um “instrumento permanente de mobilização de recursos e de vontades para um programa nacional de trabalho, cuja meta síntese era a criação do Ministério da Cultura” (Oliveira, ver Poerner, 2000, p. 40).

Duas reuniões preparativas foram realizadas para a formalização do Fórum: a primeira, em São Paulo, em agosto, com a participação de secretários e técnicos de diversas áreas da ação cultural; a segunda foi o Encontro Nacional de Dirigentes de Educação, Cultura e Desporto, promovido pelo MEC em Brasília, em setembro. Nesta última, deliberou-se pela institucionalização do Fórum, o que ocorreu dois meses depois. Realizado em Curitiba, nos dias 11 e 12 de novembro de 1983, o I Fórum Nacional de Secretários da Cultura reuniu representantes de treze estados (ao núcleo inicial de Ouro Preto agregaram-se os secretários de Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, Amapá, Piauí, Pará, Sergipe, Santa Catarina e Amazonas), que aprovaram um regimento para o novo órgão (Poerner, 2000, p. 40).

Esses encontros definiram os objetivos e atribuições do Fórum, que teria caráter permanente em função consultiva e de recomendação, além das seguintes finalidades: formular diretrizes básicas de uma política cultural comum; reunir esforços, captar recursos e organizar meios para as políticas e atividades nas diversas áreas da cultura, visando ao intercâmbio no plano nacional e à obtenção do apoio federal; procurar as ações integradas para maior apoio e difusão de manifestações culturais que ocorrem no Território Nacional, respeitando-se as características heterogêneas de Estados e regiões; fortalecer as expressões e manifestações criativas que reafirmem a identidade cultural nacional. (Curitiba, ver Poerner, 1983, p. 135). Nota-se que os objetivos gerais acordados no Fórum atestavam o caráter político da proposta.

Em 1983, a criação do Fórum Nacional de Secretários da Cultura foi articulada por José Aparecido de Oliveira, um exímio operador dos bastidores da política. O Fórum foi transformado em instância de poder e em instrumento permanente de mobilização para a criação do MinC, sob o argumento central de que era necessário instituir uma ação aglutinadora do setor dentro da nova ordem democrática que se desenhava.

A aliança política para a criação do MinC

Em 21 de abril de 1984, o Fórum Nacional de Secretários da Cultura promoveu o I Encontro Nacional de Política Cultural. O encontro foi realizado em Ouro Preto e teve prosseguimento no Palácio das Artes, em Belo Horizonte. Entre os participantes, estavam presentes os secretários da Cultura de dezesseis estados e de um território, segmentos da sociedade civil, entidades de classe, estudantes, produtores e consumidores de cultura, além de representantes da Unesco e da Secretaria de Cultura do MEC e expoentes da inteligência brasileira. Para Santayana (2000), esse encontro correspondeu a uma retomada da aliança entre a ação política e a *intelligentsia*:

Quase todas as intervenções, com uma linha ou outra de raciocínio, seguiam a ideia geral de que o poder faz a cultura, e a cultura estabelece o poder. Do encontro participaram figuras angulares no pensamento nacional, como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar, Carlos Castello Branco, Millôr Fernandes, Cláudio Abramo, Abdias do Nascimento, entre outros (Santayana, ver Poerner, 2000, p. 10).

Conforme Santayana, José Aparecido de Oliveira mirava a criação do Ministério da Cultura, a exemplo do que ocorria na França sob Jack Lang. Para o autor, a ideia de um ministério autônomo para a cultura ganhava força entre os intelectuais (*Idem*, p. 10).

As resoluções finais do I Encontro Nacional de Política Cultural promovido pelo Fórum Nacional de Secretários de Cultura enfatizavam que o caráter aberto e democrático das reuniões havia possibilitado a ampla discussão das diretrizes e objetivos da política cultural dos poderes públicos federal, estadual e municipal. O documento apontava que os debates ocorridos no encontro acentuaram que a União não cumpria seu dever constitucional de amparo à cultura e vinha, deliberadamente, relegando-a a um plano inferior entre seus projetos prioritários. Assinalava, ainda, que a minimizada participação dada à cultura no Plano Nacional de Desenvolvimento manifestava-se nos poucos recursos financeiros e humanos que lhe eram destinados e no alijamento dos grupos sociais, especialmente os étnicos. Os presentes no encontro reconheciam também a necessidade de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura, a exemplo de outros já existentes, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujos recursos deveriam ser repassados da esfera federal aos estados e municípios, que melhor os canalizariam, dada sua maior proximidade com as realidades locais. O documento afirmava, por fim, que não mais cabia à União a tutela da cultura brasileira (Belo Horizonte, ver Poerner, 1984, p. 137).

A edição de 20 de abril de 1984 do jornal *O Globo* publicou matéria intitulada “Minas abre amanhã Encontro Nacional de Política Cultural”. Descrevia a matéria que o 21 de abril daquele ano não seria apenas o ponto alto das comemorações da Semana da Inconfidência, como, tradicionalmente, ocorria no Brasil Republicano, pois, em Ouro Preto, além de saudar a memória dos inconfidentes, o governador Tancredo Neves faria a abertura oficial do I Encontro Nacional de Política Cultural. Durante quatro dias, gestores da atividade cultural no Brasil estariam reunidos para um debate com a mais ampla gama de produtores e estudiosos do fenômeno cultural do país.

Na matéria, o secretário de Cultura de Minas, deputado José Aparecido de Oliveira, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Cultura e promotor do Encontro Nacional, afirmava que em momentos de grave crise a nação buscava, em uma profunda reflexão sobre sua cultura, a carteira de identidade nacional, que daria o tom da resistência e mostraria os caminhos da construção de um novo tempo. Ainda de acordo com a matéria, Aparecido reconhecia que o fenômeno cultural possuía amplitude acima dos partidos. Por essa razão, afirmava que a relação entre os participantes do I Encontro Nacional de Política Cultural era de caráter ecumênico: dele participariam tanto o secretário de Cultura do MEC Marcos Vinícios Vilaça, como o secretário e vice-governador do Rio Darcy Ribeiro, representando governos de orientação político-partidária completamente oposta. Estariam reunidos também os secretários de Cultura de praticamente todos os estados, fossem do PDS ou do

PMDB. A matéria apontava, ainda, que o evento abordaria assuntos diversos, como: preservação do patrimônio histórico e arqueológico, humor na cultura brasileira, novas técnicas de comunicação, identidade nacional, a intervenção do Estado na cultura, fontes alternativas de financiamento cultural, entre outras. Essas temáticas eram as principais preocupações que seriam enfrentadas pelas mesas de debates. Entre os presentes estariam o cartunista Henfil, o escritor Austregésilo de Athayde, o empresário José Mindlin e a atriz Fernanda Montenegro, revelando o arco de apoios mobilizados e a envergadura dos convidados (*O Globo*, 1984, p. 21).

Para José Aparecido, a proposta de criação do Ministério da Cultura era condição *sine qua non* para a solução dos problemas orçamentários enfrentados pela área; a questão orçamentária era a forma como justificava a necessidade urgente de uma pasta autônoma para o setor. Em depoimento à jornalista Sônia Biondo publicado no jornal *O Globo*, em 28 de março de 1984, José Aparecido fazia a seguinte observação:

Um problema grave da área cultural é que os orçamentos do Ministério da Educação e Cultura apenas são repassados para as Secretarias estaduais, através de um convênio anual com as Secretarias de Educação. Não acho que se deva tirar verba da Educação para a Cultura. O que proponho é que o MEC se divida em dois ministérios – um para cada assunto (Oliveira, ver Biondo, 1984, p. 29).

Na mesma matéria, José Aparecido enfatizava a necessidade de maior participação da cultura no orçamento global do MEC:

Se em matéria de recursos humanos já não somos tão insuficientes, somos carentes, em grau desesperador, de recursos financeiros. Em países como o nosso, nos quais ainda não se considera a cultura um bem de produção, esses recursos não podem vir de ações aleatórias de mecenas. A cultura, ao contrário do que se pensa, é o maior de todos os nossos bens de produção, porque todo progresso material, tecnológico, todo desenvolvimento, é consequência cultural, fruto direto da dimensão do saber (*Idem*, p. 29).

Desse modo, os encontros promovidos pelo Fórum, particularmente durante os anos de 1983 e 1984, estimularam os debates sobre políticas culturais, financiamento da cultura, integração de ações entre a federação, estados e municípios, expansão dos meios de comunicação e nacionalização da cultura. Mas, para além disso, esses eventos serviram, fundamentalmente, como espaços políticos de articulação para a criação do MinC. É preciso enfatizar que eles só podiam acontecer porque o regime militar perdera força, e havia um processo corrente de recomposição de forças sociais em prol da luta política de democratização do país.

Para Ângelo Oswaldo, ex-presidente do Iphan, nesses encontros havia um grande entusiasmo por conta dos temas trazidos para discussão:

As reuniões do Fórum de Secretários serviam para estimular o debate, mas houve muitas outras reuniões. Na verdade, toda a classe artística, os meios intelectuais e acadêmicos, a juventude, com movimentos diversos das comunidades, se mobilizava em torno da política pública de cultura, do debate cultural e da necessidade da cultura. E a cultura apareceu, naquele momento, como o grande espaço de convergência dos movimentos democráticos (Silva e Midlej, 2001, p. 23).

As eleições indiretas de 1984: o MinC em pauta

O empenho e a articulação de José Aparecido de Oliveira junto ao Fórum e o forte apoio do PMDB em torno da ideia eram secundados por outro candidato à presidência da república: o PDS de Paulo Maluf tomou carona nos debates sobre a criação do Ministério da Cultura e o assumiu como programa de campanha nas eleições presidenciais indiretas de 1984, proposta que tanto explicita a mobilização política do assunto como esclarece parte das motivações do político paulista, quando foi pioneiro na criação da pasta da Cultura, o que revela o significado das iniciativas como moeda de troca no âmbito das disputas eleitorais; atesta também a tentativa de aproximação com atores muito presentes e influentes nos meios de comunicação. Paulo Maluf, especialmente, não era simpático ao setor artístico e intelectual.

Conforme um crítico do jornal *Folha de S.Paulo*, em maio de 1984, Paulo Maluf manifestou seu desejo de criar o Ministério da Cultura, caso saísse vencedor da convenção do PDS em setembro e da votação indireta do Colégio Eleitoral (Coelho, 1984, p. 33). De acordo com a matéria, o pianista João Carlos Martins, ex-secretário estadual da Cultura de São Paulo, havia apresentado uma série de sugestões a Maluf, enfatizando que os planos elaborados durante sua gestão poderiam ser transplantados para o novo ministério. Para Martins, Maluf havia ficado entusiasmado com a ideia e também concordara em conceder 0,5% de dedução do imposto de renda a pessoas físicas e jurídicas que destinassem verbas para a cultura. Grandes empresas poderiam aprovar projetos culturais próprios junto a um conselho e pessoas físicas contribuir para o Banco Nacional da Cultura, que seria responsável por receber as doações (*Idem, ibidem*).

Entretanto, não havia consenso entre os partidos políticos, intelectuais e artistas em torno da ideia de criação de um ministério autônomo para a cultura. No que diz respeito a artistas e intelectuais, conforme relatos publicados na grande imprensa, muitos deles eram contrários à ideia de criação do MinC e argumentavam que uma

pasta para a cultura não correspondia às necessidades prementes da nação, que a separação entre educação e cultura traria sérios prejuízos, além de custosa manutenção da burocracia estatal que requeria um ministério. No entanto, temiam acima de tudo a intervenção do Estado na cultura.

Em 7 de outubro de 1984, a colunista Norma Couri relatava em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* que não existia consenso sobre a criação do ministério. Para alguns artistas e intelectuais consultados por Couri, a criação do MinC parecia ser a decisão mais apropriada para resolver a falta de recursos financeiros e de autonomia política enfrentada pela área cultural. Para outros, a criação do ministério não era uma demanda da própria sociedade; estes ainda alertavam para o perigo de intervenção e controle do Estado na cultura. Alegavam que a criação do MinC era prematura, apontando que o país era muito pobre para ter um Ministério de Estado específico para a cultura e que, fundamentalmente, a separação entre cultura e educação traria prejuízos, entre outras razões, pela divisão orçamentária das duas pastas (Couri, 1984, p. 10).

Pietro Maria Bardi, diretor do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), concordava com a criação do Ministério, desde que a cultura defendida pela pasta não fosse a popular. O escritor Marcio de Souza apoiava Bardi, mas achava que a ideia de Darcy Ribeiro de defesa da cultura do popular representava um atraso. Por sua vez, a atriz Ítala Nandi, fundadora do Teatro Oficina e militante do PCB, mostrava-se totalmente contrária à ideia de uma pasta para a cultura. Da mesma forma, o escritor Antônio Callado achava o Brasil muito pobre para ter um ministério da Cultura. O secretário de Cultura de São Paulo Jorge Cunha Lima era contra a criação do ministério porque a cultura deixaria de ser um apêndice da educação, mas ficaria atrelada à ciência e à tecnologia (*Idem*, p. 10). Enfim, as diferentes posições exprimem orientações e crenças políticas, mas exemplificam, igualmente, interesses específicos, como o caso do diretor do Masp.

O filólogo comunista Antônio Houaiss julgava que a criação do MinC representava uma fantasia maléfica, já que os recursos financeiros seriam divididos entre educação e cultura. O poeta Carlos Drummond de Andrade, conhecido por seu apartidarismo político, também era contrário à ideia de um ministério específico para o setor, não porque temesse o controle do governo, mas por considerar a superestrutura da cultura muito frágil para que se criasse toda uma burocracia para abarcá-la (*Idem, ibidem*).

Vale ressaltar outras declarações de significativa importância apresentadas por Norma Couri. Conforme a colunista, o professor e poeta Décio Pignatari, fundador do concretismo e à época membro do PCB, entendia como positiva a criação do MinC, mas alertava para a necessidade de uma melhor articulação entre cultura e educação.

Para Pignatari, alguma vinculação com a educação era necessária. Ele observava ser necessário que a criação desse ministério não viesse para ditar normas culturais, mas somente para financiar programas criativos. O compositor, pianista e cantor Arrigo Barnabé achava que a discussão não valia a pena, e o artista plástico paulista Wesley Duke Lee mostrava-se contra o patrocínio da cultura pelo governo. Por sua vez, o dramaturgo Dias Gomes e o cineasta Luiz Carlos Barreto, os dois militantes do PCB, eram favoráveis à criação de um ministério para a cultura⁵. Tancredista, o humorista, escritor e desenhista mineiro Ziraldo também acreditava que a cultura deveria ser tratada no âmbito de um ministério. Do mesmo modo, o artista plástico cearense Aldemir Martins confirmava a necessidade de criação do MinC (*Idem*). Percebe-se que as discrepâncias de opinião também resultavam da natureza do vínculo profissional e da inserção no mercado da cultura.

Também na *Folha de S.Paulo*, o jornalista Matinas Suzuki Júnior, em 30 de dezembro de 1984, manifestou não só sua preocupação com a criação do Ministério da Cultura, mas o quanto o considerava desnecessário:

Note-se, ainda, que o período pós-64 assistiu a um acentuado avanço do capital cultural, e o mercado de bens simbólicos dinamizou a sua racionalidade produtiva; registrou-se um processo avançado de profissionalização que uma visão arcaica do desempenho do Estado na economia do “supercapitalismo” só vai conduzir a medidas demagógicas e ao pragmatismo regressivo. De resto, é preciso entender que a formulação benjaminiana de que todo documento de cultura é também um documento de barbárie se refere inclusive a esta temporada pós-ditadura que estamos inaugurando. Ionesco dizia que um ministro da Cultura deveria existir apenas para dar papel e caneta para escritores, tintas e pincéis para pintores etc. (Suzuki Júnior, 1984, p. 3)⁶.

Para entender o posicionamento do jornalista, cabe lembrar os efeitos do regime pós-64 sobre a produção cultural no Brasil. Como aponta Miceli, no período da ditadura militar, à sombra do apoio do Estado, a iniciativa privada florescia, e as melhores oportunidades de investimento e faturamento na atividade cultural passavam longe do setor público. Os grandes empreendedores particulares exploravam as conveniências de investimento naquelas atividades e frentes de expansão capazes de garantir as mais altas taxas de retorno sobre o capital (Miceli, 1984b, pp. 27-31).

5. Note-se que esse posicionamento favorável estava ligado a áreas culturais que exigem financiamento.

6. Matinas Suzuki Junior assim como Otavio Frias participaram da reforma editorial da *Folha de S.Paulo* comandada por Cláudio Abramo, que abriu espaço para artistas e intelectuais se expressarem no veículo (Ferron, 2017).

A oposição ao MinC de intelectuais da nova esquerda

Em 6 de janeiro de 1985, Norma Couri relatava em matéria no jornal *Folha de S. Paulo* que, assustados, ansiosos ou neutros, intelectuais e artistas brasileiros discutiam a criação de um Ministério da Cultura e, mais que isso, os caminhos a serem seguidos pela cultura no novo governo que se anunciava. Alguns intelectuais e artistas detectavam o risco do paternalismo e do autoritarismo; outros sentiam falta de uma política cultural mais definida e queriam a criação de um Ministério da Cultura.

Couri revelava que a deputada Ruth Escobar, que, em 1978, havia entrado no MDB e fora eleita deputada estadual pelo PMDB em 1982, esquivava-se e evitava dar uma opinião, afirmando que o tema era tão complexo que só poderia ser abordado após um estudo sobre os verdadeiros anseios da sociedade civil. A professora de filosofia Marilena Chaui, crítica do populismo de direita e de esquerda e das tutelas estatais, afirmava que por questão de princípio era totalmente contrária à criação de um Ministério da Cultura. Marilena enumerava três motivos: “Primeiro: cultura não se deve administrar; segundo: a criação de um ministério vai trazer mais burocracia, e burocracia não é um estímulo para a cultura, e terceiro: um ministério significa novos encargos fiscais. Como contribuinte, não quero pagar mais impostos” (Chaui, ver Couri, 1985, p. 12).

Marilena Chaui, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Lélia Abramo e outros intelectuais e artistas que representavam o PT (partido formado pela confluência de diversos grupos de esquerda), por serem abertamente refratários à esquerda tradicional⁷, eram contrários à criação do ministério. Desconfiavam do papel “progressista” das vanguardas intelectuais, elaborando uma crítica a respeito de tais concepções. Conforme a análise de Ridenti, os anos de 1970, tanto no campo da política como da cultura de esquerda, são marcados pelo fim do “ciclo das vanguardas”⁸ na sociedade brasileira: a derrota das esquerdas armadas, no início de 1970, deu início a um novo ciclo marcado na política de esquerda pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) (Ridenti, 2012, p. 1).

7. A esquerda tradicional era representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), conhecido como Partidão.

8. Para Ridenti: “O termo vanguarda (*avant garde*) tem uma relação com os combates militares em que alguns avançam, colocam-se à frente, enquanto outros ocupam a retaguarda. No sentido político, a concepção de vanguarda é tributária dos bolcheviques, vitoriosos na Revolução Russa de 1917: o Partido – organizado de modo secreto e centralizado – propunha-se como a vanguarda condutora das lutas do proletariado, sua organização política, detentor da análise científica da História, formulador da consciência de classe revolucionária atribuída aos trabalhadores. No âmbito das artes, a noção de vanguarda também tem um aspecto de combate, capitaneado por aqueles que seriam portadores do novo em ruptura revolucionária com a ordem artística estabelecida” (Ridenti, 2012, p. 1).

Em depoimento a um dos autores deste artigo, Marilena Chaui revelou os motivos que levaram o PT a rejeitar a ideia de criação do ministério. A filósofa destacou que, em relação às formulações de políticas culturais, o PT colocava-se contrário à ideia de o Estado produzir e dirigir cultura:

Primeiro, nós fizemos a oposição à criação do Ministério: “não vão criar o Ministério da Cultura”. Nós somos contra o Estado dirigindo a cultura, produzindo a cultura! Criaram o Ministério. Uma vez criado o Ministério e a partir do momento em que se têm políticas culturais estaduais e municipais, você vai dizer: “Bom, que haja também no plano federal, por que não?”. Mas não é esse o ponto, o ponto é: se o Collor fechasse o ministério, ele estaria demonstrando que ele não possuía quadros, que ele era incompetente, que ele não podia ter sido eleito, então nós lutamos para impedir que fechasse. Foi uma luta política, não uma luta cultural. Contra a criação do ministério foi uma luta cultural, de política cultural, era a defesa de uma concepção – que é a sociedade que produz cultura e não o Estado. No caso do Collor não, foi uma atitude claramente política: nós tínhamos que fazer que ele demonstrasse que não possuía quadros, que ele era incapaz de compreender o campo da cultura. (Chauí, 2017).

A declaração de Marilena Chaui é um exemplo de como a criação do MinC passou a ser pauta das disputas políticas e de poder.

1985: O Seminário Internacional de Legislação Cultural

Em março de 1985, com o presidente Tancredo Neves já eleito e diante da perspectiva de anúncio da criação do MinC, acirra-se o debate entre políticos, artistas, gestores e empresários sobre a necessidade de uma pasta para a cultura. Uma matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, em 9 de março daquele ano, relatava fatos ocorridos durante o Seminário Internacional de Legislação Cultural, que havia sido realizado dias antes no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo. Conforme a matéria, o evento contara com a presença de personalidades da política, como o vice-presidente eleito José Sarney, o senador Fernando Henrique Cardoso, além de artistas, gestores, empresários e convidados internacionais. A matéria apontava a forte dissidência de ideias entre eles. O evento foi iniciado com a mesa “Empresa e cultura” e terminara com outra mesa, que debateu “Cultura e liberdade de expressão” (*Folha de S.Paulo*, 1985).

De acordo com a matéria, o secretário de Cultura de São Paulo Jorge da Cunha Lima (1983-1987), ao tomar a palavra, lembrou os vinte anos de indigência cultural e os 30 milhões de brasileiros afastados da produção cultural pelo estado de miserabilidade em que ela se encontrava. A fala do vice-presidente eleito José Sarney teria provocado olhares desconfiados, uma vez que ele afirmava ser necessário combater

tecnocratas e economistas. Sarney discorreu sobre a necessidade do ministério, o que conforme o vice-presidente evitaria que o artista fosse obrigado a sair com um pires na mão esmolando favores de boa vontade; tratava-se de defender direitos culturais (*Idem*).

O economista Luiz Carlos Bresser Pereira observou que a cultura poderia ser traduzida por uma série de serviços que poderiam ser pagos por alguém, mais especificamente, o público, e não o Estado ou empresas privadas. Para ele, as empresas poderiam patrocinar eventos culturais, desde que recebessem um retorno. Logo após suas afirmações, Bresser Pereira retirou-se dos debates, provocando a ira de Fafá de Belém, que, ao lado de Juca de Oliveira, Raul Cortez e Irene Ravache, representava a classe artística. Para Fafá de Belém, Bresser sempre se posicionava como progressista, mas naquele momento estava sendo reacionário (*Idem*, p. 45).

A matéria mencionava ainda que Juca de Oliveira, militante do PCB, ao falar em nome da União Brasileira de Teatro, teria sido taxativo ao denunciar o monopólio das emissoras de televisão, observando que não era possível discutir um projeto cultural sem eliminar o monopólio das redes de televisão. De acordo com a matéria, ele propôs a formação de uma comissão com representantes sindicais e do Legislativo para discutir a programação ao vivo das emissoras de TV (*Folha de S.Paulo*, 1985a, p. 45). Ao enfatizar a questão do monopólio das emissoras de televisão, Juca de Oliveira endereçava sua crítica ao poder da indústria cultural⁹ televisiva que, conforme o ator, não deixava espaço para o reconhecimento da autonomia dos produtores culturais independentes.

Fernando Henrique Cardoso foi aplaudido quando expôs sobre o tema “Cultura e liberdade de expressão”. Ele teria se posicionado com cautela quanto à criação de um Ministério da Cultura, afirmando: “Se for para ampliar o espaço e a participação para a cultura e a liberdade da expressão, ótimo. Mas se for para burocratizar, será um perigo” (Fernandes, ver *Folha de S.Paulo*, 1985, p. 45). Nota-se que a cautela e a posição conciliatória deixavam o sociólogo bem com todas as vertentes de opinião.

9. Ridenti analisa o florescimento da indústria cultural nos anos de 1970, em todos os seus setores, destacando sua relevância e seu papel crucial no país: “A partir dos anos de 1970, concomitante à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha esboçando desde a década de 1960, nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente por intermédio do Estado. As grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de outros investimentos governamentais em telecomunicações, que buscavam a integração e a segurança do território brasileiro. À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis até em bancas de jornal), de agências de publicidade etc.” (Ridenti, 2012, p. 4).

Convidado para a mesma mesa, o cantor e compositor Gilberto Gil teria provocado muita agitação com sua presença. Antes de sentar-se, disse aos repórteres que não esperava nada pessoalmente sobre a criação de um ministério feito a “toque de caixa”. Na mesa, porém, passou a palavra aos demais participantes e pediu liberdade de silêncio, o que decepcionou a plateia e provocou a pergunta de uma participante: “Se você pode falar e não fala o que será de nós?”. Foi então que aconteceu a primeira ovação unânime da plateia (*Idem, ibidem*). Tal como disposto acima, as posições defendidas por diferentes atores sinalizavam naquelas condições históricas os esforços em repensar as condições de produção cultural brasileira, reanimada pela proximidade de redemocratização do país. Os debates mostravam, em síntese, que a questão estava longe de unanimidade, mas mobilizava pessoas de diversos espectros.

O governo Sarney: a criação do MinC

Os contornos dos debates ocorridos por ocasião do Seminário Internacional de Legislação Cultural emaranhavam-se muito com o próprio momento histórico e com a tônica de reivindicações democráticas. É preciso lembrar que o país esperava a posse de Tancredo Neves, em 15 de março de 1985, como o primeiro presidente civil eleito desde o golpe militar de 1964. Tancredo, entretanto, foi internado às vésperas da posse, e José Sarney assumiu a presidência.

No dia da posse, o MinC foi criado por meio do Decreto n. 91.144, publicado no Diário Oficial da União em 15 de março de 1985. A justificativa de Sarney para a criação do Ministério da Cultura era honrar os compromissos assumidos, tanto pelo presidente Tancredo Neves como por ele durante a campanha eleitoral. Na introdução do texto do Decreto n. 91.144, a importância da criação do Ministério da Cultura é justificada por meio de quatro razões:

1. O crescimento econômico e demográfico do país, a expansão da rede escolar e universitária, a complexidade cada vez maior dos problemas ligados à política educacional, nas suas diferentes funções no desenvolvimento nacional, bem como o enriquecimento da cultura nacional, decorrente da integração crescente entre as diversas regiões brasileiras, e da multiplicação das iniciativas de valor cultural, tornavam a estrutura orgânica do Ministério da Educação e Cultura impossibilitada de exercer, concomitantemente, as requisições dos dois campos de sua competência naquele momento;
2. A transformação substancial ocorrida nas últimas décadas, tanto em relação aos assuntos educacionais quanto aos assuntos culturais, suscitava, em relação às duas áreas, a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração,

- e exigia políticas específicas bem caracterizadas, que reclamavam o desmembramento da atual estrutura unitária em dois ministérios autônomos;
3. Os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, em razão da vastidão da problemática educacional que atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério;
 4. A situação atual do Brasil não pode mais prescindir de uma política nacional de cultura, consistente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo país. (Brasil, 1985). (citação)

O Decreto n. 91.144, entretanto, não indicava claramente qual o âmbito de atuação do Ministério da Cultura; destacava apenas dois tópicos bastante gerais, que se referiam às áreas de sua competência: I - letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional; II - patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural (*Idem*).

O novo ministério criado por Sarney continuava a suscitar debates e seria merecedor de apreciações de importantes intelectuais. Em matéria publicada em maio de 1985, no jornal *Folha de S.Paulo*, o jornalista Ruy Castro descreveu a reação de alguns intelectuais à criação da nova pasta. Para Castro, o sociólogo Otávio Ianni considerava que o poder público não possuía compromisso com a cultura e a criação do ministério era a prova disso. Ainda conforme Castro, Florestan Fernandes achava possível a conciliação de uma “política cultural” com um governo democrático, mas não estava nada otimista em relação ao novo ministério. Para o sociólogo, o novo ministério só serviria para distribuir empregos, quando se deveria priorizar uma campanha de alfabetização maciça:

Não temos ainda nem um regime democrático. Além disso, no Brasil o Executivo é tradicionalmente centralizador. E as elites culturais estão sempre afinadas com a dominação cultural. O que acontecerá com esse ministério é que, numa primeira etapa, ele só servirá para distribuir empregos entre a classe média alta, quando o que se deveria fazer seria uma campanha de alfabetização maciça. Como se vê, estamos fazendo o caminho inverso (Fernandes, ver Castro, 1985, p. 49).

O jornalista e escritor Antônio Callado opinava de forma radicalmente contrária à criação do MinC:

Esse ministério é supérfluo. Com tantos analfabetos adultos e crianças estamos preocupados com a superestrutura da educação, que é cultura. Sou contríssimo. O que precisamos é de projeto. Antigamente, tínhamos a educação e a saúde num mesmo ministério. Foram separados,

numa medida acertada, mas continuamos até hoje com uma taxa gigantesca de analfabetismo e tuberculose. Agora se separa a cultura da educação (Callado, ver Castro, 1985, p. 49).

Callado, que era amigo pessoal de Oscar Niemeyer, achava que não era hora de o arquiteto projetar um prédio para o Ministério da Cultura, acrescentando o seguinte argumento: “Todo ministro precisa de dinheiro para trabalhar, e eu temo que esse ministério se torne excessivamente gastador” (Callado, ver Castro, 1985, p. 49).

Particularmente em relação a intelectuais e artistas que militavam no Partido Comunista Brasileiro, não houve unidade no apoio à criação de uma pasta separada para a cultura. Alguns apoiaram a ideia, mas a maioria, que declarou sua opinião à imprensa, mostrou-se francamente contrária à criação do ministério. Tal fato, possivelmente, decorria de que os anos de 1980 significaram para o PCB não só a saída de Prestes¹⁰, mas de um grande número de intelectuais que passaram a integrar o Partido dos Trabalhadores (PT). Em relação ao PT e ao PMDB, ainda que existissem divergências internas, a decisão tomada por seus membros foi amplamente acatada. O PT adotou uma posição contrária à criação do MinC e o PMDB favorável.

Montagem do ministério

Apesar das controvérsias no meio partidário sobre a conveniência ou não de um ministério para a cultura, a escolha do nome de José Aparecido de Oliveira para ocupar o cargo de ministro da Cultura era certa. Sua militância junto ao Fórum Nacional de Secretários de Cultura legitimava a indicação para a pasta, que, aliás, tinha sido projetada pelo próprio ministro. Para Botelho, os técnicos da área federal não compartilhavam da ideia de criação do MinC. Segundo a autora, eles preferiam “uma secretaria forte a um ministério fraco” (Botelho, 2000, p. 45). Entretanto, a militância dos secretários estaduais de cultura, sob a liderança de José Aparecido, transformou a criação da pasta em sinônimo de democracia, o que tornou inexequível qualquer discussão mais isenta sobre sua necessidade (*Idem, ibidem*).

Ruy Castro (1985) apontou que, antes mesmo de sua previsível vitória no colégio eleitoral, Tancredo teria afirmado: “Precisamos arranjar um ministério para o Aparecido” (Neves, ver Castro, 1985, p. 49). Para Castro, tratava-se de uma dissimulação de Tancredo, pois era evidente que o ministério que caberia ao deputado era o da Cultura. A criação do MinC, que serviu politicamente ao velho aliado do futuro presidente, nunca chegou a ser bem discutida. Para o jornalista, os que poderiam “discutir” a razão de ser do novo ministério não viam motivo para contestar a indi-

10. Em janeiro de 1984, Prestes desligou-se oficialmente do PCB.

cação de Aparecido ou contradizer uma “decisão de Tancredo” (Castro, 1985, p. 49).

Contudo, apesar da experiência política que garantiu a liderança de José Aparecido no processo de criação do MinC, esses atributos não foram suficientes para que a nova pasta fosse instituída com estrutura administrativa e orçamentária, capaz de responder à demanda contida dos gestores culturais. Com estrutura administrativa mínima e sem dotação de verbas, o MinC nasceu sem recursos materiais e humanos. Por essa razão, entende-se por que, em menos de seis meses, em 29 de maio de 1985, José Aparecido deixou o ministério, passando a ocupar o cargo de governador do Distrito Federal, pois seu exercício lhe renderia maior benefício político. Além disso, quando da criação do MinC, o lobby exercido pelo MEC impediu que rádios e televisões¹¹ educativas ficassem sob a jurisdição do Ministério, exatamente os veículos que trariam visibilidade à área e aos ocupantes (Castro, 1989, p. 32).

Para muitos autores, a forma prematura como foi criado o MinC acarretou toda uma série de problemas. Botelho faz a seguinte observação:

Espero ter demonstrado que a criação prematura do Ministério, baseada em premissas alheias às efetivas necessidades naquele momento, ao invés de reforçar o prestígio e a consistência da área, foi, ao contrário, fator de desarticulação e desmoralização. O principal motivo do fracasso foi, no meu entender, o papel preponderante do jogo da política miúda que descaracterizou conteúdos, reduzindo o debate a uma disputa interna (Botelho, 2000, p. 265).

Botelho aponta, ainda, que o comando carismático do deputado José Aparecido de Oliveira, que conduziu o secretário de estado a uma bem-sucedida batalha para a criação do MinC, terminou por franquear um espaço excessivo para ambições pessoais de alguns, colocando a cultura na condição de mero pretexto, afetando o projeto desde seu nascimento (*Idem*, p. 263).

Durand também faz duras críticas ao processo de criação do Ministério, tecendo as seguintes observações:

A propósito, comenta-se no Brasil que, nos anos 80, a passagem da Cultura do nível de Secretaria do Ministério da Educação à condição de Ministério autônomo teria sido antes um subterfúgio para o então Presidente da República, José Sarney, aumentar o espaço de ação de um aliado político, do que propriamente a ampliação de poder institucional necessária

11. Em depoimento ao pesquisador, o ex-secretário estadual de Cultura de São Paulo Marcos Mendonça apontará uma perspectiva complementar a essa questão, afirmando que: “tem outro aspecto que é a separação entre televisão e cinema na política cultural, que foi um erro enorme, porque o pessoal do cinema tinha uma resistência muito grande à televisão, que era vista como entretenimento” (Ferron, 2017).

para expandir e melhorar essa esfera de ação. Em consequência, não são raros os que avaliam que a situação no Brasil era melhor quando a administração federal da cultura era vinculada à da educação (Durand, 1996, p. 9).

Sem dúvida, as ponderações dos autores mencionados reforçam a ideia de fragilidade do Ministério da Cultura, desde seus primeiros passos. A instabilidade institucional que demarcou esse curto período de existência do MinC pode ser exemplificada pela troca de ministros, por denúncias de corrupção e desmandos. Especificamente em relação à Lei Sarney, duras críticas foram lançadas por Fernando Collor, ainda durante sua campanha, apontando o governo Sarney como conivente com os desmandos praticados na gestão do ministério.

Entretanto, na etapa de transição democrática da política brasileira, quando estavam sendo formuladas importantes mudanças de perspectivas no campo político e cultural, o horizonte constante de discussões sobre a criação de um ministério para a cultura refletia a importância que a área assumia na convergência dos movimentos democráticos. Desse modo, aproveitando o processo de abertura, partidos políticos, artistas e intelectuais colocavam-se na dianteira de tal discussão. O temor de a cultura ser novamente colocada como instrumento ideológico de controle do Estado, o fantasma da perseguição a artistas e intelectuais, a exemplo do atentado do Riocentro em 1981, das ameaças advindas do crescimento da indústria cultural e da massificação dos meios de comunicação, reverberavam a todo momento. Assim, as polêmicas e divergências em torno da criação do MinC constituem, sem dúvida, parte dos princípios fundantes do processo de redemocratização em curso na sociedade brasileira, bem como das disputas políticas previsíveis no contexto. Tal cenário apresenta componentes inextricáveis à compreensão do projeto e do formato adquiridos pelo Ministério da Cultura do Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2003), “A política cultural: regulação estatal e mecenato privado”. *Tempo Social*, São Paulo. 15 (2): 177-193. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200007>, consultado em 20/1/2018.
- BARBALHO, Alexandre. (2007), “Políticas culturais no Brasil: Identidade e diversidade sem diferença”. Trabalho apresentado no III Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 23 a 25 de maio, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. Disponível em http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Barbalho-politicas_culturais_no_Brasil.pdf, consultado em 22/3/2017.
- BOTELHO, Isaura. (2000), *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa.
- BOTELHO, Isaura. (2007), “A política cultural & o plano das ideias”. In: BARBALHO, Alexandre & RUBIM, Albino (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA.
- BRASIL. (1985), Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D91144.htm, consultado em 1/4/2017.
- CALABRE, Lia. (2007), “Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas”. Trabalho apresentado no III Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 23 a 25 de maio, Faculdade de Comunicação-UFBA, Salvador. Disponível em http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf, consultado em 10/4/2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1989), “Política cultural”. *Jornal no Brasil*. Rio de Janeiro, 16/07, pp. 7-8.
- CASTRO, Luiz Felipe Meira de. (1989), “O estado atual da política cultural no Brasil: Uma agenda de debates”. *Revista de Administração Pública*, 23 (1): 21-35. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9360>, consultado em 26/6/2017.
- CHAUÍ, Marilena. (2017), Entrevista concedida a Fabio Maleronka Ferron, em 28 de abril de 2017. Gravada em MOV.
- DURAND, José Carlos Garcia. (abr.-jun. 1996), “Profissionalizar a administração da cultura”. *Revista de Administração de Empresas*, 36 (2): 6-11. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901996000200002&script=sci_arttext, consultado em 25/3/2017.
- DURAND, José Carlos Garcia & GOUVEIA, Maria Alice; BERMAN, Graça. (1997), “Patrocínio empresarial e incentivos fiscais à cultura no Brasil: Análise de uma experiência recente”. *Revista de Administração de Empresas*, 37 (4): 38-44. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37956/36706>, consultado em 5/3/2017.
- FERRON, Fabio Maleronka. (2017), *O primeiro fim do MinC*. São Paulo, dissertação de mestrado em estudos culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

- Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-27112017-103623/>, consultado em 3/2/2018.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos Augusto. (2005), “A ficção da realidade brasileira”. In: ADAUTO, Novaes (org.). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro, Aeroplano/Senac-Rio.
- LAMOUNIER, Bolivar. (1991), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Edições Loyola.
- MENDONÇA, Marcos. (2017), Entrevista concedida a Fabio Maleronka Ferron. São Paulo, 15 de abril de 2017. Gravada em MOV.
- MICELI, Sergio. (1984a), *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.
- MICELI, Sergio. (1984b), “Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil”. *Revista de Administração de Empresas*, 24, (1): 27-31. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901984000100002&script=sci_arttext, consultado em 23/6/2017.
- ORTIZ, Renato. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (2006), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- POERNER, Arthur José. (2000), *Identidade cultural na era da globalização: política federal de cultura*. Rio de Janeiro, Revan.
- RIDENTI, Marcelo. (jun. 2005), “Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 17 (1): 81-110. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a03.pdf>, consultado em 19/6/2017.
- RIDENTI, Marcelo. (2012), “Cultura e política nos anos 1970: o fim do ciclo das vanguardas no Brasil”. *Brasa. Brazilian Studies Association*. Disponível em http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Marcelo-Ridenti.pdf, consultado em 20/1/2018.
- RUBIM, Antônio Albino C. & BARBALHO, Alexandre B. (orgs.). (2007), *Políticas culturais no Brasil*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- RUBIM, Antônio Albino C. (2009), “Políticas culturais e novos desafios”. *Revista Matrizes*, 2 (2). Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1240>, consultado em 2/4/ 2017.
- RUBIM, Antônio Albino C. (2015), “Políticas culturais no Brasil: desafios contemporâneos”. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Casa de Rui Barbosa/Itaú Cultural. Disponível em http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2015/05/PolíticasCulturais02_v07.pdf, consultado em 22/6/2017.
- SILVA, Frederico Augusto B. da & MIDDLEJ, Suylan (2011), *Políticas públicas culturais. A voz dos gestores*. Brasília, Ipea.
- SKIDMORE, Thomas. (1988), “A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. (1988), “A Nova República brasileira: sob a espada de Dâ-mocles”. In: STEPAN, Alfred. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SOUZA, Valmir. (2012), “Políticas culturais em São Paulo e o direito à cultura”. *Políticas Culturais em Revista*, 5 (2): 52-64. Disponível em <https://rigs.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6535/4821>, consultado em 29/6/2017.

Artigos de jornal

BIONDO, Sônia. (1984), “José Aparecido: A cultura é fator primordial do povo brasileiro”. *O Globo*, 28/3, p. 29.

CASTRO, Ruy. (1985), “O fantasma da ópera ministerial”. *Folha de S.Paulo*, 18/5, p. 49.

COELHO, João Marcos. (1984), “Maluf e Martins, cultura a quatro mãos”. *Folha de S.Paulo*, 30/5, p. 33.

COURI, Norma. (1985), “Cultura-85, um debate que começa”. *Folha de S.Paulo*, 6/1, p. 12.

O GLOBO. (1984), “Minas abre amanhã Encontro Nacional de Política Cultural”. *O Globo*, 20/4, p. 21.

Resumo

Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil

Este artigo analisa a criação do Ministério da Cultura, em 1985, por meio da identificação dos principais atores envolvidos, seus interesses e estratégias, bem como examina as posições dos partidos políticos que se pronunciaram a respeito da necessidade de uma pasta para a cultura separada da educação. Pela análise de fontes jornalísticas e entrevistas, relaciona aquele processo com as características particulares do contexto político da época e apresenta as discussões e debates que acompanharam o desenrolar do processo que definiu a criação de uma pasta autônoma para a cultura. Por fim, conclui que, embora o processo de montagem do Ministério da Cultura no governo Sarney tenha sido influenciado pelas vicissitudes políticas do momento e conduzido de modo pouco eficiente, ele foi expressão da remobilização da sociedade civil brasileira em torno de questões de política pública no processo de transição pós-autoritária na primeira metade dos anos de 1980.

Palavras-chave: Cultura; Ministério da Cultura; Intelectuais; Artistas; Políticas Culturais.

Abstract

Culture and politics: the creation of the Ministry of Culture in Brazil's transition to democracy

This article analyzes the creation of the Brazilian Ministry of Culture in 1985 by means of the identification of its main actor's interests and strategies and of the positioning of the political parties on the debate about the need for a specific ministry for Culture separated from the Ministry of Education. By locating this process in the political context of the mid-1980s through the analysis of journalistic fonts and interviews, it also considers the discussions and debates that led to the creation of an autonomous ministry of Culture. It finishes by concluding that even though

the process of creation of the Ministry of Culture might have been influenced by petty politics and conducted in a haste and rather inefficiently, it was an expression of the remobilization of Brazilian civil society in the transition to democracy in the early 1980s.

Keywords: Culture; Ministry of Culture; Intellectuals; Artists; Cultural Policies.

Texto recebido em 14/03/2018 e aprovado em 21/05/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.144335

FABIO MALERONKA FERRON é doutorando em sociologia da cultura na Universidade de São Paulo. E-mail: fabiomaleronka@gmail.com.

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA é professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: fsl@usp.br.



Estratificação horizontal da educação superior no Brasil

Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional¹

Flavio Carvalhaes*

<https://orcid.org/0000-0002-3782-1326>

Carlos Antônio Costa Ribeiro**

<https://orcid.org/0000-0002-9031-4665>

Introdução

Em todas as sociedades modernas a educação superior desempenha um papel central no processo de estratificação e mobilidade social. Pessoas com diplomas de ensino superior têm chances muito maiores de conseguir os melhores empregos em termos de salários e condições de trabalho do que pessoas que não completaram a educação superior. No Brasil por exemplo, em 2010 uma pessoa com diploma universitário ganhava em média 60% a mais do que uma pessoa apenas com ensino médio completo. Como os retornos financeiros associados a esse nível de ensino não são triviais, entender como se distribuem as oportunidades de cursar o ensino superior é algo importante. Se o acesso ao nível superior for restrito a certos grupos (socioeconômicos)

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

1. Este trabalho não existiria sem a contribuição dos pesquisadores envolvidos no Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Desigualdade, ligado ao Departamento de Sociologia da UFRJ. Agradecemos também aos servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) pelos comentários feitos em evento sobre o artigo. Os pesquisadores Maria Lígia Barbosa, Nelson do Valle Silva, Nathalie Reis Itaboraí, Rogério Barbosa e Luiz Carlos Zalaf também deram contribuições fundamentais à elaboração do artigo. Flavio Carvalhaes agradece ao CNPq o apoio por meio do edital n. 25/2015 “Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas”. Carlos Antônio Costa Ribeiro agradece ao CNPq pelo apoio através de bolsa de produtividade, à Faperj pelo apoio através da bolsa Cientista do Nosso Estado e à UERJ pelo apoio através do programa Pró-Ciência.

nicos, raciais), os retornos positivos irão incidir desproporcionalmente para esses grupos. Este artigo tem como objetivo entender justamente esse tipo de dinâmica por meio do estudo da distribuição de oportunidades educacionais no acesso a diferentes cursos e tipos de instituição no ensino superior brasileiro.

O acesso mais universalizado ao ensino superior é fundamental para diminuir as desvantagens de pessoas com origens nos grupos menos privilegiados. A diminuição da desigualdade de acesso ao ensino superior ocorre quando há expansão do número de vagas, que geralmente vem acompanhada da diversificação do sistema de ensino superior, que é o aumento do número de cursos e dos tipos de instituições nesse nível educacional. A literatura sobre estratificação educacional nos ensina que tanto o acesso aos diferentes níveis educacionais (ensino fundamental, ensino médio, ensino superior) quanto o tipo de educação recebida em um determinado nível educacional (educação vocacional/técnica ou generalista, diferentes cursos de ensino superior como medicina, administração ou pedagogia) influenciam as chances de alcançar os melhores empregos e salários (Gerber e Cheung, 2008). Tendo em vista que os diferentes diplomas não são iguais em termos das vantagens que trazem para os diplomados, diferenças de acesso e conclusão entre os cursos universitários em termos de classe, gênero e raça podem produzir desigualdades entre esses grupos no mercado de trabalho, mesmo que seu acesso ao ensino superior em geral não seja marcado por desigualdades sistemáticas. Desse ponto de vista, tanto a desigualdade de acesso quanto a desigualdade no retorno econômico associado aos cursos concluídos são dois aspectos fundamentais para explicar a persistência das desigualdades entre os grupos sociais. Isso se torna ainda mais importante a medida que o país desloca sua composição educacional para níveis mais altos de ensino e investe quantidades significativas de recursos em diferentes políticas públicas voltadas para o nível de ensino superior.

As pesquisas em diversos países indicam que vários aspectos da estratificação horizontal – principalmente, as áreas de especialização (cursos) e o tipo de instituição (elite versus não-elite, pública versus privada etc.) – estão correlacionados a variações salariais entre pessoas com diplomas universitários. No Brasil sabemos que há variação salarial entre os formandos em diferentes áreas (Menezes-Filho e Kirschbaum, 2015; Ribeiro e Schlegel, 2015) bem como desproporções significativas entre as distribuições de concluintes dos diferentes cursos em termos de raça, gênero e classe de origem (Letichevsky, Griboski e Meneghel, 2016). Também é conhecido que a desigualdade de acesso ao ensino superior em termos da classe de origem dos estudantes permanece alta, a despeito do aumento no número de vagas que ocorreu ao longo das últimas décadas (Ribeiro, 2011). Embora tenham trazido contribuições importantes, esses estudos têm duas limitações significativas. Aqueles que estudaram os diferentes cursos e a estruturação de suas oportunidades ou resultados no

mercado de trabalho estiveram restritos aos concluintes do ensino superior. Essa é uma limitação metodológica importante, pois não sabemos o padrão de seletividade interna desse nível de ensino. Na ausência desse conhecimento, é possível suspeitar se os resultados alcançados são artefatos estatísticos ou substantivamente relevantes. As pesquisas sobre estratificação educacional que tratam o acesso ao ensino superior de forma agregada, por sua vez, são insensíveis à heterogeneidade do sistema. Ao analisar apenas o acesso ao ensino superior, sem levar em conta o acesso a diferentes tipos de instituição (pública ou privada) e a diferentes cursos superiores (carreiras), um conjunto não trivial de informações sobre a desigualdade é agregado, e a heterogeneidade que permeia o sistema não é conhecida.

Nossa pesquisa investiga um aspecto ainda pouco conhecido sobre o caso brasileiro. Estudamos as desigualdades de oportunidades de acesso a 34 cursos diferentes de ensino superior em termos das características socioeconômicas, de raça e de gênero dos estudantes. Ao invés de estudar as características dos concluintes, que são apenas os alunos que conseguiram completar os cursos, focamos nossa análise nos alunos do primeiro ano, o que nos permite descrever as desigualdades de acesso ao ensino superior no país. Nossa abordagem está ancorada em análises multivariadas, ou seja, análises que levam em conta as características de gênero, raça e origem socioeconômica dos indivíduos líquidas dos efeitos umas das outras e de outras dimensões importantes (idade e região de moradia). A maioria dos estudos aos quais tivemos acesso fazem apenas análises descritivas, o que não possibilita descrever a desigualdade de oportunidades educacionais, que é medida pelas taxas relativas de entrada nos diferentes cursos e instituições.

Revisão da literatura

A literatura sociológica sobre estratificação educacional revelou que, apesar da considerável expansão educacional ao longo do século XX, a desigualdade de oportunidades entre diferentes coortes de idade (isto é, ao longo do tempo) se manteve constante ou se deslocou para níveis de ensino mais elevados em diversos países (Blossfeld e Shavit, 1993; Hout e DiPrete, 2006; Shavit, Yaish e Bar-Haim, 2007). Esse padrão levou à formulação da *hipótese da desigualdade maximamente mantida* (*MMI: maximally maintained inequality*), segundo a qual a associação entre origens de classe e destinos educacionais só diminuiria quando as taxas de transição para níveis educacionais mais elevados tivessem atingido padrões de saturação para os grupos socioeconomicamente privilegiados (Raftery e Hout, 1993).

Uma limitação dessa abordagem é sua insensibilidade para diferenças qualitativas e institucionais que marcam a organização de qualquer sistema escolar (Kerckhoff,

1999), e que são ainda mais relevantes no ensino superior, no qual há grande heterogeneidade nas diferentes carreiras, nos níveis de competitividade que permeiam o sistema e no padrão de recrutamento de cada instituição e curso. Toda essa heterogeneidade pode estar associada a características individuais como raça, sexo, região de moradia, nível socioeconômico e assim por diante (Gerber e Cheung, 2008). Do ponto de vista dos estudos sobre estratificação social, entender a estruturação das oportunidades é fundamental na medida em que mostra a associação entre características não escolhidas pelos indivíduos (por exemplo, *educação dos pais, sexo, e cor ou raça*) e diferenças qualitativas no sistema educacional tais como cursos e instituições (por exemplo, *34 cursos e instituições públicas ou privadas*). A entrada em diferentes cursos e instituições de ensino superior é a primeira barreira que pode levar à obtenção de credenciais com valores diferentes no mercado de trabalho. As credenciais educacionais de nível superior estão fortemente associadas à estruturação de resultados desiguais que afetam salários, empregabilidade, status ocupacional, orientações políticas e toda uma série de resultados socialmente relevantes (Van de Werfhorst e Kraaykamp, 2001; Van de Werfhorst, 2011; Hout, 2012; Triventi, 2013).

A incorporação das diferenças qualitativas (cursos, prestígio das instituições etc.) dos sistemas de ensino nas análises empíricas sobre a estruturação de oportunidades educacionais seria uma forma de entender a dimensão “horizontal” da desigualdade de oportunidades (Charles e Bradley, 2002). Sistemas escolares são desenhados explicitamente com diferenciações qualitativas, como trilhas generalistas ou vocacionais, cursos de licenciatura ou bacharelado, universidades ou faculdades. Análises preocupadas com a estruturação de oportunidades educacionais deveriam levar os desenhos institucionais em conta de forma explícita, uma vez que estudantes com diferentes perfis se distribuem de forma desigual dentro do sistema (Lucas, 2001).

Em suma, a conexão entre essa perspectiva e os estudos focados na estruturação de oportunidades no ensino superior é necessária tendo em vista o desenho institucional desse nível de ensino. A história de vários sistemas educacionais de ensino superior nos mostra que sua expansão vem, em geral, acompanhada da diversificação do sistema (diferentes tipos de instituição e de cursos, por exemplo). Nesse sentido, a preocupação com o mapeamento das características horizontais da desigualdade no ensino superior leva inevitavelmente à pergunta: qual seria o efeito da diversificação desse nível de ensino sobre a desigualdade de oportunidades? Uma característica típica da expansão dos sistemas terciários ao redor do mundo foi a criação de novos *cursos* e novos perfis *institucionais* para oferecê-los (Arum, Shavit e Gamoran, 2010). A ponderação sobre qual tipo de público veio a acessar o sistema nesses dois planos de sua diversificação é uma pergunta feita em diferentes contextos (Prates, Silva e Paula, 2012; Prates e Collares, 2014).

Um dos primeiros questionamentos sobre os benefícios da diversificação e diferenciação veio da sugestão de Brint e Karabel (1991) de que, no contexto norte-americano, as *community colleges* teriam um efeito ilusório, canalizando alunos de perfil socioeconômico baixo para suas vagas enquanto alunos privilegiados continuavam acessando cursos e instituições clássicas. Como os retornos salariais são muito diferentes entre egressos dessas diferentes instituições e desfavorecem os egressos das *community colleges*, Brint e Karabel (1991) sugerem que esse tipo de perfil institucional apenas *desvia* a demanda de grupos historicamente excluídos do ensino superior para setores menos prestigiados (com menores retornos no mercado de trabalho) e mantém o status quo. Lucas (2001) retomou a discussão em termos próximos, mas a generaliza para o sistema educacional como um todo. Em sua teoria sobre a *desigualdade efetivamente mantida* o autor sugere que grupos privilegiados conseguem mobilizar seus recursos para assegurar posições vantajosas para seus membros. Por exemplo, em um contexto de expansão e universalização do ensino médio nos Estados Unidos, aliado a um currículo flexível nas escolas, estudantes de nível socioeconômico alto estavam sobrerrepresentados em cursos avançados de todas as disciplinas, enquanto alunos de nível socioeconômico baixo estavam sobrerrepresentados em cursos vocacionais e direcionados à inserção precoce no mercado de trabalho.

Inspirados por teorias que apontavam a operação do processo sugerido acima, diversos trabalhos analisam os tipos de expansão do ensino superior e seus impactos na estruturação de oportunidades educacionais. Em trabalho pioneiro, Davies e Guppy (1997) investigaram a relação entre nível socioeconômico, desempenho acadêmico, escolha do curso superior e grau de seletividade da instituição escolhida. Seus resultados apontaram que estudantes em situação privilegiada tinham maior probabilidade de entrada não apenas em instituições altamente seletivas como também em cursos mais prestigiados.

Seguindo inspiração semelhante, Aylon, Godsky *et al.* (2008) analisaram o perfil socioeconômico de instituições de nível superior com variados graus de seletividade nos Estados Unidos e em Israel e mostraram como as disparidades socioeconômicas são contingentes ao formato institucional dos sistemas escolares dos países analisados. Enquanto em Israel a criação de novas instituições atendeu a um público de nível socioeconômico alto e de baixo desempenho acadêmico, nos Estados Unidos os grupos de nível socioeconômico mais baixo estavam sobrerrepresentados nas instituições menos prestigiadas, independentemente do desempenho acadêmico dos indivíduos.

Em outro estudo sobre Israel, Aylon e Yogev (2005) mostram, por um lado, que cursos mais concorridos tinham uma sobrerrepresentação de estudantes de origem socioeconômica privilegiada e, por outro, que estudantes com esse perfil,

mas com pior desempenho acadêmico, ainda conseguiam se alocar nesses mesmos cursos mais concorridos, porém em instituições privadas. Outro estudo nessa linha é o de Boliver (2010) que encontrou desigualdade no acesso a diferentes programas e instituições de maior prestígio na Inglaterra (ver também Van de Werfhorst, Sullivan e Cheung, 2003). Zarifa (2012) chegou a resultados semelhantes, mas com foco sobre efeitos socioeconômicos que separam os perfis dos estudantes de cursos com altos retornos no mercado de trabalho (administração e engenharia) de outros tipos de cursos (ciências sociais, humanidades etc.) no Canadá e nos Estados Unidos. Um estudo (Reimer e Pollak, 2010) sobre a Alemanha concluiu que a desigualdade socioeconômica se concentra na alocação de estudantes em condição privilegiada nos cursos de medicina e direito.

Em suma, a literatura sobre estratificação horizontal do ensino superior sugere que, em diversos países, as condições socioeconômicas das famílias dos estudantes estão fortemente associadas ao tipo de curso e de instituição aos quais esses estudantes têm acesso. Assim, nossa primeira hipótese de trabalho é que no Brasil também há forte estratificação horizontal em termos das condições socioeconômicas das famílias de origem, apesar da expansão do ensino superior que ocorreu nas duas últimas décadas.

Uma outra questão central na análise da diversificação, da desigualdade e do acesso ao ensino superior é a sub-representação de grupos raciais, étnicos ou religiosos nas posições de maior prestígio. A literatura mostra um padrão heterogêneo entre os diferentes países, não significando necessariamente que o pertencimento a um dos grupos desprivilegiados automaticamente coloque seus membros em desvantagem. Para os Estados Unidos, Posselt *et al.* (2012) aponta que latinos e negros tinham probabilidade baixa de serem selecionados em universidades altamente seletivas. Na Alemanha, em contraste, estudantes de origem turca que concluíram o ensino médio têm maior probabilidade de se matricular no ensino superior do que alunos de outros grupos étnicos (Kristen, Reimer e Kogan, (2008). Um estudo sobre Israel mostrou: (1) que a distância entre os grupos religiosos na dimensão vertical (acesso ao ensino superior) desaparece quando a origem socioeconômica e a experiência no ensino médio são levadas em conta, (2) que jovens de origem árabe continuam em situação de desvantagem em termos de acesso a cursos mais competitivos, (3) que judeus Asquenazes (grupo historicamente privilegiado) não apresentam vantagens no acesso a cursos mais concorridos, e (4) que judeus de origem soviética (um grupo mais pobre de migrantes recentes) têm presença relativamente alta em cursos competitivos e com altos retornos no mercado de trabalho (Feniger, Mcdossi e Ayalon, 2015). No Brasil também sabemos não só que há desigualdade racial no sistema educacional (Fernandes, 2004), como também que houve uma enorme expansão do acesso de pretos e pardos a esse nível educacional na última década (Marteleto, Marschner e

Carvalhaes, 2016). Esse aumento se deve à expansão do sistema e às diversas políticas de inclusão (por exemplo, cotas e ação afirmativa), mas ainda sabemos pouco sobre a estratificação horizontal em termos raciais.

Finalmente, também é importante ressaltar a dimensão de gênero da desigualdade horizontal no ensino superior. Esse é um aspecto especialmente relevante tendo em vista tendências recentes de reversão da desigualdade educacional que prejudicava mulheres em vários países (Buchmann, DiPrete e McDaniel, 2008; DiPrete e Buchmann, 2013). Apesar dessa reversão, o padrão de escolha de cursos superiores ainda é fortemente estruturado pela dimensão de gênero, com mulheres sobrerrepresentadas em cursos superiores de menor prestígio e com piores resultados no mercado de trabalho (Alon e DiPrete, 2015). Segundo Barone (2011), há três evidências estabelecidas pela literatura: (1) há uma clivagem humanista-científica complementada por uma divisão cuidado-técnica na segregação de gênero entre cursos em diferentes países, (2) a presença da segregação de gênero em diferentes cursos existe nos vários níveis de ensino, ainda que seu padrão e nível de intensidade seja diferente, e (3) houve uma redução tímida do padrão de desigualdade de gênero ao longo do tempo no mundo todo. Esses padrões são explicados, em geral, pela existência de crenças e valores sobre habilidades e inclinações “naturais” de homens e mulheres, que continuam presente nas sociedades contemporâneas e que são reproduzidas por pais, professores e colegas de classe (Charles e Bradley, 2002). Um componente relevante desses estereótipos seria a natureza “cuidadora” das mulheres, que as tornaria particularmente aptas para o desenvolvimento de atividades de cuidado (Charles, 2005). Com base nessa literatura, temos como hipótese que a dimensão de gênero na estratificação horizontal do ensino superior é saliente no Brasil, mesmo se levarmos em conta a enorme expansão do acesso à universidade alcançado pelas mulheres nas últimas cinco décadas (Ribeiro e Schlegel, 2015).

Nossa contribuição para essa literatura e para um melhor entendimento do caso brasileiro se baseia na investigação simultânea da estratificação horizontal do ensino superior entre cursos (34 carreiras) e tipos de instituição (pública ou privada) em termos de desigualdades de classe (socioeconômicas), de raça e de gênero. Nossa abordagem inova em relação aos estudos anteriores sobre o Brasil porque usamos modelos estatísticos que analisam simultaneamente esses três tipos de estratificação, ou seja, ao observarmos um tipo de estratificação, por exemplo de gênero, estaremos controlando pelos outros tipos de estratificação, por exemplo de raça e de classe. Assim, somos capazes de fazer uma descrição multivariada da estratificação horizontal no Brasil na década de 2000, quando o sistema mais se expandiu em sua história.

O contexto de expansão do Ensino Superior no Brasil

Nos anos de 1990, o ensino superior brasileiro dobrou de tamanho, indo de 1,5 milhão de alunos matriculados para 3 milhões (Schwartzman, 2004). Na década seguinte, o número voltou a dobrar, chegando em 2010 a 6.379.298 matrículas (Prates e Barbosa, 2015). Essa expansão se deu tanto porque o setor privado ampliou seu mercado de atuação diante do aumento da demanda por ensino superior, quanto pelo investimento governamental em políticas públicas voltadas para o aumento de vagas (Schwartzman, 2008). Atualmente 25% dos alunos que cursam graduação presencial estão matriculados em instituições de ensino superior públicas e 75% em instituições privadas. O protagonismo do setor privado na oferta de vagas se iniciou com a Reforma Universitária de 1968 (Martins, 2006), mas ganhou novo fôlego com a autorização para que as instituições pudessem ser voltadas ao lucro, um novo marco regulatório aprovado em 1997 (Sampaio, 2014)

A proeminência do ensino superior privado foi o aspecto que concentrou a maior parte da atenção dos estudos sobre a expansão e diversificação do ensino superior brasileiro (Neves, 2003; Collares, 2010; Prates e Collares, 2014; Sampaio, 2014; Prates e Barbosa, 2015). Esses estudos, no entanto, deram pouca atenção para a composição do setor em termos desagregados, principalmente no que diz respeito aos diferentes cursos. Uma exceção é o trabalho de Schwartzman (2004) mostrando que nos anos 2000 mais da metade das vagas do ensino superior se concentrava em cursos de ciências sociais aplicadas (Administração de Empresas, Direito) e de educação (Pedagogia). Embora o trabalho de Schwartzman (2004) indique esse tipo de concentração, temos pouca informação sobre os padrões de expansão em outros cursos e em período mais recente.

Nesse sentido, usamos os microdados dos Censos do Ensino Superior (Inep) de 2002 e 2010 para descrever a expansão dos diferentes tipos de instituição (pública ou privada) e cursos de ensino superior². No período avaliado, as matrículas expandiram 56%, como mostra a Tabela 1. Os cursos de Administração e Direito, no entanto, foram pouco afetados pela expansão do sistema. Entre 2002 e 2010 ambos permaneceram praticamente do mesmo tamanho com respectivamente 27,4% e 26,5% das

2. Padronizamos as bases de dados para que os nomes dos cursos coincidisse com o padrão do Enade, fazendo uma recodificação valendo-nos da variável de nome da OCDE, presente originalmente nas bases do Censo do Ensino Superior. Uma variável identificadora existe nas duas bases e permite saber quais cursos com padrão de nomeação da OCDE estão sob os diferentes códigos dos cursos do Enade. A padronização pode ser disponibilizada pelos autores, sob consulta. Essa padronização não diferencia bacharelados de licenciatura devido à estrutura dos microdados do Enade. Apresentamos na tabela o total de matrículas porque elas representam de forma mais precisa o tamanho dos cursos. Os mesmos resultados serão alcançados se analisarmos a quantidade de cursos, e não de matrículas.

TABELA 1
Expansão do Ensino Superior Brasileiro entre 2002 e 2010

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	2002		2010		DELTA	DINÂMICA 2002-2010	
	N	%	N	%		N	%
Administração	490665	14,11	745936	13,73	-0,38	255271	13,06
Direito	463135	13,31	694447	12,78	-0,53	231312	11,83
Engenharia	213868	6,15	501152	9,22	3,08	287284	14,70
Tecnológicos	79683	2,29	496236	9,13	6,84	416553	21,31
Pedagogia	323741	9,31	298662	5,50	-3,81	-25079	-1,28
EF&FISIO&TO	180030	5,18	276669	5,09	-0,08	96639	4,94
Enfermagem	71475	2,05	244884	4,51	2,45	173409	8,87
Ciências Contábeis	147362	4,24	224228	4,13	-0,11	76866	3,93
Comunicação Social	147410	4,24	175152	3,22	-1,01	27742	1,42
Computação	133264	3,83	157075	2,89	-0,94	23811	1,22
Letras	175849	5,06	146976	2,71	-2,35	-28873	-1,48
Psicologia	84283	2,42	136420	2,51	0,09	52137	2,67
Arquitetura&Urbanismo&Design	70308	2,02	131364	2,42	0,40	61056	3,12
Biologia	75497	2,17	109326	2,01	-0,16	33829	1,73
Medicina	59717	1,72	103312	1,90	0,18	43595	2,23
Farmácia	48688	1,40	101816	1,87	0,47	53128	2,72
História&Filosofia	85846	2,47	88626	1,63	-0,84	2780	0,14
Outros	31919	0,92	78516	1,45	0,53	46597	2,38
Física&Química	43752	1,26	74989	1,38	0,12	31237	1,60
Matemática	103096	2,96	74564	1,37	-1,59	-28532	-1,46
Serviço Social	28115	0,81	68713	1,26	0,46	40598	2,08
Nutrição	27225	0,78	64090	1,18	0,40	36865	1,89
Vet&Zoo	37683	1,08	62332	1,15	0,06	24649	1,26
Odontologia	47716	1,37	57603	1,06	-0,31	9887	0,51
Agronomia	26840	0,77	51117	0,94	0,17	24277	1,24
Ciências Econômicas	63375	1,82	50440	0,93	-0,89	-12935	-0,66
Geografia	47518	1,37	49170	0,91	-0,46	1652	0,08
Turismo	72430	2,08	32096	0,59	-1,49	-40334	-2,06
Biomedicina	5876	0,17	31220	0,57	0,41	25344	1,30
Ciências Sociais	20162	0,58	25998	0,48	-0,10	5836	0,30

continuação

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	2002		2010		Delta	Dinâmica 2002-2010	
	N	%	N	%		N	%
Teatro&Música	23579	0,68	23809	0,44	-0,24	230	0,01
Relações Internacionais	8623	0,25	18196	0,33	0,09	9573	0,49
Secretariado executivo	13731	0,39	13068	0,24	-0,15	-663	-0,03
Arquivologia&Biblioteconomia	8501	0,24	11415	0,21	-0,03	2914	0,15
Fonoaudiologia	13696	0,39	8735	0,16	-0,23	-4961	-0,25
Estatística	3941	0,11	4784	0,09	-0,03	843	0,04
Total	3478599	100	5433136	100		1954537	100

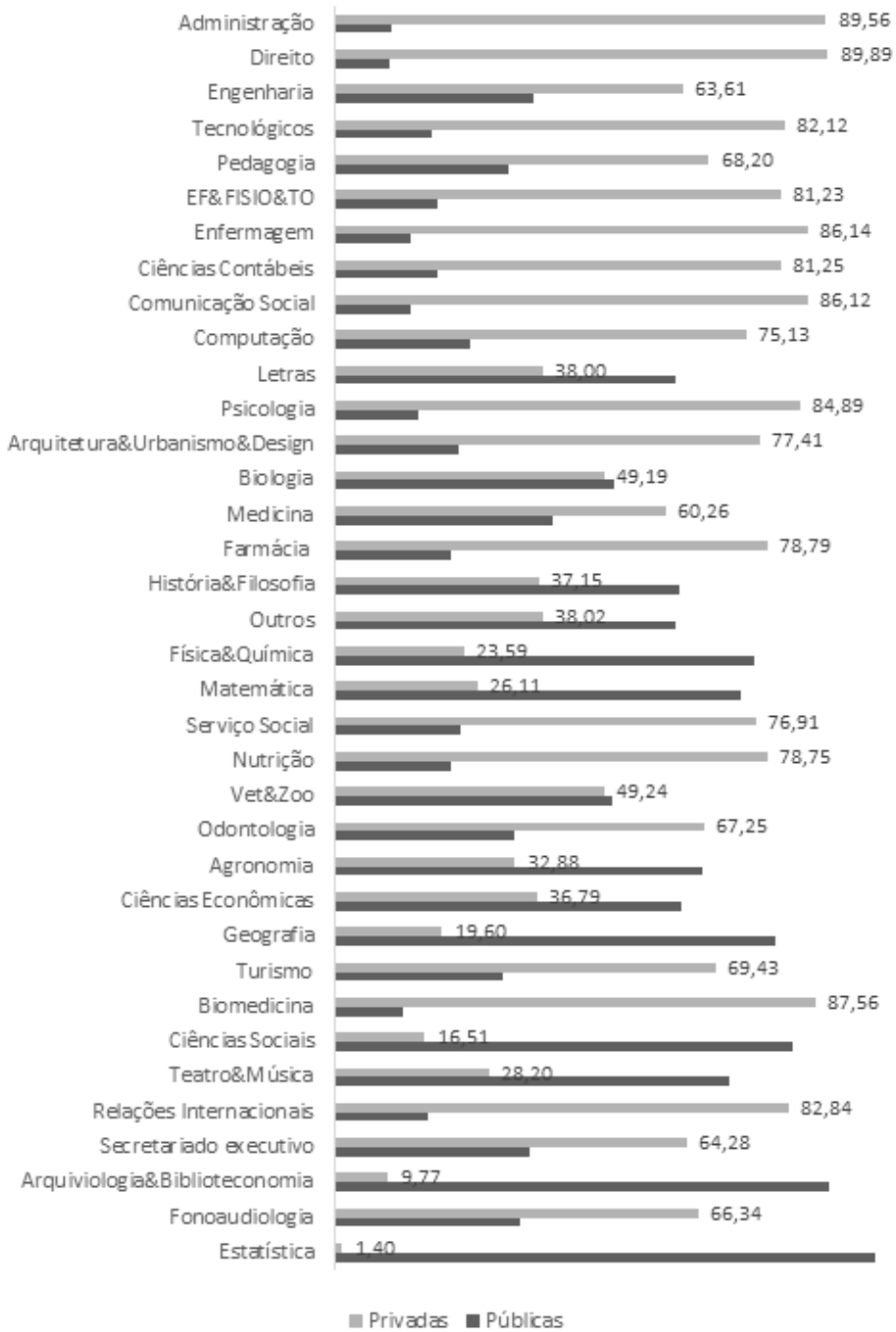
Fonte: Censo do Ensino Superior, Inep. Dados ordenados pelo número de matrículas dos cursos em 2010.

matrículas. As colunas 6 e 7 da Tabela 1 se focam somente na expansão do sistema. Elas representam o crescimento ou retração dos cursos (subtração da coluna 3 pela coluna 1). Na coluna 7 temos o resultado, que é a proporção do crescimento que coube a cada curso no período. Os resultados indicam que a diferenciação ocorreu principalmente devido à expansão dos cursos Tecnológicos (aumento de 21,3% como mostra a coluna “Dinâmica 2002-2010” da Tabela 1) e a diminuição de cursos tradicionais e ligados à formação docente, como pedagogia e letras (decréscimo da ordem de 2% cada um). O resultado também indica que a estabilidade dos cursos de administração e direito em 2010 se deve à sua forte expansão, que também foi acompanhada pelos cursos de Engenharia.

A Figura 1 informa a composição dos cursos por setor de oferta em 2010. A ilustração está ordenada de forma decrescente pelo tamanho dos cursos em termos de número de matrículas no ano avaliado. A conhecida sobrerrepresentação do setor privado no ensino superior brasileiro não ocorre em todos os cursos. Com efeito, o setor público concentra as matrículas de cursos que têm componentes fortes na formação de professores: ciências humanas, artes e ciência básica. Cursos de saúde, profissões liberais e ciências sociais aplicadas (Administração e Direito) têm sua oferta fortemente estruturada no setor privado.

No que tange ao acesso ao ensino superior e ao panorama de desigualdades que constitui o setor, há diversos estudos relevantes. Em geral, eles documentam uma persistência da desigualdade de acesso ao ensino superior ao longo do tempo, tanto entre coortes de idade mais velhas quanto entre mais jovens (Marteletto, Carvalhaes e Hubert, 2012; Marteletto, Gelber *et al.*, 2012). O trabalho mais recente (usando dados que contêm alunos que passaram pelo sistema educacional durante a década

FIGURA 1
Distribuição dos Cursos e Distribuição dos Cursos no Setor Público e Privado



Fonte: Microdados do Censo do Ensino Superior 2010, Inep. Elaboração própria.

de 2000) encontra estabilidade da desigualdade socioeconômica para entrada no ensino superior e diminuição das distâncias raciais para as coortes que foram expostas ao período mais recente de intensa expansão do ensino superior no país (Marteletto, Marschner e Carvalhaes, 2016). No que diz respeito à desigualdade racial, as barreiras à progressão educacional para o ensino superior eram significativas para negros nascidos antes de 1960 (Fernandes, 2004), mas foram possivelmente revertidas para as coortes nascidas entre 1985 e 1989 (Marteletto, Marschner e Carvalhaes, 2016). Finalmente, os trabalhos de Ribeiro (2011) e Torche e Ribeiro (2012) mostram que pessoas com origem socioeconômica alta e/ou que estudaram no ensino médio privado têm mais chances tanto de entrar na universidade quanto de entrar em instituições de ensino superior públicas.

Em relação à desigualdade horizontal de oportunidades no ensino superior no Brasil a literatura é mais escassa no que diz respeito a estudos com representatividade nacional, capazes de avaliar o setor após sua intensa expansão e diversificação nos anos 1990 e 2000. De fato, até onde foi possível identificar, não encontramos trabalhos sobre ingressantes do ensino superior e sua distribuição entre cursos em termos nacionais nos anos 1990 e 2000. Os trabalhos disponíveis que se encaixam em um desses dois critérios (Sampaio, Limongi e Torres, 2001; Collares, 2010; Ribeiro e Schlegel, 2015; Letichevsky, Griboski e Meneghel, 2016) contêm uma limitação metodológica significativa: todos estudam os concluintes do ensino superior, através do uso de dados do Provão, dos concluintes do Enade ou dos Censos Demográficos. Assim, podemos afirmar que não há estudo no país que identifique o padrão de seletividade de nosso ensino superior, ou seja, não se conhece a diferença de perfil entre ingressantes e concluintes e se há algum padrão sistemático de desistência e evasão que possa estar relacionado às variáveis de interesse, como por exemplo, nível socioeconômico, raça e gênero. Na ausência de evidências sobre a presença da seletividade, desconhece-se a validade de qualquer resultado alcançado sobre o acesso aos diferentes cursos superiores, uma vez que os estudos podem estar subestimando ou sobrestimando os resultados encontrados tendo em vista o padrão de evasão e sua associação com características dos alunos. Dado o desenho metodológico de nosso estudo, focado nos ingressantes, contornamos os problemas da seletividade e produzimos resultados inéditos para traçar o perfil socioeconômico, racial e de gênero no ingresso aos diferentes cursos e instituições do ensino superior brasileiro em 2007, 2008 e 2009.

Dados e modelos

Usamos dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e do Censo do Ensino Superior de 2010. O Enade é um exame conduzido anualmente

pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Verhine, Dantas e Soares, 2006). Utilizamos as bases de dados de 2007, 2008 e 2009, anos que continham avaliações para alunos ingressantes e concluintes. Após 2010, apenas concluintes foram avaliados. Como desconhecemos o padrão de seletividade interna entre ingressantes e concluintes, optamos por utilizar os dados mais antigos, não afetados por eventuais dinâmicas internas dos cursos que poderiam afetar nossos resultados. Nesse sentido, nossa abordagem é inédita na medida em que todos os estudos sobre estratificação horizontal do ensino superior utilizam dados sobre concluintes, que, insistimos, estão fortemente sujeitos à seletividade.

O Enade é conduzido de tal forma que em cada ano um conjunto específico de cursos seja avaliado. Ao juntar as três bases de dados abrangemos os cursos mais representativos da oferta de ensino superior no período. A base de dados é uma amostra representativa do conjunto de cursos selecionados para avaliação em um dado ano. Um problema que potencialmente afetaria nossos resultados é a alta presença de dados faltantes nas bases de dados. O caráter voluntário e a ausência de incentivos para comparecer à prova do Enade faz com que vários dos alunos sorteados para comporem a amostra não tenham informação presente na base de dados. Adicionalmente, há também casos de alunos presentes que não preenchem a bateria de questões socioeconômicas. Se o perfil desses dados ausentes tivesse algum traço sistemático (por exemplo, alunos mais pobres, de determinada região, grupo racial ou sexo), nosso estudo não seria possível. Para avaliar a presença desse tipo de seletividade, fizemos uma comparação dos dados do Enade com os do Censo do Ensino Superior. Padronizamos os nomes dos cursos presentes nas duas bases de dados e selecionamos apenas os alunos ingressantes em cursos presenciais no Censo do Ensino Superior (CES) de 2010. A comparação entre os dados do Enade e do CES não revela qualquer tipo de seletividade ou de viés, o que nos deixa confiantes em relação aos nossos resultados³.

Um limite dos dados analisados é a não identificação, por parte do Enade, da modalidade de oferta dos cursos nos anos avaliados. Assim, não é possível incorporar se os cursos avaliados são oferecidos na modalidade a distância ou se são presenciais. Naturalmente, a modalidade seria uma dimensão a ser incorporada no estudo do padrão de estratificação horizontal. Dada a impossibilidade de incorporá-la, sinalizamos aos leitores que interpretem nossos resultados considerando esse importante limite.

3. As tabelas podem ser obtidas com os autores do artigo, caso haja interesse.

Variáveis dependentes

Com base nos dados do Enade, operacionalizamos três tipos de variável dependente. Iniciamos nossas análises com uma variável agregada que resume de forma parcimoniosa os principais resultados do artigo. Construímos essa variável dependente com base nos resultados sobre os retornos ao ensino superior no mercado de trabalho elaborados com os dados do Censo Populacional de 2010⁴, aliado ao tipo de grau potencialmente emitido pelo curso (bacharelado, tecnológico ou licenciatura). Criamos uma variável de cursos separada em quatro categorias de retorno: muito alto, alto, médio e baixo. A Tabela A2, presente no Anexo, apresenta a opção de agregação e como se distribuem os cursos.

Ao avaliarmos a estratificação horizontal do ensino superior, podemos qualificar as vantagens alcançadas pelas pessoas que conquistam um diploma universitário. Em 2010, a renda média do trabalho das pessoas que tinha completado o ensino médio era R\$ 888,26, enquanto a renda média daquelas que haviam concluído o ensino superior era R\$ 1414,93. Em diversos países os retornos financeiros alcançados pelo diploma universitário são maiores para as mulheres do que para os homens, o que também ocorre no Brasil. Para os homens as rendas médias eram R\$ 1096,00 para os que concluíram o ensino médio e R\$ 1794,03 para os concluintes do ensino superior, enquanto para as mulheres as rendas eram R\$ 689,55 para as concluintes do ensino médio e R\$ 1185,93 para o ensino superior. Em outras palavras, o ensino superior aumentava, em relação ao ensino médio, em 60% a renda de todos, em 64% a renda dos homens e em 72% a renda das mulheres. De fato, o prêmio pelo ensino superior (o percentual de crescimento na renda média) era bastante significativo, embora tenha diminuído ao longo das décadas (Menezes-Filho e Kirschbaum, 2015).

O cálculo desses retornos financeiros ou “prêmios salariais” não leva em conta as diferenças de rendimentos entre os diplomados em diferentes cursos de ensino superior. Para avaliar as desigualdades nos retornos educacionais entre os 34 cursos estudados, usamos os dados do Censo Populacional de 2010 para estimar dois modelos de regressão linear para explicar as diferenças no logaritmo da renda do trabalho entre pessoas que completaram esses cursos. O primeiro inclui apenas as variáveis de controle: sexo, idade (30 a 39 anos), raça (branco ou não-branco) e região (norte, nordeste, sudeste, centro e sul), enquanto o segundo adiciona os cursos universitários concluídos, classificados como variáveis dicotômicas e tendo “medicina” como categoria de referência. Essa análise indica que os cursos universitários explicam

4. Interessados nesses resultados podem entrar em contato com os autores via e-mail para sua disponibilização. A tabela referente ao modelo se encontra no Anexo.

13,7% da variância $[100*(0,244-0,124)/(1-0,124)]$ no logaritmo dos rendimentos das pessoas com diploma universitário. A inclusão dos cursos universitários também contribui para diminuir as desigualdades de gênero e raça. Levando em conta os cursos universitários, a renda média dos homens passa a ser 36,5% maior do que a das mulheres, ao invés de 60,7% (como verificado no Modelo 1), e a renda média dos brancos passa a ser 18,2% maior do que a dos negros, ao invés de 30,6% (como verificado no Modelo 1). Isso indica que um pouco menos da metade das desigualdades salariais entre homens e mulheres, e entre brancos e não-brancos, podem ser explicadas pelos cursos universitários em que se formam. Em outras palavras, parte dessas desigualdades se deve ao curso universitário que homens, mulheres, brancos e não-brancos escolheram ou conseguiram entrar e se formar. Além de nos mostrar que parte das desigualdades racial e de gênero passam pelo curso universitário escolhido, o Modelo 2 nos permite observar a diferença entre as rendas médias de cada curso universitário. Os salários médios mais altos são os de médicos e os mais baixos, os de pessoas formadas em Pedagogia. A ordenação das rendas médias dos cursos, das mais altas para as mais baixas, é a seguinte: medicina, odontologia, engenharias, direito, arquitetura e design, estatística, relações internacionais, veterinária e zootecnia, economia, farmácia, informática, comunicação social, nutrição, psicologia, cursos tecnológicos, agronomia, administração, enfermagem, fonoaudiologia, biblioteconomia e arquivologia, contabilidade, teatro e música, ciências sociais, educação física, turismo, serviço social, secretariado executivo, biomedicina, biologia, matemática, geografia, letras, história e filosofia, e pedagogia. Fica claro que certos cursos (medicina, engenharia, direito, odontologia e arquitetura) são os que têm rendas médias mais altas, enquanto no outro extremo estão os cursos ligados ao magistério (pedagogia, história e filosofia, letras, geografia, matemática e biologia). É essa análise que guia a codificação de nossa primeira variável dependente.

Nossa segunda variável dependente são os cursos propriamente ditos. Fizemos um agrupamento dos 68 cursos originalmente presentes na base de dados e chegamos a uma variável que contém 34 categorias (cursos)⁵. Não há distinção possível entre cursos que oferecem e não oferecem licenciatura. Essa variável é capaz de apreender

5. A agregação está representada nos nomes indicados nas tabelas e gráficos, com exceção dos cursos tecnológicos e de engenharia. Para os cursos tecnológicos, são agregados os cursos: radiologia, agroindústria, alimentos, análise e desenvolvimento, automação industrial, construção de edifícios, fabricação mecânica, gestão da produção industrial, manutenção industrial, processos químicos, redes de computadores, saneamento ambiental, design de moda, marketing, processos gerenciais, gestão de RH, gestão financeira, gastronomia, gestão de turismo. Para os cursos de engenharia, foram agrupados os cursos: computação, cartografia, civil, agrimensura, hídrica, sanitária, controle e automação, eletrotécnica, eletrônica, telecomunicações, bioquímica e biotecnologia, alimentos, química, industrial química, têxtil, ambiental, minas, petróleo, industrial, agrícola, pesca, florestal.

a dimensão desagregada dos cursos, mas com número relativamente reduzido de categorias para facilitar a análise e sua ilustração. Finalmente, utilizamos a variável de setor de oferta dos cursos (público ou privado) e a combinamos com o tipo de curso para conduzir análises que contrastam o perfil do setor público e privado dentro de cada curso.

Variáveis independentes

A idade dos respondentes foi recodificada em duas categorias: estudantes entre 16 e 22 anos e estudantes entre 23 e 36 anos. A região de moradia seguiu a codificação norte & nordeste, centro-oeste, sul e sudeste. A variável de sexo foi codificada como masculino e feminino. A variável de posição socioeconômica das famílias dos alunos foi a escolaridade dos pais (selecionamos a maior entre pai e mãe) codificada entre menos que ensino médio completo, ensino médio completo e ensino superior ou mais. A variável de raça foi codificada como brancos e negros (a agregação daqueles que se identificam como pretos e pardos). Excluímos os outros grupos raciais (amarelos e indígenas) da análise devido a seu pequeno tamanho nas amostras.

Modelos

Todas nossas análises fazem uso de modelos adequados para o tratamento de variáveis categóricas. Usamos modelos logit multinomiais⁶, para os casos em que a variável dependente contém mais de duas categorias, e modelos de regressão logística para análises de variáveis binárias. As estatísticas de ajuste dos modelos se encontram na Tabela 2 e mostram que a adição das variáveis escolhidas promove a melhoria do ajuste do modelo e que o modelo escolhido é o mais adequado para modelagem dos dados. Para facilitar a visualização dos resultados, todos são apresentados com base no cálculo de probabilidades preditas ajustadas através do comando *margins* do Stata 13 (StataCorp, 2013). Todas as probabilidades preditas foram calculadas especificando os valores das variáveis independentes em suas médias, que é a forma

6. Os modelos logit multinomiais partem do pressuposto da “independência das alternativas irrelevantes”, segundo o qual a mudança em uma das alternativas não poderia afetar a distribuição de probabilidades nas outras alternativas (Powers e Xie, 2000; pp. 261). Fizemos os testes para avaliar a quebra desse pressuposto e verificamos que isso ocorre nos modelos que estimamos. Alternativamente estimamos modelos probit multinomiais, que são mais flexíveis e encontramos resultados praticamente iguais. Tendo em vista nossas análises pós-estimação (ver próximo parágrafo), decidimos apresentar os resultados para os modelos logit multinomiais porque o cálculo das probabilidades preditas consome muito tempo e não convergiu quando tentamos usar os modelos probit multinomiais. No entanto, como os resultados são muito semelhantes nas versões logit e probit temos confiança de que os resultados são verídicos.

canônica de estimação de efeitos médios das variáveis independentes focais.

No caso dos modelos logit multinomiais, obtivemos razões entre probabilidades preditas para os grupos de interesse e as reportamos em gráficos. Essa é uma forma intuitiva de ilustrar a prevalência da desigualdade nos cursos. Qualquer razão que supere 1 indica a presença da desigualdade naquele curso. A presença de um eixo positivo e um negativo se dá para seguir a métrica das razões e manter 1 como referência para identificação da desigualdade. Quando a razão entre as probabilidades tinha um valor inferior a 1, invertemos o numerador e o denominador e multiplicamos o resultado por -1 para possibilitar ilustrar somente efeitos com referência a uma unidade. Portanto, substantivamente, o número negativo não tem nenhum significado, esse é apenas um artifício para ilustração simultânea dos efeitos.

TABELA 2
Estatísticas de Ajuste dos Modelos

	IDADE	IDADE+REGIÃO	IDADE +REGIÃO +SEXO	IDADE+ REGIÃO+SEXO +RAÇA	IDADE+ REGIÃO+ SEXO+RAÇA +PSE
MODELO AGREGADO (N=471015)					
Log-Lik Apenas Intercepto	-576233,03	-576233,028	-576233,028	-576233,028	-576233,028
Deviance	1144312,23	1140073,671	1129462,828	1127130,27	1105814,986
R2 McFadden	0,007	0,011	0,02	0,022	0,04
R2 Máxima Verossimilhança	0,017	0,026	0,048	0,052	0,095
R2 Contagem	0,417	0,417	0,429	0,432	0,467
AIC	2,435	2,426	2,404	2,399	2,354
BIC	-4,99E+06	-5,00E+06	-5,01E+06	-5,01E+06	-5,03E+06
Log-Lik Modelo Completo	-572156,12	-570036,836	-564731,414	-563565,135	-552907,493
LR(3)	8153,826	12392,385	23003,228	25335,787	46651,071
R2 McFadden Ajustado	0,007	0,011	0,02	0,022	0,04
R2 Cragg & Uhler	0,019	0,028	0,052	0,057	0,103
R2 Contagem Ajustado	0,036	0,036	0,056	0,06	0,119
AIC*n	1144336,23	1140129,671	1129534,828	1127218,27	1105926,986
BIC'	-8114,645	-12235,662	-22807,324	-25100,702	-46337,624
Graus de liberdade	3	12	15	18	24
MODELO DESAGREGADO (N=47015)					
Log-Lik Apenas Intercepto	-1,36E+06	-1,36E+06	-1,36E+06	-1,36E+06	-1,36E+06
Deviance	2700845,36	2684301,088	2623071,412	2619129,238	2587377,031
R2 McFadden	0,008	0,014	0,036	0,038	0,049
R2 Máxima Verossimilhança	0,043	0,077	0,189	0,196	0,248
R2 Contagem	0,181	0,193	0,194	0,194	0,207

continuação

	Idade	Idade+Região	Idade +Região +Sexo	Idade+ Região+Sexo +Raça	Idade+ Região+ Sexo+Raça +PSE
AIC	5,735	5,7	5,57	5,562	5,495
BIC	-3,45E+06	-3,47E+06	-3,53E+06	-3,53E+06	-3,56E+06
Log-Lik Modelo Completo	-1,35E+06	-1,34E+06	-1,31E+06	-1,31E+06	-1,29E+06
LR(3)	20943,569	37487,837	98717,513	102659,687	134411,894
R2 McFadden Ajustado	0,008	0,014	0,036	0,037	0,049
R2 Cragg & Uhler	0,044	0,077	0,19	0,196	0,249
R2 Contagem Ajustado	0	0,015	0,015	0,015	0,031
AIC*n	2701049,36	2684777,088	2623683,412	2619877,238	2588329,031
BIC'	-20512,502	-35763,568	-96562,177	-100073,284	-130963,356
Graus de liberdade	33	132	165	198	264

Fonte: Microdados Enade 2007, 2008 e 2009. Inep. Elaboração própria.

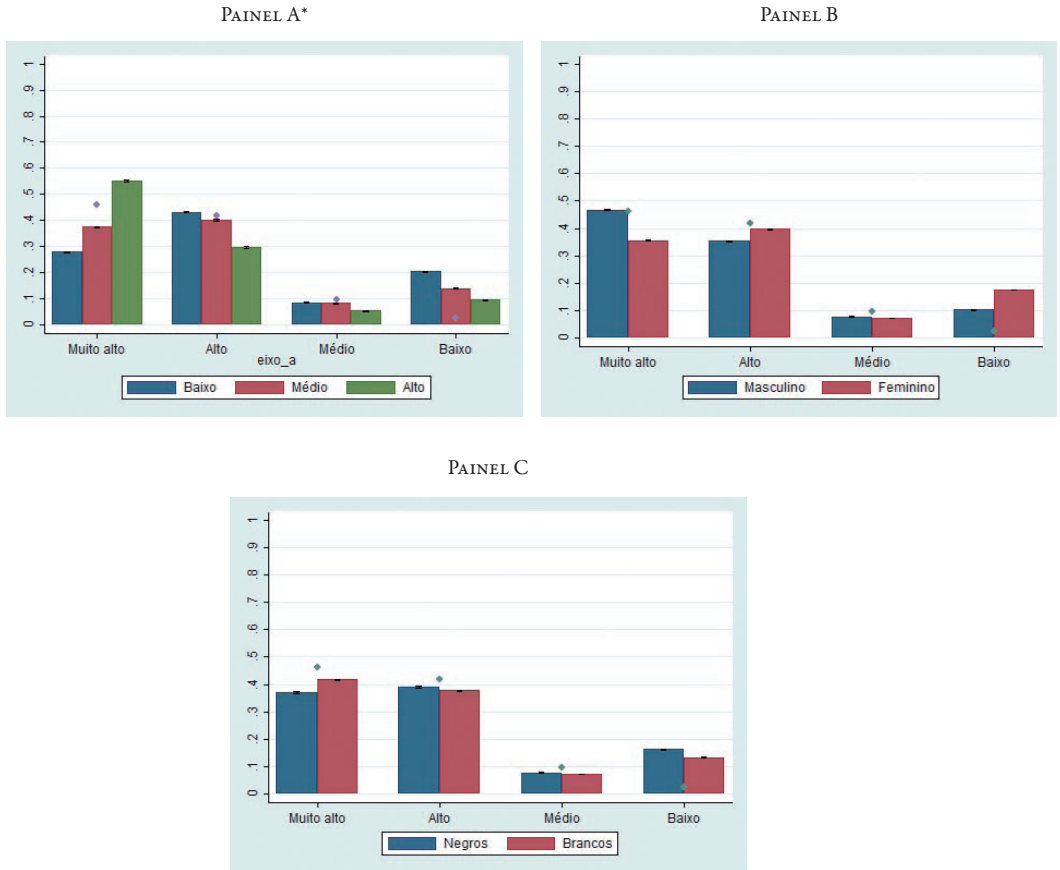
Estratificação horizontal: desigualdades de classe, gênero e raça

A literatura sociológica sobre estratificação horizontal do ensino superior, que apresentamos na segunda seção, mostrou que em diversos países há segregação em termos de classe (ou nível socioeconômico), raça e gênero entre os cursos universitários. Em geral as análises tendem a agregar vários cursos em grupos de cursos por áreas – por exemplo, ciências exatas, ciências da saúde etc. Em contraste, as amostras do Enade são enormes, o que nos permite analisar um grande número de cursos separadamente, ou seja, permitem uma descrição minuciosa da segregação de classe, de raça e de gênero entre os diversos cursos que compõe o ensino superior brasileiro no final da década de 2000.

No entanto, antes de apresentar as análises detalhadas, iniciamos com a descrição, mais parcimoniosa possível, que se refere aos modelos que usam nossa estratégia de agregação dos cursos com base em seus retornos no mercado de trabalho. Segundo recente recomendação de Lucas (Lucas e Byrne, 2017), a verificação empírica da hipótese da *desigualdade efetivamente mantida* é feita comparando a alocação de estudantes em posição socioeconômica privilegiada com estudantes de outras posições socioeconômicas. A Figura 2 plota as probabilidades preditas dos estudantes por seu nível socioeconômico, gênero, raça e agrupamento de cursos em painéis diferentes. As barras representam as probabilidades preditas e os pontos representam a proporção não-condicional de cada agrupamento de curso. Essa última proporção serve como referência para análise. Se uma barra se encontra acima do ponto, podemos falar

FIGURA 2

Probabilidades Preditas por Retornos de Cursos e Nível Socioeconômico, Sexo e Raça



*Variável de nível socioeconômico: Baixo = escolaridade dos pais inferior a ensino médio completo. Médio = escolaridade dos pais igual a ensino médio completo. Alto = escolaridade dos pais igual a ensino superior completo.

Fonte: Microdados Enade 2007, 2008 e 2009. Inep. Elaboração própria.

que há sobrerepresentação do grupo analisado, se ela se encontra abaixo, podemos interpretar como uma sub-representação.

A imagem é clara: o destino modal (mais comum) para estudantes de nível socioeconômico alto são cursos com altos retornos, enquanto estudantes de famílias de outros níveis socioeconômicos têm como destino mais comum os cursos com outros tipos de retorno, como mostra o PAINEL A. Abaixo iremos olhar de forma desagregada novamente para esse resultado, mas esse é um importante achado, previamente desconhecido no panorama das discussões sobre desigualdade de oportunidades no ensino superior brasileiro.

Como o PAINEL B da Figura 2 mostra, homens estão concentrados nos cursos de retornos muito altos, enquanto as mulheres nos cursos de retornos altos e baixos.

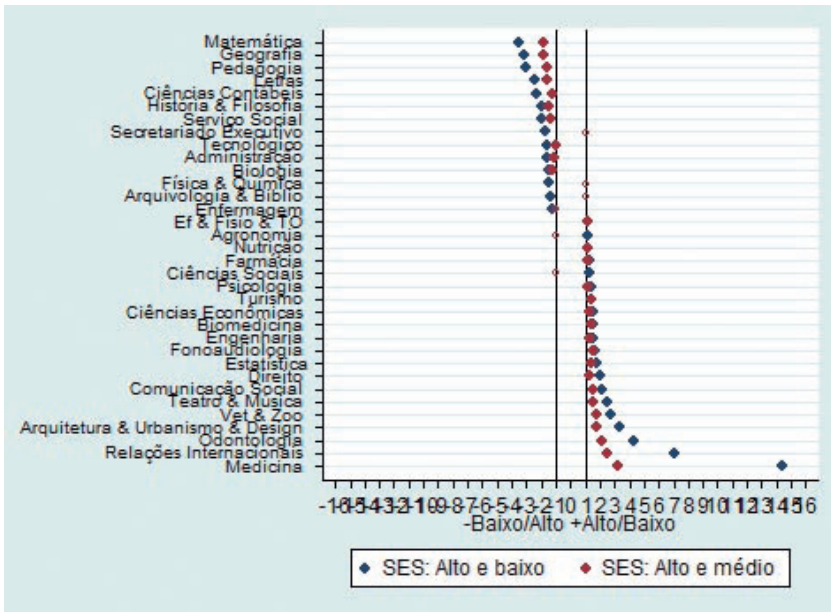
Finalmente, o Pannel C demonstra que há sobrerrepresentação de brancos em cursos com altos retornos, enquanto negros se concentram desproporcionalmente em cursos com retornos baixos. Contudo, o efeito racial é relativamente pequeno. Isso se explica porque a seletividade do sistema educacional prejudica os negros em pontos anteriores do sistema educacional (Marteleto, Marschner e Carvalhaes, 2016).

Feita essa descrição agregada do padrão de desigualdade, partimos para uma análise desagregada por cursos para entender quais são os cursos que ancoram as tendências identificadas. Nesse sentido, estimamos um outro modelo logit multinomial que permite descrever de forma clara a estratificação entre cursos universitários em termos de classe (escolaridade dos pais), sexo e raça. Em outras palavras, o modelo que inclui todas as variáveis acima permite analisar a estratificação horizontal levando em conta todos os efeitos, ou seja, ao descrevermos a estratificação em uma dimensão (por exemplo, sexo) estamos controlando pelo efeito de todas as outras dimensões analiticamente relevantes mais os controles (região e idade do estudante). Para apresentar os resultados encontrados calculamos as probabilidades preditas pelo modelo, bem como razões entre essas probabilidades. Com base nesses cálculos elaboramos um conjunto de gráficos, que descrevemos a seguir. A vantagem de apresentar os resultados em razões é que conseguimos produzir uma escala única para os resultados que podem, assim, ser comparados em sua intensidade.

A Figura 3 apresenta a desigualdade de acesso aos 34 cursos de ensino superior em termos das características socioeconômicas das famílias de origem dos estudantes. Tendo em vista que a escolaridade está fortemente correlacionada às condições socioeconômicas no Brasil, consideramos o grau de escolaridade dos pais uma ótima forma de mensurar as características socioeconômicas das famílias de origem dos estudantes. Para descrever as desigualdades socioeconômicas construímos duas razões com base nas probabilidades preditas calculadas em um modelo que tinha os 34 cursos como variável dependente: alto/baixo e alto/médio. Essas razões indicam as vantagens relativas em termos de origem socioeconômica, mantendo-se todas as outras variáveis do modelo em seus níveis médios. Os gráficos são simétricos, o que muda à direita e à esquerda são os numeradores e denominadores das razões, assim podemos ilustrar de forma bastante clara a sobrerrepresentação e a sub-representação dos grupos avaliados em cada curso.

A análise da Figura 3 mostra que o curso de medicina se destaca em termos da estratificação socioeconômica. De acordo com a ilustração, pessoas com origem socioeconômica alta têm quase 15 vezes mais chances de estar no curso de medicina do que pessoas com origem baixa e 3 vezes mais chances do que aqueles com origem média. Outros cursos que se caracterizam por terem mais chances de incluir alunos de classes mais altas são: relações internacionais; odontologia; arquitetura & urbanismo

FIGURA 3
*Cursos Universitários e Status Socioeconômico de Origem: Razões a partir de Probabilidades Preditas**



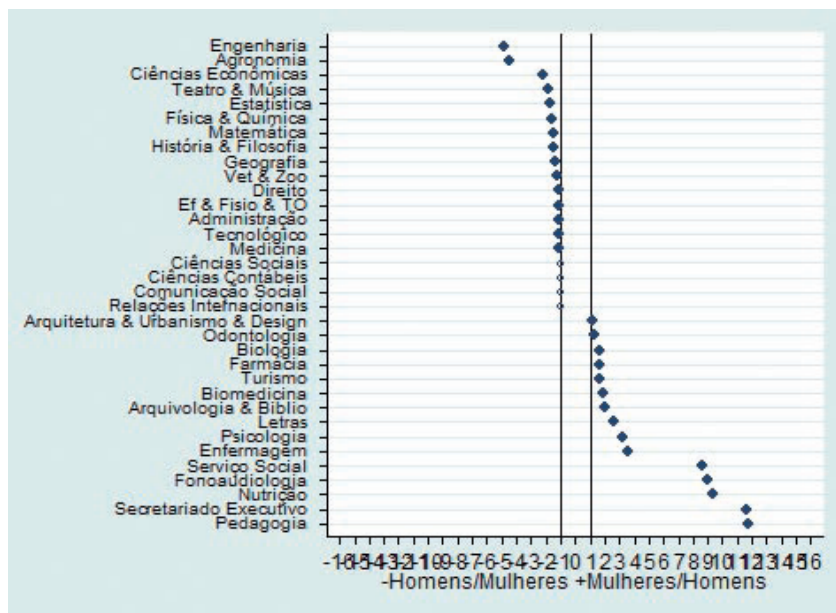
*Variável de nível socioeconômico: Baixo = escolaridade dos pais inferior a ensino médio completo. Médio = escolaridade dos pais igual a ensino médio completo. Alto = escolaridade dos pais igual a ensino superior completo. **Símbolos preenchidos apontam efeitos estatisticamente significativos, símbolos vazados não são estatisticamente significativos entre os elementos da razão.

Fonte: Microdados Enade (2007, 2008 e 2009); Inep. Elaboração própria.

& design; veterinária & zootecnia; teatro & música; comunicação social; direito; estatística; fonoaudiologia e engenharias. Por outro lado, observamos que pessoas com origens socioeconômicas baixas tem mais chances do que pessoas com origens altas de acesso aos seguintes cursos: matemática; pedagogia; geografia; letras; ciências contábeis, história & filosofia; serviço social, secretariado executivo, tecnológicos, administração, biologia, física & química, arquivologia & biblioteconomia. Fica claro que os cursos em que há mais chances de pessoas mais ricas entrarem são os de maior prestígio nas três grandes áreas do conhecimento: ciências exatas, ciências humanas e sociais e ciências da saúde. Em outras palavras, há uma clara estratificação horizontal entre os cursos universitários em termos da origem socioeconômica dos estudantes. Essa desigualdade contrasta principalmente estudantes de origem socioeconômica alta (como mostra a Figura 2) tendo em vista que não captamos muita desigualdade ao contrastar jovens de nível socioeconômico médio com jovens de nível socioeconômico baixo (dados não apresentados).

FIGURA 4

Razões entre as Probabilidades Preditas de Homens e Mulheres por Curso



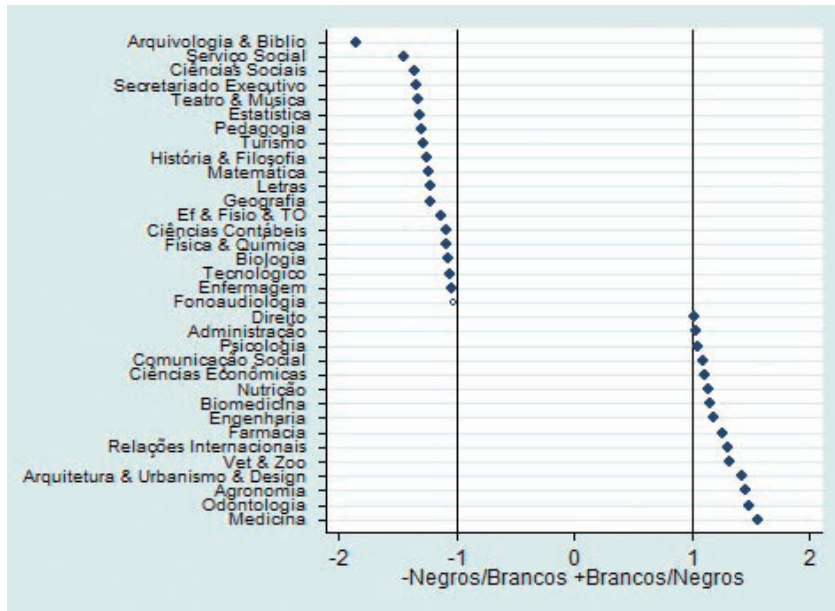
Fonte: Microdados Enade (2007, 2008 e 2009); Inep. Elaboração própria.

A Figura 4 nos permite descrever a estratificação horizontal em termos de gênero. Os cursos claramente mais femininos são: pedagogia, secretariado executivo, nutrição, fonoaudiologia, serviço social, enfermagem, psicologia, letras, arquivologia & biblioteconomia, biomedicina, turismo, farmácia, biologia, odontologia e arquitetura & urbanismo & design. Os cursos mais masculinos, por sua vez, são: engenharia, agronomia, ciências econômicas, teatro & música, estatística, física & química, matemática, história & filosofia, geografia, veterinária & zootecnia, direito, educação física & fisioterapia & terapia ocupacional, administração, tecnológicos e medicina. De fato, há maior probabilidade de encontrarmos mulheres em cursos relacionados a docência e aos cuidados de saúde. Esse tipo de estratificação por gênero não é uma especificidade do Brasil, ou seja, essa diferença por gênero foi observada em todos os países para os quais há análises sobre estratificação horizontal por gênero, um tema tratado de forma paralela em relação às discussões sobre estruturação socioeconômica na literatura relevante, dada sua ligação com a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Surpreendentemente, esse é um tema pouco mobilizado na literatura sobre padrões de estratificação do ensino superior brasileiro e, como nossos resultados demonstram, é um tópico que merece atenção.

A Figura 5 apresenta os resultados para a estratificação racial. Os cursos à direita do valor 1 são aqueles em que há mais chances de se encontrar brancos e os à esquer-

FIGURA 5

Cursos de Ensino Superior e Raça: Razões a partir de Probabilidades Preditas



Fonte: Microdados Enade (2007, 2008 e 2009); Inep. Elaboração própria

da, aqueles em que há mais chances de se encontrar negros. Assim como os gráficos anteriores, esse também apresenta os resultados levando em conta todas as variáveis incluídas no modelo. A ilustração deve ser analisada com cuidado porque seu eixo tem valores diferentes das ilustrações anteriores. A comparação deve, portanto, levar em conta a diferença de magnitudes entre os gráficos. A diferença de magnitude é compreensível tendo em vista a seletividade racial no ensino médio (Marteleto *et. al.*, 2016) e o controle pela posição socioeconômica embutido no modelo. Mesmo com essas ressalvas, encontramos diferenças estatisticamente significantes entre os grupos raciais. Há sobrerrepresentação de negros em arquivologia & biblioteconomia, Serviço social, ciências sociais, secretariado executivo, teatro & música, estatística, pedagogia, turismo, história & filosofia, matemática, letras, geografia, educação física & fisioterapia & terapia ocupacional, ciências contábeis, física & química, biologia, tecnológicos e enfermagem. Brancos, por sua vez, estão sobrerrepresentados em direito, psicologia, comunicação social, ciências econômicas, nutrição, biomedicina, engenharia, farmácia, relações internacionais, veterinária & zootecnia, arquitetura & urbanismo & design, agronomia, odontologia e medicina.

Tendo traçado o panorama da estratificação horizontal entre os cursos, podemos verificar se há diferenças, dentro dos cursos, entre os setores – público ou privado – nos quais os alunos se encontram. Para tanto estimamos uma série de modelos logit

(um para cada curso universitário) para verificar em que medida há desigualdade de acesso a instituições públicas e privadas de ensino superior⁷. Esse é um teste particularmente relevante para a variável de posição socioeconômica, pois os efeitos identificados na Figura 3 podem ser vistos como um mero efeito de composição dos cursos dominados pela oferta privada. Uma vez que esses cursos cobram mensalidades, estudantes vindos de famílias com melhores condições socioeconômicas estariam concentrados em cursos com grande oferta de ensino privado pelo simples fato de poderem pagar por seus estudos.

Nossos resultados não apontam de forma homogênea para essa direção. Com efeito, apontam na direção contrária para a maioria dos cursos: estudantes de nível socioeconômico mais alto estão sistematicamente menos presentes no ensino privado quando comparados com estudantes de outros níveis socioeconômicos. Isso é facilmente observado na Tabela 3. Qualquer razão acima de 1 representa uma sobre-representação no ensino privado do grupo presente no numerador em relação ao grupo presente no denominador.

O resultado tem que ser analisado com cuidado devido à escolha da variável de posição socioeconômica – um indicador do nível de escolaridade da família, e não de rendimentos, que teriam uma relação mais direta e óbvia com o pagamento de mensalidades. Feita essa ressalva, é interessante notar que o setor privado, em que o pagamento é condição necessária para frequência, é o que mais absorve pessoas de origem socioeconômica baixa.

Esse resultado chama atenção para dois tipos de características e iniciativas institucionais presentes no ensino superior do país. Primeiramente, a transição linear entre escola e trabalho não é o padrão no país (Comin e Barbosa, 2011). Estudantes que trabalham para pagar seus estudos não são exceção. Os modelos institucionais dos setores de oferta público e privada têm, explicitamente, direções distintas com características organizacionais próprias, notadamente o ensino e a pesquisa. Institucionalmente isso é explicitamente adotado no turno de oferta de cursos (diurno, vespertino ou noturno) que, naturalmente, afeta o tipo de público que frequenta cada setor e, conseqüentemente, a composição socioeconômica dos alunos dos cursos. Como há mais cursos noturnos no setor privado, essa pode ser uma das razões de vermos a absorção de estudantes de nível socioeconômico baixo no setor.

Adicionalmente, também temos que apontar que os tipos de política pública adotadas no ensino superior brasileiro para promover o acesso têm, em termos de volume, uma maior capacidade de absorção de alunos no ensino privado que no

7. Para economizar espaço não apresentamos esses modelos aqui. Caso haja interesse, entre em contato com os autores.

TABELA 3

Razões entre Probabilidades Preditas de Estar no Setor Privado por Curso

	RAZÕES ENTRE PSES		
	MÉDIA/BAIXA	ALTA/BAIXA	ALTA/MÉDIA
Administração	0,99	0,95	0,96
Direito	<u>1,00</u>	0,96	0,96
Vet & zoo	<u>0,98</u>	<u>0,98</u>	<u>0,99</u>
Odontologia	0,91	0,88	<u>0,96</u>
Matemática	0,91	0,62	0,69
Comunicação Social	<u>0,99</u>	0,97	0,97
Letras	<u>1,01</u>	0,86	0,85
Medicina	<u>0,98</u>	<u>1,12</u>	1,14
Ciências Econômicas	0,88	0,82	<u>0,93</u>
Física & Química	0,72	0,44	0,61
Biologia	<u>0,98</u>	0,81	0,83
Agronomia	0,81	0,72	0,89
Psicologia	0,96	0,92	0,95
Farmácia	0,98	0,91	0,93
Pedagogia	<u>1,00</u>	0,93	0,94
Arquitetura & Urbanismo & Design	0,97	0,91	0,94
Ciências Contábeis	0,98	0,90	0,93
Enfermagem	0,96	0,92	0,96
História & Filosofia	0,86	0,69	0,80
Fonoaudiologia	0,89	0,90	<u>1,01</u>
Nutrição	0,95	0,89	0,94
Turismo	<u>1,04</u>	<u>1,02</u>	<u>0,98</u>
Geografia	0,82	0,71	<u>0,87</u>
Ef & Físio & TO	0,98	0,95	0,97
Serviço Social	0,95	0,90	0,94
Teatro & Música	<u>1,01</u>	0,81	0,80
Ciências Sociais	<u>1,12</u>	<u>0,77</u>	<u>0,69</u>
Biomedicina	0,97	0,91	0,93
Engenharia	0,93	0,76	0,82
Arquivologia & Biblio	0,60	0,47	<u>0,78</u>
Secretariado executivo	0,94	0,78	0,83
Tecnológico	<u>1,00</u>	0,98	0,98
Relações internacionais	<u>1,01</u>	<u>0,96</u>	0,95
Estatística	<u>0,54</u>	<u>0,18</u>	0,33

*Números sublinhados *não* são estatisticamente significantes a um nível de 95%.

Fonte: Microdados Enade 2007, 2008 e 2009. Inep. Elaboração própria.

público. Ainda que o setor público federal tenha feito esforços sistematicamente orientados para absorção de alunos de perfil não tradicional, seu custo e tamanho são limitados em termos de impacto. Por outro lado, políticas públicas como o Prouni e o Fies⁸ são, portanto, parâmetros que também devem ser levados em conta como fatores explicativos para o resultado que observamos.

Feito o esclarecimento deste resultado, há uma exceção para o padrão observado que é significativa. Nos cursos de Medicina, não se observam diferenças estatisticamente significantes entre os contrastes, com exceção da diferença entre estudantes de nível socioeconômico alto comparados com os de origem média, que tem os primeiros sobre representados no ensino privado. Dado o nível de competitividade dos cursos de medicina, este é um forte sinal que famílias que contem alunos de nível acadêmico menos competitivo podem compensar essa desvantagem de forma privada, pagando pelo estudo de seus membros.

Conclusões

Na década de 2000 houve uma enorme expansão do ensino superior brasileiro, que duplicou o número de vagas oferecidas. Paralelamente ocorreu a diversificação do sistema com a multiplicação de novos cursos e formatos institucionais (principalmente os cursos Tecnológicos e a modalidade de ensino a distância). Esse contexto parece ter sido acompanhado por forte estratificação horizontal entre os cursos e tipos de instituição (públicas e privadas) principalmente em termos de classe de origem (educação dos pais) e gênero, mas também em menor escala em termos raciais. Essa avaliação, devemos lembrar, foi feita com base em análises multivariadas que levam em conta conjuntamente não apenas essas características como também outras variáveis, inclusive um teste de habilidade verbal, ou seja, descrevemos as desigualdades em termos de probabilidades condicionais. Nossa abordagem é relativamente inovadora na medida em que analisamos a desigualdade de oportunidades na estratificação horizontal do ensino superior entre os alunos ingressantes, enquanto a maioria dos estudos se limitou a fazer análises descritivas com base nos alunos concluintes.

Os processos que geram os padrões que encontramos se caracterizam, por um lado, por escolhas e preferências de carreira dos estudantes e, por outro, por oportunidades que se abrem diferencialmente ao longo de sua vida escolar e familiar. Enquanto as escolhas são tomadas pelos próprios estudantes individualmente, as

8. O Programa Universidade para Todos (Prouni) está vinculado ao governo federal e financia integral ou parcialmente bolsa de estudo para alunos em universidades privadas. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do governo federal que concede crédito subsidiado para estudantes cursarem universidades privadas.

oportunidades que encontram não são decisões suas porque dependem de condições de vida que não escolhem. Em particular, podemos dizer que há oportunidades distintas que se apresentam para homens e mulheres, para brancos e negros, para pessoas cujos pais tinham graus de escolaridade distintos (origens de classe distintas). Pessoas com diferentes oportunidades de vida tomam decisões distintas ao pleitear vagas no ensino superior. Embora todas tenham algo em comum, na medida em que terminaram o ensino médio, sabemos que as pessoas com alto nível socioeconômico podem ter um desempenho acadêmico melhor por terem estudado em melhores escolas e terem acesso a mais informação para calibrar suas escolhas e, portanto, há uma tendência para escolherem e serem aprovados em cursos mais seletivos e com maior prestígio. Diferenças nas escolhas de homens e mulheres também dependem de diferenças culturais e sociais que pessoas de sexos diferentes encontram ao longo da vida. Desigualdades raciais na sociedade também implicam em oportunidades educacionais distintas para brancos e negros, embora a raça esteja fortemente correlacionada a classe de origem. Assim, na hora de escolher um curso universitário os estudantes combinam preferências individuais por determinadas áreas do conhecimento com avaliações objetivas sobre suas chances de entrar ou não em cursos mais seletivos. Nesse sentido, a estratificação horizontal entre cursos universitários em termos de classe, sexo e raça são fruto de escolhas individuais que dependem tanto de preferências quanto de avaliações relativamente objetivas das reais chances de entrar ou não em cursos mais seletivos.

Essa última afirmação aponta para o principal limite de nosso trabalho. Infelizmente, apesar de termos dados de excelente qualidade sobre o ensino superior brasileiro, não temos acesso às trajetórias educacionais dos alunos que ocupam esse setor. Isso impossibilita a estruturação de análises que contraste a principal categoria de interesse de nossa análise, que seriam os estudantes qualificados para entrar no ensino superior, mas que não seguem essa opção. A ponderação entre algumas variáveis medindo características herdadas e outras que operacionalizam a habilidade acadêmica dos alunos seria uma estratégia para entender a estratificação educacional de forma mais sofisticada, direção que seria positiva do ponto de vista científico e também para a orientação de políticas públicas. Na ausência de dados com essas características, nossas análises representam uma reflexão sobre probabilidades condicionais e a sub e sobre-representação de estudantes nos cursos analisados. Tendo em vista as discussões nacionais, acreditamos que essa não seja uma contribuição trivial, mas seu limite deve ser reconhecido.

Uma outra limitação de nossas análises é seu caráter estático. Avaliamos apenas um ponto no tempo em um período de profundas transformações do ensino superior sob qualquer ângulo que o setor seja analisado. O ensino superior brasileiro no período

posterior a nossas análises sofreu um aprofundamento do caráter privado de sua oferta, uma série de políticas públicas foram direcionadas ao setor, novas modalidades (ensino a distância) e opções de formação (cursos tecnológicos) se consolidaram. A comparação temporal da evolução dos efeitos identificados ante essas mudanças é essencial, como também o é a incorporação analítica que as mudanças requerem. Aqui apontamos dois importantes parâmetros de estratificação da oferta de ensino (cursos e setor público ou privado), mas há uma outra série de dimensões com as quais a pesquisa futura também deve se preocupar: modalidade (presencial ou distância), grau (bacharelado, licenciatura, tecnológico) e turno (diurno, vespertino, noturno).

Ainda que sejam reconhecidos esses limites, nossos resultados apontam características importantes do sistema. Primeiramente, qualificamos a forma de distribuição das matrículas entre 2002 e 2010 e pudemos qualificar uma dimensão que fugiu da atenção dos pesquisadores que analisaram a expansão do sistema de ensino superior brasileiro. Atentos à dimensão horizontal da oferta, pudemos apontar os limites da diferenciação do setor, uma vez que ainda que o setor tenha vivido uma intensa expansão, os cursos de maior prevalência, administração e direito, tiveram estabilidade na composição da oferta de ensino. Adicionalmente, ao analisar o padrão de distribuição de oportunidades, observamos que pessoas com origem nos estratos mais altos (pais com ensino superior) estão sobrerrepresentados nos cursos de maior prestígio e retornos no mercado de trabalho (medicina, odontologia, engenharias etc.) e em instituições públicas do que pessoas com origem nas classes mais baixas. Também encontramos forte estratificação por gênero tendo em vista que homens têm maior probabilidade de entrar em cursos das ciências exatas e mulheres em cursos relacionados ao ensino e aos cuidados. A estratificação racial é menor quando levamos em conta classe de origem e gênero, mas permanece significativa com brancos tendo mais chance de acessar cursos mais privilegiados e negros com maiores chances de entrar em cursos menos prestigiosos. Esses padrões de estratificação horizontal são muito semelhantes aos encontrados em diversos outros países para os quais há estudos disponíveis, ou seja, a estratificação horizontal do ensino superior que descrevemos não é uma particularidade brasileira.

Tendo em vista nossos alcances e limites e diante das conhecidas transformações que afetaram e afetam o ensino superior brasileiro, afirmamos com segurança que restam ainda muitas perguntas a serem respondidas. Mais do que uma pesquisa encerrada, este artigo é um primeiro passo na exploração de um programa de pesquisa que investigue de forma desagregada e dinâmica a estruturação de oportunidades do ensino superior brasileiro.

Anexo

TABELA A1
Modelos de Regressão para o Logaritmo da Renda Mensal do Trabalho para Pessoas que Completaram o Ensino Superior

	MODELO 1			MODELO 2		
	BETA		ERRO PADRÃO	BETA		ERRO PADRÃO
IDADE	0,021	***	0,001	0,026	***	0,000
REGIÃO (base: norte)						
NE	-0,245	***	0,008	-0,225	***	0,007
SE	-0,040	***	0,007	-0,122	***	0,007
S	-0,127	***	0,008	-0,165	***	0,007
CO	0,006		0,008	-0,019	*	0,008
HOMEM	0,475	***	0,003	0,311	***	0,003
BRANCO	0,267	***	0,004	0,167	***	0,003
DIPLOMAS (Base: Medicina)						
Administração				-1,107	***	-0,011
Direito				-0,842	***	0,011
Vet & zoo				-0,940	***	0,020
Odontologia				-0,613	***	0,014
Matemática				-1,375	***	0,015
Comunicação Social				-1,034	***	0,017
Letras				-1,446	***	-0,012
Ciências Econômicas				-0,978	***	0,016
Física & Química				-1,191	***	0,022
Biologia				-1,368	***	0,015
Agronomia				-1,103	***	0,016
Psicologia				-1,079	***	0,015
Farmácia				-1,004	***	0,016
Pedagogia				-1,510	***	-0,010
Arquitetura & Urb. & Design				-0,910	***	0,016
Ciências Contábeis				-1,209	***	-0,012
Enfermagem				-1,118	***	0,013
História & Filosofia				-1,479	***	0,018
Fonoaudiologia				-1,119	***	0,014
Nutrição				-1,042	***	0,035
Turismo				-1,295	***	0,018
Geografia				-1,431	***	0,017

continuação

	MODELO 1			MODELO 2		
	BETA		ERRO PADRÃO	BETA		ERRO PADRÃO
IDADE	0,021	***	0,001	0,026	***	0,000
REGIÃO (base: norte)						
NE	-0,245	***	0,008	-0,225	***	0,007
SE	-0,040	***	0,007	-0,122	***	0,007
S	-0,127	***	0,008	-0,165	***	0,007
CO	0,006		0,008	-0,019	*	0,008
HOMEM	0,475	***	0,003	0,311	***	0,003
BRANCO	0,267	***	0,004	0,167	***	0,003
DIPLOMAS (Base: Medicina)						
Ef & Fisio & TO				-1,293	***	0,026
Serviço Social				-1,302	***	0,017
Teatro & Música				-1,260	***	0,033
Computação				-1,030	***	0,012
Ciências Sociais				-1,275	***	0,030
Biomedicina				-1,363	***	0,015
Engenharia				-0,716	***	0,012
Arquivologia & Biblio				-1,178	***	0,038
Secretariado executivo				-1,321	***	0,026
Tecnológico				-1,089	***	0,018
Relações internacionais				-0,936	***	0,048
Estatística				-0,781	***	0,062
_Constante	6,650	***	0,019	7,852	***	0,021
R2	0,124			0,244		

***sig<0,001.

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Populacional 2010. Elaboração própria.

TABELA A2

Distribuição dos Cursos e Agregação

MUITO ALTO (n = 202790, 36,62%)		
	N	%
Direito	71646	37.67
Engenharia	34431	18.10
Comunicação Social	19074	10.03
Psicologia	15479	8.14

continuação

MUITO ALTO (n = 202790. 36,62%)		
Arquitetura&Urbanismo&Design	10955	5.76
Farmácia	8679	4.56
Ciências Econômicas	5829	3.06
Vet&Zoo	5426	2.85
Medicina	4821	2.53
Odontologia	4327	2.27
Agronomia	3612	1.90
Biomedicina	2946	1.55
Relações Internacionais	2468	1.30
Estatística	516	0.27
ALTO (n = 183284. 33,10%)		
Administração	85259	49.25
Arquivologia&Biblio	1024	0.59
Ciências Contábeis	27178	15.70
EF & Fisio & TO	27236	15.73
Enfermagem	16515	9.54
Fonoaudiologia	944	0.55
Nutrição	6587	3.81
Serviço Social	5401	3.12
Turismo	2968	1.71
MÉDIO (n = 43320. 7,82%)		
Tecnológicos	35424	95.86
Secretariado Executivo	1529	4.14
BAIXO (n = 124345. 22,46%)		
Pedagogia	24466	34.59
Letras	9488	13.41
Biologia	9471	13.39
História&Filosofia	7618	10.77
Física&Química	7525	10.64
Matemática	5273	7.45
Geografia	3521	4.98
Ciências Sociais	1109	1.57
Teatro&Música	227	3.21

Fonte: Microdados Enade 2007, 2008 e 2009. Inep. Elaboração própria.

TABELA A3

Estatísticas Descritivas das Variáveis Independentes da Variável de Curso Agregada

	IDADE		REGIÃO				SEXO		RAÇA		NÍVEL SOCIOECONÔMICO		
	16-22	23-26	NE+N	SE	S	CO	M	F	NEGROS	BRANCOS	BAIXO	MÉDIO	ALTO
MUITO ALTO	0,71	0,29	0,21	0,48	0,21	0,09	0,47	0,53	0,29	0,71	0,20	0,32	0,48
ALTO	0,63	0,37	0,19	0,51	0,22	0,09	0,37	0,63	0,34	0,66	0,36	0,38	0,27
MÉDIO	0,47	0,53	0,15	0,58	0,19	0,08	0,42	0,58	0,35	0,65	0,41	0,38	0,22
BAIXO	0,59	0,41	0,26	0,42	0,20	0,11	0,28	0,72	0,41	0,59	0,44	0,34	0,22

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009. Tabulações próprias.

TABELA A4

Estatísticas Descritivas das Variáveis Independentes dos Modelos

	IDADE		REGIÃO			
	16-22	23-26	N+NE	SE	S	CO
Administração	0,62	0,38	0,17	0,52	0,22	0,09
Agronomia	0,81	0,19	0,19	0,29	0,33	0,18
Arquitetura & Urbanismo & Design	0,79	0,21	0,15	0,52	0,28	0,06
Arquivologia & Biblio	0,56	0,44	0,31	0,40	0,18	0,11
Biologia	0,78	0,22	0,25	0,42	0,22	0,11
Biomedicina	0,77	0,23	0,18	0,53	0,17	0,12
Ciências Contábeis	0,59	0,41	0,23	0,41	0,25	0,11
Ciências Econômicas	0,76	0,24	0,25	0,43	0,25	0,07
Ciências Sociais	0,69	0,31	0,38	0,26	0,26	0,10
Comunicação Social	0,81	0,19	0,15	0,59	0,18	0,08
Direito	0,65	0,35	0,26	0,42	0,20	0,12
Ef & Físio & TO	0,72	0,28	0,18	0,55	0,21	0,07
Enfermagem	0,57	0,43	0,22	0,53	0,16	0,09
Engenharia	0,71	0,29	0,16	0,55	0,24	0,05
Estatística	0,69	0,31	0,32	0,41	0,17	0,10
Farmácia	0,70	0,30	0,13	0,58	0,20	0,09
Física & Química	0,66	0,34	0,30	0,42	0,19	0,09
Fonoaudiologia	0,74	0,26	0,34	0,43	0,21	0,03
Geografia	0,65	0,35	0,35	0,27	0,24	0,15
História & Filosofia	0,56	0,44	0,31	0,37	0,22	0,10
Letras	0,62	0,38	0,29	0,36	0,19	0,15
Matemática	0,67	0,33	0,29	0,34	0,24	0,12
Nutrição	0,78	0,22	0,17	0,57	0,19	0,07
Odontologia	0,79	0,21	0,26	0,46	0,20	0,08
Pedagogia	0,46	0,54	0,21	0,51	0,18	0,10
Psicologia	0,65	0,35	0,22	0,49	0,21	0,08
RI	0,88	0,12	0,09	0,65	0,17	0,09
Secretariado Executivo	0,57	0,43	0,22	0,39	0,28	0,11

continuação

	IDADE	REGIÃO					
	16-22	23-26	N+NE	SE	S	CO	
Serviço Social	0,46	0,54	0,26	0,54	0,15	0,05	
Teatro & Música	0,58	0,42	0,26	0,48	0,19	0,06	
Tecnológico	0,46	0,54	0,15	0,59	0,19	0,08	
Turismo	0,72	0,28	0,25	0,45	0,22	0,08	
Vet & Zoo	0,83	0,17	0,18	0,43	0,23	0,16	
	SEXO		RAÇA		NÍVEL SOCIOECONÔMICO		
	M	F	NEGROS	BRANCOS	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Administração	0,43	0,57	0,32	0,68	0,37	0,38	0,26
Agronomia	0,74	0,26	0,24	0,76	0,23	0,32	0,44
Arquitetura & Urbanismo & Design	0,38	0,62	0,20	0,80	0,13	0,30	0,57
Arquivologia & Biblio	0,25	0,75	0,50	0,50	0,35	0,40	0,25
Biologia	0,29	0,71	0,35	0,65	0,33	0,36	0,31
Biomedicina	0,25	0,75	0,29	0,71	0,21	0,38	0,41
Ciências Contábeis	0,40	0,60	0,37	0,63	0,43	0,38	0,20
Ciências Econômicas	0,59	0,41	0,30	0,70	0,21	0,36	0,43
Ciências Sociais	0,42	0,58	0,42	0,58	0,26	0,32	0,41
Comunicação Social	0,40	0,60	0,27	0,73	0,17	0,34	0,49
Direito	0,45	0,55	0,33	0,67	0,22	0,31	0,47
Ef & Físio & TO	0,43	0,57	0,34	0,66	0,28	0,38	0,34
Enfermagem	0,16	0,84	0,36	0,64	0,36	0,37	0,27
Engenharia	0,77	0,23	0,26	0,74	0,21	0,35	0,44
Estatística	0,55	0,45	0,41	0,59	0,20	0,35	0,44
Farmácia	0,29	0,71	0,26	0,74	0,26	0,37	0,37
Física & Química	0,52	0,48	0,38	0,62	0,32	0,40	0,28
Fonoaudiologia	0,07	0,93	0,34	0,66	0,21	0,38	0,41
Geografia	0,48	0,52	0,43	0,57	0,47	0,33	0,20
História & Filosofia	0,50	0,50	0,42	0,58	0,44	0,33	0,24
Letras	0,20	0,80	0,42	0,58	0,46	0,34	0,20
Matemática	0,49	0,51	0,42	0,58	0,48	0,34	0,18
Medicina	0,44	0,56	0,22	0,78	0,04	0,17	0,79
Nutrição	0,07	0,93	0,28	0,72	0,26	0,36	0,38
Odontologia	0,36	0,64	0,23	0,77	0,10	0,29	0,60
Pedagogia	0,06	0,94	0,42	0,58	0,54	0,32	0,14
Psicologia	0,17	0,83	0,31	0,69	0,27	0,35	0,38
RI	0,41	0,59	0,20	0,80	0,07	0,23	0,70
Teatro & Música	0,57	0,43	0,38	0,62	0,20	0,32	0,47
Tecnológico	0,44	0,56	0,35	0,65	0,41	0,37	0,22
Turismo	0,29	0,71	0,37	0,63	0,23	0,38	0,39
Vet & Zoo	0,46	0,54	0,25	0,75	0,14	0,33	0,54

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009. Tabulações próprias.

TABELA A5

Probabilidades Preditas dos Modelos

	SES			RAÇA		SEXO	
	BAIXO	MÉDIO	ALTO	NEGROS	BRANCOS	HOMENS	MULHERES
Administração	0,24	0,22	0,15	0,20	0,21	0,21	0,18
Agronomia	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
Arquitetura & Urbanismo & Design	0,01	0,02	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02
Arquivologia & Biblio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biologia	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Biomedicina	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
Ciências Contábeis	0,09	0,07	0,04	0,07	0,06	0,06	0,06
Ciências Econômicas	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
Ciências Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,03	0,04	0,06	0,04	0,04	0,04	0,04
Direito	0,12	0,15	0,23	0,16	0,17	0,17	0,15
Ef & Físio & TO	0,06	0,07	0,06	0,07	0,06	0,07	0,06
Enfermagem	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,01	0,05
Engenharia	0,04	0,06	0,07	0,05	0,06	0,14	0,03
Estatística	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Física & Química	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01
Fonoaudiologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Geografia	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
História & Filosofia	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01
Letras	0,03	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,03
Matemática	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Medicina	0,00	0,01	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01
Nutrição	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02
Odontologia	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
Pedagogia	0,05	0,03	0,02	0,04	0,03	0,01	0,07
Psicologia	0,03	0,03	0,04	0,03	0,03	0,02	0,05
RI	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretariado Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Serviço Social	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02
Teatro & Música	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00
Tecnológico	0,09	0,09	0,06	0,08	0,08	0,08	0,07
Turismo	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
Vet & Zoo	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009. Tabulações próprias.

Referências Bibliográficas

- ALON, Sigal & DIPRETE, Thomas A. (2015), "Gender Differences in the Formation of a Field of Study Choice Set". *Sociological Science*, 2: 50-81.
- ARUM, Richard; SHAVIT, Yossi & GAMORAN, Adam. (2010), *Stratification in Higher Education, a Comparative Study*. Palo Alto, Stanford University Press.
- AYALON, Hanna & YOGEV, Abraham. (2005), "Field of Study and Students' Stratification in an Expanded System of Higher Education: The Case of Israel". *European Sociological Review*, 21(3): 227-241.
- AYALON, Hanna; GRODSKY, Eric; GAMORAN, Adam & YOGEV, Abraham. (2008), "Diversification and Inequality in Higher Education: A Comparison of Israel and the United States". *Sociology of Education*, 81(3): 211-241.
- BARONE, Carlo. (2011), "Some Things Never Change Gender Segregation in Higher Education across Eight Nations and Three Decades". *Sociology of Education*, 84(2): 157-176.
- BLOSSFELD, Hans-Peter & SHAVIT, Yossi. (1993), *Persistent Inequality: Changing Educational Attainment in Thirteen Countries*. Boulder, Colo, Westview Press.
- BOLIVER, Vikki. (2010), "Expansion, differentiation, and the persistence of social class inequalities in British higher education". *Higher Education*, 61(3): 229-242.
- BRINT, Steven & KARABEL, Jerome. (1991), *The Diverted Dream*. Oxford, Oxford University Press.
- BUCHMANN, Claudia; DIPRETE, Thomas A. & MCDANIEL, Anne. (2008), "Gender Inequalities in Education". *Annual Review of Sociology*, 34(1): 319-337.
- CHARLES, Maria. (2005), "National Skill Regimes, Postindustrialism, and Sex Segregation". *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 12(2): 289-316.
- CHARLES, Maria & BRADLEY, Karen. (2002), "Equal but Separate? A Cross-National Study of Sex Segregation in Higher Education". *American Sociological Review*, 67(4): 573-599.
- COLLARES, Ana Cristina Murta. (2010), *Social Inequality and the Expansion of Higher Education in Brazil*. (PhD). Sociology, Universidade de Wisconsin, Madison, WI.
- COMIN, Álvaro & BARBOSA, Rogério Jerônimo. (2011), "Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, 91: 75-95.
- DAVIES, Scott & GUPPY, Neil. (1997), "Fields of Study, College Selectivity, and Student Inequalities in Higher Education". *Social Forces*, 75(4): 1417-1438.
- DIPRETE, Thomas A. & BUCHMANN, Claudia. (2013), *The Rise of Women: The Growing Gender Gap in Education and What it Means for American Schools*. New York, Russell Sage Foundation.
- FENIGER, Yariv; MCDOSSEI, Oded & AYALON, Hanna. (2015), "Ethno-Religious Differences in Israeli Higher Education: Vertical and Horizontal Dimensions". *European Sociological Review*, 31(4): 383-96 (8 de janeiro de 2015).

- FERNANDES, Danielle Cireno. (2004), "Race, Socioeconomic Development and the Educational Stratification Process in Brazil". *Research in Social Stratification and Mobility*, 22: 365-422.
- GERBER, Theodore P. & CHEUNG, Sin Yi. (2008), "Horizontal Stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications". *Annual Review of Sociology*, 34(1): 299-318.
- HOUT, Michael. (2012), "Social and Economic Returns to College Education in the United States". *Annual Review of Sociology*, 38: 379-400.
- HOUT, Michael & DIPRETE, Thomas A. (2006), "What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification". *Research in Social Stratification and Mobility*, 24(1): 1-20.
- KERCKHOFF, Alan C. (1999), "Building Conceptual and Empirical Bridges between Studies of Educational and Labor Force Careers". In: KERCKHOFF, Alan C. (org.). *Generating Social Stratification: Toward A New Research Agenda*. Boulder, Colo., Westview Press.
- KRISTEN, Cornelia; REIMER, David & KOGAN, Irena. (2008), "Higher education entry of Turkish immigrant youth in Germany". *International Journal of Comparative Sociology*, 49(2-3): 127-151.
- LETICHEVSKY, Ana Carolina; GRIBOSKI, Claudia Maffini & MENEGHEL, Stela Maria. (2016), *Enade, quatro recortes, quatro visões*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio.
- LUCAS, Samuel R. (2001), "Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects". *American Journal of Sociology*, 106(6): 1642-1690.
- LUCAS, Samuel R. & BYRNE, Delma. (2017), "Seven Principles for Assessing Effectively Maintained Inequality". *American Behavioral Scientist*, 61(1): 132-160.
- MARTELETO, Leticia; CARVALHAES, Flavio & HUBERT, Celia. (2012), "Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 29(2): 277-302.
- MARTELETO, Leticia; GELBER, Denisse; HUBERT, Celia & SALINAS, Viviana. (2012), "Educational Inequalities among Latin American Adolescents: Continuities and Changes over the 1980s, 1990s and 2000s". *Research in Social Stratification and Mobility*, 30(3): 352-375.
- MARTELETO, Leticia; MARSCHNER, Murillo & CARVALHAES, Flavio. (2016), "Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil". *Research in Social Stratification and Mobility*, 46(Part B): 99-111.
- MARTINS, Carlos Benedito. (2006), "Uma Reforma Necessária". *Educação & Sociedade*, 27: 1001-1020.
- MENEZES-FILHO, Naércio & KIRSCHBAUM, Charles. (2015), "Educação e desigualdade no Brasil". In: ARRETICHE, M. (Org.), *Trajetórias das desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. (2003), "Diversificação do sistema de educação terciária: um desafio para o Brasil". *Tempo Social*, 15(1): 21-44.

- POSSELT, Julie Renee; JAQUETTE, Ozan; BIELBY, Rob & BASTEDO, Michael N. (2012), "Access Without Equity? Longitudinal Analyses of Institutional Stratification by Race and Ethnicity, 1972-2004". *American Educational Researcher*, 49(6): 1074-1111.
- POWERS, Daniel A. & XIE, Yu. (2000), *Statistical methods for categorical data analysis*. Londres, Academic.
- PRATES, Antonio Augusto Pereira & BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. (2015), "A expansão e as possibilidades de democratização do Ensino Superior no Brasil". *Caderno CRH*, 28(74): 327-340.
- PRATES, Antonio Augusto Pereira & COLLARES, Ana Cristina Murta. (2014), *Desigualdade e expansão do Ensino Superior na Sociedade Contemporânea: o caso brasileiro no final do Sec. XX e princípios do Sec. XXI*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- PRATES, Antonio Augusto Pereira; SILVA, Mateus Faleiro & PAULA, Túlio Silva de. (2012), "Natureza Administrativa das Instituições de Ensino Superior, gestão organizacional e o acesso aos postos de trabalho de maior prestígio no mercado de trabalho". *Sociedade e Estado*, 27(1): 25-44.
- RAFTERY, Adrian E. & HOUT, Michael. (1993), "Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-75". *Sociology of Education*, 66(1): 41-62.
- REIMER, David & POLLAK, Reinhard. (2010) "Educational Expansion and Its Consequences for Vertical and Horizontal Inequalities in Access to Higher Education in West Germany". *European Sociological Review*, 26(4): 415-430.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. (2011), "Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil". *Dados*, 54: 41-88.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa & SCHLEGEL, Rogério. (2015), "Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010)". In: ARRETICHE, M. (Org.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 133-162.
- SAMPAIO, Helena. (2014), "Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84): 43-55.
- SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando & TORRES, Haroldo. (2001), *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Documento de Trabalho 1/00. Documento de Trabalho 1/00. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- SCHWARTZMAN, Simon. (2004), "Equity, quality and relevance in higher education in Brazil". *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 76(1): 173-188.
- SCHWARTZMAN, Simon. (2008), "A questão da inclusão social na universidade brasileira". In: PEIXOTO, M. D. C. D. L. & ARANHA, A. (Orgs.). *Universidade pública e inclusão social, experiência e imaginação*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- SHAVIT, Y.; YAISH, M. & BAR-HAIM, E. (2007), "The Persistence of Persistent Inequality". In: SCHERER, S. et al. (Orgs.). *From Origin to Destination, Trends and Mechanisms in Social Stratification Research*. Frankfurt e Nova York, Campus.
- STATA CORP. (2013), *Stata Statistical Software: Release 13*. College Station, TX: StataCorp LP.

- TORCHE, Florencia & RIBEIRO, Carlos Costa. (2012), "Parental wealth and children's outcomes over the life-course in Brazil: A propensity score matching analysis". *Research in Social Stratification and Mobility*, 30(1): 79-96.
- TRIVENTI, Moris. (2013), "Stratification in Higher Education and Its Relationship with Social Inequality: A Comparative Study of 11 European Countries". *European Sociological Review*, 29(3): 489-502.
- VAN DE WERFHORST, Herman G. (2011), "Skill and education effects on earnings in 18 Countries: The role of national educational institutions". *Social Science Research*, 40(4): 1078-1090.
- VAN DE WERFHORST, Herman G. & KRAAYKAMP, Gerbert. (2001), "Four Field-Related Educational Resources and Their Impact on Labor, Consumption, and Sociopolitical Orientation". *Sociology of Education*, 74(4): 296-317.
- VAN DE WERFHORST, Herman G.; SULLIVAN, A & CHEUNG, Sin Yi. (2003), "Social Class, Ability and Choice of Subject in Secondary and Tertiary Education in Britain". *British Educational Research Journal*, 29: 41-64.
- VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes & SOARES, José Francisco. (2006) "Do Provão ao Enade: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro". *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, 14(52): 291-310.
- ZARIFA, David. (2012), "Choosing fields in an expansionary era: Comparing two cohorts of baccalaureate degree-holders in the United States and Canada". *Research in Social Stratification and Mobility*, 30(3): 328-351.

Resumo

Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional

O acesso ao ensino superior é fundamental para diminuir as desvantagens de pessoas com origens nos grupos menos privilegiados, na medida em que aumenta as chances de mobilidade social ascendente. A literatura sobre estratificação educacional nos ensina que tanto o acesso aos diferentes tipos de modalidade ofertada (bacharelados, licenciaturas, cursos tecnológicos) quanto quais cursos são escolhidos (medicina, administração ou pedagogia) influenciam as chances de alcançar os melhores empregos. Tendo em vista que os diferentes diplomas universitários não são iguais em termos das vantagens que trazem para os diplomados, e que há diferenças de acesso entre os cursos universitários em termos de classe, gênero e raça, o perfil de acesso a esses cursos deve ser analisado. Neste artigo, avaliamos de forma inédita e desagregada o padrão de expansão do ensino superior brasileiro e como se configuram as oportunidades no sistema. Mobilizando dados do Inep, nossos resultados apontam que pessoas com origem nos estratos mais altos (país com ensino superior) tinham probabilidade significativamente maior de entrar nos cursos de maior prestígio (medicina, odontologia, engenharias etc.) e em instituições públicas do que pessoas com origem nas classes mais baixas. Também encontramos forte estratificação por gênero tendo em vista que

homens têm maior probabilidade de entrar em cursos das ciências exatas e mulheres em cursos relacionados ao ensino e aos cuidados. A estratificação por gênero, no entanto, combina-se de forma não linear com a estratificação por classe de origem, na medida em que há cursos típicos de homens de classe alta, mulheres de classe alta, homens de classe baixa e mulheres de classe baixa. Palavras-chave: Estratificação horizontal; Ensino superior; Desigualdade de oportunidades.

Abstract

Horizontal opportunities in access to higher education in Brazil: socioeconomic status, gender and race in a context of educational expansion

Access to higher education is essential to reduce the disadvantages of people with backgrounds in disadvantaged groups once it increases the chances of upward mobility. The literature on educational stratification shows that both the access to the different types of higher education (baccalaureate, vocational) and which fields of study are chosen (Medicine, Business or Teaching) influence the chances of reaching the best jobs. Given that different university degrees are not equal in terms of the advantages they bring to graduates, differences in access between university courses in terms of class, gender and race, the profile of access to these courses should be analyzed. In this article, we evaluate in an unprecedented and disaggregated way the expansion pattern of Brazilian higher education and how the opportunities in the system are distributed. Mobilizing Inep data, our results indicate that people from the upper socioeconomic groups (parents with higher education) were significantly more likely to enter the most prestigious courses (Medicine, Dentistry, Engineering, etc.) and public institutions than people from the lower strata. We also find strong gender stratification. Men are more likely to attend courses in the hard sciences and women in courses related to teaching and care. Gender stratification, however, combines non-linearly with stratification by socioeconomic status, as there are typical courses of upper-class men, upper-class women, lower-class men, and lower-class women.

Keywords: Horizontal stratification; Higher education; Inequality of opportunity.

Texto recebido em 2/8/2017 e aprovado em 10/6/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.135035

FLAVIO CARVALHAES é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vice-coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Desigualdade. E-mail: flaviocarvalhaes@gmail.com.

CARLOS ANTÔNIO COSTA RIBEIRO é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Centro de Estudos da Riqueza e Estratificação Social. E-mail: carloscr@iesp.uerj.br.



Revisitando la elección de Allende en 1970

Lo que revelan encuestas aplicadas en la época¹

Oscar Mac-Clure*

<https://orcid.org/0000-0003-3905-4121>

Manuel Antonio Garretón**

<https://orcid.org/0000-0002-7062-675X>

La elección de Salvador Allende como presidente en 1970 y su derrocamiento en 1973 por un golpe militar, que impactó fuertemente a nivel internacional, marca un antes y un después en la historia de Chile. Las dictaduras eran la norma en América Latina a fines de la década de 1960 e inicios de la de 1970, y Chile no fue una excepción (O'Donnell, 1978; Valenzuela, 2004). Hay suficiente evidencia sobre la acción encubierta del gobierno de Estados Unidos en el derrocamiento del presidente Allende y acerca de la forma como los grupos opositores, principalmente de derecha, deslegitimaron al gobierno y cuestionaron incluso su constitucionalidad.

Para entonces, en una relación estrecha y muchas veces crítica con la política, la sociología y las ciencias sociales en Chile y América Latina habían consolidado su etapa fundacional, estableciéndose como una “ciencia empírica” más allá de un “ensayismo” (Garretón, 2005; Jackson e Blanco, 2016; Moya, 2016). Su problemática central de teorización e investigación era el cambio social, el desarrollo y la estructura social, cultural, política y económica de las sociedades latinoamericanas, para lo cual se partía de teorías generales más que desde múltiples paradigmas sectoriales según el tema abordado. Uno de los iniciadores de esa “sociología científica” en América Latina fue Eduardo Hamuy, primer director del Instituto de Sociología de la Uni-

* Universidad de Los Lagos, Chile.

** Universidad de Chile, Chile.

1. Este trabajo contó con el apoyo de Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (Fondecyt), Chile, proyecto Fondecyt Regular 1150808.

versidad de Chile (Fuenzalida, 1983). Enfatizando en metodologías de recolección y medición de datos empíricos, preferentemente datos cuantitativos y encuestas de opinión, buscó estudiar a los individuos y actores desde su propia realidad, en contraste con el enfoque de la sociología crítica predominante a fines de los años 1960 en Latinoamérica, que tendía a predefinir y caracterizar externamente a los actores sociales. Las encuestas aplicadas por Hamuy y su equipo (Sunkel, 1989; Huneus, 1987; Navia e Osorio, 2015), proporcionan un modo de entender mejor lo que estaba en juego durante el período que culminó en el derrocamiento de Allende. Los resultados de esas encuestas no fueron objeto de publicaciones académicas, pero pueden ser examinados a partir de un análisis de las bases de datos que se conservan, como haremos en este trabajo.

Interesa revisar lo ocurrido desde una perspectiva que era ajena al horizonte temporal de los sociólogos, pues el devenir estaba fuera de la experiencia de los actores de la época. Más allá de la intervención norteamericana y de la estrategia conservadora del statu quo, que pueden ser considerados exógenos al gobierno de Allende y a los partidos políticos de centro e izquierda, se ha mantenido abierto un debate en Chile sobre qué actores y procesos internos favorecieron la crisis y cuáles eran las opciones para evitarla. En el ámbito académico, una de las tesis más aceptadas consiste en que ocurrió una progresiva deslegitimización de las reglas del juego político, que contribuyó a una crisis del régimen democrático (Valenzuela, 1978; Garretón e Moulian, 1983; Moulian, 2006; Torres, 2014). Desde esta perspectiva histórica, la legitimidad del gobierno de Allende, del sistema de poder en la sociedad chilena y vinculado a ello la legitimidad del régimen democrático, fue un asunto de central importancia histórica. Por ello, en este trabajo abordaremos el problema del otorgamiento de legitimidad, considerando dos aspectos interrelacionados: por un lado, el apoyo del orden establecido por parte de quienes ejercían autoridad – como los partidos políticos – y por otra parte, el apoyo atribuido por la población (Walker e Zelditch, 1993). La deslegitimación del sistema de poder preexistente se expresó a través de procesos políticos, actores políticos-sociales de diferentes tendencias y múltiples formas de acción colectiva. Fueron cuestionadas las instituciones formales del Estado y los mecanismos informales de ejercicio del poder, afectando finalmente la legitimidad de la democracia.

Pero ¿cuál fue el origen de ese cuestionamiento de la legitimidad y esa acción colectiva? ¿En qué medida y de qué modo estaban enraizados también en la gente corriente desde hacía un largo tiempo? En un sentido más amplio ¿cuáles eran las ideas y sentimientos de la gente común y corriente antes del drama que se desarrollaría con el golpe militar? Estas preguntas son importantes, porque una característica central del período del gobierno de Allende fue la amplitud de la participación política de

la población y la masividad de sus expresiones en el espacio público, con diversas orientaciones sociales y políticas. En este trabajo nos interesa averiguar qué factores influían en las ideas, sentimientos y comportamientos de las personas en relación con la legitimidad del poder, utilizando la información empírica disponible, en el período electoral previo al gobierno de Allende.

El proceso liderado por Allende es abordado generalmente a un nivel societal y de actores colectivos, enfocando aspectos sociopolíticos o bien organizaciones y grupos sociales. Sin embargo, el vínculo entre ese nivel “macro” y el nivel “micro” de los individuos y su interacción ha sido menos examinado. Estudiar las percepciones de los individuos en la época permitiría entender mejor fenómenos sociales cruciales, particularmente la búsqueda de mayor justicia social en la sociedad chilena y la posterior deslegitimización del orden democrático.

Desde diversas perspectivas, científicos sociales contemporáneos han destacado la centralidad de experiencias individuales que legitiman o deslegitiman el orden establecido y que justifican o critican las desigualdades sociales. En la sociología latinoamericana, autores como Lechner (2003) y Souza (2004) sostienen que las agudas desigualdades que caracterizan al continente, contrastan actualmente con su naturalización y aceptación en la vida cotidiana de las personas. En la sociología pragmática se sostiene que no hay una separación entre lo individual y lo colectivo, o lo micro y lo macro, por lo que resulta clave entender la forma en que los individuos emiten juicios y eventualmente convergen en una crítica a la situación existente (Boltanski, 2009). Un ámbito en que ese enfoque es relevante, gira en torno al vínculo entre la legitimidad de quienes ejercen el poder y la justicia social, prestando atención a las percepciones de la gente. Teóricamente, la injusticia genera deslegitimización del sistema de poder e inversamente la ilegitimidad produce percepciones de injusticia (Hegtvedt *et al.*, 2016). Pero también hay condiciones que favorecen la justificación y la aceptación del orden establecido: cuando hay adhesión a las reglas acerca del proceso a través del cual se distribuyen los bienes, los individuos tienden a percibir que prevalece la justicia, incluso si sus expectativas inmediatas no se satisfacen (Turner, 2007), de modo que la legitimidad de esas reglas posiblemente influye en atenuar las percepciones de injusticia (Cohen, 1986; Hegtvedt *et al.*, 2016). Considerando esta distinción entre la legitimidad del sistema político y la justicia social, así como sus interrelaciones causales, nuestro estudio puede contribuir a entender mejor el vínculo empírico y teórico entre un nivel macro y uno micro con respecto del tema analizado. Enfatizando en las percepciones subjetivas, nos interesa establecer si existía en la población un sentimiento generalizado de ilegitimidad del sistema político o bien de injusticia social, e incluso una combinación de ambos.

Abordaremos esta pregunta focalizándonos en el período de la campaña presidencial de 1970, disputada entre tres conglomerados políticos, de derecha, centro e izquierda, representados por los candidatos Alessandri, Tomic y Allende, respectivamente. Los proyectos socioeconómicos de centro e izquierda – y especialmente el representado por Allende – postulaban cambios socioeconómicos polarizados con respecto de la posición de la derecha, lo que podría constituir un indicio de la ilegitimidad del sistema imperante. En esa situación inicial, la finalidad de este trabajo es identificar qué factores influían en la representación social (Moscovici, 2000) de la legitimidad del poder político y de la justicia social entre la gente común y corriente. Con el objetivo de contribuir a responder esa interrogante, analizaremos las percepciones individuales antes de la elección utilizando los datos originales de las encuestas de Hamuy y su equipo, así como otras fuentes de información, lo cual también ofrecerá indicios para entender mejor lo que ocurrió posteriormente cuando Allende fue elegido presidente.

En una primera parte expondremos nuestro enfoque teórico y conceptual, distinguiendo entre el nivel societal y la interacción entre los individuos. En una segunda parte presentaremos los datos más relevantes de las encuestas aplicadas por Hamuy en la época, en relación con el tema estudiado. Enseguida, discutiremos los resultados de nuestro análisis empírico en un contexto más amplio, para finalmente contribuir a un reexamen del período previo al inicio del gobierno de Salvador Allende.

La elección de 1970 y la pregunta sobre la justicia social

El sistema de poder en la “matriz clásica” de la época se caracterizaba por una estrecha vinculación entre lo político y lo socioeconómico (Garretón, 2007), y en ese contexto, la legitimidad del régimen democrático se encontraba vinculada a las ideas y acciones orientadas a una justicia social. Ello significa que el régimen democrático gozaba de legitimidad aunque fuera instrumental, es decir, su apoyo por parte de los actores políticos y la población dependía de la capacidad del sistema sociopolítico de asegurar un orden socioeconómico justo.

En el período previo a la elección de Allende predominaba un consentimiento con respecto de las reglas del juego político, a diferencia de lo que ocurrió durante su presidencia, según ha sido ampliamente estudiado (Garretón e Moulian, 1983; Valenzuela, 1978; Pinto, 2005; Torres, 2014). La deslegitimación del régimen democrático o de la institucionalidad política era ajena al discurso de Allende y los partidos políticos de centro e izquierda². Había una activa expresión de demandas

2. En este trabajo nos referimos específicamente al discurso político basado en argumentos formales y

sociales, pero, al mismo tiempo, el sistema político generaba aceptación en la acción y las ideas de la gente. Sin embargo, el sistema también era criticado, al ser acusado por algunos desde la izquierda de constituir un mecanismo político formal que impedía las transformaciones o inculpada por sectores de derecha como generador de “politiquería” e ingobernabilidad, pero se trataba de amenazas potenciales a la legitimidad del sistema político y el régimen democrático, lejanas a la crisis que sobrevendría posteriormente.

Por otro lado, a nivel de la gente común y corriente, la participación ciudadana en el proceso electoral de 1970 fue un indicador del funcionamiento del proceso democrático. A fines de la década de 1950, aumentó masivamente la cantidad de votantes, debido principalmente al derecho a sufragio otorgado a las mujeres. Entre la elección presidencial de 1964 y la de 1970 se experimentó un relativamente fuerte incremento de los votantes, que crecieron en un 17%. Esto tuvo origen en una reforma de la ley electoral en 1962 que hizo obligatoria la presentación de un certificado de inscripción en el registro electoral para realizar trámites en organismos públicos (Hamuy, 1967; Valenzuela, 1978; Nazer e Rosemblyt, 2000), pero la consecuencia práctica fue un aumento de la participación político-electoral.

Fue después, durante el período entre 1970 y 1973, que perdió legitimidad el sistema de compromisos que se había ido construyendo en las décadas anteriores y se polarizaron las posiciones políticas. En términos exclusivamente politológicos, a la larga el centro político negó apoyo al gobierno y estableció una alianza con la derecha, la que cuestionó el funcionamiento del sistema democrático, con lo que el gobierno de Allende perdió respaldo en la opinión pública y esto facilitó la acción de los militares golpistas. La transición desde la legitimidad preelectoral del sistema democrático a la búsqueda de deslegitimización posterior del gobierno por parte de la derecha y la crisis del sistema de acuerdos democráticos durante el gobierno de Allende, es central desde una perspectiva histórica y plantea la interrogante sobre otras condiciones en el período previo. Si en el período de la elección presidencial de 1970 no hubo antecedentes directos de esa evolución posterior, la pregunta siguiente es si habían aspectos distintos a lo estrictamente ligado a la legitimidad política que pudieran haber incidido en su deterioro en los años siguientes, durante el gobierno de Allende. Esto nos dirige a la pregunta sobre la justicia social que abordaremos enseguida.

La elección de 1970 fue disputada entre tres conglomerados políticos equilibrados en fuerza y el resultado electoral no representó un gran giro a la izquierda

racionalizantes, más que en recursos argumentativos como la ilustración, la analogía y el uso de símbolos. Esto último ha sido analizado con respecto de la “fuerza de las palabras” en el discurso público de Allende (Roldán, 2011).

en comparación con el porcentaje de votación obtenido por Allende en la elección presidencial anterior donde también fue candidato, ni expresó tampoco una radicalización del electorado; en cambio, las propuestas de su programa sí involucraban una mayor radicalización (Valenzuela, 1978; Angell, 2009; Torres, 2014). Allende fue elegido con sólo un 36% de los votos, pero agregando la votación del candidato de centro – Tomic – que también proponía realizar cambios socioeconómicos, ambos sumaron un 64% del electorado. El discurso programático tanto de Allende como del candidato demócrata-cristiano de centro izquierda (Tomic) consistía de modo central en una crítica del orden socioeconómico, caracterizado como injusto y que en lo sustantivo no permitía una verdadera democracia. En elecciones anteriores había habido un equilibrio entre tres tercios del electorado correspondientes cada uno a una tendencia de derecha, centro e izquierda, pero en 1970 el centrismo estaba más alineado en posiciones favorables a cambios de fondo, de modo similar e incluso competitivo con la izquierda.

Se había establecido y legitimado un mecanismo de compromisos sociopolíticos formales e informales, que contribuía a que las desigualdades fueran criticadas como injustas, pero toleradas y aceptadas a cambio de políticas sociales y reformas en beneficio de un sector social u otro. Esto fue transformándose a lo largo de los años sesenta en un discurso, cristalizado en el período preelectoral a 1970, que tenía como un tema central no sólo una crítica a las desigualdades como injustas, sino que además las declaraba intolerables e inaceptables. Una doble convicción sobre la injusticia del capitalismo y el diagnóstico de su ineficacia, era compartida por la izquierda, parte del centro político – incluyendo su candidato presidencial – y por significativos intelectuales del mundo académico, coincidiendo en una sensación de crisis del sistema (Moulian, 2006). Tomic, el candidato de centro, postulaba sustituir el agotado sistema capitalista y lo que denominaba el neo capitalismo a través de una “revolución chilena, democrática y popular” (Correa *et al.*, 2001) orientada a establecer un “socialismo comunitario”. Por su parte, la propuesta programática de Allende implicaba desplazar a las clases dominantes de sus posiciones de poder económico. El cuestionamiento apuntó en 1970 al orden socioeconómico en su conjunto, más allá de políticas sociales específicas como había ocurrido en la matriz clásica del siglo xx. Es importante destacar que la crítica radical a la inequidad del orden socioeconómico era paralela al consentimiento hacia el sistema político democrático, y la aceptación de los gobernantes elegidos democráticamente, como se manifestó en la elección de 1970.

Los resultados electorales fueron elocuentes en cuanto a expresar un rechazo consensual a la injusticia del orden socioeconómico. A la primera mayoría obtenida por Allende se agregaba la votación obtenida por el candidato de centro (Tomic),

sumando ambos casi dos tercios de los votos. Al mismo tiempo, los resultados electorales visibilizaron un aislamiento de la tendencia conservadora en el restante tercio de los votos, obtenidos por el candidato de la derecha. Había un apoyo electoral mayoritario a realizar cambios en el sistema socioeconómico en su conjunto, que ya no era justificado, aceptado, ni tolerado.

Esa votación expresaba un principio de justicia distributiva. Los votantes juzgaban quién se beneficiaba de qué recursos y en cuál cantidad, pero teniendo presente la evolución en los años posteriores, surge la interrogante de si era algo más lo que estaba en juego para la gente. Esto implica examinar cuál era su propia perspectiva, más allá de lo expresado en los resultados electorales. Una pregunta relevante es si la crítica radical al orden socioeconómico en los discursos políticos de la época se correspondía o no con una percepción de injusticia social en la gente corriente que pudiera potencialmente deslegitimar el sistema político si éste no cumplía las demandas.

La evaluación de lo justo y lo injusto implica para la gente poner en una balanza dos aspectos, por un lado, las ideas, expectativas, deseos, criterios y principios de justicia, y por otra parte, la caracterización de situación a la cual se aplicarían esas ideas (Jasso e Wegener, 1997; Jasso, 2015; Jasso *et al.*, 2016; Liebig e Sauer, 2016). En este trabajo observaremos las aspiraciones que la gente común consideraba justas, frente a los problemas que percibía. Realizaremos un análisis comparativo de esas aspiraciones con el discurso político de la época, que criticaba fuertemente la injusticia social, a partir de un diagnóstico de las desigualdades sociales.

Aspiraciones de la población

El equipo de sociólogos encabezado por Hamuy asignó especial relevancia a incluir en los cuestionarios de las encuestas un ítem sobre los principales problemas del país, que formó parte de 20 de 28 encuestas aplicadas entre 1967 y 1970 de las que se conservan las bases de datos, más veces que cualquier otro ítem en las encuestas excepto datos sociodemográficos como sexo y edad. La forma habitual de plantearlo consistía en consultar a los encuestados “cuáles son los principales problemas que tienen los chilenos”, solicitando respuestas espontáneas. La mayor parte de las respuestas se referían a temas económicos, principalmente la inflación y el empleo, habiendo poca mención a políticas sociales prioritarias en la época o a la necesidad de cambios sociales, políticos y económicos de fondo.

Esas respuestas espontáneas y abiertas de los entrevistados se confirmaron en la encuesta de febrero de 1969, pero en esta ocasión Hamuy agregó por primera vez una pregunta cerrada en la que ofreció al encuestado cinco alternativas de solución a los problemas. Las alternativas incluían sólo las respuestas que habían sido más

frecuentes en la serie de encuestas anteriores, descartando las restantes, lo cual permitiría establecer con precisión cuantitativa las prioridades de los encuestados. En especial, detener la inflación se había identificado como importante en los resultados de las encuestas anteriores y al incorporarla en una pregunta de alternativas, se haría viable establecer su prioridad para los encuestados con respecto de otros aspectos también relevantes y examinar su vínculo con las opiniones políticas, reforzando con esto último el aporte que habían hecho hasta entonces las encuestas de Hamuy.

La pregunta formulada se refería a cuál era en la opinión de cada cual el principal problema nacional, de modo similar a la pregunta abierta de las encuestas anteriores. Enseguida, el encuestado debía decidir entre las cinco alternativas formuladas en un sentido positivo, más como aspiraciones que como problemas.

Las dos primeras alternativas se referían a los problemas que predominaban en los resultados de las encuestas anteriores, expresándose ahora en la aspiración de “detener el alza del costo de la vida (inflación)” o bien de “asegurar trabajo a todos los chilenos”. Agregó un par de alternativas vinculadas a problemas que habían seguido en importancia cuantitativa a lo anterior, aunque en bastante menor proporción, apuntando en la nueva pregunta cerrada hacia las políticas sociales de “ofrecer más posibilidades de educación” y “solucionar el problema de la vivienda”. Una quinta y última alternativa postulaba la propuesta de “hacer la reforma agraria”.

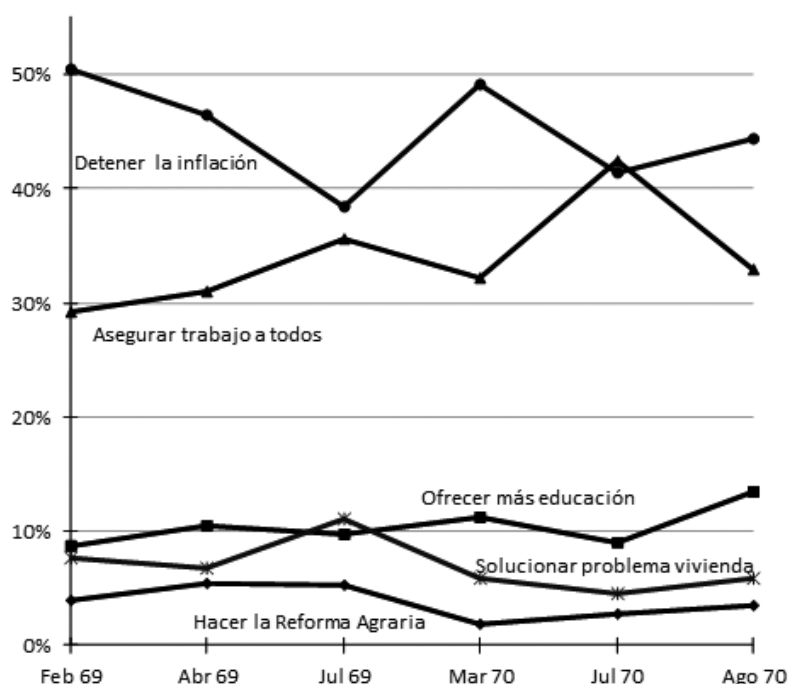
De este modo, entre las alternativas no se incluyeron las grandes opciones del discurso político de la época como “hacer la revolución” o “superar el neocapitalismo”, lo que había sido escasamente mencionado por los encuestados en sus respuestas espontáneas a la pregunta abierta de la serie de encuestas anteriores, sino que se les solicitó priorizar aspiraciones que tenían como antecedente lo recurrentemente detectado como más frecuente en esas encuestas previas. Solamente una de las alternativas de la pregunta cerrada se refirió a un tema de intenso debate en el escenario político, la reforma agraria, que al igual que otros asuntos similares, había sido mencionado por una pequeña proporción de los encuestados en la serie de estudios anteriores, por lo que este ítem puede ser entendido una opinión sobre un tema político álgido que permite hacer comparaciones, a modo de variable de control, con las opiniones vinculadas a la experiencia de vida cotidiana.

Las opciones ofrecidas al encuestado se referían a aspiraciones más que a expectativas, pues no se le consultaba sobre si estimaba posible lograr lo que deseaba en caso de ser elegido un candidato específico. Consistían en preferencias de los individuos basadas en sus deseos y creencias acerca de la trayectoria que debería seguir el país en el futuro.

Así, el análisis de las bases de datos de las encuestas nos permite una aproximación inédita, con precisión cuantitativa, a las aspiraciones de las personas frente a los

GRÁFICO 1

Aspiración Principal, 1969-1970, Santiago. ¿Podría indicarme cuál de estos problemas es más importante? (100% de la población de 18 años o más)



Fuente: Encuestas CEDOP, 1969-1970, Santiago.

principales problemas que percibían en el país, las que reflejaban sus sentimientos e ideas de justicia con respecto esos problemas. La pregunta de alternativas cerradas referidas a aspiraciones se aplicó en seis encuestas en Santiago durante el período preelectoral de 1969–1970 (Gráfico 1), a muestras aleatorias que oscilaron entre 406 y 886 individuos. Además de la capital, la pregunta fue aplicada en dos encuestas en Valparaíso y Viña del Mar³, con similares resultados, por lo cual la información basada en Santiago puede estimarse en alguna medida representativa de las principales ciudades del país. Pero en rigor los datos no permiten generalizar al conjunto del país más allá del diseño muestral circunscrito a ciudades específicas, por lo cual complementariamente utilizaremos otras fuentes de información.

Detener el alza del costo de la vida – la inflación – constituía la aspiración más importante para una amplia proporción de los encuestados, en promedio un 45% del total de los entrevistados de la serie de encuestas. Le seguía el anhelo de mejorar las oportunidades de empleo, con un promedio de 34%. Este orden de

3. Encuestas Cedop de junio y julio 1970 en Valparaíso y Viña del Mar.

preferencias se repitió en una tras otra encuesta de Hamuy, excepto en una donde ambas aspiraciones estuvieron más equiparadas. En cuanto a la priorización en el empleo por una parte importante de los encuestados, debe tenerse presente que la tasa de desempleo era relativamente moderada, cercana a un 6% (Meller, 1998), por lo que posiblemente se referían de un modo general tanto a la cantidad como a la calidad del empleo. Comparativamente, las principales políticas sociales y la transformación de la propiedad privada agrícola, constituían las aspiraciones de un proporción baja de los encuestados – residentes urbanos –, en promedio inferiores a diez puntos porcentuales.

La relevancia asignada por las personas a la inflación era justificada: durante la década de los años 1960 se experimentó un aumento generalizado de los precios de los bienes y servicios en el mercado y en 1970 el índice de precios se elevó en un 30% (Braun *et al.*, 2000). La disminución del poder adquisitivo convertía a la inflación en la aspiración principal de las personas, mientras en contraste, la confrontación a quienes concentraban el capital económico, las compañías norteamericanas dueñas de las minas de cobre, los grandes empresarios y los terratenientes – “latifundistas” –, constituía un foco central del programa gubernamental de Allende. Estos sectores resultaban directamente identificables como oponentes de características particularistas, “culpables” de los problemas de acuerdo a dicho programa (Unidad Popular, 1969). Los discursos políticos y específicamente los discursos programáticos de los tres candidatos presidenciales, establecían un vínculo entre problemas socioeconómicos a nivel de la sociedad, con un otro generalizado y opuesto, los grupos dominantes – o en el caso de la derecha, la culpabilización atribuida genéricamente a la “politiquería” –, lo que hacía difícil para la gente común comprender y juzgar la naturaleza compleja de fenómenos como la inflación.

A diferencia de la prioridad que para los encuestados tenía la disminución del alza de precios, el efecto distributivo de la inflación recibía una atención poco relevante en el programa de Allende, ésta era categorizada de modo general como un fenómeno “humano” en el programa de centro de Tomic (PDC, 1969)⁴ y como una situación que “empobrece a todos” indistintamente y “no favorece a las empresas” según el programa de derecha de Alessandri (Alessandri, 1970; Partido Nacional, 1970)⁵. El programa de Allende indicaba que la inflación “obedece a causas de fondo relacionadas con la estructura capitalista de nuestra sociedad” y en consecuencia

4. *Declaración política y bases programáticas*, aprobadas por la Junta Nacional del PDC el 15/8/1969.

5. El programa de Alessandri no incluía una política de liberalización de precios orientada a frenar la inflación, como ocurrió durante la dictadura militar a partir de 1975. Expresaba un antiestatismo respecto del discurso socialista y demócratacristiano, pero sin negar el papel del Estado en la economía de la época, a diferencia del modelo neoliberal establecido posteriormente (Valdivia, 2008).

postulaba que enfrentarla era un asunto que “se decide esencialmente con los cambios estructurales”. En el discurso programático de los candidatos presidenciales estaba lejos de establecerse un estándar, por ejemplo, acerca de lo que sería justo en cuanto al sistema de precios.

De este modo, la acción política y el discurso sobre la justicia social a nivel nacional eran relativamente independientes de lo que los individuos percibían como problemas directos y vividos cotidianamente, la inflación y el empleo en una medida algo menor, que constituían sus aspiraciones. Como consecuencia, a nivel de los individuos más que una crítica radical a esas injusticias experimentadas cotidianamente, se abría camino una resignación y aceptación de las desigualdades asociadas a esos problemas centrales para las personas.

Aspiraciones, elección presidencial y desigualdades sociales

Hasta aquí hemos examinado de un modo general las aspiraciones de los encuestados, pero más allá de un promedio, es importante preguntarse qué estaba en juego para diversos sectores de la población y nuevamente, tanto los resultados electorales como las encuestas permiten aproximarse a una respuesta.

Comenzando por los resultados electorales, en el contexto de una sociedad marcada por valores tradicionales y donde una pequeña proporción de las mujeres realizaba actividades laborales remuneradas, no es de extrañar que hubieran marcadas diferencias de género en las preferencias políticas de la época. Los resultados de la elección presidencial 1970 en el Gran Santiago por sexo muestran que un 41% de los hombres votó por Allende, mientras los demás candidatos obtuvieron porcentajes menores entre los votantes de sexo masculino. En cambio, entre las mujeres la votación por Allende fue bastante menor, sólo un 29% de ellas. Sumando las votaciones de Allende y el candidato de centro (Tomic), en forma agregada obtuvieron más apoyo entre los hombres que entre las mujeres. Esto parece correlacionarse con un mayor grado de conservadurismo con respecto del rol de las mujeres. En una encuesta aplicada por Hamuy en 1970, ante la pregunta de si la mujer debe participar en política o dedicarse a sus labores de dueña de casa, esta segunda alternativa fue la respuesta de un 54% de las mujeres y la opinión de los hombres no difería demasiado⁶.

Las agudas desigualdades sociales en la época se expresaban también en diferencias en el espacio territorial de la ciudad, donde los sectores sociales marginalizados habitaban principalmente en un anillo urbano alejado del centro. A partir de una distinción de zonas de residencia en la ciudad de Santiago según la composición

6. Encuesta Cedop mayo 1970, Santiago, N = 679.

socioeconómica en la época (Gómez, 1999), es posible distinguir tres estratos, medio-alto, medio-bajo y bajo, al interior de los cuales los resultados de la elección presidencial de 1970 fueron marcadamente diferenciados. Entre los habitantes del sector bajo, un 44% de los votantes apoyó a Allende, mientras los demás candidatos obtuvieron votaciones bastante menores. A la inversa, su votación entre quienes residían en el sector medio-alto fue de solamente un 23%, pero la disputa era más equilibrada entre quienes habitaban en el sector medio-bajo. Considerando la suma de las votaciones de Allende y el candidato de centro (Tomic), de modo agregado obtuvieron un 71% de los votos en el sector bajo, decreciendo en el estrato medio-bajo y alcanzando sólo un 48% en el medio-alto. Había por lo tanto una correlación entre la votación y la estratificación social.

Más allá de los resultados electorales, las encuestas del equipo de Hamuy ofrecen la posibilidad de conocer mejor la relación entre aspiraciones, votación presidencial y desigualdades sociales. Las preguntas abiertas en los años anteriores acerca de aspiraciones de la población habían mostrado una y otra vez que las respuestas de los encuestados se centraban en asuntos de su experiencia de vida cotidiana, más que en políticas sociales o en el debate político sobre cambios socioeconómicos de fondo, de acuerdo a lo registrado en las bases de datos de esa serie de encuestas. Por lo tanto, creemos que al convertir la pregunta abierta en una de alternativas cerradas, lo que buscaba el equipo de Hamuy no era descubrir la relevancia de las aspiraciones cotidianas en comparación con los discursos políticos, sino establecer con precisión cuantitativa si habían diferencias en las opiniones de los encuestados dependiendo de sus características socioeconómicas.

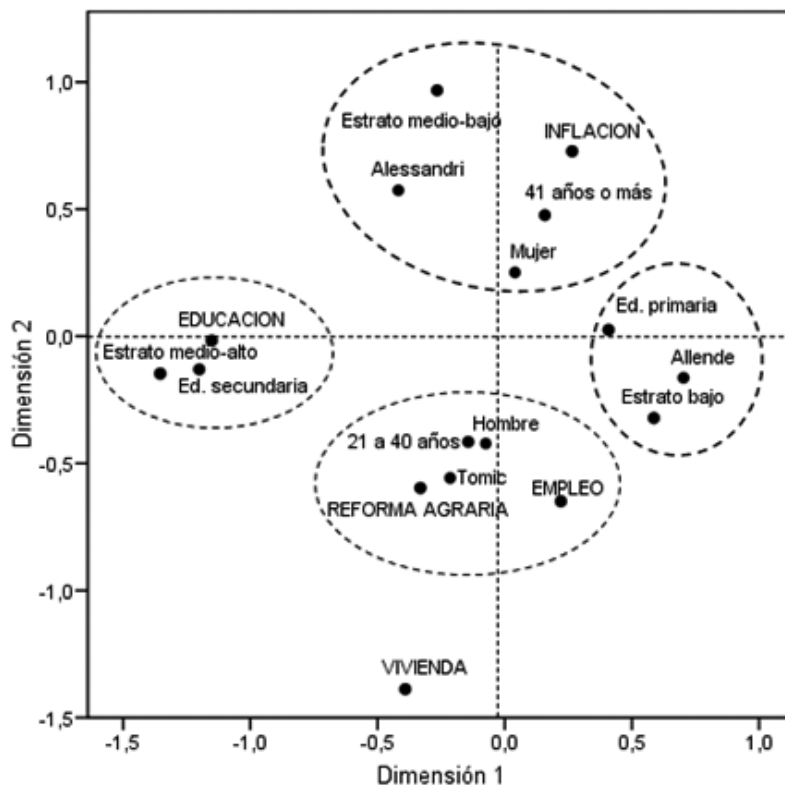
Las encuestas aplicadas por Hamuy permiten estudiar más a fondo las aspiraciones y preferencias electorales de los individuos, en el contexto de las desigualdades sociales existentes en la época. Utilizamos para ello específicamente la base de datos de la encuesta de agosto 1970, altamente confiable en cuanto a las preferencias de voto, pues en los resultados electorales posteriores se registraron votaciones muy similares para los candidatos en la ciudad de Santiago⁷. Analizamos los datos utilizando la técnica estadística del análisis de correspondencias múltiples, que en la época todavía no se había desarrollado, el cual permite resumir una gran cantidad de datos de tablas de frecuencia⁸. A partir de ese entrecruzamiento de datos, el análisis

7. Las diferencias entre la encuesta (Cedop ago. 1970, N = 721) y los resultados electorales para los dos candidatos con mayor votación fueron -1,0 y -1,2 puntos porcentuales y para el tercero +2,2 puntos.

8. La técnica estadística del análisis de correspondencias fue desarrollada en 1973 por Benzécri en Francia y se hizo conocida en sociología a través de los trabajos de Bourdieu. Adicionalmente, realizamos análisis estadísticos de regresión multinomial y de regresión logística binaria para analizar la asociación entre las variables.

GRÁFICO 2

Elección Presidencial 1970, Santiago: Análisis de Correspondencias Múltiples Según Aspiraciones, Preferencias Electorales y Características Socioeconómicas



Fuente: Encuesta Cedop ago. 1970, Santiago.

de correspondencias múltiple en el Gráfico 2 nos permite identificar la forma en que se asocian la aspiración principal y el candidato presidencial por el cual votará el encuestado, vinculando esto además con características socioeconómicas centrales de cada uno; es decir, dos individuos encuestados se parecen si tienen casi las mismas respuestas a esas preguntas y similares características socioeconómicas.

El análisis de correspondencias múltiple aplicado a la encuesta de agosto de 1970, cuantifica las respuestas de los encuestados a los diversos ítems del cuestionario que son nuestro objeto de estudio, a través de puntos en el Gráfico 2 que representan atributos referidos a las variables sexo, edad, estrato socioeconómico y preferencia por un candidato presidencial.

El estrato social medio-alto y medio-bajo de los encuestados se correlaciona marcadamente con la variable referida a una aspiración en particular, sea ésta edu-

cación o disminución de la inflación, como puede visualizarse a través de la cercanía entre los puntos referidos a ambas variables en el gráfico. Además, el estrato social se correlaciona fuertemente con la preferencia por algunos de los candidatos.

Las diferencias más acentuadas corresponden a los puntos más alejados del centro del gráfico y se sitúan en mayor grado en el eje horizontal (dimensión 1), consistiendo principalmente en desigualdades entre estratos sociales y en menor medida diferencias según niveles educacionales. Estas diferencias socioeconómicas entre los entrevistados se entrecruzan con diferentes aspiraciones, que en el Gráfico 2 se discriminan en el eje vertical (dimensión 2).

Lo anterior permite observar cuatro tipos de encuestados, que en el gráfico se distinguen con líneas entrecortadas. Un primer tipo estaba conformado por integrantes del estrato medio-alto y en una alta proporción se trataba de personas que respondieron la encuesta señalando que ante todo valoraban la educación, pero entre ellos había un bajo consenso en cuanto a la preferencia por uno u otro candidato. Un segundo tipo de encuestados, más jóvenes y heterogéneos en cuanto a su posición socioeconómica, era cercano al candidato de centro-izquierda (Tomic) y asignaba mayor importancia relativa a ampliar las posibilidades de empleo y a la reforma agraria. En tercer lugar, quienes integraban el estrato medio-bajo, especialmente mujeres en su mayoría dueñas de casa y personas de 41 o más años de edad, priorizaban la solución del problema de la inflación y tendían a preferir al candidato de derecha, Alessandri.

Un cuarto tipo de encuestados, integrantes del estrato bajo y con bajo nivel educacional, no asignaba especial relevancia a una u otra aspiración particular, diferenciándose en esto del estrato medio-bajo. En comparación con este último estrato, un elevado porcentaje también consideraba que disminuir la inflación era su anhelo principal, pero en forma menos marcada. El mayor apoyo a la candidatura de Allende se situaba precisamente entre estas personas residentes en zonas de estrato bajo, predominantemente sectores urbanos pobres o marginales, con aspiraciones generales más que particularistas, al mismo tiempo que eran más lejanas a su candidatura la clase media-baja y las dueñas de casa.

En resumen, había una relación entre características socioeconómicas de las personas, las aspiraciones para el futuro del país y sus preferencias electorales, lo que se expresaba de manera diferente entre tipos de encuestados. La clase media-alta coincidía en asignar especial importancia a ampliar la educación, pero su apoyo electoral estaba dividido entre los tres candidatos; esto último es consistente con la afirmación de que la confrontación política tenía lugar sobre todo entre élites, con un discurso común que apelaba a la transformación y modernización aunque con significados diversos y opuestos (Martínez e Díaz, 1995), lo que como vemos ocurría

en un estrato medio-alto de nivel educacional superior que estaba dividido en su apoyo a los candidatos. Mejorar el empleo era especialmente relevante para los más jóvenes y para los votantes del candidato de centro. Los encuestados de clase media-baja, principalmente dueñas de casa, aspiraban sobre todo a detener la inflación y tendían a votar por el candidato de derecha.

Como hemos señalado, los más desposeídos eran la principal base de apoyo de Allende y sus anhelos tenían un carácter menos particularizado, es decir menos vinculados a los problemas específicos de su condición, si los comparamos con otros estratos sociales. Esa adhesión política puede interpretarse, así, como el resultado de años de vínculo de los partidos de izquierda con sectores populares, lo que habría cimentado en éstos una confianza en que su candidato presidencial se haría cargo de sus demandas. En ese sentido una prolongada historia de vínculo entre la izquierda y las demandas sociales generaban confianza suficiente para el apoyo a ideas generales de justicia y cambio social, lo que hacía innecesario un discurso político en torno a ciertos temas de interés particular en el caso de sectores populares, lo que era más problemático en el caso de la clase media baja.

Los resultados de las encuestas puestos en contexto

Hacia fines de la década de 1960, prevalecía en país un clima de agitación social y política (Correa *et al.*, 2001), aumentando las huelgas de trabajadores urbanos (Pizarro, 1986) y de campesinos (Affonso *et al.*, 1970; Klein, 1973; Kay, 1978; Huerta, 1989; Gómez y Echenique, 1991; Bengoa, 2016), así como los movimientos reivindicativos de pobladores urbanos (Garcés, 2002), en comparación con los años previos. Sin embargo, esa movilización era en parte conducida por partidarios de los candidatos de izquierda y de centro, sin ser considerada una amenaza para el régimen democrático y el sistema político establecido (Valenzuela, 1978; Álvarez, 2010), involucrando especialmente a los más activos al interior de amplios conglomerados de individuos como los representados en las encuestas.

Los resultados de las encuestas en la capital del país posiblemente se extendían a las demás ciudades, pero en algunas zonas los problemas y aspiraciones de la gente eran de otro tipo. En zonas rurales y agrícolas, una ley sobre sindicalización campesina dictada en 1967, conjuntamente con la ley sobre reforma agraria, permitió la constitución de sindicatos y la presentación de demandas, expresando aspiraciones que antes no habían sido planteadas. Así por ejemplo, en las zonas rurales de las provincias de Osorno y Llanquihue, se constituyeron sindicatos en casi todas las comunas de esas provincias y la mayor parte de las demandas que se plantearon en 1969 y 1970 estuvieron focalizadas en problemas laborales y salariales, más que en la propiedad

de la tierra agrícola (Klein, 1973). Estas demandas campesinas, de orientación distributiva y de cambio en las relaciones de trabajo, más que de transformación de la propiedad agrícola, fueron inesperadas y estaban fuera del debate político nacional. El programa gubernamental de Allende no hacía mención a ellas, sino a la necesidad de una reforma agraria que terminara con las grandes propiedades agrícolas – los “latifundios”. En todo caso, la votación de los candidatos de centro e izquierda en las comunas rurales de Osorno alcanzó al 61% – en mayor proporción para el candidato de centro –, un porcentaje superior al que obtuvieron en la ciudad de Osorno, que indicaría una cercanía de la población campesina y rural con esos candidatos.

Lo anterior constituye un indicio de que en 1970, diversos sectores de la población ponían en tela de juicio la distribución de los beneficios en el marco del orden socioeconómico, pero eso ocurría de modo fragmentado, en espacios específicos de interacción social y en forma relativamente desconectada entre un grupo y otro. Por ejemplo, en las zonas agrícolas y rurales, donde los campesinos tenían una escasa capacidad de consumo de bienes producidos en zonas urbanas, fueron puestas en cuestión las relaciones de trabajo con los propietarios agrícolas, mientras en las ciudades la disminución de la inflación era la aspiración más relevante para las mujeres dueñas de casa, quienes veían amenazada su capacidad de consumo.

Adicionalmente, algunos de los segmentos sociales involucrados en problemas específicos, como las dueñas de casa con respecto de la inflación y las mujeres en general, así como los sectores urbanos pobres o marginales y los campesinos, eran escasamente reconocidos y valorados como actores dentro del orden socioeconómico de la época (Mattelart e Mattelart, 1968; Garretón, 1989; Kirkwood, 1986; Gómez e Echenique, 1991). Sus aspiraciones asociadas a los problemas que experimentaban cotidianamente, eran tematizadas como secundarias en el discurso programático de los actores políticos a nivel nacional, sin proporcionar una interpretación de esas aspiraciones en torno a los principios centrales de justicia social que se declaraban.

A pesar de esa desconexión de lo que era experimentado en la vida cotidiana en comparación con los discursos programáticos, la adhesión a un candidato u otro y a partidos políticos indica que la gente esperaba que sus representantes darían satisfacción a sus aspiraciones. De un modo más general, resulta útil considerar la distinción entre dos tipos de apoyo político (Easton, 1975), uno difuso orientado hacia valores y en el largo plazo, en contraste con un apoyo de tipo específico, orientado hacia asuntos concretos e inmediatos. El apoyo de los electores para Allende y el candidato de centro, era la expresión de un apoyo difuso más que un apoyo específico orientado a la satisfacción de expectativas ligadas a su experiencia personal e inmediata. El léxico del “socialismo” o la “justicia” en el discurso de los candidatos presidenciales de centro e izquierda convertía en fines últimos las aspiraciones más concretas de uno

u otro sector de la población. Sin embargo, aunque había un aparente ajuste con los discursos ideológicos, estas aspiraciones permanecían latentes desde hacía ya varios años y posiblemente continuarían subyacentes en el tiempo venidero.

Lo examinado hasta ahora permite aproximarnos a responder la interrogante de si en 1970 había una crisis de consentimiento en torno a las reglas del juego político y si el orden socioeconómico había dejado de ser justificado. La legitimidad política y la justicia social estaban relacionadas de un modo que es resumido en la Tabla 1 y en ello incidía no sólo lo que ocurría a nivel macro o societal, sino que esto se interrelacionaba con el nivel micro de los individuos y sus relaciones sociales. La experiencia individual y grupal de desigualdades sociales que generaban aspiraciones pero sin que éstas fueran directamente representadas como injusticia social a nivel societal, moderaba una crítica del orden socioeconómico. Ese orden era en alguna medida criticado por la gente, pero por razones diferentes a los discursos formulados por parte de los conglomerados políticos y en forma fragmentada en diversos focos. Debido a que había una identificación de aspiraciones focalizadas, pero sin referencia a creencias colectivas sobre lo injusto, las desigualdades involucradas tampoco eran categorizadas como injusticias sociales que determinaran poner en tela de juicio el orden socioeconómico ni que erosionaran la legitimidad de las reglas del juego político. Estas últimas no sólo eran toleradas, sino que gozaban de una fuerte aceptación por parte de los individuos, como se manifestaba en la creciente participación electoral. Posiblemente, la expectativa difusa de soluciones desde el sistema político con respecto de aspiraciones socioeconómicas específicas, reforzaba la legitimidad de las reglas del juego político, al mismo tiempo que su legitimización atenuaba la representación de injusticias sociales con respecto de los problemas y aspiraciones en la vida cotidiana de las personas.

TABLA 1
Legitimidad Política y Justicia Social en 1970, a Nivel Macro y Micro

	LEGITIMIDAD POLÍTICA	JUSTICIA SOCIAL
NIVEL SOCIETAL	Aceptación (consentimiento) de reglas del juego político-electoral	Crítica del orden socioeconómico
INDIVIDUOS Y GRUPOS	Aumento de participación en elecciones	Aspiraciones específicas y fragmentadas

Los resultados obtenidos del estudio sobre la interrelación entre lo macro y lo micro en la legitimidad y las representaciones de lo (in)justo durante el período previo a la elección de Allende como presidente en 1970 son interesantes desde el

punto de vista sociológico considerando que la mayor parte de los estudios acerca de la época se focalizan en el escenario político del período y en la acción colectiva tendiente a transformar la situación existente. La reflexión sobre el pasado debe situarse en el contexto del lenguaje de la época, siguiendo a Kosseleck (1993), pero esto frecuentemente circunscribe el análisis histórico al discurso predominante en ese momento. Al incluir también otras voces, como las mujeres dueñas de casa y las personas corrientes, se aprecia la relevancia de fenómenos como la inflación, frente a la cual no había respuesta natural y directa en la episteme de las corrientes políticas de ese tiempo, desde la derecha a la izquierda. Esto se ve confirmado por otro de los casos mencionados previamente, el de los campesinos, entre quienes las reivindicaciones laborales tenían gran relevancia e incluso predominaban por sobre la distribución de la tierra que estaba en el centro de los programas políticos (Affonso *et al.*, 1970; Klein, 1973; Kay, 1978; Huerta, 1989; Gómez e Echenique, 1991). Lo que ocurría en la gente común era distante de los discursos políticos del período, a pesar de lo cual su voto se inclinó por los candidatos que podrían dar satisfacción a sus aspiraciones al proponer cambios orientados a una mayor justicia social.

También es importante contextualizar las encuestas analizadas en la evolución posterior, cuando Allende fue elegido presidente. Desde el primer momento, la derecha inició una estrategia de deslegitimación del gobierno, que culminó en el quiebre de la democracia en 1973. Al mismo tiempo, la elección de Allende como presidente acentuó la expresión de aspiraciones sociales, amplificando un ciclo de acción colectiva que incluyó la ocupación de fábricas por sus trabajadores, terrenos urbanos por los sin casa y propiedades agrícolas por parte de campesinos e indígenas. La multiplicación de ideas y sentimientos de injusticia a nivel de individuos y grupos se agregó al proceso político. Las expectativas de mayor justicia social pusieron a prueba la legitimidad del sistema político establecido. Gradualmente, se intensificó una ideologización y una polarización entre dos posturas políticas, que a la larga serían utilizadas por la derecha para justificar el golpe militar de 1973 pretextando la ilegitimidad del régimen democrático (Valenzuela, 1978; Garretón e Moulian, 1983; Moulian, 2006; Torres, 2014).

Lo anterior constituyó un giro en gran medida posterior a la elección de Allende: como hemos mostrado a partir de los datos arrojados por las encuestas aplicadas antes del gobierno de Allende, problemas socioeconómicos concretos se expresaban en aspiraciones específicas y fragmentadas entre un grupo social y otro, sin ser considerados como injusticias a nivel societal. Pero en el nuevo período los problemas y aspiraciones fueron representados por muchos como injusticias sociales que requerían rápida solución, con una u otra orientación política. Este giro, así como el desarrollo del plan opositor, son parte de otro análisis histórico, pero los resultados de

las encuestas aplicadas en el período electoral previo a la elección de Allende, dejan interrogantes abiertas. Por un lado, qué ocurrió con las aspiraciones subyacentes en la gente durante el período electoral y por otra parte, cómo surgió ese cambio hacia mayores y nuevas aspiraciones de justicia social entre la gente común y corriente, considerando que antes de la elección estaban legitimadas las reglas del juego político y si bien habían aspiraciones concretas, éstas no eran representadas claramente como injusticias sociales. Este trabajo ha mostrado que complementariamente al conocimiento existente sobre los procesos sociopolíticos y actores colectivos a nivel macro en el período del gobierno de Allende, también sería relevante estudiar las percepciones de la gente corriente durante ese período gubernamental.

Discusión y conclusión

Los resultados del análisis de las encuestas permiten examinar cómo contribuyen al conocimiento sobre la época, específicamente acerca de la situación en el período previo a la elección de Allende.

Este estudio ha permitido responder la pregunta acerca de cuáles eran las ideas y sentimientos entre la gente común y corriente, acerca de la legitimidad del poder político y la justicia social, y qué factores influían en esas representaciones subjetivas. La legitimidad del sistema político no era puesta en cuestión y tampoco surgía un cuestionamiento basado en ideas y sentimientos de injusticia referido directamente a aspiraciones individuales, pues aunque el discurso político nacional con mayor apoyo electoral era crítico a la injusticia social, entre las personas encuestadas había una percepción de problemas y aspiraciones cotidianas que no se representaban subjetivamente de un modo claro como injusticias. Esto se observa al considerar las encuestas del equipo de Eduardo Hamuy como una serie de varios años de duración, partiendo de una pregunta abierta hasta que se seleccionaron finalmente las opiniones más frecuentes de los encuestados, para establecer cuantitativamente cuáles de ellas eran las principales.

Nuestros resultados sobre la situación específica analizada aportan a la discusión teórica sobre si el razonamiento de los individuos para evaluar lo (in)justo es predominantemente inductivo o normativo, referido a una escala micro o macro (Guibet Lafaye, 2014; Liebig e Sauer, 2016). Los resultados obtenidos admiten dos líneas de interpretación, la primera con énfasis en el nivel micro de las aspiraciones individuales y la segunda poniendo el acento en el nivel macro y la política como articuladora de esas aspiraciones.

Una primera interpretación consiste en que había una distancia entre aspiraciones individuales y principios de injusticia expresados en los discursos políticos a nivel

nacional, que no permitía expresar dichas aspiraciones como injusticias. Por un lado, como hemos expuesto, aspiraciones socioeconómicas específicas como detener la inflación y mejorar las oportunidades de empleo eran consideradas importantes para el país por los individuos encuestados antes de la elección de Allende. En forma recurrente, la gente anhelaba una solución a estos problemas concretos y su aspiración se refería ante todo a una situación socioeconómica que afectaba negativamente a sus hogares en su vida cotidiana, sin ser evaluada contraponiéndola a una idea o estándar sobre lo justo a nivel societal. Los discursos políticos a nivel nacional en sus propuestas programáticas no ofrecían a la gente referentes normativos concretos acerca de sus aspiraciones, por ejemplo, cuál debería ser una tasa de inflación aceptable. Tampoco comunicaban a cuáles expectativas de empleo podrían aspirar las personas, especialmente los menos calificados, quienes eran los que más resentían subjetivamente una falta de oportunidades en el mercado de trabajo, de acuerdo con los datos analizados. La ausencia de esos puntos referenciales acerca de qué era o debería ser lo justo, dificultaba comparar aspiraciones individuales o colectivas con esos estándares de justicia.

Además, las aspiraciones cotidianas no eran representadas claramente como injusticias debido a la heterogeneidad de esas aspiraciones. Nuestro análisis de los datos de la encuesta de agosto de 1970 muestra que las creencias sobre la importancia relativa de una aspiración u otra, variaban según si correspondían a mujeres dueñas de casa, trabajadores manuales hombres, grupos de edad más jóvenes o profesionales universitarios. Además, sabemos que algunos de estos segmentos de la sociedad constituían agregados de individuos más que actores sociales; por ejemplo, las mujeres en esa época no tenían una voz en el espacio público o al menos ésta era limitada. En otros casos, la ausencia de una acción colectiva que postulara un criterio de justicia frente a problemas socioeconómicos específicos, muestra que otros segmentos como los sectores urbanos pobres o marginales constituían agregados de individuos más que grupos sociales con intereses e ideas propias, que sólo esporádica o parcialmente eran representados por movimientos sociales como el de pobladores. Así, cuando no existía una identidad grupal como en el caso de las mujeres dueñas de casa o ésta era limitada como en el caso de los sectores urbanos marginales, se carecía de referentes comunes para evaluar lo justo o lo injusto en la sociedad. La heterogeneidad social y por ende de las aspiraciones particulares de cada agregado de individuos, contribuye a explicar por qué no surgía una idea compartida de injusticia basada en sus inquietudes.

De este modo, al nivel micro de las personas y su interacción durante el período electoral, se atenuaba la representación de injusticias sociales que vincularan sus aspiraciones cotidianas y particulares, con el discurso político nacional crítico hacia la

injusticia social en un sentido generalizado. Lo analizado empíricamente a partir de encuestas aplicadas en la época podría interpretarse como una disociación entre un nivel micro y un nivel macro, entre aspiraciones individuales no representadas como injusticias y el discurso político nacional sobre injusticias sociales, lo que aportaría a un reexamen del período previo a la elección del presidente Allende.

Una segunda línea de interpretación consiste en que las aspiraciones individuales se subsumían en el discurso político nacional crítico a la injusticia social y en proyectos colectivos a nivel de la sociedad. La prueba de esto se encuentra en la votación obtenida por los dos candidatos presidenciales favorables a los cambios sociales y por Allende en particular. Esa votación muestra que el discurso político nacional nombraba de un modo general las aspiraciones individuales, dando cuenta de ellas. La política articulaba las aspiraciones de los individuos, diferenciándose de cada una de ellas en particular. Las candidaturas presidenciales evitaban representar esas aspiraciones en forma fragmentada; al generalizarlas y articularlas evitaban una escisión entre un nivel macro y un nivel micro. La concordancia entre esas aspiraciones que hemos analizado empíricamente y el triunfo de la candidatura Allende, indica que entre el nivel micro y macro había sólo una aparente disociación.

En el contexto de la época, esa articulación se veía favorecida por un sistema en el cual las aspiraciones de la gente y en especial las demandas de quienes eran más activos, eran articuladas y mediadas por movimientos sociopolíticos como el de pobladores y por dirigentes políticos de base o de nivel intermedio, entre quienes tenía respaldo una candidatura como la de Allende. Además, en la época los discursos políticos nacionales en sus propuestas programáticas buscaban dar cuenta de las aspiraciones de la gente a un nivel general más que como una suma de compromisos electorales y en torno a esas propuestas las personas definían sus preferencias electorales.

Los resultados de las encuestas – continuando esta segunda línea interpretativa – muestran precisamente el tipo de aspiraciones que la gente descubría en la candidatura presidencial de Allende, incluyendo enfrentar la inflación y mejorar el empleo. La menor asociación de su candidatura con las mujeres dueñas de casa y con la clase media-baja – en comparación con otros candidatos – dependía de opciones políticas generales en mayor medida que de un discurso político nacional referido más específicamente a la inflación u otras aspiraciones.

En síntesis, la primera línea de interpretación se refiere a una incapacidad de percibir subjetivamente las aspiraciones individuales como representaciones de lo justo en la sociedad, mientras la segunda pone de relieve una capacidad de la política de unificar esas aspiraciones en un proyecto de justicia social más allá de una simple suma de compromisos electorales. La primera línea se focaliza principalmente en un nivel micro de los individuos y su relación con los más cercanos, mientras la segunda tiene

su foco preferente en un nivel macro de la política a escala nacional. Desde un punto de vista teórico, estas dos líneas de interpretación coinciden en ofrecer evidencia de que las representaciones sociales sobre lo (in)justo pueden presentar diferencias marcadas entre un nivel micro y un nivel macro en la sociedad, guardando ambos niveles una relativa autonomía durante un período específico, pero manteniendo una interdependencia.

Desde un punto de vista empírico, nuestro trabajo aporta resultados de interés para ambas interpretaciones. Nuestros resultados muestran una menor asociación de la candidatura de Allende con las mujeres dueñas de casa, el estrato medio-bajo y la población de mayor edad, quienes aspiraban sobre todo a que disminuyera la inflación, lo cual de acuerdo a una primera línea de interpretación, sugeriría que su opción electoral se veía en alguna medida influenciada por el grado en que esa candidatura se hacía cargo de dicha aspiración referida a un aspecto específico de la vida cotidiana de las personas. En cambio, los resultados sobre la mayor asociación de la candidatura de Allende con los trabajadores manuales, las personas de menor nivel educacional y de estrato socioeconómico bajo, independientemente de sus aspiraciones específicas, sugieren que su apoyo electoral en esos sectores sociales dependía de opciones políticas generales – la segunda interpretación – en mayor medida que de un discurso político nacional referido más específicamente a la inflación u otras aspiraciones. Así, lo considerado justo por la gente corriente se explica por factores que empíricamente diferían entre un grupo social y otro.

Adicionalmente, la eficacia explicativa de cada una de esas líneas de interpretación podría evaluarse empíricamente desde la perspectiva histórica que nos otorga conocer actualmente los hechos posteriores, a lo que Bourdieu (2012, p. 219) se refirió como “un posible realizado”. En relación con la evolución posterior a la elección presidencial, hemos planteado que fue después de la elección que se multiplicaron las expectativas orientadas a una mayor justicia social, al mismo tiempo que se erosionó el sistema sociopolítico de compromisos formales e informales de las décadas anteriores. Las causas de esto requieren estudiar ese período continuando el análisis de aspectos abordados en este trabajo. Sin embargo, los hechos posteriores muestran que la pérdida de legitimidad del régimen político democrático fue sobre todo resultado de la acción de la derecha, que se planteó como objetivo principal y estratégico deslegitimar al gobierno y las reglas de la democracia, para permitir y estimular un golpe.

Referencias

- AFFONSO, Almino *et al.* (1970), *Movimiento campesino chileno*. Santiago, Icirá, vol. 2.
- ALESSANDRI, Jorge. (1970), "Hacia un gobierno de integración nacional". *El Mercurio*, 11/1.
- ÁLVAREZ, Rolando. (2010), "La Unidad Popular y las elecciones presidenciales de 1970 en Chile: la batalla electoral como vía revolucionaria". *Observatorio Social de América Latina*, 28: 219-239.
- ANGELL, Alan. (2009), "Chile, desde 1958". In: BETHELL, Leslie (org.). *Chile desde la independencia*. Santiago, Ediciones UCSH, pp. 167-255.
- BENGOA, José. (2016), *Reforma agraria y revuelta campesina*. Santiago, LOM.
- BOLTANSKI, Luc. (2009), *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre. (2012), *Sur l'État: cours au Collège de France, 1989-1992*. Paris, Seuil.
- BRAUN, Juan *et al.* (2000), "Economía chilena 1810-1995: estadísticas históricas". Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Economía (Documento de Trabajo, 187).
- COHEN, Ronald. (1986), "Power and justice in intergroup relations". In: BIERHOFF, Hans *et al.* (orgs.). *Justice in social relations*. New York, Plenum, pp. 65-84.
- CORREA, Sofía *et al.* (2001), *Historia del siglo XX chileno: balance paradójico*. Santiago, Sudamericana.
- EASTON, David. (1975), "A re-assessment of the concept of political support". *British Journal of Political Science*, 5 (4): 435-457.
- FUENZALIDA, Edmundo. (1983), "The reception of 'scientific sociology' in Chile". *Latin American Research Review*, 18 (2): 95-112.
- GARCÉS, Mario. (2002), *Tomando su sitio: el movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago, LOM.
- GARRETÓN, Manuel A. (1989), *The Chilean political process*. Boston, Unwin Hyman.
- GARRETÓN, Manuel A. (2005), "Social sciences and society in Chile: institutionalization, breakdown and rebirth". *Social Science Information*, 44 (2-3): 359-409.
- GARRETÓN, Manuel A. (2007), "The socio-political matrix and economic development in Chile". Discussion Paper Series Number Fifteen A. Manchester, School of Environment & Development, University of Manchester,
- GARRETÓN, Manuel A. & MOULIAN, Tomás. (1983), *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago, Minga.
- GÓMEZ, Juan Carlos. (1999), *La elección presidencial de 1970 en Chile: una mirada desde la teoría económica de la democracia de Anthony Downs*. México D. F., FLACSO.
- GÓMEZ, Sergio & ECHENIQUE, Jorge. (1991), *La agricultura chilena: las dos caras de la modernización*. Santiago, FLACSO.
- GUIBET LAFAYE, Caroline. (2014), "Comment se construisent les raisonnements sur la justice sociale?" *Klesis*, 29: 93-118.

- HAMUY, Eduardo. (1967), *Chile: el proceso de democratización fundamental*. Santiago, CESO.
- HEGTVEDT, Karen *et al.* (2016), "Social dynamics of legitimacy and justice". In: SABBAGH, Clara & SCHMITT, Manfred (orgs.). *Handbook of social justice theory and research*. New York, Springer, pp. 425-444.
- HUERTA, María Antonieta. (1989), *Otro agro para Chile: historia de la reforma agraria en el proceso social y político*. Santiago, Cisec.
- HUNEUS, Carlos. (1987), *Los chilenos y la política: cambio y continuidad bajo el autoritarismo*. Santiago, Cerc.
- JACKSON, Luiz & BLANCO, Alejandro. (2016), "O caudillo da sociologia mexicana: Pablo González Casanova e 'A democracia no México'". *Tempo Social*, 28 (3): 117-143.
- JASSO, Guillermina. (2015), "Thinking, saying, doing in the world of distributive justice". *Social Justice Research*, 28 (4): 435-478.
- JASSO, Guillermina *et al.* (2016), "Distributive justice". In: SABBAGH, Clara & SCHMITT, Manfred (orgs.). *Handbook of social justice theory and research*. New York, Springer, pp. 201-218.
- JASSO, Guillermina & WEGENER, Bernd. (1997), "Methods for empirical justice analysis, part I: framework, models, and quantities". *Social Justice Research*, 10 (4): 393-430.
- KAY, Cristóbal. (1978), "Agrarian reform and the class struggle in Chile". *Latin American Perspectives*, 5 (3): 117-142.
- KIRKWOOD, Julieta. (1986), *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago, FLACSO.
- KLEIN, Emilio. (1973), *Conflict between rural workers and landowners in central Chile*. Brighton, PhD. Thesis, University of Sussex.
- KOSELLECK, Reinhart. (1993), *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Paidós.
- LECHNER, Norbert. (2003), "Los desafíos políticos del cambio cultural". In: GUTIÉRREZ, Paulina & MOULIAN, Tomás (orgs.). *Norbert Lechner: obras escogidas*. Santiago, LOM, vol. 2, pp. 471-493.
- LIEBIG, Stefan & SAUER, Carsten. (2016), "Sociology of justice". In: SABBAGH, Clara & SCHMITT, Manfred (orgs.). *Handbook of social justice theory and research*. New York, Springer, pp. 37-60.
- MARTÍNEZ, Javier & DÍAZ, Alvaro. (1995), *Chile: la gran transformación*. Santiago, SUR.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michelle. (1968), *La mujer chilena en una nueva sociedad*. Santiago, Editorial del Pacífico.
- MELLER, Patricio. (1998), *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago, Andrés Bello.
- MOSCOVICI, Serge. (2000), *Social representations: explorations in social psychology*. Cambridge, Polity.
- MOULIAN, Tomás. (2006), *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago, LOM/Universidad ARCIS.

- MOYA, Laura. (2016), "José Medina Echavarría: una mirada sobre América Latina desde la sociología económica y la teoría (1952-1977)". *Tempo Social*, 28 (3): 95-116.
- NAVIA, Patricio & OSORIO, Rodrigo. (2015), "Las encuestas de opinión pública en Chile antes de 1973". *Latin American Research Review*, 50 (1): 117-139.
- NAZER, Ricardo & ROSEMBLIT, Jaime. (2000), "Electores, sufragio y democracia en Chile: una mirada histórica". *Mapocho*, 48: 215-228.
- PARTIDO DEMÓCRATA CRISTIANO (PDC). (1969), *Declaración política y bases programáticas*. Santiago.
- PINTO, Julio. (2005), "Hacer la revolución en Chile". PINTO, Julio (org.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago, LOM, pp. 9-34.
- PIZARRO, Crisóstomo. (1986), *La huelga obrera en Chile, 1890-1970*. Santiago, Sur.
- UNIDAD POPULAR. (1969), *Programa básico de gobierno de la Unidad Popular*. Santiago.
- O'DONNELL, Guillermo. (1978), "Reflections on the patterns of change in bureaucratic-authoritarian state". *Latin American Research Review*, 13 (1): 3-38.
- PARTIDO NACIONAL. (1970), *La nueva república: programa del Partido Nacional*. Santiago, Impresos Planet.
- ROLDÁN, Yasna. (2011), "Salvador Allende: los argumentos del triunfo y los argumentos de la traición". *Revista Austral de Ciencias Sociales*, 21: 5-22.
- SOUZA, Jessé de. (2004), "Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro". In: SCALON, Maria Céli (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 76-113.
- SUNKEL, Guillermo. (1989), *Las encuestas de opinión pública: entre el saber y el poder*. Santiago, Flasco.
- TORRES, Isabel. (2014), *La crisis del sistema democrático: las elecciones presidenciales y los proyectos políticos excluyentes. Chile, 1958-1970*. Santiago, Editorial Universitaria.
- TURNER, Jonathan. (2007), "Justice and emotions". *Social Justice Research*, 20 (3): 288-311.
- VALDIVIA, Verónica. (2008), *Nacionales y gremialistas: el "parto" de la nueva derecha chilena, 1964-1973*. Santiago, LOM.
- VALENZUELA, Arturo. (1978), *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago, Flasco.
- VALENZUELA, Arturo. (2004), "Latin American presidencies interrupted". *Journal of Democracy*, 15 (4): 5-19.
- WALKER, Henry & ZELDITCH, Morris. (1993), "Power, legitimacy, and the stability of authority: a theoretical research program". In: BERGER, Joseph & ZELDITCH, Morris (orgs.). *Theoretical research programs: studies in the growth of theory*. Stanford, Stanford University Press, pp. 364-381.

Resumen

Revisitando la elección de Allende en 1970: lo que revelan encuestas aplicadas en la época

La elección de Allende como presidente de Chile en 1970, cuyo gobierno fue derrocado tres años después por un golpe militar, es el tema de este artículo. Se estudia el período previo a la elección de Allende enfatizando en la perspectiva de la gente común, examinando por un lado la legitimidad del sistema político y por otra parte las percepciones sobre la justicia social. Se analizan las bases de datos de encuestas aplicadas en el período electoral por uno de los fundadores de la sociología en Chile. El análisis de esos datos permite una aproximación inédita a las aspiraciones de las personas frente a problemas del país antes de la elección presidencial. Al comparar el nivel micro o individual a partir de las encuestas, con el discurso político a nivel macro o societal, el estudio contribuye a reexaminar el período.

Palabras claves: Salvador Allende; Chile; Legitimidad; Justicia social; Encuestas.

Resumo

Revisitando a eleição de Allende em 1970: o que as pesquisas aplicadas no momento revelam

A eleição de Allende como presidente do Chile em 1970, cujo governo foi derrubado três anos depois por um golpe militar, é o tema deste artigo. O período anterior à eleição de Allende é estudado, enfatizando a perspectiva das pessoas comuns, examinando, por um lado, a legitimidade do sistema político e, por outro, as percepções sobre a justiça social. São analisados os bancos de dados de pesquisas de opinião feitas no período eleitoral por um dos fundadores da sociologia no Chile. A análise desses dados permite uma abordagem sem precedentes das aspirações das pessoas ante os problemas do país nos meses que antecederam a eleição presidencial. Ao comparar o nível micro ou individual a partir de pesquisas com o discurso político ao nível macrossocial, o estudo contribui a reexaminar o período.

Palavras-chave: Salvador Allende; Chile; Legitimidade; Justiça social; Pesquisas de opinião.

Abstract

Revisiting Allende's election in 1970: what surveys performed at the time reveal

The election of Allende as president of Chile in 1970, whose government was overthrown three years later by a military coup, is the subject of this article. The period prior to Allende's election is studied, emphasizing the perspective of ordinary people, examining on the one hand the legitimacy of the political system and, on the other hand, the perceptions about social justice. The databases of surveys applied in the electoral period by one of the founders of sociology in Chile are analyzed. The analysis of these data allows an approach to the aspirations of people facing the country's problems before the presidential election. When comparing the micro or individual level on the surveys, with the political discourse at the macro or societal level, the study helps to reexamine the period.

Keywords: Salvador Allende; Chile; Legitimity; Social justice; Surveys.

Texto recibido em 30/8/2017 e aprovado em 21/3/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.137514

OSCAR MAC-CLURE es profesor del Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas (CEDER) de la Universidad de Los Lagos, Chile. E-mail: oscar.macclure@gmail.com.

MANUEL ANTONIO GARRETÓN es profesor del Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. E-mail: magarret@uchile.cl.



Governo, ditadura e ciências sociais

O caso português

Frederico Ágoas*

<https://orcid.org/0000-0001-7045-7688>

O presente artigo reproduz no essencial uma comunicação sujeita a discussão no âmbito do ciclo académico organizado no Rio de Janeiro, em abril de 2014, para assinalar os cinquenta anos do golpe militar de 1964, no Brasil, e apresentada numa mesa-redonda que teve como mote “Ditadura e Universidade”. Paralelamente, o gesto integrava-se no projeto de pesquisa “Ditadura e Ciências Sociais. Analogias e intersecções entre Portugal e Brasil”, desenvolvido durante aquele ano junto do Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. E se, ao contrário do que é habitual, se começa por recuperar no corpo deste texto as circunstâncias mais imediatas que lhe deram origem, não é apenas para justificar a coloquialidade do português, que se procurou mitigar, ou as alusões pontuais à história das ciências sociais no Brasil, que serve como primeiro termo de comparação ao caso que abordo, mas, sobretudo, porque o pretexto em causa acabou por revelar-se central à produção do argumento. Com efeito, a síntese que aqui se apresenta dos mais recentes estudos de caso sobre a história da sociologia em Portugal, bem como os seus corolários substantivos foram suscitados pela distância prolongada ao local de enunciação dos discursos de que o texto se ocupa e determinados pelo desembaraço com que no Brasil se trabalha com os aparentes paradoxos da ditadura, designadamente no que toca ao desenvolvimento de instituições que julgamos – ou pelo menos desejamos – serem específicas da democracia.

* Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

A este último respeito, o trabalho apresentado pelo outro orador da ocasião, o historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta, acerca da relação entre a universidade e a ditadura militar no Brasil, dificilmente poderia ser mais inspirador – tanto mais que se ocupa também do caso específico das ciências sociais – e é ele próprio paradigmático do que acabo de afirmar. De fato, e tal como sugere o autor, a repressão política que se abateu sobre os cientistas sociais, na sequência do golpe de Estado de 1964, não impediu o desenvolvimento daquelas ciências e, muito em particular, o incremento dos apoios à pesquisa e a ampliação do número de pós-graduações naquele domínio (Motta, 2014, pp. 272-282). De forma mais geral, o ímpeto desenvolvimentista da ditadura militar implicaria a aposta na formação de mão de obra e na investigação científica que, em conjunto, redundariam num processo de modernização da universidade, cujo projeto remontava à década anterior (*Idem*, pp. 255-263). E também é sabido como o autoritarismo de Getúlio Vargas não obsteu a que, sob a sua primeira presidência (1930-1945) e já no decurso do Estado Novo brasileiro (1937-1945), ocorresse a institucionalização da sociologia no Brasil, designadamente em São Paulo, por iniciativa do governo estadual (na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e da elite empresarial da região, em parceria com o governo municipal da cidade (na Escola Livre de Sociologia e Política)¹.

Em Portugal, julgo subsistir a ideia mais ou menos generalizada de que não existiram ciências sociais durante a ditadura. Até há pouco tempo, pelo menos, acreditava-se que pouco ou nada haveria a dizer sobre o tópico, em função de uma contradição manifesta entre aqueles dois termos. A formulação mais categórica de semelhante convicção talvez seja a primeira de todas, justamente. Quatro anos após a revolução de abril de 1974, que poria fim ao Estado Novo, o historiador Victor de Sá afirmaria o seguinte, num pioneiro e importante *Esboço histórico das ciências sociais em Portugal*:

O que verdadeiramente aconteceu foi que, há meio século, se deu uma ruptura violenta numa das mais ricas e fecundas tradições da cultura portuguesa, ruptura que localizamos em 1929, data a partir da qual as concepções sociais foram entre nós oficialmente preteridas para darem lugar às concepções corporativistas. Sob a ditadura salazarista a palavra *social* foi votada a uma certa maldição, assim como as suas derivadas socialismo e sociologia (Sá, 1978, p. 11).

O fato apontado era tanto mais saliente, sublinhe-se, se considerarmos que o mesmo autor não hesitava em fazer “remontar as ciências sociais [portuguesas] ao período

1. Para um panorama dos primórdios da sociologia paulista, ver Jackson (2007); sobre os primeiros anos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ver os interessantes trabalhos de Angelo del Vecchio e Carla Diéguez sobre o tópico (Vecchio e Diéguez, 2008).

do Renascimento, quando o humanismo veio substituir, a partir do século xv, a velha cultura feudal” (*Idem*, p. 15).

Os trabalhos que entretanto se ocuparam do tema tendem a confirmar esta ideia, alguns deles com a ressalva de que a tímida abertura política dos últimos anos do regime teria resultado numa tolerância acrescida relativamente àquelas ciências². Seja como for, a mesma posição é reproduzida praticamente sem exceções numa série de depoimentos acerca do tópico recolhidos recentemente entre cientistas sociais portugueses, no âmbito do projeto de história oral do CPDOC intitulado *Cientistas sociais de países de língua portuguesa*. Aí chega-se mesmo a afirmar que durante a ditadura “não se podia falar em sociologia” (Castro e Blank, 2014). E existem até algumas anedotas sobre o tema, envolvendo o próprio ditador, recolhidas em entrevistas realizadas no âmbito de parte da pesquisa que serve de base a este artigo. Numa delas sugere-se que Salazar se referiria sistematicamente à disciplina de forma depreciativa, soletrando a designação de forma risível; e que dizia ter tido um professor, em Coimbra, que dava umas aulas de “só-ció-ló-gia” e que chegavam ao fim do ano sem saber o que era a tal “só-ció-ló-gia”. Mais recentemente, o primeiro trabalho de fôlego sobre a história da sociologia em Portugal em língua inglesa confirma o mesmo panorama (Silva, 2016).

No que se refere a esse ponto, importa começar por dizer que o Estado Novo português não só impediu a institucionalização plena das ciências sociais, como começou por desarticular o aparelho científico-institucional que herdou da Primeira República, separando a investigação do ensino, impediu que muitos investigadores e intelectuais pudessem apresentar livremente os seus trabalhos e chegou mesmo a afastar das universidades várias dezenas de docentes por motivos políticos em purgas sucessivas (Rosas e Sizifredo, 2013). Reconheça-se também, desde já, que depois de um desenvolvimento inicial promissor, no final do século XIX e no início do século seguinte, com a instituição de diversas cadeiras de sociologia na Universidade de Coimbra (primeiro de inspiração positivista e depois baseadas na ciência social de Frédéric Le Play), até à década de 1960, as ciências sociais portuguesas (e a sociologia em particular) nunca atingiram um desenvolvimento institucional e científico semelhante ou sequer comparável ao do Brasil, por exemplo, onde esses saberes também se institucionalizaram de forma relativamente tardia³. O mesmo se pode dizer, com mais propriedade, aliás, do pensamento social português, domínio

2. Para uma revisão crítica desses estudos, ver Ágoas, (2013a). Um artigo mais recente de Garcia *et al.* (2014) incorpora já alguns dos contributos que o presente artigo procura sintetizar.

3. Sobre a penetração intelectual do positivismo de Auguste Comte e da ciência social de Frédéric Le Play na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ver Cruz (1983). Os trabalhos organizados por Miceli (1989; 1995) sobre a história das ciências sociais no Brasil continuam a ser a referência na área.

em que a censura e a perseguição política começaram por se fazer sentir de modo particularmente intenso. Nesse domínio, o caso do historiador e ensaísta António Sérgio é paradigmático, e o caso brasileiro um contraponto expressivo⁴. Nem por isso, contudo, deixa de ser possível falar sobre o tópico – ditadura e ciências sociais em Portugal.

A esse respeito, vale a pena começar por referir a presença prolongada no país do sociólogo belga Paul Descamps, seguidor de Frédéric Le Play, que deu cursos de ciência social nas Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa, com o beneplácito do próprio Oliveira Salazar, e que, entre outras obras, publicou um livro chamado *Le Portugal: la vie sociale actuelle* (Descamps, 1935), ainda hoje insubstituível para a caracterização da sociedade portuguesa do segundo quartel do século xx, mas normalmente ignorado, enquanto trabalho científico⁵. O mesmo pode ser dito dos produtos académicos que resultaram da utilização reiterada dos métodos propostos por Frédéric Le Play ao longo de duas décadas (a partir de meados da década de 1930) na escola de Serviço Social de Lisboa (Ferreira, 2009), na qual a influência doutrinária e política daquela corrente científico-social também se fez sentir (Martins, 1993). Sintomaticamente, aliás, o único estudo sobre a ascendência da sociologia de Le Play sobre o Estado Novo e o ditador, “Paul Descamps ou la sociologie leplay-sienne à l’épreuve du Portugal de Salazar”, é de um autor francês, Bernard Kalaora (1989) – igualmente ignorado entre a bibliografia pertinente. Do mesmo ponto de vista, valeria a pena considerar ainda a relevância epistêmica do neorealismo literário português, diretamente inspirado no romance social brasileiro e que chegou a projetar-se enquanto ciência social, mais especificamente como etnografia, no caso a serviço da causa oposicionista e comunista (Pinto-Correia, 1980).

À margem dessas relíquias é de fato possível falar de três núcleos de desenvolvimento das ciências sociais, durante a ditadura, de natureza científica, e que de uma forma ou de outra ainda hoje subsistem como sociologia. Refira-se antes de mais a sociologia rural que despontou a partir de meados da década de 1930 no Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa, com tradução em incontáveis pesquisas baseadas nos métodos monográficos de Le Play, ainda hoje fundamentais, também elas, para a reconstituição da vida social nos campos na primeira metade do século xx. O mesmo campo epistêmico teria ainda tradução na instituição de uma cadeira de Sociologia, na década de 1950, na qual se sistematizariam e desenvolveriam os conhecimentos

4. Sobre o alcance sociológico do ensaísmo historiográfico de António Sérgio, ver Sá (1979). Para um panorama dos estudos mais recentes sobre o pensamento social brasileiro, ver, entre outros, Schwarcz e Botelho (2009).

5. A esse respeito, os trabalhos de Cruz (1983) e de Hespanha (1996) constituem uma exceção parcial ao panorama traçado.

adquiridos ao longo de duas décadas de pesquisa científico-social agrária (Ágoas, 2010a)⁶. Paralelamente, é possível fazer referência à sociologia e à antropologia coloniais que emergiram em meados da década de 1950 no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, de Lisboa, com tradução em diversas pesquisas (de valor desigual entre si) sobre as antigas colônias portuguesas e na própria designação da escola, que na década de 1960 se fixaria como Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e que passaria então a contar com diversas cadeiras naquelas áreas, nas quais chegariam a pontuar figuras como Jorge Dias, Donald Pierson ou Vitorino Magalhães Godinho (os últimos dois de passagem, apenas). O mesmo instituto contaria ainda com uma graduação em Ciências Sociais (Ágoas, 2012). Finalmente, impõe-se a referência à “sociologia do desenvolvimento e do trabalho” que surgiu no início da década de 1960 no Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, de Lisboa, com tradução nas pesquisas publicadas na conceituada revista *Análise Social*, lançada em 1963, e na criação, pelo grupo de pesquisadores ali reunido, da licenciatura em Ciências do Trabalho no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), criado em 1972 (Cruz, 2000; Ferreira, 2006).

Independentemente dos méritos relativos de cada um desses três núcleos de investigação científico-social, também é possível dizer que, em qualquer dos casos, o seu desenvolvimento começou por estar ligado a projetos políticos da ditadura e, de forma mais específica, à renovação dos métodos de governo praticados nos respectivos domínios burocráticos, em que, por força de momentos de crise econômica ou política, da imposição de projetos reformistas ou da racionalização progressiva de desígnios previamente consagrados, o conhecimento empírico da realidade viria a ganhar saliência acrescida.

De fato, a sociologia rural do Instituto Superior de Agronomia emerge em simultâneo com a sociologia do referido Paul Descamps e com o neorealismo literário – com os quais, de resto, manteve relações (Ágoas, 2013b) – e prolonga, em domínio rural, programas de pesquisa iniciados de forma tímida na Primeira República pelo Ministério do Trabalho junto do operariado urbano (Ágoas, 2013c). Não obstante, o desenvolvimento institucional que atingiu, acima mencionado, só pode ser compreendido atendendo à aposta inicial do Estado Novo na reforma agrária e à participação dos seus professores e alunos nos estudos técnicos (econômicos e sociais) realizados para o efeito por organismos do Estado (Ágoas, 2010a, pp. 206-216)⁷. De resto, a própria emergência daquele domínio epistêmico – a so-

6. Sobre os precedentes académicos desses estudos, ver Ágoas (2010b).

7. Sobre as reformas em questão, ver Silva (2013).

ciologia rural – reverte diretamente da ação de entidades burocráticas como a Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e a Junta de Colonização Interna, do Ministério da Agricultura, nos quais, dando curso a pesquisas prévias do Instituto Superior de Agronomia, de natureza econômico-social, primeiro se procederia à disjunção metodológica dos aspectos econômicos e sociais da atividade agrícola e à criação de instrumentos específicos para avaliar os níveis de vida dos trabalhadores rurais (*Idem*, pp. 216-222). De forma análoga, a sociologia e a antropologia coloniais do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos despontam simultaneamente com a recepção alargada em Portugal dos trabalhos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, ela própria motivada por razões políticas bem conhecidas, designadamente de natureza diplomática (Castelo, 1998); mas a sua emergência só pode ser compreendida atendendo à tentativa do Ministério do Ultramar de assegurar a autoridade do Estado nos territórios africanos, depois da Segunda Guerra Mundial, e à imposição concomitante de uma concepção renovada dos métodos de governo ministrados aos quadros coloniais, formados na escola, até então baseados no estudo do Direito e substituídos, entretanto, pelo estudo da população e do meio social, com resultados variáveis, como se disse (Pereira, 2005; Ágoas, 2012, pp. 338 ss.).

Finalmente, a sociologia do desenvolvimento e do trabalho do Gabinete de Investigações Sociais afirma-se a par da já mencionada abertura política da ditadura, sem a qual não teria subsistido, e chega a promover posições antagônicas às do regime, com custos políticos e institucionais que são conhecidos, mas a sua emergência só pode ser compreendida no seguimento da derradeira tentativa da parte do Estado Novo e, mais especificamente, de alguns dos seus quadros médios e superiores, para concretizar definitivamente o corporativismo. É a essa tarefa que começam por se dedicar alguns dos mais destacados membros do grupo de investigadores que animaria o Gabinete de Investigações Sociais, ele próprio criado ao abrigo de um Plano de Formação Social e Corporativa e instituído em substituição do Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, onde parte importante daquele grupo começaria por se reunir; e é ainda a essa tarefa que corresponde a criação do Instituto de Estudos Sociais do Ministério das Corporações, em 1962, que viria a dar origem ao já referido ISCTE, dez anos mais tarde (Ágoas, 2013a, pp. 242-250; Cardoso, 2013).

Em termos políticos semelhantes projetos falharam, como se sabe. O reformismo agrário da década de 1930 não foi senão uma miragem, vencido pelo lóbi dos grandes proprietários rurais e dos setores mais conservadores do regime. Por seu turno, a renovação da autoridade do poder do Estado no Ultramar embateu na oposição resoluta dos povos colonizados e na caducidade do sistema colonial. E o corporativismo foi agonizando lentamente e substituído, enfim, por outras soluções mais

modernas para a conciliação de interesses sociais. De resto, semelhantes projetos foram assumidos sem grande convicção (apenas o primeiro de iniciativa própria, os outros dois por força das circunstâncias) e fundamentalmente por quadros intermédios – técnicos inconformados, respectivamente, com a irracionalidade da divisão fundiária e a improdutividade do trabalho nacional, com a falta de meios para exercer o poder do Estado entre populações tidas por insubmissas, e com a ineficácia dos instrumentos disponíveis para apaziguar o conflito social, em particular no setor industrial emergente.

Em qualquer dos casos, e como se pode depreender do que acima se afirmou, o fracasso desses projetos políticos não impediu o sucesso relativo dos seus subprodutos académicos, ainda que com desfechos desiguais. A sociologia rural do Instituto Superior de Agronomia acabaria por ser perseguida pela própria ditadura e por se exilar numa instituição privada (na Fundação Calouste Gulbenkian, junto do Centro de Estudos de Economia Agrária), antes de regressar como Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural àquela instituição, depois de 25 de abril de 1974. Por sua vez, a sociologia colonial do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina seria suspensa após a revolução, já depois de a escola que a acolhia se ter subtraído formalmente à sua gênese burocrática, excluindo o “U” do nome (de “Ultramarina”). E a sociologia do desenvolvimento e do trabalho venceria a corrida pela institucionalização académica da sociologia, transformando a licenciatura em Ciências do Trabalho, criada junto do ISCTE, numa graduação em Sociologia, pouco depois da instauração da democracia; e transformando o Gabinete de Investigações Sociais em Instituto de Ciências Sociais, em 1982.

* * *

Ora, até muito recentemente, pelo menos, a história das ciências sociais tem vindo a ignorar aqueles dois primeiros núcleos de desenvolvimento da sociologia (rural e colonial) e a passar em claro o passado mais distante do terceiro. Relativamente a este último, embora se refira a constituição do Gabinete de Investigações Sociais, em 1962, e do ISCTE, em 1972, desvalorizam-se os seus antecessores – o Gabinete de Estudos Corporativos e o Instituto de Estudos Sociais – e não se chama *sociologia* à sociologia ali praticada – entre outras alternativas, apenas “estudos inspirados nesse saber” (Almeida *et al.*, 1999, p. 19).

Tais fatos explicam-se em parte por um presentismo comum a vários domínios historiográficos, mas particularmente corrente na história da ciência, que tende a depreciar conquistas científicas do passado em função da atual configuração dos saberes e do seu predominante padrão disciplinar (Kuhn, 2009, pp. 20-22, 187-196).

Tais fatos explicam-se ainda pelas próprias disputas acadêmicas que os núcleos referidos mantiveram entre si e pela necessidade de impor o referido padrão, na senda de autonomia acadêmica (Ágoas, 2013a, pp. 222-242)⁸. Todavia, a principal razão para aquele esquecimento reside na assunção mais ou menos generalizada da incompatibilidade genética entre conhecimento e poder, que não exclui a possibilidade de instrumentalização deformada do primeiro termo pelo segundo mas que rejeita que dos desígnios do poder político possa emergir verdadeiro conhecimento, designadamente social (Foucault, 1975, p. 32). No caso específico das ciências sociais, tal assunção tem tradução no indeferimento das origens aplicadas ou até mesmo burocráticas da sociologia acadêmica, em Portugal como noutros países, e que, no caso português, se vê exacerbado pelo caráter excepcional atribuído ao Estado Novo⁹.

A este respeito não se trata de negar o caráter autoritário e a ascendência fascista da ditadura portuguesa, nos termos especificados pela bibliografia pertinente (Pinto, 2011). Muito pelo contrário. No domínio em questão, o Estado Novo censurou, perseguiu e utilizou a violência simbólica e física, sublinhe-se, para manter o controlo das universidades; e, até muito tarde, pelo menos, procurou suprimir do espaço público qualquer texto ou imagem que não se submetesse a uma visão de sociedade – organicista e pacificada – ativamente imposta por diversos institutos e pelas mais variadas figuras do regime, designadamente cientistas (Rosas, 2001). No que toca às ciências sociais, como se disse, a sua ação redundou na manifesta oposição à sua plena autonomização acadêmica e, pelo menos, na resistência ativa à sua institucionalização particular (privada)¹⁰. E se por essa razão não desprezarmos o débil desenvolvimento das ciências sociais à data da instauração do salazarismo (que, de forma redundante, mas nem sempre presente, começa por explicar o seu “atraso” relativo), não é inverossímil afirmar que nesta matéria o autoritarismo português terá sido mais restritivo do que outros regimes autoritários, como o brasileiro, e até mesmo fascistas, no decurso dos quais a sociologia não deixou de singrar, enquanto tal (Turner e Käsler, 2005).

A este título o caso alemão é duplamente paradigmático, pela assinalável (e incomparável, se excetuarmos os casos norte-americano e francês) dinâmica intelectual

8. Sobre os usos e funções das histórias disciplinares, ver Graham *et al.* (1983).

9. Sobre a relevância de práticas de investigação científica aplicada e burocráticas na história da sociologia, ver, entre outros, Yeo (2003); ver também Bulmer *et al.* (1991). Para o caso francês, ver Savoye (1994).

10. A esse respeito, o Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, criado em 1958 e que chegou a ser projetado como Centro de Estudos de Economia Agrária e Sociologia Rural, e o Instituto Superior Económico e Social de Évora (originalmente, Instituto de Estudos Superiores) da Fundação Eugénio de Almeida, que a partir de 1964 passará a contar com uma licenciatura em Sociologia, parecem ter tido sortes distintas. O fato não obstou a que a primeira instituição viesse a contar com um Departamento de Sociologia Rural.

e institucional da sociologia à data da subida ao poder do nacional-socialismo e pela forma como a disciplina acabou por se beneficiar da “normalidade ditatorial”, primeiro, e da participação no esforço de guerra e de ocupação dos territórios conquistados, depois, não tanto como forma de legitimação doutrinária daqueles desígnios e mais como peça acessória do processo de racionalização da administração central (e partidária) do Estado alemão (Klingemann, 2005). Isto apesar da ideia corrente, tal como sugere o sociólogo Stephen P. Turner, de que “a sociologia na era fascista foi inexistente ou insignificante, e de que o período representou um interregno, um episódio de descontinuidade [...]” – ideia por seu turno assente na crença de que a sociologia é uma ciência oposicionista e, mais especificamente, “na ideia de que distorções da verdade sociológica podem servir à reação mas que a ciência genuína não é senão uma serva do progresso [...]” (Turner, 2005, p. 1).

Por sua vez, também não pretendo emitir qualquer juízo específico a respeito das inclinações ideológicas dos protagonistas de cada um dos domínios científicos referidos acerca do caso português, que de resto variaram entre cada um deles, no seio de cada qual e até individualmente (do republicanismo ao corporativismo, do comunismo ao catolicismo social), se excetuarmos a centralidade consignada à ação do Estado na produção da vida social e na regeneração física e moral da população, no âmbito dos respectivos (ou sucessivos) ideários. Em qualquer dos casos, fosse por iniciativa própria ou forçados pelas circunstâncias, determinados setores da orgânica estatal e/ou grupos associados a institutos conexos de aconselhamento político chegaram de fato a lançar mão do conhecimento científico-social para governar a sociedade. Por outras palavras, e resumindo, o Estado Novo foi também um Estado, no sentido moderno do termo. E pode ainda dizer-se, servindo-nos de uma leitura mais geral que o historiador Luís Trindade faz do mesmo processo, que

Também aqui a história do impulso para reunir informação sobre o território e a população pode ser narrado no contexto da passagem do liberalismo do século XIX para o autoritarismo do século XX, em que o regime político mais conservador coincide com o grande salto na constituição de formas modernas de governo (Trindade, 2013, p. 12).

Se o aceitarmos, a contradição aparente entre a natureza política do salazarismo e a institucionalização parcial (ou truncada) da sociologia, durante a ditadura, talvez possa ser resolvida tomando o desenvolvimento confinado desse saber como consequência não desejada (Merton, 1936) de determinadas ações governativas, nos termos acima enunciados, e o resultado dos esforços subsequentes da parte dos quadros médios referidos no sentido de dar dignidade universitária às suas atividades técnicas; e, de forma complementar, como *autonomização progressiva e atalhada de*

“campos sociais” (Bourdieu, 1994, cap. 3) *científico-sociais* com matrizes diversas. No que se refere a esse ponto, a história abreviada da introdução de conteúdos sociológicos no Instituto Superior de Agronomia é exemplar: originalmente incorporados no currículo da escola sob outra designação (Agricultura Comprada) e por iniciativa individual (1949), os resultados de quase duas décadas de investigação social agrária (direta ou indiretamente promovida pelo regime) seriam entretanto suprimidos por decisão superior (1952), antes de serem consagrados, como tal, por pressão de alunos e professores (1955). Acrescente-se, aliás, que a medida seria desde logo estendida às restantes escolas de Engenharia, no Instituto Superior Técnico, nas Faculdades de Ciências de Coimbra, Lisboa e Porto, e na Escola Superior de Medicina Veterinária (um ano mais tarde).

Em contrapartida, recuperar esse passado mais ou menos distante continua a ser relevante para compreender a configuração contemporânea da disciplina: as posições ocupadas no campo pelas diversas tendências, as opções metodológicas assumidas ou os próprios problemas que se põem. Com efeito, e por mais insignificantes que se considerem os precedentes referidos ou por mais importantes que sejam os desenvolvimentos posteriores e a diversificação progressiva das ciências sociais no país, que é inquestionável, a história da sociologia em Portugal está longe de poder ser firmada num corte epistemológico e, menos ainda, num momento inaugural com data de 25 de abril de 1974. Não é esta a ocasião para desenvolver o assunto mas, tal como se pode depreender do mais recente trabalho sobre o tema, a prevalência de inquéritos de opinião e de métodos estatísticos, após a ditadura, traduz não só a “prioridade analítica consignada aos fatores económico-sociais como variáveis explicativas das práticas sociais e das representações de um segmento de uma sociedade em desenvolvimento e em transição para a democracia e para a economia de mercado”, mas igualmente um “desígnio modernista de fornecer à administração pública e ao público em geral conhecimento sociológico quantificável” (Silva, 2016, pp. 33, 41) – desígnio consagrado à data da revolução, pelo menos no que toca ao primeiro termo. A própria prevalência de fatores económico-sociais no mesmo domínio, enquanto variáveis explicativas, pode ser associada ao mesmo intento e tem antecedentes apreciáveis em cada um dos três núcleos de pesquisa e ensino referidos. Não se trata de insinuar aqui ligações objetivas entre práticas científicas realmente díspares, mas de sugerir que se considere em perspectiva a ancestralidade de determinadas dinâmicas epistêmicas e institucionais.

Entre outros tópicos, parece-me legítimo sugerir, para terminar, que se comece por atender assim à importância crescente do acompanhamento e da avaliação de políticas públicas no desenvolvimento da pesquisa sociológica, ao desapareço relativo pela teoria social ou ao desaparecimento progressivo de uma sociologia

histórica em que a disciplina afirma manter a sua identidade primordial e as suas origens históricas mais distantes mas que, em Portugal, quase nunca encontrou praticantes assumidos senão entre historiadores.

Referências Bibliográficas

- ÁGOAS, Frederico. (2010a), “Economia rural e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal”. In: DOMINGOS, Nuno & PEREIRA, Victor (orgs.). *O Estado Novo em questão*. Lisboa, Edições 70, pp. 197-231.
- ÁGOAS, Frederico. (2010b), “Povo, população e sociedade na investigação económico-agrária do início do século xx”. In: NEVES, José (org.). *Como se faz um povo*. Lisboa, Tinta-da-China, pp. 293-309.
- ÁGOAS, Frederico. (2012), “Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira Jerónimo (org.). *O Império colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa, Edições 70, pp. 317-47.
- ÁGOAS, Frederico. (2013a), “Narrativas em perspectiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*, 206, XLVIII (1): 221-256.
- ÁGOAS, Frederico. (2013b), “‘Abaixo da linha de miséria’: anatomia de um gesto científico-social em ‘Contribuição para o Estudo da Questão Agrária’”. In: NEVES, José (org.). *Álvaro Cunhal. Política, história e estética*. Lisboa, Tinta-da-China, pp. 135-149.
- ÁGOAS, Frederico. (2013c), “Science, state and society: the emergence of social research in Portugal”. In: TRINDADE, Luís (org.). *The making of modern Portugal*. Newcastle Upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 149-177.
- ALMEIDA, Ana Nunes de *et al.* (1999), *Perfil da investigação científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*. Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Observatório da Ciência e Tecnologia.
- BOURDIEU, Pierre. (1994), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- BULMER, Martin *et al.* (orgs.). (1991), *The social survey in historical perspective, 1880-1940*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CARDOSO, José Luís. (2013), “O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais”. *Análise Social*, 206 (1): 193-219.
- CASTELO, Cláudia. (1998), *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Coimbra, Edições Afrontamento.
- CASTRO, Celso & Blank, Thais. (2014), “O 25 de Abril e as ciências sociais” (vídeo). Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/csplp/edicoestematicas#25abril>, consultado em 10/12/2016.

- CRUZ, Manuel Braga da. (1983), *Para a história da sociologia acadêmica em Portugal*. Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- CRUZ, Manuel Braga da. (2000), "Sociologia". In: SERRÃO, Joel *et al.* (orgs.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, vol. IX, pp. 466-468.
- DESCAMPS, Paul. (1935), *Le Portugal: la vie sociale actuelle*. Paris, Firmin-Didot et Cie.
- FERREIRA, Maria Emília Freitas. (2009), "Serviço social e sociedade, cumplicidades e interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972". *Em Pauta*, 23: 161-190.
- FERREIRA, Nuno Estêvão. (2006), *A sociologia em Portugal: da igreja à universidade*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FOUCAULT, Michel. (1975), *Surveiller et Punir*. Paris, Gallimard.
- GARCIA, José Luís; Graça *et al.* (2014), "Portuguese sociology: a non cesurial perspective". In: KONIORDOS, Sokratis & KYRTSIS, Alexandros-Andreas (orgs.). *Routledge Handbook of European sociology*. Oxon/Nova York, Routledge, pp. 357-75.
- GRAHAM, Loren *et al.* (orgs.). (1983), *Functions and uses of disciplinary histories*. Dordrecht, D. Reidel.
- HESPANHA, Pedro. (1996), "Os custos e os benefícios da institucionalização tardia da sociologia em Portugal". *Oficina do CES*, 78.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2007), "Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)". *Tempo Social*, 19 (1): 115-130.
- KALAORA, Bernard, (1989), "Paul Descamps ou la sociologie leplaysienne à l'épreuve du Portugal de Salazar". *Gradhiva*, 6: 50-64.
- KLINGEMANN, Carsten. (2005), "Social-scientific experts – no ideologues: sociology and social research in the Third Reich". In: TURNER, Stephen P. & KÄSLER, Dirk (orgs.). *Sociology responds to fascism*. Londres/Nova York, Routledge, pp. 125-150.
- KUHN, Thomas S. (2009), *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa, Guerra e Paz.
- MARTINS, Alcina Maria de Castro. (1993), "A escola da Ciência Social de Le Play na construção do conhecimento do Serviço Social português". *Intervenção Social*, 7: 9-34.
- MERTON, Robert King. (1936), "The unanticipated consequences of purposive social action". *American Sociological Review*, 1 (6): 895-904.
- MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré, vol. 1.
- MICELI, Sergio (org.). (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré, vol. 2.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2014), *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PEREIRA, Rui. (2005), *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique (1926-1959)*. Lisboa, tese de doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- PINTO, António Costa. (2011), “Portugal, Michael Mann, o fascismo europeu”. In: MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa, Edições 70, pp. 9-28.
- PINTO-CORREIA, David. (1980), “Uma escrita acerca do povo ou da possibilidade de um discurso etnográfico”. In: REDOL, Alves. *Glória: uma aldeia no Ribatejo*. Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 9-29.
- ROSAS, Fernando. (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*, xxxv (157): 1031-1054.
- ROSAS, Fernando & SIZIFREDO, Cristina. (2013), *Estado Novo e universidade: a perseguição aos professores*. Lisboa, Tinta-da-China.
- SÁ, Victor de. (1978), *Esboço histórico das ciências sociais em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- SÁ, Victor de. (1979), *A historiografia sociológica de António Sérgio*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- SAVOYE, Antoine. (1994), *Les débuts de la sociologie empirique: études socio-historiques (1830-1930)*. Paris, Meridiens Klincksieck.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz & BOTELHO, André (orgs.). (2009), *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Elisa Lopes da. (2013), “Time to Settle Down: Property, state and its subject”. In: TRINDADE, Luís (org.). *The making of modern Portugal*. Newcastle Upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 178-200.
- SILVA, Felipe Carreira da. (2016), *Sociology in Portugal: a short history*. Nova York, Palgrave Pivot.
- TRINDADE, Luís. (2013), “Introduction: unmaking modern Portugal”. In: TRINDADE, Luís (org.). *The making of modern Portugal*. Newcastle Upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 1-22.
- TURNER, Stephen P. (2005), “Sociology and fascism in the interwar period: the myth and its frame”. In: TURNER, Stephen P. & KÄSLER, Dirk (orgs.). *Sociology responds to fascism*. Londres/Nova York, Routledge, pp. 1-13.
- TURNER, Stephen P. & KÄSLER, Dirk (orgs.). (2005), *Sociology responds to fascism*. Londres/ Nova York, Routledge.
- VECCHIO, Angelo del & DIÉGUEZ, Carla. (2008), *As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil*. São Paulo, Editora Sociologia e Política.
- YEO, Eileen Janes. (2003), “Social surveys in the eighteenth and nineteenth centuries”. In: PORTER, Theodor M. & ROSS, Dorothy (orgs.). *The modern social sciences, The Cambridge history of science*, vol. 7. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 83-99.

Resumo

Governo, ditadura e ciências sociais: o caso português

O presente artigo discute a presumida inexistência de ciências sociais durante o Estado Novo português, executa uma síntese dos mais recentes trabalhos sobre a história da sociologia em Portugal, integra-a no contexto internacional pertinente e sugere que a institucionalização parcial daquele saber no decurso da ditadura pode ser compreendida como “consequência não desejada” de determinadas ações do regime e resultado dos esforços subsequentes da parte de quadros médios da burocracia oficial e/ou de institutos conexos de aconselhamento político no sentido de dar dignidade universitária às suas atividades técnicas. De forma complementar, o mesmo processo pode ainda ser entendido enquanto “autonomização” progressiva e atalhada de “campos sociais” científico-sociais com matrizes diversas.

Palavras-chave: Sociologia; Governo; Ditadura; Portugal.

Abstract

Government, dictatorship and the social sciences: the Portuguese case.

This article discusses the presumed inexistence of the social sciences during the Portuguese New State. It performs a synthesis of the most recent works on the history of sociology in Portugal, integrates it in the pertinent international context and suggests that the partial institutionalization of that knowledge in the course of the dictatorship can be understood as an “unanticipated consequence” of certain actions of the regime and as a result of the subsequent efforts by middle-ranking state officials and/or government consultants to give university dignity to their technical activities. Complementarily, the same process can also be understood as the progressive and incomplete “autonomization” of social-scientific “social fields” with different origins.

Keywords: Sociology; Government; Dictatorship; Portugal.

Texto recebido em 22/9/2017 e aprovado em 9/12/2017.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.134487

FREDERICO ÁGOAS é pesquisador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA, FCSH-UNL). Bolsista de pós-doutoramento (SFRH/BPD/73985/2010) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal). E-mail: fagoas@gmail.com.



A zona cinza

Ordem criminoso e autodefesa armada no México

Antonio Fuentes Díaz*

<https://orcid.org/0000-0002-4575-9462>

Introdução

Em 2013, em várias cidades e povoados do estado de Michoacán, no México, apareceram repentinamente grupos de civis armados, organizados para a defesa de territórios, bens e pessoas, contra a extorsão e violência praticadas pelo crime organizado. O fenômeno teve uma rápida expansão territorial, gerando 45 grupos armados em distintos municípios do estado durante aquele ano, com cerca de 20 mil cidadãos armados.

No México, como nas Rondas Comunitárias do Peru¹ (Starn, 1999), os grupos de defesa comunitária foram formados em resposta ao ambiente de insegurança. Nos anos de 1990, apareceram as primeiras organizações defensivas nos estados de Morelos e Aguascalientes, em resposta ao clima promovido pelos crimes comuns. As estatísticas sobre o crime na década indicaram um aumento dos delitos contra a propriedade e as pessoas (Schwartz, 1998), com sequestros e homicídios três vezes maiores que a média mundial (Inegi, 2014).

* Universidade Autónoma de Puebla (UAP), Puebla, México.

1. A defesa comunitária ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, nas zonas rurais da Colômbia, Guatemala e Peru. Embora as organizações funcionassem de maneira defensiva, elas apresentam diferenças em relação aos motivos para sua formação e ao contexto histórico em que foram manifestadas. No Peru, as Rondas Campesinas surgiram com o auge de delitos e a desconfiança com a justiça oficial, suprimindo funções de segurança e estabelecendo um sistema de justiça alternativo (Starn, 1999).

Durante a presidência de Felipe Calderón (2006-2012), ocorreu uma mudança qualitativa na insegurança, a partir dos conflitos entre os grupos do narcotráfico e as políticas públicas para combatê-los²; bem como por uma mudança na natureza do narcotráfico que quebrou o histórico equilíbrio entre atividades ilegais e as comunidades. Essa mudança na insegurança e a quebra do equilíbrio estabeleceram o clima favorável para o surgimento do movimento armado de defesas comunitárias em Michoacán em 2013 por meio da criação de uma arena de disputa entre diversos atores em busca de uma recomposição político regional, em que múltiplos atores têm disputado diferentes conexões do uso legítimo da violência e da regulação social, em uma zona cinza caracterizada pela indistinção entre Estado e criminalidade.

Dentro da categoria *defesa comunitária* estão incluídas as distintas formas organizadas para fins de defesa, de acordo com a própria denominação dada pelos grupos. Assim, o termo abrange especificamente duas formas expressas no contexto michoacano: polícias comunitárias e grupos de autodefesa³. A diferença entre polícia comunitária e autodefesa, para o caso de Michoacán, é a forma como a organização é sustentada. A primeira se encontra legalmente reconhecida como parte dos usos e costumes dos povos originários, com base no artigo 2º da Constituição, referido à autodeterminação de povos originários, e obedece a uma tomada de decisões baseada em assembleias. A segunda foi uma organização armada sem componente étnico, articulada sob a liderança de figuras carismáticas e com base na defesa da integridade pessoal e do patrimônio (Fuentes Díaz, 2015a) (Gráfico 2).

Metodologia

O artigo refere as experiências dos grupos de autodefesa que surgiram nos povoados de Tepalcatepec, La Ruana e Buenavista, localizados em Tierra Caliente, em Michoacán⁴ e situa seu surgimento nos processos incertos de formação do Estado em termos de produção de *imaginários de ordem* e de uma *zona cinza*. A informação apresentada foi reunida durante onze viagens de campo realizadas ente 2013 e 2016, três por ano, em estadias de três a quatro semanas nas áreas de pesquisa,

2. A “Guerra contra o Narcotráfico” foi uma política de segurança que teve um enfoque militar consistente em recuperar áreas que haviam sido ocupadas por organizações de narcotráfico. Segundo pesquisadores e organizações de direitos humanos, o número de mortes vinculadas a essa política superou 100 mil pessoas assassinadas (Escalante, 2011) e o número de desaparecidos foi, pelo menos, de 28.161 (RNPED, 2016).
3. Existe uma terceira forma ainda pouco documentada: os grupos privados armados.
4. “Tierra Caliente” é um vale entre 300 e 800 m. de altitude, com temperaturas que vão de 28°C a 50°C, que se estende pelos estados de Michoacán, Guerrero e Estado do México. Michoacán possui uma população de 490.000 habitantes e suas principais cidades são Apatzingán, Buenavista, Nueva Italia, Huetamo, Tepalcatepec e La Ruana (Inegi, 2010).

nas quais, além da observação participante, foram feitas 35 entrevistas com líderes dos grupos de autodefesa e polícia comunitária, líderes locais como professores, médicos, autoridades tradicionais, representantes de partidos políticos, autoridades municipais, organizações religiosas e residentes envolvidos em organizações de defesa comunitária.

As entrevistas foram realizadas nas casas, em reuniões de trabalho ou em festas públicas, como os aniversários da revolta armada. O trabalho de campo em zonas de conflito é complexo e tem sido possível através do uso de redes de informantes que foram estabelecidas por meio de associações profissionais, principalmente professores, médicos, a Igreja Católica e associações civis locais, garantindo o sigilo dos informantes e tentando não expô-los quando as condições não foram adequadas para pesquisa de campo. Os nomes dos informantes neste artigo foram modificados.

Neste artigo mencionam-se entrevistas realizadas em outras regiões de Michoacán, onde também ocorreu a formação de defesas comunitárias, como Peribán e Tancítaro. A informação foi integrada com a consulta da base de dados do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (Inegi) sobre o perfil sociodemográfico das comunidades e com uma revisão de jornais de circulação regional e nacional.

O papel em constante transformação do narcotráfico

Para entender o surgimento de grupos defensivos em Michoacán, é necessário entender a transformação dos grupos de narcotráfico na região em uma nova forma de operação que interrompeu a reciprocidade entre o ilegalismo e as comunidades.

O cultivo de drogas no México remonta ao século XIX, com a migração da população da China para Sinaloa, que introduziu cultivos relacionados com seus fins medicinais e de lazer, como a papoula. No início do século XX o cultivo de ópio e maconha começou como uma atividade de subsistência familiar nas comunidades pobres das terras altas de Sinaloa (Grillo, 2011), onde pequenos produtores cultivavam papoula e maconha para um mercado regional de pequenas projeções, tendo a sua primeira expansão no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando a demanda por opiáceos para a fabricação de anestésicos impulsionou o plantio e o tráfico em direção aos Estados Unidos (Astorga, 2015). No lapso de quatro décadas, de 1940 a 1980, o cultivo de substâncias ilegais levou a uma mudança consistente no surgimento de empresas familiares que controlavam grandes partes do Sinaloa e outros estados do Pacífico, como Michoacán e Guerrero, bem como as rotas em sua comercialização para os Estados Unidos, favorecidas nos anos de 1970 pelo aumento do consumo de estimulantes pelo movimento contracultural naquele país. Nos anos de 1980, as organizações colombianas haviam controlado a rota de cocaína através do

Caribe com acesso aos Estados Unidos pela Flórida, mas a política de proibição da administração Reagan (1981-1989) obrigou o reencaminhamento para o Pacífico. Isso trouxe um novo papel para as organizações mexicanas dessa região no tráfico para os Estados Unidos e levou tais organizações a entrar no negócio da cocaína juntando-se com organizações colombianas (Valdés, 2013). Nesses anos os portos de Michoacán começaram a ter uma função estratégica na geopolítica de drogas, sob o controle da Organização da Sinaloa. Nos anos de 1990, a prisão de seus líderes fragmentou a Organização da Sinaloa em pequenos grupos e outras lideranças apareceram, recompondo o acesso de drogas através do Golfo do México (“Cartel do Golfo”) e disputando o controle sobre as metanfetaminas.

O narcotráfico no México hoje é caracterizado pela fragmentação dos grandes grupos e a crescente demanda por drogas sintéticas. Essa mudança significou a diversificação de atividades que vão além do cultivo e transporte de substâncias ilegais, para incluir uma voraz atividade comercial criminosa (Ravelo, 2009).

A diversificação do narcotráfico deve ser entendida como parte de uma complexa rede de fatores que incluem o conflito entre as organizações, as políticas de controle tanto no México quanto nos Estados Unidos (“Guerra contra o narcotráfico” e militarização da fronteira, por exemplo), a história política das regiões onde a produção se baseia e as mudanças macroestruturais que ocorreram no México desde a implementação do modelo de desenvolvimento baseado nas políticas de liberalização, com a entrada no Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT) e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Esse contexto é importante porque nos permite diferenciar os fatores que deram ao narcotráfico seu perfil tradicional daqueles da nova fase de operação, caracterizada por sua transformação em uma corporação global, com uma ampla diversificação de atividades lucrativas e uma grande capacidade no uso da força.

O tráfico de drogas como forma de atividade econômica se adaptou às novas formas de concorrência no mercado que surgiu com a abertura ao comércio internacional. Durante os anos dourados do narcotráfico no México (1940-1980), a atividade ilegal foi regulada e centralizada pela Diretoria Federal de Segurança (DFS), órgão de inteligência do Estado Mexicano naquele momento. Esse modelo de regulamentação envolveu a subordinação das organizações de narcotraficantes à DFS através de concessões e participação nas utilidades, sob o compromisso de um comportamento criminoso “civilizado”, que afetasse o menos possível as comunidades (Valdés, 2013). Nos anos de 1990, as novas relações econômicas estabelecidas com os Estados Unidos, o desaparecimento do DFS e a fragmentação do cartel de Sinaloa em suborganizações deram fim a esse modelo de controle centralizado (Flores, 2009). Anos mais tarde, a descentralização administrativa do Estado, baseada no artigo

115 da Constituição Política do México, deu aos estados e municípios uma maior margem de manobra na gestão dos gastos públicos, rearticulando um regime autoritário subnacional (Gibson, 2013), o que teve consequências para a reorganização da relação Estado-narcotráfico no âmbito local (Astorga, 2015).

Da mesma forma, a desregulamentação estatal da economia, como paradigma central do neoliberalismo, e a descentralização dos recursos aos governos estatais e locais levaram ao aparecimento de novos atores políticos e econômicos, alguns dos quais logo disputaram a soberania e o monopólio estatal do uso da força. É nesse ponto que o funcionamento dos grupos de narcotráfico assumiu novas características. “Transformados em empresas neoliberais, capitalizaram condições estruturais como a falta de oportunidades para gerar ascensão social por meios ilegais” (Fuentes Díaz, 2015b). Essa mudança os levou a diversificar suas atividades criminosas mediante a extorsão, o sequestro, o controle das minas de ferro, a comercialização de cultivos e a extração ilegal de madeira nos bosques de propriedade comunitária, tornando-se corporações do crime organizado. Essas mudanças interromperam a histórica relação equilibrada que havia no local entre a ilegalidade, as comunidades e o Estado. Isso levou à formação de grupos armados de defesa no início de 2013 em Michoacán.

Narcotráfico em Michoacán

Michoacán foi uma região de agricultura comercial extensa desde o século XIX, onde floresceu o modelo de ranchos e fazendas, baseadas na produção de gado, de arroz e de frutas cítricas. Sob o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), várias dessas fazendas foram desapropriadas e divididas em *ejidos* coletivos⁵. Durante os seis anos de governo de Miguel Alemán (1946-1952), foi incentivada a criação de projetos de desenvolvimento agrícola e industrial, através da implementação de obras de irrigação, escolas, campanhas sanitárias, rodovias, ferrovias e telégrafo, sob o projeto da Bacia do Rio de Tepalcatepec, que posteriormente, nos anos de 1970, seria substituído pela Comissão do Balsas⁶. Esses projetos aumentaram as áreas de

5. O *Ejido* é um tipo de propriedade da terra na legislação mexicana, estabelecida pela reforma agrária que emana da Revolução Mexicana (1910-1917). Esse tipo de propriedade consistia em terra coletiva, indivisa e sem possibilidade de ser vendida ou herdada. O objetivo inicial da reforma agrária, através do sistema de *ejidos*, era restaurar a propriedade daqueles que haviam sido desapossados de suas terras. Ela foi formada por comunidades rurais concentradas em um assentamento principal, cuja produção agrícola, pecuária ou florestal tinha fins econômicos, mas também uma parte para o autoconsumo.
6. Os projetos da Bacia do Rio Tepalcatepec (1947) e da Bacia do Rio Balsas (1969) foram projetos de desenvolvimento regional no oeste do México (Jalisco, Colima, Michoacán, Guerrero e Oaxaca), com base na instalação de infraestrutura sanitária, florestal, estradas e pontes, obras de irrigação, barragens, eletricidade, ferrovias, telefone, telégrafo e desenvolvimento agrícola.

cultivo e formaram uma zona ideal para a agricultura de exportação de algodão, melão e limão (Calderón, 2001).

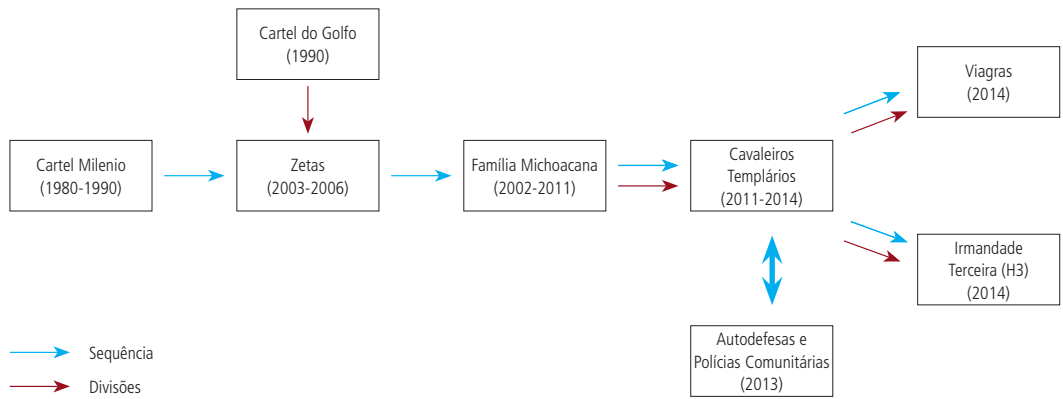
Existe evidência histórica que o cultivo de estimulantes em Michoacán data dos anos de 1940, a partir do deslocamento de plantadores de Sinaloa ao sul da costa do Pacífico. Na década de 1950, o cultivo de papoula e maconha foi generalizado, inclusive a goma de papoula chegou a ser usada como moeda para operações mercantis (Guerra, 2017). Nas décadas de 1970 e 1980, a crise financeira favoreceu a queda do preço do limão e melão, associado à retirada do incentivo estadual para a produção agrícola. Isto fez com que as perdas fossem remediadas com o cultivo da maconha. Como ocorre em outros territórios, os negócios ilícitos utilizam a infraestrutura agrícola implementada para o desenvolvimento regional. Em Michoacán, o cultivo de estimulantes se apoiou na grande infraestrutura agrícola das comissões de desenvolvimento dos anos de 1940 e 1960.

O modelo de desenvolvimento agrícola de exportação teve benefícios diferenciais, bem-sucedidos para alguns setores camponeses, mas, sobretudo, para as empacotadoras multinacionais e os agentes intermediários, proporcionando uma concentração da riqueza e da terra a partir do arrendamento dos *ejidos*. Essa concentração gerou o surgimento de fazendeiros dos *ejidos* que concentraram o poder político regional. Para garantir o controle, utilizaram suas conexões políticas com representantes do Estado e do Exército, mas também, com a formação de milícias armadas e do controle dos Comitês dos *ejidos*, transformando-os gradualmente em “senhores com poder absoluto” (Meyer, 1987).

Essa produção de chefes locais, sob a figura do senhorio, gerou um tipo de relação política e de sistema local subjacente à forma de controle e regulamentação do narcotráfico, articulando uma ordem ilegal baseada no equilíbrio recíproco entre atividades ilegais e comunidades, dado pelo derramamento de benefícios na base social e em camaradagem com as autoridades do Estado para tolerar os negócios ilegais e o controle local. Esse equilíbrio recíproco criou um tipo de ordem ilegal legítima sob a qual o narcotráfico criou raízes. Essa camaradagem foi documentada em denúncias, enviadas ao secretário da Secretaria de Defesa Nacional na década de 1970 (Guerra, 2017), sobre a cumplicidade com base nos benefícios compartilhados, entre cultivadores de estimulantes e as autoridades do estado encarregadas de seu combate. Isso gerou uma zona de indistinção histórica entre o crime e o Estado. Além disso, um dos códigos em que essa ordem ilegal baseou sua regulamentação foi por meio de uma violência ritual, expressa em vinganças e pistoleirismo e em uma construção da masculinidade baseada no uso de armas.

Dos anos de 1980 até a atualidade, várias organizações criminosas tomaram posse do negócio de substâncias ilegais em diferentes escalas (Gráfico 1). O Cartel do Mi-

GRÁFICO 1
Sequência de Grupos Criminosos em Michoacán



Fonte: Elaboração própria.

lênio foi a organização que concentrou o tráfico de cocaína procedente da Colômbia para os Estados Unidos. Entre as mais significativas dos últimos anos se encontram Os Zetas, grupo de assassinos, constituído por ex-membros do Exército mexicano e do grupo kaibil do Exército da Guatemala, que se separaram da organização denominada Cartel⁷ do Golfo, envolvendo-se no controle da produção e comercialização de drogas sintéticas em Michoacán. Essa organização ficou conhecida porque, nas disputas pelos lugares, utilizou técnicas de combate de contrainsurgência, como as decapitações e os desmembramentos dos integrantes de grupos rivais, dando às organizações criminosas um novo perfil de operação: *a paramilitarização*⁸.

Os Zetas foram confrontados e expulsos de Michoacán em 2006 pela Família Michoacana. Essa organização dava ênfase ao fato de que seus membros pertencessem às comunidades de Michoacán, para ressaltar sua legitimidade e enfatizar as raízes em

7. Na legislação mexicana não existe a noção de *cartel* como figura jurídica e analítica para designar organizações criminosas. Sua utilização estendida ocorreu através da propaganda das agências de segurança americanas desde os anos de 1980. No entanto, nem toda organização criminosa toma forma organizada de cartel. Na Colômbia, por exemplo, foi proposta uma nomenclatura que especifique juridicamente as atividades e a formação organizacional dos grupos criminosos, em conceitos como “gangues criminosas”, “grupos armados organizados” ou “grupos criminosos organizados”. Ocorre o mesmo com a noção de “crime organizado”, o conceito técnico na legislação mexicana é “delinquência organizada” indicada na Lei Federal contra a Delinquência organizada de 1996. No entanto, “crime organizado” é um conceito utilizado e concordado na literatura sociológica. Aqui me referirei a organizações criminosas ou grupos criminosos.

8. O *Cartel* do Golfo incorporou o repertório paramilitar baseado no terror, sob a direção de Osiel Cárdenas. Essa forma de operação foi apropriada pelas demais organizações antagonistas.

seus contrerrâneos, em contraposição com Os Zetas. Um modo de operação, que foi conservado pelos Zetas, foi a cobrança por proteção. No entanto, eles levaram essa ação a outro nível, ao estabelecer uma ordem parafiscal que se apropriou, inclusive, de uma porcentagem das despesas correntes dos municípios do estado. Outro grupo importante foi Os Cavaleiros Templários, que surgiu como uma remoção da Família Michoacana em 2011 e que operou com base em uma diversificação de atividades criminosas com altas margens de ganhos, como o contrabando de minerais e de madeira. Essa organização é importante porque não só funcionou como um grupo de extração, mas também, basicamente como uma organização que procurava uma reorganização social e moral fundamentada em preceitos místicos. Todos esses grupos estabeleceram uma ordem criminosa através do terror, disputando a legitimidade do monopólio da violência e aproveitando o excesso de força de trabalho da população rural residual, que se uniu às organizações criminosas.

Nas décadas de 1990 e 2000, com um aprofundamento das políticas neoliberais, em Michoacán ocorreu uma transformação estrutural da economia regional, pela reestruturação produtiva em sua vocação agrícola, deslocando cultivos tradicionais como a cana de açúcar e o milho, em favor do de frutas vermelhas (amora, mirtilo e morango) e abacate em importantes regiões agroexportadoras do ocidente do estado. Essa reestruturação produtiva transformou a paisagem e a economia regional, reconcentrando a renda e gerando um profundo acúmulo de capital nas áreas agrícolas. Além disso, surgiram problemas ambientais em relação com recursos hídricos e controle de pragas. Isso acabou gerando tensões entre comunidades pela escassez de água e um realinhamento das relações de poder entre comunidades⁹. Essa transformação também ocorreu nas dinâmicas dos grupos de narcotráfico na região, que diversificaram suas atividades dirigindo-as ao tráfico de drogas sintéticas e que viram na nova reestruturação produtiva uma oportunidade para expandir a renda de suas atividades criminosas através da extorsão.

Reconversão produtiva e mudança na função do narcotráfico se entrelaçaram em uma relação complexa que estabeleceu as bases para a transformação regional rumo à violência difusa, ao impulsionar uma forma de apropriação de renda que modificou a antiga relação de equilíbrio entre a ilegalidade e as comunidades, gerando uma ordem criminosa.

9. Conflitos em torno do fornecimento da água surgiram na região montanhosa do município de Los Reyes, onde comunidades, como Pamatácuaro e Oruzcato, ficaram em uma situação trágica, especialmente porque as nascentes de água foram destinadas à irrigação de abacate e frutas vermelhas. Não é coincidência que uma das demandas dos grupos de polícias comunitárias da região, para aceitar a legalização em 2014, tenha sido a perfuração de poços de água (Trabalho de campo, Los Reyes, 2015).

Segurança e Extorsão

Uma característica da operação das organizações criminosas foi a diversificação de suas atividades lucrativas. Entre elas, a cobrança por proporcionar segurança tem sido uma prática estendida em uma série de contextos diversos, como documentado nos casos das gangues criminosas na Colômbia (Medina, 2015), dos empresários violentos na Rússia após a queda do regime soviético (Volkov, 2002), das milícias armadas no Rio de Janeiro e do Primeiro Comando da Capital nas favelas de São Paulo (Gledhill, 2016).

Essa prática de cobrar tarifas por proteção foi estendida pelos Zetas em sua invasão em Michoacán e posteriormente retomada pelas organizações seguintes. Os Cavaleiros Templários impuseram o pagamento de tarifas garantindo que protegeriam as comunidades dos abusos e assassinatos ocasionados pela Família Michoacana. Em anos anteriores, a Família havia imposto essa cobrança, argumentando o mesmo sobre os abusos dos Zetas.

Em um trabalho de campo, pude coletar um testemunho sobre esse sistema de extorsão baseado na tarifa por proteção. No povoado de La Ruana, uma residente comentou que as tarifas haviam sido toleradas porque quando foram impostas existia trabalho e não foi difícil pagá-las: “Eles vieram e disseram que iam cuidar de nós e por isto precisavam ter recursos para cuidar de nós... ninguém disse nada... o que aconteceu é que existia trabalho e não foi um problema contribuir, o problema é que começaram a cobrar cada vez mais” (Ana Flores, entrevista, La Ruana, 24 de fevereiro de 2014).

Durante a conversa, surpreendi-me com a normalidade com que se falava do pagamento. Revelava-se, assim, um tipo de disciplinamento assimilado para que fossem sujeitos à extorsão. Cada grupo havia se apresentado oferecendo proteção e garantindo ser menos criminoso que o anterior, estabelecendo a cobrança como uma normalidade e o pagamento como um destino.

Os Cavaleiros Templários articularam um regime de extorsão que impôs cargas parafiscais na atividade econômica local: cobranças por toneladas de cultivos colhidos para agroexportação (limão, abacate, amora) e por quilogramas para pequenos produtores e para produtos da cesta básica (ovo, tortilhas e carne), até pelas folhas de pagamento de trabalhadores e pelos recebimentos de pagamento por serviços públicos. Solicitaram, inclusive, contribuições em espécie. Uma anedota que me foi contada por uma professora de Tepalcatepec, dimensiona o acima exposto: “Um vendedor de iguanas contribuiu com oito por semana para o chefe de drogas local e um professor, que tinha experiência como cozinheiro de uma vez que emigrou para os Estados Unidos e trabalhou em um restaurante, foi retirado a força da sala de

aula, em várias ocasiões, para ir cozinhá-las” (Julia Flores, Entrevista, Tepalcatepec, 22 de julho de 2014).

A tarifa por proteção supõe a construção de um controle territorial e uma ordem política que precisa adquirir meios econômicos para seu sustento. Isso leva a situar a legitimidade dessa ordem criminosa através da apresentação da renda de extorsão como tarifa pela segurança. Para sustentar essa ordem e o controle territorial, é necessário o uso de *cobradores armados*, que permanentemente a realizem, assegurando que não existam outros concorrentes dessa ordem ou que a disputem. A cobrança de extorsão se torna assim, um trabalho de período integral, que sustenta e reforça a *paramilitarização*. O termo, *paramilitar*, para referir-se aos *cobradores armados*, está em discussão, dado que provém da vinculação histórica com atividades contrainsurgentes na imposição de uma ordem político-ideológica perante os dissidentes, como na Colômbia. Para alguns pesquisadores, pode ser estendido aos grupos de crime cuja motivação não é já política, e sim econômica, já que continuam utilizando o conhecimento militar (Correa *et al.*, 2015).

Deve ser observado que o regime de extração de renda de extorsão gera uma força reguladora por parte desses atores criminosos, estabelecendo um tipo de ordem, com sanções e recompensas, que disputa e complementa a soberania estatal em uma zona de indistinção entre criminalidade e Estado: em uma *zona cinza* (Fuentes Díaz, 2018). Isso revela uma nova morfologia do Estado ao menos no nível local, onde coexistem e disputam diferentes conexões do uso legítimo da violência e da regulamentação social.

A zona cinza

O conceito de zona cinza é inspirado aqui na maneira como Auyero (2007) o usa, com base em sua leitura de Primo Levy, para referir-se a uma zona do espaço social na qual se dissolvem os limites normativos. Para Levy (1998), diz Auyero, a experiência do campo de concentração é a de uma zona de ambiguidade que desafia a divisão bipartidária entre nós-eles/amigo-inimigo. Por essa razão, é útil como uma ferramenta conceitual, para pensar nas zonas do espaço social que misturam práticas de maneira indistinta (para o caso deste estudo, o normativo com o ilegal) e recorda a noção de indistinção que Agamben (1998) utiliza para referir-se ao estabelecimento de regimes soberanos em que a lei e a exceção se confundem.

Para Agamben a noção de indistinção se refere ao tempo em que o estado de exceção coexiste com o Estado de Direito, sob a suspensão dos direitos individuais, sem qualquer mediação jurídica, em que a vida é colocada em um interregno legal. No entanto, o sentido da indistinção, que se deseja enfatizar neste artigo, é aquela

parte do espaço social em que a legalidade e a exceção se mesclam de uma forma prática, para erguer uma ordem política através da indistinção entre atores estatais e atores criminais. Esse apagamento define grandes áreas da política local em Michoacán, onde não há separação ou oposição entre legal e ilegal, formal e informal, Estado e crime, mas sim, uma fusão eficaz e funcional para a governança local em composições políticas criminosas que exercem o governo. Poder-se-ia dizer que o governo é feito através da exceção.

Nesse sentido, é evidente, nos termos etnográficos abrangidos pelo presente estudo, a indistinção dos estados de exceção que Agamben teoriza: além da suspensão de garantias individuais, temos um funcionamento eficaz de exercício da soberania que mistura legalidade e ilegalidade, em uma área que se torna funcional para acumulação de capital. Para dar uma precisão fenomenológica dessa indistinção, a noção de zona cinza é utilizada.

Eu não uso a categoria de margem do Estado (Das e Poole, 2004) para caracterizar esses interregnos legais, devido à imprecisão conceitual que ela lança. A despeito do esforço dos proponentes dessa categoria, para se distanciar da imagem de centro e periferia que a noção de margem implica, subjaz uma dicotomia que opõe uma centralidade adequada e funcional a uma esfera borrada de práticas políticas não reguladas e legitimadas pela lei. É por isso que o termo que define mais claramente essa relação oscilante de ambiguidade e excepcionalidade não-dicotômica é a *zona cinza*.

Nessa zona cinza, a extorsão deve ser entendida como uma extensa cadeia de extração de valor agregado em um circuito de valorização de mercadorias legais e ilegais, em que o uso da força por parte dos grupos criminosos, converte-se em um elemento central da produção, gerando reordenamentos locais de poder através da coordenação de atividades econômicas e políticas, desdobrando funções de segurança, matando ou permitindo viver, em outras palavras, realizando funções de governo. Esses eventos se referem a esta área de continuidade e indistinção que estudou Tilly (2007), entre Estado e crime organizado, para gerar a ordem política europeia no século XVII. Para Tilly, a origem do Estado não se diferencia da atividade criminosa e, para isso, a *extração* e a *segurança* se constituem como um par estratégico fundamental para gerar ordens políticas e fiscais através do recurso da força¹⁰. A utilização do par segurança-

10. “Os raciocínios enfatizam a interdependência entre [...] a construção do estado [...] e o que se denomina crime organizado [...] Da mesma forma, a delinquência, a pirataria, a rivalidade criminal, a conservação da ordem pública, e a guerra todos pertencem a esta mesma realidade [...] A fina e fraca linha que separa a violência ‘legítima’ e ‘ilegítima’ apareceu nos níveis mais altos do poder [...] No serviço real, se esperava dos soldados e marinheiros que se sustentassem sozinhos às custas da população civil: se apropriando, violentando, saqueando [...] Quando eram desativados, continuavam com as mesmas práticas, mesmo sem a proteção real: os navios desativados se tornavam navios piratas; as tropas desativadas, em bandidos” (Tilly, 2007, pp. 3-6).

-extração, pelas organizações criminosas em Michoacán, refere-se à construção de uma nova soberania, na qual o governo da população opera em uma zona em que a ordem criminosa estabelecida não se distingue das instituições do Estado.

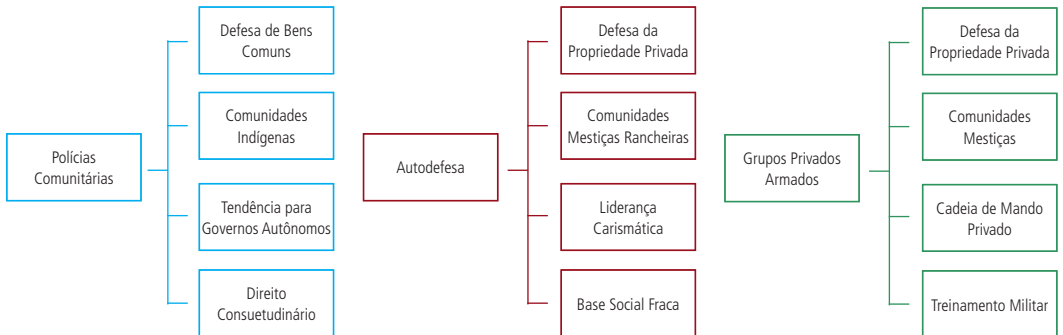
Por outro lado, as disputas pelo controle dos Templários, em comparação com outros grupos, utilizou a violência sexual. Em minhas entrevistas em campo, as entrevistadas relataram que a violência sexual contra as mulheres foi uma ofensa intolerável. “O que não aguentava mais eram os estupros das nossas garotas, até as mulheres casadas tinham que ter relações forçadas, porque eram eles (Os Templários) que mandavam e intimidavam, ‘se você não está comigo eu mato seu pai ou sua família’” (Laura Hernández, entrevista, Tepalcatepec, julho de 2014).

Como indica Segato (2013), o corpo feminino é utilizado como uma tela sobre a qual registrar a derrota moral do inimigo. Dessa maneira, o uso da violência sexual contra as mulheres deve ser entendido como um indicador do estabelecimento de uma ordem criminosa que utiliza essa marcação dentro de uma pedagogia expressiva do uso da força. Assim, regime extorsivo, violência sexual e assassinatos foram os detonadores para a quebra do equilíbrio e da legitimidade histórica entre o narcotráfico, as comunidades e o Estado. Em trabalho de campo, o dia em que o governo federal recapturou pela primeira vez Chapo Guzmán, líder da organização de Sinaloa, um membro do grupo de autodefesas em Peribán me referiu a diferença entre as formas de operação legítimas e as extorsivas, que quebraram a reciprocidade entre o tráfico e as comunidades: “Estes caras [Os Templários] não tem nenhum respeito. Estão sempre extorquindo, não são como o Chapo. Ele sim era um Senhor” (Juan Luis Reyes, entrevista, Peribán, 26 de julho de 2014). Esse comentário revela a quebra da ordem local com a perda de reciprocidade e legitimidade de uma relação de clientes entre os traficantes de drogas e as comunidades. Não foi contra o narcotráfico que surgiu a defesa comunitária, mas sim contra a extorsão, os assassinatos, os estupros e os saques que quebraram a reciprocidade.

Com isto foi criada a defesa comunitária nas formas de polícia comunitária e grupo de autodefesa; bem como uma terceira forma ainda pouco estudada, através da criação de grupos civis armados, contratados por empresários agrícolas para trabalhos de segurança nas fazendas, organização intermediária entre a segurança privada e o paramilitarismo¹¹ (Gráfico 2).

11. O terceiro grupo é constituído por profissionais pagos por particulares e treinados por agentes de segurança do Estado. O Corpo de Segurança de Tancítaro seria um exemplo. Com formação militarizada, capacitados pelo Grupo de Operações Especiais da Polícia Federal, respondiam no início a um comando privado realizando atividades de patrulha, dissuasão, e trânsito (Trabalho de campo, Tancítaro, Michoacán, agosto de 2016).

GRÁFICO 2
Defesas Comunitárias em Michoacán



Fonte: Elaboração própria.

Autodefesas na Tierra Caliente

Michoacán possui extensas áreas dedicadas às exportações agrícolas. A vinculação dos Cavaleiros Templários com as atividades comerciais formais e com a economia ilegal local, através da lavagem de dinheiro e da extorsão, levou-os a controlar a comercialização dos principais cultivos de agroexportação, como o abacate na região central do estado e as frutas vermelhas no oeste. No município de Buenavista, eles decidiam de qual produtor comprar e qual bloquear, o que foi gerando um clima de inconformidade acompanhado pelo descontentamento com o regime extorsivo. Em Tepalcatepec, município adjacente a Buenavista, a situação de extorsão, violência sexual e bloqueio da comercialização foram as mesmas que em outras zonas. As cinco empresas mineiras estabelecidas nesse município foram extorquidas com uma cobrança de US\$ 6 por tonelada em volumes de 400 toneladas por semana e o preço do gado estava sujeito a um imposto de 30 por cento. O cansaço com essa situação detonou o movimento regional de civis armados que confrontou os Cavaleiros Templários em 24 de fevereiro de 2013.

Os grupos de autodefesa se caracterizaram pelo surgimento no marco das rivalidades entre grupos criminosos antagônicos para tomar o controle regional do comércio de substâncias ilegais. Nesse sentido, o movimento de autodefesas foi completo porque combinou o descontentamento com os abusos dos Templários, com uma mudança nos beneficiários da concessão do lugar. De acordo com minhas entrevistas, os grupos de autodefesa tinham dois objetivos: dar um fim à violência e à extorsão e ganhar o patrocínio de um novo grupo criminoso, que proporcionou armas à autodefesa e que, eventualmente, seria o beneficiário da queda dos Templários.

Legalização e policiamento dos grupos de defesa comunitária

No início de 2014 foi coordenada uma estratégia de contenção dos grupos de defesa em Michoacán como política de Estado. Para tanto, o governo federal designou uma Comissão especial para a Segurança e o Desenvolvimento Integral de Michoacán, que tomou controle do poder executivo do estado e que impulsionou a via da legalização dos grupos de defesa (tanto polícias comunitárias como grupos de autodefesa), dentro da figura de Corpos de Defesa Rural (Ramos, 2014). Dessa maneira foi criada a quarta figura, que não existia naquele momento, dentro do organograma dos corpos policiais de segurança pública no México: um corpo de Polícia Força Rural que estaria subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Michoacán¹².

Em sua implementação, a Força Rural teve questionamentos de vários membros dos grupos de autodefesas e das polícias comunitárias que não se incorporaram e que afirmavam que nele haviam se infiltrado antigos membros dos Cavaleiros Templários ou de outros grupos criminosos, os chamados “arrepentidos”, que dessa maneira voltavam agora, com licença oficial, para as atividades criminosas, como a extorsão e a fabricação e comercialização de metanfetamina.

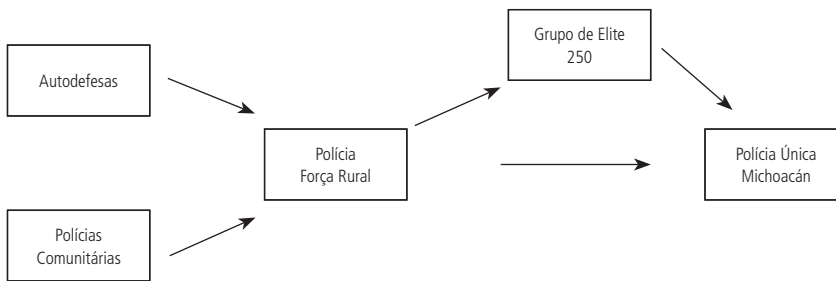
Em 10 de maio de 2014, em Tepalcatepec, lugar simbólico por ser origem da rebelião e por ser lugar estratégico pela história local vinculada ao tráfico de substâncias ilegais, o titular da Comissão especial para a Segurança e o Desenvolvimento Integral de Michoacán pronunciou, no juramento aos novos membros da Força Rural, uma frase que hoje possui uma maior ressonância sobre as disputas na zona cinza: “hoje, o Estado são vocês” (Martínez, 2014).

Para algumas interpretações (Gil, 2015; Lemus, 2015), o surgimento dos grupos de autodefesa e sua legalização foram uma estratégia orquestrada como política de segurança pelo governo federal para enfrentar os Templários e proporcionar uma mudança de beneficiários das atividades criminosas. Embora essa interpretação simplifique o papel de outros grupos defensivos como as polícias comunitárias, o que pode ser resgatado é que aponta para a articulação de uma zona de ambiguidade que, da perspectiva aqui argumentada, estabelece um rumo em direção à *coprodução da segurança* em uma zona de indistinção, em que organizações de vigilância e segurança paralegais coadjuvaram, em um determinado momento, com forças militares e federais para captura dos líderes dos Cavaleiros Templários.

Um exemplo de tal mecanismo foi a criação do grupo de elite G-250, integrado tanto por pessoal militar e da polícia federal, como por membros das autodefesas,

12. São três os corpos que constituem o esquema policial no México: Polícia Federal, Polícia Estadual e Polícia municipal; a Polícia Força rural, criou um quarto corpo.

GRÁFICO 3

Estratégia de Legalização do Governo Federal dos Grupos de Defesa Comunitária

Fonte: Elaboração própria.

que previamente haviam pertencido a organizações rivais dos Templários como Os Viagras, os H3 (Terceira Irmandade) ou que tinham sido membros “arrepentidos” do grupo agora perseguido (Notas de trabalho de campo, Buenavista, Michoacán, agosto 2015). Disso se entende que a aposta do governo federal foi encontrar figuras legais e âmbitos institucionais que enquadrassem essas formas comunitárias de participação, apesar disso envolver a movimentação em uma zona cinza de indistinção legal-paralegal (Gráfico 3).

Cabe mencionar que vários corpos de autodefesa, sobretudo na zona da costa, não se incorporaram ao processo de legalização e estavam relutantes em formar parte da Força Rural; vários líderes que resistiram a essa incorporação foram presos e outros foram assassinados. Por outro lado, anteriores grupos de polícias comunitárias já existentes como as de Cherán e Nurio, não participaram da Força Rural, dado que suas organizações defensivas contavam com reconhecimento legal como povoados originários. Em abril de 2016, o governo do Estado de Michoacán, considerou extinta a Força Rural e seus membros foram encaminhados a um novo corpo policial do estado, denominado Polícia Única de Michoacán, formado por 561 elementos procedentes da Força Rural (Pacheco, 2016). O processo de legalização envolveu o esvaziamento de um movimento comunitário defensivo, detonado com a situação de insegurança gerada pela omissão estatal e o ataque criminoso, para uma forma de policiamento oficial. Foi feita a tentativa, desse modo, de que um movimento perturbador, completo e polifônico fosse reduzido a uma expressão policial. A situação, no entanto, continua sendo complexa já que, apesar da criação desta Polícia Única Michoacán, subsistem nos dias de hoje vários grupos de civis armados que não aceitaram a legalização estatal, ou que não aprovaram os controles de confiança para participar de tal corpo de polícia do estado.

Defesa comunitária e segurança no neoliberalismo

Estudos sobre a segurança no México a partir da “Guerra contra o narcotráfico” documentaram o deslocamento da política de segurança do Estado para um ambiente mais punitivo, através da reforma Constitucional em Matéria de Justiça Penal e Segurança Pública aprovada em 2008, que na modificação da Lei Federal contra o Delinquência Organizada permitiu na prática a criminalização do protesto.

No entanto, como indicado, as comunidades reagem não só contra os ataques das políticas de segurança do Estado, mas também contra os ataques de outros atores não estatais com capacidade de força, como o crime organizado. Com isso, algumas respostas foram dadas através da instauração de *ordens apropriados de regulamentação da segurança* em seus ambientes locais. Uma ampla proliferação dessas ordens foi levantada com vigor desde os anos de 1990 em uma variedade de eventos, como linchamentos, vigilantismo e isolamentos habitacionais, que hoje se expressam através da defesa comunitária.

Considerando que o perigo e a falta de segurança não são consequências indesejadas ou efeitos negativos da economia neoliberal, mas parte inerente de sua implementação, tais ordens de regulamentação devem ser consideradas como parte da gestão governamentalizada de riscos diante da produção sistêmica de insegurança. A novidade a respeito da segurança, que as ordens apropriadas da regulamentação da segurança colocam em jogo, é a proliferação de múltiplos atores que exercem ações regulatórias. A apropriação da segurança não leva implicitamente à queda das competências reguladoras do Estado, mas a uma coexistência de múltiplos centros de onde se exerce controle. Janet Roitman (2004) documentou um fenômeno similar em sua pesquisa em Chad Basin, sob a noção de pluralização de autoridades regulatórias. Essa noção se refere à simultânea gestão de funções da segurança de distintos atores em um mesmo território.

Constituem-se assim novas formas de contenção do risco, possibilitadas em certa medida pela cessão, por parte do Estado, de funções de segurança, para fomentar uma maior participação dos cidadãos em tarefas de segurança¹³. A hipótese desenhada é que a formação de *defesas comunitárias* se encaixa em uma ampla gama de práticas regulatórias, favorecidas pelo regime de veridicção neoliberal, referido à transferência para a gestão individual de funções que antes eram responsabilidades do Estado. Por exemplo, em Michoacán, durante o trabalho de campo realizado em 2013 e 2014,

13. A estratégia de segurança cidadã, implementada desde os anos de 1990 no México, tem sido sob a tese da *coprodução da segurança*. Um dos programas mais extensivos tem sido o “Vizinho vigilante”, que consiste no envolvimento dos cidadãos na vigilância e denúncia de delitos, formando comitês de vizinhos.

fui orientado em várias ocasiões a parar em distintos postos de revisão nas zonas de estudo. Eram postos de controle formados por Autodefesas e Polícias comunitárias que coexistiam com postos de controle dos agentes do Estado: Polícia Estatal, Polícia Federal, Exército. Todas essas autoridades regulatórias oficiais e paraestatais se encontravam em coexistência espacial exercendo ações de segurança contra o crime organizado, muitas vezes com funções contrapostas.

Checkpoint

Refletir sobre os postos de verificação e checagem (*checkpoint*) é interessante porque eles se constituem em limites territoriais nos quais as fronteiras entre legal e ilegal encontram-se borradas. No início de 2013, uma estratégia ilegal para conter a entrada de grupos criminosos nas comunidades consistia na colocação de postos de verificação e checagem nos acessos a estradas em pequenas cidades e vilas rurais. O posto de verificação começou ao cortar a estrada com pedras e tábuas com pregos. Uma vez parados os veículos, os motoristas eram inspecionados e questionados sobre o seu destino e o motivo da viagem, os veículos eram examinados e observava-se de modo desafiador e desconfiado os viajantes. Aqueles que faziam as inspeções revisão eram homens adultos, mas também havia jovens entre 15 e 18 anos. Os inspetores estavam armados com facões, paus e espingardas e, em alguns casos, como em Los Reyes, Peribán e Tierra Caliente, carregando fuzis AK-47 e R-15, entre outros. No começo, eles usavam lenços ou balaclavas que lhes permitiam esconder o rosto e a identidade, não havia como saber realmente quem eles eram. Em várias ocasiões, pude verificar que bebidas alcoólicas foram consumidas nos postos de verificação e as inspeções foram realizadas sob embriaguez.

Eventualmente, alguns postos de verificação passaram de barricadas simples, com pneus e veículos queimados como contenções, a edifícios formais com arquitetura técnica adequada para vigilância: edifícios de pedra em dois níveis com medidas especiais para resistir a diferentes diâmetros de balas; câmeras de vigilância; comunicação de rádio e luminárias potentes.

De acordo com Jeganathan (2004), quem estudou o uso de checkpoints em Sri Lanka, no contexto da guerra civil entre o separatismo Tamil e o governo, o ponto de verificação deve ser entendido como uma manifestação da insegurança e incerteza estrutural e global, tornando-se uma tecnologia apropriada para antecipar possíveis ações de violência e uma implantação tática do Estado para contê-la. Sua presença supõe um governo da insegurança em ambientes violentos.

Em Michoacán, uma diferença substancial em relação à pesquisa de Jeganathan é que o checkpoint foi feito por comunidades organizadas ou agentes privados, mas

não pelo Estado, por isso seu uso esteve ligado à falta de cobertura de segurança do Estado, e esse seu papel ambíguo o tornou um fator de insegurança. Dessa forma, o checkpoint se refere a um novo tipo de gerenciamento de risco que envolve a participação de atores não estatais na segurança através da regulação em zonas cinzas. A presença dos checkpoints marca o fim do controle do Estado e o início de um controle diferente gerado por atores privados ou comunidades apropriando-se da segurança, movendo-se em direção a novas formas da governamentalidade do risco (Foucault, 2006).

De acordo com Jeganathan (2004), o checkpoint deve ser entendido como a arquitetura epistemológica da modernidade, uma vez que o verificado tem que provar a sua inocuidade baseada em ser legível como não perigoso, o que coloca em jogo questões de identidade sociais e políticas, no momento da verificação, com as quais o Estado identifica seus cidadãos (subjettivação). No entanto, para o caso estudado neste artigo, o ponto de verificação é focado em um dispositivo da arquitetura descentralizada e móvel não conformado para a produção de sujeitos ou seu governo estatal (Foucault, 1993)¹⁴, mas para sua regulação por atores não estatais (comunitários ou privados). Nessa regulação, o checkpoint filtra a circulação de produtos ilegais e agentes criminosos nos territórios segurados, gerando *ilhas de segurança* nos lugares que os rotinizaram. Ao fazer isso, divide os cidadãos em vizinhos e estranhos e, de maneira acentuada, entre bons e ruins¹⁵, separando a ordem criminosa-estatal (o exterior), da nova ordem imaginária construída sob a apropriação de segurança (o interior), reforçando assim o sentido de uma comunidade defensiva e fechada. Ao contrário do estudo da Jeganathan, em Michoacán o checkpoint não pode ser considerado como uma margem do estado fluido e móvel, mas a manifestação de uma zona cinza, uma apropriação do controle e regulação além da gramática do Estado, uma tecnologia para regular a mobilidade e conter as ameaças.

Regulações múltiplas

Essa pluralidade de autoridades regulatórias em sua expressão paraestatal se caracteriza por disputar com o Estado a legitimidade no uso da violência, através da instauração de ordens comunitárias de regulamentação da segurança, que em alguns casos se dirigem ao estabelecimento de sistemas de justiça e estruturas próprias de governo, instituídos fundamentalmente pela percebida omissão das agências do

14. Nesse sentido, compartilha com o *muro* o propósito da contenção através da separação espacial. As *ciudades dos muros*, a forma gueto e os muros da fronteira seriam a nova arquitetura da regulação.

15. Em Michoacán, a maneira coloquial de se referir aos membros do crime organizado é como “ruins”.

Estado em proporcionar ambientes seguros, quando não em sua cumplicidade direta com o crime.

Por isto, a defesa comunitária se levanta em um processo duvidoso e duplo disputado na *zona cinza*: por um lado, contra o crime organizado e sua atividade usurpadora, por outro, fazendo frente ao Estado e sua intenção de ilegalizá-la e desarmá-la. Mas fundamentalmente, levanta-se contra a ordem criminosa que, no plano local, tem sido produzida pela indistinção entre Estado e crime.

Por sua vez, vemos que as estratégias defensivas desses grupos também surgem na zona cinza, suspendendo ou restabelecendo a lei num sentido oportuno da conjuntura. Por exemplo, no município de Cherán, sua insurreição armada dissolveu a estrutura municipal e o sistema de partidos políticos, apelando à lei para estabelecer uma nova ordem sob a criação de um Conselho Comunal que substituísse o município como uma figura de representação territorial. Aragón (2015) documentou a importância dessa estratégia jurídica, utilizando simultaneamente a estratégia política. Em Tierra Caliente, a ordem criminosa predatória que era indistinguível da legalidade foi suspensa pela força das armas e se apelou a lei para tentar dar legitimidade aos grupos defensivos sob o nome de autodefesa.

Nessas experiências, vemos as oscilações entre ilegalidade e legalidade, que foram utilizadas pelas comunidades levantadas para destituir a ordem criminosa. Nessa *zona cinza*, a estratégia armada *ilegal* resultou ser necessária para impugnar a ordem criminosa local e logo se apoiar na lei para instaurar um *novo imaginário de ordem* (Escalona, 2011). Nessas experiências concretas, que parecem invocar as teses sobre a violência de Walter Benjamin (2007), encontramos estratégias duvidosas na *zona cinza*, em que o recurso à lei busca voltar a dar significado e jogar contra-hegemonicamente (Aragón, 2015). Como defende Agamben (1998), o Estado de exceção é aquele onde a lei vigente perdeu significado e onde a exceção e a legalidade se confundem. Podemos sugerir que a ordem política criminal estabelecida em Michoacán na zona cinza funcionou como um estado de exceção. Diante disso, o surgimento de grupos defensivos pode ser entendido como um movimento armado que tentou dar um novo significado à lei ao subverter a ordem criminal local.

Conclusões

O estado de Michoacán possui uma história de atividades ilegais permitidas ou toleradas pelo governo. Essas atividades haviam sido associadas com os narcotraficantes e estavam baseadas no respeito à base social, códigos de honra em seu exercício, obra pública e certo grau de regulamentação por parte das instituições estatais. A nova forma de operação do crime organizado que interrompeu essa ordem foi uma res-

posta às mudanças estruturais na economia regional e à descentralização por parte do Estado. A mudança nas exportações agrícolas ofereceu aos grupos criminosos a oportunidade de diversificar suas atividades ilegais através da extorsão baseada no despotismo tributário e o controle territorial incluindo a violência sexual. O crime organizado passou a formar parte da estrutura formal do Estado, tanto no nível municipal como estatal, operando em uma área de exceção – uma zona cinza entre a legalidade e a ilegalidade – na qual desempenhava funções estatais. O surgimento de grupos de autodefesa foi uma resposta a essa situação e talvez a única opção das comunidades para resistir aos grupos criminosos, dado o abandono pelas autoridades de seu papel de proteger a cidadania. Os grupos de autodefesa se opuseram tanto à ordem paraestatal local do crime organizado como ao estado central que exigia seu desarmamento e dissolução. As comunidades se apropriaram da força, da segurança e da justiça, gerando um novo imaginário de ordem social oposto à ordem criminosa nesse terreno excepcional.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. (1998), *Homo sacer: el poder soberano y la nuda vida*. Madri, Pre- Textos.
- ARAGÓN, Orlando. (2015), “A disputa pela diversidade jurídica nos tempos da globalização: a propósito, poderá o direito ser emancipatório?”. *Direito y Praxis*, 6 (10): 261-309.
- ASTORGA, Luis. (2015), *Qué querían que hiciera: inseguridad y delincuencia organizada en el gobierno de Felipe Calderón*. México, Grijalbo.
- AUYERO, Javier. (2007), *La zona gris*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BENJAMIN, Walter. (2007), “Para una crítica de la violencia”. In BENJAMIN, Walter. *Conceptos de filosofía de la historia*. Buenos Aires, Terramar, pp.113-138.
- CALDERÓN, Marco. (2001), “Lázaro Cárdenas del Río en la Cuenca del Tepalcatepec-Balsas”. In: ZARATE, Eduardo (ed.). *La Tierra Caliente de Michoacán*. México, El Colegio de Michoacán A. C./Gobierno del Estado de Michoacán, pp. 233-265.
- CORREA, Guadalupe *et al.* (2015), “Losing the monopoly of violence: the State, a drug war and the paramilitarization of organized crime in México (2007-2010)”. *State Crime Journal*, 4 (1): 77-95.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. (2004), *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, Sar Press.
- ESCALANTE GONZALBO, Fernando. (2011), “La muerte tiene permiso”. *Nexos*, 1 (397): 36-49.
- ESCALONA, José Luis. (2011), “El incompleto imaginario del orden, la inacabada maquinaria burocrática y el espacio de lucha: antropología del Estado desde el sureste de México”. In: AGUDO SANCHÍZ Alejandro & ESTRADA, Marco (eds.). *(Trans)formaciones del Estado en*

- los márgenes de Latinoamérica*. México, El Colegio de México/Universidad Iberoamericana, pp. 45-86.
- FLORES, Carlos. (2009), *El Estado en crisis: crimen organizado y política, desafíos para la consolidación democrática*. México, Ciesas.
- FOUCAULT, Michel. (1993), *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*, México, Siglo XXI.
- FOUCAULT, Michel. (2006), *Seguridad, territorio y población*. Argentina, Fondo de Cultura Económica.
- FUENTES DIAZ, Antonio. (2015a), “Violencia criminal y defensa comunitaria en Michoacán”. In: FUENTES DIAZ, Antonio. *Conflictos y sujetos emergentes: episodios en la transformación rural neoliberal*. México, BUAP, pp. 75-101.
- FUENTES DIAZ, Antonio. (2015b), “Narcotráfico y autodefensa comunitaria en ‘Tierra Caliente’, Michoacán, México”. *CienciaUAT*, 10 (1): 68-82.
- FUENTES DIAZ, Antonio. (2018), “Community defense and criminal order in Michoacán: contention in the grey area”. *Latin American Perspectives*, 45 (6): 127-139.
- GIBSON, Edward. (2013), *Boundary control: subnational authoritarianism in federal democracies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GIL, José. (2015), *Batallas de Michoacán: autodefensas, el proyecto colombiano de Peña Nieto*. México, Proceso.
- GLEDHILL, John. (2016), *La nueva guerra contra los pobres: la producción de la inseguridad en Latinoamérica*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- GRILLO, Ioan. (2011), *El Narco: inside Mexico’s criminal insurgency*. Nova York, Bloomsbury Press.
- GUERRA, Enrique. (2017), “La violencia en Tierra Caliente, Michoacán, c. 1940-1980”. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, 53 (1): 1-17.
- INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática). (2010), “XIII censo general de población y vivienda”. Disponible em http://www.inegi.org.mx/est/lista_cubos/consulta.aspx?p=pob&c=1, consultado em 12/6/2013.
- INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática). (2014), “Tasa de defunción por homicidios 1990-2011”. Disponible em <http://www3.inegi.org.mx/sistemas/biinegi/?ind=6200002200>, consultado em 04/10/2014).
- JEGANATHAN, Pradeep. (2004), “Checkpoint: Anthropology, Identity, and State”. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé, Sar Press, pp. 67-80.
- LEMUS, Jesús. (2015), *Tierra sin Dios: crónica del desgobierno y la guerra en Michoacán*. México, Grijalbo.
- LEVI, Primo. (1988), *The drowned and the saved*. Nova York, Summit Books.
- MARTINEZ ELORRIAGA, Ernesto. (2014), “La gente no se levantó contra el Estado, sino para solicitar su presencia: Castillo”. *La Jornada*, p. 3, 11 maio.
- MEDINA GALLEGOS, Carlos. (2015), “Bandas criminales y neoparamilitarismo en Colombia”.

- In: ZAVALETA BETANCOURT, Alfredo (coord.). *El laberinto de la inseguridad ciudadana*. Buenos Aires, CLACSO-UACJ, pp.19-42.
- MEYER, Jean. (1987), “Los ‘Kulaki’ del ejido (los años 30)”. *Relaciones*, 29 (8): 23-43.
- PACHECO, Juan. (2016), “Dan de alta a 561 elementos de la extinta Fuerza Rural”. Disponível em <https://www.quadratin.com.mx/justicia/Dan-alta-561-elementos-la-extinta-Fuerza-Rural/>, consultado em 12/4/2016.
- RAMOS, Jorge. (2014), “Pactan legalizar las autodefensas”. *El Universal*. Disponível em <http://m.eluniversal.com.mx/notas/nacion/2014/pactan-legalizar-las-autodefensas-982975.html>, consultado em 14/4/2015.
- RAVELO, Ricardo. (2009), “La consolidación”. In: RODRÍGUES CASTAÑEDA, Rafael. (ed.). *El México narco*. México, Planeta, pp.13-21.
- RNPED (Registro Nacional de Personas Extraviadas y Desaparecidas). “Estadísticas y notas metodológicas”. Disponível em <http://secretariadoejecutivo.gob.mx/rnped/consulta-publica.php>, consultado em 12/4/2016.
- ROITMAN, Janet. (2004), “Productivity in the margins: the reconstitution of state power in the Chad Basin”. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé, Sar Press, pp. 191-224.
- SCHWARTZ, Ricardo. (1998), “DF. Radiografía del crimen”. *La Crisis*, 3 (140): 24-26.
- SEGATO, Rita Laura. (2013), *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Buenos Aires, Tinta Limón.
- STARN, Orin. (1999), *Nightwatch: the politics of protest in the Andes*. Durham, Duke University Press.
- TILLY, Charles. (2007), “Guerra y construcción del estado como crimen organizado”. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 1 (5): 1-26.
- VALDÉS, Guillermo. (2013), *Historia del narcotráfico en México*. México, Aguilar.
- VOLKOV, Vadim. (2002), *Violent entrepreneurs: the use of force in the making of Russian capitalism*. Nova York, Cornell University Press.

Resumo

A zona cinza: ordem criminosa e autodefesa armada no México

Os grupos de autodefesa no estado de Michoacán, México, surgiram para opor-se à extorsão e à violência da ordem paraestatal local estabelecida pelo crime organizado. Sua formação supõe a produção de um imaginário de ordem que se opôs à ordem criminosa local, que desempenhava funções de governo, controle violento e extorsão, em uma área cinza entre a legalidade e a ilegalidade.

Palavras-chave: Autodefesas; Crime organizado; Narcotráfico; Zona cinza; México.

Abstract

The gray zone: criminal order and armed self-defense in Mexico

The self-defense groups in Michoacán, Mexico, have emerged to oppose extortion and violence of the local parastatal order established by organized crime. Its formation supposes the production of an imaginary of order that was opposed to the local criminal order, which carried out functions of government, violent control and extortion, in a gray area between legality and illegality.

Keywords: Self-defense; Organized Crime; Drug Trafficking; Gray Zone; Mexico.

Texto recebido em 12/12/2017 e aprovado em 24/7/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.141533

ANTONIO FUENTES DÍAZ é doutor em sociologia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Interessado no crime organizado, violência coletiva e as apropriações comunitárias de segurança. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego” da Universidade Autônoma de Puebla (UAP, México). E-mail: anfudi@gmail.com.



Entre el cine y la serigrafía

Para una biografía sociológica de Andy Warhol

Nicholas Rauschenberg*
<https://orcid.org/0000-0002-1779-0622>

¿Tendría Andy Warhol en mente destruir la institución del arte autónomo con el fin de reconectar arte y vida, como sugiere la noción de vanguardia de Peter Bürger (1987)? Es un argumento verosímil, sobre todo para un crítico o historiador del arte, pero no para quien hace arte en su presente. Analizando su biografía, es muy difícil suponer que Warhol tendría una comprensión estrictamente objetiva de su contexto artístico. Más bien la relación parece ser la que sugiere Adorno (2009) como sujeto-objeto: Warhol necesitaba comprender su entorno al mismo tiempo que era parte de él, lo producía y lo transformaba, siempre parcialmente. El contexto de producción también necesita un contexto de recepción para reverberarse y resignificarse. El *arte por el arte* es una posición por construir porque no tiene equivalente en el campo del poder (Bourdieu, 1996, p. 95). Sin embargo, el juego de posiciones de un determinado sujeto que busca objetivarse para ubicarse próximo al ideal del “arte por el arte” para legitimarse, debe suponer una aprehensión de cierta totalidad del campo. Como advierte Hal Foster (2001), la idea romántica de “ruptura y revolución” de la vanguardia de Peter Bürger debe ser leída en clave performática y no como un proyecto autoconsciente y plenamente objetivista de sus agentes. El sujeto de la objetivación no sería tan plenamente autoconsciente como quisiera Peter Bürger, sino más bien lo contrario: son agentes que reaccionaban a la objetividad de su medio social.

* Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

Sostendremos en este artículo que una biografía sociológica debe tener en cuenta primordialmente la objetivación que realiza el sujeto en un campo imaginario de posiciones y disposiciones. Esa objetivación – además de tener un carácter inconsciente – tiene un carácter performativo porque articula dimensiones dialógicas, intencionales, interesadas y estratégicas. Pensar una biografía sociológica es pensar esa interacción de aspectos inconscientes y de aspectos interesados en el proceso de objetivación en un determinado campo, como sugiere Bourdieu en *La ilusión biográfica* (2006). En el caso de Andy Warhol buscaremos reconstruir sus campos de actuación: las artes visuales y el cine *underground*.

Considerando que los contextos parciales a ser tenidos en cuenta siempre tienen más de una lectura posible, muchas veces contradictorias porque se encauzan en los momentos de multiplicación del sentido de las obras, iniciaremos nuestro artículo discutiendo con Arthur Danto sobre el uso justificador del contexto – mundo del arte – como vector interpretativo para las obras de Warhol (I). Esa discusión con Danto se ve reforzada por un enfoque que privilegia la materialidad en disputa en la producción de las obras de arte, y no sólo una interpretación que se enmarca en el plano de la recepción. En ese sentido, buscaremos en seguida reconstruir el origen del principal procedimiento de la obra de Warhol: la serigrafía (II). Si por un lado, la serigrafía warholiana gana rápidamente visibilidad y fama en el campo de las artes visuales, por otro, Warhol tenía un proyecto artístico-militante de resistencia contra la persecución de los grupos homosexuales en el campo del cine. Buscaremos entonces reconstruir cómo Warhol incursiona en el mundo del cine *underground* (III). Finalmente, abordaremos cómo Warhol trató de integrar los dos proyectos, a saber, la fama en el campo de las artes visuales y la estética performática del cine *underground* a partir de un breve análisis de dos de sus superestrellas: Mario Montez y Edie Sedgwick (IV).

I – Contexto y significado: el Warhol de Arthur Danto

Arthur Danto dedicó la mayor parte de sus esfuerzos teóricos y empíricos a entender el arte de Andy Warhol y sus contribuciones para la historia del arte. Después de 1958, las principales galerías de Nueva York empezaban a reaccionar no sólo ante el naufragio del expresionismo abstracto y su dogmática historicidad modernista, sino también ante los nuevos rumbos, como el *pop art*, el minimalismo y el arte conceptual. La historia del arte – y la filosofía analítica del arte, especialidad de Danto – también necesitaba nuevas referencias empíricas y teóricas. La tesis del “fin del arte”, sustraída a principio de las *Lecciones sobre estética* de Hegel, fue de notable inspiración para Arthur Danto (1999), que vio en el surgimiento del *pop art* una ruptura con esa

historicidad “modernista” – tan cara a Greenberg (1997) – y con ella una necesidad de reconceptualizar la noción de arte. Para el filósofo norteamericano, el concepto de arte contemporáneo – después de Duchamp y su urinario *La fountain*, y sobre todo buscando dar cuenta de la obra de Warhol – podría ser sintetizado en la expresión “significado encarnado” (Danto, 2013, p. 61). “La obra de arte es un objeto material, algunas de cuyas propiedades pertenecen al significado, y otras no” (*Idem*, p. 52). Danto se contrapone a *dos* modos contemporáneos de entender la legitimación social del arte. El *primero* es Morris Weitz (1956), que defiende en su famoso artículo “The role of theory in aesthetics” un “concepto abierto de arte”. Weitz cuestiona que todos los intentos académicos por definir el arte ignoran el problema de la aplicación que podría tener ese concepto. Ese concepto no sería factual, sino un problema de decisión. Para Weitz le ocurre a la categoría “arte” algo análogo a lo que el último Wittgenstein identificó en la categoría “juego”: no podríamos encontrar “propiedades comunes”, sino apenas “aspectos similares”. Wittgenstein escribe que el concepto de juego tiene “bordes borrosos” (Wittgenstein, 2004, p. 91). En este sentido, para Weitz, el concepto de arte debe ser entendido como “abierto” si sus condiciones de aplicación son corregibles y extensibles, porque en el arte siempre se crean nuevas propiedades y contextos críticos de validación para su propia condición de objeto o suceso creador. El concepto de arte no tiene un, por tanto, conjunto determinable *a priori* de propiedades necesarias y suficientes. Sin embargo, el concepto de arte tiene una ambigüedad central en su uso. La palabra “arte” puede ser usada, por un lado, para describir un *objeto* y, por otro, para *calificarlo*. La búsqueda del concepto de arte debe direccionarse más a su uso y aplicación que a una formulación predefinida por modelos interpretativos fijados anteriormente. En la perspectiva que queremos desarrollar aquí buscaremos sostener que tanto la estética como la historia y la sociología del arte deben reescribir permanentemente los contextos de *surgimiento* y *aplicación* que buscan encarnar los distintos conceptos de arte en disputa. Esa búsqueda nos lleva a tener en cuenta los así llamados “mundos del arte” no sólo como entidades abstractas o ideales de análisis empíricos, sino sobre todo como una lucha entre elementos internos (autonomía) y elementos externos (heteronomía) que generan resignificaciones.

El *segundo* modo es casi una antítesis del primero: se refiere a George Dickie (1974) y su “teoría institucional del arte”, que sostiene que “algo se convierte en una obra de arte sólo si el mundo del arte así lo establece” (Danto, 2013, p. 46). El “mundo del arte” consistiría así en una especie de red social formada por curadores, coleccionistas, críticos de arte y, por supuesto, artistas (Becker, 2008). Para Danto, “la idea de Dickie se asemeja de algún modo a ser nombrado caballero: no todo el mundo puede hacerlo, tiene que ser obra de reyes y reinas” (Danto, 2013, p. 48).

Este punto de vista excluiría de la propia praxis artística la necesidad de delimitar y cuestionar el status de obra de arte de determinados objetos y usos de materiales no convencionales. Danto, ya en 1964, llamaba la atención para la importancia del horizonte social de validación de la obra de arte como objeto construido en la práctica del “mundo del arte”. En ese temprano texto, Danto oponía lo que llamó Teoría Imitativa del Arte (TI) a la Teoría de la Realidad del Arte (TR), considerada por él como válida. La obra no busca imitar, sino que es una realidad en sí misma. Si Warhol pinta una botella de coca cola o un billete de un dólar en proporciones gigantes eso no es necesariamente propaganda o una falsificación de dinero, sino que tiene su efecto no-ilusorio por constituir una realidad representativa a partir de su propia materialidad. Después de la fotografía y los mecanismos de “reproductibilidad técnica”, para mencionar el texto clásico de Walter Benjamin, el arte había perdido definitivamente la función ontológica de “representar” imitando alguna realidad objetual y pasaría a ser él mismo una realidad material que cobraría su validez en un nuevo contexto. Ver algo como arte requiere una mirada impregnada de una atmósfera de teoría del arte y del propio mundo del arte. Sin embargo, Danto no puede verse como parte del “acuerdo de caballeros” de Dickie. La necesidad ontológica de un mundo del arte para la validación estética es una limitación de la filosofía de Danto por no considerar la amplitud de las dimensiones heterónomas que buscan validación en el mundo del arte en modo performativo. Y es en una cínica performatividad que reside, a nuestro entender, la fuerza de las obras de Warhol, y no sólo en una traducción contextual intrínseca al mundo del arte como quiere Danto.

El conjunto de obras de arte de Warhol que más le llama la atención a Danto es aquél expuesto en la Galería Stable de Nueva York en 1964: las decenas de cajas de esponja de metal *Brillo*, cajas hechas de madera pintadas serigráficamente. Es lo que Danto llamó *La transfiguración del lugar común* (2002). Ya no se trataba de parodiar una mercancía popularmente conocida, sino de transformar su fama, por así decirlo, en obra de arte: especialmente una obra de arte que devendría mercancía como obra de arte, sin el valor de uso original de las esponjas *Brillo* y con el nuevo valor de cambio gracias al status de “obra de arte”. Danto busca desvendar esa transfiguración de un objeto imitativo hacia obra de arte en algunos contextos. ¿Por qué Warhol hace arte y los trabajadores de Brillo no? El ejemplo que Danto busca con las cajas *Brillo* de Andy Warhol propone, por un lado, una ruptura parcial con la teoría institucional del arte de George Dickie: no se trata de un acuerdo entre caballeros determinar qué es arte y qué no, sino que se trata de, socialmente, encontrar nuevos límites para la definición del arte. Su análisis es una buena crítica inmanente a las reglas del mundo del arte “encarnadas” en la trayectoria de Warhol, quien transformó el horizonte de

validez del concepto de arte hasta entonces dominante. El artista podría a partir de entonces utilizar cualquier medio.

Andy tomó todas las definiciones concebibles de la palabra arte para desafiarlas. El arte revela el trazo de la mano del artista: Andy optó por la serigrafía. Un trabajo de arte es un objeto único: Andy surgió con los múltiples. Un pintor pinta: Andy hizo cine. El arte es divorciada de lo comercial y utilitario: Andy se especializó en las latas de sopa Campbell y billetes de un dólar. La pintura puede ser definida en contraste con la fotografía: Andy recicla meras fotografías. Un trabajo de arte es el que un artista firma como prueba de su trabajo creativo y de sus intenciones: Andy firmaba cualquier objeto (Danto, 2007, p. 106).

Pero por otro lado, el contexto de validación del arte va más allá de lo que un conjunto de sujetos e instituciones pueden decidir porque el contexto de recepción y significación es mucho más amplio, y el contexto mismo de producción de la obra de arte puede verse sorprendido con la multiplicación de significados inesperados del arte. El propio mundo del arte – por lo menos una fracción – puede pasar a ser un contexto de recepción de la recepción. El mundo del arte no debería ser pensado estrictamente como una totalidad o un sistema cerrado o apenas permeable. Eso proyecta un mundo del arte donde el propio concepto de arte está en disputa y en constante resignificación. El arte performatiza su propia institucionalidad creando necesariamente su “afuera” y por eso logra construir rupturas y convenciones permanentemente. La idea de un arte puro o perfectamente autónomo no sería de provecho para el arte en general – ni para una sociología del arte – sino sólo a ciertos nichos establecidos. Y Warhol ironizaba el arte autónomo transfigurando el ámbito de creación y validación privilegiado de los museos y galerías exponiendo reproducciones de obras hechas para otro tipo de público.

|| – En busca de un procedimiento

Cuando Andy Warhol recibió la visita en su casa, en 1962, del marchand Henry Geldzahler sintió el drástico cambio de actitud – de atenta curiosidad hacia un escepticismo implacable – al mostrarle sus dibujos publicitarios. Warhol había trabajado en importantes revistas de moda como *Harper's Bazar*, *Vogue* etc. En ese momento Warhol entendió que debía dejar atrás su pasado y cultivar una imagen de artista asumidamente pop. Eso le permitiría figurar en poco tiempo en las principales galerías de Nueva York. Como él mismo explica en *POPism*, “necesitas una galería para que la clase dominante te vea y deposite suficiente confianza en tu futuro, porque entonces los coleccionistas te comprarán, ya sea por quinientos o por cincuenta mil dólares. No

importa lo bueno que seas; si no te promocionan bien, no serás uno de los nombres recordados” (Warhol e Hackett, 2008, p. 37). La galería que Warhol deseaba exponer era la de Leo Castelli, donde exponían Robert Rauschenberg y Jasper Johns, sus artistas preferidos del momento. Un día su amigo Ted Carey llamó a Andy para que fuera a la galería Castelli a ver unos cuadros hechos con comics gigantes, tal como él mismo venía trabajando. Eran cuadros de Roy Lichtenstein que mostraban un hombre a bordo de una nave espacial con una chica en segundo plano. Poco tiempo después Leo Castelli fue al estudio de Warhol – antes de los tiempos de la *Factory*, cuando Andy todavía trabajaba en su casa – a conocer su obra después de recibir algunas recomendaciones. Para profunda decepción de Warhol, Castelli le explicó que no podía en ese momento darle lugar en su galería porque expondría allí Roy Lichtenstein, y sus obras coincidían en muchos aspectos. Warhol decidió entonces no pintar más comics para diferenciarse de Lichtentein, que había encontrado un procedimiento “original”: los puntos *benday* para texturizar sus pinturas, tanto de comics como las réplicas de obras de la vanguardia (Hal Foster, 2012; Fabris, 2015). Andy Necesitaba encontrar algo nuevo dentro del pop.

En 1960, Andy pintó *Antes y después*, que es una reproducción de un anuncio en blanco y negro de los servicios de cirugía plástica para achicar la nariz. El cuadro es relativamente grande: mide 1,37 x 1,77 metro en pintura de polímero sintético y tinta serigráfica sobre lienzo. La pintura consiste en dos rostros de perfil. En el primero, que está del lado izquierdo del cuadro, vemos un dibujo de una mujer con la nariz grande, sugiriendo casi una bruja. Del lado derecho se encuentra el perfil de la misma mujer, pintada con los mismos colores, pero con la nariz más achicada, sugiriendo un estereotipo angelical. La reproducción del anuncio amplificaba la “encarnación del sueño de las personas obsesionadas con cambiar de aspecto físico para ser más atractivas” (Danto, 2011, p. 24). *Antes y después* era un arte comercial vulgar, pero muy ampliada se convirtió en una obra importante. La diferencia es aparentemente invisible, pero es trascendental. Warhol buscaba “pintar lo que somos. La transformación era el descubrimiento sobre lo que somos” (*Idem*, p. 38). Los anuncios que reproducía Warhol mostraban las deficiencias y las esperanzas del público a que iba dirigido el anuncio, buscando sacarlo de contexto, revelando otra dimensión a través de un extrañamiento. “Era como si hubiese recibido la orden de insertar lo más bajo de las bajezas pictóricas dentro de los límites del arte elevado” (*Ibidem*). *Antes y después*, un año más tarde, hizo parte de la exposición con obras de Warhol instalada en los escaparates de Bonwit Teller. Esa exposición, llena de artefactos de anuncios como ropa y publicidad, hacía que el espectador se sintiera un extraterrestre. La exposición funcionaba como un espejo de extremo extrañamiento porque todos los elementos publicitarios dispuestos demandaban una transformación del

“consumidor”, una transformación física, una no aceptación de la realidad que esa gramática del simulacro de la publicidad para el consumo representa.

Warhol seguía su búsqueda por diferenciarse de Lichtenstein – y también Rosenquist. Ya en 1962, gracias a una conversación con el diseñador de interiores Muriel Latow, Andy decidió reproducir un objeto que todas las personas pudieran identificar y esa reproducción debería ser mencionada sin que ni siquiera la obra fuese vista. Surgía el proyecto serigráfico de los treinta y dos tipos de sopa en lata *Campbell's*. Cada lata de sopa indicaba un sabor diferente. La obra final resultó ser una cuadrícula de ocho por cuatro dibujos serigrafados que parecían reproducidos mecánicamente. Desde entonces la serigrafía como recurso de serialidad pasaría a ser una característica de buena parte de la obra de Warhol, ya que rompía la idea de la obra de arte entendida como un artefacto único, un “aura de originalidad”, para mencionar a Benjamin. La serigrafía como procedimiento superaba – o al menos lo alejaba de – Lichtenstein, gracias no sólo a la mecanicidad, sino sobre todo a la reproductibilidad de las obras serigrafadas. Warhol pintó latas de sopa *Campbell's* a lo largo de su vida. Al ser reproducible, la obra se transformó en un gran negocio para Andy. No había un “cuadro original”, pero la *Silver Factory* – estudio de Andy – podía establecer un precio y atender a la demanda que generaban sus obras.

A estas series de latas dañadas le siguen una línea semejante a varios cuadros de fotografías de catástrofes humanas que posteriormente Warhol reciclaría serigráficamente: “accidentes de tráfico, aviones siniestrados y cosas similares” (Danto, 2011, p. 59). Un primer gran ejemplo de una composición serigráfica fue la pintura sobre la actriz Marilyn Monroe – *Díptico Marilyn*, de 1962 – obra también sobre lienzo y con grandes dimensiones: 2,05 por 1,44 metros. Esta composición sobrepone los procedimientos tanto de *Antes y después* – al dividir la superficie en dos mitades. La primera mitad, la derecha, contiene veinticinco fotos serigrafadas estilizadas – cinco hileras y cinco columnas – donde se resaltan algunos contrastes en negro y blanco, pero las superficies de cada foto están pintadas: el rostro de Marilyn con un rosa suave, la ropa y los párpados en celeste, el cabello en amarillo, los labios rojos y el fondo naranja. La mitad izquierda es toda blanco negro, pero mucho más irregulares que en la mitad derecha, que presenta pocas variaciones en términos de intensidad de la tinta en cada serigrafía. En la segunda columna Marilyn aparece casi tachada por la aparente desprolijidad en la aplicación exagerada de la tinta; en otras aparece muy clara, por falta de tinta. Es como si Warhol sugiriese una metáfora de la trayectoria breve de Marilyn de la gloria hacia su ocaso. En los años siguientes las estilizaciones de colores en las serigrafías volverían a pintar en infinitas combinaciones de colores y tamaños no sólo a Marilyn, sino además a muchas otras personas famosas o que aspiraban a serlo. Con la serigrafía, Warhol había logrado una marca estética original:

que esa reproductibilidad mecánica-artesanal fuera lo “original”. El “aura” estaba en la reproductibilidad.

Pocos años después la *Factory* hizo cuadros de latas de sopa *Campbell's* serigrafadas en los que las latas sufrían algún tipo de accidente en razón de su uso: eran perforadas por un abrelatas, o aplastadas, o desolladas arrancando la etiqueta. ¿Habría alguna simbología para una serie serigrafada de latas *Campbell's* dañadas? ¿Habría aprovechado Warhol el significante *camp* al que se le sumaba casualmente *bell's* de “campanillas” – las lastas podrían ser campanillas, sonar – o ser lindas o amadas del francés *belle*. ¿Podría querer representar esa secuencia de latas dañadas la violencia hacia la violencia contra los homosexuales? Aunque Andy tenía obras claramente críticas del contexto actual – como el cuadro de Nixon verde en la época de la campaña presidencial, en 1972 – buscar un significado “determinante” y “excluyente” para una obra de Warhol es un error. Las obras juegan con su condición de significante, no son un significado explícito. Pero, especulativamente, esa obra puede abrir un camino, una reflexión sobre lo *camp*. *Camp* no era un significante extraño a Andy: en 1965 uno de sus films se llamará *Camp*, un show de varieté realizado en la *Silver Factory*, estudio de Andy. Entre otras participaciones de *Camp*, aparece Mario Montez cantando *If I could shimmy like my sister Kate* y bailando como una *drag queen*. Pero la así llamada estética *camp* ¿es sólo vinculada a los homosexuales o, por decirlo de un modo más preciso, vinculada a las sexualidades disidentes? Más que ofrecer condiciones necesarias y suficientes para entender la estética *camp*, Susan Sontag aporta interesantes analogías en su intento de caracterización, acercándola al *pop art*. “Lo único importante en lo *camp* es destronar lo serio. Lo *camp* es lúdico, antiserio” (Sontag, 2012, p. 367). Ese nuevo dandismo *camp* al que se refiere Sontag sería “una clase improvisada y autoelegida, integrada por homosexuales fundamentalmente, que se constituyen en aristócratas del gusto por decisión propia” (Sontag, 2012, p. 369). Sin embargo, Sontag aclara que “no todos los homosexuales tienen gusto *camp*. Pero los homosexuales, con mucho, constituyen la vanguardia – y el público más articulado – de lo *camp*” (*Idem, ibidem*).

Es cierto que Andy Warhol no se esforzó demasiado para esconder su homosexualidad. Todos sus biógrafos coinciden en que Andy era homosexual e inclusive él mismo lo dice casi textual: “Yo no era un machote por naturaleza sino, debo admitirlo, todo lo contrario” (Warhol e Hackett, 2008, p. 25). *Sleep*, de 1963, una de las primeras películas de Andy, grabada en 16mm, “fue una especie de regalo para su novio de la época, John Giorno, poeta” (Danto, 2011, p. 95). El propio Andy atribuía la brutalidad masculina “machista” a los pintores del expresionismo abstracto: “Los pintores que frecuentaban el bar Cedar de la *University Place* eran todos unos camorristas, unos tipos violentos que se agarraban, se enseñaban los

puños unos a otros y se decían cosas como: ‘A que te rompo los dientes’ o ‘Voy a robarte a tu chica’” (Warhol e Hackett, 2008, p. 25). Sin embargo, no es un camino productivo para nuestra investigación partir de un rasgo identitario como el *camp* si nos interesa abordar en buena medida la producción de arte warholiana vinculada a las disidencias sexuales en su contexto de surgimiento, es decir, en su propio campo de fuerzas y contradicciones.

III – Cine *underground*

La apuesta de Warhol era reciclarse simbólica y económicamente a través de la heteronomía, es decir: buscar el reconocimiento en otros ámbitos estéticos y mediáticos para nutrirse en su retorno al ámbito abstracto del mundo del arte y viceversa. Hacer de réplicas de mercancías obras de arte – y reproducir esas obras como mercancías – era una manera irónica de reivindicar la heteronomía. Warhol asumía una dialéctica entre autonomía y heteronomía que buscaba permanentemente ampliar tanto el capital simbólico – haciendo alusión a distintas comunidades de artistas como artes plásticas, publicidad, cine y música – como el *capital social*. El capital social es “el conjunto de recursos actuales o potenciales ligados a la posesión de una red durable de relaciones más o menos institucionalizadas de interreconocimiento” (Bourdieu, 2011, p. 221). En esa búsqueda por visibilidad, transversalidad y apoyo de otras artes, Warhol llegó inclusive a anunciar que se asociaría como manager al grupo de pop rock The Velvet Underground, en 1965. A grandes rasgos podríamos afirmar que el proyecto de Warhol después de 1964 era acumular distintas modalidades de capital simbólico y social teniendo un claro objetivo de transformarlo en capital económico. La prueba de su “revolución pop” era transformar como magia el capital simbólico en capital económico. Era la realización de su proyecto: al mismo tiempo, ser crítico y apologético del capitalismo. Ya a partir de 1968 se conformaba la Andy Warhol Enterprises como una compañía dedicada a administrar las ganancias de la *Factory*. Y en 1975, Andy dirá que el arte empresarial “es el paso que viene después del arte. Yo empecé como artista comercial y quiero acabar como artista empresarial. Ser bueno en el negocio es el tipo de arte más fascinante. [...] Hacer dinero es arte y trabajar es arte, y el buen negocio es el mejor arte que existe” (Warhol, 2012, p. 100). Si a principios de la década de 1960 la “objetivación” que tenía Warhol de los horizontes de expansión y validez de su arte eran bastante dispersos, a partir de 1965 Andy se transforma en un claro “sujeto de objetivación” con un rol central en el mundo del arte neoyorquino.

Si tenemos en cuenta el modelo de la “caja negra” de Becker (2016), el *input* de la estrategia de Warhol era construir un reconocimiento subversivo y a la vez

apologético del consumo contemporáneo. El *output* era la fama, el prestigio y el dinero, a la vez que una expansión de los límites socialmente aceptados del arte. Esa retroalimentación entre heteronomía y autonomía era fundamental para potenciar esa expansión del mundo del arte performatizado en torno a la cada vez más popular figura de Andy. Otro artista precursor de *pop art* como Robert Rauschenberg podría ser considerado como más fiel al esquema del “arte autónomo”, es decir, exposiciones, galerías, marchands etc. Rauschenberg ya usaba botellas de coca cola en sus obras en 1958. Pero el procedimiento de *collage* de Rauschenberg – así como los puntos *benday* de Lichtenstein – fue superado por Warhol en términos no tanto del capital simbólico sino antes de capital económico, núcleo simbólico del pop art. Las obras de Andy no sólo eran más conocidas, sino que eran reproducidas y comercializadas. Andy podía tener las cajas Brillo en más de cinco galerías en diferentes lugares del mundo al mismo tiempo. Las vendía para muestras permanentes. Pero el hecho de que Warhol ingresaba en un nuevo campo – como el del cine *underground* – hacía que él detuviera poco capital económico y mucho capital simbólico. El fracaso económico de las películas de Andy no era deseado, pero le retribuía capital simbólico al conjunto de trabajos de la *Factory*. La máxima de Bourdieu “polo económicamente dominado, pero simbólicamente dominante” (1996, p. 101) nos permite entender la fuerza de Warhol ubicarse en el cine independiente. ¿Cómo se constituía ese capital simbólico del cine de Warhol?

Warhol buscaba hacer de la *Factory* una productora de TV y video. El lenguaje audiovisual era para Andy un campo abierto para la experimentación, especialmente un lugar simbólico para reivindicar una estética *queer*, como sugiere Douglas Crimp (2005). Entre 1963 y 1968 Andy y la *Factory* produjeron más de sesenta películas y más de 500 *screen test* con visitantes de la *Factory*. Andy llega a anunciar en 1965 que se retiraría de las artes plásticas para dedicarse exclusivamente al cine. Sin embargo, como los films no le generaban ganancias – al contrario, eran demasiado costosos – la *Factory* se veía obligada a reciclar obras y consignas viejas que, reproducidas serigráficamente, le permitieron financiar sus ambiciones de cineasta y mantener activa su capitalización social como figura del mundo del arte. Como comenta el propio Warhol, el creciente campo de cine *underground* en formación en Nueva York, a principio de los 60, tenía dos tipos de cineastas. Los primeros veían sus películas desde un punto de vista académico o intelectual, como obras de arte. El segundo grupo veía en sus películas como potencialmente comerciales “y se consideraban productores y distribuidores independientes” (Warhol e Hackett, 2008, p. 74). Como ejemplo del primer grupo, podríamos mencionar Jonas Mekas, que fue el principal impulsor de la Cooperativa de Cineastas. Era un académico que “parecía más que satisfecho dirigiendo sus *Anthology Film Archives*” (*Idem, ibidem*). Por

otro lado, tendríamos al flamante Jack Smith, cineasta militante, activo productor y distribuidor de películas de alto contenido erótico, pero no pornográfica, sino *queer*. En *Flamming creatures* (1963), Jack Smith muestra – en blanco y negro, cámara de 16mm en mano y con banda sonora exclusivamente compuesta por hits de *rock and roll* alternativo – una fiesta dionisiaca con aproximadamente diez personajes travestidos. También hay mujeres semidesnudas. A principio usan lápiz labial y uno le pregunta a otro si existe algún lápiz que no se desdibuja cuando se chupan penes. Después de una persecución, se inicia una aparente violación que termina en una “orgía pansexual” (Siegel, 1997, p. 104). Hay un terremoto y todos se caen. Sale una travesti – Mario Montez – con notable peluca rubia estilo Marilyn Monroe de un ataúd, como si fuera un vampiro. Ella hace con que las “creaturas flameantes” vuelvan a vivir y se arma la fiesta. Aunque aparezcan cuerpos desnudos, primeros planos de pechos y axilas peludas, no hay sexo explícito como una película pornográfica.

A principios de 1964 se le encargó a Andy un mural para la Feria Internacional de Nueva York, en Flushing Meadow. Andy propuso para el mural una serie de retratos intitulada *Thirteen Most Wanted Men*, es decir, *Los trece hombres más buscados*, pero con la clara ambigüedad, “lo más deseados”. Eran rostros de criminales prófugos buscados por el FBI, pero que en el lenguaje visual de Andy parecía más un homenaje *camp* a la masculinidad de los forajidos. Sin embargo, el mural fue censurado por Robert Moses, director de la feria. Warhol narra al borde del cinismo el hecho: “por alguna cuestión política que nunca llegué a entender, los funcionarios lo taparon con una mano de cal. [...] En su lugar, hice un retrato de Robert Moses con docenas de cubículos con ciento veinte centímetros de paneles conglomerados, pero también rechazaron la propuesta” (Warhol e Hackett, 2008, p. 105). Esta doble censura refleja bien el clima político de represión contra los gays – y toda forma disidencia sexual – en Nueva York en ese momento. “El lunes tres de marzo, dos detectives del distrito irrumpieron en la proyección de *Flamming creatures* de Jack Smith, confiscando [además] algunas de las primeras pruebas de *Normal love* [película también de Jack Smith] y el documental que Warhol realizara sobre el mismo” (Hoberman e Rosenbaum, 1983, p. 59). *Jack Smith Filming Normal Love*, de Warhol, también de 1963 no era más que un registro *making off* de la producción de Jack. La irrupción también tuvo como consecuencia el arresto del productor amigo de Andy, Jonas Mekas, que volvería a ser arrestado diez días después por proyectar el corto de Jean Genet, *Un chant d'amour*.

Ante ese escenario caótico de represión y censura, todavía en 1963, y sin demasiada elaboración previa, Warhol filma en 16 mm *Blow job*, película con un solo actor y un solo plano de cincuenta minutos. Como bien observa Douglas Crimp, *Blow job* “fue concebida como un ‘atrápame si puedes’. [...] Warhol parodiaba y subvertía tanto las

expectativas de los fans del porno como las de los censores cinematográficos” (2005, p. 177). El objetivo era provocar frustración y decepción, y activar la imaginación perversa y censora. Recordemos que las primeras películas de Andy fueron *Sleep* – donde su amante del momento, John Giorno, duerme durante poco más de cinco horas – y *Empire*, que muestra el *Empire State Building* filmado desde una cristalera del *Rockefeller Center*, durante más de ocho horas. Más allá de todas las importantes interpretaciones de estas dos películas – en *Sleep*: distanciamiento por prolongación del instante, un amor inagotable; en el caso de *Empire*, el poder mirando al poder y su imperio, el poder es el poder y dura para siempre, y por eso ocho horas, el poder está erecto o se vincula a la erección, en alusión a un falo etc. – lo que llama la atención es la conexión estética con la repetición como dispositivo clave de la constitución formal de la obra de Warhol, lo que Hal Foster llamó “repetición traumática” (2011, p. 134). Aquí tendríamos algo como un serigrafismo cinematográfico, por así decirlo, fotogramas con pequeñas variaciones que indican – como el deterioro de Marilyn Monroe o de las “accidentadas” latas *Campbell's* – una transformación: descansar (*Sleep*), la puesta de sol y transformación de la iluminación (*Empire*). El procedimiento de Warhol buscaba destacar un significante para que la imaginación del espectador hiciera el resto del trabajo. Pese a estar excluido de la imagen, en *Blow job*, “el pene al que se le está practicando la felación es el centro de atención. La verdadera acción de la película ocurre fuera de la imagen” (Koch, 1985, p. 50). En términos formales, *Blow job* seguía ese mismo principio de repetición para que “algo sucediera”, “un principio, un desarrollo y un final” (Crimp, 2005, p. 179).

IV – Dos superestrellas: Mario Montez y Edie Sedgwick

Quizás en razón del contexto hostil y persecutorio que sufrían las películas *underground* y quizás también en función de la poca experiencia de Andy con el audiovisual, sus primeras películas tuvieron un interesante impacto conceptual – e incluso político en el cine independiente – pero faltaba todavía un elemento básico del marketing cinematográfico: la superestrella. Warhol entendió el elemento adictivo de la superestrella no sólo como una performance en una determinada obra, sino como una performance mercantilizada que trasciende la obra, que sigue ocurriendo porque el personaje que hace una superestrella en una obra es secundario en relación a su continua condición de estrella en la “vida real”. Andy se dio cuenta de que “no sólo hay estrellas entre los bienes de consumo industriales cuyo valor de uso es producto de la fantasía del consumidor [...] sino que lo que realmente crea adicción en el consumidor es la cualidad misma del estrellato” (Brecht, 1986, p. 113). Es como si la superestrella cargara una condición sublime que multiplicara ese valor de uso

hacia una dimensión infinita de la fantasía íntima del consumidor. Ante esta nueva expectativa, Andy ya no quería pintar más para dedicarse al mundo del cine. Pero el cine *underground* no era para nada rentable y la realidad de un estrellato en los moldes de Hollywood era algo distante. El foco era crear un nuevo concepto de superestrella. Habría que importar elementos del pop masivo de sus obras hacia las películas. Transformar una biografía en un acontecimiento: un acontecimiento, sin embargo, trascendente y a la vez desechable, como la lógica de la mercancía. Esa búsqueda hizo que Warhol tuviera muchas superestrellas. Sin embargo, nos interesa especialmente dos en razón del lugar extremo que ocupan en la producción de Warhol: Mario Montez y Edie Sedgwick.

El joven actor puertorriqueño Mario Montez ya había actuado en dos películas de Jack Smith muy conocidas por Warhol: *Flaming creatures* y *Normal love*. Jack y Montez actuaron en *Drácula* de Warhol. Además Montez ya tenía varias apariciones en obras de teatro y trabajaba regularmente en la oficina de correos. Mario era católico y le gustaba “vestirse como una reina del glamour, y al mismo tiempo le daba mucha vergüenza convertirse en *drag* (le ofendía que usaras esa palabra; él lo llamaba ‘disfrazarse’)” (Warhol e Hackett, 2008, p. 132). “Mario vivía con el temor de que su familia o los funcionarios con los que trabajaba descubrieran que se vestía de *drag*” (*Idem*, p. 250). Sin embargo, Andy y su guionista Ronald Tavel, que trabajó en la Factory entre 1964 y 1967, parecían – cínicamente – no estar muy convencidos. Ronald Tavel, además de guionista, era novelista y dramaturgo, y defendía una estética hiperrealista conocida como Teatro del Ridículo, que consiste en someter al actor entrevistado a una serie de preguntas inicialmente triviales que de a poco se tornan situaciones conflictivas para correrlo de su lugar de confort y exponer su intimidad. Lo que le gustaba a Warhol era que el tiempo corriera sin la necesidad de una edición posterior. Y el corolario de eso era la necesidad de no ensayar. “Ensayos y edición van de la mano” (*Idem*, 2008, p. 154). El artista brasileño Hélio Oiticica supo ver en el personaje de Mario Montez una parodia “tropicamp” de Marilyn Monroe que rozaba también con Carmen Miranda (Oiticica, 2012). Tropicamp es una clara referencia a la Tropicalia de Brasil y a la cultura camp vinculada a la gaycidad, como vimos con Susan Sontag. Oiticica destaca el film *Harlot*, de Warhol, grabado a fines de 1964. Mario Montez es Halow y todos los personajes comen bananas mientras discuten varios temas – sobre todo sexuales – con los que están detrás de las cámaras. Mario Montes ya había actuado comiendo bananas en los films de Warhol Mario Banana 1 y 2.

Jack Smith se refería a Mario como María Montez, “Reina del Tecnicolor”, gran diva latina fallida (Smith, 1997). Smith se oponía a cierto uso de concepto *camp*. Para el cineasta, el *camp* “convierte la ruptura de las convenciones en un gesto tan

premeditado y estilizado que termina haciéndola desaparecer y poniendo en su lugar una operación eficiente y sostenida para un sujeto maduro, ilustrado y desilusionado” (Cruz, 2012, p. 3). ¿Cómo romper las estereotipadas miradas de Mario banana a la cámara y el gesto obvio de un simulacro de excitación? *Screen test 2*, de 1965, es una película que simula un test de pantalla, y, rompiendo la lógica del glamour paródico de las anteriores, se transformó en un calvario de humillación para Mario Montez, vestido de *drag*. Warhol realizó en esos años más de 450 *screen tests*. Muchos duran no más de dos minutos, pero la experiencia con Mario duró dos rollos de 33 minutos. En el film, se le está haciendo un casting a Mario “para el papel de Esmeralda en una nueva versión de *El jorobado de Notre Dame*. Durante todo el film su rostro aparece en primer plano, un poco desenfocado, y tocado con una barata peluca oscura. Lleva también unos enormes pendientes y unos guantes de noche blancos” (Crimp, 2005, p. 192). Sin embargo, hay un claro abuso sádico por parte de Tavel. Después de repetir frases y gritos como “diarrea”, Mario decide corajosamente obedecer la orden de “girar la botella”, es decir, “masturbarse introduciéndose una botella por el culo” (*Idem*, p. 193). Pero como solo vemos su rostro en un primer plano, y escuchamos a Tavel que se lo pide, debemos imaginar esa acción, como en *Blow job*. Al final del segundo rollo Tavel le pide a Mario que se levante la falda y muestre sus genitales “llevándolo a reconocer que era un hombre” (Warhol e Hackett, 2008, p. 174). Se escucha en off la voz de Tavel: “Señorita Montez, usted ha estado en este negocio lo suficiente como para saber que para llegar más lejos muchas veces hay que realizar este gesto. Sacársela y metérsela, en esto consiste el mundo del cine” (Crimp, 2005, p. 194).

Si pensamos en cómo Warhol tenía un olfato para reutilizar el capital social de Mario Montez para en seguida agregarle el suyo y de ahí generar su propio arte, no nos sorprenderá que Andy haya usado el capital social de la joven *socialite* Edith Minturn Sedgwick (“Edie”) para ganar aún más fama como cineasta. Los abuelos de Edie habían sido los precursores de importantes sectores de la industria de base, como tranvías y ascensores. Sedgwick quería ser modelo en Nueva York e innovaría su propio look al que las revistas *Vogue*, *Life*, *Time* y todas las demás revistas fotografiarían: larguísima pendientes con camisetas de baratillo sobre leotardos de bailarina, con un abrigo de visón blanco encima” (Warhol e Hackett, 2008, p. 138). Edie estudiaba escultura en Cambridge, Massachusetts, y “solía ir en su mercedes a las fiestas de la ciudad, muchas de ellas organizadas por su propio hermano” (*Idem*, p. 134). “Estos veinteañeros de Cambridge representaban la riqueza heredada, la belleza heredada y la inteligencia heredada. Eran las personas más glamorosas de Estados Unidos” (*Idem*, p. 138). Cuando cumplió veintiún años Edie alquiló “el varadero del río Charles” e invitó “a dos mil personas” (*Idem*, p. 134). Su riqueza, su belleza y sobre todo su popularidad llamaron poderosamente la atención de Warhol, ya desde

enero de 1965, cuando se conocieron en Nueva York. Si Mario Montez tenía una importante trayectoria en el cine *underground* gracias sobre todo a Jack Smith, Edie Sedgwig no tenía ninguna experiencia cinematográfica previa, pero su capital social devenido de condición de familia burguesa tradicional instigaba la construcción de una superestrella. Era un objeto del deseo de todo un país, una mercancía ideal a ser descubierta. Si su vida ya era de ensueños, ¿por qué no fragmentarla en situaciones actorales y documentales usando la idea del teatro del ridículo para proyectar aún más la estética de Warhol?

El film *Factory girl*, dirigido en 2006 por George Hickenlooper, busca hacer una biografía crítica de la relación entre Andy Warhol y Edie Sedgwig. La película empieza con Edie hablando en lo que parece ser una sesión de terapia en una clínica de recuperación de drogadictos relatando sus recuerdos de la época de la *Factory*. La tragedia de Edie se deberá a su relación con su padre (“Fuzzy”). Fuzzy asesinó a su propio hijo por ser gay y, en el velorio, Edie había sido la única que se dignó a llorar, ante la hipocresía de toda la familia que con su omisión aprobaba el “motivo” de la muerte. Para empeorar la relación con su padre, Edie lo vio teniendo sexo con la vecina y se lo contó a su madre. Pero la madre dijo que Edie mentía, para encubrirlo, y el padre la mandó a un hospital psiquiátrico. Allí tuvo Edie su primera relación sexual, como lo relata en su primer *screen test*, poco antes de cortarse el pelo. La relación con Andy era ambigua y desigual. Por un lado, Andy se benefició con la presencia de su nueva estrella. En marzo de 1965 y con su nuevo *look* de pelo corto, Sedgwig protagonizó *Poor little rich girl* que muestra un día de la vida de Edie en su departamento en Nueva York. En este film, “Edie hablaba de ser una debutante que se acababa de gastar toda su herencia: hablaba por teléfono mientras volvía a la cama, mostrando el visón blanco que la caracterizaba” (*Idem, ibidem*). Era un glamour totalmente diferente de aquel *camp* crítico y sádico vinculado a la figura de Mario Montez. Se trataba de otra clase social, de una banalización de la riqueza. Pero por otro, Edie, al ingresar en el ambiente de la *Factory*, ingresó también en el mundo de las drogas y vio todo su universo en ruinas en poco menos de un año.

Factory girl muestra cómo la relación entre Andy y Edie ya estaba deteriorada porque él no le pagaba por sus apariciones estelares. Para el proyecto del film *Beauty 2*, Warhol le pidió a su guionista Chuck Wein que aborde desde atrás de la cámara la tensa relación que Edie tenía con su padre. La idea era correr de la comodidad a Edie, tal como Tavel lo había hecho con Mario Montez en *Screen test 2*. Edie mira la cámara con reproche y se siente traicionada, pues Chuck Wein era su amigo. Andy, que estaba a su lado, confirma las preguntas. Edie estaba en corpiño junto a un muchacho en calzoncillo, Gino, en la cama. Después de entender que Edie no contestaría sobre su padre, Chuck intenta llevar la escena hacia una violación. Les

pide que se besen y eso lleva a que Gino la agarre fuerte. Ella intenta seguir la acción aunque era notable que estaba totalmente contrariada. Chuck sugiere que su padre la violaba y Edie, furiosa, se escapa. Edie no se había sometido como sí lo había hecho Mario Montez. El padre de Sedgwig, al enterarse que su hija estaba actuando en películas del cine *underground* dominado por gays, *drags* y lesbianas dejó de enviarle las generosas y periódicas sumas de dinero. Y como los films de Andy no generaban ganancia, es decir, ella actuaba gratis, la vida de Edie colapsó. Se mudó a una pensión que ni siquiera podía pagar. Warhol dejó de llamarla para actuar – momento en que aparecen en la Factory otras superestrellas descartables para el “teatro del ridículo” – y su decadencia era notoria. De a poco empezó a prostituirse para conseguir heroína con gente que supuestamente estaría vinculada al mundo del arte, pero que sólo se aprovechaban de ella. Al encontrar el abogado de su padre en la calle le pide dinero y le confiesa que su padre la violaba cuando era niña. Al final, después de revivir esa breve e intensa época, nos enteramos, a través del relato de la actriz que la representa, que Sedgwig falleció de sobredosis de heroína en 1971, a los 28 años. Después de anunciar la muerte de Edie, la película reconstruye una entrevista con Warhol en la que se le comunica que Sedgwig ha fallecido. Él con indiferencia dice que ya sabía. Y se le pregunta por cierto “desapego” en las relaciones. Eso molesta a Warhol que se pone visiblemente nervioso, como si se sintiera moralmente exigido por el entrevistador, en el rol de entrevistado del teatro del ridículo. Dice que apenas la conocía y que su vínculo con ella había sido hace mucho tiempo. Andy ya tenía su propia Marilyn Monroe.

Notas conclusivas: capital social y objetivación performativa

Nuestro objetivo fue encontrar la dimensión performativa de la objetivación del sujeto en el campo teniendo en cuenta la biografía de Warhol. Los acontecimientos biográficos se definen “como colocaciones y desplazamientos en el espacio social, es decir, más precisamente en los estados sucesivos de la estructura de la distribución de los diferentes tipos de capital que están en juego en un campo” (Bourdieu, 2006, p. 190). La trayectoria de Warhol nos abre la posibilidad de pensar en estrategias parciales que buscan agotar recortes válidos pero imprecisos y superados de la realidad, por ejemplo, la idea estereotípica de “mundo del arte”. En ese sentido, hicimos un recorrido por el canónico análisis de Arthur Danto en torno a los desplazamientos del concepto de arte aportados por Andy Warhol. No obstante, ese análisis excluía sistemáticamente ámbitos heterónomos primordiales – escenas gay y *drag*, entre otras – que estaban cristalizados en las obras de Warhol para atenerse a interpretaciones que cobraban validez en un estricto “mundo del arte”. Vimos también cómo Andy Warhol planteó

su proyecto artístico en un momento de decadencia del expresionismo abstracto y del surgimiento del *pop art*, buscando distanciarse de Lichtenstein. Si éste desarrolló como procedimiento primordial los puntos *ben-day*, Warhol por su parte encontró en la serigrafía reproductora y estilizadora de fotografías, un procedimiento doblemente original: mantenía – de forma quizás más vulgar – el efecto de “mecanicismo” del *pop art*, a la vez que rompía el ideal de una obra de arte original. Lo original era la propia reproductibilidad, inclusive su irregularidad. Esta capacidad de reproducir sus propias obras según las necesidades del mercado de arte hizo que lo que a principio tenía gran expectativa en términos de capital simbólico, brevemente se transformara en capital económico. Acumulaba capital simbólico por acumular, irónicamente, capital económico.

Ya con dinero y mucho reconocimiento en el “mundo del arte”, Andy incursionó en el campo del cine *underground* buscando experimentación – sobre todo buscando una adaptación del concepto de serigrafía para el lenguaje del cine. Warhol grabó en 1963 en la *Factory* el film *Blow job* como respuesta a las persecuciones a las manifestaciones culturales de las sexualidades disidentes en Nueva York, que afectaban directamente al entorno de Andy – Jack Smith y Jonas Mekas. Como hiciera en *Empire* y *Sleep*, *Blow job* tiene una cuestión de “repetición” – como las serigrafías – a la vez que exige que el foco de la mirada imaginada del espectador se desplace hacia su deseo. En un segundo momento, Warhol busca producir lo que llamaba “superestrellas”. Vimos cómo Warhol supo juntar dos modalidades de capital social para generar en el corto plazo reconocimiento artístico y político. Primero con Mario Montez, el joven puertorriqueño migrante que se travestía como diva del pop, y que ya era conocido gracias a Jack Smith y el teatro *underground*. Después con la *socialite* Edie Sedgwick, que le aportó a Andy glamour por ser una referente de la alta clase norteamericana con gran popularidad. Con el primero ganó el afecto de las minorías de sexualidades disidentes. Candy Darling, que protagonizó *Flesh* (1968) y *Women in revolt* (1971), es otra superestrella travesti producida por Warhol. Con la segunda se ganó cierto status “crítico” por mostrar la banalidad de la riqueza. Una continuación lógica pero perversa de su obra pictórica.

Pese a que Warhol quiso dejar de pintar, tuvo que reconsiderar su decisión, pues las películas eran muy costosas. Esa necesidad de pintar nos conduce a la paradoja de Warhol. Por un lado, su obra hacía apología a la condición de mercancía, pero por otro, sólo era útil a su autor si él mismo pudiera controlar y producir esa condición de su propia obra: obra mercancía. Eso muestra un alto nivel de capital simbólico articulado con capital económico. En su modelo del campo artístico, Bourdieu sostiene que la regla social del arte más fundamental tiene que ver con la disposición de un determinado sujeto de situarse socialmente en un campo. Si su

deseo es el de pertenecer a la vanguardia se situará a la “izquierda”, por así decirlo, con alto capital simbólico y poco capital económico. Pero si su objetivo es tener beneficios económicos a partir de un capital social previo se situará a la derecha: perderá el reconocimiento del polo del “arte por el arte” donde se juegan las grandes apuestas de crítica y reflexividad del campo para situarse en el polo donde el capital simbólico es despreciado por los especialistas y artistas que buscan consagrarse proponiendo relecturas críticas y apostando por romper algunas reglas que les permita incluirse. Sin embargo, con Warhol vemos que hay una dimensión performática en su “objetivación del campo”. Y esa performatización juega irónicamente con la heteronomía: entre el cine, las artes plásticas o visuales y la esfera pública, para usar un concepto habermasiano que significa apertura, visibilidad y reflexividad. Todos los famosos querían una foto con Warhol. La posición vanguardista de Warhol transita entre un arte pictórico de la fama y para la fama – una producción serial de *suvenires* que paradójicamente producen “actualidad” de un modo nuevo – y una producción cinematográfica *underground*. Un ámbito renovaba, abastecía el otro: ambos siempre con impacto en la esfera pública. Después de recuperarse del atentado que sufrió en 1968, Warhol regresó a la pintura a principios de 1972 con una larga serie de aproximadamente dos mil retratos de Mao Tse Tung, en plena guerra fría, de diversos tamaños.

Referencias Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (2009), “Sobre sujeto y objeto”. In: ADORNO, Theodor W. *Crítica de la cultura y sociedad II*. Madrid, Akal, pp. 659-674 (*Obras completas*, vol. 10.2).
- BECKER, Howard (2008), *Mundos del arte: sociología del trabajo artístico*. Bernal, Universidad de Quilmes.
- BECKER, Howard (2016), *Mozart, el asesinato y los límites del sentido común: cómo construir teoría a partir de casos*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BOURDIEU, Pierre (1996), *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (2006), “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, pp. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre (2011), *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BRECHT, Stefan (1986), *Queer Theater*. Nueva York, Methuen.
- BÜRGER, Peter (1987), *Teoría de la vanguardia*. Barcelona, Península.
- CRIMP, Douglas (2005), *Posiciones críticas: ensayos sobre las políticas del arte y la identidad*. Madrid, Akal.
- DANTO, Arthur (1999), *Después del fin del arte: el arte contemporáneo y el linde de la historia*. Buenos Aires, Paidós.

- DANTO, Arthur (2002), *La transfiguración del lugar común: una filosofía del arte*. Barcelona, Paidós.
- DANTO, Arthur (2007), "O filósofo como Andy Warhol". *Revista ARS*, 2 (4): 98-115.
- DANTO, Arthur (2011), *Andy Warhol*. Madrid, Paidós.
- DANTO, Arthur (2012). "O mundo da arte". In: DUARTE, Rodrigo. *O belo autônomo: textos clássicos de estética*. Belo Horizonte, Autêntica/Crisálida.
- DANTO, Arthur (2013), *¿Qué es el arte?* Buenos Aires, Paidós.
- DICKIE, George (1974). "What is art? An institutional analysis". In: DICKIE, George. *Art and aesthetics: art and institutional analysis*. Nueva York, Cornell University Press.
- FABRIS, Annateresa (2015), "Roy Lichtenstein ou da reprodutibilidade técnica". *Revista ARS*, 13 (26): 71-90.
- FOSTER, Hal (2011), *El retorno de lo real. La vanguardia a fines del siglo*. Madrid, Akal.
- FOSTER, Hal (2012), *The first pop age: painting and subjectivity in the art of Hamilton, Lichtenstein, Warhol, Richter and Ruscha*. Princeton/Oxford, Princeton University Press.
- GREENBERG, Clement (1997), "Queixas de um crítico de arte". In: FERREIRA, Glória. & MELLO, Cecilia. Cotrim de. (orgs.). *Clement Greenberg e o debate crítico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 117-124.
- HOBERMAN, J. & ROSENBAUM, J. (1983), *Midnight movies*. Nueva York, Da Capo Press.
- HUYSSSEN, Andreas (2006), *Después de la gran división: modernismo, cultura de masas, postmodernismo*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo.
- KOCH, Stephen (1985), *The life, world & films of Andy Warhol*. Nueva York, Marion Boyars.
- LASCH, Christopher (1968), "The cultural cold war". In: BERNSTEIN, Barton Jannen. (ed.). *Towards a new past, dissenting essays in American history*. Nueva York, Pantheon.
- OITICICA, Hélio (2012), "Mario Montez, Tropicamp". *LaFuga*, 14 (1): 1-4.
- SIEGEL, Marc. (1997), "Documentary that dare/not speak its name: Jack Smith's *Flaming creatures*". In: HOLMLUND, Chris & FUCHS, Cynthia (orgs.). *Between the sheets, in the streets: queer, lesbian, gay documentary*. Minneapolis, University of Minneapolis Press, pp. 91-106.
- SMITH, Jack (1997), "The perfect appositeness of Maria Montez". In: HOBERMAN, James & LEFFINGWELL, Edward. (eds.). *Wait for me at the bottom of the pool: The writings of Jack Smith*. Nueva York, High Risk, pp. 25-33.
- SONTAG, Susan (2012), *Contra la interpretación y otros ensayos*. Buenos Aires, Del Bolsillo.
- WARHOL, Andy (2012), *Mi filosofía de A a B y de B a A*. Barcelona, Tusquets.
- WARHOL, Andy & HACKETT, Pat (2008). *POPismo: The Warhol Sixties. Diarios (1960-1969)*. Barcelona, Alfabia.
- WEITZ, Morris (1956), "The role of theory in aesthetics". *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 15 (1): 27-35.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (2004), *Investigaciones filosóficas*. Edición bilingüe. México DF, Crítica/Unam.

Resumen

Entre el cine y la serigrafía: para una biografía sociológica de Andy Warhol

Buscamos en este artículo reconstruir una breve biografía sociológica de Andy Warhol, ícono del *pop art*. Nuestro objetivo es identificar en su trayectoria una dimensión performativa de la objetivación como sujeto en el campo del artista norteamericano. Warhol transformó un procedimiento original – la serigrafía – en obra de arte. Si por un lado, Andy encontró un modo específico de estilizar fotografías, por otro, encontró un modo de legitimar la reproductibilidad de las obras de arte para fines de mercado, es decir, transformó sus obras de arte en mercancías producidas en serie. Sin embargo, Warhol en sus trabajos cinematográficos desarrolló una perspectiva de género a partir de su estética serigráfica que nos interesa resaltar.

Palabras-clave: Andy Warhol; Mundo del Arte; Sociología del Arte; Arthur C. Danto; Cine *Underground*.

Resumo

Entre o cinema e a serigrafia: para uma biografia sociológica de Andy Warhol

Procuramos neste artigo reconstruir uma breve biografia sociológica de Andy Warhol, ícone da *pop art*. Nosso objetivo é identificar em sua trajetória uma dimensão performativa da objetivação como sujeito do campo do artista norte-americano. Warhol transformou um procedimento original – a serigrafia – em obra de arte. Se, por um lado, Andy encontrou um modo específico de estilizar fotografias, por outro, encontrou um modo de legitimar a reprodutibilidade das obras de arte para fins de mercado, isto é, transformou suas obras de arte em mercadorias produzidas em série. No entanto, Warhol, em seus trabalhos cinematográficos, desenvolveu uma perspectiva de gênero com base em sua estética cinematográfica que nos interessa ressaltar.

Palavras-chave: Andy Warhol; Mundo da Arte; Sociologia da Arte; Arthur C. Danto; Cinema *Underground*.

Abstract

Between the cinema and the serigraphy: toward a sociological biography of Andy Warhol

We seek in this article to reconstruct a brief sociological biography of Andy Warhol, pop art icon. Our objective is to identify in his trajectory a performative dimension of objectivation as subject in the field of the North American artist. Warhol transformed an original procedure - silkscreen - into a work of art. If, on the one hand, Andy found a specific way of stylizing photographs, on the other he found a way to legitimize the reproducibility of works of art for market purposes, that is, he transformed his works of art into mass-produced goods. Nevertheless, Warhol in his cinematographic works developed a perspective of genre from its serigraph aesthetic that we are interested to emphasize.

Keywords: Andy Warhol; World of Art; Sociology of Art; Arthur C. Danto; Underground Cinema.

Texto recebido em 19/6/2017 e aprovado em 24/1/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.133761

NICHOLAS RAUSCHENBERG é pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica da Argentina (Conicet) e professor na Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Ciências Sociais. E-mail: nicholasrauschenberg@yahoo.com.br.



Constitutional sociology and corporations

A conversation with Gunther Teubner

By Ricardo Valenzuela Gascón*

<https://orcid.org/0000-0002-7004-0353>

Introduction

Probably in one of his most pessimistic descriptions of the state of contemporary society and its possibilities of self-control, the German sociologist Niklas Luhmann wrote:

Today, the problem is much worse than before. We may continue with our habits and resort to moral claims that are as justified as ever. But who will hear these complaints and who can react to them, if the society is not in control of itself? And what can we expect when we know that the very success of the function systems depends upon neglect? When evolution has differentiated systems whose very complexity depends upon operational closure (and the paradigmatic case is, of course, the human brain), how can we expect to include all kinds of concerns into the system? (Luhmann, 1997, pp. 74-75).

Twenty years later, this situation has intensified. Society faces a crisis of transversal rationality that dilutes any attempt to orient social evolution from a given center. In this context, different social systems, organizations and transnational regimes (the fragments of the world society) operate globally and with high degrees of autonomy and indifference regarding the negative consequences of their operations on the socio-environmental environment. And although there are different normative at-

* Universidad Adolfo Ibáñez, Chile.

tempts of building the unity of society in the global realm (Habermas, 2008; Höffe, 2010), the roots of this global rationality crisis do not rest, precisely, in the absence of political-democratic institutions capable of discipline the “transnational exercise of private power” (Watt, 2015). The problems of the orientation of the world society goes much further and lies in the intrinsically polytheistic character of modernity (Weber), that is, in non-reflexive social processes that derives from the different and particularistic rationalities that allow today to speak of functional differentiation (Luhmann, 1998; Teubner, 2012; Macareño 2018).

From a reformulated legal pluralism, Gunther Teubner has highlighted the relevance of constitutional devices when we have to deal with the negative consequences that derive from the operations of the functional systems (Teubner, 2012). From this perspective, each social system develops its own constitutional self-limitative elements in order to limit the compulsive growth of its partial communications. In this sense, his theory is concerned with the relationships between social systems and their socio-environmental environments. How do these constitutional processes arise? What elements promote their development in different systemic rationalities? How the sociology of constitutions can contribute to the understanding of these phenomena? These are some of the questions that will be addressed in this interview.

* * *

Professor, thank you very much for your time. I would like to start with a general question. Twenty years after this diagnosis, how do you see the current situation of the world society regarding its possibilities of orientation or self-control?

Indeed, my earlier analyses focused on the fragmentation of society and the collision of different rationalities, which are today still major problems¹. However, I guess at the moment two different problems are taking over. One problem is the anti-global renationalization movement from both the radical right and from the radical left which I find quite disastrous regressive movements. Trump, Orban, Putin, Mélenchon are symbolic actors for this trend. Related to this is the decline of the United States, the decline of Russia and the success of China. Of course, the renationalization movements have some good reasons for their globalization critique. They have to do with great inequalities in different societies which are created by globalization. But you can't deal with the manifold problems of the globe by renationalization.

1. On the collision problems in the world society, see: “Regime-collisions: the vain search for legal unity in the fragmentation of global law” (Fischer-Lescano e Teubner, 2004).

What is necessary, instead, is social democratization of globalization itself. This is the new challenge.

The second problem is that the collision of rationalities is now translated into the digital sphere. You find in the internet and in many other digital activities conflicts between an economic orientation, a political orientation, a scientific orientation, a military orientation. And they are all trying to take over the digital field. “Net neutrality” is an interesting example. Economists would like to see here competition and price differentiation while for political reasons, for scientific reasons and for cultural reasons it’s rather destructive. Net neutrality is thus a hot constitutional issue in the digital area.

Digital constitutionalism is something which needs to be developed. Of course, we should not overestimate constitutionalism. It is not a panacea. It is difficult to assess what kind of effect digital constitutionalism will have on society and we need to develop a sober attitude toward constitutionalism. The historical example of the political constitutions can make us aware of what constitutionalism can achieve and what not. There are many failures of constitutionalism. South America knows those painful experiences of the so-called formal constitutions which failed also in other areas of the world. Political constitutions are a good guide for our assessment what we can expect from constitutions beyond the nation state and what they cannot achieve.

With notable exceptions sociology remained for a long time absent from disciplinary discussions concerning the constitutional phenomenon. However, in recent years, this topic has re-emerged as a field of sociological interest. Could you give us your opinion regarding this emerging field of research within sociology?

It is important to overcome the severe limitations of purely political theories as well as purely legal theories of constitutionalism. Sociology has important messages for constitutionalism. The relevant sociological messages come less from the Marxist tradition, today for example Hirschl and his concept of “juristocracy”, that sees in constitutions nothing but a historic compromise between conflicting forces in the class struggle (Hirschl, 2004). This is not wrong but trivial. Sociology has more important messages.

First message: functional differentiation as the overarching structure of modern societies is now expanding over the whole globe. What does this mean for constitutionalism? Nation state constitutions, the pride of the enlightenment, are shrinking today into partial constitutions in a whole array of different social areas of world society, which develop their own global constitutions: the economy, science, education, the internet.

Second message: autopoietic closure. Traditional political constitutionalism gave the wrong impression that politics could govern the whole of society, while sociology tells us that political constitutions can only constitutionalize the field of power politics. That's it. The point of autopoietic closure contradicts political and legal theories of constitutions. "Autoconstitutionalization" means that different social fields constitutionalize themselves via their own rationality and normativity and create their own institutional realities. Moreover, against the mainstream in constitutional law, it needs to be said, that the law is not the most important part of constitutions. Law has only a secondary role to play, it is only supportive for the self-constitutionalization of different social fields.

Third message: the role of paradoxes. Of course, the constitutional paradox of self-foundation has been present in political theories of constitution, but I think the sociology of paradoxes has brought about an enormous richness of ideas and analyses of how paradoxes are coming about and how they are dealt with in different social contexts. For example, the role of traditional rule hierarchies to overcome the paradox of self-reference and their replacement by the center/periphery in global contexts. Another example, the role of externalization: how law gets over its own paradox of self-referential normativity by externalizing it via the constitution into politics, and vice versa, how politics externalize its paradox of unconstrained sovereignty into the law and its procedures. Such a mutual externalization of paradoxes takes place not only in the state constitutions, coupling law and politics but also in various societal constitutions coupling law and the economy, law and science and so on.

I think these are just three important avenues how sociological analysis brings new impulses to constitutionalism.

Professor Teubner, I would like to address some specific points about your theory. We could start with the definition and explanation that you provide about the phenomenon of constitutionalization. If I understood correctly, you affirm that societal constitutionalization is a process of double reflexivity through which the reflexivity of a given social system is structurally coupled with the reflexivity of law (Teubner, 2012). In this aspect: What do you understand by reflexivity? According to what logic or principle does reflexive self-control proceed in systemic rationalities if they can only think about themselves?

You pose a good question: "If they only think about themselves". This gives the impression as if constitutionalization would be exclusively inward looking, would be almost autistic, narcissistic, egoistic, in short, only self-centered. In my view this is a misunderstanding. What is meant by reflexivity from the times of idealism? German idealism theorized about the individual human subject which reflects upon the

subjects' position in the context of the whole society and upon the question of how the subject reconstructs society in its inner world with the subject's concomitant duties toward society. This is meant by reflexivity, but it cannot be limited only to the reflecting human subject but needs to be expanded to collective actors and other communicative processes that begin to think about themselves, to talk about themselves and their responsibility within society.

Moreover, I would suggest distinguishing different types of reflexivity in the context of constitutionalization. The first type is cognitive reflexivity: one is trying to understand the world from one's own perspective and give a cognitive analysis of the world and one's role in it. The second is normative reflection: what should be the role of a social system in the broader context of society? What should be the contribution to other systems, to other people, to the environment? And what is its role in the whole society. Normative reflexivity is important for constitutions, however, the third type called medial reflexivity is the decisive thing. When the medium of communication which is specific to each social system (power in politics, money in the economy, rules in law, digital operations in the internet) begin to communicate about themselves in a reflexive way, this is the starting point for constitutions. Power applied on power: the division of powers within the state, or human rights as a limitation of power. Or money on money: the central banks are not primarily using power or rules but monetary operations upon the ordinary monetary operations. Law on law: supreme courts use secondary rules in order to influence the primary rules that ordinary courts are applying. This medial reflexivity is the central aspect of constitutions. Whenever a medium of communication is formalized in the sense of reflectively applying its medium of communication upon itself, then we see the beginning of a constitution.

In order to understand the social crises derived from the infamous tendencies of expansion of function systems – the diabolic side of the medium as would say Luhmann – you have developed a thesis about the compulsive self-destructive growth of communication. In this regard, how is it possible to distinguish between “necessary growth-dynamics and pathological growth-excesses” in social systems (Teubner, 2011)? How and under what structural conditions the “dark side” of a medium (money, power) is distributed in a system?²

There is the temptation of scientism toward this problem. Science is supposed to be in a position to make a precise diagnosis: from which moment on are the expan-

2. For a theory of the crisis in complex social systems, see Mascareño (2017).

sionary tendencies of social systems become pathological? Not only diagnosis but also therapy. Science is supposed to be in a position to prescribe a therapy against expansionism. But I think this is an overestimation of what science can do. Draw the parallel to addiction, to excessive drinking, smoking and drugs. Then you will see that it is not an objective analysis, rather the subjective experience of the addicted person which defines the dividing lines of a pathological as opposed to a healthy development. Neither sociology nor economics nor law have the capacity to determine the limits of healthy growth. Rather this is a political experience of social practice. We experience collectively the pathological effects of systemic expansion and we experience them as different from one situation to the other. "Hit the bottom" is the idiosyncratic experience for individuals and for collectives when they suffer from addiction. They have to go down, down, down, until they experience the worst pains until they are able to develop the counter forces. This is a political or historical experience – it is a subjective experience if you want. The social sciences are not in a position to analyze objectively the point of return, they only can accompany the subjective perception. The social sciences can learn from the past of other pathologies, but they cannot really deliver objective criteria distinguishing healthy from pathological growth.

If constitutions are second-order norms, that is, norms for the creation of norms, how do the constitutions deal with the structural changes of their environment, and, in particular, with the contingency of the crisis? Can constitutionalization processes exclude the possibility of future crises?

I think the answer is no: you cannot exclude it. This would be again an overestimation of science: whenever we develop the analytical tools then we also can foresee the crisis will happen and develop adequate remedies. It is like in evolution. Evolution theories cannot predict. But what they can do is to learn from past catastrophes and to learn how potential catastrophes have been avoided in the past. We are able to reflect upon how in certain cases constitutions have learnt from the failures of past societies. Human rights as an antidote against totalitarian tendencies as we have experienced with Hitler and Stalin are part of these learning experiences. For the future a kind of extrapolation of existing trends is possible so that we can identify certain crisis tendencies and then try to fight them. Social theory can deliver interpretation schemes, for example, the theorem of expanding autopoietic systems, to analyze certain dangers within functional differentiation. But the future is not foreseeable.

The second part of your question concerns second order norms: can they really achieve something because they are only secondary rules, i.e. procedural rules and not

substantive primary rules? Indeed, secondary rules have no direct effect on human conduct: they influence processes only indirectly via procedures. Moreover, they tend to be rather abstract. Nevertheless, they can contribute to the responsiveness of a social system. One prominent example is the self-limitation of politics which is not achieved via primary norms telling politics where to draw the concrete limits of its expansion. Division of powers or human rights are second-order rules that delimit in an abstract way the realm of power application. Now, division of powers and human rights are constitutional impulses to transform a repressive state a liberal state. But the welfare state has different constitutional problems. For example, the tendencies of welfare politics to expand into society and spend money as much as possible. Thus, constitutional rules are needed (which many social democrats don't like at all), i.e. to create a ceiling on state expenditures. I think they are necessary antidotes against certain expansionist tendencies of the welfare state and they have constitutional value. Again, you see it is second-order rules, which create this self-limitation of politics. Another example is the digital world. Does it make sense to apply rules of economic constitutionalism to the new powerholder of the internet, particularly antitrust law? These rules are designed to fight self-destructive tendencies of markets that destroy themselves via monopolistic practices. Antitrust law is an interesting self-limiting mechanism of the economic constitution. Today we ask whether these second-order rules can be adapted to the new realities of the digital world. Amazon, Google, Facebook are obviously digital quasi-monopolies. But in difference to the off-line world these quasi-monopolies will out of necessity develop within the network structure of the digital world. Thus, economic constitutionalism would need to develop different tools against digital monopolies. Probably, it will not make sense to artificially reintroduce competitive structures, rather we need new rules for the public control of those powerful monopolistic intermediaries as the new constitutional reaction to new realities.

In a very interesting article about the relationship between social theory and law you wonder if, after the crisis of 2008, the imperialism of economic theory in the law would end (Teubner, 2014). Could you refer to this relationship between economic theory and law, and how does it particularly influence the processes of corporate constitutionalization?

I think the imperialism of certain social science theories in relation to other fields especially to law is not primarily a matter of scholarly disciplines but is induced by outside realities. If society is dominated by neoliberal economic practices, then this will lead to an intrusion of neoliberal economic theories into the law. But after the

financial crisis of 2008 you could observe a breakdown of this imperialism. Economic theories lost their credibility, public choice in political science, economic analysis of law in legal doctrine and rational choice in philosophy. In all these fields you had this domination of economic theories and suddenly after 2008 occurred the theory catastrophe: the interdisciplinary domination of economic theory was breaking down.

After this theory catastrophe a new orientation in law and legal theory is gradually developing – transversality. Law does not return to a solipsistic positivism but opens itself to a broader spectrum of social theories. You can observe this in the corporate world, for example in stakeholder theories. Under the domination of economic theory, nexus of contract theories of the corporation had reduced the complex institution of a corporation contracts between the different actors thus neglecting collective and organizational aspects as well as the public dimension of economic enterprises. Today we observe a return to institutional, i.e. sociological and political theories of corporate governance where the participation of stakeholders and the public responsibility of corporations play a more important role. But this is always connected to processes outside of social and legal theories. A similar theory catastrophe happened to Marxism. With the breakdown of the communist regimes in 1989 in the Soviet Union and China, Marxist theories in all their variations have lost a lot of their appeal in social theory as well as in law.

How does a self-destructive firm become reflexive and develop self-limiting structures in response to its environment? Alternatively, in Polanyian terms: how the re-embedding process occurs in the realm of corporations when what is “good” for a corporation is not necessarily good for society?

Here, a grave misunderstanding needs to be corrected. Self-limitation of corporations is never voluntary. It's totally unrealistic. Only some moral philosophers insist that out of their internal morality corporations should develop self-imitation³. My argument begins with what I call the “motivation–competence–dilemma”. It is only within the cooperation that professional competence, the technical knowledge and the organizational power exists to change things. But corporate actors have no motivation at all to change toward self-limitation. The natural tendency is expansion of the activities of the corporation, expansion of production, market share, power, profit. On the other side, outsiders, i.e. social movements, public opinion, political actors, possess a lot of motivation for limiting corporate expansionism but there is

3. About this argument, see Valentinov (2017).

a lack of competence. Which politician, which scientist, which protester is able to change the corporate structure? The consequence of this dilemma is the necessity of outside pressures for internal self-limitation. Without outside pressures nothing will move. This is the central role for the protest movements.

You call this learning pressures.

Learning pressure means compulsion to change. The role of the outside pressures in this learning process cannot be underestimated. But outside pressures as such don't help; they alone cannot produce constitutional change. Constitutional change is a capillary process; it needs to be done from the inside and here critical professionalism plays a role. Also, the universities have a role when they give the instruction to students not only about how the corporations work but also about the public role the corporations and about human rights and the corporations and all that. So, if the teachers educate students in this respect, the result may be the emergence of critical professionalism, a kind of opposition within the firm.

What function does moral communication play in this process? In what way do moral norms influence constitutionalization in the corporations? Or is this process, finally, developed only through positive law?

Neither morality nor law are the central institutions for corporate change; both are only supportive. Under favorable conditions morality itself, as I said, may play a role in critical professionalism, if the firm develops a culture of deviation such that whistleblowers are tolerated, and dissent is possible and internal opposition is appreciated.

The same is true for law. Law cannot create corporate responsibility. Since I am a lawyer, I always look to the role that law could play, but this should not be misunderstood. Habermas tends to criticize me: "Teubner thinks that the law is the dominant social system". This is nonsense. For me law has only a supportive role to play and the important things are social and economic learning processes within the corporation that may be supported by legal rules.

Why and how might the elements of Sinzheimer's conception of labour law, for example, can be respecified for current conditions of the corporations?

Sinzheimer is indeed important for economic and for corporate constitutionalism. He had rather radical ideas about transforming society, but at the same time, there

are elements in his thinking which are still important today. He is an early supporter of societal constitutionalism. He argued for an autonomous labor law and for a labor constitution. He even wrote elements of a labor constitution into the German state constitution in the 1920s. Moreover, Sinzheimer stressed the role of human rights, not only in the traditional sense invoking them against the state but with horizontal effects within the corporation. Finally, he developed ideas on society wide council democracy. He wanted to institutionalize those social councils on every level of society in a very formalistic way. His proposals for a society-wide institutionalization of social councils have been only partially realized by today. But if you look today into neocorporatist countries in Scandinavia you'll find something similar. It is not so much the institutionalization of social councils, rather it is cooperative arrangements in the triangle between the state, the labor unions and the economic enterprises which has a certain similarity to Sinzheimer's ideas. In a sense his heritage is present in European industrial democracy. If Northern Europe develops further its neocorporatist arrangements, Sinzheimer's ideas could still play an important role.

Could you explain what you understand by "self-limitative structures" in the context of corporations?

It is the internalization of public interests – societal interests but also interests of different social actors – within the profit-maximizing corporation. We talk about workers' participation and the involvement of other stakeholders. An important element is institutionalization of certain departments within the firm that are responsible for the ecology, for labor, or for compliance, or for the public interest of course, the "codes of conduct". This is an important institutionalization. And here again we have this ambivalence code of conduct can be just a pure window dressing without any effect whatsoever on the behavior of the firm. Just selling them as green or something. So again, the role of the outside pressure is so important so monitoring of codes of conduct by the NGO or a public interest litigation before that state's courts in order to check whether those codes of conduct are realized or not. This is an important thing to institutionalize self-limitative structure in the firm.

In your work you have recognized the influence of socio-economic contexts in the formulation and compliance of corporate norms. Could these socio-economic variables have an influence not only in terms of varieties of law but also in different types of constitutionalization? Can we talk about varieties of constitutions?

There are not one-size-fits-all constitutions which are suited to all types of social

contexts but an extreme variety of constitutions in correlation to the wide variety of the social contexts. The theories of “varieties of capitalism” are a good starting point for identifying concrete connections between the types of capitalism, which is developing in this or that region of the globe, and the type of economic constitutions or corporate constitution. For example, it is not by chance that in the European context bargaining participation was the core of corporate constitutionalism. While codes of conduct are more than American invention and are due to the more neo-liberal organizations of the markets and the competitive structures and all that so I’m sure that for each that’s the culture of capitalism in our world a different type of corporate constitution. And then comes in the kind of conflict collusion and competition between different constitutions like you have in the competition between the different varieties of capitalism today and so there is possible the possibility of learning of mixture of competition between different institutions.

Professor, thank you very much for this opportunity.

Frankfurt, 2018.

References

- FISCHER-LESCANO, Andreas & TEUBNER, Gunther. (2004), “Regime-collisions: the vain search for legal unity in the fragmentation of global law”. *Michigan Journal of International Law*, 25 (4): 999-1046.
- HABERMAS, Jürgen. (2008), “The constitutionalization of international law and the legitimation problems of a constitution for world society”. *Constellations*, 15 (4): 444-455.
- HIRSCHL, Ran. (2004), *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Cambridge, Harvard University Press.
- HÖFFE, Otfried. (2010), *La justicia en un mundo globalizado*. Santiago, Universidad Adolfo Ibáñez.
- LUHMANN, Niklas. (1997), “Globalization or world society: how to conceive of modern society?” *International Review of Sociology*, 7 (1): 67-79 .
- MASCAREÑO, Aldo. (2017), “La crisis como control de hipertrofia sistémica y la función del derecho”. *Revista Direito Mackenzie*, 11 (2): 12-38.
- TEUBNER, Gunther. (2011), “A constitutional moment?: the logics of ‘hitting the bottom””. In: KJAER, Poul *et al* (orgs.). *The financial crisis in constitutional perspective: the dark side of functional differentiation*. Oxford, Hart, pp. 9-51.
- TEUBNER, Gunther. (2012), *Constitutional fragments: societal constitutionalism and globalization*. Oxford, Oxford University Press.

TEUBNER, Gunther. (2014), "Law and social theory: three problems". *Asian Journal of Law and Society*, 1 (2): 235-254.

VALENTINOV, Vladislav. (2017), "The ethics of functional differentiation: reclaiming morality in Niklas Luhmann's social systems theory". *Business Ethics*, March.

WATT, Horatia Muir. (2015), "Private international law beyond the schism". *Transnational Legal Theory*, 2 (3): 347-427.

Abstract

Constitutional sociology and corporations: a conversation with Gunther Teubner

The present work corresponds to a conversation held with the German sociologist Gunther Teubner. In it, the author addresses central aspects related to the sociology of constitutions and their contribution to the understanding of the negative effects of the dark side of functional differentiation. Gunther Teubner is professor emeritus of private law and sociology of law at the prestigious Goethe University. His work is widely known for his contributions to the field of the sociology of law, particularly for his theory of autopoietic law, the concept of reflexive law, and, currently, for his theory of societal constitutionalization.

Keywords: Constitutional sociology; Corporations; Functional differentiation; Reflexivity.

Resumo

Sociologia constitucional e corporações: uma conversa com Gunther Teubner

O presente trabalho corresponde a uma entrevista realizada com o sociólogo alemão Gunther Teubner. Nele, o autor aborda aspectos centrais relacionados à sociologia das constituições e sua contribuição para a compreensão dos efeitos negativos do lado negro da diferenciação funcional. Gunther Teubner é professor emérito de direito privado e sociologia do direito na prestigiosa Universidade Goethe. Seu trabalho é amplamente conhecido por suas contribuições para o campo da sociologia do direito, particularmente por sua teoria do direito autopoietico, o conceito de direito reflexivo e, atualmente, por sua teoria da constitucionalização da sociedade.

Palavras-chave: Sociologia constitucional; Corporações; Diferenciação funcional; Reflexividade.

Texto recebido em 8/5/2018 e aprovado em 21/5/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.146006

RICARDO VALENZUELA GASCÓN is PhD student in processes and political institutions at the Universidad Adolfo Ibáñez, Chile. He is also Young Researcher in the Millennium Nucleus Models of Crises research center. E-mail: rvgascon@gmail.com.



Walter Benjamin. *Ensaio sobre Brecht*. São Paulo, Boitempo, 2017. 152 pp.

Fabio Mascaro Querido
Universidade Estadual de Campinas,
São Paulo, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-1648-5615>

Walter Benjamin constitui um autor inclassificável, e é exatamente dessa irredutibilidade às divisões habituais do pensamento filosófico que emerge boa parte do fascínio exercido não apenas por sua obra, mas também por sua figura intelectual. Como escreveu num pequeno aforismo de 1931 sobre o “caráter destrutivo”, que parece uma autodescrição: “já que vê caminhos por toda parte, está sempre na encruzilhada” (Benjamin, 1995, p. 237). No seu caso, tal encruzilhada pode ser vista de modo exemplar à luz das amizades e interlocuções intelectuais que estabeleceu ao longo da vida: se Gershom Scholem se colocava, desde a juventude de ambos, como fiador da sua dimensão judaica, Theodor W. Adorno as-

sumiria, especialmente na década de 1930, o papel de corregedor em nome do respeito aos preceitos clássicos da dialética, enquanto que alguém como Hannah Arendt, a despeito da ausência de fortes afinidades intelectuais, se demarcava pela fidelidade que dispensava ao amigo existencialmente frágil.

Em meio a esta constelação de intelectuais que quase sempre se detestavam entre si, uma dessas figuras cumpriria um papel bastante singular: Bertolt Brecht, a quem Benjamin conhecera – por intermédio de Asja Lacis – já após a sua aproximação ao marxismo. Talvez sem chegar ao nível de intimidade (pessoal, intelectual e epistolar) conquistado por Scholem e Adorno, nem por isso Brecht deixou de ser um dos mais importantes interlocutores de Benjamin, particularmente no decorrer da década de 1930, contribuindo em muito para o refinamento da reflexão política marxista do autor das *Passagens*. Não constitui um acaso o fato de Benjamin ter dedicado diversos ensaios e/ou comentários à obra dramática, literária, bem como à poesia de Brecht, agora traduzidos integralmente para o português pela primeira vez, graças à iniciativa da Boitempo Editorial. Nestes *Ensaio sobre Brecht*, que integram a coleção *Marxismo e literatura*, coordenada por Michael Löwy, o leitor poderá acompanhar a reflexão de um dos maiores críticos sobre um dos maiores dramaturgos do século XX, no que se configuraria como uma das mais iluminadoras interlocuções intelectuais de nosso tempo.

Como seria de se esperar, dada a personalidade intelectual *a contrapelo* do autor, a adesão de Benjamin ao marxismo, tida por muitos como intempestiva, ocorreu num momento (por volta de 1924-1925) em que a vaga revolucionária aberta em 1917 parecia definitivamente esgotada, após a derrota da revolução alemã. Mas, se explica um traço marcante de sua trajetória na contramão dos consensos estabelecidos, essa passagem ao espectro do marxismo é também reveladora da forma como Benjamin interpreta tal tradição teórica e política, assim como do

modo como a articula com as suas perspectivas filosóficas de juventude. Até então envolto numa filosofia a um só tempo romântica e messiânica, a adesão benjaminiana ao marxismo encontrou em *História e consciência de classe*, de György Lukács, o ponto de partida para a sua interpretação voluntarista da teoria social fundada por Marx, centrando-a menos na análise das mediações entre os diferentes níveis de estruturação da totalidade social, como gostaria Adorno, e mais nas reverberações dessas na luta de classes, de onde poderia emergir a *libertação* – e era disso mesmo que se tratava para o crítico alemão.

A aproximação a Brecht, em particular, se dá num momento bastante importante do itinerário de Benjamin, mas também da crise europeia, no final da década de 1920. Na Alemanha, em especial, vivia-se o limiar de uma agonia profunda da República de Weimar, cujo desfecho em 1933, como sabemos, seria o pior possível, com a ascensão dos nazistas ao poder. No meio dessa tormenta, ainda no início dos anos de 1930, Benjamin e Brecht projetaram juntos uma revista – que jamais sairia do papel – com o sintomático título *Crise e crítica*. Se a crise, apesar de tudo, abria novas possibilidades para a crítica, esta deveria, por sua vez, contribuir para orientar aquela na direção de um desenlace “progressista”, o que esteve longe de ser o caso, e o fracasso da revista, antes mesmo do projeto se concretizar, pode ser visto retrospectivamente como um pequeno indício do que estava por vir.

Igualmente concentrado na elaboração do projeto das *Passagens* (mais tarde intitulado *Paris, capital do século XIX*), iniciado em 1927, mas que ganhara novo rumo a partir da virada para os anos de 1930, este período – que se abre no início da década – representa a “etapa” mais propriamente “política”, em sentido *lato*, do pensamento benjaminiano. Não é mera coincidência que é exatamente nesta época que Benjamin redige seus textos e/ou comentários sobre a obra brechtiana, a qual lhe serviria de inspiração para algumas de suas reflexões mais polêmicas e – por isso

mesmo – instigantes. Isso porque, como se pode ver em “O autor como produtor” (1934), acertadamente inserido na coletânea (pp. 85-100), trata-se *também* do momento mais esperançoso (para não dizer otimista) de Benjamin em relação às potencialidades das novas técnicas de produção e de recepção coletiva (de *massa*) na arte. Esboçada nos seus ensaios sobre Brecht, essa perspectiva atingiria o seu ápice, como se sabe, no conhecido texto sobre “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de 1935.

Os ensaios publicados na coletânea demonstram a especificidade da leitura da obra brechtiana realizada por Benjamin, tanto quanto testemunham o modo como o crítico alemão entendia o amigo dramaturgo à luz de suas próprias preocupações teóricas e políticas. Tome-se por exemplo a importância que Benjamin concedia ao elemento gestual do teatro épico, aproximando-o às suas reflexões sobre o efeito do choque e a interrupção: em Brecht, diz ele, o gesto se torna passível de ser “citado”, tanto quanto os fragmentos do passado que ele, Benjamin, buscava resgatar do *continuum* da história.

“Escrever a história significar *citar* a história”, afirmou em um dos fragmentos das *Passagens* (Benjamin, 2009, p. 494). E *citar*, para Benjamin, não era senão *interromper* a continuidade do texto (ou da história), extraíndo a passagem a ser citada do seu contexto original, de forma a conceder-lhe outra significação, como fragmento de uma nova “montagem”. Na segunda versão do seu mais conhecido ensaio inteiramente dedicado a Brecht (“O que é o teatro épico”, publicado em 1939), o crítico alemão sustenta: “Citar um texto implica interromper sua coesão. Por esse motivo, certamente é compreensível que o teatro épico – baseado na interrupção – seja passível de citação num sentido específico [...]” (p. 26), isto é, exatamente através dos gestos dos atores. Mas para que isso seja possível, “o ator deve conseguir espaçar seus gestos como um tipógrafo faz com as palavras”, efeito alcançado quando ele “cita o próprio gesto em cena” (p. 26).

Tal como um ensaísta, o ator expressa a “ação representada” ao mesmo tempo em que revela o vínculo desta com “ação da representação em si” (p. 19). Por isso mesmo, o teatro épico “avança aos trancos”, atravessado por choques e interrupções nas quais não raro o próprio ator se coloca na função daquele que pensa sobre o seu papel tanto quanto o público. Haveria, no teatro épico, uma “dialética” entre gesto e situação, entre o “ator representando” e a “personagem representada”, como escreve Benjamin num manuscrito inédito sobre o tema (p. 32). Ao interromper a ação, é como se o gesto *suspendesse* um “enquadramento” ou uma “fixação” possível em meio ao fluxo vigente. Em uma palavra: é como se o gesto se transmutasse no que Benjamin chamaria de “imagem dialética”, ou “dialética em suspenso”, em que a interrupção da ação se articula a uma nova visão do presente e do passado.

Com isso, o teatro épico lograva evitar, segundo Benjamin, um aspecto central da catarse aristotélica, aspecto que, mais tarde, seria novamente um dos alvos do próprio crítico em sua proposta de ruptura com a história dominante, a saber: a “empatia” afetiva com o herói dramático. Para Benjamin, “a arte do teatro épico consiste em provocar espanto, não empatia. Em uma fórmula: o público, em vez de sentir empatia pelo herói, deve aprender a se espantar com as situações em que se esse herói se encontra” (p. 25). Em 1940, na conhecida sétima tese sobre o conceito de história – cujo epígrafe, não por acaso, é de Brecht – Benjamin vê na empatia uma das principais características da historiografia comprometida com os vencedores do passado e do presente: assim como o positivismo, a empatia dos historicistas serve sempre “ao vencedor” (Benjamin, 2012, p. 12).

Daí a conclamação, por ele, da necessidade de se “escovar a história a contrapelo”, em ruptura com esta “transmissão” dos “documentos de cultura” (que são também “documentos da barbárie”) entre os dominantes. Impulso semelhante pode ser encontrado, *mutatis mutandis*, no diretor e nos atores do teatro

épico: em grande medida, segundo o que se depreende da interpretação benjaminiana, eles “escovam a contrapelo” as “situações” apresentadas, de forma a incitar o “distanciamento” e, assim, a tomada de posição crítica dos oprimidos. O objetivo do teatro épico brechtiano, disse Benjamin em “O autor como produtor”, “é menos preencher o público com sentimentos, ainda que de revolta, do que fazer com que esse público sinta um estranhamento duradouro em relação às condições em que vive” (p. 97). Trata-se, assim, de se “provocar espanto” no espectador, em reação semelhante àquela do “anjo da história” das teses de 1940, que vislumbrava a possibilidade real da catástrofe ao mesmo tempo em que afirmava a necessidade de buscar os meios de impedi-la.

Entre Benjamin e Brecht nos anos de 1930, portanto, mais do que pontos em comum, havia uma real afinidade política e intelectual, muito além do que desejariam Scholem ou Adorno, ambos empenhados em restringir a importância da inspiração brechtiana no pensamento do amigo: o primeiro por antipatia ao marxismo em geral, o segundo por desconfiança em relação à tentativa benjaminiana de encontrar algum vínculo com a prática política. Como escreve Rolf Tiedemann no posfácio à edição alemã destes *Ensaio sobre Brecht*, como que vocalizando o juízo antes emitido por Adorno, de quem foi aluno e assistente: “A opção de Benjamin pelo materialismo se deu menos por solidariedade com os representantes do marxismo político e científico do que por uma rebeldia contra o resto” (p. 119). É isso o que explicaria o caráter “excêntrico” e idiossincrático dos ensaios mais politizados de Benjamin, caráter do qual ele jamais se desvencilharia, e cujo balanço, no fim das contas, não teria muito de positivo.

Ora, não há dúvida de que tais ensaios são passíveis de questionamentos, e tanto mais hoje, quando – como argumenta Roberto Schwarz (1999) em sua reflexão sobre a “atualidade” do dramaturgo alemão – “a clarividência e a dianteira histórica presumidas no procedimento brechtiano” ficaram

“sem apoio no andamento real das coisas”, inviabilizando até segunda ordem o processo de autoesclarecimento nos termos originalmente pensados por Brecht (Schwarz, 1999, p. 126). Mas isso não retira a importância decisiva que eles têm tanto para a compreensão da trajetória de Benjamin quanto para a reflexão sobre a obra de Brecht, e tampouco a contribuição que relegam à procura ainda atual de uma forma (ou técnica) artística capaz de dar vazão aos intentos coletivos das classes subalternas.

Se sugerem à primeira vista um autor mais “materialista” (e pró-soviético) e menos “teológico”, algo que incomoda mesmo uma interpretação “marxista-messiânica” de Benjamin como a de Michael Löwy, estes *Ensaio sobre Brecht* são reveladores, em todo caso, de um dos períodos mais fecundos de um intelectual para o qual o ímpeto revolucionário se impunha como a única saída diante da “rua de mão única” que é o progresso da catástrofe. “Que as coisas continuem assim”, dizia Benjamin, “eis a catástrofe” – e continua sendo, revelando que o novo mundo almejado por ele e por Brecht, desde que a perspectiva seja atualizada, permanece ainda o principal desafio de nosso tempo.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. (1995), “Imagens do pensamento”. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas*, v. 2. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 143-277.
- BENJAMIN, Walter. (2009), *Paris, capitale du XIXe siècle: le livre des passages*. 3. ed. Paris, Les Éditions du Cerf.
- BENJAMIN, Walter. (2012), “Sobre o conceito da História”. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 7-21.
- SCHWARZ, Roberto. (1999), “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 113-148.

Texto recebido em 3/2/2018 e aprovado em 26/3/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.143054

FABIO MASCARO QUERIDO é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: fabiomascaro@yahoo.com.br.



Victor M. Rios. *Human targets: schools, police, and the criminalization of Latino youth*. Chicago, University of Chicago Press, 2017. 211 pp.

Herbert Rodrigues
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-4987-1486>

Ao estilo de Pierre Bourdieu, em *Esboço de auto-análise* (2005), Victor Rios inicia os primeiros parágrafos do livro *Human targets: schools, police, and the criminalization of Latino youth* (2017) [“Alvos humanos: escolas, polícia e a criminalização de jovens latinos”, em tradução livre] recuperando da memória traços biográficos para tratar do entrecruzamento de configurações institucionais pelas quais passou durante a adolescência nas ruas de Oakland, uma das cidades mais violentas da Califórnia.

Uma das principais semelhanças entre o trabalho de Bourdieu e o livro de Rios reside nas inquietações de vidas sociologicamente inviáveis: o primeiro, filho de funcionário do serviço de correio de um vilarejo camponês da França, decidiu estudar fi-

losofia para ser professor de ensino médio e chegou ao Collège de France; o segundo, filho de imigrantes mexicanos, não conheceu o pai, envolveu-se com o tráfico de drogas, com gangues de rua, acessou o sistema acadêmico numa das mais prestigiadas universidades dos Estados Unidos e se tornou professor titular de sociologia na Universidade da Califórnia, Santa Barbara. Em suas obras, ambos tratam, *pari passu*, dos constrangimentos estruturais enfrentados, dos deslocamentos institucionais sofridos, dos vários cenários sociais em que se viram inseridos e das múltiplas identidades adquiridas ao longo de suas respectivas trajetórias pessoais e profissionais.

Em *Human targets*, Victor Rios se questiona acerca de quais são as condições materiais e simbólicas necessárias para os deslocamentos nos espaços sociais. Como uma vida destinada a cumprir seu papel na camada menos favorecida da sociedade rompe com os constrangimentos estruturais e ocupa lugares impensáveis? Que papéis as autoridades e as instituições deveriam exercer no sentido de providenciar os recursos necessários para tais mudanças? Ou, de fato, não há nada a ser feito: só existe reprodução e a responsabilidade está nas mãos dos indivíduos? São esses os questionamentos que aproximam as reflexões de Rios às de Bourdieu.

Aos 15 anos de idade, a violência não era algo estranho na vida de Victor Rios: já havia traficado maconha e heroína, roubado bicicletas e carros para vender as peças, como forma de obter dinheiro rápido, havia passado pelo sistema de justiça juvenil e estava vivendo sob o regime de liberdade condicional por haver cometido crimes considerados graves.

Na passagem da adolescência para a vida adulta, Rios teve contato com diversas instituições: escola, gangue, trabalho, sistema de justiça. E em cada lugar desempenhou comportamentos distintos. Na escola, era o menino de rua que buscava se tornar correto; na rua, era o *homie*¹ que procurava andar na linha para não correr o risco de violar a lei e voltar à prisão; e, no trabalho, o jovem empenhado, que

aprendia rápido, lutava por promoções e sonhava em ir para a faculdade. Ainda assim, sem oportunidades aos 15 anos de idade, precisando de dinheiro e vivendo em um contexto social desfavorável, não restavam muitas alternativas além do destino de muitos de seus pares: exercer atividades ilegais e se tornar um alvo humano.

Expressão central para o seu argumento e título do livro, “alvo humano” é, para Victor Rios, o indivíduo simultaneamente vitimizado e considerado um perigo para a sociedade; é ser visto como uma ameaça pelos responsáveis pela aplicação da lei e ser tratado pela escola e por outras instituições de forma estigmatizada, com descrédito e de modo punitivo. Segundo Rios, esse processo de estigmatização cria um círculo negativo que envolve brutalidade física e simbólica. Em essência, os jovens se tornam alvos da polícia, da escola e de outros mecanismos de controle social, cujo objetivo não é outro senão a punição.

O livro demonstra como as autoridades públicas, sobretudo a polícia e os professores, ultrapassam seus limites e suas obrigações e contribuem negativamente para rotular e criminalizar os jovens latinos. O livro também evidencia a complexidade das identidades que os jovens associados às gangues desenvolvem, na medida em que atravessam o tortuoso labirinto social erigido pelo preconceito racial e pela pobreza persistente. Já há muito tempo, o estereótipo permanece: as gangues são compostas por pessoas más que fazem coisas prejudiciais para a sociedade e precisam ser combatidas e eliminadas.

Em seu livro, Rios não ignora que existem coisas ruins nas atividades das gangues, bem como no comportamento de seus membros, mas também frisa que é possível retirar desses grupos energia para realizar coisas criativas, especialmente nas escolas, se houver vontade e recursos. Para Rios, existe uma desconexão entre um sistema de ensino que faça sentido e as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho. Para deixar as ruas, é necessário algo mais atraente e significativo, relevante culturalmente e que aten-

da aos gostos, desejos e aspirações dos jovens. Caso contrário, o quadro desfavorável não se altera.

Rios afirma que os Estados Unidos têm uma cultura obsessiva de controle. Em outro trabalho, o autor utilizou o termo “complexo de controle dos jovens” (Rios, 2011) para dizer que o encarceramento em massa e o controle social da punição contribuem para a generalização de jovens marginalizados como criminosos perenes que precisam de controle e de contenção antes mesmo de cometer qualquer ato ilícito.

A cultura do controle social é caracterizada por um medo profundo do crime e da população marginalizada (principalmente dos pobres), pela expansão das sanções legais, pelo foco obsessivo nas vítimas e pela manipulação do crime para a obtenção de dividendos políticos (Garland, 2001). A cultura do controle torna-se uma poderosa máquina de produção da marginalização social por meio de mecanismos punitivos e disciplinares (Wacquant, 2003). Em *Human targets*, Victor Rios está interessado em entender como essa cultura do controle afeta a vida real das pessoas, em especial na formação dos jovens como alvos humanos, ao ficarem presos nas amarras do Estado punitivo.

Para Victor Rios, a maioria dos trabalhos acadêmicos sobre gangues foca nas histórias de vida, nos processos de formação dos grupos, nos comportamentos de risco e nas estratégias de resistência. A obra *Human targets* opera um deslocamento em termos de abordagem: o foco está nos resultados das interações entre os jovens associados às gangues e os atores institucionais, especialmente a escola, a polícia e a justiça. Nesse sentido, o livro é uma importante contribuição teórica, que qualifica a análise das relações entre os jovens e as figuras de autoridade e de como essas interações impactam no engajamento desses jovens em atos infracionais.

Outro aspecto importante apresentado por Rios é a ênfase nas nuances das identidades dos jovens. Para o autor, alguns trabalhos sobre juventude refor-

çam ideias normativas de certo e errado, de limpo e sujo, de moral e imoral. Para o autor, as identidades não são binárias, mas repletas de camadas. As dicotomias geralmente emergem de narrativas de pesquisadores brancos de classe média sobre pessoas negras e/ou latinas, pobres e vulneráveis. Alguns cientistas sociais tendem a aceitar certas taxonomias como modo de ordenar a sociedade a partir de suas próprias concepções morais (Rios, 2015). Isso significa que não há tipos fixos de identidade, mas dinâmicas que variam de acordo com o tempo, o lugar e o tipo de interação.

No fundo, o autor está mais interessado nas múltiplas dimensões dos jovens associados às gangues do que no processo de adesão aos grupos em si. Para tanto, Rios define seu trabalho etnográfico como uma câmera de vídeo capaz de captar os múltiplos ângulos pelos quais os jovens transitam, e não apenas o enquadramento fixo ao estilo de uma câmera fotográfica. Desse modo, a narrativa de Rios emerge de entrevistas, grupos focais e de observações participantes. O autor utiliza o chamado “método triangulado”², consagrado por autores como James Vigil (2007), que estuda gangues há mais de duas décadas, e principalmente por Norman Denzin (1970), responsável por introduzir a ideia de triangulação como ferramenta metodológica de pesquisa qualitativa em ciências sociais.

Ao apresentar o cenário de pesquisa, Victor Rios recupera os casos recentes de mal-entendidos, de desumanização e de brutalidade policial que ocorreram nos EUA nos últimos anos, com apelo nacional nos meios de comunicação. O autor afirma que a falta de compreensão dos corpos, da cultura e das ações de negros e latinos por parte dos policiais os levam a tomar decisões imprudentes e ao tratamento injusto e violento, com consequências graves e até letais.

A mensagem do livro de Victor Rios é clara: se quisermos que traficantes, ladrões de carro e delinquentes juvenis passem a ter uma vida produtiva, as instituições, especialmente as escolas e o sistema de

justiça (e a polícia é parte importante desse sistema), devem encontrar maneiras de melhorar a qualidade da interação com esses jovens e oferecer-lhes recursos significativos que promovam mudanças verdadeiras. O tratamento punitivo que supostamente busca regular e controlar os jovens em conflito com a lei acaba criando uma crise de controle ainda maior, resultando em insucesso escolar e em brutalidade policial.

Ao todo, foram cinco anos de pesquisa, entre 2007 e 2012. Os participantes do estudo são jovens que se associaram às atividades de gangues numa cidade no sul da Califórnia, que o autor denominou de Riverland³. As entrevistas e as observações foram realizadas em diversos espaços: nas ruas, em parques, em centros comunitários, em audiências judiciais, em escolas probatórias (*probation schools*), em escolas convencionais e nos trajetos que realizou no carro da polícia. Foram observados e entrevistados 57 rapazes latinos associados a gangues entre 15 e 21 anos; e foram entrevistadas dezoito meninas. Houve ainda 42 grupos focais com meninos e quatorze com meninas.

Rios descreve as dificuldades de um pesquisador homem em obter confiança das meninas e reconhece as limitações de seu estudo. Por essa razão, o autor sugere a leitura do livro de Jerry Flores (2016), que preenche satisfatoriamente essa lacuna. O livro *Caught up: girls, surveillance, and wraparound incarceration* é uma etnografia fascinante que proporciona aos leitores um olhar raro sobre as experiências das jovens no sistema de justiça juvenil. Flores demonstra como as escolas e as instituições carcerárias se tornaram inextricavelmente conectadas para formar um sistema ubíquo de controle punitivo, levando a resultados sombrios na vida de meninas marginalizadas.

Outra instigante etnografia consta do livro *Gang's all queer*, de Vanessa Panfil (2017). A obra reúne cinquenta entrevistas com jovens envolvidos com gangues na cidade de Columbus, Ohio. O trabalho etnográfico observou homens negros

homossexuais com cerca de 20 anos de idade. Muitas pessoas acreditam que as gangues são formadas por pessoas violentas, hipermasculinizadas e heterossexuais. No livro, a autora apresenta um mundo diferente. Em detalhes, Vanessa Panfil fornece uma compreensão aprofundada de como os jovens entrevistados constroem e negociam as identidades sexuais através do crime e da adesão às gangues.

Em *Human targets*, Victor Rios afirma que ser membro de gangue é ter um tipo de poder simbólico capaz de causar reação nas outras pessoas. Para muitos adolescentes, a escola não passa de um lugar de humilhação, reprimenda e desrespeito, nada tendo a ver com um espaço de aprendizado e de experiência civilizatória. Como resultado, os jovens membros de gangues desenvolvem atitudes de antagonismo em relação às instituições e encontram oportunidades para a expressão da subjetividade em espaços alternativos, onde são aceitos. O principal dentre tais espaços é a rua, âmbito em que se desenvolve o estilo de vida de gangue. Uma vez envolvidos nesse mundo, os jovens passam a enfrentar maiores dificuldades em ter sucesso escolar, de arrumar trabalho e acabam caindo nas garras da justiça.

Victor Rios trabalha com uma definição operacional de gangue: processo grupal que ocorre quando jovens marginalizados tentam fornecer mutuamente uma identidade digna e uma oportunidade de se sentirem individual e coletivamente empoderados, desafiadores e, de certo modo, possuidores de uma voz. Trata-se de um refúgio do estresse e das tensões da pobreza, um fator protetivo que, de maneira funcional e perceptiva, substitui o papel que as instituições de socialização e de apoio (como a família, a escola e outras instituições do sistema de bem-estar) falham em oferecer. Com isso, Rios afirma que as gangues e os membros de gangues não são coisas ou pessoas, mas processos.

Por ser a gangue algo socialmente construído, a definição precisa ser suficientemente abrangente para dar conta dos contextos locais e das nuances dos

processos grupais. O autor pensa então na ideia de indivíduos “associados à gangue” (*gang-associated*). Desse modo, o termo “associado” se refere ao processo cognitivo e institucional pelo qual os membros se conectam entre si. E para dar sentido e força teórica a esta definição, Rios trabalha com a ideia de “enquadramento cultural”, como um sistema de significados *à la* Geertz (2008).

Definido por Geertz e recuperado por Rios, o enquadramento cultural oferece uma ferramenta analítica importante para compreender o papel que as instituições desempenham na formação da visão de mundo e das ações dos indivíduos. O enquadramento cultural é um sistema de criação de significados, de formação de identidades, que influencia a percepção de mundo das pessoas, bem como suas escolhas de ação e de comportamento.

Victor Rios organizou o livro em seis capítulos, além da introdução e da conclusão. O trabalho possui ainda um apêndice metodológico. Os capítulos contêm relatos etnográficos do pesquisador e descrevem as interações dos sujeitos de pesquisa.

No primeiro capítulo (“The probation school”⁴), Rios apresenta a escola Punta Vista (nome fictício), para onde são mandados os alunos expulsos da escola convencional e que estão cumprindo algum tipo de regime disciplinar. Lá, Rios observou e entrevistou vários jovens latinos. O autor não poupa críticas à estrutura da escola (com presença de contaminação tóxica no solo), mas também aos professores e aos funcionários (seguranças, assistentes e a diretora). A etnografia apresenta uma brilhante crítica acerca das estratégias de alguns profissionais da escola em querer se aproximar dos jovens utilizando a mesma linguagem e maneirismo das ruas.

As figuras de autoridade (professores ou policiais) falham ao tentar se aproximar do universo simbólico dos alunos utilizando gírias fora do contexto, fazendo comentários sobre o estilo de roupa ou o corte de cabelo ou, pior ainda, querendo agir como se fossem iguais aos estudantes. Segundo as obser-

vações de Rios, os alunos simplesmente acham esse comportamento ridículo. O autor alerta que esse tipo de postura, supostamente bem-intencionado, tende a reproduzir os estereótipos do estilo de vida que se pretende corrigir. Além disso, as figuras de autoridade acabam sustentando os enquadramentos culturais negativos que levam os jovens a criminalização.

O segundo capítulo (“The liquor store and the police”⁵) trata de um espaço importante de sociabilidade para os jovens: a loja de bebidas. Os primeiros parágrafos contêm uma excelente descrição do lugar observado. O texto é tão rico em imagens que poderia figurar como parte de uma obra literária ou de um roteiro cinematográfico. Logo na abertura, Rios fala sobre o proprietário da loja de bebidas: um imigrante capaz de compreender os jovens de uma maneira que as autoridades não conseguem. O autor enfatiza especialmente o modo afetivo como o dono da loja trata os jovens, como seres multidimensionais, e não como membros de gangues e criminosos. Essa figura foi capaz de perceber que esses jovens precisavam somente de um lugar para conversar e se encontrar. Já os responsáveis pela lei (a polícia) não veem a loja de bebida como um espaço de afirmação, recreação e apoio mútuo. Para eles, aquela esquina é um espaço de atividades criminosas que precisa ser policiado de forma intensa e ostensiva.

O terceiro capítulo (“Cultural misframing”) trata especificamente dos desenquadramentos culturais que os jovens sofrem por conta do estilo de vida adotado. O estilo de jovens latinos associados às gangues no sul da Califórnia, conhecido como *cholo*, consiste em ter o cabelo raspado, usar roupas largas e ter tatuagens à mostra.

Para Rios, *cholo* é meramente uma maneira de ser e de agir desses grupos marginalizados. Não se trata de um tipo fixo, mas de engajamentos temporários que as pessoas se associam por algum tempo por meio de determinadas interações sociais. O autor afirma que *cholo* é uma subcultura juvenil como qualquer outra – punk, roqueiro, rapper, surfista,

skatista, hipster –, mas quando passa a ser criminalizada pelas forças da lei, as autoridades recebem carta branca para distribuir punição e disciplina. Rios entende esse fenômeno como desenquadramento cultural, que é o processo pelo qual as instituições constroem, definem e impõem, de maneira simplista, as identidades fixas e negativas sobre os indivíduos baseadas em interpretações equivocadas dos símbolos, expressões, linguagens e ações.

Um jovem que adota o estilo *cholo* o faz porque recebe em troca apoio de seus pares. Para eles, a cultura convencional (baseada no estilo e no gosto da classe média branca) é associada às experiências negativas com as figuras de autoridade. As interações positivas com os pares, que compreendem suas subjetividades, fortalecem um tipo de subcultura que tende a rejeitar as normas convencionais.

Victor Rios aponta como causa do engajamento às atividades das gangues três elementos: mercado de trabalho pouco atrativo e inconstante, ausência de modelos positivos de autoridade e o desenquadramento da cultura jovem pela escola e pela polícia. Portanto, empregos viáveis, interações positivas com as autoridades e atividades culturalmente relevantes facilitariam o processo de mudança. Para Rios, tais recursos são simples de ser obtidos. Mas o que se observa na realidade é o contrário: essa parcela da população continua desamparada, convivendo cotidianamente com interações negativas, além de ser policiada e tratada como risco e ameaça.

O quarto capítulo (“Multiple manhoods”) inicia-se com a apresentação de cenas etnográficas de rapazes explicando como obter respeito nas ruas sendo uma pessoa durona e destaca um jovem de 20 anos de idade que costuma levar o filho de quatro anos para “aprender a ser homem” na rua em contato com outros rapazes. Na opinião de Rios, esse processo de socialização traz consequências negativas para a criança. Mesmo que o pai diga que o objetivo é mostrar ao filho o que não deve ser feito, crescer no ambiente de naturalização da violência

pode encorajar a criança a ingressar em uma gangue futuramente.

O quinto capítulo (“The *mano suave* and *mano dura* of stop and frisk”) mostra a experiência da pesquisa vista do carro da polícia. Victor Rios fez 32 trajetos com os policiais ao longo de quatro anos e pôde observar 46 abordagens de jovens latinos associados a gangues.

Rios presenciou dois tipos de ações: a chamada “*mano suave*” e a “*mano dura*”. A primeira consiste em cumprimentos positivos, linguagem corporal dócil, aproximação educada e respeitosa, além do uso de expressões como “por favor” e “obrigado”. A segunda consiste em xingamentos, tom de voz alta e contatos físicos desrespeitosos. Os rapazes com aparência e estilo *cholo* foram os mais visados e revistados nessas abordagens. O estilo indicava, na visão dos policiais, que eram suspeitos de cometer crimes ou possíveis traficantes e usuários de drogas.

Ao categorizar dois tipos de ações antagônicas presentes nas abordagens policiais, Rios está em diálogo com os estudos de justiça procedimental e de legitimidade da polícia. Tais estudos estão concentrados, majoritariamente, nos departamentos de criminologia e de psicologia social, e dão ênfase a modelos estatísticos para observar o comportamento dos indivíduos e das autoridades (Tyler, 1988).

Victor Rios realiza análise similar a partir de outro olhar: o de um sociólogo por meio de observação direta e de dados etnográficos. Após descrever uma cena observada durante o trabalho de campo (a de um encontro desastroso entre um jovem latino e um policial com estilo *mano dura*), Rios conclui que o incidente, além de não representar nenhum ganho na redução de crimes, reforça o capcioso perfil racializado das abordagens policiais.

Rios recolheu junto aos policiais justificativas para as constantes abordagens de jovens latinos. Em primeiro lugar, de acordo com os policiais entrevistados, trata-se de uma questão de prevenção. Os policiais acreditam que abordar os jovens com o

objetivo de encontrar alguma arma é um modo de evitar futuros crimes. Em segundo lugar, por paternalismo. Alguns policiais entendem que seu papel é parecido com os dos pais no sentido de mantê-los “afastados de problemas”.

Em terceiro lugar, trata-se, segundo os entrevistados, de um dever. Muitos policiais entendem que executam uma espécie de serviço social e que podem ajudar esses rapazes. Victor Rios, todavia, pensa exatamente o contrário: como agentes armados e autorizados pelo Estado para usar a violência, os policiais representam um poder institucional específico. E essa relação fica ainda mais prejudicada quando transita inconsistentemente entre as abordagens *mano suave* e *mano dura*.

De um lado, a *mano suave* tende a fortalecer a legitimidade da polícia. O autor afirma que os policiais que operam com *mano suave* nunca deixaram de cumprir o dever de abordar ou prender ninguém. Por outro lado, as atitudes erráticas, por vezes violentas, dos policiais geram nos indivíduos, *ipso facto*, uma visão negativa da instituição, minando a legitimidade e, conseqüentemente, diminuindo a eficácia das ações policiais. Com isso, os jovens dificilmente estarão dispostos a colaborar com os agentes da lei.

Nos primeiros parágrafos do sexto capítulo (“Immigrant targets”), Rios apresenta a impressionante história de vida de um jovem imigrante mexicano que foi levado aos Estados Unidos com 7 anos de idade. Após descrever cenas e episódios de violência vividos em Los Angeles, Rios demonstra que, para o sistema de justiça, esse jovem já estava rotulado como membro de gangue mesmo antes de ser iniciado pelos seus pares.

Nesse capítulo, Rios trabalha com a ideia de “camadas de ilegalidade”: famílias disfuncionais, dificuldades para conseguir emprego pela falta de documentos e pela ficha criminal, dificuldades para concluir o ensino médio e a pressão dos pares para se associar às atividades das gangues. Segundo o autor, ao sair da escola convencional para ingressar numa

escola probatória, os jovens ampliam o estado de vulnerabilidade, aumentam as chances de cometer crimes e o risco de vitimização. Assim, o próprio sistema escolar os transforma em alvos humanos.

Victor Rios inicia a conclusão novamente com o exemplo de uma história de vida de um jovem que decide sair da gangue, mas que ainda encontra problema para estabelecer uma vida convencional. Mais uma vez, Rios pretende demonstrar a importância das figuras de autoridade exemplares, das oportunidades de emprego e dos programas sociais e educacionais relevantes.

O autor enfatiza que a qualidade da interação tem um papel importante na maneira como os jovens percebem as figuras de autoridade. Os jovens que tiveram experiências negativas têm maiores taxas de evasão escolar e de encarceramento. Os que tiveram interações positivas enxergam o sistema educacional como uma possibilidade de superar as adversidades.

O livro também inclui uma série de recomendações e sugestões programáticas, com impactos em políticas públicas, visando solucionar os equívocos, pré-julgamentos e maus tratos que perpetuam o estado de miséria social dos jovens.

A primeira sugestão é o treinamento das autoridades voltado ao reconhecimento dos enquadramentos culturais. A segunda recomendação é incentivar os negócios locais a contratar jovens da comunidade como oportunidade de primeiro emprego. Além de auxiliar na transformação dos jovens, essa iniciativa também empodera os proprietários dos negócios locais. A terceira sugestão é a contratação de ex-integrantes de gangues para trabalhar nas escolas e nos espaços de atendimento aos jovens associados a gangues. Isso construiria uma importante ponte entre a escola e a comunidade e ainda fortaleceria o exemplo positivo de autoridade.

A quarta sugestão é a criação de oportunidades de emprego com engajamento civil na comunidade local. Ter um trabalho fortalece o senso de pertenc-

cimento, de esperança, de autoconfiança e de transformação. A quinta recomendação é o investimento em educação e o acesso à justiça. Quando o policial trata as pessoas de maneira justa, a instituição passa a ser vista como legítima. O mesmo ocorre na escola: ao ser tratados de maneira digna, os jovens teriam maiores chances de ter sucesso escolar. Então, Rios sugere um investimento no fortalecimento do tratamento justo pelo sistema de justiça e pelas escolas.

Mas obter legitimidade não deve ser o único objetivo das instituições. Esse é só o começo. Após obter confiança, o trabalho se inicia no sentido de promover bem-estar nos diversos enquadramentos institucionais. Rios acredita, e afirma mais de uma vez, que as interações positivas com figuras de autoridade e os bons modelos na comunidade podem dissuadir os jovens do cometimento de crimes e favorecer o engajamento em atividades produtivas.

Por fim, o livro ainda traz um apêndice metodológico que visa deixar os capítulos mais fluidos e sem excesso de citações. O leitor pode começar pelo apêndice, caso deseje iniciar a leitura munido de referências bibliográficas, de explicações sobre os procedimentos de pesquisa e, inclusive, das lacunas teóricas e de pesquisas sobre o estudo de gangues. No apêndice, Rios deixa claro que não pretende investigar por que os rapazes entram nas gangues e o tipo de crime que cometem. O autor pretende estudar as interações com os pares e as figuras de autoridade e o resultado dessas interações no processo de criminalização dos membros das gangues.

Victor Rios não está interessado em disponibilizar mais um livro sensacionalista – ou celebrativo – sobre as gangues e a delinquência juvenil, mas em oferecer uma análise aprofundada apontando onde as figuras de autoridade falham no relacionamento com os jovens. Para Rios, reconhecer o problema a partir de dimensões múltiplas favorece a visualização das falhas de um sistema que resiste a mudanças.

Um debate recorrente sobre pesquisas etnográficas nas ciências sociais é se o pesquisador nativo,

por ter uma perspectiva de dentro, fornece um relato mais completo e preciso acerca de determinado grupo social. Em contraste, a pessoa de fora seria capaz de manter certa distância objetiva e adequada para evitar vieses éticos e políticos. O que torna o trabalho de Victor Rios contundente e interessante é o fato de ser bem-sucedido nesses dois aspectos. *Human targets* é simultaneamente uma etnografia de dentro e de perto e de fora e de longe, carregada de autenticidade sobre o processo de criminalização dos jovens nos EUA. Trata-se de uma contribuição original na seara da tradição sociológica de etnografias urbanas consagradas pela Escola de Chicago.

Com esse livro, somos levados a entender que parte da solução para os problemas que a juventude marginalizada enfrenta está no desenvolvimento de estudos que contribuam para iluminar as complexas situações que os jovens vivem, os enquadramentos culturais que acionam, a formação das visões de mundo e a maneira beligerante como seus comportamentos são regulados e punidos.

O autor é otimista ao dizer que embora os jovens latinos associados às gangues sejam alvos de rotulação, do encarceramento em massa e da hipercriminalização (Alexander, 2010; Fader, 2013; Goffman, 2014), as soluções para esses problemas não são impossíveis. As figuras de autoridade (professores e policiais) têm papel importante no processo de transformação. Aos jovens devem ser oferecidos recursos, oportunidades e, recorrentemente, novas chances capazes de mudar as trajetórias de mobilidade social. Mas poucos encontram empatia e recursos suficientes para superar as situações adversas. Muitos não concluem sequer o ensino médio e não encontram oportunidades de trabalho para desenvolver suas habilidades.

Desafortunadamente, em contextos sociais como os apresentados no livro, as façanhas de deslocamentos institucionais logrados por Victor Rios tendem a ser uma exceção. Por isso, o próprio autor reconhece que, a fim de se evitar o provável destino

social trágico de jovens marginalizados, a cultura de controle deveria se fazer substituir por uma cultura de cuidados. Sua obra não deixa de representar um importante passo adiante nessa direção.

Notas

1. Gíria utilizada para se referir ao colega ou amigo. Pode ser traduzida como “mano” ou “parceiro”.
2. O método triangulado é um procedimento qualitativo de pesquisa que consiste em examinar o fenômeno a partir de diferentes pontos no tempo e no espaço para compreender os deslocamentos dos sujeitos em diferentes espaços institucionais e as mudanças que ocorrem no confronto com diferentes arranjos sociais. No precioso apêndice metodológico, Rios exibe mais detalhes dos procedimentos utilizados.
3. Pela descrição, deve se tratar de Los Angeles, ou de alguma cidade próxima, por causa da grande concentração de riqueza e também pela imensa população de latinos. O autor também utilizou pseudônimos para as pessoas e demais lugares a fim de lhes garantir o anonimato.
4. No Brasil não há esse tipo de instituição. Do ponto de vista disciplinar, a mais próxima seria a Fundação Casa de São Paulo, para onde são enviados os menores infratores. Porém, na *probation school* não há internação.
5. Nos Estados Unidos, há várias regulações e restrições sobre venda de bebida alcoólica e um controle cerrado de idade mínima. Por isso, não há equivalente no Brasil ao *liquor store*. Aqui, a bebida alcoólica é vendida praticamente em todos lugares.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Michelle. (2010), *The new Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness*. Nova York, New Press.
- BOURDIEU, Pierre. (2005), *Esboço de auto-análise*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DENZIN, Norman. (1970), *The research act in sociology*. Londres, Butterworth.
- FADER, Jamie. (2013), *Falling back: incarceration and*

- transitions to adulthood among urban youth*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- FLORES, Jerry. (2016), *Caught up: girls, surveillance, and wraparound incarceration*. Berkeley, University of California Press.
- GARLAND, David. (2001), *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago, University of Chicago Press.
- GEERTZ, Clifford. (2008), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- GOFFMAN, Alice. (2014), *On the run: fugitive life in an American city*. Chicago, University of Chicago Press.
- PANFIL, Vanessa. (2017), *The gang's all queer: the lives of gay gang members*. Nova York, New York University Press.
- RIOS, Victor. (2011), *Punished: policing the lives of black and Latino boys*. Nova York, New York University Press.
- RIOS, Victor. (2015), "Decolonizing the white space in urban ethnography". *City & Community*, 14 (3): 258-261.
- TYLER, Tom. (1988), "What is procedural justice?: criteria used by citizens to assess the fairness of legal procedures". *Law & Society Review*, 22 (1): 103-135.
- VIGIL, James. (2007), *The projects: gang and non-gang families in East Los Angeles*. Austin, University of Texas Press.
- WACQUANT, Loïc. (2003), *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Revan.

Texto recebido em 7/2/2018 e aprovado em 12/3/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.TS.2019.143282

HERBERT RODRIGUES é doutor em sociologia e mestre em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP). Foi *visiting scholar* da University of Massachusetts (UMass Amherst) e é pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). E-mail: herb@usp.br.

